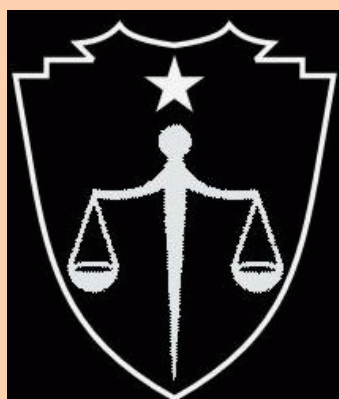


Cláudio Ximenes

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

e legislação complementar



KÓDIGU BA
PROSESU SIVÍL
no lei komplementár

Tribunal de Recurso
2007

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

e legislação complementar



KÓDIGU BA PROESU SIVÍL

no lei komplementár

Fixa técnica / Ficha técnica

Título: Kódigu ba Prosesu Sivil
Tradusaun, glosáriu no sistematizasaun: Cláudio Ximenes
Edisaun: Tribunal ba Rekursu
Layout no Pajinasaun: Thaiza Castilho
Tirajem: Ezemplár 2000
Edisaun 1ª, Dili: Setembru 2007

Título: Código do Processo Penal
Tradução, glossário e sistematização: Cláudio Ximenes
Edição: Tribunal de Recurso
Layout e Paginação: Thaiza Castilho
Tiragem: 2000 Exemplares
1ª Edição, Díli: Setembro 2007

ÍNDICE

TÍTULO I - DO PROCESSO CIVIL EM GERAL

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- Artigo 1.º (Âmbito e integração de lacunas)
- Artigo 2.º (Aplicação da lei processual civil no tempo)
- Artigo 3.º (Espécies de acções de acordo com o seu fim)
- Artigo 4.º (Proibição de autodefesa)
- Artigo 5.º (Garantia de acesso aos tribunais)
- Artigo 6.º (Denegação de justiça)
- Artigo 7.º (Iniciativa processual)
- Artigo 8.º (Princípio do contraditório)
- Artigo 9.º (Princípio da igualdade das partes)

CAPÍTULO II - DAS PARTES

SECÇÃO I - PERSONALIDADE E CAPACIDADE JUDICIÁRIA

- Artigo 10.º (Conceito e medida da personalidade judiciária)
- Artigo 11.º (Extensão da personalidade judiciária)
- Artigo 12.º (Personalidade judiciária das sucursais)
- Artigo 13.º (Personalidade judiciária das pessoas colectivas e sociedades irregulares)
- Artigo 14.º (Conceito e medida da capacidade judiciária)
- Artigo 15.º (Suprimento da incapacidade)
- Artigo 16.º (Representação por curador especial ou provisório)
- Artigo 17.º (Desacordo entre os pais na representação do menor)
- Artigo 18.º (Capacidade judiciária dos inabilitados)
- Artigo 19.º (Representação das pessoas impossibilitadas de receber a citação)
- Artigo 20.º (Defesa do ausente e do incapaz pelo Ministério Público)
- Artigo 21.º (Representação dos incertos)
- Artigo 22.º (Representação de ausentes e incapazes pelo Ministério Público)
- Artigo 23.º (Representação do Estado)
- Artigo 24.º (Representação das outras pessoas colectivas e das sociedades)
- Artigo 25.º (Representação das entidades que careçam de personalidade jurídica)
- Artigo 26.º (Suprimento da incapacidade judiciária e da irregularidade de representação)
- Artigo 27.º (Iniciativa do juiz no suprimento)
- Artigo 28.º (Falta de autorização ou de deliberação)

SECÇÃO II - LEGITIMIDADE DAS PARTES

- Artigo 29.º (Conceito de legitimidade)

ÍNDISE

TÍTULU I - PROESU SIVÍL EIN-JERÁL

KAPÍTULU I - DISPOZISAUN NO PRINSÍPIU FUNDAMENTÁL

- Artigu 1º (Lakuna nia ámbito no integrasaun)
- Artigu 2º (Lei prosesuál sivil nia aplikasaun iha tempu)
- Artigu 3º (Aksaun oin-oin tuir nia fim)
- Artigu 4º (Proibisaun ba autodefeza)
- Artigu 5º (Garantia atu ba tribunál)
- Artigu 6º (Denegasaun ba justisa)
- Artigu 7º (Inisiativa prosesuál)
- Artigu 8º (Prinsípiu kontraditóriu)
- Artigu 9º (Prinsípiu igualdade ba parte sira)

KAPÍTULU II - PARTE SIRA

SEKSAUN I - PERSONALIDADE NO KAPASIDADE JUDISIÁRIA

- Artigu 10º (Personalidade judisiária nia konseitu no medida)
- Artigu 11º (Personalidade judisiária nia extensaun)
- Artigu 12º (Sukursál nia personalidade judisiária)
- Artigu 13º (Pessoa kolektiva ka sosiedade irregulár nia personalidade judisiária)
- Artigu 14º (Kapasidade judisiária nia konseitu no medida)
- Artigu 15º (Inkapsidade nia suprimentu)
- Artigu 16º (Reprezentasaun ho kuradór espesiál ka provizóriu)
- Artigu 17º (Menór nia representasaun kuandu inan ho aman la iha akordu)
- Artigu 18º (Inabilitadu nia kapasidade judisiária)
- Artigu 19º (Reprezentasaun ba ema ne'ebé la bele simu sitasaun)
- Artigu 20º (Ministériu Públiku hanesan auzente no inkapáz nia defensór)
- Artigu 21º (Insertu nia representasaun)
- Artigu 22º (Ministériu Públiku hanesan auzente no inkapáz nia representante)
- Artigu 23º (Estadu nia representasaun)
- Artigu 24º (Reprezentasaun ba pessoa kolektiva seluk no sosiedade)
- Artigu 25º (Reprezentasaun ba entidade ne'ebé la iha personalidade jurídika)
- Artigu 26º (Suprimentu ba inkapsidade judisiária no representasaun irregulár)
- Artigu 27º (Juíz nia iniciativa iha suprimentu)
- Artigu 28º (Kuandu la iha autorizasaun ka deliberasaun)

SEKSAUN II - PARTE SIRA NIA LEJITIMIDADE

- Artigu 29º (Lejitimidade nia konseitu)

Artigo 30.º (Litisconsórcio voluntário)
Artigo 31.º (Litisconsórcio necessário)
Artigo 32.º (Acções que têm de ser propostas por ambos ou contra ambos os cônjuges)
Artigo 33.º (O litisconsórcio e a acção)
Artigo 34.º (Coligação de autores e de réus)
Artigo 35.º (Obstáculos à coligação)

SECÇÃO III - PATROCÍNIO JUDICIÁRIO

Artigo 36.º (Constituição de advogado)
Artigo 37.º (Falta de constituição de advogado)
Artigo 38.º (Como se confere o mandato judicial)
Artigo 39.º (Conteúdo e alcance do mandato)
Artigo 40.º (Poderes gerais e especiais dos mandatários judiciais)
Artigo 41.º (Confissão de factos feita pelo mandatário)
Artigo 42.º (Revogação e renúncia do mandato)
Artigo 43.º (Falta, insuficiência e irregularidade do mandato)
Artigo 44.º (Nomeação de defensor público)

CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA E DAS GARANTIAS DA IMPARCIALIDADE

SECÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE COMPETÊNCIA

Artigo 45.º (Competência internacional dos tribunais timorenses)
Artigo 46.º (Factores determinantes da competência na ordem interna)
Artigo 47.º (Alteração da competência)

SECÇÃO II - DA COMPETÊNCIA INTERNACIONAL

Artigo 48.º (Factores de atribuição da competência internacional)
Artigo 49.º (Competência exclusiva dos tribunais timorenses)

SECÇÃO III - DA COMPETÊNCIA INTERNA

Artigo 50.º (Competência dos tribunais judiciais)
Artigo 51.º (Competência em razão do valor e da estrutura do tribunal)
Artigo 52.º (Competência em razão da hierarquia)
Artigo 53.º (Regras gerais da competência territorial)
Artigo 54.º (Regra geral para as pessoas colectivas e sociedades)
Artigo 55.º (Pluralidade de réus e cumulação de pedidos)
Artigo 56.º (Acções em que seja parte o juiz, seu cônjuge ou certos parentes)
Artigo 57.º (Foro da situação dos bens)
Artigo 58.º (Competência para o cumprimento da obrigação)
Artigo 59.º (Divórcio e separação)
Artigo 60.º (Acção de honorários)

Artigu 30^o (Litiskonsórsiu voluntáriu)
Artigu 31^o (Litiskonsórsiu nesesáriu)
Artigu 32^o (Aksaun iha ne'ebé feen ho lain tenke tama)
Artigu 33^o (Litiskonsórsiu no aksaun)
Artigu 34^o (Autór no reu iha koligasaun)
Artigu 35^o (Obstákulu ba koligasaun)

SEKSAUN III - PATROSÍNIU JUDISIÁRIU

Artigu 36^o (Konstituisaun ba advogadu)
Artigu 37^o (Falta konstituisaun ba advogadu)
Artigu 38^o (Oinsá foo mandatu judisiál)
Artigu 39^o (Mandatu nia konteúdu no alkanse)
Artigu 40^o (Mandatáriu judisiál nia poder jerál no espesiál)
Artigu 41^o (Konfisaun)
Artigu 42^o (Revogasaun ka renúnsia ba mandatu)
Artigu 43^o (Mandatu falta, insuficiente ka irregulár)
Artigu 44^o (Defensór Públiku nia nomeasaun)

KAPÍTULU III - KOMPETÉNSIA NO GARANTIA BA IMPARSIALIDADE

SEKSAUN I - DISPOZISAUN JERÁL KONA-BA KOMPETÉNSIA

Artigu 45^o (Tribunál Timór sira nia kompeténsia internasionál)
Artigu 46^o (Fatór ne'ebé determina kompeténsia iha orden interna)
Artigu 47^o (Altersaun iha kompeténsia)

SEKSAUN II - KOMPETÉNSIA INTERNACIONÁL

Artigu 48^o (Fatór atu atribui kompeténsia internasionál)
Artigu 49^o (Tribunál timór sira nia kompeténsia eksklusiva)

SEKSAUN III - KOMPETÉNSIA INTERNA

Artigu 50.^o (Tribunál judisiál sira nia kompeténsia)
Artigu 51.^o (Kompeténsia tuir valór no tuir tribunál nia estrutura)
Artigu 52.^o (Kompeténsia tuir ierarkia)
Artigu 53.^o (Regra jerál ba kompeténsia territoriál)
Artigu 54.^o (Regra jerál ba pesoa kolektiva ka sociedade)
Artigu 55.^o (Reu barak no pedidu kumuladu)
Artigu 56.^o (Aksaun iha ne'ebé juíz, nia kónjuje ka parente tama hanesan parte)
Artigu 57.^o (Foru tuir bein nia fatin)
Artigu 58.^o (Kompeténsia ba obligasaun nia kumprimentu)
Artigu 59.^o (Divórsiu no separasaun)
Artigu 60.^o (Aksaun ba onoráriu)

Artigo 61.º (Inventário e habilitação)
Artigo 62.º (Procedimentos cautelares e diligências antecipadas)
Artigo 63.º (Notificações avulsas)

SECÇÃO IV - DA EXTENSÃO E MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA

Artigo 64.º (Competência do tribunal em relação às questões incidentais)
Artigo 65.º (Questões prejudiciais)
Artigo 66.º (Competência para as questões reconventionais)
Artigo 67.º (Pactos de jurisdição)
Artigo 68.º (Competência convencional)

SECÇÃO V - DAS GARANTIAS DA COMPETÊNCIA

Artigo 69.º (Casos de incompetência absoluta)
Artigo 70.º (Arguição da incompetência absoluta)
Artigo 71.º (Em que momento deve conhecer-se da incompetência)
Artigo 72.º (Efeito da incompetência absoluta)
Artigo 73.º (Valor da decisão sobre incompetência absoluta)
Artigo 74.º (Fixação definitiva do tribunal competente)
Artigo 75.º (Incompetência relativa)
Artigo 76.º (Regime da arguição da incompetência relativa)
Artigo 77.º (Conhecimento oficioso da incompetência relativa)
Artigo 78.º (Instrução e julgamento da excepção)
Artigo 79.º (Regime no caso de pluralidade de réus)
Artigo 80.º (Tentativa ilícita de desaforamento)
Artigo 81.º (Conflito de competência)
Artigo 82.º (Pedido de resolução do conflito)
Artigo 83.º (Indeferimento liminar ou notificação para a resposta)
Artigo 84.º (Resposta)
Artigo 85.º (Produção de prova e termos posteriores)
Artigo 86.º (Aplicação do processo a outros casos)

SECÇÃO VI - DAS GARANTIAS DA IMPARCIALIDADE

Artigo 87.º (Casos de impedimento do juiz)
Artigo 88.º (Dever do juiz impedido)
Artigo 89.º (Causas de impedimento nos tribunais colectivos)
Artigo 90.º (Impedimento do Ministério Público e dos funcionários da secretaria)
Artigo 91.º (Pedido de escusa por parte do juiz)
Artigo 92.º (Fundamento de suspeição)
Artigo 93.º (Prazo para a dedução da suspeição)
Artigo 94.º (Como se deduz e processa a suspeição)
Artigo 95.º (Julgamento da suspeição)
Artigo 96.º (Suspeição oposta a juiz do Supremo Tribunal de Justiça)
Artigo 97.º (Influência da arguição na marcha do processo)
Artigo 98.º (Procedência da escusa ou da suspeição)

Artigu 61.º (Inventáriu no abilitasaun)
Artigu 62.º (Prosedimentu kautelár no dilijénsia antesipada)
Artigu 63.º (Notifikasaun avulsa)

SEKSAUN IV - EXTENSAUN NO MODIFIKASAUN BA KOMPETÉNSIA

Artigu 64.º (Kompeténsia ba kestaun insidentál)
Artigu 65.º (Kestaun prejudisiál)
Artigu 66.º (Kompeténsia ba kestaun rekonvencionál)
Artigu 67.º (Paktu ba jurizdisaun)
Artigu 68.º (Kompeténsia konvencionál)

SEKSAUN V - GARANTIA BA KOMPETÉNSIA

Artigu 69.º (Inkompeténsia absoluta oi-oin)
Artigu 70.º (Arguisaun ba inkompeténsia absoluta)
Artigu 71.º (Momentu atu koñese inkompeténsia)
Artigu 72.º (Inkompeténsia absoluta nia efeitu)
Artigu 73.º (Desizaun kona-ba inkompeténsia absoluta nia valór)
Artigu 74.º (Tribunál kompetente nia fiksasaun definitiva)
Artigu 75.º (Inkompeténsia relativa)
Artigu 76.º (Regra atu argui inkompeténsia relativa)
Artigu 77.º (Inkompeténsia relativa nia koñesimentu ofisiozu)
Artigu 78.º (Exesaun nia instrusaun no julgamentu)
Artigu 79.º (Rejime kuandu iha reu barak)
Artigu 80.º (Tentativa ilísita ba dezaforamentu)
Artigu 81.º (Konflitu iha kompeténsia)
Artigu 82.º (Pedidu atu rezolve konflitu)
Artigu 83.º (Indeferimentu liminár no notifikasaun ba resposta)
Artigu 84.º (Resposta)
Artigu 85.º (Prova no termu posteriór)
Artigu 86.º (Aplikasaun ba kazu seluk)

SEKSAUN VI - GARANTIA BA IMPARSIALIDADE

Artigu 87.º (Juíz nia impedimentu)
Artigu 88.º (Juíz impedidu nia devér)
Artigu 89.º (Impedimentu nia kauza iha tribunál koleтиву)
Artigu 90.º (Ministériu Públiku no funsionáriu iha sekretaria nia impedimentu)
Artigu 91.º (Juíz nia eskuza)
Artigu 92.º (Fundamentu ba suspeisaun)
Artigu 93.º (Prazu atu dedúz suspeisaun)
Artigu 94.º (Oinsá dedúz suspeisaun)
Artigu 95.º (Julgamentu ba suspeisaun)
Artigu 96.º (Suspeisaun hasoru juíz iha Supremu Tribunál ba Justisa)
Artigu 97.º (Arguisaun nia influénsia iha prosesu)
Artigu 98.º (Eskuza ka suspeisaun nia prosedénsia)

Artigo 99.º (Suspeição oposta aos funcionários da secretaria)
Artigo 100.º (Contagem do prazo para a dedução)
Artigo 101.º (Processamento do incidente)

CAPÍTULO IV - DOS ACTOS PROCESSUAIS EM GERAL

SECÇÃO I - DOS ACTOS EM GERAL

Artigo 102.º (Princípio da limitação dos actos)
Artigo 103.º (Forma dos actos)
Artigo 104.º (Língua a empregar nos actos)
Artigo 105.º (Tradução de documentos escritos em língua estrangeira)
Artigo 106.º (Participação de surdo, mudo ou surdo-mudo)
Artigo 107.º (Lei reguladora da forma dos actos e do processo)
Artigo 108.º (Quando se praticam os actos)
Artigo 109.º (Regra da continuidade dos prazos)
Artigo 110.º (Modalidades do prazo)
Artigo 111.º (Justo impedimento)
Artigo 112.º (Prorrogação dos prazos)
Artigo 113.º (Prazo dilatatório seguido de prazo peremptório)
Artigo 114.º (Em que lugar se praticam os actos)

SECÇÃO II - DOS ACTOS DAS PARTES

Artigo 115.º (Apresentação a juízo dos actos processuais)
Artigo 116.º (Comprovativo do pagamento de taxa de justiça)
Artigo 117.º (Definição de articulados)
Artigo 118.º (Exigência de duplicados)
Artigo 119.º (Regra geral sobre o prazo)

SECÇÃO III - DOS ACTOS DOS MAGISTRADOS

Artigo 120.º (Manutenção da ordem nos actos processuais)
Artigo 121.º (Dever e formas de administração da justiça)
Artigo 122.º (Requisitos externos da sentença e do despacho)
Artigo 123.º (Dever de fundamentar a decisão)
Artigo 124.º (Documentação dos actos presididos pelo juiz)
Artigo 125.º (Prazo para os actos dos magistrados)

SECÇÃO IV - DOS ACTOS DA SECRETARIA

Artigo 126.º (Função e deveres das secretarias judiciais)
Artigo 127.º (Âmbito territorial para a prática de actos de secretaria)
Artigo 128.º (Composição de autos e termos)
Artigo 129.º (Assinatura dos autos e dos termos)
Artigo 130.º (Rubrica das folhas do processo)
Artigo 131.º (Prazos para o expediente da secretaria)

SECÇÃO V - DA PUBLICIDADE E ACESSO AO PROCESSO

Artigu 99.º (Suspeisaun hasoru funsionáriu iha sekretaria)
Artigu 100.º (Prazu atu dedúz)
Artigu 101.º (Insidente nia prosesu)

KAPÍTULU IV - AKTU PROSESUÁL EIN JERÁL

SEKSAUN I - AKTU EIN JERÁL

Artigu 102.º (Prinsípiu limitasaun iha aktu)
Artigu 103.º (Aktu nia forma)
Artigu 104.º (Lian atu uza iha aktu)
Artigu 105.º (Dokumentu iha lian estranjeiru nia tradusaun)
Artigu 106.º (Surdu, mudu ka surdu-mudu)
Artigu 107.º (Lei ne'ebé regula prosesu no aktu prosesuál)
Artigu 108.º (Bainhira maka halo aktu prosesuál)
Artigu 109.º (Kontinuidade iha prazu)
Artigu 110.º (Prazu nia modalidade)
Artigu 111.º (Impedimentu justifikavel)
Artigu 112.º (Prazu nia prorrogasaun)
Artigu 113.º (Prazu dilatóriu ho prazu peremptóriu tuir malu)
Artigu 114.º (Fatin atu pratika aktu)

SEKSAUN II - PARTE SIRA NIA AKTU

Artigu 115.º (Aktu ne'ebé apresenta ba juíz)
Artigu 116.º (Taxa-justisa nia pagamentu)
Artigu 117.º (Artikuladu)
Artigu 118.º (Duplikadu)
Artigu 119.º (Regra jerál ba prazu)

SEKSAUN III - MAJISTRADU NIA AKTU

Artigu 120.º (Orden iha aktu prosesuál)
Artigu 121.º (Devér no forma atu administra justisa)
Artigu 122.º (Sentensa no despaxu nia rekizitu esternu)
Artigu 123.º (Devér atu fundamenta desizaun)
Artigu 124.º (Dokumentasaun ba aktu ne'ebé juíz prezide)
Artigu 125.º (Prazu ba majistradu nia aktu)

SEKSAUN IV - SEKRETARIA NIA AKTU

Artigu 126.º (Sekretaria judisiál nia funsaun no devér)
Artigu 127.º (Sekretaria nia aktu tuir territóriu)
Artigu 128.º (Autu no termu nia kompozisaun)
Artigu 129.º (Autu no termu nia assinatura)
Artigu 130.º (Rubrika iha autus nia tahan)
Artigu 131.º (Prazu ba expediente iha sekretaria)

SEKSAUN V - PUBLISIDADE NO ASESU BA AUTUS

Artigo 132.º (Publicidade do processo)
Artigo 133.º (Limitações à publicidade do processo)
Artigo 134.º (Confiança do processo)
Artigo 135.º (Falta de restituição do processo dentro do prazo)
Artigo 136.º (Direito ao exame em consequência de disposição legal ou despacho judicial)
Artigo 137.º (Dúvidas e reclamações)
Artigo 138.º (Registo de entrega dos autos)
Artigo 139.º (Dever de passagem de certidões)
Artigo 140.º (Prazo para a passagem das certidões)

SECÇÃO VI - DA COMUNICAÇÃO DOS ACTOS

Artigo 141.º (Formas de requisição e comunicação de actos)
Artigo 142.º (Destinatários das cartas precatórias)
Artigo 143.º (Conteúdo da carta)
Artigo 144.º (Outros elementos a anexar)
Artigo 145.º (Prazo para cumprimento das cartas)
Artigo 146.º (Expedição das cartas)
Artigo 147.º (A expedição da carta e a marcha do processo)
Artigo 148.º (Recusa legítima de cumprimento da carta precatória)
Artigo 149.º (Recusa legítima de cumprimento da carta rogatória)
Artigo 150.º (Processo de cumprimento da carta rogatória)
Artigo 151.º (Poder do tribunal deprecado ou rogado)
Artigo 152.º (Destino da carta depois de cumprida)
Artigo 153.º (Assinatura dos mandados)
Artigo 154.º (Conteúdo do mandado)

SECÇÃO VII - DAS NULIDADES DOS ACTOS

Artigo 155.º (Ineptidão da petição inicial)
Artigo 156.º (Anulação do processado posterior à petição)
Artigo 157.º (Quando se verifica a falta de citação)
Artigo 158.º (Suprimento da nulidade de falta de citação)
Artigo 159.º (Falta de citação no caso de pluralidade de réus)
Artigo 160.º (Nulidade da citação)
Artigo 161.º (Erro na forma de processo)
Artigo 162.º (Falta de vista ou exame ao Ministério Público como parte acessória)
Artigo 163.º (Regras gerais sobre a nulidade dos actos)
Artigo 164.º (Nulidades de conhecimento oficioso)
Artigo 165.º (Quem pode invocar e a quem é vedada a arguição da nulidade)
Artigo 166.º (Prazo para arguição das nulidades principais)
Artigo 167.º (Regra geral sobre o prazo da arguição)
Artigo 168.º (Quando deve o tribunal conhecer das nulidades)
Artigo 169.º (Regras gerais sobre o julgamento)
Artigo 170.º (Não renovação do acto nulo)

SECÇÃO VIII - DOS ACTOS DE DISTRIBUIÇÃO

Artigu 132.º (Publisidade iha prosesu)
Artigu 133.º (Limitasaun ba publisidade iha prosesu)
Artigu 134.º (Prosesu nia konfiansa)
Artigu 135.º (La entrega iha prazu nia laran)
Artigu 136.º (Direitu atu halo ezame tan dispozisaun legál ka despaxu judisiál)
Artigu 137.º (Dúvida no reklamasaun)
Artigu 138.º (Rejistu kona-ba autus nia entrega)
Artigu 139.º (Devér atu pasa sertidaun)
Artigu 140.º (Prazu atu pasa sertidaun)

SEKSAUN VI - AKTU NIA KOMUNIKASAUN

Artigu 141.º (Forma atu rekizita ka komunika aktu)
Artigu 142.º (Karta prekatória nia destinatáriu)
Artigu 143.º (Karta nia konteúdu)
Artigu 144.º (Elementu seluk tan atu aneksa)
Artigu 145.º (Prazu atu kumpre karta)
Artigu 146.º (Karta nia expedisaun)
Artigu 147.º (Karta nia expedisan no prosesu nia marxa)
Artigu 148.º (Rekuza lejítima atu kumpre karta prekatória)
Artigu 149.º (Rekuza lejítima atu kumpre karta rogatória)
Artigu 150.º (Prosesu atu kumpre karta rogatória)
Artigu 151.º (Tribunál deprekadu ka rogadu nia poder)
Artigu 152.º (Karta kumprida nia destinu)
Artigu 153.º (Asinatura iha mandadu)
Artigu 154.º (Mandadu nia konteúdu)

SEKSAUN VII - AKTU PROSESUÁL NIA NULIDADE

Artigu 155.º (Ineptidaun iha petisaun inisiál)
Artigu 156.º (Anulasaun ba prosesadu ne'ebé tuir fali petisaun)
Artigu 157.º (Kuandu la iha sitasaun)
Artigu 158.º (Nulidade tan la iha sitasaun nia suprimentu)
Artigu 159.º (Sitasaun nia falta kuandu iha reu barak)
Artigu 160.º (Nulidade iha sitasaun)
Artigu 161.º (Erru iha prosesu nia forma)
Artigu 162.º (Falta iha vista ka ezame ba Ministériu Públiku hanesan parte asesória)
Artigu 163.º (Regra jerál kona-ba aktu nia nulidade)
Artigu 164.º (Nulidade ho koñesimentu ofisiozu)
Artigu 165.º (Se maka bele argui nulidade)
Artigu 166.º (Prazu atu argui nulidade prinsipál)
Artigu 167.º (Regra jerál ba prazu atu argui nulidade)
Artigu 168.º (Kuandu tribunál tenke koñese nulidade)
Artigu 169.º (Regra jerál kona-ba julgamentu)
Artigu 170.º (La renovasaun ba aktu nulu)

SEKSAUN VIII - DISTRIBUISAUN

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 171.º (Fim da distribuição)

Artigo 172.º (Falta ou irregularidade da distribuição)

SUBSECÇÃO II - DISTRIBUIÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

Artigo 173.º (Papéis sujeitos a distribuição na primeira instância)

Artigo 174.º (Actos que não dependem de distribuição)

Artigo 175.º (Condições necessárias para a distribuição)

Artigo 176.º (Dias e horas em que se faz a distribuição)

Artigo 177.º (Classificação e numeração dos papéis)

Artigo 178.º (Classificação e numeração dos papéis e sorteio)

Artigo 179.º (Sorteio no caso de haver um único papel de alguma espécie)

Artigo 180.º (Assento do resultado)

Artigo 181.º (Assinatura e publicação)

Artigo 182.º (Registo)

Artigo 183.º (Erro na distribuição)

Artigo 184.º (Rectificação da distribuição)

Artigo 185.º (Espécies na distribuição em primeira instância)

SUBSECÇÃO III - DISTRIBUIÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Artigo 186.º (Quando e como se faz a distribuição no Supremo Tribunal de Justiça)

Artigo 187.º (Espécies na distribuição no Supremo Tribunal de Justiça)

Artigo 188.º (Como se faz a distribuição)

Artigo 189.º (Segunda distribuição)

CAPÍTULO V - DAS CITAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 190.º (Funções da citação e da notificação)

Artigo 191.º (Necessidade de despacho prévio)

Artigo 192.º (Citação ou notificação dos agentes diplomáticos)

Artigo 193.º (Citação ou notificação de incapazes e pessoas colectivas)

Artigo 194.º (Momento e lugar da citação ou da notificação)

SECÇÃO II - CITAÇÃO

Artigo 195.º (Modalidades da citação)

Artigo 196.º (Regras gerais da citação)

Artigo 197.º (Quem efectua a citação)

Artigo 198.º (Elementos a transmitir obrigatoriamente ao citando)

Artigo 199.º (Citação com hora certa)

SUBSEKSAUN I - DIPOZISAUN JERÁL

- Artigu 171.^o (Distribuisaun nia fim)
- Artigu 172.^o (Falta ka irregularidade iha distribuisaun)

SUBSEKSAUN II - DISTRIBUISAUN IHA INSTÁNSIA PRIMEIRA

- Artigu 173.^o (Papél ne'ebé tenke distribui iha instánsia primeira)
- Artigu 174.^o (Aktu ne'ebé la depende ba distribuisaun)
- Artigu 175.^o (Kondisaun ba distribuisaun)
- Artigu 176.^o (Loron no oras atu halo distribuisaun)
- Artigu 177.^o (Papél nia numerasaun no klasifikasaun)
- Artigu 178.^o (Klasifikasaun no numerasaun iha papél no sorteiu)
- Artigu 179.^o (Sorteiu kuandu iha papél ida deit iha espésie ida)
- Artigu 180.^o (Rezultadu nia asentu)
- Artigu 181.^o (Asinatura no publikasaun)
- Artigu 182.^o (Rejistu)
- Artigu 183.^o (Erru iha distribuisaun)
- Artigu 184.^o (Retifikasaun iha distribuisaun)
- Artigu 185.^o (Espésie ba distribuisaun iha instánsia primeira)

SEKSAUN III - DISTRIBUISAUN IHA SUPREMU TRIBUNÁL BA JUSTISA

- Artigu 186.^o (Kuandu no oinsá halo distribuisaun iha Supremo Tribunál ba Justisa)
- Artigu 187.^o (Espésie ba distribuisaun iha Supremo Tribunál ba Justisa)
- Artigu 188.^o (Oinsá halo distribuisaun)
- Artigu 189.^o (Distribuisaun segunda)

KAPÍTULU V - SITASAUN NO NOTIFIKASAUN

SEKSAUN I - DISPOZISAUN KOMÚM

- Artigu 190.^o (Sitasaun no notifikasaun nia funsaun)
- Artigu 191.^o (Despaxu préviu)
- Artigu 192.^o (Sitasaun ka notifikasaun ba ajente diplomátiku)
- Artigu 193.^o (Sitasaun ka notifikasaun ba inkapáz no pesoa kolektiva)
- Artigu 194.^o (Momentu no fatin atu halo sitasaun ka notifikasaun)

SEKSAUN II - SITASAUN

- Artigu 195.^o (Sitasaun nia modalidade)
- Artigu 196.^o (Regra jerál)
- Artigu 197.^o (Se maka halo sitasaun)
- Artigu 198.^o (Elementu atu tranzmite ba sitandu)
- Artigu 199.^o (Sitasaun ho oras)

Artigo 200.º (Nomeação de defensor público)
Artigo 201.º (Incapacidade de facto do citando)
Artigo 202.º (Ausência do citando em parte certa)
Artigo 203.º (Ausência do citando em parte incerta)
Artigo 204.º (Citação do residente no estrangeiro)
Artigo 205.º (Formalidades da citação edital por incerteza do lugar)
Artigo 206.º (Conteúdo dos editais e anúncios)
Artigo 207.º (Contagem do prazo para a defesa)
Artigo 208.º (Formalidades da citação edital por incerteza das pessoas)
Artigo 209.º (Junção, ao processo, do edital e anúncios)
Artigo 210.º (Dilação)

SECÇÃO III - NOTIFICAÇÕES

Artigo 211.º (Notificação às partes)
Artigo 212.º (Notificações aos mandatários judiciais)
Artigo 213.º (Notificações às partes e intervenientes acidentais)
Artigo 214.º (Notificações ao Ministério Público)
Artigo 215.º (Notificações ao defensor público)
Artigo 216.º (Notificação de decisões judiciais)
Artigo 217.º (Notificações feitas em acto judicial)
Artigo 218.º (Notificações avulsas)
Artigo 219.º (Inadmissibilidade de oposição às notificações avulsas)

CAPÍTULO VI - DA INSTÂNCIA

SECÇÃO I - COMEÇO E DESENVOLVIMENTO DA INSTÂNCIA

Artigo 220.º (Princípio dispositivo)
Artigo 221.º (Dever de colaboração das partes)
Artigo 222.º (Poderes do juiz tendo em vista a celeridade)
Artigo 223.º (Momento em que a acção se considera proposta)
Artigo 224.º (Princípio da estabilidade da instância)
Artigo 225.º (Modificação subjectiva pela intervenção de novas partes)
Artigo 226.º (Outras modificações subjectivas)
Artigo 227.º (Transmissões de coisas ou direitos litigiosos)
Artigo 228.º (Alteração do pedido e da causa de pedir)
Artigo 229.º (Admissibilidade da reconvenção)
Artigo 230.º (Apensação de acções)

SECÇÃO II - DA SUSPENSÃO, DA INTERRUPTÃO E DA EXTINÇÃO DA INSTÂNCIA

Artigo 231.º (Causas de suspensão)
Artigo 232.º (Suspensão por falecimento da parte)
Artigo 233.º (Suspensão por falecimento ou impedimento do mandatário)
Artigo 234.º (Suspensão por determinação do juiz)
Artigo 235.º (Regime da suspensão)
Artigo 236.º (Como e quando cessa a suspensão)

Artigu 200.^o (Defensór públiku nia nomeasaun)
Artigu 201.^o (Sitandu nia inkapasidade de faktu)
Artigu 202.^o (Sitandu auzente iha fatin sertu)
Artigu 203.^o (Sitandu auzente iha fatin insertu)
Artigu 204.^o (Sitasaun ba sitandu iha estranjeiru)
Artigu 205.^o (Sitasaun editál kuandu la hatene sitandu nia hela-fatin)
Artigu 206.^o (Editál no anúnsiu nia konteúdu)
Artigu 207.^o (Prazu ba defeza nia kontajem)
Artigu 208.^o (Sitasaun editál tanba la hatene atu sita se loos)
Artigu 209.^o (Editál no anúnsiu nia junsau nia autus)
Artigu 210.^o (Dilasaun)

SEKSAUN III - NOTIFIKASAUN

Artigu 211.^o (Notifikasaun ba parte sira)
Artigu 212.^o (Notifikasaun ba mandatáriu judisiál)
Artigu 213.^o (Notifikasaun ba parte no interveniente asidentál)
Artigu 214.^o (Notifikasaun ba Ministériu Públiku)
Artigu 215.^o (Notifikasaun ba defensór públiku)
Artigu 216.^o (Notifikasaun kona-ba desizaun judisiál)
Artigu 217.^o (Notifikasaun iha aktu judisiál)
Artigu 218.^o (Notifikasaun avulsa)
Artigu 219.^o (Opozisaun ba notifikasaun avulsa)

KAPÍTULU VI -- INSTÁNSIA

SEKSAUN I - KOMESU NO DEZENVOLVIMENTU

Artigu 220.^o (Prinsípiu dispozitivu)
Artigu 221.^o (Parte nia devér atu kolabora)
Artigu 222.^o (Juíz nia podér ba seleridade)
Artigu 223.^o (Momentu iha ne'ebé ita konsidera aksaun proposta)
Artigu 224.^o (Prinsípiu estabilidade iha instánsia)
Artigu 226.^o (Modifikasaun subjativa seluk)
Artigu 227.^o (Tranzmisaun kona-ba koiza ka direitu litijiozu)
Artigu 228.^o (Alterasaun iha pedidu no kauza-de-pedír)
Artigu 229.^o (Rekonvensaun nia admisaun)
Artigu 230.^o (Apenasasaun iha aksaun)

SEKSAUN II - INSTÁNSIA NIA SUSPENSAUN, INTERRUPSAUN NO EXTINSAUN

Artigu 231.^o (Kauza ba suspensaun)
Artigu 232.^o (Suspensaun tan parte mate)
Artigu 233.^o (Suspensaun tan mandatáriu nia falesimentu ka impedimentu)
Artigu 234.^o (Suspensaun tan juíz nia orden)
Artigu 235.^o (Suspensaun nia rejime)
Artigu 236.^o (Oinsá no bainhira maka suspensaun hotu)

Artigo 237.º (Factos que determinam a interrupção da instância)
Artigo 238.º (Como cessa a interrupção)
Artigo 239.º (Causas de extinção da instância)
Artigo 240.º (Casos de absolvição da instância)
Artigo 241.º (Alcance e efeitos da absolvição da instância)
Artigo 242.º (Compromisso arbitral)
Artigo 243.º (Deserção da instância e dos recursos)
Artigo 244.º (Renovação da instância)
Artigo 245.º (Liberdade de desistência, confissão e transacção)
Artigo 246.º (Efeito da confissão e da transacção)
Artigo 247.º (Efeito da desistência)
Artigo 248.º (Tutela dos direitos do réu)
Artigo 249.º (Desistência, confissão ou transacção de pessoas colectivas, sociedades, incapazes ou ausentes)
Artigo 250.º (Desistência, confissão e transacção no caso de litisconsórcio)
Artigo 251.º (Limites objectivos da confissão, desistência e transacção)
Artigo 252.º (Como se realiza a confissão, desistência ou transacção)
Artigo 253.º (Nulidade e anulabilidade da confissão)

SECÇÃO III - DOS INCIDENTES DA INSTÂNCIA

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 254.º (Regra geral)
Artigo 255.º (Indicação das provas e oposição)
Artigo 256.º (Limite do número de testemunhas e registo dos depoimentos)

SUBSECÇÃO II - VERIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA

Artigo 257.º - (Atribuição de valor à causa e sua influência)
Artigo 258.º - (Critérios gerais para a fixação do valor)
Artigo 259.º - (Critérios especiais)
Artigo 260.º - (Momento a que se atende para a determinação do valor)
Artigo 261.º - (Valor da acção no caso de prestações vincendas)
Artigo 262.º - (Valor da acção determinado pelo valor do acto jurídico)
Artigo 263.º - (Valor da acção determinado pelo valor da coisa)
Artigo 264.º - (Valor das acções sobre o estado das pessoas ou sobre interesses imateriais)
Artigo 265.º - (Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares)
Artigo 266.º - (Poderes das partes quanto à indicação do valor)
Artigo 267.º - (A vontade das partes e a intervenção do juiz na fixação do valor)
Artigo 268.º - (Valor dos incidentes)
Artigo 269.º - (Determinação do valor quando não sejam suficientes a vontade das partes e o poder do juiz)

Artigu 237.º (Faktu ne'ebé hamosu interrompsaun iha instánsia)
Artigu 238.º (Oinsá interrompsaun hotu)
Artigu 239.º (Saida maka hamosu extinsaun iha instánsia)
Artigu 240.º (Absolvisaun iha instánsia)
Artigu 241.º (Absolvisaun iha instánsia nia alkanse no efeitu)
Artigu 242.º (Kompromisu arbitrál)
Artigu 243.º (Dezersaun iha instánsia no iha rekursu)
Artigu 244.º (Instánsia nia renovaun)
Artigu 245.º (Liberdade ba dezisténsia, konfisaun no tranzasaun)
Artigu 246.º (Konfisaun no tranzasaun nia efeitu)
Artigu 247.º (Dezisténsia nia efeitu)
Artigu 248.º (Tutela ba reu nia direitu)
Artigu 249.º (Peso kolektiva, sosiedade, inkapáz ka auzente nia dezisténsia, konfisaun ka tranzasaun)
Artigu 250.º (Dezisténsia, konfisaun ka tranzasaun iha litiskonsórsiu)
Artigu 251.º (Konfisaun, dezisténsia no tranzasaun nia limite objetivu)
Artigu 252.º (Oinsá halo konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun)
Artigu 253.º (Konfisaun nia nulidade no anulabilidade)

SEKSAUN III - INSIDENTE IHA INSTÁNSIA

SUBSEKSAUN I - DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 254.º (Regra jerál)
Artigu 255.º (Prova)
Artigu 256.º (Testemuña nia número no depoimentu nia rejistu)

SUBSEKSAUN II - VERIFIKASAUN BA AKSAUN NIA VALÓR

Artigu 257.º (Aksaun nia valór no valór ne'e nia influénsia)
Artigu 258.º (Kritériu jerál atu fiksa aksaun nia valór)
Artigu 259.º (Kritériu espesial)
Artigu 260.º (Momentu ne'ebé tenke konsidera atu fiksa valór)
Artigu 261.º (Aksaun nia valór iha pedidu ba prestasaun vinsenda)
Artigu 262.º (Aksaun nia valór tuir aktu jurídiku nia valór)
Artigu 263.º (Aksaun nia valór tuir koiza ida nia valór)
Artigu 264.º (Aksaun kona-ba ema nia estadu no kona-ba interese imaterial)
Artigu 265.º (Insidente no prosedimentu kautelár nia valór)
Artigu 266.º (Parte sira nia podér atu hatudu valór)
Artigu 267.º (Parte sira nia vontade no juíz nia intervensaun atu fiksa valór)
Artigu 268.º (Insidente nia valór)
Artigu 269.º (Valór kuandu parte sira nia vontade no juíz nia podér la too atu fiksa)

Artigo 270.º (Fixação do valor por meio de arbitramento)

SUBSECÇÃO III - INTERVENÇÃO PRINCIPAL DE TERCEIROS

DIVISÃO I - INTERVENÇÃO ESPONTÂNEA

Artigo 271.º (Quando tem lugar)

Artigo 272.º (Posição do interveniente)

Artigo 273.º (Oportunidade da intervenção)

Artigo 274.º (Dedução da intervenção)

Artigo 275.º (Oposição das partes)

DIVISÃO II - INTERVENÇÃO PROVOCADA

Artigo 276.º (Âmbito)

Artigo 277.º (Oportunidade do chamamento)

Artigo 278.º (Termos em que se processa)

Artigo 279.º (Valor da sentença quanto ao chamado)

SUBSECÇÃO IV - INTERVENÇÃO ACESSÓRIA DE TERCEIROS

DIVISÃO I - INTERVENÇÃO PROVOCADA

Artigo 280.º (Campo de aplicação)

Artigo 281.º (Dedução do chamamento)

Artigo 282.º (Decisão do chamamento)

Artigo 283.º (Termos subsequentes)

Artigo 284.º (Tutela dos direitos do autor)

DIVISÃO II - INTERVENÇÃO ACESSÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Artigo 285.º (Como se processa)

DIVISÃO III - OPOSIÇÃO MEDIANTE EMBARGOS DE TERCEIRO

Artigo 286.º (Fundamento dos embargos de terceiro)

Artigo 287.º (Embargos de terceiro por parte dos cônjuges)

Artigo 288.º (Dedução dos embargos)

Artigo 289.º (Fase introdutória dos embargos)

Artigo 290.º (Efeitos da rejeição dos embargos)

Artigo 291.º (Efeitos do recebimento dos embargos)

Artigo 292.º (Processamento subsequente ao recebimento dos embargos)

Artigo 293.º (Caso julgado material)

Artigo 294.º (Embargos de terceiro com função preventiva)

SUBSECÇÃO VI - HABILITAÇÃO

Artigu 270.º (Valór ho arbitramentu)

SUBSEKSAUN III - TERSEIRU NIA INTERVENSAUN PRINSIPÁL

DIVIZAUN I - INTERVENSAUN ESPONTÁNEA

Artigu 271.º (Bainhira maka iha)

Artigu 272.º (Interveniente nia pozisaun)

Artigu 273.º (Oportunidade ba intervensaun)

Artigu 274.º (Intervensaun nia dedusaun)

Artigu 275.º (Parte sira nia opozisaun)

DIVISAUN II - INTERVENSAUN PROVOKADA

Artigu 276.º (Ámbitu)

Artigu 277.º (Oportunidade ba xamamentu)

Artigu 278.º (Prosesu)

Artigu 279.º (Sentensa nia valór ba xamadu)

SUBSEKSAUN IV - TERSEIRU NIA INTERVENSAUN ASESÓRIA

DIVIZAUN I - INTERVENSAUN PROVOKADA

Artigu 280.º (Aplikasaun)

Artigu 281.º (Xamamentu)

Artigu 282.º (Desizaun kona-ba xamamentu)

Artigu 283.º (Termus subsekuente)

Artigu 284.º (Tutela ba autór nia direitu)

DIVIZAUN II - MINISTÉRIU PÚBLIKU NIA INTERVENSAUN ASESÓRIA

Artigu 285.º (Prosesu)

DIVIZAUN III - OPOZISAUN MEDIANTE TERSEIRU NIA EMBARGU

Artigu 286.º (Fundamentu ba terseiru nia embargo)

Artigu 287.º (Terseiru nia embargo hosi kónjuje)

Artigu 288.º (Embargu nia dedusaun)

Artigu 289.º (Faze introdutória)

Artigu 290.º (Rejeisaun nia efeito)

Artigu 291.º (Resebimentu nia efeito)

Artigu 292.º (Prosesamentu tuir fali resebimentu)

Artigu 293.º (Kazu julgadu materiál)

Artigu 294.º (Embargu ho funsaun preventiva)

SUBSEKSAUN VI - ABILITASAUN

Artigo 295.º (Casos de promoção da habilitação)
Artigo 296.º (Regras comuns de processamento do incidente)
Artigo 297.º (Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo)
Artigo 298.º (Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida)
Artigo 299.º (Habilitação no caso de incerteza de pessoas)
Artigo 300.º (Habilitação do adquirente ou cessionário)
Artigo 301.º (Habilitação perante o Supremo Tribunal de Justiça)

SUBSECÇÃO VII - LIQUIDAÇÃO

Artigo 302.º (Ónus de liquidação)
Artigo 303.º (Como se deduz)
Artigo 304.º (Termos posteriores do incidente)

CAPÍTULO VII - DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES

SECÇÃO I - PROCEDIMENTO CAUTELAR COMUM

Artigo 305.º (Âmbito das providências cautelares não especificadas)
Artigo 306.º (Urgência do procedimento cautelar)
Artigo 307.º (Relação entre o procedimento cautelar e a acção principal)
Artigo 308.º (Processamento)
Artigo 309.º (Contraditório do requerido)
Artigo 310.º (Audiência final)
Artigo 311.º (Deferimento e substituição da providência)
Artigo 312.º (Contraditório subsequente ao decretamento da providência)
Artigo 313.º (Caducidade da providência)
Artigo 314.º (Responsabilidade do requerente)
Artigo 315.º (Garantia penal da providência)
Artigo 316.º (Aplicação subsidiária aos procedimentos especificados)

SECÇÃO II - PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECIFICADOS

SUBSECÇÃO I - RESTITUIÇÃO PROVISÓRIA DE POSSE

Artigo 317.º (Em que casos tem lugar a restituição provisória de posse)
Artigo 318.º (Termos em que a restituição é ordenada)
Artigo 319.º (Defesa da posse mediante providência não especificada)

SUBSECÇÃO II - SUSPENSÃO DE DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Artigo 320.º (Pressupostos e formalidades)
Artigo 321.º (Contestação e decisão)

SUBSECÇÃO III - ALIMENTOS PROVISÓRIOS

Artigu 295.º (Kuandu tenke promove abilitasaun)
Artigu 296.º (Regra prosesuál komum ba insidente)
Artigu 297.º (Abilitasaun kuandu lejitimidade rekoñese tiha ona iha dokumentu ka prosesu seluk)
Artigu 298.º (Abilitasaun kuandu lejitimidade seidauk rekoñese)
Artigu 299.º (Abilitasaun ba insertu)
Artigu 300.º (Abilitasaun ba adkirente ka sesionáriu)
Artigu 301.º (Abilitasaun iha Supremu Tribunál ba Justisa)

SEKSAUN VII - LIKIDASAUN

Artigu 302.º (Onus atu halo likidasaun)
Artigu 303.º (Dedusaun)
Artigu 304.º (Termus posteriór)

KAPÍTULU VII - PROSEDIMENTU KAUTELÁR

SEKSAUN I - PROSEDIMENTU KAUTELÁR KOMUM

Artigu 305.º (Prosedimentu kautelár la espesifikada nia âmbito)
Artigu 306.º (Providénsia kautelár nia urjénsia)
Artigu 307.º (Prosedimentu kautelár no aksaun prinsipál)
Artigu 308.º (Prosesu)
Artigu 309.º (Kontraditóriu)
Artigu 310.º (Audiénsia finál)
Artigu 311.º (Providénsia nia deferimentu no substituisaun)
Artigu 312.º (Kontraditóriu liu tiha dekretamentu)
Artigu 313.º (Providénsia nia kadusidade)
Artigu 314.º (Rekerente nia responsabilidade)
Artigu 315.º (Garantia penál ba providénsia)
Artigu 316.º (Aplikasaun subsidiária ba prosedimentu espesifikadu)

SEKSAUN II - PROSEDIMENTU KAUTELÁR ESPESIFIKADU

SUBSEKSAUN I - RESTITUISAUN PROVIZÓRIA BA POSE

Artigu 317.º (Kuandu bele iha restituissaun provizória ba pose)
Artigu 318.º (Restituissaun)
Artigu 319.º (Defeza ba pose ho providénsia la espesifikada)

SUBSEKSAUN II - SUSPENSAUN BA DELIBERASAUN SOSIÁL

Artigu 320.º (Presupostu no formalidade)
Artigu 321.º (Kontestasaun no desizaun)

SUBSEKSAUN III - ALIMENTU PROVIZÓRIU

Artigo 322.º (Fundamento)
Artigo 323.º (Procedimento)
Artigo 324.º (Alcance da decisão)
Artigo 325.º (Regime especial da responsabilidade do requerente)

SUBSECÇÃO IV - ARBITRAMENTO DE REPARAÇÃO PROVISÓRIA

Artigo 326.º (Fundamento)
Artigo 327.º (Processamento)
Artigo 328.º (Caducidade da providência e repetição das quantias pagas)

SUBSECÇÃO V - ARRESTO

Artigo 329.º (Fundamentos)
Artigo 330.º (Processamento)
Artigo 331.º (Termos subsequentes)
Artigo 332.º (Arresto de navios e sua carga)
Artigo 333.º (Caso especial de caducidade)

SUBSECÇÃO VI - EMBARGO DE OBRA NOVA

Artigo 334.º (Embargo judicial e extrajudicial)
Artigo 335.º (Embargo por parte de pessoas colectivas públicas)
Artigo 336.º (Obras que não podem ser embargadas)
Artigo 337.º (Como se faz ou ratifica o embargo)
Artigo 338.º (Autorização da continuação da obra)
Artigo 339.º (Como se reage contra a inovação abusiva)

SUBSECÇÃO VII - ARROLAMENTO

Artigo 340.º (Fundamento)
Artigo 341.º (Legitimidade)
Artigo 342.º (Processo para o decretamento da providência)
Artigo 343.º (Como se faz o arrolamento)
Artigo 344.º (Casos de imposição de selos)
Artigo 345.º (Quem deve ser o depositário)
Artigo 346.º (Arrolamentos especiais)

TÍTULO II - DO PROCESSO DE DECLARAÇÃO

CAPÍTULO I - DAS FORMAS DO PROCESSO

Artigo 347.º (Processo comum e processos especiais)
Artigo 348.º (Disposições subsidiárias)

CAPÍTULO II - DO PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO SECÇÃO I - DOS ARTICULADOS

Artigu 322.º (Fundamentu)
Artigu 323.º (Prosedimentu)
Artigu 324.º (Desizaun nia alkanse)
Artigu 325.º (Rekerente nia responsabilidade)

SUBSEKSAUN IV - ARBITRAMENTU BA REPARASAUN PROVIZÓRIA

Artigu 326.º (Fundamentu)
Artigu 327.º (Prosesu)
Artigu 328.º (Providénsia nia kadusidade no kuantia ne'ebé selu
tiha ona)

SUBSEKSAUN V - ARRESTU

Artigu 329.º (Fundamentu)
Artigu 330.º (Prosesu)
Artigu 331.º (Termus subsekuente)
Artigu 332.º (Arrestu ba naviu no nia karga)
Artigu 333.º (Kadusidade)

SUBSEKSAUN VI - EMBARGU BA OBRA NOVA

Artigu 334.º (Embargu judisiál no extrajudisiál)
Artigu 335.º (Embargu hosi pesoa kolektiva públika)
Artigu 336.º (Obra ne'ebé la bele embarga)
Artigu 337.º (Oinsá halo ka ratifika embargu)
Artigu 338.º (Autorizasaun atu kontinua obra)
Artigu 339.º (Inovasaun abuziva)

SUBSEKSAUN VII - ARROLAMENTU

Artigu 340º (Fundamentu)
Artigu 341º (Lejitimidade)
Artigu 342º (Prosesu)
Artigu 343º (Oinsá halo arrolamentu)
Artigu 344º (Selu nia kolokasaun)
Artigu 345º (Depozitáriu)
Artigu 346º (Arrolamentu espesiál)

TÍTULU II - PROSESU DEKLARATIVU

KAPÍTULU I - PROSESU NIA FORMA

Artigu 347º (Prosesu komúm no prosesu espesiál)
Artigu 348º (Dispozisaun subsidiária)

KAPÍTULU II - PROSESU KOMÚM DEKLARATIVU

SEKSAUN I - DOS ARTICULADOS

SUBSECÇÃO I - PETIÇÃO INICIAL

- Artigo 349.º (Requisitos da petição inicial)
- Artigo 350.º (Pedidos alternativos)
- Artigo 351.º (Pedidos subsidiários)
- Artigo 352.º (Cumulação de pedido)
- Artigo 353.º (Pedidos genéricos)
- Artigo 354.º (Pedido de prestações vincendas)
- Artigo 355.º (Indeferimento liminar da petição)
- Artigo 356.º (Impugnação do despacho de indeferimento)
- Artigo 357.º (Benefício concedido ao autor)
- Artigo 358.º (Petição irregular ou deficiente)
- Artigo 359.º (Despacho de citação)
- Artigo 360.º (Irrecorribilidade do despacho de citação)
- Artigo 361.º (Efeitos da citação)
- Artigo 362.º (Regime no caso de anulação da citação)

SUBSECÇÃO II - REVELIA DO RÉU

- Artigo 363.º (Revelia absoluta do réu)
- Artigo 364.º (Efeitos da revelia)
- Artigo 365.º (Excepções)

SUBSECÇÃO III - CONTESTAÇÃO

- Artigo 366.º (Prazo para a contestação)
- Artigo 367.º (Defesa por impugnação e defesa por excepção)
- Artigo 368.º (Elementos da contestação)
- Artigo 369.º (Oportunidade de dedução da defesa)
- Artigo 370.º (Ónus de impugnação)
- Artigo 371.º (Notificação do oferecimento da contestação)

SUBSECÇÃO IV - EXCEPÇÕES

- Artigo 372.º (Excepções dilatórias e peremptórias)
- Artigo 373.º (Excepções dilatórias)
- Artigo 374.º (Conhecimento das excepções dilatórias)
- Artigo 375.º (Conhecimento de excepções peremptória)
- Artigo 376.º (Conceitos de litispendência e caso julgado)
- Artigo 377.º (Requisitos da litispendência e do caso julgado)
- Artigo 378.º (Em que acção deve ser deduzida a litispendência)

SUBSECÇÃO V - RECONVENÇÃO

- Artigo 379.º (Dedução da reconvenção)

SUBSECÇÃO VI - RESPOSTA À CONTESTAÇÃO E À

SEKSAUN I - ARTIKULADU

SUBSEKSAUN I - PETISAUN INISIÁL

- Artigu 349^o (Petisaun inisiál nia rekizitu)
- Artigu 350^o (Pedidu alternativu)
- Artigu 351^o (Pedidu subsidiáriu)
- Artigu 352^o (Kumulasaun iha pedidu)
- Artigu 353^o (Pedidu jenériku)
- Artigu 354^o (Pedidu ba prestasaun vinsenda)
- Artigu 355^o (Indeferimentu liminár)
- Artigu 356.^o (Impugnasaun ba despaxu ne'ebé indefere petisaun)
- Artigu 357.^o (Benefísiu ba autór)
- Artigu 358.^o (Petisaun irregulár ka deficiente)
- Artigu 359.^o (Despaxu ba sitasaun)
- Artigu 360.^o (Despaxu irrekorrivel)
- Artigu 361.^o (Sitasaun nia efeitu)
- Artigu 362.^o (Sitasaun anulada nia efeitu)

SUBSEKSAUN II - REU NIA REVELIA

- Artigu 363.^o (Reu nia revelia absoluta)
- Artigu 364.^o (Revelia nia efeitu)
- Artigu 365.^o (Exesaun)

SUBSEKSAUN III - KONTESTASAUN

- Artigu 366.^o (Prazu ba kontestasaun)
- Artigu 367.^o (Defeza ho impugnasaun no defeza ho exesaun)
- Artigu 368.^o (Kontestasaun nia elementu)
- Artigu 369.^o (Oportunidade atu dedúz defeza)
- Artigu 370.^o (Onus ba impugnasaun)
- Artigu 371.^o (Kontestasaun nia notifikasaun)

SUBSEKSAUN IV - EXESAUN

- Artigu 372.^o (Exesaun dilatória no peremptória)
- Artigu 373.^o (Exesaun dilatória)
- Artigu 374.^o (Exesaun dilatória nia koñesimentu)
- Artigu 375.^o (Exesaun peremptória nia koñesimentu)
- Artigu 376.^o (Litispéndensia no kazu julgadu nia konseitu)
- Artigu 377.^o (Rekizitu ba litispéndensia no kazu-julgadu)
- Artigu 378.^o (Aksaun iha ne'ebé maka dedúz litispéndensia)

SUBSEKSAUN V - REKONVENSAUN

- Artigu 379.^o (Dedusaun)

SUBSEKSAUN VI - RESPOSTA BA KONTESTASAUN NO BA

RECONVENÇÃO

- Artigo 380.º (Resposta à contestação)
- Artigo 381.º (Resposta à reconvenção)
- Artigo 382.º (Regime aplicável a todos os articulados)

SUBSECÇÃO VII - ARTICULADOS SUPERVENIENTES

- Artigo 383.º (Termos em que são admitidos)
- Artigo 384.º (Apresentação do novo articulado depois da marcação da audiência de discussão e julgamento)

SECÇÃO II - DO SANEAMENTO E INSTRUÇÃO

SUBSECÇÃO I - DO SANEAMENTO

- Artigo 385.º (Tentativa de conciliação)
- Artigo 386.º (Despacho saneador)
- Artigo 387.º (Organização da especificação e questionário)
- Artigo 388.º (Acções não contestadas ou de pequena complexidade)

SUBSECÇÃO II - INSTRUÇÃO DO PROCESSO

- Artigo 389.º (Indicação das provas)
- Artigo 390.º (Alteração do rol de testemunhas)
- Artigo 391.º (Factos que não carecem de alegação ou de prova)
- Artigo 392.º (Produção antecipada de prova)
- Artigo 393.º (Forma da antecipação da prova)
- Artigo 394.º (Cartas precatórias ou rogatórias)

CAPITULO III - DA AUDIÊNCIA DE DISCUSSÃO E JULGAMENTO

- Artigo 395.º (Intervenção e competência do tribunal)
- Artigo 396.º (Data da audiência)
- Artigo 397.º (Requisição ou designação de técnico)
- Artigo 398.º (Poderes do presidente)
- Artigo 399.º (Causas de adiamento da audiência)
- Artigo 400.º (Tentativa de conciliação e discussão da matéria de facto)
- Artigo 401.º (Julgamento da matéria de facto)
- Artigo 402.º (Princípio da plenitude da assistência dos juízes)
- Artigo 403.º (Liberdade de julgamento)
- Artigo 404.º (Publicidade e continuidade da audiência.)
- Artigo 405.º (Discussão do aspecto jurídico da causa)

CAPÍTULO IV - DA SENTENÇA

SECÇÃO I - ELABORAÇÃO DA SENTENÇA

REKONVENSAUN

- Artigu 380.^o (Resposta ba kontestasaun)
- Artigu 381.^o (Resposta ba rekonvensaun)
- Artigu 382.^o (Rejime aplikavel ba artikuladu hotu-hotu)

SUBSEKSAUN VII - ARTIKULADU SUPERVENIENTE

- Artigu 383.^o (Admissaun)
- Artigu 384.^o (Artikuladu foun kuandu audiénsia ba diskusaun no julgamentu marka tiha ona)

SEKSAUN II - SANEAMENTU NO INSTRUSAUN

SUBSEKSAUN I - SANEAMENTU

- Artigu 385.^o (Tentativa ba konsiliaun)
- Artigu 386.^o (Despaxu saneadór)
- Artigu 387.^o (Espesifikasaun no kestionáriu)
- Artigu 388.^o (Aksaun la kontestada ka ho kompleksidade kiik)

SUBSEKSAUN II - INSTRUSAUN

- Artigu 389.^o (Prova nia indikasaun)
- Artigu 390.^o (Alterasaun iha testemuña nia rol)
- Artigu 391.^o (Faktu ne'ebé la presiza alegasaun no prova)
- Artigu 392.^o (Prova nia produsaun antesipada)
- Artigu 393.^o (Forma atu prodúz prova antesipada)
- Artigu 394.^o (Karta prekatória ka rogatória)

KAPÍTULU III - AUDIÉNSIA BA DISKUSAUN NO JULGAMENTU

- Artigu 395.^o (Tribunál nia intervensaun no kompeténsia)
- Artigu 396.^o (Data ba audiénsia)
- Artigu 397.^o (Esklaresimentu no paresér tékniku)
- Artigu 398.^o (Prezidente nia poder)
- Artigu 399.^o (Kauza ba audiénsia nia adiamentu)
- Artigu 400.^o (Tentativa ba konsiliaun no diskusaun kona-ba matéria-de-faktu)
- Artigu 401.^o (Julgamentu kona-ba matéria-de-faktu)
- Artigu 402.^o (Prinsípiu plenitude iha juíz nia asixténsia)
- Artigu 403.^o (Liberdade iha julgamentu)
- Artigu 404.^o (Publisidade no continuidade iha audiénsia)
- Artigu 405.^o (Diskusaun kona-ba aspetu jurídiku)

KAPÍTULU IV - SENTENSA

SEKSAUN I - SENTENSA NIA ELABORASAUN

Artigo 406.º (Prazo da sentença)
Artigo 407.º (Sentença)
Artigo 408.º (Ordem das questões a resolver)
Artigo 409.º (Limites da condenação)
Artigo 410.º (Julgamento no caso de inexigibilidade da obrigação)
Artigo 411.º (Atendibilidade dos factos jurídicos supervenientes)
Artigo 412.º (Relação entre a actividade das partes e a do juiz)
Artigo 413.º (Uso anormal do processo)

SECÇÃO II - VÍCIOS E REFORMA DA SENTENÇA

Artigo 414.º (Extinção do poder jurisdicional e suas limitações)
Artigo 415.º (Rectificação de erros materiais)
Artigo 416.º (Causas de nulidade da sentença)
Artigo 417.º (Esclarecimento ou reforma da sentença)
Artigo 418.º (Processamento subsequente)

SECÇÃO III - EFEITOS DA SENTENÇA

Artigo 419.º (Valor da sentença transitada em julgado)
Artigo 420.º (Caso julgado formal)
Artigo 421.º (Alcance do caso julgado)
Artigo 422.º (Efeitos do caso julgado nas questões de estado)
Artigo 423.º (Oponibilidade a terceiros na decisão final condenatória)
Artigo 424.º (Eficácia da decisão penal absolutória)
Artigo 425.º (Casos julgados contraditórios)

CAPÍTULO V - DOS RECURSOS

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS

Artigo 426.º (Espécies de recursos)
Artigo 427.º (Noção de trânsito em julgado)
Artigo 428.º (Princípios gerais relativos à admissibilidade do recurso)
Artigo 429.º (Decisões que não admitem recurso)
Artigo 430.º (Quem pode recorrer)
Artigo 431.º (Perda do direito de recorrer e renúncia ao recurso)
Artigo 432.º (Recurso independente e recurso subordinado)
Artigo 433.º (Extensão do recurso aos compartes não recorrentes)
Artigo 434.º (Delimitação subjectiva e objectiva do recurso)
Artigo 435.º (Ampliação do âmbito do recurso a requerimento do recorrido)
Artigo 436.º (Prazo de interposição)
Artigo 437.º (Interposição do recurso, quando haja rectificação, esclarecimento ou reforma da sentença)
Artigo 438.º (Interposição e admissão do recurso)
Artigo 439.º (Reclamação contra o indeferimento ou retenção do recurso)
Artigo 440.º (Julgamento da reclamação)

Artigu 406.º (Prazu ba sentensa)
Artigu 407.º (Sentensa)
Artigu 408.º (Kestaun atu rezolve)
Artigu 409.º (Limite ba kondenasau)
Artigu 410.º (Julgamentu kuandu obrigasaun seidak ezijivel)
Artigu 411.º (Faktu superveniente atendivel)
Artigu 412.º (Relasaun entre parte sira nia atividade no juíz nia atividade)
Artigu 413.º (Prosesu nia uzu anormal)

SEKSAUN II - SENTENSA NIA VÍSIU NO REFORMA

Artigu 414.º (Podér jurisdisionál nia extinsaun)
Artigu 415.º (Retifikasaun ba erru materiál)
Artigu 416.º (Nulidade iha sentensa)
Artigu 417.º (Sentensa nia esklaresimentu ka reforma)
Artigu 418.º (Prosesamentu subsekunte)

SEKSAUN III - SENTENSA NIA EFEITU

Artigu 419.º (Sentensa tranzitada nia valór)
Artigu 420.º (Kazu julgadu formál)
Artigu 421.º (Kazu julgadu nia alkanse)
Artigu 422.º (Kazu julgadu nia efeitu iha kestaun kona-ba estadu)
Artigu 423.º (Desizaun finál kondenatória nia oponibilidade ba terseiru)
Artigu 424.º (Desizaun absolutória nia efikásia)
Artigu 425.º (Kazu julgadu kontraditóriu)

KAPÍTULU V - REKURSU

SEKSAUN I - DISPOZISAUN JERÁL NO KOMUM

Artigu 426.º (Rekursu nia espésie)
Artigu 427.º (Tránsito-ein-julgadu nia nosaun)
Artigu 428.º (Prinsípiu jerál kona-ba rekursu nia admisibilidade)
Artigu 429.º (Desizaun ne'ebé la admite rekursu)
Artigu 430.º (Se maka bele rekorre)
Artigu 431.º (Direitu atu rekorre no renúnsia)
Artigu 432.º (Rekursu independente no rekursu subordinadu)
Artigu 433.º (Komparte la rekorrente)
Artigu 434.º (Rekursu nia delimitasaun subjativa no objetiva)
Artigu 435.º (Ampliasaun iha rekursu nia âmbito tanba rekorridu husu)
Artigu 436.º (Prazu atu hatama rekursu)
Artigu 437.º (Rekursu kuandu iha retifikasaun, aklarasaun ka reforma ba sentensa)
Artigu 438.º (Rekursu nia interpozisaun no admisaun)
Artigu 439.º (Reklamasau hasoru rekursu nia indeferimentu ka retensaun)
Artigu 440.º (Reklamasau nia julgamentu)

- Artigo 441.º (Ónus de alegar e formular conclusões)
- Artigo 442.º (Ónus a cargo de quem impugnar a matéria de facto)

SECÇÃO II - APELAÇÃO

- Artigo 443.º (De que decisões pode apelar-se)
- Artigo 444.º (Efeito da apelação)
- Artigo 445.º (Subida)
- Artigo 446.º (Vários recorrentes)
- Artigo 447.º (Prazo para as alegações e expedição do recurso)
- Artigo 448.º (Funções do relator e reclamação para a conferência)
- Artigo 449.º (Exame preliminar do relator)
- Artigo 450.º (Erro na espécie de recurso)
- Artigo 451.º (Não conhecimento do objecto do recurso)
- Artigo 452.º (Decisão liminar do objecto do recurso)
- Artigo 453.º (Junção de documentos)
- Artigo 454.º (Preparação da decisão)
- Artigo 455.º (Sugestões dos adjuntos)
- Artigo 456.º (Julgamento do objecto do recurso)
- Artigo 457.º (Julgamento dos agravos que sobem com a apelação)
- Artigo 458.º (Falta ou impedimento dos juízes)
- Artigo 459.º (Modificabilidade da decisão de facto)
- Artigo 460.º (Elaboração do acórdão)
- Artigo 461.º (Publicação do resultado da votação)
- Artigo 462.º (Regra da substituição ao tribunal recorrido)
- Artigo 463.º (Vícios e reforma do acórdão)
- Artigo 464.º (Acórdão lavrado contra o vencido)
- Artigo 465.º (Reforma do acórdão)
- Artigo 466.º (Baixa do processo)

SECÇÃO III - RECURSO DE AGRAVO

- Artigo 467.º (De que decisões cabe agravo)
- Artigo 468.º (Agravos que sobem imediatamente)
- Artigo 469.º (Subida diferida)
- Artigo 470.º (Agravos que sobem nos próprios autos)
- Artigo 471.º (Agravos que sobem em separado)
- Artigo 472.º (Subida dos agravos nos procedimentos cautelares)
- Artigo 473.º (Subida dos agravos nos incidentes)
- Artigo 474.º (Agravos com efeito suspensivo)
- Artigo 475.º (Fixação da subida e do efeito do recurso)
- Artigo 476.º (Notificação do despacho e elementos para instrução do recurso)
- Artigo 477.º (Oferecimento das alegações)
- Artigo 478.º (Sustentação do despacho ou reparação do agravo)
- Artigo 479.º (Termos a seguir quando o agravo suba imediatamente nos próprios autos)
- Artigo 480.º (Termos a seguir quando o agravo não suba imediatamente)
- Artigo 481.º (Indicação dos agravos retidos que mantêm interesse)

Artigu 441.º (Onus atu alega no formula konkluzau)
Artigu 442.º (Onus ba ema ne'ebé impugna matéria-de-faktu)

SEKSAUN II - APELASAUN

Artigu 443.º (Desizaun ne'ebé bele hasoru apelaun)
Artigu 444.º (Apelaun nia efeitu)
Artigu 445.º (Subida)
Artigu 446.º (Rekorrente barak)
Artigu 447.º (Prazu ba alegasaun no rekursu nia expedisaun)
Artigu 448.º (Relatór nia funsaun no reklamasau ba konferénsia)
Artigu 449.º (Ezame preliminar)
Artigu 450.º (Erru iha rekursu nia espésie)
Artigu 451.º (La koñesimentu)
Artigu 452.º (Desizaun liminár)
Artigu 453.º (Dokumentu nia junsau)
Artigu 454.º (Desizaun nia preparasaun)
Artigu 455.º (Adjuntu sira nia sujestaun)
Artigu 456.º (Julgamentu ba rekursu nia objetu)
Artigu 457.º (Julgamentu ba agravu ne'ebé sae ho apelaun)
Artigu 458.º (Juíz nia falta ka impedimentu)
Artigu 459.º (Modifikasaun iha desizaun kona-ba faktu)
Artigu 460.º (Akórdaun nia elaborasaun)
Artigu 461.º (Publikasaun ba votasaun nia rezultadu)
Artigu 462.º (Substituisaun ba tribunál rekorridu)
Artigu 463.º (Akórdaun nia vísiu no reforma)
Artigu 464.º (Akórdaun lavradu hasoru vensidu)
Artigu 465.º (Akórdaun nia reforma)
Artigu 466.º (Autus nia baixa)

SEKSAUN III - REKURSU AGRAVU

Artigu 467.º (Desizaun ne'ebé bele hasoru agravu)
Artigu 468.º (Agravu ne'ebé sae kedas)
Artigu 469.º (Subida deferida)
Artigu 470.º (Rekursu ho subida iha autus rasik)
Artigu 471.º (Agravu ne'ebé sae ketak)
Artigu 472.º (Agravu nia subida iha prosedimentu kautelár)
Artigu 473.º (Agravu nia subida iha insidente)
Artigu 474.º (Agravu ho efeitu suspensivu)
Artigu 475.º (Subida nia tipu no rekursu nia efeitu)
Artigu 476.º (Notifikasaun kona-ba despaxu no elementu atu instrui rekursu)
Artigu 477.º (Alegasoens)
Artigu 478.º (Despaxu nia sustentasaun ka agravu nia reparasaun)
Artigu 479.º (Kuandu agravu sae iha autus rasik nia laran)
Artigu 480.º (Kuandu agravu la sae kedas)
Artigu 481.º (Agravu retidu ne'ebé iha nafatin interese ba

para o agravante)
Artigo 482.º (Aplicação do regime do julgamento da apelação)
Artigo 483.º (Efeitos da deserção ou desistência do agravo)
Artigo 484.º (Questões prévias)
Artigo 485.º (Preparação e julgamento)
Artigo 486.º (Conhecimento do mérito da causa em substituição do tribunal de primeira instância)

SECÇÃO IV - RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

SUBSECÇÃO I - REVISÃO

Artigo 487.º (Fundamentos do recurso)
Artigo 488.º (Prazo para a interposição)
Artigo 489.º (Instrução do requerimento)
Artigo 490.º (Indeferimento imediato)
Artigo 491.º (Julgamento da revisão)
Artigo 492.º (Termos a seguir quando a revisão é procedente)
Artigo 493.º (Prestação de caução)

SUBSECÇÃO II - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Artigo 494.º (Fixação de jurisprudência)
Artigo 495.º (Questão preliminar)
Artigo 496.º (Instrução do recurso)
Artigo 497.º (Julgamento do recurso)
Artigo 498.º (Eficácia da decisão)
Artigo 499.º (Casos omissos)

TÍTULO III - DA PROVA

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 500.º (Função das provas)
Artigo 501.º (Objecto da prova)
Artigo 502.º (Provas atendíveis)
Artigo 503.º (Livre apreciação da prova)
Artigo 504.º (Princípio da audiência contraditória)
Artigo 505.º (Apresentação de coisas móveis ou imóveis)
Artigo 506.º (Dever de cooperação para a descoberta da verdade)
Artigo 507.º (Valor extraprocessual das provas)
Artigo 508.º (Registo dos depoimentos prestados antecipadamente ou por carta)
Artigo 509.º (Registo da prova em audiência final)

CAPÍTULO II - DO ÓNUS DA PROVA E DAS PRESUNÇÕES

SECÇÃO I - ÓNUS DA PROVA

agravante)

Artigu 482.º (Julgamentu iha apelausaun nia rejime)

Artigu 483.º (Dezusaun no dezisténsia iha agravu nia efeitu)

Artigu 484.º (Kestaun prévia)

Artigu 485.º (Preparasaun no julgamentu)

Artigu 486.º (Koñesimentu kona-ba pedidu iha tribunál iha primeira instánsia nia fatin)

SEKSAUN IV - REKURSU EXTRAORDINÁRIU

SUBSEKSAUN I - REVIZAUN

Artigu 487o (Rekursu nia fundamentu)

Artigu 488o (Prazu atu hatama)

Artigu 489.º (Instrusaun ba rekerimentu)

Artigu 490.º (Indeferimentu imediatu)

Artigu 491.º (Julgamentu ba revizaun)

Artigu 492.º (Termus atu tuir kuandu revizaun prosede)

Artigu 493.º (Kausaun)

SUBSEKSAUN II - UNIFORMIZASAUN BA JURISPRUDÉNSIA

Artigu 494.º (Fiksasaun ba jurisprudénsia)

Artigu 495.º (Kestaun preliminar)

Artigu 496.º (Instrusaun ba rekursu)

Artigu 497.º (Julgamentu ba rekursu)

Artigu 498.º (Desizaun nia efikásia)

Artigu 499.º (Kazu omisu)

TÍTULU III - PROVA

KAPÍTULU I - DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 500.º (Prova nia funsaun)

Artigu 501.º (Prova nia objetu)

Artigu 502.º (Prova atendivel)

Artigu 503.º (Apresiasaun livre)

Artigu 504.º (Audiénsia kontraditória)

Artigu 505.º (Aprezentasaun kona-ba koiza movel ka imovel)

Artigu 506.º (Devér atu kolabora hodi deskobre verdade)

Artigu 507.º (Prova nia valór extraprofesual)

Artigu 508.º (Rejistu ba depoimentu prestadu antesipadamente ka ho karta)

Artigu 509.º (Rejistu ba prova iha audiénsia finál)

KAPÍTULU II - ONUS ATU PROVA NO PREZUNSAUN

SEKSAUN I - ONUS ATU PROVA

Artigo 510.º (Regra geral do ónus da prova)
Artigo 511.º (Ónus da prova em casos especiais)
Artigo 512.º (Inversão do ónus da prova)
Artigo 513.º (Convenções sobre as provas)
Artigo 514.º (Contraprova)
Artigo 515.º (Modo de contrariar a prova legal plena)
Artigo 516.º (Direito consuetudinário, local ou estrangeiro)

SECÇÃO II - PRESUNÇÕES

Artigo 517.º (Noção)
Artigo 518.º (Presunções legais)
Artigo 519.º (Presunções judiciais)

CAPÍTULO III - DOS MEIOS DE PROVA

SECÇÃO I - PROVA POR CONFISSÃO DAS PARTES

Artigo 520.º (Noção)
Artigo 521.º (Depoimento de parte)
Artigo 522.º (Capacidade e legitimação)
Artigo 523.º (Factos sobre que pode recair)
Artigo 524.º (Ineficácia da confissão)
Artigo 525.º (Modalidades)
Artigo 526.º (Formas de confissão judicial)
Artigo 527.º (Declaração confessória)
Artigo 528.º (Momento e lugar do depoimento)
Artigo 529.º (Impossibilidade de comparência no tribunal)
Artigo 530.º (Ordem dos depoimentos)
Artigo 531.º (Prestação de juramento)
Artigo 532.º (Interrogatório)
Artigo 533.º (Respostas do depoente)
Artigo 534.º (Intervenção dos advogados)
Artigo 535.º (Redução a escrito do depoimento de parte)
Artigo 536.º (Nulidade e anulabilidade da confissão)
Artigo 537.º (Força probatória da confissão)
Artigo 538.º (Valor do reconhecimento não confessório)
Artigo 539.º (Indivisibilidade da confissão)
Artigo 540.º (Irretractabilidade da confissão)

SECÇÃO II - PROVA TESTEMUNHAL

SUBSECÇÃO I - REGRAS GERAIS

Artigo 541.º (Objecto e limites do depoimento)
Artigo 542.º (Depoimento indirecto)
Artigo 543.º (Vozes públicas e convicções pessoais)
Artigo 544.º (Capacidade e dever de testemunhar)
Artigo 545.º (Deveres gerais da testemunha)

Artigu 510.º (Regra jerál kona-ba onus atu prova)
Artigu 511.º (Onus iha kazu esepesial)
Artigu 512.º (Inversaun iha onus atu prova)
Artigu 513.º (Konvensaun kona-ba prova)
Artigu 514.º (Kontraprova)
Artigu 515.º (Modu atu kontraria prova legál plena)
Artigu 516.º (Direitu konsuetudináriu, lokál ka estranjeiru)

SEKSAUN II - PREZUNSAUN

Artigu 517.º (Nosaun)
Artigu 518.º (Prezunsaun legál)
Artigu 519.º (Prezunsaun judisiál)

KAPÍTULU III - MEIU-DE-PROVA

SEKSAUN I - PROVA HO PARTE SIRA NIA KONFISAUN

Artigu 520.º (Nosaun)
Artigu 521.º (Parte nia depoimentu)
Artigu 522.º (Kapasidade no lejitimasau)
Artigu 523.º (Faktu ba depoimentu)
Artigu 524.º (Konfisaun nia inefikásia)
Artigu 525.º (Modalidade)
Artigu 526.º (Konfisaun judisiál nia forma)
Artigu 527.º (Deklarasaun konfesória)
Artigu 528.º (Momentu no fatin atu foo depoimentu)
Artigu 529.º (Imposibilidade atu mai tribunál)
Artigu 530.º (Orden iha depoimentu)
Artigu 531.º (Juramentu)
Artigu 532.º (Interrogatóriu)
Artigu 533.º (Depoente nia resposta)
Artigu 534.º (Advogadu nia intervensaun)
Artigu 535.º (Hakerek parte nia depoimentu)
Artigu 536.º (Konfisaun nia nulidade ka anulabilidade)
Artigu 537.º (Konfisaun nia forsa probatória)
Artigu 538.º (Rekoñesimentu la konfesóriu nia valór)
Artigu 539.º (Indivizibilidade iha konfisaun)
Artigu 540.º (Irretratabilidade iha konfisaun)

SEKSAUN II - PROVA TESTEMUÑAL

SUBEKSAUN I - REGRA JERÁL

Artigu 541.º (Depoimentu nia objetu no limite)
Artigu 542.º (Depoimentu indiretu)
Artigu 543.º (Voz pública ka opiniaun pesoál)
Artigu 544.º (Kapasidade no devér atu sai testemuña)
Artigu 545.º (Testemuña nia devér jerál)

Artigo 546.º (Impedimentos)
Artigo 547.º (Recusa legítima a depor)
Artigo 548.º Segredo profissional)
Artigo 549.º Segredo de funcionários)
Artigo 550.º Segredo de Estado)
Artigo 551.º Admissibilidade da prova testemunhal)
Artigo 552.º Força probatória)

SUBSECÇÃO II - PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL

Artigo 553.º (Rol de testemunhas e desistência da inquirição)
Artigo 554.º (Designação do juiz como testemunha)
Artigo 555.º (Lugar e momento da inquirição)
Artigo 556.º (Inquirição no local da questão)
Artigo 557.º (Prerrogativas de inquirição)
Artigo 558.º (Pessoas incapacitadas de comparecer por doença)
Artigo 559.º (Designação das testemunhas para inquirição)
Artigo 560.º (Consequências do não comparecimento da testemunha)
Artigo 561.º (Adiamento da inquirição)
Artigo 562.º (Substituição de testemunhas)
Artigo 563.º (Limite do número de testemunhas)
Artigo 564.º (Número de testemunhas que podem ser inquiridas sobre cada facto)
Artigo 565.º (Ordem dos depoimentos)
Artigo 566.º (Juramento e interrogatório preliminar)
Artigo 567.º (Fundamentos da impugnação)
Artigo 568.º (Incidente da impugnação)
Artigo 569.º (Regime do depoimento)
Artigo 570.º (Documento apresentado por escrito)
Artigo 571.º (Requisitos de forma)
Artigo 572.º (Contradita)
Artigo 573.º (Como se processa)
Artigo 574.º (Abono das despesas e indemnização)
Artigo 575.º (Inquirição por iniciativa do tribunal)

SECÇÃO III - PROVA DOCUMENTAL

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 576.º (Noção de prova documental)
Artigo 577.º (Modalidades dos documentos escritos)
Artigo 578.º (Exigência legal de documento escrito)
Artigo 579.º (Documentos passados em país estrangeiro)
Artigo 580.º (Falta de requisitos legais)
Artigo 581.º (Força probatória)
Artigo 582.º (Falsidade)
Artigo 583.º (Assinatura nos documentos particulares)
Artigo 584.º (Autoria da letra e da assinatura nos documentos particulares)

Artigu 546.º (Impedimentu)
Artigu 547.º (Rekuza lejítima atu foo depoimentu)
Artigu 548.º (Segredu profisionál)
Artigu 549.º (Segredu ba funsionáriu)
Artigu 550.º (Segredu-de-Estadu)
Artigu 551.º (Prova testemuñál nia admisibilidade)
Artigu 552.º (Forsa probatória)

SUBSEKSAUN II - PROVA TESTEMUÑÁL NIA PRODUSAUN

Artigu 553.º (Testemuña nia rol no dezisténsia ba inkirisaun)
Artigu 554.º (Juíz hanesan testemuña)
Artigu 555.º (Fatin no momentu ba inkirisaun)
Artigu 556.º (Inkirisaun iha kestaun nia fatin)
Artigu 557.º (Prerrogativa iha inkirisaun)
Artigu 558.º (Ema ne'ebé la bele mai tan moras)
Artigu 559.º (Testemuña atu foo depoimentu nia deznasasun)
Artigu 560.º (Konsekuénsia ba testemuña ne'ebé la mai audiénsia)
Artigu 561.º (Adiamentu ba inkirisaun)
Artigu 562.º (Testemuña nia substituisaun)
Artigu 563.º (Limite ba testemuña nia número)
Artigu 564.º (Testemuña hira ba faktu ida-idak)
Artigu 565.º (Orden iha depoimentu)
Artigu 566.º (Juramentu no interrogatóriu preliminar)
Artigu 567.º (Fundamentu ba impugnasaun)
Artigu 568.º (Insidente ba impugnasaun)
Artigu 569.º (Rejime ba depoimentu)
Artigu 570.º (Depoimentu eskritu)
Artigu 571.º (Rekizitu kona-ba forma)
Artigu 572.º (Kontradita)
Artigu 573.º (Prosesa oinsá)
Artigu 574.º (Abonu ba despeza no indemnizasaun)
Artigu 575.º (Inkirisaun ho tribunál nia inisiativa)

SEKSAUN III - PROVA TESTEMUÑÁL

SUBSEKSAUN I - DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 576.º (Nosau)
Artigu 577.º (Dokumentu eskritu nia modalidade)
Artigu 578.º (Ezijénsia legál ba dokumentu eskritu)
Artigu 579.º (Dokumentu pasadu iha paíz estranjeiru)
Artigu 580.º (Rekizitu legál nia falta)
Artigu 581.º (Forsa probatória)
Artigu 582.º (Falsidade)
Artigu 583.º (Asinatura iha dokumentu partikulár)
Artigu 584.º (Letra ka asinatura nia autoria iha dokumentu partikulár)

Artigo 585.º (Reconhecimento notarial)
Artigo 586.º (Força probatória dos documentos particulares)
Artigo 587.º (Documentos autenticados)
Artigo 588.º (Assinatura em branco)
Artigo 589.º (Reproduções mecânicas)
Artigo 590.º (Certidões)
Artigo 591.º (Certidões de certidões)
Artigo 592.º (Invalidação da força probatória das certidões)
Artigo 593.º (Públicas-formas)
Artigo 594.º (Fotocópias de documentos)

SUBSECÇÃO II - TRAMITAÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL

Artigo 595.º (Momento da apresentação)
Artigo 596.º (Apresentação em momento posterior)
Artigo 597.º (Junção de pareceres)
Artigo 598.º (Notificação à parte contrária)
Artigo 599.º (Exibição de reproduções cinematográficas e de registos fonográficos)
Artigo 600.º (Documentos em poder da parte contrária)
Artigo 601.º (Não apresentação do documento)
Artigo 602.º (Escusa do notificado)
Artigo 603.º (Documentos em poder de terceiro)
Artigo 604.º (Sanções aplicáveis ao notificado)
Artigo 605.º (Recusa de entrega justificada)
Artigo 606.º (Ressalva da escrituração comercial)
Artigo 607.º (Requisição de documentos)
Artigo 608.º (Sanções aplicáveis às partes e a terceiros)
Artigo 609.º (Despesas provocadas pela requisição)
Artigo 610.º (Notificação às partes)
Artigo 611.º (Legalização dos documentos passados em país estrangeiro)
Artigo 612.º (Cópia de documentos de leitura difícil)
Artigo 613.º (Impugnação da genuinidade de documento)
Artigo 614.º (Prova)
Artigo 615.º (Ilusão da autenticidade ou da força probatória de documento)
Artigo 616.º (Arguição pelo apresentante)
Artigo 617.º (Resposta)
Artigo 618.º (Instrução e julgamento)
Artigo 619.º (Falsidade de acto judicial)

SECÇÃO IV - ACAREAÇÃO

Artigo 620.º (Acareação)
Artigo 621.º (Como se processa)
Artigo 622.º (Valor probatório)

SECÇÃO V - INSPECÇÃO JUDICIAL

Artigu 585.º (Rekoñesimentu notariál)
Artigu 586.º (Dokumentu partikulár nia forsa probatória)
Artigu 587.º (Dokumentu autentikadu)
Artigu 588.º (Asinatura ein-branku)
Artigu 589.º (Reprodusaun mekánika)
Artigu 590.º (Sertidaun)
Artigu 591.º (Sertidaun hosi sertidaun)
Artigu 592.º (Invalidasaun ba sertidaun nia forsa probatória)
Artigu 593.º (Públika-forma)
Artigu 594.º (Dokumentu nia fotokópia)

SUBSEKSAUN II - PROVA DOKUMENTÁL NIA TRAMITASAUN

Artigu 595.º (Momentu atu apresenta)
Artigu 596.º (Aprezentasaun iha momentu posteriór)
Artigu 597.º (Paresér nia junsaun)
Artigu 598.º (Notifikasaun ba parte kontrária)
Artigu 599.º (Reprodusaun sinematográfika no rejistu fonográfiku nia ezibisaun)
Artigu 600.º (Dokumentu iha parte kontrária nia liman)
Artigu 601.º (La apresenta dokumentu)
Artigu 602.º (Notifikadu nia eskuza)
Artigu 603.º (Dokumentu iha terseiru nia liman)
Artigu 604.º (Sansaun aplikavel ba notifikadu)
Artigu 605.º (Rekuza justifikada)
Artigu 606.º (Resalva ba eskriturasaun komersiál)
Artigu 607.º (Rekizisaun ba dokumentu)
Artigu 608.º (Sansaun aplikavel ba parte no terseiru)
Artigu 609.º (Despeza tanba rekizisaun ne'e)
Artigu 610.º (Notifikasaun ba parte)
Artigu 611.º (Legalizasaun ba dokumentu pasadu iha paíz estranjeiru)
Artigu 612.º (Dokumentu ho leitura difisil)
Artigu 613.º (Impugnasaun ba dokumentu nia jenuinidade)
Artigu 614.º (Prova)
Artigu 615.º (Ilizaun ba dokumentu nia autenticidade ka forsa probatória)
Artigu 616.º (Aprezentante nia arguisaun)
Artigu 617.º (Resposta)
Artigu 618.º (Instrusaun no julgamentu)
Artigu 619.º (Aktu judisiál nia falsidade)

SEKSAUN - AKAREASAUN

Artigu 620.º (Akareasaun)
Artigu 621.º (Prosesamentu)
Artigu 622.º (Valór probatóriu)

SEKSAUN V - INSPESAUN JUDISIÁL

Artigo 623.º (Objecto)
Artigo 624.º (Fim da inspecção)
Artigo 625.º (Intervenção das partes)
Artigo 626.º (Intervenção de técnico)
Artigo 627.º (Auto de inspecção)
Artigo 628.º (Força probatória)

SECÇÃO VI - PROVA PERICIAL

SUBSECÇÃO I - DESIGNAÇÃO DE PERITOS

Artigo 629.º (Objecto)
Artigo 630.º (Quem realiza a perícia)
Artigo 631.º (Perícia colegial)
Artigo 632.º (Desempenho da função de perito)
Artigo 633.º (Obstáculos à nomeação de peritos)
Artigo 634.º (Verificação dos obstáculos à nomeação)
Artigo 635.º (Nova nomeação de peritos)
Artigo 636.º (Peritos nomeados pelas partes)

SUBSECÇÃO II - PROPOSIÇÃO E OBJECTO DA PROVA PERICIAL

Artigo 637.º (Desistência da diligência)
Artigo 638.º (Indicação do objecto da perícia)
Artigo 639.º (Fixação do objecto da perícia)
Artigo 640.º (Perícia oficiosamente determinada)

SUBSECÇÃO III - REALIZAÇÃO DA PERÍCIA

Artigo 641.º (Fixação do começo da diligência)
Artigo 642.º - Prestação de compromisso pelos peritos)
Artigo 643.º - Actos de inspecção por parte dos peritos)
Artigo 644.º - Meios ao dispor dos peritos)
Artigo 645.º - Exame de reconhecimento de letra)
Artigo 646.º (Fixação de prazo para a apresentação de relatório)
Artigo 647.º (Relatório pericial)
Artigo 648.º (Reclamações contra o relatório pericial)
Artigo 649.º (Comparência dos peritos na audiência final)

SUBSECÇÃO IV - SEGUNDA PERÍCIA

Artigo 650.º (Fundamento e objecto)
Artigo 651.º (Regime)
Artigo 652.º (Valor probatório das perícias)

TÍTULO IV - DAS CUSTAS, MULTAS E INDEMNIZAÇÃO

SECÇÃO I - CUSTAS

Artigu 623.º (Objetu)
Artigu 624.º (Inspesaun nia fim)
Artigu 625.º (Parte sira nia intervensaun)
Artigu 626.º (Tékniku nia intervensaun)
Artigu 627.º (Autu-inspesaun)
Artigu 628.º (Forsa probatória)

SEKSAUN IV - PROVA PERISIÁL

SUBSEKSAUN I - PERITU NIA NOMEASAUN

Artigu 629.º (Objetu)
Artigu 630.º (Se maka halo perísia)
Artigu 631.º (Perísia kolejiál)
Artigu 632.º (Peritu nia funsaun)
Artigu 633.º (Obstákulu ba peritu nia nomeasaun)
Artigu 634.º (Obstákulu ba nomeasaun nia verifikasaun)
Artigu 635.º (Peritu foun nia nomeasaun)
Artigu 636.º (Peritu ne'ebé parte sira nomeia)

SUBSEKSAUN II - PROVA PERISIÁL NIA PROPOZISAUN NO OBJETU

Artigu 637.º (Dezisténsia)
Artigu 638.º (Objetu ba perísia nia indikasaun)
Artigu 639.º (Fiksasaun ba perísia nia objetu)
Artigu 640.º (Perísia ofisioza)

SUBSEKSAUN III - PERÍSIA NIA REALIZASAUN

Artigu 641.º (Perísia nia komesu)
Artigu 642.º (Peritu nia kompromisu)
Artigu 643.º (Inspesaun)
Artigu 644.º (Meiu ne'ebé tama iha peritu nia dispozisaun)
Artigu 645.º (Ezame atu rekoñese letra)
Artigu 646.º (Prazu atu apresenta relatóriu)
Artigu 647.º (Relatóriu perisiál)
Artigu 648.º (Reklamasau hasoru relatóriu perisiál)
Artigu 649.º (Peritu nia prezensa iha audiénsia finál)

SUBSEKSAUN IV - PERÍSIA SEGUNDA

Artigu 650.º (Fundamentu no objetu)
Artigu 651.º (Rejime)
Artigu 652.º (Perísia nia valór probatóriu)

TÍTULU IV - KUSTAS, MULTA NO INDEMNIZASAUN

SEKSAUN I - KUSTAS

Artigo 653.º (Regra geral em matéria de custas)
Artigo 654.º (Impossibilidade ou inutilidade da lide)
Artigo 655.º (Actos e diligências que não entram na regra geral das custas)
Artigo 656.º (Responsabilidade do autor pelas custas)
Artigo 657.º (Repartição do encargo das custas)
Artigo 658.º (Custas no caso de confissão, desistência ou transacção)
Artigo 659.º (Custas dos procedimentos cautelares, da habilitação e das notificações)
Artigo 660.º (Pagamento dos honorários pelas custas)
Artigo 661.º (Garantia de pagamento das custas)

SECÇÃO II - MULTAS E INDEMNIZAÇÃO

Artigo 662.º (Litigância de má fé)
Artigo 663.º (Conteúdo da indemnização)
Artigo 664.º (Responsabilidade do representante de incapazes, pessoas colectivas ou sociedades)
Artigo 665.º (Responsabilidade do mandatário)

TÍTULO V - DO PROCESSO COMUM DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 666.º (Forma)
Artigo 667.º (Normas reguladoras)
Artigo 668.º (Função do título executivo)
Artigo 669.º (Espécies de títulos executivos)
Artigo 670.º (Requisitos da exequibilidade da sentença)
Artigo 671.º (Exequibilidade dos despachos e das decisões arbitrais)
Artigo 672.º (Exequibilidade das sentenças e dos títulos exarados em país estrangeiro)
Artigo 673.º (Exequibilidade dos documentos exarados ou autenticados por notário)
Artigo 674.º (Cumulação inicial de execuções)
Artigo 675.º (Legitimidade do exequente e do executado)
Artigo 676.º (Exequibilidade da sentença contra terceiros)
Artigo 677.º (Coligação de exequentes)
Artigo 678.º (Legitimidade do Ministério Público como exequente)
Artigo 679.º (Competência para a execução fundada em sentença)
Artigo 680.º (Execução de sentença do Supremo Tribunal de Justiça)
Artigo 681.º (Execução por custas, multas e indemnização)
Artigo 682.º (Regra geral de competência em matéria de execuções)
Artigo 683.º (Execução fundada em sentença estrangeira)
Artigo 684.º (Requisitos da obrigação exequenda)
Artigo 685.º (Escolha da prestação na obrigação alternativa)
Artigo 686.º (Obrigação condicional ou dependente de prestação)

Artigu 653.º (Regra jerál kona-ba kustus)
Artigu 654.º (Lide nia imposibilidade ka inutilidade)
Artigu 655.º (Aktu no dilijénsia ne'ebé la iha regra kona-ba kustus)
Artigu 656.º (Autór nia responsabilidade ba kustus)
Artigu 657.º (Repartisaun iha enkargu kona-ba kustus)
Artigu 658.º (Kustus kuandu iha konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun0
Artigu 659.º (Kustus iha prosedimentu kautelár)
Artigu 660.º (Onoráriu nia pagamentu ho kustus)
Artigu 661.º (Garantia atu selu kustus)

SEKSAUN II - MULTA NO INDEMNIZASAUN

Artigu 662.º (Litigánsia ho ma-fé)
Artigu 663.º (Indemnizasaun nia konteudu)
Artigu 664.º (Responsabilidade ne'ebé monu ba inkapáz, pesoa kolektiva ka sosiedade nia representante)
Artigu 665.º (Mandatáriu nia responsabilidade)

TÍTULU V - PROESU KOMÚN BA EZEKUSAUN

KAPÍTULU I - DISPOZSAUN JERÁL

Artigu 666.º (Forma)
Artigu 667.º (Norma reguladora)
Artigu 668.º (Títulu ezekutivu nia funsaun)
Artigu 669.º (Títulu ezekutivu)
Artigu 670.º (Rekizitu ba sentensa nia ezequibilidade)
Artigu 671.º (Despaxu judisiál no desizaun arbitrál nia ezequibilidade)
Artigu 672.º (Sentensa no títulu ezaradu iha país estranjeiru)
Artigu 673.º (Dokumentu ne'ebé notáriu ezara ka autentika nia ezequibilidade)
Artigu 674.º (Kumulasaun inisiál iha ezekusaun)
Artigu 675.º (Ezekuente no ezeikutadu nia lejitimidade)
Artigu 676.º (Sentensa nia ezequibilidade hasoru terseiru)
Artigu 677.º (Ezekuente sira nia koligasaun)
Artigu 678.º (Ministériu Públiku nia lejitimidade hanesan ezequente)
Artigu 679.º (Kompeténsia ba ezekusaun bazeada iha sentensa)
Artigu 680.º (Ezekusaun ba Supremu Tribunál ba Justisa nia sentensa)
Artigu 681.º (Ezekusaun ba kustus, multa no indemnizasaun)
Artigu 682.º (Regra jerál kona-ba kompeténsia iha ezekusaun)
Artigu 683.º (Ezekusaun ho baze iha sentensa estranjeira)
Artigu 684.º (Obrigasaun ezeukuenda nia rekizitu)
Artigu 685.º (Prestasaun nia eskolla iha obrigasaun alternativa)
Artigu 686.º (Obrigasaun kondisionál ka dependente hosi prestasaun)

CAPÍTULO II - DO PROCESSO

SECÇÃO I - FASE INTRODUTÓRIA

- Artigo 687.º (Requerimento executivo)
- Artigo 688.º (Citação do executado)
- Artigo 689.º (Citação do executado)
- Artigo 690.º (Liquidação)
- Artigo 691.º (Nomeação pelo exequente)

SECÇÃO II - OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO

- Artigo 692.º (Embargos e seu prazo)
- Artigo 693.º (Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença)
- Artigo 694.º (Fundamentos da oposição à execução baseada noutro título)
- Artigo 695.º (Termos da oposição e execução)
- Artigo 696.º (Efeito do recebimento da oposição)

SECÇÃO III - PENHORA

- Artigo 697.º (Ordem de realização da penhora)
- Artigo 698.º (Bens onerados com garantia real)
- Artigo 699.º (Objecto da penhora)
- Artigo 700.º (Bens absoluta ou totalmente impenhoráveis)
- Artigo 701.º (Bens relativamente impenhoráveis)
- Artigo 702.º (Bens parcialmente penhoráveis)
- Artigo 703.º (Impenhorabilidade de quantias pecuniárias ou depósitos bancários)
- Artigo 704.º (Penhora de bens comuns do casal)
- Artigo 705.º (Penhora em caso de comunhão ou compropriedade)
- Artigo 706.º (Bens a penhorar na execução contra o herdeiro)
- Artigo 707.º (Penhorabilidade subsidiária)
- Artigo 708.º (Penhora de mercadorias carregadas em navio)
- Artigo 709.º (Apreensão de bens em poder de terceiros)
- Artigo 710.º (Fundamentos da oposição à penhora)
- Artigo 711.º (Processamento do incidente)

SECÇÃO IV - CASOS ESPECIAIS DE PENHORA

SUBSECÇÃO I - PENHORA DE BENS IMÓVEIS

- Artigo 712.º (Realização de penhora de coisas imóveis)
- Artigo 713.º (Depositário)
- Artigo 714.º (Entrega efectiva)
- Artigo 715.º (Extensão da penhora)
- Artigo 716.º (Divisão do prédio penhorado)
- Artigo 717.º (Administração dos bens depositados)
- Artigo 718.º (Remoção do depositário)
- Artigo 719.º (Conversão do arresto em penhora)

KAPÍTULU II - PROSESU

SEKSAUN I - FAZE INTRODUTÓRIA

- Artigu 687.º (Rekerimentu ezekektivu)
- Artigu 688.º (Despaxu liminár)
- Artigu 689.º (Ezekutadu nia sitasaun)
- Artigu 690.º (Likidasaun)
- Artigu 691.º (Ezekuente nomeia bein)

SEKSAUN II - OPOZISAUN BA EZEKUSAUN

- Artigu 692.º (Embargu no nia prazu)
- Artigu 693.º (Opozisaun ba ezekektu ho baze iha sentensa)
- Artigu 694.º (Opozisaun ba ezekektu ho baze iha título seluk)
- Artigu 695.º (Opozisaun nia termus)
- Artigu 696.º (Efeito kuandu tribunál simu opozisaun)

SEKSAUN III - PEÑORA

- Artigu 697.º (Orden atu tuir iha peñora)
- Artigu 698.º (Bein oneradu ho garantia réal)
- Artigu 699.º (Peñora nia objektu)
- Artigu 700.º (Bein absoluta ka totalmente impeñoravel)
- Artigu 701.º (Bein relativamente impeñoravel)
- Artigu 702.º (Bein parsialmente peñoravel)
- Artigu 703.º (Osan ka depóztu bankáriu inpeñoravel)
- Artigu 704.º (Peñora ba kazál nia bein komún)
- Artigu 705.º (Peñora iha komuñau ka kompropiedade)
- Artigu 706.º (Bein atu peñora iha ezekektu hasoru erdeiru)
- Artigu 707.º (Bein peñoravel subsidiáriu)
- Artigu 708.º (Peñora ba merkadoria karregada iha naviu)
- Artigu 709.º (Apreensaun ba bein iha terseiru nia liman)
- Artigu 710.º (Opozisaun ba peñora nia fundamentu)
- Artigu 711.º (Insidente nia prosesu)

SEKSAUN IV - KAZU ESPESIÁL IHA PEÑORA

SUBSEKSAUN I - PEÑORA BA BEIN IMOVEL

- Artigu 712.º (Peñora iha koiza imovel)
- Artigu 713.º (Depozitáriu)
- Artigu 714.º (Entrega efetiva)
- Artigu 715.º (Peñora nia extensaun)
- Artigu 716.º (Prédiu peñoradu nia divizaun)
- Artigu 717.º (Administrasaun ba bein depozitadu)
- Artigu 718.º (Depozitáriu nia remosaun)
- Artigu 719.º (Arrestu nia konversaun ba peñora)

Artigo 720.º (Levantamento de penhora)

SUBSECÇÃO II - PENHORA DE BENS MÓVEIS

Artigo 721.º (Modo de efectuar a penhora)

Artigo 722.º (Cooperação do exequente na realização da penhora)

Artigo 723.º (Auto de penhora)

Artigo 724.º (Obstáculos à realização da penhora)

Artigo 725.º (Penhora de coisas móveis sujeitas a registo)

Artigo 726.º (Modo de fazer navegar o navio penhorado)

Artigo 727.º (Modo de qualquer credor fazer navegar o navio penhorado)

Artigo 728.º (Dever de apresentação dos bens)

Artigo 729.º (Venda antecipada de bens)

Artigo 730.º (Aplicação das disposições relativas à penhora de imóveis)

SUBSECÇÃO III - PENHORA DE DIREITOS

Artigo 731.º (Penhora de créditos)

Artigo 732.º (Penhora de títulos de crédito)

Artigo 733.º (Termos a seguir quando o devedor negue a existência do crédito)

Artigo 734.º (Termos a seguir quando o devedor alegue que a obrigação está dependente de prestação do executado)

Artigo 735.º (Depósito ou entrega da prestação devida)

Artigo 736.º (Penhora de direitos ou expectativas de aquisição)

Artigo 737.º (Penhora de rendas, abonos, vencimentos ou salários)

Artigo 738.º (Penhora de depósitos bancários)

Artigo 739.º (Penhora de estabelecimento comercial)

Artigo 740.º (Disposições aplicáveis à penhora de direitos)

SUBSECÇÃO IV - CONCURSO DE CREDORES

Artigo 741.º (Citação dos credores e do cônjuge)

Artigo 742.º (Dispensa da citação dos credores)

Artigo 743.º (Reclamação dos créditos)

Artigo 744.º (Impugnação dos créditos reclamados)

Artigo 745.º (Resposta do reclamante)

Artigo 746.º (Termos posteriores – Verificação e graduação dos créditos)

Artigo 747.º (Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens)

SECÇÃO V - DO PAGAMENTO

SUBSECÇÃO I - PAGAMENTO PELA ENTREGA DE DINHEIRO E PELA ADJUDICAÇÃO

Artigo 748.º (Modos de o efectuar)

Artigo 749.º (Termos em que pode ser efectuado)

Artigu 720.º (Levantamentu ba peñora)

SUBSEKSAUN II - PEÑORA BA MOVEL

Artigu 721.º (Oinsá efetua peñora)

Artigu 722.º (Ezekuente nia kooperasaun atu realiza peñora)

Artigu 723.º (Autu-peñora)

Artigu 724.º (Obstákulu ba peñora nia realizasaun)

Artigu 725.º (Peñora ba movel ne'ebé tenke rejista)

Artigu 726.º (Oinsá halo naviu peñoradu navega fali)

Artigu 727.º (Oinsá kredór halo naviu peñoradu navega fali)

Artigu 728.º (Devér atu apresenta bein)

Artigu 729.º (Venda antesipada)

Artigu 730.º (Disposizaun kona-ba peñora ba imovel nia aplikasaun)

SUBSEKSAUN III - PEÑORA BA DIREITU

Artigu 731.º (Peñora ba kréditu)

Artigu 732.º (Peñora ba título-de-kréditu)

Artigu 733.º (Termus atu tuir kuandu devedór dehan katak kréditu la iha)

Artigu 734.º (Termus atu tuir kuandu devedór dehan katak obrigasaun depende hosi prestasaun ne'ebé ezekutadu tenke halo)

Artigu 735.º (Prestasaun devida nia depóztu ka entrega)

Artigu 736.º (Peñora ba direitu ka espetativa atu adkire)

Artigu 737.º (Peñora ba renda, abonu, vensimentu ka saláriu)

Artigu 738.º (Peñora ba depóztu bankáriu)

Artigu 739.º (Peñora ba establesimentu komersiál)

Artigu 740.º (Dispozisaun aplikavel ba peñora ba direitu)

SUBSEKSAUN IV - KONKURSU BA KREDÓR SIRA

Artigu 741.º (Sitasaun ba kredór no kónjuje)

Artigu 742.º (Dispensa ba kredór nia sitasaun)

Artigu 743.º (Reklamasau ba kréditu)

Artigu 744.º (Impugnasaun ba kréditu reklamadu)

Artigu 745.º (Reklamante nia Resposta)

Artigu 746.º (Kréditu nia verifikasaun no graduasaun)

Artigu 747.º (Ezekusaun barak ba bein ida deit)

SEKSAUN V - PAGAMENTU

SUBSEKSAUN I - PAGAMENTU HO OSAN NO HO ADJUDIKASAUN

Artigu 748.º (Oinsá halo pagamentu)

Artigu 749.º (Termus ba pagamentu)

Artigo 750.º (Pagamento por entrega de dinheiro)
Artigo 751.º (Requerimento para adjudicação)
Artigo 752.º (Publicidade do requerimento)
Artigo 753.º (Termos da adjudicação)
Artigo 754.º (Aplicação subsidiária)

SUBSECÇÃO II - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES

Artigo 755.º (Requerimento para pagamento em prestações)
Artigo 756.º (Garantia do crédito exequendo)
Artigo 757.º (Consequência da falta de pagamento)
Artigo 758.º (Tutela dos direitos dos restantes credores)

SUBSECÇÃO III - VENDA

DIVISÃO I - MODALIDADES

Artigo 759.º (Modalidades de venda)

DIVISÃO II - VENDA EXTRAJUDICIAL

Artigo 760.º (Venda directa)
Artigo 761.º (Casos em que se procede à venda por negociação particular)
Artigo 762.º (Realização da venda por negociação particular)

DIVISÃO III - VENDA JUDICIAL

Artigo 763.º (Casos em que se procede à arrematação)
Artigo 764.º (Editais e anúncios para venda judicial)
Artigo 765.º (Obrigações de mostrar os bens)
Artigo 766.º (Notificação dos preferentes)
Artigo 767.º (Abertura das propostas)
Artigo 768.º (Deliberação sobre as propostas)
Artigo 769.º (Irregularidades ou frustração da venda por meio de proposta)
Artigo 770.º (Local da arrematação e valor por que os bens vão à praça)
Artigo 771.º (Formalismo da arrematação)
Artigo 772.º (Arrematação de todo ou de parte do prédio)
Artigo 773.º (Termo ou adiamento da arrematação)
Artigo 774.º (Auto de arrematação)
Artigo 775.º (Praça deserta)
Artigo 776.º (Segunda praça)
Artigo 777.º (Segunda praça deserta)
Artigo 778.º (Pagamento do preço e sanções)
Artigo 779.º (Título de arrematação)

DIVISÃO IV - DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigu 750.º (Pagamentu ho osan)
Artigu 751.º (Rekerimentu ba adjudikasaun)
Artigu 752.º (Rekerimentu nia publisidade)
Artigu 753.º (Adjudikasaun nia termus)
Artigu 754.º (Aplikasaun subsidiária)

SUBSEKSAUN II - PAGAMENTU HO PRESTASAUN

Artigu 755.º (Rekerimentu ba pagamentu ho prestasaun)
Artigu 756.º (Kréditu ezequendu nia garantia)
Artigu 757.º (La pagamentu nia konsekuénsia)
Artigu 758.º (Tutela ba kredór sira seluk nia direitu)

SUBSEKSAUN III - VENDA

DIVIZAUN I - MODALIDADE

Artigu 759.º (Venda nia modalidade)

DIVIZAUN II - VENDA EXTRAJUDISIÁL

Artigu 760.º (Venda direta)
Artigu 761.º (Venda ho negosiasaun partikulár)
Artigu 762.º (Oinsá halo venda ho negosiasaun partikulár)

DIVIZAUN III - VENDA JUDISIÁL

Artigu 763.º (Kazu iha ne'ebé halo arrematasaun)
Artigu 764.º (Editál no anúnsiu ba venda judisiál)
Artigu 765.º (Obrigasaun atu hatudu bein)
Artigu 766.º (Notifikasaun ba preferente)
Artigu 767.º (Proposta nia abertura)
Artigu 768.º (Deliberasaun kona-ba proposta)
Artigu 769.º (Venda ho proposta nia irregularidade ka frustrasaun)
Artigu 770.º (Lokál ba arrematasaun no bein nia valór atu ba prasa)
Artigu 771.º (Arrematasaun nia formalismu)
Artigu 772.º (Arrematasaun ba prédiu tomak ka nia baluk)
Artigu 773.º (Arrematasaun nia termu ka adiamentu)
Artigu 774.º (Autu ba arrematasaun)
Artigu 775.º (Prasa dezerta)
Artigu 776.º (Prasa segunda)
Artigu 777.º (Prasa segunda dezerta)
Artigu 778.º (Pagamentu ba presu no sansaun)
Artigu 779.º (Arrematasaun nia título)

DIVIZAUN IV - DIPOZISAUM KOMÚM

Artigo 780.º (Dispensa de depósito aos credores, cancelamento dos registos e anulação da venda)

SECÇÃO VI - REMIÇÃO

Artigo 781.º (Exercício do direito de remição)

Artigo 782.º (Predomínio da remição sobre o direito de preferência)

Artigo 783.º (Ordem por que se defere o direito de remição)

SECÇÃO VI - EXTINÇÃO E ANULAÇÃO DA EXECUÇÃO

Artigo 784.º (Cessação da execução pelo pagamento voluntário)

Artigo 785.º (Liquidação da responsabilidade do executado)

Artigo 786.º (Extinção da execução)

Artigo 787.º (Anulação da execução por falta ou nulidade de citação do executado)

Artigo 788.º (Renovação da execução extinta)

SECÇÃO VIII - RECURSOS

Artigo 789.º (Apelação e agravo)

TÍTULO VI - DOS PROCESSOS ESPECIAIS

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 790.º (Tipologia)

Artigo 791.º (Constituição do tribunal)

Artigo 792.º (Normas subsidiárias)

SECÇÃO II - DAS INTERDIÇÕES E INABILITAÇÕES

Artigo 793.º (Petição inicial)

Artigo 794.º (Publicidade da acção)

Artigo 795.º (Citação)

Artigo 796.º (Representação do requerido)

Artigo 797.º (Tramitação)

Artigo 798.º (Prova preliminar)

Artigo 799.º (Interrogatório)

Artigo 800.º (Exame pericial)

Artigo 801.º (Termos posteriores ao interrogatório e exame)

Artigo 802.º (Providências provisórias)

Artigo 803.º (Conteúdo da sentença)

Artigo 804.º (Recurso de apelação)

Artigo 805.º (Efeitos do trânsito em julgado da decisão)

Artigo 806.º (Seguimento da acção mesmo depois da morte do requerido)

Artigo 807.º (Levantamento da interdição ou inabilitação)

Artigu 780.^o (Dispensa ba kredór atu halo depózi, rejistu nia kanselamentu no venda nia anulasaun)

SEKSAUN V - REMISAUN

Artigu 781.^o (Direitu ba remisaun nia ezersísiu)

Artigu 782.^o (Remisaun nia prevalénsia hasoru direitu ba preferénsia)

Artigu 783.^o (Orden iha direitu ba remisaun)

SEKSAUN VI - EZEKUSAUN NIA EXTINSAUN NO ANULASAUN

Artigu 784.^o (Ezekusaun nia sesasaun ho pagamentu voluntáriu)

Artigu 785.^o (Likidasaun ba ezeikutadu nia responsabilidade)

Artigu 786.^o (Ezekusaun nia extinsaun)

Artigu 787.^o (Ezekusaun nia anulasaun tan sitasaun ba ezeikutadu nia falta ka nulidade)

Artigu 788.^o (Ezekusaun estinta nia renovasaun)

SEKSAUN VIII - REKURSU

Artigu 789.^o (Apelasaun no agravu)

TÍTULU VI - PROSESU ESPESIÁL

SEKSAUN I - DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 790.^o (Tipolojia)

Artigu 791.^o (Tribunál nia konstituisaun)

Artigu 792.^o (Norma subsidiária)

SEKSAUN II - INTERDISAUN NO ABILITASAUN

Artigu 793.^o (Petisaun inisiál)

Artigu 794.^o (Publísidade ba aksaun)

Artigu 795.^o (Sitasaun)

Artigu 796.^o (Reprezentasaun ba rekeridu)

Artigu 797.^o (Tramitasaun)

Artigu 798.^o (Prova preliminar)

Artigu 799.^o (Interrogatóriu)

Artigu 800.^o (Ezame perisiál)

Artigu 801.^o (Tuir fali interrogatóriu no ezame)

Artigu 802.^o (Providénsia provizória)

Artigu 803.^o (Sentensa nia konteúdu)

Artigu 804.^o (Rekursu apelasaun)

Artigu 805.^o (Desizaun tranzitada nia efeito)

Artigu 806.^o (Aksaun nia kontinuasaun maske rekeridu mate ona)

Artigu 807.^o (Levantamentu ba interdisaun ka inabilitasaun)

SECÇÃO III - DA REFORMA DE AUTOS, DOCUMENTOS E LIVROS

- Artigo 808.º (Petição para reforma de autos)
- Artigo 809.º (Conferência de interessados)
- Artigo 810.º (Termos do processo na falta de acordo)
- Artigo 811.º (Sentença)
- Artigo 812.º (Reforma dos articulados, das decisões e das provas)
- Artigo 813.º (Aparecimento do processo original)
- Artigo 814.º (Responsabilidade pelas custas)
- Artigo 815.º (Reforma de processo desencaminhado ou destruído no Supremo Tribunal de Justiça)
- Artigo 816.º (Reforma de documentos e livros)

SECÇÃO IV - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

- Artigo 817.º (Requerimento para a prestação provocada de caução)
- Artigo 818.º (Citação do requerido)
- Artigo 819.º (Oposição do requerido)
- Artigo 820.º (Apreciação da idoneidade da caução)
- Artigo 821.º (Devolução ao requerente do direito de indicar o modo de prestação da caução)
- Artigo 822.º (Prestação da caução)
- Artigo 823.º (Falta de prestação da caução)
- Artigo 824.º (Prestação espontânea da caução)
- Artigo 825.º (Caução a favor de incapazes)
- Artigo 826.º (Caução como incidente)

SECÇÃO V - DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO DE PESSOAS

- Artigo 827.º (Petição inicial)
- Artigo 828.º (Conferência)
- Artigo 829.º (Conferência definitiva)
- Artigo 830.º (Processo comum de declaração)

SECÇÃO VI - DA PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS

- Artigo 831.º (Petição inicial)
- Artigo 832.º (Conferência)
- Artigo 833.º (Contestação e termos posteriores)
- Artigo 834.º (Recurso)
- Artigo 835.º (Alimentos provisórios)
- Artigo 836.º (Carácter de urgência)
- Artigo 837.º (Processo comum de declaração)

SECÇÃO VII - DA REVISÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS

- Artigo 838.º (Necessidade da revisão)
- Artigo 839.º (Tribunal competente)
- Artigo 840.º (Requisitos necessários para a confirmação)

SEKSAUN III - REOFRMA BA AUTUS, DOKUMENTU NO LIVRU

- Artigu 808.º (Petisaun atu reforma autus)
- Artigu 809.º (Konferénsia ho interesadu sira)
- Artigu 810.º (Prosesu nia termus kuandu la iha akordu)
- Artigu 811.º (Sentensa)
- Artigu 812.º (Reforma ba artikuladu, desizaun no prova)
- Artigu 813.º (Kuandu prosesu orijinál mosu)
- Artigu 814.º (Responsabilidade ba kustas)
- Artigu 815.º (Reforma ba autus dezenkamiñadu ka destruidu iha Supremu Tribunál ba Justisa)
- Artigu 816.º (Reforma ba dokumentu no livru)

SEKSAUN IV - KAUSAUN NIA PRESTASAUN

- Artigu 817.º (Prestasaun provokada)
- Artigu 818.º (Sitasaun ba rekeridu)
- Artigu 819.º (Rekeridu nia opozisaun)
- Artigu 820.º (Kausaun nia idoneidade)
- Artigu 821.º (Direitu atu indika oinsá presta kausaun nia devolusaun)
- Artigu 822.º (Kausaun nia prestasaun)
- Artigu 823.º (Kuandu la presta kausaun)
- Artigu 824.º (Kausaun nia prestasaun espontánea)
- Artigu 825.º (Kausaun atu favorese inkapáz)
- Artigu 826.º (Kausaun hanesan insidente)

SEKSAUN V - DIVÓRSIU NO SEPARASAUN BA PESOA

- Artigu 827.º (Petisaun inisiál)
- Artigu 828.º (Konferénsia)
- Artigu 829.º (Konferénsia definitiva)
- Artigu 830.º (Prosesu komún deklarativu)

SEKSAUN VI - PROSESU ATU PRESTA ALIMENTU

- Artigu 831.º (Petisaun inisiál)
- Artigu 832.º (Konferénsia)
- Artigu 833.º (Kontestasaun no termu posteriór)
- Artigu 834.º (Rekursu)
- Artigu 835.º (Alimentu provizóriu)
- Artigu 836.º (Urojénsia)
- Artigu 837.º (Prosesu komún deklarativu)

SEKSAUN III - REVIZAUN BA SENTENSA ESTRANJEIRA

- Artigu 838.º (Revizaun)
- Artigu 839.º (Tribunál competente)
- Artigu 840.º (Rekizitu ba konfirmasaun)

Artigo 841.º (Confirmação da decisão arbitral)
Artigo 842.º (Contestação e resposta)
Artigo 843.º (Discussão e julgamento)
Artigo 844.º (Fundamentos da impugnação do pedido)
Artigo 845.º (Actividade oficiosa do tribunal)

SECÇÃO VIII - DO INVENTÁRIO

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 846.º (Função do inventário)
Artigo 847.º (Legitimidade para requerer ou intervir no inventário)
Artigo 848.º (Representação de incapazes e ausentes)
Artigo 849.º (Intervenção principal)
Artigo 850.º (Intervenção de outros interessados)
Artigo 851.º (Habilitação)
Artigo 852.º (Tramitação dos incidentes do inventário)
Artigo 853.º (Questões prejudiciais e suspensão do inventário)
Artigo 854.º (Questões definitivamente resolvidas no inventário)
Artigo 855.º (Cumulação de inventários)
Artigo 856.º (Nomeação, substituição, escusa ou remoção do cabeça-de-casal)

SUBSECÇÃO II - DAS DECLARAÇÕES DO CABEÇA DE CASAL E DA OPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS

Artigo 857.º (Requerimento do inventário)
Artigo 858.º (Declarações do cabeça-de-casal)
Artigo 859.º (Citação dos interessados)
Artigo 860.º (Forma de efectivar as citações)
Artigo 861.º (Oposição e impugnações)
Artigo 862.º (Tramitação subsequente)

SUBSECÇÃO III - DO RELACIONAMENTO DE BENS

Artigo 863.º (Relação de bens)
Artigo 864.º (Indicação do valor)
Artigo 865.º (Reclamação contra a relação de bens)
Artigo 866.º (Decisão das reclamações apresentadas)
Artigo 867.º (Insuficiência das provas para decidir das reclamações)
Artigo 868.º (Negação de dívidas activas)

SUBSECÇÃO IV - DA CONFERÊNCIA DE INTERESSADOS

Artigo 869.º (Saneamento do processo e marcação da conferência de interessados)
Artigo 870.º (Assuntos a submeter à conferência de interessados)
Artigo 871.º (Reconhecimento das dívidas aprovadas por todos)
Artigo 872.º (Verificação de dívidas pelo juiz)

Artigu 841.º (Konfirmasaun ba desizaun arbitrál)
Artigu 842.º (Kontestasaun no resposta)
Artigu 843.º (Diskusaun no julgamentu)
Artigu 844.º (Fundamentu atu impugna pedidu)
Artigu 845.º (Tribunál nia atividade ofisioza)

SEKSAUN VIII - INVENTÁRIU

SUBSEKSAUN I - DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 846.º (Inventáriu nia funsaun)
Artigu 847.º (Lejitimidade atu rekér ka tama iha inventáriu)
Artigu 848.º (Inkapáz no auzente nia representasaun)
Artigu 849.º (Intervensaun prinsipál)
Artigu 850.º (Interesadu seluk nia intervensaun)
Artigu 851.º (Abilitasaun)
Artigu 852.º (Insidente iha inventáriu nia tramitasaun)
Artigu 853.º (Kestaun prejudisiál no inventáriu nia suspensaun)
Artigu 854.º (Kestaun definitivamente rezolvida iha inventáriu)
Artigu 855.º (Kumulasaun iha inventáriu)
Artigu 856.º (Kabesa-de-kazál nia nomeasaun, substituisaun, eskuza ka remosaun)

SUBSEKSAUN II - KABESA-DE-KAZÁL NIA DEKLARASAUN NO INTERESADU SIRA NIA OPOZISAUN

Artigu 857.º (Rekerimentu ba inventáriu)
Artigu 858.º (Kabesa-de-kazál nia deklarasaun)
Artigu 859.º (Interesadu sira nia sitasaun)
Artigu 860.º (Oinsá halo sitasaun)
Artigu 861.º (Opozisaun no impugnasaun)
Artigu 862.º (Tramitasaun subsekuente)

SUBSEKSAUN III - BEIN NIA RELASAUN

Artigu 863.º (Bein nia relasaun)
Artigu 864.º (Indikasaun kona-ba valór)
Artigu 865.º (Reklamasan hasoru bein nia relasaun)
Artigu 866.º (Desizaun kona-ba reklamasan)
Artigu 867.º (Kuandu prova la too atu deside reklamasan)
Artigu 868.º (Dívida ativa nia negasaun)

SUBSEKSAUN IV - KONFERÉNSIA HO INTERESADU SIRA

Artigu 869.º (Saneamentu iha prosesu no konferénsia ho interesadu sira)
Artigu 870.º (Asuntu atu trata iha konferénsia)
Artigu 871.º (Rekoñesimentu ba dívida aprovada)
Artigu 872.º (Verifikasaun judisiál ba dívida)

Artigo 873.º (Divergências entre os interessados sobre a aprovação de dívidas)

Artigo 874.º (Pagamento das dívidas aprovadas por todos)

Artigo 875.º (Pagamento de dívidas aprovadas por alguns dos interessados)

Artigo 876.º (Deliberação dos legatários ou donatários sobre o passivo)

Artigo 877.º (Dívida não aprovada por todos ou não reconhecida pelo tribunal)

Artigo 878.º (Reclamação contra o valor atribuído aos bens)

SUBSECÇÃO V - DAS LICITAÇÕES

Artigo 879.º (Abertura das licitações)

Artigo 880.º (Pedidos de adjudicação de bens)

Artigo 881.º (Avaliação de bens doados no caso de ser arguida inoficiosidade)

Artigo 882.º (Avaliação de bens legados no caso de ser arguida inoficiosidade)

Artigo 883.º (Avaliação a requerimento do donatário ou legatário, sendo as liberalidades inoficiosas)

Artigo 884.º (Consequências da inoficiosidade do legado)

Artigo 885.º (Realização da avaliação)

Artigo 886.º (Quando se faz a licitação)

Artigo 887.º (Como se faz a licitação)

Artigo 888.º (Anulação da licitação)

SUBSECÇÃO VI - DA PARTILHA

Artigo 889.º (Despacho sobre a forma da partilha)

Artigo 890.º (Preenchimento dos quinhões)

Artigo 891.º (Mapa da partilha)

Artigo 892.º (Excesso de bens doados, legados ou licitados)

Artigo 893.º (Opções concedidas aos interessados)

Artigo 894.º (Pagamento ou depósito das tornas)

Artigo 895.º (Reclamações contra o mapa)

Artigo 896.º (Sorteio dos lotes e segundo e terceiro mapas)

Artigo 897.º (Sentença homologatória da partilha)

Artigo 898.º (Responsabilidade pelas custas)

SUBSECÇÃO VII - EMENDA E ANULAÇÃO DA PARTILHA

Artigo 899.º (Emenda da partilha)

Artigo 900.º (Anulação da partilha)

Artigo 901.º (Composição da quota ao herdeiro preterido)

SUBSECÇÃO VIII - PARTILHA ADICIONAL E RECURSOS

Artigo 873.º (Diverjéncia iha interesadu sira kona-ba dívida nia aprovasaun)
Artigo 874.º (Pagamentu ba dívida ne'ebé hotu-hotu aprova)
Artigo 875.º (Pagamentu ba dívida ne'ebé interesadu balu maka aprova)
Artigo 876.º (Legatáriu ka donatáriu sira nia deliberasaun kona-ba pasivu)
Artigo 877.º (Dívida ne'ebé hotu-hotu la aprova ka tribunál la rekoñese)
Artigo 878.º (Reklamasau hasoru valór atribuidu ba bein)

SUBSEKSAUN V - LISITASAUN

Artigo 879.º (Abertura ba lisitasaun)
Artigo 880.º (Pedidu ba adjudikasaun)
Artigo 881.º (Avaliasaun ba bein doadu kuandu ema ruma argui inofisiozidade)
Artigo 882.º (Avaliasaun ba bein legadu kuandu ema ruma argui inofisiozidade)
Artigo 883.º (Avaliasaun tuir donatáriu ka legatáriu nia pedidu kuandu iha liberalidade inofisioza)
Artigo 884.º (Konsekuénsia hosi legadu inofisiozu)
Artigo 885.º (Avaliasaun nia realizasaun)
Artigo 886.º (Kuandu maka halo lisitasaun)
Artigo 887.º (Oinsá halo lisitasaun)
Artigo 888.º (Anulasaun ba lisitasaun)

SUBSECÇÃO VI - PARTILLA

Artigo 889.º (Despaxu kona-ba partilla nia forma)
Artigo 890.º (Kiñaun nia preenximentu)
Artigo 891.º (Mapa ba partilla)
Artigo 892.º (Bein doadu, legadu ka lisitadu nia exesu)
Artigo 893.º (Interesadu sira nia opsaun)
Artigo 894.º (Tornas nia pagamentu ka depóztu)
Artigo 895.º (Reklamasau hasoru mapa)
Artigo 896.º (Sorteiu ba lote no mapa segunda no terseira)
Artigo 897.º (Sentensa omologatória ba partilla)
Artigo 898.º (Responsabilidade ba kustus)

SUBSEKSAUN VII - PARTILLA NIA EMENDA NO ANULASAUN

Artigo 899.º (Emenda ba partilla)
Artigo 900.º (Anulasaun ba partilla)
Artigo 901.º (Kompozisaun ba erdeiru preteridu nia kuota)

SUBSEKSAUN VIII - PARTILLA ADISIONÁL NO REKURSU

Artigo 902.º (Inventário do cônjuge supérstite)
Artigo 903.º (Partilha adicional)
Artigo 904.º (Regime dos recursos)

SUBSECÇÃO IX - PARTILHA DE BENS EM ALGUNS CASOS ESPECIAIS

Artigo 905.º (Inventário em consequência de separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação de casamento)
Artigo 906.º (Processo para a separação de bens em casos especiais)

SECÇÃO IX - DA ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO CONTRA MAGISTRADOS

Artigo 907.º (Casos em que os magistrados são responsáveis)
Artigo 908.º (Tribunal competente)
Artigo 909.º (Audiência do magistrado réu)
Artigo 910.º (Decisão sobre a admissão da causa)
Artigo 911.º (Recurso de agravo)
Artigo 912.º (Contestação e termos posteriores)
Artigo 913.º (Discussão e julgamento)
Artigo 914.º (Tribunal competente para a execução)
Artigo 915.º (Dispensa da decisão sobre a admissão da causa)
Artigo 916.º (Indemnização em consequência de procedimento criminal)

TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 917.º (Alçada dos tribunais distritais em matéria civil)
Artigo 918.º (Comunicação dos actos processuais)
Artigo 919.º (Supremo Tribunal de Justiça)

Decreto-Lei 2/2006, de 1 de Março - Articulação entre as autoridades administrativas e os tribunais na execução de actos processuais

Decreto-Lei 15/2003, de de Outubro - CÓDIGO DAS CUSTAS JUDICIAIS

Artigu 902.º (Kónjuje supérsite nia inventáriu)
Artigu 903.º (Partilla adisionál)
Artigu 904.º (Rekursu nia rejime)

SUBSEKSAUN IX - PARTILLA BA BEIN IHA KAZU ESPESIÁL

Artigu 905.º (Inventáriu tanba separasaun, divórsiu, deklarasaun ba nulidade ka anulasaun iha kazamentu)
Artigu 906.º (Prosesu ba separasaun iha bein iha kazu espesiál)

SEKSAUN IX - INDEMNIZASAUN HASORU MAJISTRADU

Artigu 907.º (Kazu iha ne'ebé majistradu hetan responsabilidade)
Artigu 908.º (Tribunál competente)
Artigu 909.º (Audiénsia ba majistradu reu)
Artigu 910.º (Desizaun kona-ba kauza nia admisaun)
Artigu 911.º (Rekursu agravu)
Artigu 912.º (Kontestasaun no termus posteriór)
Artigu 913.º (Diskusaun no julgamentu)
Artigu 914.º (Tribunál competente ba ezekusaun)
Artigu 915.º (Dispensa ba desizaun atu admite kauza)
Artigu 916.º (Indemnizasaun tanba prosedimentu kriminál)

TÍTULU VII - DISPOZISAUN FINÁL NO TRANZITÓRIA

Artigu 917.º (Tribunál distritál nia alsada iha matéria sivil)
Artigu 918.º (Aktu prosesuál nia komunikasaun)
Artigu 919.º (Supremu Tribunál ba Justisa)

Dekretu-Lei 2/2006, 1 Marsu - Aprova artikulasaun entre autoridade administrativa no tribunál sira atu ezekuta aktu prosesuál, nomeadamente notifikasaun, sitasaun no ordem atu komparese

Prefácio

O Código do Processo Civil de Timor-Leste, em vigor desde Janeiro de 2006, constitui um grande passo para a consolidação do sistema de justiça timorense.

Mas, como qualquer lei, ele precisa de ser lido e entendido para ser um instrumento de trabalho útil para quem trabalha nos tribunais e para os cidadãos em geral.

A falta de domínio das línguas oficiais – o Tétum e o Português – é uma dificuldade a juntar àquelas próprios da aplicação de um novo Código. Sem uma versão em língua Tétum o novo Código do Processo Civil será de difícil acesso para os seus utilizadores obrigatórios, como oficiais de justiça, advogados, defensores públicos, procuradores e juizes, que não tenham ainda conhecimento suficiente do Português.

A necessidade de permitir a quem não está em condições de ler e entender o texto do Código de Processo Civil em Português levou-me a arriscar uma tradução deste diploma para Tétum.

Fi-lo com a consciência das dificuldades próprias da tradução de qualquer texto jurídico, feita por quem não é técnico de tradução e para uma língua ainda em desenvolvimento; mas também com a certeza de que, ao fazê-lo, estou a encorajar o pequeno grupo de formandos que comigo tem estado a fazer uma abordagem do Tetum na perspectiva jurídica no Centro de Formação Jurídica para se empenhar ainda mais no desenvolvimento dessa língua nacional para a tornar mais facilmente utilizável como língua de trabalho nos tribunais de Timor-Leste.

Na ortografia tive a preocupação de respeitar o padrão ortográfico da língua Tétum desenvolvido pelo Instituto Nacional da Linguística da Universidade Nacional Timor-Leste, tal como o impõe o Decreto 1/2004.

Para manter o rigor dos conceitos jurídicos optei por adoptar termos do português, que a utilização depressa tornará familiares. Pela mesma razão optei por não utilizar ainda alguns termos tétum cujo significado no discurso jurídico ainda precisa de ser consolidado.

Um glossário, em notas de rodapé, contendo alguns desses termos, ainda incipiente e a desenvolver ao longo do tempo, está incluído nesta publicação.

Agradeço à USAID, Asia Foundation e ao PNUD por terem possibilitado com o seu apoio a publicação deste livro.

Díli, 18 de Setembro de 2007

*Cláudio Ximenes
Presidente do Tribunal de Recurso*

Prefásiu

Ho Timór-Leste nia Kódigu ba Prosesu Sivíl, ne'ebé moris iha Janeiru 2006 ne'e, ita hametin uitoan tan ita nia sistema-justisa.

Maibé, hanesan lei hotu-hotu, ema sira-ne'ebé servisu iha tribunál no sidadaun sira la bele le no entende kódigu ne'e karik, kódigu ne'e la serve ba buat ida.

Difikuldade boot ida mai hamutuk-tán ho difikuldade sira-ne'ebé ita hasoru kuandu ita aplika Kódigu ruma, tanba ita seidauk domina ita nia lian ofisiál Tetun no Portugés.

Versaun ba lian Tetun laiha karik, ema sira-ne'ebé tenke aplika kódigu ne'e loro-loron, hanesan funsionáriu judisiál, advogadu, defensór públiku, prokuradór ho juíz, sira-ne'ebé ladún hatene lian Portugés sei iha difikuldade boot atu uza ita nia kódigu ne'e.

Tanba ne'e maka hau hodi-biit tradúz Kódigu ba Prosesu Sivíl ne'e ba Tetun.

Maske hau hatene katak halo tradusaun iha testu jurídiku difisil la-halimar; difisil liu-tán tanba hau laós tékniku iha tradusaun; difisil liu-tán tanba tradusaun ne'e tenke halo ba lian ida-ne'ebé sei dezenvolve-án daudaun.

Hau fiar katak, nune'e, hau foo mos korajen ba grupu ki'ikoan ida-ne'ebé, hamutuk ho hau, estuda daudaun Tetun tuir perspetiva jurídika iha Centro de Formação Jurídica atu hakás-án liu-tán hodi dezenvolve ita nia lian Tetun atu uza hanesan lian-servisu iha Timór-Leste nia tribunál.

Kona-ba ortografia hau hakás-an hodi tuir dalan padraun ortográfiku ba lian Tetun ne'ebé Institutu Nasionál ba Linguística, iha Universidade Nasionál Timór-Loro Sa'e, dezenvolve, nu'udar Dekretu 1/2004 haruka.

Atu garante nafatin rigór iha konseitu jurídiku ida-idak, hau adota hanesan tetum lia-fuan portugés barak, ho laran-metin katak, kuandu ita uza beibeik ona, ita sei toman lia-fuan sira-ne'e. Tanba rigór mos, hau la uza termu tetum sira-ne'ebé seidauk iha signifkadu metin iha diskursu jurídiku.

Hau agradese ba USAID, Asia Foundation no PNUD tanba organizaun sira-ne'e nia apoiu maka foo fatin hodi publika livru ida-ne'e.

Dili, 18 Setembru 2007

*Cláudio Ximenes
Tribunál ba Rekursu nia Prezidente*

**Decreto-Lei n.º 1 /2006, de 21 de Fevereiro
Que aprova o Código de Processo Civil**

O Governo da República Democrática de Timor-Leste assume como prioridades a redução da pobreza e a promoção de um crescimento económico rápido e integrado, equitativo e sustentável, que melhore o bem estar de todo o povo timorense.

Estes objectivos de desenvolvimento são susceptíveis de ser alcançados, designadamente, através da criação de um ambiente jurídico e judiciário propícios para o sector privado, em especial para o investidor, nacional ou estrangeiro, que permita o gerar de emprego e o crescimento económico necessários para melhorar o bem estar dos cidadãos.

Assim, assume-se como prioritária a criação de um quadro processual civil adequado aos interesses do País e que possa fornecer enquadramento para a restante legislação que Timor-Leste deverá vir a aprovar e implementar nesta matéria.

Verifica-se também ser por todos reconhecida a urgência na elaboração de uma codificação do direito processual civil timorense. As dificuldades sentidas ao nível da própria interpretação e aplicação do direito actualmente em vigor têm sido fonte, designadamente, de dilação, incerteza e imprevisibilidade, pelo que importa adoptar soluções jurídicas que invertam tal situação.

Deste modo, visando primordialmente a prossecução de finalidades de realização da justiça, de concretização do primado da legalidade e do Estado de Direito, de preservação dos direitos fundamentais das pessoas, bem como da obtenção da paz social, tudo conjugado com a necessidade de obtenção da máxima simplificação, desburocratização e aceleração da tramitação possíveis, vem aprovar-se o primeiro Código de Processo Civil de Timor-Leste.

Foi promovida a audição do Conselho Superior da Magistratura, da Procuradoria-Geral da República e da Defensoria Pública.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida ao abrigo dos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 17/2005, de 16 de Setembro, e nos termos do previsto no artigo 96.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei, o seguinte:

**Decreto-Lei n.º 1/2006, 21 Feveiru
Aprova Kódigu ba Prosesu Sivil**

Repúblika Demokrátika Timór-Leste nia Governu foo prioridade ba redusaun iha pobreza no promosaun ba kreximentu ekonómiku lalais no integradu, ekuitativu no sustentavel, hodi halo povu timór moris diak.

Ita bele hetan objetivu sira-ne'e, nomeadamente, ho ambiente jurídiku no judisiáriu diak ba setór privadu, liuliu ba investidór, nasional ka estranjeiru, hodi hamoris empregu no haburas ekonomia atu foo-fatin ba sidadaun sira moris diak.

Nune'e, tenke harí sistema prosesuál sivil ida-ne'ebé foo-malu diak ho Timór-Leste nia interese no serve hanesan enkuadramentu ba lei sira seluk ne'ebé Timór-Leste aban-bairua sei aprova no implementa kona ba matéria ida-ne'e.

Ema hotu-hotu haree katak iha duni urjénsia atu hatama iha kódigu ida Timór-Leste nia direitu prosesuál sivil. Difikuldade kona ba lei ne'ebé ita aplika daudaun ne'e nia interpretasaun no aplikasaun foo-fatin ba demora, inserteza no imprevizibilidade; tanba ne'e be ita tenke hola solusaun jurídika hodi hakat-liu tiha situasaun ne'e.

Nune'e, liuliu atu bele realiza justisa, halo lei no Estadu-de-direitu hamriik nafatin iha oin, sadia ema nia direitu fundamentál, no hetan paz sosiál, no mos atu simplifika, desburokratiza no aselera tramitasaun prosesuál konforme bele, sei aprova Timór-Leste nia Kódigu ba Prosesu Sivil ida primeiru.

Majistratura Judisiál nia Konsellu Superiór, Prokuradoria-Jerál no Defensoria Públika hetan tiha ona oportunidade atu foo sira nia opiniaun.

Nune'e:

Ho autorizasaun lejizlativa ne'ebé simu hosi Lei 17/2005, iha 16 Setembru, nia artigu 1º, no 2º, no tuir Konstituisaun nia artigu 96º, Governu dekreta atu vale hanesan lei:

Artigo 1.º
Aprovação do Código de Processo Civil

É aprovado o Código de Processo Civil publicado em anexo e que faz parte integrante do presente diploma.

Artigo 2.º
Processos pendentes

1. O Código de Processo Civil agora aprovado aplica-se imediatamente aos processos que se encontram pendentes à data da sua entrada em vigor.
2. A aplicação do Código de Processo Civil aos processos pendentes faz-se sem quebra da harmonia processual e com aproveitamento do processado anteriormente, mediante as adaptações que ao juiz se afigurem adequadas e que não colidam com a celeridade processual.

Artigo 3.º
Informatização da distribuição

Os actos de distribuição a que se refere a Secção VIII do Capítulo IV do Título I do Código de Processo Civil serão processados através de meios informatizados assim que tal se mostre possível.

Artigo 4.º
Norma revogatória

1. São revogadas todas as normas constantes de legislação que consagre soluções contrárias às adoptadas no Código de Processo Civil, assim como as normas que respeitem a matérias nele reguladas.
2. Em caso de dúvida prevalecem as normas do Código do Processo Civil quando confrontadas com disposições anteriores no domínio da aplicabilidade.

Artigo 5.º
Entrada em vigor

O presente diploma e o Código de Processo Civil entram em vigor no dia seguinte ao da publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Dezembro de 2005.

Artigu 1º
Kódigu ba Prosesu Sivíl nia aprovasaun

Kódigu ba Prosesu Sivíl, ne'ebé sai hamutuk no halo parte ho Dekretu-Lei ida-ne'e, hetan agora aprovasaun.

Artigu 2º
Prosesu pendente

1. Kódigu ba Prosesu Sivíl ne'e aplika kedas ba prosesu ne'ebé lao daudaun iha momentu ne'ebé nia moris.
2. Kódigu ba Prosesu Sivíl ne'e nia aplikasaun ba prosesu ne'ebé lao daudaun labele prejudika armonia prosesuál no prosesadu anteriór nia aproveitamentu, ho adaptasaun ne'ebé juíz konsidera adekuada no la atraza prosesu.

Artigu 3º
Informatizasaun iha distribuisaun

Kuandu bele, sei uza sistema informátiku hodi halo distribuisaun referida iha Kódigu ba Prosesu Sivíl nia Títulu I, Kapítulu IV, seksaun VIII.

Artigu 4º
Norma revogatória

1. Dekretu-Lei ne'e revoga norma hotu-hotu iha lejislasaun ne'ebé konsagra solusaun hasoru solusaun ne'ebé Kódigu ba Prosesu Sivíl adota, no norma kona ba matéria ne'ebé kódigu ne'e regula.
2. Kuandu ita la hatene loos atu aplika norma iha dispozisaun anteriór ka iha Kódigu ba Prosesu Sivíl, ita sei aplika kódigu ne'e nia norma.

Artigu 5º
Moris

Diploma ida-ne'e no Kódigu ba Prosesu Sivíl ne'e hahú moris iha 1 Janeiro 2006.

Aprovadu iha Konsellu-Ministru iha 6 Dezembru 2005

O Primeiro-Ministro
(Mari Bim Amude Alkatiri)

O Ministro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da
Cooperação
(José Ramos-Horta)

A Ministra de Estado e Ministra da Administração Estatal
(Ana Pessoa Pinto)

A Ministra do Plano e das Finanças,
(Maria Madalena Brites Boavida)

O Vice -Ministro do Interior e Ministro em exercício
(Alcino de Araújo Baris)

O Ministro da Justiça
(Domingos Maria Sarmento)

O Ministro do Desenvolvimento
(Abel da C.Freitas Ximenes)

Promulgado em 3 de Fevereiro de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República
(Kay Rala Xanana Gusmão)

Primeiru Ministru
(Mari Bim Amude Alkatiri)

Ministru ba Estadu no Negósiu Estranjeiru no Kooperasaun
(José Ramos Horta)

Ministra ba Estadu no Ministra ba Administrasaun Estatál
(Ana Pessoa Pinto)

Ministra ba Planu no Finansas
(Maria Madalena Brites Boavida)

Vise-Ministru ba Interiór no Ministru ein-ezersísio
(Alsino de Araújo Barris)

Ministru ba Justisa,
(Domingos Maria Sarmento)

Ministro ba Desenvolventu
(Abel da C.Freitas Ximenes)

Promulgadu iha 3 FEVEREIRU 2006

Publika ba.

Prezidente da República,

(Kay Rala Xanana Gusmão)

ANEXO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

TÍTULO I DO PROCESSO CIVIL EM GERAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1.º Âmbito e integração de lacunas

- 1.O processo civil é regulado pelo presente Código.
- 2.Nos casos omissos recorre-se sucessivamente:
 - a)À regulamentação dos casos análogos previstos neste Código;
 - b)Aos princípios gerais do direito processual civil;
 - c)À norma que o próprio intérprete criaria, se houvesse de legislar dentro do espírito do sistema.

Artigo 2.º Aplicação da lei processual civil no tempo

Salvo disposição em contrário, a lei processual civil é de aplicação imediata, sem prejuízo da validade dos actos praticados na vigência da lei anterior.

Artigo 3.º Espécies de acções de acordo com o seu fim

- 1.As acções são declarativas ou executivas.
- 2.As acções declarativas podem ser de simples apreciação, de condenação ou constitutivas, tendo por fim:
 - a)As de simples apreciação, obter unicamente a declaração da existência ou inexistência de um direito ou de um facto;
 - b)As de condenação, exigir a prestação de uma coisa ou de um facto, pressupondo ou prevendo a violação de um direito;
 - c)As constitutivas, autorizar uma mudança na ordem jurídica existente.
- 3.Dizem-se acções executivas aquelas em que o autor requer as providências adequadas à reparação efectiva do direito violado.

Artigo 4.º Proibição de autodefesa

ANEKSU

KÓDIGU BA PROESU SIVÍL

TÍTULU I PROESU SIVÍL EIN-JERÁL

KAPÍTULU I DISPOZISAUN NO PRINSÍPIU FUNDAMENTÁL

Artigu 1.º

Lakuna nia ámbitu no integrasaun

1. Kódigu ida-ne'e maka regula prosesu sivíl.
2. Iha kazu omisu sei uza susesivamente:
 - a) Norma ne'ebé regula kazu análogu sira-ne'ebé kódigu ne'e prevé;
 - b) Prinsípiu jerál iha direitu prosesuál sivíl;
 - c) Norma ne'ebé intérprete rasik sei halo kuandu nia tenke halo lei, hanesan lejisladór, tur sistema nia espíritu.

Artigu 2.º

Lei prosesuál sivíl nia aplikasaun iha tempu

Salvu dispozisaun seluk, lei prosesuál sivíl aplika kedas, sein prejuizu ba aktu prosesuál sira-ne'ebé halo tiha ona iha lei anteriór nia tempu atu vale nafatin.

Artigu 3.º

Aksaun oin-oin tur nia fim

1. Iha aksaun deklarativa no aksaun ezekutiva.
2. Tur nia fim, iha aksaun deklarativa oin tolu:
 - a) Aksaun deklarativa ba deklarasaun simples, atu hetan deit deklarasaun katak direitu ka faktu ruma iha ka la iha;
 - b) Aksaun deklarativa ba kondensasaun, atu husu katak ema ruma entrega buat ruma ka halo buat ruma;
 - c) Aksaun deklarativa konstitutiva, atu husu mudansa ruma iha orden jurídika ne'ebé moris daudaun ne'e.
3. Ho aksaun ezekutiva autór husu providénsia adekuada atu repara duni nia direitu violadu.

Artigu 4.º

Proibisaun ba autodefeza

A ninguém é lícito o recurso à força com o fim de realizar ou assegurar o próprio direito, salvo nos casos e dentro dos limites declarados na lei.

Artigo 5.º
Garantia de acesso aos tribunais

1. A protecção jurídica através dos tribunais implica o direito de obter, em prazo razoável, uma decisão judicial que aprecie, com força de caso julgado, a pretensão regularmente deduzida em juízo, bem como a possibilidade de a fazer executar.

2. A todo o direito, excepto quando a lei determine o contrário, corresponde a acção adequada a fazê-lo reconhecer em juízo, a prevenir ou reparar a violação dele e a realizá-lo coercivamente, bem como os procedimentos necessários para acautelar o efeito útil da acção.

Artigo 6.º
Denegação de justiça

Nenhum juiz pode recusar-se a realizar audiência, julgar ou decidir um caso apresentado aos tribunais em conformidade com as disposições deste Código.

Artigo 7.º
Iniciativa processual

O tribunal não pode resolver o conflito de interesses que a acção pressupõe sem que a resolução lhe seja pedida por uma das partes e nos limites do pedido formulado.

Artigo 8.º
Princípio do contraditório

1. A parte contra quem for apresentado o pedido tem o direito a ser devidamente chamada para deduzir oposição.

2. Só nos casos excepcionais previstos na lei se podem tomar providências contra determinada pessoa sem que esta seja previamente ouvida.

Artigo 9.º
Princípio da igualdade das partes

O tribunal deve assegurar, ao longo de todo o processo, um estatuto de igualdade substancial das partes, designadamente no exercício de faculdades, no uso de meios de defesa, na aplicação de cominações ou de sanções processuais, e garantindo a assistência

Em a ida la bele uza forsa hodi realiza ka kaer-metin nia direitu, salvu iha kazu no too limite ne'ebé lei dehan.

Artigu 5.º
Garantia atu ba tribunál

1. Protesaun jurídika hosi tribunál signifika direitu atu hetan, iha tempu razoavel, desizaun judisiál ne'ebé apresia, ho forsa hanesan kazu julgadu, pedidu ne'ebé hatoo ba tribunál tuir regra prosesuál, no possibilidade atu ezejuta desizaun ne'e.
2. Salvu kuandu lei dehan buat seluk, ba direitu ida-idak iha aksaun adekuada atu halo ema seluk rekoñese nia iha tribunál, atu prevene ka hadia nia violasaun no atu realiza-án ho forsa, no iha mos prosedimentu nesesáriu atu garante aksaun nia efeitu util.

Artigu 6.º
Denegasaun¹ ba justisa

Juíz la bele rekuza² halo audiénsia, julgamentu ka desizaun ba kazu ne'ebé ema ruma hatoo ba tribunál tuir Kódigu ne'e nia dispozisaun.

Artigu 7.º
Inisiativa prosesuál

Tribunál la bele rezolve konfliktu-de-interese ne'ebé bele foo fatin ba aksaun kuandu parte sira ida la husu no la bele sai hosi pedidu ne'e nia laran.

Artigu 8.º
Prinsípiu kontraditóriu

1. Parte ne'ebé ema ruma halo pedidu ruma hasoru nia iha direitu ba tribunál atu bolu nia, tuir lei, mai halo opozisaun.
2. Iha deit kazu exesionál ne'ebé lei estabelese maka tribunál bele hola providénsia hasoru ema ruma molok rona ema ne'e.

Artigu 9.º
Prinsípiu igualdade ba parte sira

Iha prosesu nia laran, tribunál tenke asegura igualdade substansiál³ ba parte sira, nomeadamente, kuandu foo-fatin ba sira atu uza sira nia fakuldade ka atu uza meu hodi defende-án, no kuandu aplika kominasaun ka sansaun prosesuál, no garante katak Defensoria Pública foo asixténsia téknika ba

técnica pela Defensoria Pública nos termos da lei.

**CAPÍTULO II
DAS PARTES
SECÇÃO I
PERSONALIDADE E CAPACIDADE JUDICIÁRIA**

**Artigo 10.º
Conceito e medida da personalidade judiciária**

1. A personalidade judiciária consiste na susceptibilidade de ser parte.
2. Quem tiver personalidade jurídica tem igualmente personalidade judiciária.

**Artigo 11.º
Extensão da personalidade judiciária**

Têm ainda personalidade judiciária:

- a) A herança jacente e os patrimónios autónomos semelhantes cujo titular não estiver determinado;
- b) As associações sem personalidade jurídica e as comissões especiais;
- c) As sociedades civis;
- d) As sociedades comerciais, até à data do registo definitivo do contrato pelo qual se constituem;
- e) Os navios, nos casos previstos em legislação especial.

**Artigo 12.º
Personalidade judiciária das sucursais**

1. As sucursais, agências, filiais, delegações ou representações podem demandar ou ser demandadas, quando a acção proceda de facto por elas praticado.
2. Se a administração principal tiver a sede ou o domicílio em país estrangeiro, as sucursais, agências, filiais, delegações ou representações estabelecidas em Timor-Leste podem demandar e ser demandadas, ainda que a acção derive de facto praticado por aquela, quando a obrigação tenha sido contraída com um timorense ou com um estrangeiro domiciliado em Timor-Leste.

**Artigo 13.º
Personalidade judiciária das pessoas colectivas e sociedades irregulares**

1. A pessoa colectiva ou sociedade que não se ache legalmente constituída, mas que proceda de facto como se o estivesse, não

sira nu'udar lei haruka.

KAPÍTULU II PARTE SIRA

SEKSAUN I PERSONALIDADE NO KAPASIDADE JUDISIÁRIA

Artigu 10.º Personalidade judisiária nia konseitu no medida

1. Ema ne'ebé bele tama hanesan parte iha prosesu ida iha personalidade judisiária.
2. Ema ne'ebé iha personalidade jurídika iha mos personalidade judisiária.

Artigu 11.º Personalidade judisiária nia extensaun

Iha mos personalidade judisiária:

- a) Eransa jasente⁴ no patrimóniu autónomu hanesan, ne'ebé ita seidak hatene se maka nia titulár;
- b) Asosiasaun sein personalidade jurídika no komisaun espesiál;
- c) Sosiedade sivil;
- d) Sosiedade komersiál, too loron ne'ebé nia kontratu atu konstitui-án hetan rejistu definitivu;
- e) Naviu, iha kazu ne'ebé lejislasaun espesiál dehan.

Artigu 12.º Sukursál nia personalidade judisiária

1. Sukursál, ajénsia, filiál, delegasaun ka reprezentasaun sira bele hatoo aksaun hasoru ema ruma no ema seluk bele hatoo aksaun hasoru sira ho baze iha faktu ne'ebé sira halo.
2. Sukursál, ajénsia, filiál, delegasaun ka reprezentasaun ne'ebé estabelese iha Timór-Leste maibé nia administrasaun prinsipál sede ka domisíliu hela iha país estranjeiru bele hatoo aksaun hasoru ema ruma no ema seluk bele hatoo aksaun hasoru sira, maski aksaun ne'e moris hosi faktu ne'ebé administrasaun prinsipál maka halo, kuandu faktu ne'e hamosu obligasaun ho timór-oan ka ho estranjeiru ho hela-fatin iha Timór-Leste.

Artigu 13.º Pessoa koletiva ka sosiedade irregulár nia personalidade judisiária

1. Pessoa koletiva ka sosiedade ne'ebé seidak konstitui-án tuir lei,

pode opor, quando demandada, a irregularidade da sua constituição; mas a acção pode ser proposta só contra ela, ou só contra as pessoas que, segundo a lei, tenham responsabilidade pelo facto que serve de fundamento à demanda, ou simultaneamente contra a pessoa colectiva ou sociedade e as pessoas responsáveis.

2.Sendo demandada a pessoa colectiva ou sociedade, é-lhe lícito deduzir reconvenção.

Artigo 14.º

Conceito e medida da capacidade judiciária

1.A capacidade judiciária consiste na susceptibilidade de estar, por si, em juízo.

2.A capacidade judiciária tem por base e por medida a capacidade do exercício de direitos.

Artigo 15.º

Suprimento da incapacidade

1.Os incapazes só podem estar em juízo por intermédio dos seus representantes, ou autorizados pelo seu curador, excepto quanto aos actos que possam exercer pessoal e livremente.

2.Os menores cujo poder paternal compete a ambos os pais são por estes representados em juízo, sendo necessário o acordo de ambos para a propositura de acções.

3.Quando seja réu um menor sujeito ao poder paternal dos pais, devem ambos ser citados para a acção.

Artigo 16.º

Representação por curador especial ou provisório

1.Se o incapaz não tiver representante geral, deve requerer-se a nomeação dele ao tribunal competente, sem prejuízo da imediata designação de um curador provisório pelo juiz da causa em caso de urgência.

2.Tanto no decurso do processo como na execução da sentença, pode o curador provisório praticar os mesmos actos que competiriam ao representante geral, cessando as suas funções logo que o representante nomeado ocupe o lugar dele no processo.

3.Quando o incapaz deva ser representado por curador especial, a nomeação dele incumbe igualmente ao juiz da causa, aplicando-se o disposto na primeira parte do número anterior.

4.A nomeação incidental de curador deve ser promovida pelo Ministério Público, podendo ser requerida por qualquer parente sucessível, quando o incapaz haja de ser autor, devendo sê-

maibé moris hanesan sira-ne'ebé konstitui-án tiha ona tuir lei, labele hatoo hasoru ema ne'ebé hatama aksaun hasoru nia katak nia seidak konstitui-án tuir lei; maibé aksaun bele hatama deit hasoru nia ka hasoru ema sira-ne'ebé, tuir lei, iha responsabilidade tanba faktu ne'ebé serve hanesan baze ba aksaun ne'e, ka hasoru pesoa koletiva ka sosiedade no ema responsavel sira-ne'e hotu dala-ida.

2. Pesoa koletiva ka sosiedade ne'ebé hasoru aksaun ne'e bele hatoo rekonvensaun.

Artigu 14.º

Kapasidade judisiária nia konseitu no medida

1. Ema ne'ebé bele hamriik rasik iha tribunál bolu-naran kapasidade judisiária.
2. Ema ida nia kapasidade judisiária sei bazeia no sukat tuir nia kapasidade atu ezerse direitu.

Artigu 15.º

Inkapasidade nia suprimentu

1. Salvu kona ba aktu ne'ebé incapáz bele ezerse rasik no livremente, incapáz nia representante maka hamrik iha tribunál iha incapáz nia fatin, ka incapáz ne'ebé iha autorizasaun hosi nia kuradór maka bele hamrik iha tribunál.
2. Inan ho aman hamutuk maka representa iha tribunál sira nia oan menór ne'ebé hela iha sira nain rua nia podér paternál, no sira nain rua tenke hetan akordu atu hatama aksaun ruma.
3. Kuandu menór ne'ebé hela iha aman ho inan nia podér paternál tama hanesan reu, nia inan ho aman tenke hetan sitasaun atu tama iha aksaun.

Artigu 16.º

Reprezentasaun ho kuradór spesiál ka provizóriu

1. Kuandu incapáz la iha representante legál, tenke husu ba tribunál competente atu nomeia representante ne'e, sein prejuizu ba juíz ne'ebé kaer prosesu atu nomeia kedas kuradór provizóriu kuandu iha urjénsia.
2. Iha prosesu nia laran ka iha ezekusaun ba sentensa, kuradór provizóriu bele pratika aktu sira-ne'ebé tama iha representante legál nia kompeténsia; kuradór ne'e nia funsaun remata kuandu representante nomeadu mai okupa nia fatin iha prosesu.
3. Kuandu kuradór spesiál tenke representa incapáz, juíz ne'ebé kaer prosesu maka iha kompeténsia atu nomeia nia, tuir número anteriór, parte primeira, nia dispozisaun.
4. Ministériu Públiku maka promove kuradór insidentál nia nomeasaun; kuandu incapáz tama iha prosesu hanesan autór, parte susesível naran ida mos bele husu nomeasaun ne'e; kuandu incapáz tama iha

lo pelo autor, quando o incapaz figure como réu.

5.O Ministério Público é ouvido, sempre que não seja o requerente da nomeação.

Artigo 17.º

Desacordo entre os pais na representação do menor

1.Quando o menor seja representado por ambos os pais, se houver desacordo destes acerca da conveniência de intentar a acção, pode qualquer deles requerer ao tribunal competente a resolução do conflito.

2.Se o desacordo apenas surgir no decurso do processo, acerca da orientação deste, pode qualquer dos pais, no prazo de realização do primeiro acto processual afectado pelo desacordo, requerer ao juiz da causa que providencie sobre a forma de o incapaz ser nela representado, suspendendo-se entretanto a instância.

3.Ouvido o outro progenitor, quando só um deles tenha requerido, bem como o Ministério Público, o juiz decide de acordo com o interesse do menor, podendo atribuir a representação só a um dos pais, designar curador especial ou conferir representação ao Ministério Público, cabendo agravo da decisão, com efeito meramente devolutivo.

4.A contagem do prazo suspenso reinicia-se com a notificação da decisão ao representante designado.

5.Se houver necessidade de fazer intervir um menor em causa pendente, não havendo acordo dos pais para o efeito, pode qualquer deles requerer a suspensão da instância até resolução do desacordo pelo tribunal competente.

Artigo 18.º

Capacidade judiciária dos inabilitados

1.Os inabilitados podem intervir em todas as acções em que sejam partes e devem ser citados quando tiverem a posição de réus, sob pena de se verificar a nulidade correspondente à falta de citação, ainda que tenha sido citado o curador.

2.A intervenção do inabilitado fica subordinada à orientação do curador, que prevalece no caso de divergência.

Artigo 19.º

Representação das pessoas impossibilitadas de receber a citação

1.As pessoas que, por anomalia psíquica ou outro motivo grave, estejam impossibilitadas de receber a citação para a causa, são representadas nela por um curador especial.

2.A representação do curador cessa, quando for julgada desnecessária, ou quando se juntar documento que mostre ter sido

prosesu hanesan reu, autór tenke husu nomeasaun ne'e.
5. Tribunál tenke rona Ministériu Públiku kuandu laós nia maka husu nomeasaun ne'e.

Artigu 17.º

Menór nia representasaun kuandu inan ho aman la iha akordu

1. Kuandu inan ho aman representa menór no sira la iha akordu kona ba menór iha vantajem ka lae atu hatama aksaun, sira ida bele husu ba tribunál kompetente atu rezolve konfliktu ne'e.
2. Kuandu dezakordu ne'e mosu iha prosesu nia laran kona ba orientasaun atu tuir iha prosesu ne'e, iha prazu atu realiza aktu prosesuál primeiru ne'ebé dezakordu ne'e afeta, inan ka aman bele husu ba juíz ne'ebé kaer prosesu atu hola medida kona ba oinsá sei halo menór ne'e nia representasaun; entretantu instánsia sei suspende lai.
3. Rona tiha projenitór ida seluk, kuandu inan ka aman deit maka hatoo rekerimentu, no mos Ministériu Públiku, juíz, haree tuir menór nia interese, bele entrega menór nia representasaun ba inan ka aman, nomeia kuradór esepesiál ka entrega representasaun ne'e ba Ministériu Públiku; bele iha rekursu agravu, ho efeitu devolutivu, hasoru desizaun ne'e.
4. Prazu ne'ebé suspende tiha hahú foun fali iha momentu ne'ebé representante nomeadu hetan notifikasaun kona ba desizaun ne'e.
5. Kuandu tenke halo menór tama iha aksaun pendente no menór ne'e nia inan ho aman la iha akordu kona ba ida-ne'e, inan ka aman bele husu instánsia nia suspensaun too tribunál kompetente rezolve tiha dezakordu ne'e.

Artigu 18.º

Inabilitadu nia kapasidade judisiária

1. Inabilitadu bele intervein iha aksaun ne'ebé nia tama hanesan parte, no tenke hetan sitasaun kuandu nia tama hanesan reu, selae iha nulidade hanesan la iha sitasaun, maski nia kuradór hetan tiha ona sitasaun.
2. Inabilitadu nia intervensaun tenke tuir kuradór nia orientasaun; kuandu iha diverjénsia, kuradór nia orientasaun maka hamriik.

Artigu 19.º

Representasaun ba ema ne'ebé la bele simu sitasaun

1. Kuradór esepesiál maka representa ema ne'ebé, tanba anomalia psíkika ka motivu todan seluk, la bele simu sitasaun atu tama iha aksaun.
2. Kuradór nia representasaun hotu kuandu la presiza tan ka kuandu tama iha prosesu dokumentu ne'ebé hatudu katak tribunál deklara

declarada a interdição ou a inabilitação e nomeado representante ao incapaz.

3.A desnecessidade da curadoria, quer seja originária, quer superveniente, é apreciada sumariamente, a requerimento do curatelado, que pode produzir quaisquer provas.

4.O representante nomeado na acção de interdição ou de inabilitação será notificado para ocupar no processo o lugar de curador.

Artigo 20.º

Defesa do ausente e do incapaz pelo Ministério Público

1.Se o ausente ou o incapaz, ou os seus representantes, não deduzirem oposição, ou se o ausente não comparecer a tempo de a deduzir, incumbe ao Ministério Público a defesa deles, para o que será citado, correndo novamente o prazo para a contestação.

2.Quando o Ministério Público represente o autor, será nomeado defensor público.

3.Cessa a representação do Ministério Público ou do defensor público, logo que o ausente ou o seu procurador compareça, ou logo que seja constituído mandatário judicial do ausente ou do incapaz.

Artigo 21.º

Representação dos incertos

1.Quando a acção seja proposta contra incertos, por não ter o autor possibilidade de identificar os interessados directos em contradizer, são aqueles representados pelo Ministério Público.

2.Quando o Ministério Público represente o autor, é nomeado defensor público aos incertos.

3.A representação do Ministério Público ou do defensor público, só cessa quando os citados como incertos se apresentem para intervir como réus e a sua legitimidade se encontre devidamente reconhecida.

Artigo 22.º

Representação de ausentes e incapazes pelo Ministério Público

1.Incumbem ao Ministério Público, em representação de ausentes e incapazes, intentar em juízo quaisquer acções que se mostrem necessárias à tutela dos seus direitos e interesses.

2.A representação cessa logo que seja constituído mandatário judicial do ausente ou incapaz, ou quando, deduzindo o respectivo representante legal oposição à intervenção principal do Ministério Público, o juiz, ponderado o interesse do representado, a considere procedente.

Artigo 23.º

tiha ona interdisaun ka inabilitasaun no nomeia tiha ona representante ba inkapáz ne'e.

3. Tuir kurateladu nia rekerimentu, tribunál apresia sumariamente kuradoria, orijinária ka superveniente, sei presiza nafatin ka lae; ho rekerimentu ne'e kurateladu bele hatoo prova naran ida.

4. Representante ne'ebé nomeia tiha ona iha aksaun ba interdisaun ka inabilitasaun tenke hetan notifikasaun atu okupa kuradór nia fatin.

Artigu 20.º

Ministériu Públiku hanesan auzente no inkapáz nia defensor

1. Kuandu auzente ka inkapáz ka nia representante la hatoo opozisaun, ka auzente la mosu iha prazu atu hatoo opozisaun nia laran, Ministériu Públiku maka representa nia; ba ne'e tenke sita Ministériu Públiku no hahú fila-fali prazu ba kontestasaun.

2. Kuandu Ministériu Públiku maka representa autór, tenke nomeia defensor públiku.

3. Ministériu Públiku ka defensor públiku nia representasaun hotu kuandu auzente ka nia prokuradór mosu ka kuandu constitui ona auzente ka inkapáz nia mandatáriu judisiál.

Artigu 21.º

Insertu nia representasaun

1. Kuandu autór hatoo aksaun hasoru insertu, tanba nia la bele identifika ema ne'ebé iha interese diretu atu hatoo resposta hasoru, Ministériu Públiku maka representa insertu ne'e.

2. Kuandu Ministériu Públiku maka representa autór, tenke nomeia defensor públiku atu representa insertu.

3. Ministériu Públiku ka defensor públiku nia representasaun hotu kuandu ema ne'ebé hetan sitasaun hanesan insertu apresenta-án atu intervein hanesan reu no nia lejitimidade rekoñese loos tiha ona.

Artigu 22.º

Ministériu Públiku hanesan auzente no inkapáz nia representante

1. Ministériu Públiku, hanesan auzente no inkapáz nia representante, tenke hatama iha tribunál aksaun ne'ebé presiza atu defende sira nia direitu no interese.

2. Representasaun ne'e hotu kuandu constitui ona auzente ka inkapáz nia mandatáriu judisiál ka kuandu juíz, haree tiha representadu nia interese, foo razaun ba auzente ka inkapáz nia representante legál iha opozisaun ne'ebé nia hatoo hasoru Ministériu Públiku nia intervensaun prinsipál.

Artigu 23.º

Representação do Estado

1.O Estado é representado pelo Ministério Público, sem prejuízo dos casos em que a lei especialmente permita o patrocínio por mandatário judicial próprio, cessando a intervenção principal do Ministério Público logo que seja constituído mandatário.

2.Se a causa tiver por objecto bens ou direitos do Estado, mas que estejam na administração ou fruição de entidades autónomas, podem estas constituir advogado que intervenha no processo juntamente com o Ministério Público, para o que serão notificadas, quando o Estado seja réu; havendo divergência entre o Ministério Público e o advogado, prevalece a orientação daquele.

Artigo 24.º

Representação das outras pessoas colectivas e das sociedades

1.As demais pessoas colectivas e as sociedades são representadas por quem a lei, os estatutos ou o pacto social designarem.

2.Sendo demandada pessoa colectiva ou sociedade que não tenha quem a represente, ou ocorrendo conflito de interesses entre a ré e o seu representante designará o juiz da causa representante especial, salvo se a lei estabelecer outra forma de assegurar a respectiva representação em juízo.

3.As funções do representante a que se refere o número anterior cessam logo que a representação seja assumida por quem deva, nos termos da lei, assegurá-la.

Artigo 25.º

Representação das entidades que careçam de personalidade jurídica

Salvo disposição especial em contrário, os patrimónios autónomos são representados pelos seus administradores e as sociedades e associações que careçam de personalidade jurídica, bem como as sucursais, agências, filiais ou delegações, são representadas pelas pessoas que ajam como directores, gerentes ou administradores.

Artigo 26.º

Suprimento da incapacidade judiciária e da irregularidade de representação

1.A incapacidade judiciária e a irregularidade de representação são sanadas mediante a intervenção ou notificação do representante legítimo ou do curador do incapaz.

2.Se estes ratificarem os actos anteriormente praticados, o processo segue como se o vício não existisse; no caso contrário, fica sem

Estadu nia representasaun

1. Ministériu Públiku maka representa Estadu, sein prejuizu ba situasaun sira iha ne'ebé lei husik Estadu representa-án ho nia mandatáriu judisiál rasik; Ministériu Públiku nia representasaun prinsipál hotu kuandu Estadu konstitui nia mandatáriu rasik.
2. Iha aksaun kona ba Estadu nia bein ka direitu ne'ebé entidade autónoma maka administra ka uza, entidade ne'e bele konstitui advogadu hodi tama iha aksaun hamutuk ho Ministériu Públiku, no, ba ida-ne'e, tenke hetan notifikasaun kuandu Estadu tama hanesan reu; kuandu Ministériu Públiku ho advogadu ne'e iha diverjénsia, Ministériu Públiku nia orientasaun maka hamriik.

Artigu 24.º

Representasaun ba pesoa koletiva seluk no sosiedade

1. Pesoa koletiva sira seluk no sosiedade nia representante maka ema ne'ebé lei, estatutu ka patu sosiál dehan.
2. Kuandu tama hanesan reu pesoa koletiva ka sosiedade ne'ebé la iha ema ida atu representa ka reu nia interese iha konfliktu ho nia representante nia interese, juíz ne'ebé kaer prosesu tenke nomeia representante espesiál, salvu kuandu lei estabelese representasaun judisiál oin seluk.
3. Representante referidu iha número anteriór nia funsaun hotu kuandu ema ne'ebé, tuir lei, tenke asegura representasaun mai kaer ona funsaun ne'e.

Artigu 25.º

Representasaun ba entidade ne'ebé la iha personalidade jurídika

Salvu dispozisaun seluk, patrimóniu autónomu nia administradór maka representa patrimóniu ne'e, no ema ne'ebé mosu hanesan sosiedade no asosiasaun ne'ebé la iha personalidade jurídika, no mos sukursál, ajénsia, filiál ka delegasaun sira nia diretór, jerente ka administradór maka representa sosiedade no asosiasaun no sukursál, ajénsia, filiál ka delegasaun sira-ne'e.

Artigu 26.º

Suprimentu ba inkapasidade judisiária no representasaun irregulár

1. Inkapasidade judisiária no irregularidade iha representasaun hotu kuandu representante lejítimu ka inkapáz nia kuradór tama iha prosesu ka hetan notifikasaun.
2. Kuandu representante ka kuradór ne'e ratifika aktu sira-ne'ebé halo tiha ona, prosesu lao nafatin hanesan vísiu ne'e la iha; selae,

efeito todo o processado posterior ao momento em que a falta se deu ou a irregularidade foi cometida. correndo novamente os prazos para a prática dos actos não ratificados, que podem ser renovados.

3. Se a irregularidade verificada consistir na preterição de algum dos pais, tem-se como ratificado o processado anterior, quando o preterido, devidamente notificado, nada disser dentro do prazo fixado; havendo desacordo dos pais acerca da repetição da acção ou da renovação dos actos, o juiz decidirá ouvidos ambos os progenitores e o Ministério Público.

4. Sendo o incapaz autor e tendo o processo sido anulado desde o início, se o prazo de prescrição ou caducidade tiver entretanto terminado ou terminar nos dois meses imediatos à anulação, não se considera completada a prescrição ou caducidade antes de findarem estes dois meses.

Artigo 27.º

Iniciativa do juiz no suprimento

1. Logo que se aperceba de algum dos vícios a que se refere o artigo anterior, deve o juiz, officiosamente e a todo o tempo, providenciar pela regularização da instância.

2. Incumbe ao juiz ordenar a citação do réu em quem o deva representar, ou, se a falta ou irregularidade respeitar ao autor, determinar a notificação de quem o deva representar na causa para, no prazo fixado, ratificar, querendo, no todo ou em parte, o processado anterior, suspendendo-se entretanto a instância.

Artigo 28.º

Falta de autorização ou de deliberação

1. Se a parte estiver devidamente representada, mas faltar alguma autorização ou deliberação exigida por lei, designar-se-á o prazo dentro do qual o representante deve obter a respectiva autorização ou deliberação, suspendendo-se entretanto os termos da causa.

2. Não sendo a falta sanada dentro do prazo, o réu é absolvido da instância, quando a autorização ou deliberação devesse ser obtida pelo representante do autor; se era ao representante do réu que incumbia prover, o processo segue como se o réu não deduzisse oposição.

SECÇÃO II

LEGITIMIDADE DAS PARTES

Artigo 29.º

Conceito de legitimidade

1. O autor é parte legítima quando tem interesse directo em demandar;

prosesadu ne'ebé tuir fali falta ka irregularidade ne'e la vale, maibé aktu sira-ne'ebé la hetan ratifikasaun no bele halo fila-fali no prazu atu halo aktu sira-ne'e hahú foun fali.

3. Irregularidade ne'e mosu tanba la bolu aman ka inan mai prosesu karik, prosesadu anteriór tenke konsidera retifikadu kuandu ema ne'ebé la bolu, hetan tiha notifikasaun tuir lei, la dehan buat ida iha prazu fiksadu; aman ho inan la iha akordu atu repete aksaun ka atu repete aktu ne'ebé halo tiha ona karik, juíz maka sei deside, rona tiha aman ho inan no Ministériu Públiku.

4. Kuandu ema inkapáz maka tama hanesan autór no prosesu anula tiha hosi hun, preskrisaun ka kadusidade nia prazu ne'ebé hotu daudaun ka atu hotu daudaun iha fulan rua ne'ebé tuir fali anulasaun ne'e la bele konsidera kompletu molok fulan rua ne'e hotu.

Artigu 27.º

Juíz nia iniciativa iha suprimentu

1. Kuandu hetan vísiu ruma ne'ebé artigu anteriór refere, juíz tenke hola medida atu regulariza instánsia, ofisiozamente no iha momentu naran ida.

2. Juíz tenke haruka halo sitasaun ba reu, iha ema ne'ebé representa nia, ka, falta ka irregularidade ne'e kona-ba autór karik, haruka notifika ema ne'ebé tenke representa autór iha aksaun para, iha prazu fiksadu, hakarak karik, ratifika prosesadu anteriór, tomak ka baluk deit. Entretantu instánsia sei suspende lai.

Artigu 28.º

Kuandu la iha autorizasaun ka deliberasaun

1. Kuandu parte iha nia representante, maibé falta autorizasaun ka deliberasaun ne'ebé lei ezije, juíz tenke fiksa prazu ba representante atu hetan autorizasaun ka deliberasaun ne'e, no suspende lai prosesu nia termus.

2. Falta ne'e la hadia iha prazu ne'e nia laran karik, reu hetan absolvisaun iha instánsia, kuandu autór nia representante maka tenke hetan autorizasaun ka deliberasaun ne'e, prosesu lao ba oin, hanesan iha situasaun ne'ebé reu la apresenta opozisaun, kuandu reu nia representante maka tenke hetan autorizasaun ka deliberasaun ne'e.

SEKSAUN II

PARTE SIRA NIA LEJITIMIDADE

Artigu 29.º

Lejitimidade nia konseitu

1. Autór iha lejitimidade atu sai parte kuandu nia iha interese diretu

o réu é parte legítima quando tem interesse directo em contradizer.
2.O interesse em demandar exprime-se pela utilidade derivada da procedência da acção; o interesse em contradizer, pelo prejuízo que dessa procedência advenha.
3.Na falta de indicação da lei em contrário, são considerados titulares do interesse relevante para o efeito da legitimidade os sujeitos da relação controvertida, tal como é configurada pelo autor.

Artigo 30.º **Litisconsórcio voluntário**

1.Se a relação material controvertida respeitar a várias pessoas, a acção respectiva pode ser proposta por todos ou contra todos os interessados; mas, se a lei ou o negócio for omissivo, a acção pode também ser proposta por um só ou contra um só dos interessados, devendo o tribunal, nesse caso, conhecer apenas da respectiva quota-parte do interesse ou da responsabilidade, andá que o pedido abranja a totalidade.
2.Se a lei ou o negócio permitir que o direito seja exercido por um só ou que a obrigação comum seja exigida de um só dos interessados, basta que um deles intervenha para assegurar a legitimidade.

Artigo 31.º **Litisconsórcio necessário**

1.Se, porém, a lei ou o negócio exigir a intervenção dos vários interessados na relação controvertida, a falta de qualquer deles é motivo de ilegitimidade.
2.É igualmente necessária a intervenção de todos os interessados quando, pela própria natureza da relação jurídica, ela seja necessária para que a decisão a obter produza o seu efeito útil normal. A decisão produz o seu efeito útil normal sempre que, não vinculando embora os restantes interessados, possa regular definitivamente a situação concreta das partes relativamente ao pedido formulado.

Artigo 32.º **Acções que têm de ser propostas por ambos ou contra ambos os cônjuges**

1.Devem ser propostas por marido e mulher, ou por um deles com consentimento do outro, as acções de que possa resultar a perda ou a oneração de bens que só por ambos possam ser alienados ou a perda de direitos que só por ambos possam ser exercidos, incluindo as acções que tenham por objecto, directa ou indirectamente, a casa de morada de família.
2.Na falta de acordo, o tribunal decidirá sobre o suprimento do

atu hatama aksaun; reu iha lejitimidade atu sai parte kuandu nia iha interese diretu atu foo resposta hasoru.

2. Ema ida iha interese atu hatama aksaun kuandu nia bele hetan vantajem tanba nia manán aksaun ne'e; ema ida iha interese atu foo resposta hasoru kuandu nia hetan prejuizu tanba autór manán aksaun ne'e.

3. Kuandu lei la dehan buat seluk, sei konsidera katak iha interese ho relevánsia ba nia lejitimidade ema sira-ne'ebé tama iha relasaun kontrovertida nu'udar autór apresenta.

Artigu 30.º **Litiskonsórsiu voluntáriu**

1. Kuandu ema barak tama iha relasaun materiál kontrovertida, sira hotu bele hatama aksaun ka aksaun bele hatama hasoru sira hotu; maibé, lei ka negósiu la dehan buat ida karik, interesadu sira-ne'e ida mesak bele hatama aksaun no aksaun bele hatama hasoru interesadu sira-ne'e ida mesak, no, iha kazu ne'e, tribunál tenke koñese deit interesadu ne'e nia kuota-parte iha interese ka responsabilidade ne'e, maske interese ka responsabilidade tomak tama iha pedidu.

2. Kuandu lei ka negósiu husik interesadu ida ezerse mesak direitu ka foo-fatin atu ezije obrigasaun komún hosi interesadu ida mesak, interesadu sira-ne'e ida nia intervensaun too atu garante lejitimidade.

Artigu 31.º **Litiskonsórsiu nesésáriu**

1. Maibé, kuandu lei ka negósiu obriga interesadu sira hotu ne'ebé hola-parte iha relasaun kontrovertida nia intervensaun, ilejitimidade mosu kuandu sira ruma la tama iha aksaun.

2. Interesadu hotu-hotu tenke tama mos kuandu, tuir relasaun jurídika nia natureza, sira hotu tenke tama para desizaun ne'ebé hakarak hetan bele prodúz nia efeitu util normál. Desizaun ida prodúz nia efeitu util normál kuandu nia bele regula definitivamente parte sira nia situasaun konkreta kona ba pedidu formuladu, maske la vinkula interesadu sira seluk.

Artigu 32.º **Aksaun iha ne'ebé feen ho lain tenke tama**

1. Feen ho lain ka sira ida ho ida seluk nia autorizasaun maka bele hatama aksaun iha ne'ebé bele lakon ka hamosu onerasaun ba bein ne'ebé sira nain rua hamutuk maka bele aliena ka halakon direitu ne'ebé sira nain rua hamutuk maka bele ezerse, inkluidu aksaun iha ne'ebé kaza ba família nia morada tama hanesan objetu.

2. Kuandu la iha akordu tribunál tenke hasai desizaun kona ba autorizasaun nia suprimentu, tuir família nia interese; iha ne'e sei

consentimento, tendo em consideração o interesse da família.
3. Devem ser propostas contra o marido e a mulher as acções emergentes de facto praticado por ambos os cônjuges, as acções emergentes de facto praticado por um deles, mas em que pretenda obter-se decisão susceptível de ser executada sobre bens próprios do outro, e ainda as acções compreendidas no n.º 1.

Artigo 33.º **O litisconsórcio e a acção**

No caso de litisconsórcio necessário há uma única acção com pluralidade de sujeitos, enquanto no litisconsórcio voluntário há uma simples acumulação de acções conservando cada litigante uma posição de independência em relação aos seus compartes.

Artigo 34.º **Coligação de autores e de réus**

1. É permitida a coligação de autores contra um ou vários réus e é permitido a um autor demandar conjuntamente vários réus, por pedidos diferentes, quando a causa de pedir seja a mesma e única ou quando os pedidos estejam entre si numa relação de prejudicialidade ou de dependência.

2. É igualmente lícita a coligação quando, sendo embora diferente a causa de pedir, a procedência dos pedidos principais dependa essencialmente da apreciação dos mesmos factos ou da interpretação e aplicação das mesmas regras de direito ou de cláusulas de contratos perfeitamente análogas.

3. É admitida a coligação quando os pedidos deduzidos contra os vários réus se baseiam na invocação da obrigação cartular, quanto a uns, e da respectiva relação subjacente, quanto a outros.

Artigo 35.º **Obstáculos à coligação**

1. A coligação não é admissível quando aos pedidos correspondam formas de processo diferentes ou a cumulação possa ofender regras de competência internacional ou em razão da matéria ou da hierarquia.

2. Se o tribunal, oficiosamente ou a requerimento de algum dos réus, entender que, não obstante a verificação dos requisitos da coligação, é preferível que as causas sejam instruídas, discutidas e julgadas em processos separados, assim o declarará no despacho saneador, ficando o processo sem efeito.

3. No caso a que se refere o número anterior, se as novas acções forem propostas dentro de trinta dias, a contar do trânsito em julgado do despacho que ordene a separação, os efeitos civis da proposição da acção e da citação do réu retrotraem-se à data em que estes

aplika artigu 28^o nia dispozisaun, ho adaptaun.

3. Tenke hatama hasoru fen ho lain aksaun ne'ebé uza hanesan baze faktu ne'ebé fen ho lain maka halo, aksaun ne'ebé uza hanesan baze faktu ne'ebé fen ka lain mesak maka halo, kuandu hakarak hetan desizaun atu ezekuta ho kónjuje ida seluk nia bein, no aksaun sira-ne'ebé tama iha númeru 1 nia previzaun.

Artigu 33.^o **Litiskonsórsiu no aksaun**

Iha litiskonsórsiu nesesáriu iha aksaun ida deit ho sujeitu barak; iha litiskonsórsiu voluntáriu aksaun barak lao hamutuk, maibé litigante ida-idak nia pozisaun la depende hosi parte sira seluk nia pozisaun.

Artigu 34.^o **Autór no reu iha koligasaun**

1. Autór sira bele tama iha koligasaun hodi hasoru reu ida ka barak no autór ida bele hatama aksaun hasoru reu barak hamutuk, ho pedidu diferente, kuandu kauza-de-pedír ida deit ka kuandu pedidu sira prejudika malu ka depende ba malu.

2. Bele iha mos koligasaun kuandu, maski kauza-de-pedír diferente, atu foo razaun ba autór nia pedidu prinsipál, tribunál tenke apresia faktu sira-ne'ebé hanesan deit ka interpreta no aplika regra-de-direitu ka kláuzula kontratuál análoga.

3. Bele iha koligasaun kuandu pedidu ne'ebé hatoo hasoru reu barak bazeia iha obrigasaun kartulár, kona-ba sira balu, no iha relasaun subjasente⁵, kona ba sira seluk.

Artigu 35.^o **Obstákulu ba koligasaun**

1. La bele iha koligasaun kuandu pedidu ida-idak tenke tuir prosesu ho forma⁶ diferente⁷, ka kumulasaun bele ofende regra kona-ba kompeténsia internasionál ka kompeténsia kona-ba matéria ka ierarkia.

2. Kuandu tribunál, ofisiozamente ka tuir reu ruma nia rekerimentu, entende katak, maske iha rekizitu hotu ba koligasaun, diak liu kauza sira-ne'e hetan instrusaun, diskusaun no julgamentu iha prosesu ketak-ketak, tenke deklarara iha despaxu saneadór, no, ho deklarasaun ne'e, prosesu lakon nia efeitu.

3. Iha kazu referidu iha númeru anteriór⁸, kuandu aksaun foun tama fali iha loran 30 nia laran hahú iha loran ne'ebé despaxu ne'ebé haruka halo separasaun hetan tránzitu-ein-julgadu, efeitu sivíl sira-ne'ebé mosu tanba aksaun tama iha tribunál ka tanba sitasaun retrotrai⁹ ba data iha ne'ebé faktu sira-ne'e prodúz iha prosesu ida

factos se produziram no primeiro processo.

SECÇÃO III PATROCÍNIO JUDICIÁRIO

Artigo 36.º Constituição de advogado

1. Em processo civil, nas causas em que seja admissível recurso, nos recursos e nas causas propostas no Supremo Tribunal de Justiça, é obrigatória a constituição de advogado.
2. Cessa a obrigatoriedade de constituição de advogado nos casos em que a lei atribua a representação judiciária da parte ao Ministério Público ou admita a representação por defensor público.

Artigo 37.º Falta de constituição de advogado

Se a parte não constituir advogado, sendo obrigatória a constituição, o tribunal, oficiosamente ou a requerimento da parte contrária, fá-la-á notificar para o constituir dentro de prazo certo, sob pena de o réu ser absolvido da instância, de não ter seguimento o recurso ou de ficar sem efeito a defesa.

Artigo 38.º Como se confere o mandato judicial

O mandato judicial pode ser conferido:

- a) Por instrumento público ou por documento particular, nos termos do Código do Notariado ou de legislação especial;
- b) Por declaração verbal da parte no auto de qualquer diligência que se pratique no processo.

Artigo 39.º Conteúdo e alcance do mandato

1. O mandato atribui poderes ao mandatário para representar a parte em todos os actos e termos do processo principal e respectivos incidentes, mesmo perante o Supremo Tribunal de Justiça, sem prejuízo das disposições que exijam a outorga de poderes especiais por parte do mandante.
2. Nos poderes que a lei presume conferidos ao mandatário está incluído o de substabelecer o mandato.
3. O substabelecimento sem reserva implica a exclusão do anterior mandatário.
4. A eficácia do mandato depende de aceitação, que pode ser manifestada no próprio instrumento público ou em documento

primeiru ne'e.

SEKSAUN III PATROSÍNIU JUDISIÁRIU

Artigu 36.º Konstituisaun ba advogadu

1. Iha prosesu sivil parte sira tenke konstitui advogadu iha kauza iha ne'ebé bele iha rekursu, iha rekursu rasik no iha kauza ne'ebé hatama iha Supremu Tribunál ba Justisa.
2. Parte la presiza konstitui advogadu iha kazu ne'ebé, tuir lei, Ministériu Públiku maka representa nia ka lei autoriza defensór públiku representa nia.

Artigu 37.º Falta konstituisaun ba advogadu

Kuandu parte la konstitui advogadu iha kazu ne'ebé tenke iha konstituisaun ne'e, tribunál, ofisiozamente ka tuir parte kontrária nia rekerimentu, notifika parte ne'e atu konstitui advogadu iha prazu fiksadu, ho kominasaun¹⁰ katak, selae, reu hetan absolvisaan iha instánsia, rekursu la lao ba oin ka defeza lakon nia efeitu.

Artigu 38.º Oinsá foo mandatu judisiál

Mandatu judisiál bele foo:

- a) Ho instrumentu públiku ka ho dokumentu partikulár, nu'udar Kódigu ba Notariadu ka lejislasaun espesiál haruka;
- b) Ho parte nia deklarasaun verbál ba autu kona-ba dilijénsia ne'ebé halo iha prosesu nia laran.

Artigu 39.º Mandatu nia konteúdu no alkanse

1. Mandatu foo podér ba mandatáriu atu representa parte iha aktu no termu hotu-hotu iha prosesu prinsipál no nia insidente, maske iha Supremu Tribunál ba Justisa, sein prejuizu ba dispozisaun sira-ne'ebé ezije katak mandatáriu tenke iha podér espesiál hosi mandante.
2. Iha podér sira-ne'ebé lei presume¹¹ katak mandante foo ba mandatáriu tama mos podér atu substabelese mandatu ne'e.
3. Ho substabelesimentu¹² sein rezerva mandatáriu anteriór dada-án tiha hosi mandatu.
4. Mandatu hetan efikásia¹³ ho aseitasaun¹⁴, ne'ebé bele manifesta¹⁵ iha instrumentu públiku¹⁶ ka iha dokumentu

particular, ou resultar de comportamento concludente do mandatário.

Artigo 40.º

Poderes gerais e especiais dos mandatários judiciais

1. Quando a parte declare na procuração que dá poderes forenses ou para ser representada em qualquer acção, o mandato tem a extensão definida no artigo anterior.

2. Os mandatários judiciais só podem confessar a acção, transigir sobre o seu objecto e desistir do pedido ou da instância, quando estejam munidos de procuração que os autorize expressamente a praticar qualquer desses actos.

Artigo 41.º

Confissão de factos feita pelo mandatário

As afirmações e confissões expressas de factos, feitas pelo mandatário nos articulados, vinculam a parte, salvo se forem rectificadas ou retiradas enquanto a parte contrária as não tiver aceite especificadamente.

Artigo 42.º

Revogação e renúncia do mandato

1. A revogação e a renúncia do mandato devem ter lugar no próprio processo e são notificadas, tanto ao mandatário ou ao mandante, como à parte contrária.

2. Os efeitos da revogação e da renúncia produzem-se a partir da notificação, sem prejuízo do disposto nos números seguintes; a renúncia é pessoalmente notificada ao mandante, com a advertência dos efeitos previstos no n.º 3.

3. Nos casos em que é obrigatória a constituição de advogado, se a parte, depois de notificada da renúncia, não constituir novo mandatário no prazo de vinte dias, suspende-se a instância, se a falta for do autor; se for do réu, o processo segue os seus termos, aproveitando-se dos actos anteriormente praticados pelo advogado.

4. Sendo o patrocínio obrigatório, se o réu ou o reconvinco não puderem ser notificados, será nomeado defensor público, após o que a instância prossegue.

5. O defensor nomeado nos termos do número anterior tem direito a exame do processo, pelo prazo de dez dias.

6. Se o réu tiver deduzido reconvenção, esta fica sem efeito, quando for dele a falta a que se refere o n.º 3; sendo a falta do autor, seguirá só o pedido reconvenicional, decorridos que sejam dez dias sobre a suspensão da acção.

partikulár ka rezulta hosi mandatáriu nia komportamentu konkludente¹⁷.

Artigu 40.º
Mandatáriu judisiál nia podér jerál no espesiál

1. Kuandu parte deklara iha prokurasau katak nia foo podér forense ka podér atu reprezenta nia iha aksau ruma, mandatu iha extensaun ne'ebé artigu anteriór define.
2. Kuandu mandatáriu judisiál iha prokurasau ne'ebé autoriza nia atu konfesa aksau, tranzije kona ba aksau ne'e nia objetu no dezixte hosi pedidu ka hosi instánsia maka maka nia bele pratika aktu sira-ne'e.

Artigu 41.º
Konfisaun

Afirmasau ka konfisaun espresa ne'ebé mandatáriu halo iha artikuladu kona-ba faktu, vinkula parte ne'ebé nia reprezenta, salvu kuandu parte ne'e retifika¹⁸ ka retira tiha afirmasau ka konfisaun ne'e molok parte kontrária simu espresamente.

Artigu 42.º
Revogasaun ka renúnsia ba mandatu

1. Revogasaun no renúnsia ba mandatu tenke halo iha prosesu laran no tenke notifika ba mandatáriu ka mandante no ba parte kontrária¹⁹.
2. Revogasaun no renúnsia nia efeitu moris ho notifikasau, sein prejuizu ba número seginte sira nia dispozisaun; renúnsia tenke notifika pesoalmente ba mandante, ho adverténsia kona-ba efeitu sira previstu iha n.º 3.
3. Iha kazu ne'ebé parte tenke iha advogadu, parte ne'e, hetan tiha notifikasau kona-ba renúnsia, la konstitui mandatáriu foun iha laron 20 nia laran karik, instánsia sei suspende tiha, kuandu falta ne'e autór nian; falta ne'e reu nian karik, prosesu kontinua lao ba oin nafatin, no aproveita mos ho aktu sira-ne'ebé advogadu ne'e pratika tiha ona.
4. Kuandu tenke iha patrosíniu²⁰, la bele notifika reu ka rekonvindu²¹ karik, tenke nomeia defensór públiku no, nomeia tiha, instánsia lao ba oin.
5. Defensór nomeadu tuir número anteriór iha direitu atu halo ezame ba prosesu, durante laron 10.
6. Reu hatoo rekonvensau karik, rekonvensau ne'e lokon efeitu kuandu nia maka halo falta referida iha n.º 3; falta ne'e autór nian karik, pedidu rekonvensionál maka lao mesak ba oin, liu tiha laron 10 hahú iha momentu ne'ebé aksau suspende ne'e.

Artigo 43.º

Falta, insuficiência e irregularidade do mandato

1. A falta de procuração e a sua insuficiência ou irregularidade podem, em qualquer altura, ser arguidas pela parte contrária e suscitadas oficiosamente pelo tribunal.
2. O juiz fixa o prazo dentro do qual deve ser suprida a falta ou corrigido o vício e ratificado o processado. Findo este prazo sem que esteja regularizada a situação, fica sem efeito tudo o que tiver sido praticado pelo mandatário, devendo este ser condenado nas custas respectivas e, se tiver agido culposamente, na indemnização dos prejuízos a que tenha dado causa.
3. Sempre que o vício resulte de excesso de mandato, o tribunal participa a ocorrência à Ordem dos Advogados.

Artigo 44.º

Nomeação de defensor público

1. A nomeação de defensor público, em processo civil, é feita oficiosamente ou a requerimento da parte nos termos da lei.
2. A parte pode solicitar, previamente à propositura da acção, a nomeação, para esse efeito, de defensor público.
3. O réu que solicitar a nomeação de defensor público deverá fazê-lo no prazo para defesa, iniciando-se a contagem de novo prazo de defesa após a nomeação.
4. Sem prejuízo do disposto em legislação própria, as disposições deste Código respeitantes aos mandatários judiciais aplicam-se, com as devidas adaptações e limites, aos defensores públicos.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA E DAS GARANTIAS DA IMPARCIALIDADE

SECÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE COMPETÊNCIA

Artigo 45.º

Competência internacional dos tribunais timorenses

Os tribunais timorenses têm competência internacional quando se verifique alguma das circunstâncias mencionadas no artigo 48.º.

Artigo 46.º

Factores determinantes da competência na ordem interna

1. A competência dos tribunais judiciais no âmbito da jurisdição civil,

Artigu 43.º
Mandatu falta, insuficiente ka irregulár

1. Parte kontrária bele argui no tribunál bele foti ofisiozamente kestaun kona-ba prokurasau nia falta, insufisiénsia ka irregularidade, iha kualkér altura.
2. Juíz sei fiksa prazu atu hadia falta ne'e ka korrije vísiu ne'e no atu ratifika prosesadu. Kuandu situaun la regulariza iha prazu ne'e nia laran, buat hotu ne'ebé mandatáriu halo tiha ona lakon efeitu no juíz tenke kondena mandatáriu ne'e selu kustas kona-ba buat sira-ne'ebé nia halo, no, nia iha kulpa karik, kondena nia selu mos indemnizasaun tanba prejuizu ne'ebé nia hamosu.
3. Kuandu vísiu ne'e mosu tanba mandatáriu liu tiha mandatu ne'ebé nia simu, tribunál tenke foo-hatene faktu ne'e ba Ordem dos Advogados.

Artigu 44.º
Defensór Públiku nia nomeasaun

1. Iha prosesu sivil tribunál nomeia defensór públiku ofisiozamente ka tuir parte nia rekerimentu, nu'udar lei. Molok hatama aksaun, parte bele husu atu nomeia defensór públiku hodi hatama aksaun ne'e.
2. Reu ne'ebé hakarak husu defensór públiku tenke husu iha prazu ba defeza nia laran; hetan tiha nomeasaun ne'e, prazu ba defeza hahú foun fali.
3. Kódigu ne'e nia dispozisaun kona-ba mandatáriu judisiál aplika mos ba defensór públiku sira, ho adaptasaun ho limite devidu, sein prejuizu ba sira nia lejislasau rasik.
4. Sein prejuizu ba dispozisaun iha lejislasau rasik, kódigu ida-ne'e nia dispozisaun kona-ba mandatáriu judisiál sei aplika mos ba defensór públiku sira, ho adaptasaun ho limite devidu.

KAPÍTULU III
KOMPETÉNSIA NO GARANTIA BA IMPARSIALIDADE

SEKSAUN I
DISPOZISAUN JERÁL KONA-BA KOMPETÉNSIA

Artigu 45.º
Tribunál Timór sira nia kompeténsia internasionál

Tribunál timór sira iha kompeténsia internasionál kuandu sirkunstánsia sira mensionada iha artigu 48.º ruma iha.

Artigu 46.º
Fatór ne'ebé determina kompeténsia iha orden interna

1. Lei ba organizasaun judisiária no Kódigu ida-ne'e nia dispozisaun

é regulada conjuntamente pelo estabelecido nas leis de organização judiciária e pelas disposições deste Código.

2. Na ordem interna, a jurisdição reparte-se pelos diferentes tribunais segundo a matéria, a hierarquia, o território, e o valor e estrutura.

Artigo 47.º
Alteração da competência

Quando ocorra alteração da lei reguladora da competência considerada relevante quanto aos processos pendentes, o juiz ordena oficiosamente a sua remessa para o tribunal que a nova lei considere competente.

SECÇÃO II
DA COMPETÊNCIA INTERNACIONAL

Artigo 48.º
Factores de atribuição da competência internacional

1. Sem prejuízo do que se ache estabelecido em tratados, convenções e leis especiais, a competência internacional dos tribunais timorenses depende da verificação de alguma das seguintes circunstâncias:

- a) Ter o réu ou algum dos réus domicílio em território timorense, salvo tratando-se de acções relativas a direitos reais ou pessoais de gozo sobre imóveis sítos em país estrangeiro;
- b) Dever a acção ser proposta em Timor-Leste, segundo as regras de competência territorial estabelecidas na lei timorense;
- c) Ter sido praticado em território timorense o facto que serve de causa de pedir na acção, ou algum dos factos que a integram;
- d) Não poder o direito invocado tornar-se efectivo senão por meio de acção proposta em território timorense, ou constituir para o autor dificuldade apreciável a sua propositura no estrangeiro, desde que entre o objecto do litígio e a ordem jurídica nacional haja algum elemento ponderoso de conexão, pessoal ou real.

2. Para os efeitos da alínea a) do número anterior, considera-se domiciliada em Timor-Leste a pessoa colectiva cuja sede estatutária ou efectiva se localize em território timorense, ou que aqui tenha sucursal, agência, filial ou delegação.

Artigo 49.º
Competência exclusiva dos tribunais timorenses

Sem prejuízo do que se ache estabelecido em tratados, convenções e legislação especial, a competência dos tribunais timorenses é exclusiva para:

- a) As acções relativas a direitos reais ou pessoais de gozo sobre bens imóveis sítos em território timorense;

maka regula hamutuk tribunál judisiál sira nia kompeténsia iha jurizdisaun sivíl nia laran.

2. Iha orden interna, jurizdisaun fahe ba tribunál oioin sira tuir matéria, ierarkia, territóriu no valór no estrutura.

Artigu 47.º **Alterasaun iha kompeténsia**

Kuandu alterasaun iha lei ne'ebé regula kompeténsia mosu ho relevánsia ba prosesu pendente, juíz ofisiozamente tenke haruka prosesu ne'e ba tribunál ne'ebé lei foun konsidera kompetente.

SEKSAUN II **KOMPETÉNSIA INTERNASIONÁL**

Artigu 48.º **Fatór atu atribui kompeténsia internasionál**

1. Sein prejuizu ba tratadu, konvensaun no lei espesiál nia dispozisaun, tribunál timór sira iha kompeténsia internasionál kuandu:

a) Reu ka reu sira ida iha hela-fatin iha territóriu timór, salvu iha aksaun atu diskute direitu réal ka pesoál atu goza imovel iha país estranjeiru;

b) Tuir lei timór kona-ba kompeténsia, aksaun tenke hatama iha Timór-Leste;

c) Faktu ne'ebé tama hanesan kauza-de-pedír iha aksaun ka faktu ruma ne'ebé tama hanesan kauza-de-pedír akontese iha territóriu timór;

d) Direitu bele hetan efetivasaun²² deit ho aksaun ne'ebé hatama iha territóriu timór, ka autór iha difikuldade makaas atu hatama aksaun ne'e iha estranjeiru, sarak elementu pesoál ka réal ponderozu ruma liga litíjiu²³ nia objetu ho orden jurídika nasional.

2. Ba númeru anteriór, alínea a), nia efeito, sei konsidera katak iha hela-fatin iha Timór-Leste pesoa kolektiva ne'ebé iha sede iha territóriu timór, tuir nia estatutu ka de faktu, ka iha sukursál, ajénsia, filiál ka delegasaun iha territóriu timór.

Artigu 49.º **Tribunál timór sira nia kompeténsia ekkluziva**

Sein prejuizu ba tratadu, konvensaun no lei espesiál nia dispozisaun, tribunál timór sira iha kompeténsia ekkluziva atu koñese:

a) Aksaun atu diskute direitu réal ka pesoál atu goza bein imovel ne'ebé hela iha territóriu timór;

b) Prosesu espesiál atu rekupera empreza no prosesu espesiál ba

- b) Os processos especiais de recuperação de empresa e de falência, relativos a pessoas domiciliadas em Timor-Leste ou a pessoas colectivas ou sociedades cuja sede esteja situada em território timorense;
- c) As acções relativas à apreciação da validade do acto constitutivo ou ao decretamento da dissolução de pessoas colectivas ou sociedades que tenham a sua sede em território timorense, bem como à apreciação da validade das deliberações dos respectivos órgãos;
- d) As acções que tenham como objecto principal a apreciação da validade da inscrição em registos públicos de quaisquer direitos sujeitos a registo em Timor-Leste;
- e) As execuções sobre bens existentes em território timorense.

SECÇÃO III DA COMPETÊNCIA INTERNA

Artigo 50.º Competência dos tribunais judiciais

1. São da competência dos tribunais judiciais as causas que não sejam atribuídas a outra ordem jurisdicional.
2. Enquanto não estiverem criados e instalados os tribunais de ordens jurisdicionais constitucionalmente previstos para o exercício de competência em matérias especializadas compete aos tribunais judiciais conhecer também dessas causas.

Artigo 51.º Competência em razão do valor e da estrutura do tribunal

1. Sempre que o valor da causa seja igual ou superior a cinco mil dólares americanos o julgamento compete ao tribunal colectivo.
2. Nos casos em que o valor da acção seja superior ou igual a dois mil e quinhentos dólares americanos, mas inferior a cinco mil dólares americanos, qualquer das partes pode, até ao termo do prazo referido no artigo 389.º, requerer que o julgamento seja efectuado perante o tribunal colectivo.
3. Salvo disposição da lei em contrário, nos demais casos o julgamento é da competência do tribunal singular.

Artigo 52.º Competência em razão da hierarquia

1. A competência genérica em matéria civil é exercida pelos tribunais judiciais distritais funcionando em primeira instância.
2. Em 2.ª instância, os tribunais distritais, nos termos da lei, são competentes para decidir os recursos interpostos das decisões proferidas por autoridades administrativas.

falénsia, kona-ba pesoa ho hela-fatin iha Timór-Leste ka pesoa koletiva ka sosiedade ho sede iha territóriu timór;

c) Aksaun atu diskute aktu ne'ebé konstitui pesoa koletiva ka sosiedade ho sede iha territóriu timór vale ka lae, ka atu dekreta pesoa koletiva ka sosiedade ho sede iha territóriu timór nia disolusaun²⁴, ka atu apresia deliberasaun ne'ebé pesoa koletiva ka sosiedade sira-ne'e nia órgaun hola vale ka lae;

d) Aksaun atu apresia inskrisaun iha rejistu públiku kona-ba direitu ne'ebé lei timór haruka rejista vale ka lae;

e) Ezekusaun kona-ba bein ne'ebé eziste²⁵ iha territóriu timór.

SEKSAUN III KOMPETÉNSIA INTERNA

Artigu 50.º Tribunál judisiál sira nia kompeténsia

1. Tribunál judisiál sira iha kompeténsia atu deside kauza ne'ebé lei la atribui²⁶ ba orden jurisdisionál seluk.
2. Enkuantu seidak kria no instala tribunál ba orden jurisdisionál sira-ne'ebé Konstituisaun prevé atu ezerse kompeténsia kona-ba matéria espesializada tribunál judisiál sira iha mos kompeténsia atu koñese kauza sira-ne'e.

Artigu 51.º Kompeténsia tuir valór no tuir tribunál nia estrutura

1. Tribunál koletivu maka iha kompeténsia atu julga kauza ho valór hanesan ka aas liu dolar amerikanu rihun lima.
2. Iha kauza ho valór hanesan ka aas liu dolar amerikanu rihun rua atus lima maibé kiik liu dolar amerikanu rihun lima, parte naran ida bele husu, too prazu referidu iha artigu 389.º hotu, atu tribunál koletivu maka halo julgamentu.
3. Iha kazu sira seluk julgamentu tama iha tribunál singulár nia kompeténsia, salvu dispozisaun legál seluk.

Artigu 52.º Kompeténsia tuir ierarkia

1. Tribunál distritál iha primeira instánsia²⁷ maka ezerse kompeténsia jenérika iha matéria sivíl.
2. Iha segunda instánsia, tribunál distritál, tuir lei²⁸, iha kompeténsia atu deside rekursu hasoru desizaun ne'ebé autoridade administrativa foo.
3. Iha matéria sivíl Supremu Tribunál ba Justisa maka iha kompeténsia atu koñese rekursu hasoru tribunál distritál sira

3. Em matéria civil é da competência do Supremo Tribunal de Justiça conhecer dos recursos interpostos das decisões proferidas pelos tribunais distritais.

4. Compete ao Supremo Tribunal de Justiça, nos termos da lei, julgar em primeira instância as causas que lhe forem especialmente atribuídas.

Artigo 53.º

Regras gerais da competência territorial

1. Salvo os casos previstos nos artigos seguintes ou em disposições especiais é competente para a acção o tribunal do domicílio do réu.

2. Se, porém, o réu não tiver residência habitual ou for incerto ou ausente, será demandado no tribunal do domicílio do autor; mas a curadoria, provisória ou definitiva, dos bens do ausente será requerida no tribunal do último domicílio que ele teve em Timor-Leste.

3. Se o réu tiver o domicílio e a residência em país estrangeiro, será demandado no tribunal do lugar em que se encontrar; não se encontrando em território timorense será demandado no do domicílio do autor, e, quando este domicílio for em país estrangeiro, será competente para a causa o tribunal distrital de Díli.

Artigo 54.º

Regra geral para as pessoas colectivas e sociedades

1. Se o réu for o Estado, ao tribunal do domicílio do réu substitui-se o do domicílio do autor.

2. Se o réu for outra pessoa colectiva ou uma sociedade, será demandado no tribunal da sede da administração principal ou no da sede da sucursal, agência, filial, delegação ou representação, conforme a acção seja dirigida contra aquela ou contra estas; mas a acção contra pessoas colectivas ou sociedades estrangeiras que tenham sucursal, agência, filial delegação ou representação em Timor-Leste pode ser proposta no tribunal da sede destas, ainda que seja pedida a citação da administração principal.

Artigo 55.º

Pluralidade de réus e cumulação de pedidos

1. Havendo mais de um réu na mesma causa, devem ser todos demandados no tribunal do domicílio do maior número; se for igual o número nos diferentes domicílios, pode o autor escolher o de qualquer deles.

2. Se o autor cumular pedidos, para cuja apreciação sejam territorialmente competentes diversos tribunais, pode escolher

nia desizaun.

4. Supremu Tribunál ba Justisa, tuir lei, julga iha primeira instánsia kauza ne'ebé lei espresamente hatama iha nia kompeténsia.

Artigu 53.º

Regra jerál ba kompeténsia territoriál

1. Salvu kazu sira-ne'ebé tama iha artigu seginte²⁹ sira nia previzaun ka iha dispozisaun espesiál, tribunál iha reu nia domisíliu maka iha kompeténsia ba aksaun.

2. Kuandu reu la iha rezidénsia abituál ka reu ema insertu ka auzente, aksaun hasoru nia tenke hatama iha tribunál iha autór nia domisíliu; maibé kuradoria, provizória ka definitiva, kona-ba auzente nia bein tenke rekér iha tribunál iha nia domisíliu ikus iha Timór-Leste.

3. Reu iha domisíliu no rezidénsia iha país estranjeiru karik, tenke hatama aksaun hasoru nia iha tribunál Timór iha fatin ne'ebé hetan nia; la hetan reu iha territóriu timór karik, tenke hatama aksaun hasoru nia iha tribunál iha autór nia domisíliu; autór nia domisíliu iha estranjeiru karik, tribunál distritál iha Dili maka iha kompeténsia ba aksaun ne'e..

Artigu 54.º

Regra jerál ba pesoa koletiva ka sosiedade

1. Estadu maka reu karik, aksaun tenke hatama iha tribunál iha autór nia domisíliu.

2. Pesoa koletiva seluk ka sosiedade maka reu karik, tenke hatama aksaun hasoru nia iha tribunál iha administrasaun prinsipál nia sede, ka sukursál, ajénsia, filiál, delegasaun ka reprezentasaun nia sede, conforme aksaun ne'e hatama hasoru ida-ne'ebá ka hasoru hasoru sira-ne'e; maibé, aksaun hasoru pesoa koletiva ka sosiedade estranjeira ho sukursál, ajénsia, filiál, delegasaun ka reprezentasaun iha Timór-Leste bele hatama iha tribunál iha sira-ne'e nia sede, maske autór husu atu halo sitasaun ba administrasaun prinsipál.

Artigu 55.º

Reu barak no pedidu kumuladu³⁰

1. Aksaun ne'ebé reu laós ida deit, tenke hatama iha tribunál iha reu maioria sira nia domisíliu; domisíliu ketak-ketak ne'e la iha maioria karik, autór bele eskolla tribunál iha reu sira-ne'e ida nia domisíliu.

2. Kuandu autór kumula pedidu ne'ebé, tuir territóriu, tribunál oin-oin maka iha kompeténsia atu apresia, nia bele eskolla tribunál sira-ne'e ida atu hatama aksaun; maibé kuandu kompeténsia atu apresia pedidu sira-ne'e ruma iha dependénsia hosi elementu ba koneksaun ruma

qualquer deles para a propositura da acção, salvo se a competência para apreciar algum dos pedidos depender de algum dos elementos de conexão que permitem o conhecimento oficioso da incompetência relativa; neste caso, a acção será proposta nesse tribunal.

3.Quando se cumulem, porém, pedidos entre os quais haja uma relação de dependência ou subsidiariedade, deve a acção ser proposta no tribunal competente para a apreciação do pedido principal.

Artigo 56.º

Acções em que seja parte o juiz, seu cônjuge ou certos parentes

1.Para as acções em que seja parte o juiz de direito, seu cônjuge, algum seu descendente ou ascendente ou quem com ele conviva em economia comum e que devessem ser propostas no tribunal distrital em que o juiz exerce jurisdição, é competente o tribunal distrital cuja sede esteja a menor distância daquele.

2.Se a acção for proposta no tribunal em que serve o juiz impedido de funcionar ou se este for aí colocado estando já pendente a causa, é o processo remetido para o tribunal mais próximo, observando-se o disposto no artigo 88.º, podendo a remessa ser requerida em qualquer estado da causa, até à sentença.

3.O juiz da causa pode ordenar e praticar na circunscrição do juiz impedido todos os actos necessários ao andamento e instrução do processo, como se fosse juiz dessa circunscrição.

4.O disposto nos números anteriores não tem aplicação nos tribunais distritais em que houver mais de um juiz.

Artigo 57.º

Foro da situação dos bens

1.Devem ser propostas no tribunal da situação dos bens as acções referentes a direitos reais ou pessoais do gozo sobre imóveis, as acções de divisão de coisa comum, de despejo, de preferência e de execução específica sobre imóveis, e ainda as de reforço, substituição, redução ou expurgação de hipotecas.

2.As acções de reforço, substituição, redução e expurgação de hipotecas sobre navios e aeronaves serão, porém, instauradas na circunscrição da respectiva matrícula; se a hipoteca abranger móveis matriculados em circunscrições diversas, o autor pode optar por qualquer delas.

3.Quando a acção tiver por objecto uma universalidade de facto, ou bens móveis e imóveis, ou imóveis situados em circunscrições diferentes, será proposta no tribunal correspondente à situação dos imóveis de maior valor; se o prédio que é objecto da acção estiver situado em mais de uma circunscrição territorial, pode ela ser proposta em qualquer das circunscrições.

ne'ebé foo fatin ba tribunál atu koñese ofisiozamente inkompeténsia relativa, aksaun tenke hatama iha tribunál ne'e.

3. Kuandu kumula pedidu sira-ne'ebé iha relasaun ba dependénsia ka subsidiariedade, aksaun tenke hatama iha tribunál kompetente atu apresia pedidu prinsipál.

Artigu 56.º

Aksaun iha ne'ebé juíz, nia kónjuje ka parente tama hanesan parte

1. Aksaun iha ne'ebé tama hanesan parte juíz, nia fen ka lain, dexendente, axendente ka ema ne'ebé moris ho nia iha ekonomia komum no tenke hatama iha tribunál distritál iha ne'ebé juíz ne'e ezerse jurizdisaun, tenke hatama iha tribunál distritál ida-ne'ebé nia sede besik liu ida-ne'e.

2. Kuandu aksaun tenke hatama iha tribunál iha ne'ebé juíz impedidu servi ka tama tiha ona kuandu juíz ne'e too iha tribunál ne'e, tenke haruka prosesu ba tribunál ne'ebé besik liu, tuir ho artigu 88.º nia dispozisaun; rekerimentu atu haruka prosesu ne'e bele tama iha momentu naran ida, too sentensa.

3. Juíz ne'ebé kaer prosesu bele haruka no halao iha juíz impedidu nia sirkunskrisaun aktu sira-ne'ebé presiza ba prosesu nia andamentu no instrusaun, hanesan juíz iha sirkunskrisaun ida-ne'e.

4. Númeru anteriór sira nia dispozisaun la aplika iha tribunál distritál ne'ebé la iha juíz ida deit.

Artigu 57.º

Foru³¹ tuir bein nia fatin

1. Tenke hatama iha tribunál iha bein nia fatin aksaun kona-ba direitu réal ba imovel ka pesoál atu goza imovel, aksaun atu divide koiza komum, ba despeju, ba preferénsia no ezekusaun espesífika kona-ba imovel, no mos aksaun atu reforsa, substitui, redúz ka espurga³² ipoteka³³.

2. Aksaun atu reforsa, substitui, redúz no espurga ipoteka sobre naviu ka aeronave tenke hatama iha tribunál iha sirkunskrisaun ne'ebé naviu ka aeronave ne'e hetan matríkula; kuandu ipoteka monu ba movel barak ho matríkula iha sirkunskrisaun ketak-ketak, autór bele hatama aksaun iha sirkunskrisaun sira-ne'e ida, nu'udar nia hakarak.

3. Aksaun kona-ba universalidade-de-faktu, ka bein movel no imovel, imovel barak ho fatin iha sirkunskrisaun ketak tenke hatama iha tribunál iha sirkunskrisaun iha ne'ebé imovel sira ho valór aas-liu hela ba; kuandu prédiu ne'ebé tama iha aksaun hela iha sirkunskrisaun territoriál barak, autór bele bele hatama aksaun iha sirkunskrisaun sira-ne'e ida.

Artigo 58.º
Competência para o cumprimento da obrigação

1. A acção destinada a exigir o cumprimento de obrigações, a indemnização pelo não cumprimento ou pelo cumprimento defeituoso e a resolução do contrato por falta de cumprimento será proposta, à escolha do credor, no tribunal do lugar em que a obrigação devia ser cumprida ou no tribunal do domicílio do réu.

2. Se a acção se destinar a efectivar a responsabilidade civil baseada em facto ilícito ou fundada no risco, o tribunal competente é o correspondente ao lugar onde o facto ocorreu.

Artigo 59.º
Divórcio e separação

Para as acções de divórcio e de separação de pessoas e bens é competente o tribunal do domicílio ou da residência do autor.

Artigo 60.º
Acção de honorários

1. Para a acção de honorários de mandatários judiciais e para a cobrança das quantias adiantadas ao cliente, é competente o tribunal da causa na qual foi prestado o serviço, devendo aquela correr por apenso a esta.

2. Se a causa tiver sido, porém, instaurada no Supremo Tribunal de Justiça, a acção de honorários correrá no tribunal distrital do domicílio do devedor.

Artigo 61.º
Inventário e habilitação

1. O tribunal do lugar da abertura da sucessão é competente para o inventário e para a habilitação de uma pessoa como sucessora por morte de outra.

2. Aberta a sucessão fora do país, observar-se-á o seguinte:

a) Tendo o falecido deixado bens em Timor-Leste, é competente para o inventário ou para a habilitação o tribunal do lugar da situação dos imóveis, ou da maior parte deles, ou, na falta de imóveis, o lugar onde estiver a maior parte dos móveis;

b) Não tendo o falecido deixado bens em Timor-Leste, é competente para a habilitação o tribunal do domicílio do habilitando.

3. O tribunal onde se tenha procedido a inventário por óbito de um dos cônjuges é o competente para o inventário a que tiver de proceder-se por óbito do outro, excepto se o casamento foi contraído segundo o regime da separação; quando se tenha procedido a inventário por óbito de dois ou mais cônjuges do autor da herança, a competência

Artigu 58.º
Kompeténsia ba obrigasaun nia kumprimentu

1. Aksaun atu husu ema ruma halo tuir nia obrigasaun, atu husu indemnizasaun tanba ema ruma la kumpre ka la kumpre didiak nia obrigasaun no atu husu rezolusaun ba kontratu tan inkumprimentu tenke hatama iha tribunál iha fatin atu kumpre obrigasaun ne'e ka iha tribunál iha reu nia hela-fatin, nu'udar kredór nia hakarak.
2. Aksaun atu husu responsabilidade sivil tanba faktu ilísitu ka ho baze iha rixku tenke hatama iha tribunál iha fatin iha ne'ebé faktu ne'e akontese.

Artigu 59.º
Divórsiu no separasaun

Aksaun ba divórsiu no separasaun be ema kaben-nain no sira nia bein tenke hatama iha tribunál iha kaben-nain sira nia domisiliu ka iha autór nia hela-fatin.

Artigu 60.º
Aksaun ba onoráriu³⁴

1. Aksaun ba mandatáriu judisiál nia onoráriu no atu kobra osan ne'ebé mandatáriu adianta ba kliente tenke hatama iha tribunál ne'ebé kaer prosesu iha ne'ebé mandatáriu ne'e halo servisu no lao iha apensu iha prosesu ne'e.
2. Kuandu aksaun iha ne'ebé mandatáriu judisiál halo servisu lao deit iha Supremu Tribunál ba Justisa, aksaun ba onoráriu tenke hatama iha tribunál distritál iha devedór nia hela-fatin.

Artigu 61.º
Inventáriu no abilitasaun

1. Tribunál iha fatin ne'ebé susesaun loke maka iha kompeténsia ba inventáriu no ba abilitasaun ba matebian nia susesór³⁵.
2. Kuandu susesaun loke iha país estranjeiru, tenke halo hanesan tuirmai ne'e:
 - a) Kuandu matebian husik hela bein iha Timór-Leste, tribunál competente ba inventáriu ka ba abilitasaun maka ida iha imovel nia hela-fatin ka imovel sira barak liu nia hela fatin, ka, la iha imovel karik, iha movel barak liu nia hela-fatin;
 - b) Kuandu matebian la husik hela bein iha Timór-Leste, tribunál iha abilitandu nia hela-fatim maka iha kompeténsia ba abilitasaun.
3. Tribunál ne'ebé halo inventáriu ba kónjuje matebian maka iha kompeténsia ba inventáriu ba kónjuje ida seluk nia maten, salvu kuandu kazamentu tuir rejime separasaun; kuandu halo tiha ona inventáriu ba matebian nia kónjuje rua ka liu-tán, tribunál ida-ne'ebé

é determinada pelo último desses inventários, desde que o regime de bens não seja o da separação.

4. No caso de cumulação de inventários, quando haja uma relação de dependência entre as partilhas, é competente para todos eles o tribunal em que deva realizar-se a partilha de que as outras dependem; nos restantes casos, pode o requerente escolher qualquer dos tribunais que seja competente.

Artigo 62.º

Procedimentos cautelares e diligências antecipadas

1. Quanto a procedimentos cautelares e diligências anteriores à proposição da acção, observar-se-á o seguinte:

a) O arresto e o arrolamento tanto podem ser requeridos no tribunal onde deva ser proposta a acção respectiva, como no do lugar onde os bens se encontrem ou, se houver bens em várias circunscrições, no de qualquer destas;

b) Para o embargo de obra nova é competente o tribunal do lugar da obra;

c) Para os outros procedimentos cautelares é competente o tribunal onde deva ser proposta a acção respectiva;

d) As diligências antecipadas de produção de prova serão requeridas no tribunal do lugar em que hajam de efectuar-se.

2. O processo dos actos e diligências a que se refere o número anterior é apensado ao da acção respectiva, para o que deve ser remetido, quando se torne necessário, ao tribunal em que esta for proposta.

Artigo 63.º

Notificações avulsas

As notificações avulsas serão requeridas no tribunal em cuja área resida a pessoa a notificar.

SECÇÃO IV

DA EXTENSÃO E MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA

Artigo 64.º

Competência do tribunal em relação às questões incidentais

1. O tribunal competente para a acção é também competente para conhecer dos incidentes que nela se levantem e das questões que o réu suscite como meio de defesa.

2. A decisão das questões e incidentes suscitados não constitui, porém, caso julgado fora do processo respectivo, excepto se alguma das partes requerer o julgamento com essa amplitude e o tribunal for competente do ponto de vista internacional e em razão da matéria e da hierarquia.

halo inventáriu ikus liu maka iha kompeténsia atu halo inventáriu, kuandu kazamentu la tuir rejime separasaun.

4. Kuandu inventáriu barak halao hamutuk no partilla sira tama iha relasaun dependénsia, tribunál kompetente atu halao partilla ba sira hotu maka ida-ne'ebé iha kompeténsia atu halo partilla ba eransa hosi ne'ebé partilla sira seluk hotu depende ba; iha kazu sira seluk, rekerente bele hili tribunál naran ida hosi sira-ne'ebé iha kompeténsia.

Artigu 62.º

Prosedimentu kautelár no dilijénsia antesipada

1. Kona-ba prosedimentu kautelár no dilijénsia atu halao molok aksaun tama, tenke halo nune'e:

a) Arrestu no arrolamentu bele hatama iha tribunál ba aksaun ka tribunál iha bein sira nia fatin ka, iha bein iha sirkunskrisaun barak karik, iha sirkunskrisaun sira-ne'e ida;

b) Embargu ba obra nova tenke hatama iha tribunál iha obra nia fatin;

c) Prosedimentu kautelár sira seluk tenke hatama iha tribunál kompetente ba aksaun respetiva;

d) Dilijénsia antesipada atu prodúz prova tenke husu iha tribunál iha fatin atu halo dilijénsia ne'e.

2. Autus kona-ba aktu sira referidu iha númeru anteriór tenke apensa iha autus kona-ba aksaun respetiva, no tenke remete ba tribunál iha ne'ebé aksaun ne'e tama.

Artigu 63.º

Notifikasaun avulsa³⁶

Notifikasaun avulsa tenke rekér iha tribunál iha fatin ne'ebé ema atu notifika hela.

SEKSAUN IV

EXTENSAUN NO MODIFIKASAUN BA KOMPETÉNSIA

Artigu 64.º

Kompeténsia ba kestaun insidentál

1. Tribunál kompetente ba aksaun maka iha kompeténsia atu koñese insidente ne'ebé mosu iha aksaun ne'e nia laran no kestaun ne'ebé reu hatoo atu defende-án.

2. Maibé, desizaun kona-ba kestaun no insidente sira-ne'e konstitui kazu julgadu iha deit prosesu respetivu nia laran, salvu kuandu parte ruma husu julgamentu ne'e atu konstitui kazu julgadu iha mos prosesu ne'e nia liur no tribunál iha kompeténsia tuir pontu-de-vista internasionál, tuir matéria no tuir ierarkia.

Artigo 65.º
Questões prejudiciais

1. Se o conhecimento do objecto da acção depender da decisão de uma questão que seja da competência do tribunal criminal ou do tribunal administrativo, pode o juiz sobrestar na decisão até que o tribunal competente se pronuncie.

2. A suspensão fica sem efeito se a acção penal ou a acção administrativa não for exercida dentro de um mês ou se o respectivo processo estiver parado, por negligência das partes, durante o mesmo prazo. Neste caso, o juiz da acção decidirá a questão prejudicial, mas a sua decisão não produz efeitos fora do processo em que for proferida.

Artigo 66.º
Competência para as questões reconventionais

O tribunal da acção é competente para as questões deduzidas por via de reconvenção, desde que tenha competência para elas em razão da nacionalidade, da matéria e da hierarquia; se a não tiver, é o reconvindo absolvido da instância.

Artigo 67.º
Pactos de jurisdição

1. As partes podem convencionar qual a jurisdição competente para dirimir um litígio determinado, ou os litígios eventualmente decorrentes de certa relação jurídica, contando que a relação controvertida tenha conexão com mais de uma ordem jurídica.

2. A designação convencional pode envolver a atribuição de competência exclusiva ou meramente alternativa com a dos tribunais timorenses, quando esta exista, presumindo-se que seja alternativa em caso de dúvida.

3. A eleição do foro só é válida quando se verificarem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Dizer respeito a um litígio sobre direitos disponíveis;
- b) Ser aceite pela lei do tribunal designado;
- c) Ser justificada por um interesse sério de ambas as partes ou de uma delas, desde que não envolva inconveniente grave para a outra;
- d) Não recair sobre matéria da exclusiva competência dos tribunais timorenses;
- e) Resultar de acordo escrito ou confirmado por escrito, devendo nele fazer-se menção expressa da jurisdição competente.

4. Para os efeitos do número anterior, considera-se reduzido a escrito o acordo constante de documento assinado pelas partes, ou o emergente de troca de cartas, telex, telegramas ou outros meios de comunicação de que fique prova escrita, quer tais instrumentos

Artigu 65.º
Kestaun prejudisiál

1. Kuandu atu koñese aksaun nia objetu tenke iha desizaun kona-ba kestaun ne'ebé tama iha tribunál kriminál ka tribunál administrativu nia kompeténsia, juíz bele tahan lai nia desizaun too tribunál kompetente foo-sai nia desizaun kona-ba kestaun ne'e.
2. Suspensaun ne'e lakon efeitu kuandu aksaun penál ka aksaun administrativa la tama iha fulan ida nia laran ka nia prosesu para hela, tanba parte sira nia kulpa, durante fulan ida nia laran. Iha kazu ne'e, juíz ne'ebé kaer aksaun tenke deside kestaun prejudisiál ne'e, maibé nia desizaun iha efeitu deit iha prosesu nia laran.

Artigu 66.º
Kompeténsia ba kestaun rekonsionál

Tribunál ne'ebé kaer aksaun iha kompeténsia atu deside kestaun ne'ebé tama ho rekonsensaun, sarak³⁷ iha kompeténsia ba kestaun ne'e tuir nasionalidade, matéria no ierarkia; kuandu la iha kompeténsia, rekonvindu hetan absolvisaun iha instánsia.

Artigu 67.º
Paktu ba jurizdisaun

1. Parte sira bele halo akordu kona-ba jurizdisaun kompetente atu rezolve litíjiu determinadu³⁸ ka ba litíjiu ne'ebé bele mosu iha relasaun jurídika determinada, sarak relasaun kontrovertida³⁹ la iha relasaun ho orden jurídika⁴⁰ ida deit.
2. Akordu ba jurizdisaun ne'e bele foo kompeténsia eksklusiva ka alternativa hamutuk ho tribunál timór sira nia kompeténsia, kuandu kompeténsia ne'e iha; kuandu iha dúvida, ita sei prezume⁴¹ katak akordu ne'e foo kompeténsia alternativa.
3. Eleisaun ba foru vale kuandu rekizitu sira tuirmai ne'e iha hotu hamutuk:
 - a) Eleisaun ne'e iha relasaun ho litíjiu kona-ba direitu disponivel;
 - b) Tribunál dezinadu⁴² nia lei foo-fatin ba eleisaun ne'e;
 - c) Parte sira iha interese sériu⁴³ atu justifika eleisaun ne'e, ka sira ida maka iha interese sériu atu justifika eleisaun ne'e, sarak la hamosu inkonveniente grave ba ida seluk;
 - d) Eleisaun ne'e la monu ba matéria ne'ebé tama iha tribunál timór nia kompeténsia eksklusiva;
 - e) Eleisaun ne'e tama iha dokumentu eskritu ka hetan konfirmasaun iha dokumentu eskritu, no iha dokumentu ne'ebé hakerek hela jurizdisaun ida-ne'ebé maka iha kompeténsia.
4. Ba númeru anteriór nia efeitu, tenke konsidera hanesan hakerek iha dokumentu akordu ne'ebé tama iha dokumentu ne'ebé parte sira asina ka mai hosi karta, teleks, telegrama ka meu-komunikasaun

contenham directamente o acordo, quer deles conste cláusula de remissão para algum documento em que ele esteja contido.

Artigo 68.º
Competência convencional

1.As regras de competência em razão da matéria, da hierarquia, e do valor e estrutura, não podem ser afastadas por vontade das partes; mas é permitido a estas afastar, por convenção expressa, a aplicação das regras de competência em razão do território, salvo nos casos a que se refere o artigo 77.º.

2.O acordo deve satisfazer os requisitos de forma do contrato, fonte da obrigação, contando que seja reduzido a escrito, nos termos do n.º 4 do artigo anterior, e deve designar as questões a que se refere e o critério de determinação do tribunal que fica sendo competente.

3.A competência fundada na estipulação é tão obrigatória como a que deriva da lei.

4.A designação das questões abrangidas pelo acordo pode fazer-se pela especificação do facto jurídico susceptível de as originar.

SECÇÃO V
DAS GARANTIAS DA COMPETÊNCIA

Artigo 69.º
Casos de incompetência absoluta

A infracção das regras de competência em razão da matéria e da hierarquia e das regras de competência internacional, salvo quando haja mera violação de um pacto privativo de jurisdição, determina a incompetência absoluta do tribunal.

Artigo 70.º
Arguição da incompetência absoluta

A incompetência absoluta pode ser arguida pelas partes e deve ser suscitada oficiosamente pelo tribunal em qualquer estado do processo, enquanto não houver sentença com trânsito em julgado proferida sobre o fundo da causa.

Artigo 71.º
Em que momento deve conhecer-se da incompetência

Se a incompetência for arguida antes de ser proferido o despacho saneador, pode conhecer-se dela imediatamente ou reservar-se a apreciação para esse despacho; se for arguida posteriormente ao

seluk-tán ne'ebé iha hela prova eskrita, ne'ebé parte sira haruka ba malu, kuandu dokumentu sira-ne'e iha direktamente akordu ne'e, no mos kuandu iha dokumentu sira-ne'e iha kláuzula ruma ne'ebé halo remisaun ba dokumentu iha ne'ebé akordu ne'e hakerek hela.

Artigu 68.º
Kompeténsia konvensional

1. Parte sira nia vontade la bele muda regra kona-ba kompeténsia tuir matéria, tuir ierarkia, no tuir valór no estrutura; maibé parte sira bele muda, ho konvensaun espresa, regra kona-ba kompeténsia tuir território, salvu iha kazu sira previstu iha artigu 77.º.
2. Akordu ne'e tenke tuir kontratu ne'ebé hamoris obrigaun nia rekizitu kona-ba forma, sarak tama iha dokumentu eskritu, nu'udar artigu anteriór nia n.º 4, no tenke hatudu kestaun sira-ne'ebé aplika ba no kritériu atu determina tribunál ne'ebé sai competente.
3. Kompeténsia bazeada iha akordu vale hanesan kompeténsia ho baze iha lei.
4. Atu hatudu kestaun sira-ne'ebé tama iha akordu bele hatudu loos deit faktu jurídiku ne'ebé hamosu kestaun sira-ne'e.

SEKSAUN V
GARANTIA BA KOMPETÉNSIA

Artigu 69.º
Inkompeténsia absoluta oi-oin

Infrasaun ba regra kona-ba kompeténsia tuir matéria no tuir ierarkia no ba regra kona-ba kompeténsia internasionál, salvu kuandu viola deit patu privativu ba jurizdisaun, hamosu inkompeténsia absoluta ba tribunál.

Artigu 70.º
Arguisaun ba inkompeténsia absoluta

Parte sira bele argui⁴⁴ no tribunál bele suxita⁴⁵ ofisiozamente inkompeténsia absoluta, iha momentu naran ida iha prosesu nia laran, enkuantu seidak iha sentensa ho trázitu-ein-julgađu kona-ba fundu-da-kauza⁴⁶.

Artigu 71.º
Momentu atu koñese inkompeténsia

Kuandu parte argui inkompeténsia molok despaxu saneadór, tribunál bele koñese kedas arguisaun ne'e ka bele koñese deit iha despaxu ne'e; kuandu liu tiha despaxu-saneadór maka arguisaun ne'e mosu,

despacho, deve conhecer-se logo da arguição.

Artigo 72.º
Efeito da incompetência absoluta

1. Se a incompetência absoluta do tribunal só for verificada depois do despacho liminar, o réu será absolvido da instância.
2. Se a incompetência só for decretada depois de findos os articulados, podem estes aproveitar-se desde que, estando as partes de acordo sobre o aproveitamento, o autor requeira a remessa do processo ao tribunal em que a acção deveria ter sido proposta.

Artigo 73.º
Valor da decisão sobre incompetência absoluta

A decisão sobre incompetência absoluta do tribunal, embora transite em julgado, não tem valor algum fora do processo em que foi proferida, salvo o disposto no artigo seguinte.

Artigo 74.º
Fixação definitiva do tribunal competente

1. Nos casos de incompetência absoluta, o Supremo Tribunal de Justiça, em via de recurso ouvirá o Ministério Público, sempre que não tiver sido este a suscitar a questão, antes de decidir.
2. No tribunal que for declarado competente não pode voltar a suscitar-se a questão da competência.

Artigo 75.º
Incompetência relativa

A infracção das regras de competência fundadas no valor e estrutura do tribunal, na divisão judicial do território timorense ou decorrentes do estipulado nas convenções previstas nos artigos 67.º e 68.º, determina a incompetência relativa do tribunal.

Artigo 76.º
Regime da arguição da incompetência relativa

1. A incompetência relativa pode ser arguida pelo réu, sendo o prazo de arguição o fixado para a contestação, oposição ou resposta ou, quando não haja lugar a estas, para outro meio de defesa que tenha a faculdade de deduzir.
2. O autor pode responder no articulado subsequente da acção ou, não havendo lugar a este, em articulado próprio, dentro de dez dias após a notificação da entrega do articulado do réu.
3. O réu deve indicar as suas provas com o articulado da arguição,

tenke koñese kedas.

Artigu 72.º
Inkompeténsia absoluta nia efeitu

1. Kuandu liu tiha despaxu liminár maka haree tribunál nia inkompeténsia absoluta, reu tenke hetan absolvisaun iha instánsia.
2. Kuandu liu tiha artikuladu maka tribunál deklara inkompeténsia absoluta, bele aproveita artikuladu sira-ne'e, kuandu parte sira konkorda ho aproveitamentu ne'e no autór husu atu haruka fali prosesu ba tribunál iha ne'ebé tenke hatama aksaun.

Artigu 73.º
Desizaun kona-ba inkompeténsia absoluta nia valór

Desizaun kona-ba tribunál nia inkompeténsia absoluta, maski ho trázitu-ein-julgadu, la vale deit iha prosesu ne'ebé nia sai, salvu artigu seguinte nia dispozisaun.

Artigu 74.º
Tribunál kompetente nia fiksasaun definitiva

1. Iha kestaun kona-ba inkompeténsia absoluta, Supremu Tribunál ba Justisa, iha rekursu, tenke rona Ministériu Públiku molok foo desizaun, kuandu laós Ministériu Públiku maka suxita kestaun ne'e.
2. Iha tribunál ne'ebé deklara tiha ona kompetente la bele suxita fali kestaun kona-ba inkompeténsia.

Artigu 75.º
Inkompeténsia relativa

Infrasaun hasoru regra kona-ba kompeténsia ho baze iha valór no tribunál nia estrutura, iha divizaun judisiál iha territóriu timór ka ho baze iha konvensaun prevista iha artigu 67.º no 68.º, hamosu inkompeténsia relativa ba tribunál.

Artigu 76.º
Regra atu argui inkompeténsia relativa

1. Reu bele argui inkompeténsia relativa iha prazu atu apresenta kontestasaun, opozisaun ka resposta, ka, sira-ne'e la iha karik, atu apresenta meu seluk hodi defende-án nia laran.
2. Autór bele foo resposta iha artikuladu subsekuente iha aksaun ka, artikuladu ne'e la iha karik, iha artikuladu ketak, iha loran 10 nia laran hahú iha momentu ne'ebé nia hetan notifikasaun katak artikuladu entrega tiha ona ba reu.
3. Reu tenke apresenta nia prova ho artikuladu kona-ba arguisaun,

cabendo ao autor oferecer as suas no da resposta.

Artigo 77.º

Conhecimento oficioso da incompetência relativa

1.A incompetência em razão do território deve ser conhecida oficiosamente pelo tribunal, sempre que os autos forneçam os elementos necessários, nos casos seguintes:

a) Nas causas a que se referem os artigos 56.º, 57.º e 62.º e o n.º 2 do artigo 58.º;

b) Nos processos cuja decisão não seja precedida de citação do requerido;

c) Nas causas que, por lei, devam correr como dependência de outro processo.

2.A incompetência em razão do valor e da estrutura do tribunal é sempre do conhecimento oficioso do tribunal, seja qual for a acção em que se suscite.

3.O juiz deve suscitar e decidir a questão da incompetência até ao despacho saneador, podendo a decisão ser incluída neste sempre que o tribunal se julgue competente; não havendo lugar a saneador, pode a questão ser suscitada até à prolação do primeiro despacho subsequente ao termo dos articulados, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4.No caso previsto no n.º 2, a incompetência do tribunal singular, por o julgamento da causa competir ao tribunal colectivo, pode ser suscitada pelas partes ou ser oficiosamente conhecida até ao encerramento da audiência de discussão e julgamento.

Artigo 78.º

Instrução e julgamento da excepção

1.Produzidas as provas indispensáveis à apreciação da excepção deduzida, o juiz decide qual é o tribunal competente para a acção.

2.A decisão transitada em julgado resolve definitivamente a questão da competência, mesmo que esta tenha sido oficiosamente suscitada.

3.Se a excepção for julgada procedente, o processo é remetido para o tribunal competente, salvo se a incompetência radicar na violação de pacto privativo de jurisdição, caso em que o réu é absolvido da instância.

4.Das decisões proferidas na apreciação da matéria da incompetência relativa, só é admissível recurso da decisão final.

5.Da decisão que declare o tribunal incompetente cabe agravo, que sobe imediatamente e nos próprios autos; o agravo interposto da decisão que declare o tribunal competente sobe imediatamente e em separado.

Artigo 79.º

Regime no caso de pluralidade de réus

no autór tenke hatoo ninian ho artikuladu resposta.

Artigu 77.º
Inkompeténsia relativa nia koñesimentu ofisiozu

1. Tribunál tenke koñese ofisiozamente inkompeténsia tuir territóriu, kuandu autus iha elementu nesesáriu:
 - a) Iha aksaun sira referida iha artigu 56.º, 57.º, 62.º no 58.º, n.º 2;
 - b) Iha prosesu ne'ebé desizaun tenke sai molok iha sitasaun ba rekeridu;
 - c) Iha aksaun ne'ebé, tuir lei, tenke halao ho dependénsia hosi prosesu seluk.
2. Tribunál tenke koñese ofisiozamente inkompeténsia ho baze iha valór no tribunál nia estrutura, iha aksaun hotu-hotu.
3. Juíz tenke foti no decide kestaun kona-ba inkompeténsia too despaxu saneadór no bele hatama desizaun ne'e iha despaxu ida-ne'e nia laran kuandu tribunál konsidera-án kompetente; la iha despaxu saneadór karik, kestaun ne'e bele suxita too momentu ba juíz atu foo despaxu ida primeiru tuir artikuladu sira, sein prejuizu ba número seguinte nia dispozisaun.
4. Iha kazu previstu iha n.º 2, parte sira bele suxita no tribunál bele koñese ofisiozamente, too audiénsia ba diskusaun no julgamentu taka, tribunál singulár nia inkompeténsia tanba aksaun nia julgamentu tama iha tribunál koletivu nia kompeténsia.

Artigu 78.º
Exesaun nia instrusaun no julgamentu

1. Apresenta tiha prova indispensavel atu apresia exesaun deduzida, juíz decide tribunál ida-ne'ebé maka iha kompeténsia ba aksaun.
2. Desizaun tranzitada-ein-julgadu rezolve metin-kedas kestaun kona-ba inkompeténsia, maski tribunál maka suxita ofisiozamente kestaun ne'e.
3. Kuandu juíz julga exesaun prosedente, prosesu tenke ba tribunál kompetente; maibé, kuandu inkompeténsia mosu tanba violasaun hasoru paktu privativu ba jurizdisaun, reu tenke hetan absolvisaun iha instánsia.
4. Desizaun finál maka bele hasoru rekursu.
5. Desizaun ne'ebé deklara tribunál inkompetente hasoru agravu, ho subida imediata, iha autus nia laran; agravu hasoru desizaun ne'ebé deklara tribunál kompetente iha subida imediata no ketak.

Artigu 79.º
Rejime kuandu iha reu barak

- 1.Havendo mais de um réu e a excepção for deduzida só por um, os outros serão notificados nos mesmos termos que o autor para contestar querendo.
- 2.A decisão final produz efeitos em relação a todos os réus.

Artigo 80.º
Tentativa ilícita de desaforamento

A incompetência pode fundar-se no facto de se ter demandado um indivíduo estranho à causa para se desviar o verdadeiro réu do tribunal territorialmente competente; neste caso, a decisão que julgue incompetente o tribunal condenará o autor em multa e indemnização como litigante de má fé.

Artigo 81.º
Conflito de competência

- 1.Há conflito de competência quando dois ou mais tribunais se consideram competentes ou incompetentes para conhecer da mesma questão: o conflito diz-se positivo no primeiro caso e negativo no segundo.
- 2.Não há conflito enquanto forem susceptíveis de recurso as decisões proferidas sobre a competência.

Artigo 82.º
Pedido de resolução do conflito

- 1.A decisão do conflito pode ser solicitada por qualquer das partes ou pelo Ministério Público, mediante requerimento em que se especifiquem os factos que o exprimem.
- 2.Ao requerimento, que é dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e apresentado na secretaria desse tribunal, juntar-se-ão os documentos necessários e nele se indicarão as testemunhas.

Artigo 83.º
Indeferimento liminar ou notificação para a resposta

- 1.Se o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça entender que não há conflito, indefere imediatamente o requerimento. No caso contrário, manda notificar as autoridades em conflito para que suspendam o andamento dos respectivos processos, quando o conflito seja positivo, e para que respondam dentro do prazo que for designado.
- 2.A notificação das autoridades é solicitada ao administrador do distrito da área em que aquela deva realizar-se. O prazo para a resposta começa a contar-se, consoante o caso, após a notificação ou finda a dilação fixada pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

1. Kuandu iha reu barak no ida deit maka dedúz exesaun, reu sira seluk tenke hetan notifikasaun, hanesan autór simu, atu, hakarak karik, hatoo kontestasaun.
2. Desizaun finál prodúz efeitu ba reu sira hotu.

Artigu 80.º
Tentativa ilísita ba dezaforamentu

Inkompeténsia bele mosu tanba autór hatama aksaun hasoru ema ne'ebé la iha buat ida ho kauza atu hasai reu ida-ne'ebé verdadeiru hosi tribunál kompetente tuir territóriu; iha kazu ne'e, desizaun ne'ebé julga tribunál inkompetente tenke kondena autór selu multa no indemnizasaun hanesan litigante ho ma-fé.

Artigu 81.º
Konflitu iha kompeténsia

1. Iha konflitu iha kompeténsia kuandu tribunál rua ka liu-tán konsidera-án kompetente ka inkompetente atu koñese kestaun ida deit; konflitu ne'e bolu naran pozitivu iha kazu primeiru no negativu iha kazu segundu.
2. La iha konflitu enkuantu desizaun sira-ne'ebé foo ona kona-ba kompeténsia sei bele hasoru rekursu.

Artigu 82.º
Pedidu atu rezolve konflitu

1. Parte naran ida no Ministériu Públiku bele husu atu decide konflitu ho rekerimentu iha ne'ebé hatudu faktu ne'ebé esprime konflitu ne'e.
2. Rekerimentu, ho testemuña no dokumentu nesesáriu, tenke dirije ba Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente no entrega iha tribunál ne'e nia sekretaria.

Artigu 83.º
Indeferimentu liminár no notifikasaun ba resposta

1. Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente indefere liminarmente rekerimentu ne'e kuandu konsidera katak la iha konflitu. Kazu kontráriu, haruka notifika autoridade sira-ne'ebé tama iha konflitu atu suspende sira nia prosesu, kuandu konflitu ne'e pozitivu, no hatoo resposta iha prazu ne'ebé nia hatudu.
2. Notifikasaun ba autoridade sira-ne'ebé tama iha konflitu sei husu ba administradór iha distritu ne'ebé atu halo. Prazu ba resposta sei hahú, konforme kazu ida-idak, iha notifikasaun ka liu tiha dilasaun ne'ebé Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente fiksa.

Artigo 84.º

Resposta

As autoridades em conflito responderão em ofício, podendo juntar quaisquer certidões do processo.

Artigo 85.º

Produção de prova e termos posteriores

1. Recebida a resposta ou depois de se verificar que já não pode ser aceita, segue-se a produção da prova testemunhal, se tiver sido oferecida, faculta-se o processo aos advogados constituídos, para alegarem por escrito, dá-se vista ao Ministério Público e, por fim, decide-se.

2. A prova testemunhal é produzida, por meio de carta, no tribunal distrital em que se localiza o facto que se pretende averiguar; e, finda a vista e o exame, é o conflito julgado como o agravo.

Artigo 86.º

Aplicação do processo a outros casos

O que fica disposto nos artigos 81.º a 85.º é aplicável a quaisquer outros conflitos que devam ser resolvidos pelo Supremo Tribunal de Justiça e também:

- a) Ao caso de a mesma acção estar pendente em tribunais diferentes e ter passado o prazo para serem opostas a excepção de incompetência e a excepção de litispendência;
- b) Ao caso de a mesma acção estar pendente em tribunais diferentes e um deles se ter julgado competente, não podendo já ser arguida perante o outro ou outros nem a excepção de incompetência nem a excepção de litispendência;
- c) Ao caso de um dos tribunais se ter julgado incompetente e ter mandado remeter o processo para tribunal diferente daquele em que pende a mesma causa, não podendo já ser arguidas perante este nem a excepção de incompetência nem a excepção de litispendência.

SECÇÃO VI

DAS GARANTIAS DA IMPARCIALIDADE

Artigo 87.º

Casos de impedimento do juiz

1. Nenhum juiz pode exercer as suas funções:

- a) Quando seja parte na causa, por si ou como representante de outra pessoa, ou quando nela tenha um interesse que lhe permitisse ser parte principal;
- b) Quando seja parte da causa, por si ou como representante de outra

Artigu 84.º
Resposta

Autoridade sira-ne'ebé tama iha konflitu sei foo resposta ho ofísiu, no bele tau ho sertidaun kona-ba prosesu.

Artigu 85.º
Prova no termu posteriór

1. Simu tiha resposta ka liu tiha prazu atu apresenta resposta, sei rona testemuña ne'ebé apresenta tiha ona, sei fakulta prosesu ba advogadu konstituidu sira hodi hatoo alegasaun eskrita no halo vista ba Ministériu Públiku no, ikus liu, sei foo desizaun.
2. Prova testemuñal sei hola ho karta ba tribunál distritál iha fatin ne'ebé faktu atu averigua mosu; halo tiha vista no ezame sei julga konflitu ne'e hanesan agravu.

Artigu 86.º
Aplikasaun ba kazu seluk

Artigu 81.º too 85.º sira nia dispozisaun aplika mos ba konflitu seluk ne'ebé Supremu Tribunál ba Justisa tenke rezolve, no mos:

- a) Ba kazu iha ne'ebé aksaun hanesan lao iha tribunál barak no liu tiha ona prazu atu hatoo exesaun ba inkompeténsia no exesaun ba litispendénsia;
- b) Ba kazu iha ne'ebé aksaun hanesan lao iha tribunál barak no tribunál ida konsidera-án kompetente, no la bele ona argui exesaun ba inkompeténsia ka exesaun ba litispendénsia iha tribunál ida seluk ka sira seluk;
- c) Ba kazu iha ne'ebé tribunál sira ida konsidera-án inkompetente no haruka prosesu ba tribunál ne'ebé laós ida-ne'ebé kaer daudaun aksaun hanesan, no la bele ona argui iha tribunál ne'e exesaun ba inkompeténsia ka exesaun ba litispendénsia.

SEKSAUN VI
GARANTIA BA IMPARSIALIDADE

Artigu 87.º
Juíz nia impedimentu

1. Juíz ida la bele kaer funsaun:
 - a) Kuandu nia tama hanesan parte iha aksaun, nia rasik ka hanesan ema seluk nia representante, ka kuandu iha aksaun ne'e nia iha interese ne'ebé foo-fatin ba nia atu tama iha aksaun ne'e hanesan parte prinsipál;

pessoa, o seu cônjuge ou algum seu parente ou afim, ou em linha recta ou no segundo grau da linha colateral, ou quando alguma destas pessoas tenha na causa um interesse que lhe permita figurar nela como parte principal;

c) Quando tenha intervindo na causa como mandatário ou perito ou quando haja que decidir questão sobre que tenha dado parecer ou se tenha pronunciado, ainda que oralmente;

d) Quando tenha intervindo na causa como mandatário judicial o seu cônjuge ou algum seu parente ou afim na linha recta ou no segundo grau da linha colateral;

e) Quando se trate de recurso interposto em processo no qual tenha tido intervenção como juiz de outro tribunal, quer proferindo a decisão recorrida, quer tomando de outro modo posição sobre questões suscitadas no recurso;

f) Quando se trate de recurso de decisão proferida por algum seu parente ou afim, em linha recta ou no segundo grau da linha colateral, ou de decisão que se tenha pronunciado sobre a proferida por algum seu parente ou afim nessas condições;

g) Quando seja parte na causa pessoa que contra ele propôs acção civil para indemnização de danos, ou que contra ele deduziu acção penal, em consequência de factos praticados no exercício das suas funções ou por causa delas, ou quando seja parte o cônjuge dessa pessoa ou um parente dela ou afim, em linha recta ou no segundo grau da linha colateral, desde que a acção ou a acção já tenha sido admitida;

h) Quando haja deposto ou tenha de depor como testemunha;

i) Quando esteja em situação prevista nas alíneas anteriores pessoa que com o juiz viva em economia comum.

2. O impedimento a que se refere a alínea d) do número anterior só se verifica quando o mandatário já tenha começado a exercer o mandato na altura em que o juiz foi colocado no respectivo tribunal ou circunscrição; na hipótese inversa, é o mandatário que está inibido de exercer o patrocínio.

3. Nos tribunais distritais em que haja mais de um juiz ou perante o Supremo Tribunal de Justiça não pode ser admitido como mandatário judicial o cônjuge, parente ou afim em linha recta ou no segundo grau da linha colateral do juiz, bem como a pessoa que com ele viva em economia comum, que, por virtude da distribuição, haja de intervir no julgamento da causa; mas, se essa pessoa já tiver requerido ou alegado no processo na altura da distribuição, é o juiz que fica impedido.

Artigo 88.º **Dever do juiz impedido**

1. Quando se verifique alguma das causas de impedimento, deve logo o juiz, por despacho nos autos, declarar-se impedido. Se o não fizer,

- b) Kuandu nia kónjuje, parente ka afin iha liña reta ka iha segundu grau iha liña kolateral tama iha aksaun, nia rasik ka hanesan ema seluk nia representante, ka kuandu iha aksaun ne'e ema sira-ne'e ruma iha interese ne'ebé foo-fatin ba nia atu tama iha aksaun ne'e hanesan parte prinsipál;
 - c) Kuandu nia tama tiha ona iha aksaun hanesan mandatáriu ka peritu ka kuandu nia tenke deside kestaun ne'ebé nia foo tiha ona paresér ka opiniaun ba, maski orál;
 - d) Kuandu nia kónjuje, parente ka afin iha liña reta ka iha segundu grau iha liña kolateral tama tiha ona iha aksaun hanesan mandatáriu judisiál;
 - e) Iha rekursu iha prosesu ne'ebé nia kaer tiha ona hanesan juíz iha tribunál seluk, tanba nia maka foo desizaun rekorrída ka tanba nia hola pozisaun kona-ba kestaun ruma ne'ebé tama iha rekursu;
 - f) Iha rekursu hasoru desizaun ne'ebé nia kónjuje, parente ka afin iha liña reta ka iha segundu grau iha liña kolateral maka foo, ka hasoru desizaun ne'ebé monu ba desizaun ne'ebé nia parente ka afim sira-ne'e ruma maka foo;
 - g) Kuandu tama iha aksaun hanesan parte ema ne'ebé hatama hasoru nia aksaun sivil ba indemnizasaun tanba danu, ka hatama hasoru nia aksaun penál, tanba buat ne'ebé nia halo kuandu nia kaer nia funsaun ka tanba nia funsaun, ka kuandu ema ne'e nia kónjuje, parente ka afin iha liña reta ka iha segundu grau iha liña kolateral tama iha aksaun hanesan parte, sarak tribunál simu tiha ona aksaun ka akuzasaun ne'e;
 - h) Kuandu nia foo tiha ona ka sei foo depoimentu hanesan testemuña;
 - i) Kuandu ema ne'ebé moris ho nia iha ekonomia komúm tama iha situasaun prevista iha alínea anteriór sira.
2. Impedimentu referidu iha númeru anteriór nia alínea d) mosu deit kuandu mandatáriu hahú ezerse tiha ona mandatu iha altura ne'ebé juíz hetan kolokasaun iha tribunál ka sirkunskrisaun respetiva; selae, mandatáriu maka hetan inibisaun atu ezerse patrosíniu.
3. Iha tribunál distritál ne'ebé iha juíz barak ka iha Supremu Tribunál ba Justisa la bele kaer funsaun hanesan mandatáriu judisiál juíz nia kónjuje, parente ka afin iha liña reta ka iha segundu grau iha liña kolateral, no mos ema ne'ebé hela ho nia iha ekonomia komúm, ne'ebé, tanba distribuisaun, tenke tama iha aksaun nia julgamentu; maibé, kuandu ema ne'e hatama tiha ona rekerimentu ka alegasaun iha prosesu ne'e kuandu kuandu halo distribuisaun, juíz maka hetan impedimentu.

Artigu 88.º **Juíz impedidu nia devér**

1. Kuandu iha motivu ruma ba nia impedimentu, juíz tenke deklaración impedidu ho despaxu iha autus. Selae, parte sira bele husu atu deklarar impedimentu ne'e, too sentensa. Iha aksaun ho valór naran

podem as partes, até à sentença, requerer a declaração do impedimento. Seja qual for o valor da causa, é sempre admissível recurso da decisão de indeferimento, para o Supremo Tribunal de Justiça; o recurso sobe imediatamente e em separado, seja qual for a forma do processo.

2. Do despacho proferido sobre o impedimento de algum dos juizes do Supremo Tribunal de Justiça pode reclamar-se para o plenário do tribunal, no qual não participará o juiz a quem o impedimento respeitar.

3. Declarado o impedimento, o processo é remetido ao tribunal competente, passará ao juiz imediato ou ao substituto, conforme os casos.

Artigo 89.º

Causas de impedimento nos tribunais colectivos

1. Não podem intervir simultaneamente no julgamento de tribunal colectivo juizes que sejam cônjuges, parentes ou afins em linha recta ou no segundo grau da linha colateral.

2. Tratando-se de tribunal colectivo distrital, dos juizes ligados por casamento, parentesco ou afinidade a que se refere o número anterior, intervirá unicamente o presidente; se o impedimento disser respeito somente aos adjuntos, intervirá o mais antigo, salvo se algum deles for o juiz da causa, pois então é este que intervém.

3. No Supremo Tribunal de Justiça só intervirá o juiz que deva votar em primeiro lugar.

4. É aplicável o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 87.º.

Artigo 90.º

Impedimento do Ministério Público e dos funcionários da secretaria

1. Aos representantes do Ministério Público é aplicável o disposto nas alíneas a), b), g) e i) do n.º 1 do artigo 87.º. Estão também impedidos de funcionar quando tenham intervindo na causa como mandatários ou peritos, constituídos ou designados pela parte contrária àquela que teriam de representar ou a quem teriam de prestar assistência.

2. Aos funcionários da secretaria é aplicável o disposto nas alíneas a), b) e i) do n.º 1 do artigo 87.º; também não podem funcionar quando tenham intervindo na causa como mandatários ou peritos de qualquer das partes.

3. O representante do Ministério Público ou o funcionário da secretaria, que esteja abrangido por qualquer impedimento, deve declará-lo imediatamente no processo. Se o não fizer, o juiz, enquanto a pessoa impedida houver de intervir na causa, conhecerá do impedimento, oficiosamente ou a requerimento de qualquer das partes, observando-se o disposto no artigo 101.º.

4. A procedência do impedimento do funcionário da secretaria, ainda que por este declarado, é sempre apreciada pelo juiz.

ida bele hatoo ba Supremu Tribunál ba Justisa rekursu hasoru desizaun ne'ebé indefere rekerimentu atu husu impedimentu; iha forma prosesuál naran ida rekursu ne'e sae kedas no ketak.

2. Bele hatama reklamasau hasoru despaxu kona-ba juíz ruma iha Supremu Tribunál ba Justisa nia impedimentu, ba tribunál ida-ne'e nia plenáriu, iha ne'ebé la halo parte juíz ne'ebé impedimentu kona-ba.

3. Deklara tiha impedimentu, prosesu tenke haruka ba tribunál kompetente, ka entrega ba juíz imediatu ka ba juíz substitutu, nu'udar kazu ida-idak.

Artigu 89.º

Impedimentu nia kauza iha tribunál koletiu

1. La bele tama hamutuk iha julgamentu ho tribunál koletiu juíz sira-ne'ebé fen ho lain, parente ka afim iha liña reta ka too segundu grau iha liña kolateral.

2. Iha tribunál koletiu distritál, hosi juíz sira-ne'ebé iha ligasaun tanba kazamentu, parentesku ka afinidade referidu iha número anteriór, tama deit juíz ida-ne'ebé presidente; kuandu impedimentu monu deit ba adjuntu sira, ida-ne'ebé antigu-liu maka tama, maibé kuandu juíz sira-ne'e ruma maka kaer prosesu, nia maka tama.

3. Iha Supremu Tribunál ba Justisa juíz ida-ne'ebé tenke vota primeiru maka tama.

4. Aplika mos iha ne'e artigu 87.º, n.º 1, alínea i).

Artigu 90.º

Ministériu Públiku no funsionáriu iha sekretaria nia impedimentu

1. Artigu 87.º, n.º 1, alínea a), b), g) no i) nia dispozisaun aplika mos ba Ministériu Públiku nia representante. Ministériu Públiku nia representante la bele kaer funsaun iha kauza ne'ebé nia tama tiha ona hanesan mandatáriu ka peritu, ho konstituisaun ka nomeasaun ne'ebé nia hetan hosi parte ne'ebé tama iha aksaun hasoru ema ne'ebé nia tenke representa ka foo asisténsia.

2. Artigu 87.º, n.º 1, alínea a), b) no i), nia dispozisaun aplika mos ba funsionáriu iha sekretaria; funsionáriu iha sekretaria la bele kaer funsaun kuandu nia tama tiha ona iha kauza hanesan parte ruma nia mandatáriu ka peritu.

3. Ministériu Públiku nia representante ka funsionáriu iha sekretaria ne'ebé iha impedimentu ruma tenke deklara kedas impedimentu ne'e iha prosesu; selae, enkuantu impedidu ne'e sei tama iha kauza, juíz tenke koñese impedimentu ne'e, ofisiozamente ka tuir parte ruma nia rekerimentu, aplika ho artigu 101.º nia dispozisaun.

4. Juíz tenke apresia funsionáriu iha sekretaria nia impedimentu, maski funsionáriu ne'e maka deklara rasik.

Artigo 91.º
Pedido de escusa por parte do juiz

- 1.O juiz não pode declarar-se voluntariamente suspeito; mas pode pedir que seja dispensado de intervir na causa quando se verifique algum dos casos previstos no artigo seguinte e, além disso, quando, por outras circunstâncias ponderosas, entenda que pode suspeitar-se da sua imparcialidade.
- 2.O pedido será apresentado antes de proferido o primeiro despacho ou antes da primeira intervenção no processo, se esta for anterior a qualquer despacho. Quando forem supervenientes os factos que justificam o pedido ou o conhecimento deles pelo juiz, a escusa será solicitada antes do primeiro despacho ou intervenção no processo, posterior a esse conhecimento.
- 3.O pedido conterà a indicação precisa dos factos que o justificam e será dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
- 4.O Presidente pode colher quaisquer informações e, quando o pedido tiver por fundamento algum dos factos especificados no artigo seguinte, ouvirá, se o entender conveniente, a parte que poderia opor a suspeição, mandando-lhe entregar cópia da exposição do juiz.
- 5.Concluídas estas diligências ou não havendo lugar a elas, o presidente decide sem recurso.
- 6.É aplicável a este caso o disposto no artigo 97.º.

Artigo 92.º
Fundamento de suspeição

- 1.As partes só podem opor suspeição ao juiz nos casos seguintes:
 - a)Se existir parentesco ou afinidade, não compreendidos no artigo 87.º, em linha recta ou até ao quarto grau da linha colateral, entre o juiz ou o seu cônjuge e alguma das partes ou pessoa que tenha, em relação ao objecto da causa, interesse que lhe permitisse ser nela parte principal;
 - b)Se houver causa em que seja parte o juiz ou o seu cônjuge ou algum parente ou afim de qualquer deles em linha recta e alguma das partes for juiz nessa causa;
 - c)Se houver, ou tiver havido nos três anos antecedentes, qualquer causa, não compreendida na alínea g) do n.º 1 do artigo 87.º, entre alguma das partes ou o seu cônjuge e o juiz ou seu cônjuge ou algum parente ou afim de qualquer deles em linha recta;
 - d)Se o juiz ou o seu cônjuge, ou algum parente ou afim de qualquer deles em linha recta, for credor ou devedor de alguma das partes, ou tiver interesse jurídico em que a decisão do pleito seja favorável a uma das partes;
 - e)Se o juiz for protutor, herdeiro presumido, donatário ou patrão de alguma das partes, ou membro da direcção ou administração de qualquer pessoa colectiva, parte na causa;

Artigu 91.º
Juíz nia exkuza

1. Juíz la bele deklarar-án suspeitu; maibé bele husu atu la tama iha kauza iha kazu sira previstu iha artigu seguinte, no mos kuandu, tanba sirkunstánsia ponderoza⁴⁷ seluk, nia hanoin katak ema bele deskonfia nia imparcialidade.
2. Juíz tenke hatama pedidu ba exkuza molok nia foo nia despaxu primeiru ka molok nia intervensaun iha prosesu, kuandu intervensaun lao uluk maka despaxu ruma bele tuir. Kuandu halo pedidu tanba faktu superveniente ka faktu ne'ebé nia foin koñese, juíz tenke husu exkuza molok nia foo nia primeiru despaxu ka halo intervensaun iha prosesu tuir fali koñesimentu ne'e.
3. Pedidu tenke hatoo ba Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente, hamutuk ho faktu atu justifika.
4. Prezidente bele buka informasaun no, kuandu pedidu nia fundamentu maka faktu sira previstu iha artigu seguinte, bele rona parte ne'ebé bele hatoo opozisaun no haruka entrega juíz nia espozisaun nia kópia ida ba nia.
5. Halo tiha dilijénsia sira-ne'e, ka dilijénsia ida la iha atu halo, presidente foo desizaun, ne'ebé la bele hasoru rekursu.
6. Aplika mos iha ne'e artigu 97.º nia dispozisaun.

Artigu 92.º
Fundamentu ba suspeisaun

1. Parte sira bele hatoo suspeisaun ba juíz iha kazu sira tuirmai ne'e:
 - a) Kuandu iha parentesku ka afinidade, la previstu iha artigu 87.º, iha liña reta ka too kuartu grau iha liña kolateral entre juíz ne'e ka nia kónjuje no parte ruma ka ema ne'ebé, tanba nia interese iha kauza nia objetu, bele tama hanesan parte prinsipál iha kauza ne'e;
 - b) Kuandu lao daudaun kauza iha ne'ebé juíz ka nia kónjuje ka sira ruma nia parente ka afim iha liña reta tama hanesan parte, no parte ruma maka kaer kauza ne'e hanesan juíz;
 - c) Kuandu lao daudaun, ka iha tinan tolu ba kotuk nia laran, kauza ruma, la previstu iha artigu 87.º, n.º 1, alínea g), entre parte ruma ka parte ruma nia kónjuje ho juíz ka juíz nia kónjuje ka sira ruma nia parente ka afim iha liña reta;
 - d) Kuandu juíz ka nia kónjuje, ka sira ruma nia parente ka afim iha liña reta, okupa pozisaun hanesan parte ruma nia kredór ka devedór, ka iha interese jurídiku ba desizaun atu favorese parte ruma;
 - e) Kuandu juíz okupa pozisaun hanesan parte ruma nia protutór, erdeiru prezumidu, donatóriu ka patraun, ka membru iha pesoa kolektiva ruma, ne'ebé tama hanesan parte iha kauza, nia direasaun ka administrasaun;
 - f) Kuandu juíz simu tiha ona presente molok prosesu tama iha tribunál ka kuandu prosesu tama tiha iha tribunál ka tanba prosesu ne'e, ka

f) Se o juiz tiver recebido dádivas antes ou depois de instaurado o processo e por causa dele, ou se tiver fornecido meios para as despesas do processo;

g) Se houver inimizade grave ou grande intimidade entre o juiz e alguma das partes.

2. O disposto na alínea c) do número anterior abrange as causas criminais quando as pessoas aí designadas sejam ou tenham sido ofendidas, participantes ou arguidas.

3. Nos casos das alíneas c) e d) do n.º 1 é julgada improcedente a suspeição quando as circunstâncias de facto convençam de que a acção foi proposta ou o crédito foi adquirido para se obter motivo de recusa do juiz.

Artigo 93.º

Prazo para a dedução da suspeição

1. O prazo para a dedução da suspeição corre desde o dia em que, depois de o juiz ter despachado ou intervindo no processo, nos termos do n.º 2 do artigo 91.º, a parte for citada ou notificada para qualquer termo ou intervir em algum do acto do processo. O réu citado para a causa pode deduzir a suspeição no mesmo prazo que lhe é concedido para a defesa.

2. A parte pode denunciar ao juiz o fundamento da suspeição, antes de ele intervir no processo. Nesse caso o juiz, se não quiser fazer uso da faculdade concedida pelo artigo 91.º, declará-lo-á logo em despacho no processo e suspender-se-ão os termos deste até decorrer o prazo para a dedução da suspeição, contado a partir da notificação daquele despacho.

3. Se o fundamento da suspeição ou o seu conhecimento for superveniente, a parte denunciará o facto ao juiz logo que tenha conhecimento dele, sob pena de não poder mais tarde arguir a suspeição. Observar-se-á neste caso o disposto no número anterior.

4. Se o juiz tiver pedido dispensa de intervir na causa, mas o seu pedido não houver sido atendido, a suspeição só pode ser oposta por fundamento diferente do que ele tiver invocado e o prazo para a dedução corre desde a primeira notificação ou intervenção da parte no processo, posterior ao indeferimento do pedido de escusa do juiz.

Artigo 94.º

Como se deduz e processa a suspeição

1. O recusante indicará com precisão os fundamentos da suspeição e, autuado o requerimento por apenso, é este conclusivo ao juiz recusado para responder. A falta de resposta ou de impugnação dos factos alegados importa confissão destes.

2. Não havendo diligências instrutórias a efectuar, o juiz mandará logo desapensar o processo do incidente e remetê-lo ao Presidente do

foo tiha meiu atu selu prosesu nia despeza;
g) Kuandu iha inimizade maka'as ka intimidade boot entre juíz no parte ruma.
2. Iha número anteriór, alínea c), nia dispozisaun tama mos kauza kriminál kuandu ema sira referida iha ne'ebá okupa ka okupa tiha ona pozisaun hanesan ofendidu, partisipante ka arguidu.
3. Iha kazu referidu iha n.º 1, alínea c) no d), juíz tenke julga suspeisaun improsedente⁴⁸ kuandu sirkunstánsia kona-ba faktu hatudu katak aksaun ne'e hatama ka kréditu ne'e adkire⁴⁹ atu hetan baze hodi rekuza juíz ne'e.

Artigu 93.º **Prazu atu dedúz suspeisaun**

1. Prazu atu dedúz suspeisaun hahú iha loron ne'ebé, liu tiha juíz nia despaxu ka intervensaun, nu'udar artigu 91.º, n.º 2, parte hetan sitasaun ka notifikasaun para prosesu nia termu ruma ka tama iha aktu prosesuál ruma. Reu ne'ebé hetan sitasaun atu tama iha prosesu bele dedúz suspeisaun iha prazu ne'ebé nia tenke apresenta defeza.
2. Parte bele foo-hatene ba juíz suspeisaun nia baze molok nia tama iha prosesu. Iha kazu ne'e, la hakarak uza fakuldade ne'ebé artigu 91.º foo karik, juíz tenke dehan kedas buat ne'e iha despaxu iha prosesu nia laran no prosesu nia termu sei para too prazu atu dedúz suspeisaun hotu; prazu ne'e hahú iha notifikasaun kona-ba despaxu ne'e.
3. Fundamentu ba suspeisaun ka fundamentu ne'e nia koñesimentu ne'e superveniente⁵⁰ karik, parte tenke foo hatene kedas ba juíz kuandu nia hatene; selae, liu tiha, nia la bele argui suspeisaun ne'e. Tenke aplika mos iha ne'e número anteriór nia dispozisaun.
4. Kuandu juíz husu atu la tama iha prosesu, maibé nia pedidu la hetan deferimentu, tenke iha baze la hanesan ho ida-ne'ebé invoka tiha ona ne'e atu hatoo fali suspeisaun, no prazu atu dedúz suspeisaun ne'e hahú iha parte nia notifikasaun ka intervensaun primeira iha prosesu, liu tiha despaxu ne'ebé la foo exkuza ne'ebé juíz husu.

Artigu 94.º **Oinsá dedúz suspeisaun**

1. Rekuzante tenke indika ho presizaun fundamentu ba suspeisaun no, halo tiha autus apensu ho rekerimentu ne'e, sei halo konkluzaun ba juíz rekuzadu atu foo resposta. Faktu alegadu ne'ebé la iha resposta ka impugnaun tenke konsidera konfesadu.
2. Kuandu la iha dilijénsia instrutória atu halo, juíz haruka haketak prosesu kona-ba insidente ne'e no haruka ba Supremu Tribunál ba

Supremo Tribunal de Justiça; no caso contrário, o processo é concluso ao juiz substituto, que ordenará a produção das provas oferecidas e, finda esta, a remessa do processo. Não são admitidas diligências por carta.

Artigo 95.º
Julgamento da suspeição

1. Recebido o processo, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça pode requisitar das partes ou do juiz recusado os esclarecimentos que julgue necessários. A requisição é feita por ofício dirigido ao juiz recusado, ou ao substituto quando os esclarecimentos devam ser fornecidos pelas partes.

2. Se os documentos destinados a fazer prova dos fundamentos da suspeição ou da resposta não puderem ser logo oferecidos, Presidente admiti-los-á posteriormente, quando julgue justificada a demora.

3. Concluídas as diligências que se mostrem necessárias, o Presidente decide sem recurso. Quando julgar improcedente a suspeição, apreciará se o recusante procedeu de má fé.

Artigo 96.º
Suspeição oposta a juiz do Supremo Tribunal de Justiça

1. A suspeição oposta a juiz do Supremo Tribunal de Justiça é julgada pelo Presidente, observando-se, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos antecedentes.

2. A suspeição oposta ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça é julgada pelo plenário do tribunal.

Artigo 97.º
Influência da arguição na marcha do processo

1. A causa principal segue os seus termos, intervindo nela o juiz substituto; mas nem o despacho saneador nem a decisão final são proferidos enquanto não estiver julgada a suspeição.

2. No Supremo Tribunal de Justiça, quando a suspeição for oposta ao relator, servirá de relator o primeiro adjunto e o processo irá com vista ao juiz imediato ao último adjunto; mas não se conhece do objecto do feito nem se profere decisão que possa prejudicar o conhecimento da causa enquanto não for julgada a suspeição.

Artigo 98.º
Procedência da escusa ou da suspeição

1. Julgada procedente a escusa ou a suspeição, continua a intervir no processo o juiz que fora chamado em substituição, nos termos do

Justisa nia Prezidente; kazu kontráriu, tenke halo konkluziun ba juíz substitutu, ne'ebé sei haruka halo ho prova ne'ebé oferese tiha ona no, hotu tiha, haruka ba Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente. La bele iha dilijénsia ho karta prekatória.

Artigu 95.º
Julgamentu ba suspeisaun

1. Simu tiha prosesu, Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente bele husu esklaresimentu ne'ebé nia konsidera nesesáriu ba parte sira ka ba juíz rekuzadu. Pedidu ne'e halo ho ofísiu ba juíz rekuzadu ka, kuandu parte sira maka tenke foo esklaresimentu, ba juíz substitutu.
2. Dokumentu atu prova suspeisaun nia fundamentu ka atu prova resposta la bele oferese kedas karik, Prezidente bele admite posteriormente, kuandu konsidera demora ne'e justifikada.
3. Halo tiha dilijénsia nesesária, Prezidente foo desizaun, sein rekursu. Kuandu julga suspeisaun improsedente tenke apresia rekuzante hatama suspeisaun ne'e ho ma-fé ka lae.

Artigu 96.º
Suspeisaun hasoru juíz iha Supremu Tribunál ba Justisa

1. Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente maka julga supeisaun hasoru juíz iha tribunál ida-ne'e, tuir mos, ho adaptasaun nesesária, artigu anteriór sira nia dispozisaun.
2. Supremu Tribunál ba Justisa nia plenáriu maka julga suspeisaun hasoru Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente.

Artigu 97.º
Arguisaun nia influénsia iha prosesu

1. Juíz substitutu halao daudaun aksaun prinsipál, maibé, julga tiha suspeisaun, maka bele halo despaxu saneadór no desizaun finál.
2. Iha Supremu Tribunál ba Justisa, kuandu suspeisaun lao hasoru relatór, primeiru adjuntu maka tuur iha relatór nia fatin no prosesu tenke ba juíz ne'ebé tuir adjuntu último atu halo vista; maibé la bele koñese aksaun nia objetu no la bele foo desizaun ne'ebé prejudika desizaun kona-ba kauza molok julga tiha suspeisaun.

Artigu 98.º
Exkuza ka suspeisaun nia prosedénsia

1. Kuandu exkuza ka suspeisaun hetan deferimentu, juíz substitutu kaer nafatin prosesu, tuir artigu anteriór.

artigo anterior.

2. Se a escusa ou a suspeição for desatendida, intervirá na decisão da causa o juiz que se escusara ou que fora averbado de suspeito, ainda que o processo tenha já os vistos necessários para o julgamento.

Artigo 99.º

Suspeição oposta aos funcionários da secretaria

Podem também as partes opor suspeição aos funcionários da secretaria com os fundamentos indicados nas várias alíneas do n.º 1 do artigo 92.º, exceptuada a alínea b). Mas os factos designados nas alíneas c) e d) do mesmo artigo só podem ser invocados como fundamento de suspeição quando se verificarem entre o funcionário ou sua mulher e qualquer das partes.

Artigo 100.º

Contagem do prazo para a dedução

1. O prazo para o autor deduzir a suspeição conta-se do recebimento da petição inicial na secretaria ou da distribuição, se desta depender a intervenção do funcionário.

2. O réu pode deduzir a suspeição no mesmo prazo em que lhe é permitido apresentar a defesa.

3. Sendo superveniente a causa da suspeição, o prazo conta-se desde que o facto tenha chegado ao conhecimento do interessado.

Artigo 101.º

Processamento do incidente

O incidente é processado nos termos do artigo 94.º, com as modificações seguintes:

- a) Ao recusado é facultado o exame do processo para responder, não tendo a parte contrária ao recusante intervenção no incidente;
- b) Enquanto não for julgada a suspeição, o funcionário não pode intervir no processo;
- c) O juiz da causa proverá a todos os termos e actos do incidente e decidirá, sem recurso, a suspeição.

CAPÍTULO IV

DOS ACTOS PROCESSUAIS EM GERAL

SECÇÃO I

DOS ACTOS EM GERAL

Artigo 102.º

Princípio da limitação dos actos

2. Kuandu exkuza ka suspeisaun la hetan deferimentu, juíz ne'ebé hatama suspeisaun ka hasoru suspeisaun tama fali atu deside kauza ne'e, maski prosesu liu tiha ona hosi vistu ba julgamentu.

Artigu 99.º

Suspeisaun hasoru funsionáriu iha sekretaria

Parte sira bele hatoo mos suspeisaun hasoru funsionáriu iha sekretaria ho fundamentu sira indikadu iha artigu 92.º, n.º 1, exetu alínea b). Maibé faktu sira-ne'ebé alínea c) no d) refere bele serve hanesan fundamentu ba suspeisaun kuandu mosu entre juíz ka nia kónjuje no parte ruma.

Artigu 100.º

Prazu atu dedúz

1. Prazu ba autór atu dedúz suspeisaun hahú iha momentu ne'ebé petisaun tama iha sekretaria ka, kuandu distribuisaun maka foo-fatin ba funsionáriu nia intervensaun, ho distribuisaun.
2. Reu bele dedúz suspeisaun iha prazu atu hatoo defeza nia laran.
3. Prazu atu dedúz suspeisaun ho fundamentu superveniente hahú iha momentu ne'ebé interesadu hatene faktu superveniente ne'e.

Artigu 101.º

Insidente nia prosesu

Insidente ne'e sei prosesa tuir artigu 94.º nia termus, ho modifikasaun sira tuirmai ne'e:

- a) Kuandu rekuzante nia parte kontrária la tama iha insidente, tenke foo-fatin ba rekuzadu atu haree prosesu hodi foo resposta;
- b) Molok foo desizaun kona-ba suspeisaun, funsionáriu rekuzadu la bele tama iha prosesu;
- c) Juíz ne'ebé kaer prosesu maka halao insidente nia termus no aktu hotu-hotu no deside, sein rekursu, suspeisaun ne'e.

KAPÍTULU IV

AKTU PROSESUÁL EM JERÁL

SEKSAUN I

AKTU EIN JERÁL

Artigu 102.º

Prinsípiu limitasaun iha aktu

Não é lícito realizar no processo actos inúteis, incorrendo em responsabilidade disciplinar os funcionários que os pratiquem.

Artigo 103.º
Forma dos actos

1. Os actos processuais terão a forma que, nos termos mais simples, melhor corresponda ao fim que visam atingir.
2. Os actos processuais podem obedecer a modelos aprovados pela entidade competente, só podendo, no entanto, ser considerados obrigatórios, salvo disposição especial, os modelos relativos a actos da secretaria.
3. Os actos processuais que hajam de reduzir-se a escrito devem ser compostos de modo a não deixar dúvidas acerca da sua autenticidade formal e redigidos de maneira a tornar claro o seu conteúdo, possuindo as abreviaturas usadas significado inequívoco.
4. As datas e os números podem ser escritos por algarismos, excepto quando respeitem à definição de direitos ou obrigações das partes ou de terceiros; nas ressalvas, porém, os números que tenham sido rasurados ou emendados devem ser sempre escritos por extenso.

Artigo 104.º
Língua a empregar nos actos

1. Nos actos judiciais usar-se-ão as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste: o tétum e o português.
2. Quando haja de ser ouvida pessoa que não conheça nenhuma daquelas línguas pode exprimir-se em língua diferente, devendo nomear-se um intérprete, quando seja necessário, para, sob juramento de fidelidade, estabelecer a comunicação. A intervenção do intérprete é limitada ao que for estritamente indispensável.

Artigo 105.º
Tradução de documentos escritos em língua estrangeira

1. Quando se ofereçam documentos escritos em língua estrangeira que careçam de tradução, o juiz, oficiosamente ou a requerimento de alguma das partes, ordena que o apresentante a junte.
2. Surgindo dúvidas fundadas sobre a idoneidade da tradução, o juiz ordenará que o apresentante junte tradução feita por notário ou autenticada por funcionário diplomático ou consular do Estado respectivo; na impossibilidade de obter a tradução ou não sendo a determinação cumprida no prazo fixado, pode o juiz determinar que o documento seja traduzido por perito designado pelo tribunal.

Artigo 106.º
Participação de surdo, mudo ou surdo-mudo

Iha prosesu la bele halo aktu inutil; funsionáriu ne'ebé halo aktu inutil sei hetan responsabilidade disiplinár

Artigu 103.º
Aktu nia forma

1. Aktu prosesuál sei tuir forma ne'ebé bele hetan nia fim diak-liu.
2. Aktu prosesuál bele tuir modelu ne'ebé entidade kompetente aprova; maibé, salvu desizaun seluk, modelu kona-ba aktu iha sekretaria maka bele konsidera obrigatóriu.
3. Aktu prosesuál ne'ebé tenke hakerek tenke tuir forma ne'ebé la hamosu dívida kona-ba nia autentisidade formál no tenke hakerek didiak atu hatudu nia konteúdu ho klareza; abreviatura ne'ebé uza tenke iha sentidu ida deit.
4. Data no número bele hakerek ho algarizmu, exetu kuandu define parte ka terseiru sira nia direitu ka obligasaun; maibé, iha resalva, número ne'ebé razura ka emenda tiha tenke hakerek pur-extensu.

Artigu 104.º
Lian atu uza iha aktu

1. Iha aktu judisiál tenke uza Repúblika Demokrátika Timór-Leste nia lian ofisiál: tetum no portugés.
2. Kuandu tenke rona ema ne'ebé la hatene lian sira-ne'e ruma, ema ne'e bele koalia lian seluk, no tenke nomeia intérprete, kuandu presiza, atu, ho juramentu ba fidelidade⁵¹, estabelese komunikasaun. Kuandu presiza duni maka intérprete tama iha aktu prosesuál.

Artigu 105.º
Dokumentu iha lian estranjeiru nia tradusaun

1. Ofisiozamente ka tuir rekerimentu, juíz tenke haruka parte ida apresenta tradusaun ba dokumentu iha lian estranjeiru ne'ebé parte ne'e hatama iha prosesu kuandu dokumentu ne'e presiza tradusaun.
2. Kuandu la hatene tradusaun ne'e loos ka lae, juíz haruka apresentante apresenta tradusaun ne'ebé notáriu maka halo ka tradusaun ne'ebé funsionáriu diplomátiku ka konsulár iha Estadu respetivu auténtika; kuandu apresentante la bele hetan ka la apresenta tradusaun ne'e iha prazu fiksadu, juíz bele nomeia peritu atu halo tradusaun ne'e.

Artigu 106.º
Surdu, mudu ka surdu-mudu

1. Sem prejuízo da intervenção de intérprete idóneo sempre que o juiz o considerar conveniente, quando um surdo, mudo ou surdo-mudo devam prestar depoimento, observam-se as seguintes regras:
 - a) Ao surdo, formulam-se as perguntas por escrito, respondendo ele oralmente;
 - b) Ao mudo, formulam-se as perguntas oralmente, respondendo ele por escrito;
 - c) Ao surdo-mudo, formulam-se as perguntas por escrito, respondendo ele também por escrito.
2. O juiz deve nomear intérprete idóneo ao surdo, ao mudo ou ao surdo-mudo que não souber ler ou escrever.
3. O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável aos requerimentos orais e à prestação de juramento.

Artigo 107.º

Lei reguladora da forma dos actos e do processo

1. A forma dos diversos actos processuais é regulada pela lei que vigore no momento em que são praticados.
2. A forma de processo aplicável determina-se pela lei vigente à data em que a acção é proposta.

Artigo 108.º

Quando se praticam os actos

1. Não se praticam actos processuais nos dias em que os tribunais estiverem encerrados, nem durante o período de férias judiciais.
2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as citações, notificações e os actos que se destinem a evitar dano irreparável.
3. Os actos das partes que impliquem a recepção pelas secretarias judiciais de quaisquer articulados, requerimentos ou documentos devem ser praticados durante as horas de expediente dos serviços.

Artigo 109.º

Regra da continuidade dos prazos

1. O prazo processual, estabelecido por lei ou fixado por despacho do juiz, é contínuo, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais, salvo se a sua duração for igual ou superior a seis meses ou se tratar de actos a praticar em processos que a lei considere urgentes.
2. Quando o prazo para a prática do acto processual terminar em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se encerrados os tribunais quando for concedida tolerância de ponto.
4. Os prazos para a propositura de acções previstos neste Código seguem o regime dos números anteriores.

1. Sein prejuizu ba juíz atu hatama intérprete idóneu kuandu konsidera conveniente, kuandu surdu, mudu ka surdu-mudu tenke foo depoimentu tenke halo hanesan ne'e:
 - a) Surdu sei hetan pergunta eskrita no foo resposta orál;
 - b) Mudu sei hetan pergunta orál no foo resposta eskrita;
 - c) Surdu-mudu sei hetan pergunta eskrita no foo resposta eskrita
2. Juíz tenke nomeia intérprete idóneu ba surdu, mudu ka surdu-mudu ne'ebé la hatene le ka hakerek.
3. Númeru anteriór sira nia dispozisaun sei aplika iha rekerimentu orál no iha aktu hodi foo juramentu.

Artigu 107.º

Lei ne'ebé regula prosesu no aktu prosesuál

1. Aktu prosesuál tenke tuir lei vijente⁵² iha momentu ne'ebé aktu ne'e halo.
2. Forma prosesuál tenke tuir lei vijente iha data ne'ebé aksaun tama iha tribunál.

Artigu 108.º

Bainhira maka halo aktu prosesuál

1. La bele halo aktu prosesuál iha laron ne'ebé tribunál taka no iha férias judisiais.
2. La tama iha númeru anteriór nia dispozisaun sitasaun, notifikasaun no aktu ne'ebé tenke halo hodi evita prejuizu⁵³ irreparavel.
3. Aktu ne'ebé parte sira halo, hanesan hatama iha sekretaria judisiál artikuladu, rekerimentu ka dokumentu, tenke halo iha tempu ba expediente⁵⁴ nia laran.

Artigu 109.º

Kontinuidade iha prazu

1. Prazu prosesuál ne'ebé lei ka despaxu judisiál fiksa lao la-para; maibé suspende iha férias judisiais nia laran, salvu prazu ne'ebé naruk too ka liu fulan neen ka prazu atu pratika aktu iha prosesu ne'ebé lei konsidera urjente.
2. Kuandu prazu atu pratika aktu prosesuál hotu iha laron ne'ebé tribunál taka hotu iha laron ne'ebé laron util⁵⁵ seguinte.
3. Ba númeru anteriór nia dispozisaun, tenke konsidera katak tribunál taka iha laron ne'ebé iha toleránsia ba pontu⁵⁶.
4. Rejime previstu iha númeru anteriór sira aplika mos ba prazu atu hatama iha tribunál aksaun sira prevista iha Kódigu ne'e.

Artigo 110.º
Modalidades do prazo

- 1.O prazo é dilatatório ou peremptório.
- 2.O prazo dilatatório difere para certo momento a possibilidade de realização de um acto ou o início da contagem de um outro prazo.
- 3.O decurso do prazo peremptório extingue o direito de praticar o acto.
- 4.O acto poderá, porém, ser praticado fora do prazo em caso de justo impedimento, nos termos regulados no artigo seguinte.
- 5.Independentemente de justo impedimento, pode o acto ser praticado dentro dos três primeiros dias úteis subsequentes ao termo do prazo, ficando a sua validade dependente do pagamento, até ao termo do 1.º dia útil posterior ao da prática do acto, de uma multa de montante igual a um quarto da taxa de justiça devida pelo processo por cada dia de atraso, não podendo a multa exceder cinquenta dólares americanos, nem ser inferior a 2 dólares americanos.
- 6.Decorrido o prazo referido no número anterior sem ter sido paga a multa devida, a secretaria, independentemente de despacho, notifica o interessado para pagar multa de montante igual a metade da taxa de justiça devida pelo processo, não podendo a multa exceder cem dólares americanos.
- 7.O juiz pode determinar a redução ou dispensa da multa nos casos de manifesta carência económica ou quando o respectivo montante se revele manifestamente desproporcionado.

Artigo 111.º
Justo impedimento

- 1.Considera-se justo impedimento o evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários, que obste à prática atempada do acto.
- 2.A parte que alegar o justo impedimento oferecerá logo a respectiva prova; o juiz, ouvida a parte contrária, admitirá o requerente a praticar o acto fora do prazo, se julgar verificado o impedimento e reconhecer que a parte se apresentou a requerer logo que ele cessou.
- 3.É do conhecimento officioso a verificação do impedimento quando o evento a que se refere o n.º 1 constitua factum notório, e seja previsível a impossibilidade da prática do acto dentro do prazo.

Artigo 112.º
Prorrogabilidade dos prazos

- 1.O prazo processual marcado pela lei é prorrogável nos casos nela previstos.
- 2.Havendo acordo das partes, o prazo é prorrogável por uma vez e por igual período.

Artigu 110.º
Prazu nia modalidade

1. Iha prazu dilatóriu no prazu peremptóriu.
2. Prazu dilatóriu husik pratika aktu ida iha momentu seluk ka husik sura prazu ida iha momentu seluk.
3. Liu tiha prazu peremptóriu direitu atu pratika aktu mate.
4. Maibé, liu tiha prazu bele pratika aktu, kuandu iha justu impedimentu, nu'udar artigu seguinte nia dispozisaun.
5. Maski la iha justu impedimentu, liu tiha prazu, bele pratika aktu iha loron tolu tur fali nia laran, maibé, para aktu ne'e atu vale, tenke selu, too loron util primeiru liu tiha aktu ne'e, multa hanesan ho taxa ba justisa iha prosesu ne'e nia $\frac{1}{4}$ tanba loron atrazadu ida-idak, maibé la boot liu dolar amerikanu lima-nulu no la kiik liu dolar amerikanu rua.
6. Kuandu, liu tiha prazu referidu iha número anteriór, multa devida la selu, sekretaria, ofisiozamente, notifika interesadu atu selu multa hanesan ho taxa ba justisa iha prosesu ne'e nia $\frac{1}{2}$, maibé la boot liu dolar amerikanu atus ida.
7. Juíz bele haruka hatún ka hasai tiha multa ne'e kuandu interesadu la iha bein ka kuandu multa ne'e nia valór desproporsionadu⁵⁷ liu.

Artigu 111.º
Impedimentu⁵⁸ justifikavel⁵⁹

1. Sei konsidera impedimentu justifikavel event⁶⁰ ne'ebé la husik pratika aktu iha prazu nia laran no laós imputavel ba parte ka ba nia reprezentante ka mandatáriu.
2. Parte ne'ebé alega impedimentu justifikavel tenke oferese kedas prova respetiva⁶¹; juíz, rona tiha parte kontrária, husik rekerente pratika aktu liu tiha prazu, kuandu konsidera katak iha duni impedimentu no rekoñese katak parte mai husu kedas molok impedimentu ne'e hotu.
3. Tribunál koñese ofisiozamente impedimentu kuandu event⁶⁰ referidu iha n.º 1 ne'e faktu notóriu ida no bele prevé katak aktu ne'e la bele pratika duni iha prazu nia laran.

Artigu 112.º
Prazu nia prorrogasaun

1. Prazu prosesuál ne'ebé lei marka bele prorroga⁶² iha kazu ne'ebé lei dehan.
2. Kuandu parte sira iha akordu, bele prorroga prazu dala ida no ho período hanesan.

Artigo 113.º
Prazo dilatório seguido de prazo peremptório

Quando um prazo peremptório se seguir a um prazo dilatatório, os dois prazos contam-se como um só.

Artigo 114.º
Em que lugar se praticam os actos

1. Os actos judiciais realizam-se no lugar em que possam ser mais eficazes; mas podem realizar-se em lugar diferente, por motivos de deferência ou de justo impedimento.
2. Quando nenhuma razão imponha outro lugar, os actos realizam-se no tribunal.

SECÇÃO II
DOS ACTOS DAS PARTES

Artigo 115.º
Apresentação a juízo dos actos processuais

Os actos processuais que devam ser praticados por escrito pelas partes são entregues na secretaria judicial, valendo como data da prática do acto a da respectiva entrega.

Artigo 116.º
Comprovativo do pagamento de taxa de justiça

1. Quando a prática de um acto processual exija, nos termos do Código das Custas Judiciais, o pagamento de taxa de justiça inicial ou subsequente, deve ser junto o documento comprovativo do seu prévio pagamento ou da concessão do benefício do apoio judiciário, salvo se neste último caso aquele documento já se encontrar junto aos autos.
2. A falta de junção do documento referido no número anterior não implica a recusa da peça processual, devendo a parte proceder à sua junção nos dez dias subsequentes à prática do acto processual.
3. Caso a parte não proceda à junção do documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça a secretaria, independentemente de despacho, notifica-a para proceder a esse pagamento no prazo de dez dias, acrescido de uma multa de um quarto da taxa de justiça devida até ao limite de cinquenta dólares americanos.
4. Verificando-se que a parte não efectuou em tempo o pagamento das quantias referidas no número anterior o juiz condena-a ao pagamento das quantias em dívida, acrescidas de uma multa até ao limite de cem dólares americanos.
5. Persistindo a parte no não pagamento das quantias em dívida, procede-se a extracção de certidão do facto, que é entregue ao

Artigu 113.º
Prazu dilatóriu ho prazu peremptóriu tuir malu

Kuandu prazu peremptóriu ida tuir fali prazu dilatóriu ida, prazu rua ne'e sura hamutuk hanesan ida deit.

Artigu 114.º
Fatin atu pratika aktu

1. Aktu prosesuál sei pratika⁶³ iha fatin ne'ebé aktu ne'e bele sai efikáz⁶⁴ liu; maibé bele pratika iha fatin seluk, tan deferénsia⁶⁵ ka impedimentu justu.
2. Aktu tenke pratika iha tribunál, kuandu la iha razaun atu halo iha fatin seluk.

SEKSAUN II
PARTE SIRA NIA AKTU

Artigu 115.º
Aktu ne'ebé apresenta ba juíz

Aktu ne'ebé parte sira tenke hakerek sei entrega iha sekretaria judisiál; data iha ne'ebé parte entrega vale hanesan data iha ne'ebé parte pratika aktu ne'e.

Artigu 116.º
Taxa-justisa nia pagamentu

1. Kuandu, tuir Kódigu ba Kustas Judisiál, ho aktu prosesuál tenke selu taxa-justisa inisiál ka subsekunte, parte tenke hatama iha autus dokumentu ne'ebé hatudu katak pagamentu ne'e halo tiha ona ka nia hetan apoiu judisiáriu, salvu, iha kazu ikus ne'e, kuandu dokumentu ne'e iha tiha ona autus nia laran.
2. Maski dokumentu referidu iha número anteriór la iha, tribunál simu nafatin pesa prosesuál ne'e, maibé parte tenke entrega dokumentu ne'e iha loron sanulu nia laran hahú iha loron ne'ebé nia pratika aktu prosesuál ne'e.
3. Kuandu parte devedór la entrega dokumentu ne'ebé hatudu katak taxa-justisa selu ona, sekretaria, ofisiozamente, notifika parte ne'e atu selu taxa ne'e hamutuk ho multa ho valór taxa ne'e nia kuartu ida, maibé la aas liu dolar amerikanu limanulu, iha loron sanulu nia laran.
4. Kuandu parte la selu kuantia sira-ne'ebé número anteriór refere iha prazu nia laran juíz kondena parte ne'e selu multa too dolar amerikanu atus ida.
5. Kuandu parte la selu nafatin kuantia ne'ebé nia deve hela, tenke hasai sertidaun kona-ba faktu ne'e no haruka ba Ministériu Públiku

Ministério Público para efeitos de execução.

Artigo 117.º
Definição de articulados

1. Os articulados são as peças em que as partes expõem os fundamentos da acção e da defesa e formulam os pedidos correspondentes.
2. Nas acções, nos seus incidentes e nos procedimentos cautelares é obrigatória a dedução por artigos dos factos que interessem à fundamentação do pedido ou da defesa, sem prejuízo dos casos em que a lei dispensa a narração articulada.
3. Da entrega da petição, bem como dos restantes articulados, será sempre dado recibo pela secretaria.

Artigo 118.º
Exigência de duplicados

1. Os articulados são apresentados em duplicado; quando o articulado seja oposto a mais de uma pessoa, oferecer-se-ão tantos duplicados quantos forem os interessados que vivam em economia separada, salvo se forem representados pelo mesmo mandatário.
2. Os requerimentos, as alegações e os documentos apresentados por qualquer das partes devem ser igualmente acompanhados de tantas cópias, em papel comum, quantos os duplicados previstos no número anterior. Estas cópias são entregues à parte contrária com a primeira notificação subsequente à sua apresentação.
3. Se a parte não fizer entrega de qualquer dos duplicados e cópias exigidos nos números anteriores, é notificada oficiosamente pela secretaria para os apresentar no prazo de dois dias, pagando de multa equivalente a um quarto da taxa de justiça devida pelo processo, não podendo exceder, porém, vinte dólares americanos. Não o fazendo, é extraída certidão dos elementos em falta, pagando a parte, além do respectivo custo, a multa mais elevada prevista no n.º 5 do artigo 110.º.
4. Quando razões especiais o justificarem, o juiz pode dispensar a apresentação das cópias a que se refere o n.º 2 ou marcar um prazo suplementar para a sua apresentação.
5. Além dos duplicados a entregar à parte contrária, deve a parte oferecer mais um exemplar de cada articulado para ser arquivado e servir de base à reforma do processo em caso de descaminho. Se a parte não juntar o duplicado, mandar-se-á extrair cópia do articulado, pagando o responsável o triplo das despesas a que a cópia der lugar, a qual é para o efeito contada como se de certidão se tratasse.

Artigo 119.º
Regra geral sobre o prazo

atu halao ezekusaun.

Artigu 117.º **Artikuladu**

1. Pesa iha ne'ebé parte sira apresenta aksaun ka defeza nia fundamentu no formula⁶⁶ pedidu korrespondente bolu-naran artikuladu.
2. Iha aksaun, aksaun nia insidente no iha prosedimentu kautelár⁶⁷ parte sira tenke alega, tuir artigu⁶⁸, faktu sira-ne'ebé interesa atu fundamenta sira nia pedidu ka defeza, salvu kuandu lei dispensa⁶⁹ narrausaun artikulada⁷⁰.
3. Sekretaria tenke entrega resibu hasoru petisaun no artikuladu sira seluk ne'ebé simu iha sekretaria.

Artigu 118.º **Duplikadu**

1. Artikuladu tenke apresenta ho duplikadu⁷¹; artikuladu ne'ebé hatoo hasoru ema barak tenke apresenta ho duplikadu ho número hanesan ho interesadu sira-ne'ebé moris iha ekonomia ketak, salvu sira-ne'ebé mandatáriu ida deit maka representa.
2. Rekerimentu, alegasaun no dokumentu ne'ebé parte ruma apresenta tenke mai ho kópia iha surat komúm ho número hanesan duplikadu sira referidu iha número anteriór. Kópia sira-ne'e sei entrega ba parte kontrária ho notifikasaun primeira ne'ebé tuir fali apresentasaun ne'e.
3. Kuandu parte la apresenta duplikadu no kópia nu'udar número anteriór sira haruka, sekretaria tenke notifika ofisiozamente parte ne'e atu apresenta kópia ne'e iha lora rua nia laran no selu ho multa hanesan ho taxa-justisa ne'ebé tenke selu iha prosesu ne'e nia kuartu ida⁷², maibé la aas liu dolar amerikanu ruanulu. Kuandu parte ne'e la halo-tuir, tenke halo sertidaun kona-ba elementu ne'ebé falta, no parte ne'e tenke selu sertidaun ne'e nia folin ho tan multa prevista iha artigu 110.º, n.º 5, nia valór valór ne'ebé aas liu.
4. Kuandu iha razaun espesiál atu justifika, juíz bele dispensa parte atu apresenta kópia referida iha n.º 2 ka marka prazu suplementár⁷³ ba parte atu apresenta kópia ne'e.
5. Hamutuk ho duplikadu atu entrega ba parte kontrária apresentante tenke entrega ezemplár ida tan atu hatama iha arkivu no uza hanesan baze hodi reforma autus kuandu autus lakon. Kuandu parte la apresenta duplikadu ne'e, tenke haruka halo kópia ba artikuladu ne'e no parte responsavel tenke selu kópia ne'e nia folin, hanesan sertidaun nia folin, hasae ba triplu⁷⁴.

Artigu 119.º **Regra jerál ba prazu**

1. Na falta de disposição especial, é de dez dias o prazo para as partes requererem qualquer acto ou diligência, arguirem nulidades, deduzirem incidentes ou exercerem qualquer outro poder processual; e também é de dez dias o prazo para a parte responder ao que for deduzido pela parte contrária.

2. O prazo para qualquer resposta conta-se sempre da notificação do acto a que se responde.

SECÇÃO III DOS ACTOS DOS MAGISTRADOS

Artigo 120.º

Manutenção da ordem nos actos processuais

1. A manutenção da ordem nos actos processuais compete ao magistrado que a eles presida, o qual tomará as providências necessárias contra quem perturbar a sua realização, nomeadamente advertindo com urbanidade o infractor, ou retirando-lhe mesmo a palavra, quando ele se afaste do respeito devido ao tribunal ou às instituições vigentes, especificando e fazendo consignar em acta os actos que determinaram a providência, sem prejuízo do procedimento criminal ou disciplinar que no caso couber.

2. Se o infractor não acatar a decisão, pode o presidente fazê-lo sair do local em que o acto se realiza.

3. Não é considerado ilícito o uso das expressões e imputações indispensáveis à defesa da causa.

4. Sempre que seja retirada a palavra a advogado ou advogado estagiário, é dado conhecimento circunstanciado do facto à Ordem dos Advogados, para efeitos disciplinares; das faltas cometidas pelos magistrados do Ministério Público é dado conhecimento ao respectivo superior hierárquico; das faltas praticadas por defensor público é feita participação ao Ministério da Justiça.

5. Sendo as faltas cometidas pelas partes ou outras pessoas, pode o presidente aplicar-lhes as sanções previstas nos n.ºs 1 e 2 e condená-las em multa, conforme a gravidade da infracção.

6. Das decisões que retirem a palavra, ordenem a expulsão do local ou condenem em multa cabe agravo, com efeito suspensivo; interposto recurso da decisão que retire a palavra ou ordene a saída do local em que o acto se realize ao mandatário judicial, suspende-se o acto até que o agravo, a processar como urgente, seja julgado.

7. Para a manutenção da ordem nos actos processuais, pode o tribunal requisitar, sempre que necessário, o auxílio da força pública, a qual fica submetida, para o efeito, ao poder de direcção do juiz que presidir ao acto.

Artigo 121.º

Dever e formas de administração da justiça

1. Salvu dispozisaun seluk, parte sira iha loron sanulu atu rekér aktu ka dilijénsia ruma, argui nulidade, dedúz insidente ka ezerse podér prosesuál seluk tan; parte iha mos loron sanulu atu foo resposta ba buat ne'ebé parte kontrária dedúz.
2. Prazu atu foo resposta hahú ho notifikasaun kona-ba aktu ne'ebé parte foo resposta ba.

SEKSAUN III MAJISTRADU NIA AKTU

Artigu 120.º Orden iha aktu prosesuál

1. Majistradu ne'ebé prezide aktu prosesuál maka iha kompeténsia atu mantém orden iha aktu ne'e; majistradu ne'e sei hola medida nesesária hasoru ema ne'ebé perturba aktu ne'e, nomeadamente aviza infratór ho kortezia, ka la husik nia koalia tan, kuandu nia sees-án hosi respeitu ne'ebé tenke uza ba tribunál ka instituisaun sira-ne'ebé moris daudaun, hatudu no haruka rejista iha akta hahalok ne'ebé justifika providénsia ne'e, sein prejuizu ba prosedimentu kriminál ka disiplinár ne'ebé bele mosu iha kazu ne'e.
2. Infratór la tuir desizaun karik, presidente bele halo nia sai hosi fatin iha ne'ebé realiza aktu ne'e.
3. Espresaun no imputasaun indispensavel⁷⁵ ba parte nia defeza iha kauza ne'e laós ilísitu.
4. Kuandu la husik advogadu ka advogadu estajáriu koalia tan, tenke foo-hatene faktu ne'e ho pormenór ba Ordem dos Advogados, ba efeito disiplinár; sala ne'ebé majistradu iha Ministériu Públiku halo tenke foo-hatene ba majistradu ne'e nia superiór ierárkiku; sala ne'ebé defensor públiku halo tenke foo-hatene ba Ministériu ba Justisa.
5. Kuandu parte ka ema seluk maka halo sala, presidente bele aplika ba sira sansaun sira-ne'ebé número 1 no 2 prevé no kondena sira selu multa, tuir infrasaun nia gravidade⁷⁶.
6. Bele iha rekursu, ho efeito suspensivu, hasoru desizaun ne'ebé la husik ema ruma koalia tan, haruka ema ruma sai hosi fatin iha ne'ebé halao aktu ka aplika multa ba ema ruma; tama tiha rekursu hasoru desizaun ne'ebé la husik mandatáriu judisiál koalia tan ka haruka nia sai hosi fatin iha ne'ebé halao aktu prosesuál, tenke suspende aktu ne'e too deside tiha agravu ne'e, no agravu ne'e tenke halao ho urjénsia⁷⁷.
7. Atu mantém orden iha aktu prosesuál tribunál bele rekizita⁷⁸ forsa polisiál nia ajuda; ba ida-ne'e forsa polisiál ne'e tenke tuir orden ne'ebé mai hosi júiz ne'ebé prezide aktu ne'e.

Artigu 121.º Devér no forma atu administra⁷⁹ justisa

1. Os juízes têm o dever de administrar justiça, proferindo despacho ou sentença sobre as matérias pendentes e cumprindo, nos termos da lei, as decisões dos tribunais superiores.
2. Diz-se sentença o acto pelo qual o juiz decide a causa principal ou algum incidente que apresente a estrutura de uma causa.
3. As decisões dos tribunais colegiais têm a denominação de acórdãos.
4. Os despachos de mero expediente destinam-se a prover ao andamento regular do processo, sem interferir no conflito de interesses entre as partes, considerando-se proferidos no uso legal de um poder discricionário os despachos que decidam matérias confiadas ao prudente arbítrio do julgador.

Artigo 122.º

Requisitos externos da sentença e do despacho

1. As decisões judiciais serão datadas e assinadas pelo juiz ou relator, que devem rubricar ainda as folhas não manuscritas e proceder às ressalvas consideradas necessárias; os acórdãos serão também assinados pelos outros juízes que hajam intervindo, salvo se não estiverem presentes, do que se fará menção.
2. As assinaturas dos juízes podem ser feitas com o nome abreviado.
3. Os despachos e sentenças proferidos oralmente no decurso de acto de que deva lavrar-se auto ou acta são aí reproduzidos. A assinatura do auto ou da acta, por parte do juiz, garante a fidelidade da reprodução.
4. As sentenças e os acórdãos finais são registados em livro especial.

Artigo 123.º

Dever de fundamentar a decisão

1. As decisões proferidas sobre qualquer pedido controvertido ou sobre alguma dúvida suscitada no processo são sempre fundamentadas.
2. A justificação não pode consistir na simples adesão aos fundamentos alegados no requerimento ou na oposição.

Artigo 124.º

Documentação dos actos presididos pelo juiz

1. A realização e o conteúdo dos actos processuais presididos pelo juiz são documentados em acta, na qual são recolhidas as declarações, requerimentos, promoções e actos decisórios orais que tiverem ocorrido.
2. A redacção da acta incumbe ao funcionário judicial, sob a direcção do juiz.
3. Em caso de alegada desconformidade entre o teor do que foi ditado e o ocorrido, são feitas consignar as declarações relativas à

1. Juíz iha obrigasaun atu administra justisa, ho despaxu ka sentensa kona-ba matéria pendente no halo tuir, nu'udar lei haruka, tribunál superiór nia desizaun.
2. Bolu-naran sentensa juíz nia aktu ne'ebé decide kauza prinsipál ka insidente ne'ebé iha estrutura hanesan kauza ida.
3. Bolu-naran akórdaun desizaun ne'ebé tribunál koletivu maka foo.
4. Bolun naran despaxu meru-expediente despaxu ida-ne'ebé hola deit medida ba prosesu atu lao loos no la iha influénsia iha parte sira nia konfliktu-de-interese⁸⁰; sei konsidera katak julgadór uza podér diskrisiónáriu legál iha despaxu ne'ebé decide matéria ne'ebé tama iha julgadór nia prudente arbítriu.

Artigu 122.º

Sentensa no despaxu nia rekizitu esternu

1. Juíz ka relatór tenke tau data no asina desizaun judisiál, rubrika folla sira-ne'e laós manuskrita no halo ressalva nesesária; juíz sira-ne'ebé tama iha tribunál koletivu tenke asina akórdaun, salvu kuandu sira la iha, situasaun ne'ebé tenke refere.
2. Juíz nia asinatura bele halo ho naran abreviadu⁸¹.
3. Despaxu ka sentensa ne'ebé juíz foo oralmente iha aktu ne'ebé tenke rejista iha autu ka akta tenke hakerek iha autu ka akta ne'e. Juíz nia asinatura iha autu ka akta garante⁸² reproduusaun⁸³ nia fidelidade⁸⁴.
4. Sentensa no akórdaun finál tenke rejista⁸⁵ iha livru espesiál⁸⁶.

Artigu 123.º

Devér atu fundamenta desizaun

1. Ho desizaun kona-ba pedidu kontrovertidu ruma ka kona-ba dúvida-ne'ebé mosu iha prosesu nia laran tenke hatudu mos desizaun ne'e nia fundamentu.
2. La iha justifikasaun kuandu juíz simu deit fundamentu ne'ebé alega iha rekerimentu ka iha opozisaun.

Artigu 124.º

Dokumentasaun ba aktu ne'ebé juíz prezide

1. Tenke dokumenta iha akta aktu prosesuál ne'ebé juíz prezide nia realizasaun no konteúdu; iha akta ne'e sei hatama deklarasaun, rekerimentu, promosaun no aktu desizóriu orál ne'ebé akontese iha aktu ne'e.
2. Funsionáriu maka hakerek akta, tuir juíz nia diresaun.
3. Kuandu ema ruma alega katak buat ne'ebé hakerek iha akta laós buat ne'ebé hatete ka akontese iha aktu prosesuál, ema ne'e tenke hatama iha akta deklarasaun kona-ba diskrepánsial⁸⁷ ne'e no hatudu ho retifikasaun atu halo; tuir fali, rona tiha parte prezente sira, juíz foo

discrepância, com indicação das rectificações a efectuar, após o que o juiz profere, ouvidas as partes presentes, decisão definitiva, sustentando ou modificando a redacção inicial.

Artigo 125.º

Prazo para os actos dos magistrados

1. Na falta de disposição especial, os despachos judiciais e as promoções do Ministério Público são proferidos no prazo de dez dias.
2. Os despachos ou promoções de mero expediente, bem como os considerados urgentes, devem ser proferidos no prazo máximo de dois dias.

SECÇÃO IV

DOS ACTOS DA SECRETARIA

Artigo 126.º

Função e deveres das secretarias judiciais

1. As secretarias judiciais asseguram o expediente, autuação e regular tramitação dos processos pendentes, nos termos estabelecidos na respectiva Lei Orgânica, em conformidade com a lei de processo e na dependência funcional do magistrado competente.
2. Incumbe à secretaria a execução dos despachos judiciais, cumprindo-lhe realizar officiosamente as diligências necessárias para que o fim daqueles possa ser prontamente alcançado.
3. Nas relações com os mandatários judiciais, devem os funcionários agir com especial correcção e urbanidade.
4. Dos actos dos funcionários da secretaria judicial é sempre admissível reclamação para o juiz de que aquela depende funcionalmente.
5. Os erros e omissões dos actos praticados pela secretaria judicial não podem, em qualquer caso, prejudicar as partes.

Artigo 127.º

Âmbito territorial para a prática de actos de secretaria

1. Os funcionários das secretarias do Supremo Tribunal de Justiça e dos tribunais distritais podem praticar directamente os actos que lhes incumbam em toda a área de jurisdição do respectivo tribunal.
2. Nos casos previstos nas leis de organização judiciária, a competência para a prática dos actos pelos funcionários da secretaria pode abranger a área de outras circunscrições judiciais.

Artigo 128.º

Composição de autos e termos

1. Os autos e termos lavrados na secretaria devem conter a menção

desizaun definitiva⁸⁸, iha ne'ebé nia sustenta⁸⁹ ka modifika redasaun inisiál.

Artigu 125.º
Prazu ba majistradu nia aktu

1. Salvu dispozisaun seluk, despaxu judisiál no Ministériu Públiku nia promosaun tenke foo iha loron sanulu nia laran.
2. Despaxu ka promosaun ba meru-expediente no sira-ne'ebé tenke konsidera urjente tenke foo iha loron rua nia laran.

SEKSAUN IV
SEKRETARIA NIA AKTU

Artigu 126.º
Sekretaria judisiál nia funsaun no devér

1. Sekretaria judisiál maka asegura prosesu pendente nia expediente, autuasaun no tramitasaun regulár, nu'udar lei orgánika respetiva estabelese, tuir lei prosesuál, no ho dependénsia funcionál hosi majistradu kompetente.
2. Sekretaria tenke ezejuta despaxu judisiál no realiza ofisiozamente dilijénsia nesesária atu hetan lalais despaxu ne'e nia objetivu.
3. Funsionáriu tenke uza espesiál korresaun no urbanidade iha sira nia relasaun ho mandatáriu judisiál sira.
4. Bele iha reklamasaun hasoru funsionáriu iha sekretaria judisiál nia aktu, ba juíz hosi ne'ebé funsionáriu ne'e simu dependénsia funcionál.
5. Erru no omisaun iha sekretaria judisiál nia aktu la bele prejudika parte sira.

Artigu 127.º
Sekretaria nia aktu tuir territóriu

1. Sekretaria iha Supremu Tribunál ba Justisa no iha tribunál distritál sira nia funsionáriu bele pratika aktu ne'ebé tama iha sira nia funsaun iha área ne'ebé tama iha tribunál ne'e nia jurizdisaun.
2. Iha kazu previstu iha lei kona-ba organizasaun judisiária funsionáriu iha sekretaria bele iha kompeténsia atu pratika aktu iha sirkunskrisaun judisiál seluk nia área.

Artigu 128.º
Autu no termu nia kompozisaun

1. Iha autu no termu ne'ebé sekretaria lavra⁹⁰ tenke hatama aktu

dos elementos essenciais e da data e lugar da prática do acto a que respeitem.

2.Os actos de secretaria não devem conter espaços em branco que não sejam inutilizados, nem entrelinhas, rasuras ou emendas que não sejam devidamente ressalvadas.

3.O processo será autuado de modo a facilitar a inclusão das peças que nele são sucessivamente incorporadas e a impedir o seu extravio, observando-se o disposto nos diplomas regulamentares.

Artigo 129.º

Assinatura dos autos e dos termos

1.Os autos e termos são válidos desde que estejam assinados pelo juiz e respectivo funcionário. Se no acto não intervier o juiz, basta a assinatura do funcionário, salvo se o acto exprimir a manifestação de vontade de alguma das partes ou importar para ela qualquer responsabilidade, porque nestes casos é necessária também a assinatura da parte ou do seu representante.

2.Quando seja necessária a assinatura da parte e esta não possa, não queira ou não saiba assinar, o auto ou termo será assinado por duas testemunhas que a reconheçam.

Artigo 130.º

Rubrica das folhas do processo

1.O funcionário da secretaria encarregado do processo é obrigado a rubricar as folhas em que não haja a sua assinatura; e os juizes rubricarão também as folhas relativas aos actos em que intervenham, exceptuadas aquelas em que assinarem.

2.As partes e seus mandatários têm o direito de rubricar quaisquer folhas do processo.

Artigo 131.º

Prazos para o expediente da secretaria

1.No prazo de cinco dias, salvos os casos de urgência, deve a secretaria fazer os processos conclusos, continuá-los com vista ou facultá-los para exame, passar os mandados e praticar os outros actos de expediente.

2.No próprio dia, sendo possível, deve a secretaria submeter a despacho, avulsamente, os requerimentos que não respeitem ao andamento de processos pendentes, juntar a estes os requerimentos, respostas, articulados e alegações que lhes digam respeito ou, se forem apresentados fora do prazo ou houver dúvidas sobre a legalidade da junção, submetê-los a despacho do juiz, para este a ordenar ou recusar.

3.O prazo para conclusão do processo a que se junte qualquer

ne'ebé pratika nia elementu esensiál, data no fatin.

2. Sekretaria nia aktu la bele iha espasu mamuk la inutilizadu no entreliña, razura ka emenda la resalvada.

3. Prosesu nia autuasaun tenke halo tuir diploma regulamentár nia dispozisaun no tenke foo-fatin atu bele hatama ho facilidade pesa sira-ne'ebé sei hatama tutuir no evita pesa sira-ne'e atu lakon.

Artigu 129.º

Autu no termu nia asinatura

1. Autu no termu vale kuandu juíz no funsionáriu respetivu asina. Iha aktu ne'ebé juíz la intervein vale kuandu funsionáriu respetivu asina, maibé kuandu aktu ne'e esprime⁹¹ katak parte ruma manifesta nia vontade ka hamosu responsabilidade ba parte ruma, parte ne'e ka nia representante tenke asina hotu.

2. Kuandu parte ne'ebé tenke asina la bele, lakohi ka la hatene asina, testemuña rua, ne'ebé rekoñese parte ne'e, tenke asina autu ka termu ne'e.

Artigu 130.º

Rubrika iha autus nia tahan

1. Funsionáriu iha sekretaria ne'ebé toma-konta prosesu tenke rubrika autus nia tahan sira-ne'ebé la iha nia asinatura; juíz sira tenke rubrika autus nia tahan kona-ba aktu iha ne'ebé nia tama, salvu sira-ne'ebé sira asina.

2. Parte no sira nia mandatáriu iha direitu atu rubrika autus nia tahan.

Artigu 131.º

Prazu ba expediente iha sekretaria

1. Iha loron lima nia laran, salvu iha kazu urjente, sekretaria tenke loke konkluzau iha autus ba juíz, loke vista iha autus ka fakulta autus ba ezame, prepara mandadu no halo aktu-expediente seluk tan.

2. Sekretaria, iha loron ne'e kedas, kuandu bele, tenke apresenta ba despaxu, avulsamente⁹², rekerimentu ne'ebé laós kona-ba prosesu pendente nia andamentu, hatama iha prosesu ne'e rekerimentu, resposta, artikuladu no alegasaun kona-ba prosesu ne'e, ka, tama liu tiha ona prazu ka iha dúvida ruma kona-ba junsau ne'e hasoru lei karik, apresenta pesa ne'e ba juíz atu haruka hatama ka rekuza.

3. Prazu atu loke konkluzau iha autus tanba rekerimentu ruma tama sura hahú hosi dokumentu ne'e nia apresentasaun ka hosi orden ne'ebé haruka hatama rekerimentu ne'e.

requerimento conta-se da apresentação deste ou da ordem de junção.

SECÇÃO V DA PUBLICIDADE E ACESSO AO PROCESSO

Artigo 132.º Publicidade do processo

- 1.O processo civil é público, salvas as restrições previstas na lei.
- 2.A publicidade do processo implica o direito de exame e consulta dos autos na secretaria e de obtenção de cópias e certidões de quaisquer peças nele incorporadas, pelas partes, por qualquer pessoa capaz de exercer o mandato judicial ou por quem nisso revele interesse atendível.
- 3.Incumbem às secretarias judiciais prestar informação precisa às partes, seus representantes ou mandatários judiciais, ou aos funcionários destes, devidamente credenciados, acerca do estado dos processos pendentes em que sejam interessados.

Artigo 133.º Limitações à publicidade do processo

- 1.O acesso aos autos é limitado nos casos em que a divulgação do seu conteúdo possa causar dano à dignidade das pessoas, à intimidade da vida privada ou familiar ou à moral pública, ou pôr em causa a eficácia da decisão a proferir.
- 2.Preenchem, designadamente, as restrições à publicidade previstas no número anterior:
 - a)Os processos de anulação de casamento, divórcio, separação de pessoas e bens e os que respeitem ao estabelecimento ou impugnação de paternidade, a que apenas podem ter acesso as partes e os seus mandatários;
 - b)Os procedimentos cautelares pendentes, que só podem ser facultados aos requerentes e seus mandatários e aos requeridos e respectivos mandatários, quando devam ser ouvidos antes de ordenada a providência.

Artigo 134.º Confiança do processo

- 1.Os mandatários judiciais constituídos pelas partes, os magistrados do Ministério Público e os que exerçam o patrocínio por nomeação oficiosa podem solicitar, por escrito ou verbalmente, que os processos pendentes lhes sejam confiados para exame fora da secretaria do tribunal.
- 2.Tratando-se de processos findos, a confiança pode ser requerida por qualquer pessoa capaz de exercer o mandato

SEKSAUN V
PUBLISIDADE NO ASESU BA AUTUS

Artigu 132.º
Publisidade iha prosesu

1. Prosesu sivil loke ba públiku, salvu limitasaun ne'ebé lei prevé.
2. Publisidade iha prosesu signifika katak parte sira, ema ne'ebé bele ezerse mandatu judisiál ka ema ne'ebé iha interese atendivel, iha direitu atu ezamina no konsulta autus iha sekretaria no hetan kópia no sertidaun kona-ba pesa ne'ebé tama iha autus.
3. Sekretaria judisiál iha obrigasaun atu fó informasaun preziza ba parte sira, parte sira nia representante ka mandatáriu judisiál, ka sira-ne'e nia funsionáriu ho kredensiál devida, kona-ba prosesu pendente, iha ne'ebé sira tama hanesan interesadu, nia estadu.

Artigu 133.º
Limitasaun ba publisidade iha prosesu

1. Asesu ba autus hetan limitasaun kuandu divulgasaun ba autus nia konteúdu bele hamosu prejuizu ba ema nia dignidade, ba intimidade privada ka familiár ka ba morál públika, ka bele hamosu perigo ba desizaun ne'ebé atu hola nia efikásia.
2. Nomeadamente, tama iha limitasaun ba publisidade prevista iha número anteriór:
 - a) Prosesu atu anula kazamentu, ba divórsiu, ba separasaun ba ema ka bein, atu estabelese ka impugna⁹³ paternidade, ne'ebé parte sira ho sira nia mandatáriu maka bele iha asesu;
 - b) Prosedimentu kautelár pendente, ne'ebé rekerente no sira nia mandatáriu no rekeridu no sira nia mandatáriu, kuandu tribunál tenke rona sira molok ordena providénsia, maka bele iha asesu.

Artigu 134.º
Prosesu nia konfiansa

1. Mandatáriu judisiál ne'ebé parte sira konstitui, Ministériu Públiku nia majistradu no sira-ne'ebé ezerse patrosíniu tanba nomeasaun ofisioza bele husu, ho surat ka verbalmente, atu lori prosesu pendente nia autus sai hosi sekretaria judisiál atu ezamina.
2. Ema ne'ebé bele ezerse mandatu judisiál bele ezamina prosesu findu⁹⁴ nia autus iha sekretaria no bele husu sekretaria atu konfia⁹⁵ autus ne'e ba nia.
3. Sekretaria iha kompeténsia atu konfia autus, iha loron lima

judicial, a quem seja lícito examiná-los na secretaria.

3. Compete à secretaria facultar a confiança do processo, pelo prazo de cinco dias, que pode ser reduzido se causar embaraço grave ao andamento da causa.

Artigo 135.º

Falta de restituição do processo dentro do prazo

1. O mandatário judicial que não entregue o processo dentro do prazo que lhe tiver sido fixado será notificado para, em dois dias, justificar o seu procedimento.

2. Caso o mandatário judicial não apresente justificação ou esta não constitua facto do conhecimento pessoal do juiz ou justo impedimento nos termos deste Código, será condenado no máximo de multa; esta será elevada ao dobro se, notificado da sua aplicação, não entregar o processo no prazo de cinco dias.

3. Se, decorrido o prazo previsto na última parte do número anterior, o mandatário judicial ainda não tiver feito a entrega do processo, o Ministério Público, ao qual é dado conhecimento do facto, promoverá contra ele procedimento pelo crime de desobediência e fará apreender o processo.

4. Do mesmo facto é dado conhecimento à Ordem dos Advogados para efeitos disciplinares.

Artigo 136.º

Direito ao exame em consequência de disposição legal ou despacho judicial

1. Nos casos em que, por disposição da lei ou despacho do juiz, o mandatário judicial tenha prazo para exame, a secretaria, a simples pedido verbal, confia-lhe o processo pelo prazo marcado.

2. Considera-se que o mandatário judicial tem prazo para exame do processo sempre que este aguarde o decurso do prazo para a prática de um acto que só à parte por ele patrocinada caiba praticar.

3. Se deixar de entregar o processo até ao último dia do prazo de exame, o mandatário incorre nas sanções cominadas no artigo anterior.

Artigo 137.º

Dúvidas e reclamações

1. Em caso de dúvida sobre o direito de acesso ao processo, a secretaria submeterá, por escrito, a questão à apreciação do juiz.

2. No caso de recusa do acesso ao processo ou se for requerida a prorrogação do prazo de consulta, a secretaria faz o processo concluso imediatamente ao juiz com a informação que tiver por

nia laran, prazu ne'ebé bele habadak kuandu konfiansa ne'e bele hamosu difikuldade grave ba aksaun atu lao.

4. Sekretaria tenke fundamenta no foo-hatene ho eskritu nia rekuza atu konfia autus; rekuza ne'e bele hasoru reklamasaun ba juíz, nu'udar artigu 137.º.

Artigu 135.º

La entrega iha prazu nia laran

1. Sekretaria tenke notifika mandatáriu judisiál ne'ebé la entrega autus iha prazu fiksadu atu foo justifikasaun ba nia hahalok iha loron rua nia laran.

2. Mandatáriu judisiál sei hetan kondensasaun atu selu multa iha valór másimu kuandu la foo justifikasaun ka kuandu justifikasaun ne'e la tama iha juíz nia koñesimentu pesoál ka la konstitui impedimentu justu, nu'udar Kódigu ida-ne'e; multa ne'e sae ba dobru kuandu, hetan tiha notifikasaun kona-ba multa ne'e, advogadu ne'e la entrega autus iha loron lima nia laran.

3. Kuandu, liu tiha prazu referidu iha número anteriór, parte última, mandatáriu judisiál la entrega autus, Ministériu Públiku, ne'ebé tenke foo hatene faktu ne'e ba, sei promove prosedimentu tanba krime dezobediénsia no halo apreensaun ba autus ne'e.

4. Tenke foo-hatene mos faktu ne'e ba Ordem dos Advogados, ba efeitu disiplinár.

Artigu 136.º

Direitu atu halo ezame tan dispozisaun legál ka despaxu judisiál

1. Kuandu, tanba dispozisaun legál ka despaxu judisiál, mandatáriu judisiál iha prazu ba ezame, sekretaria, tuir pedidu verbál, konfia prosesu durante prazu markadu.

2. Tenke konsidera katak mandatáriu iha prazu atu ezamina autus kuandu nia hein prazu ne'ebé nia iha atu pratika aktu ne'ebé parte ne'ebé nia patrosina maka bele pratika.

3. Kuandu la entrega autus too prazu ba ezame nia loron ikus, mandatáriu ne'e sei hetan sansaun prevista iha artigu anteriór.

Artigu 137.º

Dúvida no reklamasaun

1. Kuandu iha dúvida kona-ba ema ruma nia direitu atu iha asesu ba autus, sekretaria apresenta kestaun ba juíz, ho eskritu.

2. Kuandu iha rekuza atu hetan asesu ba autus ka iha pedidu atu hanaruk prazu ba konsulta, sekretaria loke konkluzau iha autus ba juíz atu foo desizaun, ho informasaun konsiderada

conveniente, para ser proferida decisão.

Artigo 138.º
Registo de entrega dos autos

1.A entrega dos autos a que se referem os artigos anteriores é registada em livro especial, indicando-se o processo de que se trata, o dia e hora da entrega e o prazo por que é concedido o exame. A nota será assinada pelo requerente ou por outra pessoa munida de autorização escrita.

2.Quando o processo for restituído, dar-se-á a respectiva baixa ao lado da nota de entrega.

Artigo 139.º
Dever de passagem de certidões

1.A secretaria deve, sem precedência de despacho, passar as certidões de todos os termos e actos processuais que lhe sejam requeridas, oralmente ou por escrito, pelas partes no processo, por quem possa exercer o mandato judicial ou por quem revele interesse atendível em as obter.

2.Tratando-se, porém, dos processos a que alude o artigo 133.º, nenhuma certidão é passada sem prévio despacho sobre a justificação, em requerimento escrito, da sua necessidade, devendo o despacho fixar os limites da certidão.

Artigo 140.º
Prazo para a passagem das certidões

1.As certidões são passadas dentro do prazo de cinco dias, salvo nos casos de urgência ou de manifesta impossibilidade, em que se consignará o dia em que devem ser levantadas.

2.Se a secretaria recusar a passagem da certidão, aplica-se o disposto no n.º 2 do artigo 137.º, sem prejuízo das providências disciplinares a que a falta dê lugar.

3.Se a secretaria retardar a passagem de qualquer certidão, a parte pode requerer ao juiz que a mande passar ou fixe prazo para ser passada, sendo o requerimento submetido a despacho com informação escrita do funcionário.

SECÇÃO VI
DA COMUNICAÇÃO DOS ACTOS

Artigo 141.º
Formas de requisição e comunicação de actos

1.A prática de actos processuais que exijam intervenção dos serviços

konveniente.

Artigu 138.º
Rejistu kona-ba autus nia entrega

1. Autus nia entrega, nu'udar artigu anteriór sira refere, tenke rejista iha livru espesiál; iha livru ne'e tenke hatama prosesu nia indentifikasaun, lora no oras iha ne'ebé entrega autus no prazu atu halo ezame. Rekerente ka ema ne'ebé iha autorizasaun eskrita atu lori autus tenke asina nota ne'e.
2. Kuandu autus entrega fila-fali, tenke halo baixa iha nota ba entrega nia sorin.

Artigu 139.º
Devér atu pasa sertidaun

1. Ofisiozamente, sekretaria tenke pasa sertidaun kona-ba termu no aktu prosesuál ne'ebé parte iha prosesu, ema ne'ebé bele ezerse mandatu judisiál ka ema ne'ebé iha interese atendível husu, oralmente ka ho eskritu.
2. Tenke iha rekerimentu eskritu, ne'ebé apresenta justifikasaun kona-ba nesesidade, no deferimentu hosi juíz, ne'ebé fiksa limite ba sertidaun, para sekretaria atu pasa sertidaun kona-ba prosesu ne'ebé tama iha artigu 133.º nia previzaun.

Artigu 140.º
Prazu atu pasa sertidaun

1. Sekretaria tenke pasa sertidaun iha lora lima nia laran; kuandu iha urjénsia ka imposibilidade manifesta, tenke hatudu lora atu foti.
2. Kuandu sekretaria rekuza atu pasa sertidaun, sei aplika artigu 137.º, númeru 2, sein prejuizu ba prosedimentu disiplinár ne'ebé falta ne'e foo-fatin.
3. Kuandu sekretaria demora atu pasa sertidaun, parte bele husu ba juíz atu haruka pasa ka fiksa prazu atu pasa sertidaun ne'e; rekerimentu ne'e tenke apresenta ba despaxu ho funsionáriu nia informasaun eskrita.

SEKSAUN VI
AKTU NIA KOMUNIKASAUN

Artigu 141.º
Forma atu rekizita ka komunika aktu

1. Bele haruka karta prekatória ka rogatória hodi husu ba tribunál ka

judiciários pode ser solicitada a outros tribunais ou autoridades por carta precatória ou rogatória, empregando-se a carta precatória quando a realização do acto seja solicitada a um tribunal ou a um cônsul timorense e a carta rogatória quando o seja a autoridade estrangeira.

2. Através do mandado, o tribunal ordena a execução de acto processual a entidade que lhe está funcionalmente subordinada.

3. As citações ou notificações por via postal são enviadas directamente para o interessado a que se destinam.

4. A solicitação de informações, de envio de documentos ou da realização de actos que não exijam, pela sua natureza, intervenção dos serviços judiciários é feita directamente às autoridades públicas ou privadas, cuja colaboração se requer, por ofício ou outro meio de comunicação.

5. Na transmissão de quaisquer mensagens e na expedição ou devolução de cartas precatórias podem os serviços judiciais utilizar, além da via postal, a telecópia e os meios telemáticos, nos termos previstos em diploma regulamentar; tratando-se de actos urgentes, pode ainda ser utilizado o telegrama, a comunicação telefónica ou outro meio análogo de telecomunicações.

6. A comunicação telefónica é sempre documentada nos autos e seguida de confirmação por qualquer meio escrito; relativamente às partes, apenas é lícita como forma de transmissão de uma convocação ou desconvocação para actos processuais.

Artigo 142.º

Destinatários das cartas precatórias

1. As cartas precatórias são dirigidas ao tribunal distrital em cuja área jurisdicional o acto deve ser praticado.

2. Relativamente ao Supremo Tribunal de Justiça, a possibilidade decorrente do estatuído no artigo 127.º não obsta à expedição da carta, sempre que se trate de acto a realizar fora da área da cidade de Díli.

3. Quando se reconheça que o acto deve ser praticado em lugar diverso do indicado na carta, deve esta ser cumprida pelo tribunal desse lugar; para tanto, deve o tribunal, ao qual a carta foi dirigida, remetê-la ao que haja de a cumprir, comunicando o facto ao tribunal que a expediu.

Artigo 143.º

Conteúdo da carta

1. As cartas são assinadas pelo juiz ou relator e apenas contêm o que seja estritamente necessário para a realização da diligência.

2. As cartas para afixação de editais são acompanhadas destes e da respectiva cópia para nela ser lançada a certidão da afixação.

autoridade seluk atu pratika aktu prosesuál ne'ebé ezije servisu judisiáriu nia intervensaun; sei uza karta prekatória kuandu tribunál ka konsul timór maka sei halo aktu solisitadu ne'e; sei uza karta rogatória kuandu autoridade estranjeira maka sei halo aktu solisitadu ne'e.

2. Ho mandadu, tribunál haruka entidade ho subordinaun funsionál⁹⁶ ba tribunál halo aktu prosesuál.

3. Sitasaun ka notifikasaun via-postál⁹⁷ sei haruka direktamente ba interesadu destinatáriu⁹⁸.

4. Sei husu direktamente ba entidade pública ka privada atu foo informaun, haruka dokumentu ka pratika aktu ne'ebé, tuir nia natureza, la presiza servisu judisiáriu nia intervensaun; ba ida-ne'e sei uza ofísiu ka meu-komunikaun seluk.

5. Atu tranzmite mensajem no haruka ka haruka-fila karta prekatória servisu judisiáriu bele uza via-postál, telekópia no meu telemátiku, nu'udar diploma regulamentár nia previzaun; ba aktu urjente bele uza mos telegrama, telefone ka meu análogo ba tele-komunikaun seluk tan.

6. Komunikaun telefónika tenke dokumenta iha autus no tenke konfirma ho surat; ba parte sira komunikaun telefónika vale deit atu konvoka ka deskonvoka sira ba aktu prosesuál.

Artigu 142.º

Karta prekatória nia destinatáriu

1. Karta prekatória sei haruka ba tribunál distritál iha área jurisdisionál iha ne'e sei pratika aktu prosesuál.

2. Kona-ba Supremu Tribunál ba Justisa, possibilidade ne'ebé artigu 127.º foo la taka-dalan atu haruka karta hodi haruka pratika aktu iha sidade Dili nia liur.

3. Kuandu haree katak aktu rekizitadu tenke pratika iha fatin ne'ebé laós ida hakerek iha karta maibé iha fatin seluk ida, tribunál iha fatin ida seluk ne'e maka tenke kumpre karta ne'e; ba ida-ne'e, tribunál ne'ebé simu karta ne'e tenke haruka karta ne'e ba tribunál ne'ebé tenke kumpre no foo-hatene ba tribunál deprekante⁹⁹.

Artigu 143.º

Karta nia konteúdu

1. Karta tenke lori Juíz ka relatór nia asinatura no hatama deit buat ne'ebé presiza atu realiza dilijénsia rekizitada.

2. Karta atu afiksa editál tenke lori editál ne'e no editál ne'e nia kópia iha ne'ebé tenke hakerek sertidaun kona-ba afiksasaun.

Artigo 144.º
Outros elementos a anexar

Existindo nos autos algum autógrafo, ou alguma planta, desenho ou gráfico que deva ser examinado no acto da diligência pelas partes, peritos ou testemunhas, remeter-se-á com a carta esse documento ou uma reprodução fotográfica dele.

Artigo 145.º
Prazo para cumprimento das cartas

- 1.As cartas devem ser cumpridas pelo tribunal deprecado no prazo máximo de dois meses, a contar da expedição, que será notificada às partes, quando tenha por objecto a produção de prova.
- 2.Quando a diligência deva realizar-se no estrangeiro, o prazo para o cumprimento da carta é de três meses.
- 3.O juiz deprecante poderá, sempre que se mostre justificado, estabelecer prazo mais curto ou mais longo para o cumprimento das cartas ou, ouvidas as partes, prorrogar pelo tempo necessário o decorrente do número anterior, para o que colherá, mesmo officiosamente, informação sobre os motivos da demora.
- 4.Não sendo a carta tempestivamente cumprida, pode ainda o juiz determinar a comparência na audiência final de quem devia prestar depoimento, quando o repute essencial à descoberta da verdade e tal não represente sacrifício inoportável.

Artigo 146.º
Expedição das cartas

- 1.As cartas precatórias são expedidas pela secretaria.
- 2.As cartas rogatórias, seja qual for o acto a que se destinem, são expedidas pela secretaria e endereçadas directamente à autoridade ou tribunal estrangeiro, salvo tratado ou convenção em contrário.
- 3.A expedição faz-se pela via diplomática ou consular quando a rogatória se dirija a Estado que só por essa via receba cartas; se o Estado respectivo não receber cartas por via oficial, a rogatória é entregue ao interessado.
- 4.Quando deva ser expedida por via diplomática ou consular, a carta é entregue ao Ministério Público, para a remeter pelas vias competentes.

Artigo 147.º
A expedição da carta e a marcha do processo

A expedição da carta não obsta a que se prossiga nos mais termos que não dependam absolutamente da diligência requisitada; mas a discussão e julgamento da causa não podem ter lugar senão depois de apresentada a carta ou depois de ter findado o prazo do seu cumprimento.

Artigu 144.º
Elementu seluk tan atu aneksa

Kuandu iha autus iha autógrafu, planta, dezeńu ka gráfiku ne'ebé parte, peritu ka testemuña tenke ezamina iha dilijénsia, ho karta tenke haruka mos dokumentu ne'e ka nia reproduusaun fotografika.

Artigu 145.º
Prazu atu kumpre karta

1. Tribunál deprekadu tenke kumpre karta atu prodúz prova iha fulan rua nia laran, hahú iha loran ne'ebé haruka ba; tribunál deprekante tenke foo-hatene ba parte sira iha loran saa maka haruka karta ne'e.
2. Karta atu halo dilijénsia iha estranjeiru tenke kumpre iha fulan tolu nia laran.
3. Kuandu konsidera justifikadu, juíz deprekante bele estabelese prazu badak liu ka naruk liu atu kumpre karta ka, rona tiha parte sira no buka tiha, ofisiozamente, informaun kona-ba tansá demora, hanaruk prazu referidu iha número anteriór ho tempu nesesáriu.
4. Kuandu karta la hetan kumprimentu iha prazu nia laran, juíz bele mos haruka ema ne'ebé tenke foo depoimentu mai iha audiénsia finál kuandu konsidera ne'e importante atu deskobre verdade no dezlokasaun ne'e la hamosu sakrifísiu todan resin ba ema ne'e.

Artigu 146.º
Karta nia expedisaun¹⁰⁰

1. Sekretaria maka haruka karta prekatória.
2. Salvu kuandu tratadu ka konvensaun dehan buat seluk, sekretaria haruka karta rogatória, ba dilijénsia naran ida, diretamente ba autoridade ka tribunál estranjeiru.
3. Karta rogatória ne'e tenke haruka hosi via diplomátika ka konsulár ba Estadu ne'ebé simu deit hosi via ida-ne'e; kuandu Estadu respetivu la simu karta hosi via ofisiál, tenke entrega karta rogatória ne'e ba interesadu.
4. Karta atu haruka hosi via diplomátika ka konsulár tenke entrega ba Ministériu Públiku atu haruka tuir via competente.

Artigu 147.º
Karta nia expedisan no prosesu nia marxa¹⁰¹

Maski haruka karta prekatória, prosesu nia termu ne'ebé la depende hosi dilijénsia rekizitada lao daudaun; maibé kauza nia diskusaun no julgamentu la bele halo molok karta fila mai ka prazu atu kumpre karta ne'e hotu.

Artigo 148.º

Recusa legítima de cumprimento da carta precatória

1.O tribunal deprecado só pode deixar de cumprir a carta quando se verifique algum dos casos seguintes:

- a)Se não tiver competência para o acto requisitado, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 142.º;
- b)Se a requisição for para acto que a lei proíba absolutamente.

2.Quando tenha dúvidas sobre a autenticidade da carta, o tribunal pedirá ao juiz deprecante as informações de que careça, suspendendo o cumprimento até as obter.

Artigo 149.º

Recusa legítima de cumprimento da carta rogatória

O cumprimento das cartas rogatórias será recusado nos casos mencionados no n.º 1 do artigo anterior e ainda nos seguintes:

- a)Se a carta não estiver legalizada, salvo se houver sido recebida por via diplomática ou se houver tratado, convenção ou acordo que dispense a legalização;
- b)Se o acto for contrário à ordem pública timorense;
- c)Se a execução da carta for atentatória da soberania ou da segurança do Estado;
- d)Se o acto importar execução de decisão de tribunal estrangeiro sujeita a revisão e que se não mostre revista e confirmada.

Artigo 150.º

Processo de cumprimento da carta rogatória

1.As cartas rogatórias emanadas de autoridades estrangeiras são recebidas por qualquer via, salvo tratado, convenção ou acordo em contrário, competindo ao Ministério Público promover os termos das que tenham sido recebidas por via diplomática.

2.Recebida a rogatória, dar-se-á vista ao Ministério Público para opor ao cumprimento da carta o que julgue de interesse público e, em seguida, decidir-se-á se deve ser cumprida.

3.O Ministério Público pode agravar do despacho de cumprimento, seja qual for o valor da causa, e este agravo tem efeito suspensivo.

Artigo 151.º

Poder do tribunal deprecado ou rogado

1.É ao tribunal deprecado ou rogado que compete regular, de har-

Artigu 148.º
Rekuza lejítima atu kumpre¹⁰² karta prekatória

1. Iha deit kazu sira tuirmai ne'e maka tribunál deprekadu bele rekuza atu kumpre karta prekatória:

- a) Kuandu tribunál ne'e la iha kompeténsia atu pratika aktu rekizitadu, sein prejuizu ba artigu 142.º, n.º 3, nia dispozisaun;
- b) Kuandu rekizisaun ne'e husu atu pratika aktu ne'ebé lei proibe absolutamente.

2. Kuandu la hatene loos karta ne'e auténtiku duni ka lae, tribunál sei husu informasaun nesesária ba tribunál deprekante no la kumpre karta ne'e too simu informasaun ne'e.

Artigu 149.º
Rekuza lejítima atu kumpre karta rogatória

Tribunál tenke rekuza atu kumprimentu ba karta rogatória iha kazu sira referidu iha artigu anteriór nia número 1 no iha kazu sira tuirmai ne'e:

- a) Kuandu karta ne'e la iha legalizasaun, salvu kuandu simu hosi via-diplomátika ka iha tratadu, konvensaun ka akordu ne'ebé dispensa legalizasaun;
- b) Kuandu aktu ne'e hasoru orden públika timór;
- c) Kuandu karta nia ezelesaun hasoru Estadu nia soberania ka seguransa;
- d) Kuandu ho aktu ne'e sei ezelesaun tribunál estranjeiru nia desizaun ne'ebé tenke liu uluk hosi revizaun no revizaun no konfirmasaun seidak iha.

Artigu 150.º
Prosesu atu kumpre karta rogatória

1. Autoridade estranjeira nia karta rogatória bele simu hosi via naran ida, salvu kuandu tratadu, konvensaun ka akordu dehan buat seluk; Ministériu Públiku maka iha obligasaun atu promove karta ne'ebé mai hosi via diplomátika nia termus.

2. Simu tiha karta rogatória, sei halo vista ba Ministériu Públiku atu hatoo opozisaun ne'ebé interese públiku haruka hasoru nia kumprimentu no, tuir fali, si decide karta ne'e tenke kumpre ka lae.

3. Ministériu Públiku bele hatoo agravu, ho efeito suspensivu, hasoru desizaun ne'ebé haruka kumpre karta rogatória, independentemente hosi kauza nia valór.

Artigu 151.º
Tribunál deprekadu ka rogadu nia podér

1. Tribunál deprekadu ka rogadu maka iha kompeténsia atu regula,

monia com a lei, o cumprimento da carta.

2. Se na carta rogatória se pedir a observância de determinadas formalidades que não repugne m à lei timorense, dar-se-á satisfação ao pedido.

Artigo 152.º

Destino da carta depois de cumprida

Devolvida a carta, é a sua junção ao processo notificada às partes, contando-se dessa notificação os prazos que dependam do respectivo cumprimento.

Artigo 153.º

Assinatura dos mandados

Os mandados são passados em nome do juiz ou relator e assinados pelo competente funcionário da secretaria.

Artigo 154.º

Conteúdo do mandado

O mandado só contém, além da ordem do juiz, as indicações que sejam indispensáveis para o seu cumprimento.

SECÇÃO VII DAS NULIDADES DOS ACTOS

Artigo 155.º

Ineptidão da petição inicial

1. É nulo todo o processo quando for inepta a petição inicial.

2. Diz-se inepta a petição:

a) Quando falte ou seja ininteligível a indicação do pedido ou da causa de pedir;

b) Quando o pedido esteja em contradição com a causa de pedir;

c) Quando se cumulem causas de pedir ou pedidos substancialmente incompatíveis.

3. Se o réu contestar, apesar de arguir a ineptidão com fundamento na alínea a) do número anterior, não se julgará procedente a arguição quando, ouvido o autor, se verificar que o réu interpretou convenientemente a petição inicial.

4. No caso da alínea c) do n.º 2, a nulidade subsiste, ainda que um dos pedidos fique sem efeito por incompetência do tribunal ou por erro na forma do processo.

Artigo 156.º

Anulação do processado posterior à petição

tuir lei, karta nia kumprimentu.

2. Kuandu iha karta rogatória deprekante husu atu tuir formalidade¹⁰³ ne'ebé la hasoru lei timór, tenke tuir formalidade ne'e.

Artigu 152.º

Karta kumprida nia destinu

Simu tiha karta, tenke notifika parte sira katak karta ne'e tama tiha ona iha autus; prazu ne'ebé depende hosi karta ne'e nia kumprimentu kontá hahú hosi notifikasaun ne'e.

Artigu 153.º

Asinatura iha mandadu

Mandadu tenke pasa hodi juíz ka relatór nia naran no tenke lori funsionáriu competente iha sekretaria nia asinatura.

Artigu 154.º

Mandadu nia konteúdu

Iha mandadu tenke hatama deit, hamutuk ho juíz nia orden, indikasaun ne'ebé presiza duni ba nia kumprimentu.

SEKSAUN VII

AKTU PROSESUÁL NIA NULIDADE

Artigu 155.º

Ineptidaun iha petisaun inisiál

1. Petisaun inisiál nia ineptidaun hamosu nulidade ba prosesu tomak.
2. Petisaun inisiál sei konsidera inepta:
 - a) Kuandu la iha ka tribunál la bele kompreende pedidu ka kauza-de-pedír;
 - b) Kuandu pedidu iha kontradisaun ho kauza-de-pedír;
 - c) Kuandu tau hamutuk kauza-de-pedír ka pedidu sira-ne'ebé iha inkompatibilidade substansiál.
3. Kuandu reu kontesta, maske argui ineptidaun ho fundamentu iha número anteriór nia alínea a), la bele konsidera arguisaun ne'e prosedente kuandu, rona tiha autór, tribunál haree katak reu interpreta petisaun inisiál loos.
4. Iha kazu previstu iha número 2 nia alínea c), nulidade ne'e sei hamriik nafatin, maske pedidu ida lakon efeitu tanba tribunál nia inkompeténsia ka erru iha prosesu nia forma.

Artigu 156.º

Anulasaun ba prosesadu ne'ebé tuir fali petisaun

É nulo tudo o que se processe depois da petição inicial, salvando-se apenas esta:

- a) Quando o réu não tenha sido citado;
- b) Quando não tenha sido citado, logo no início do processo, o Ministério Público, nos casos em que deva intervir como parte principal.

Artigo 157.º
Quando se verifica a falta de citação

Há falta de citação:

- a) Quando o acto tenha sido completamente omitido;
- b) Quando tenha havido erro de identidade do citado;
- c) Quando se tenha empregado indevidamente a citação edital;
- d) Quando se mostre que foi efectuada depois do falecimento do citando ou da extinção deste, tratando-se de pessoa colectiva ou sociedade;

Artigo 158.º
Suprimento da nulidade de falta de citação

Se o réu ou o Ministério Público intervier no processo sem arguir logo a falta da sua citação, considera-se sanada a nulidade.

Artigo 159.º
Falta de citação no caso de pluralidade de réus

Havendo vários réus, a falta de citação de um deles tem as consequências seguintes:

- a) No caso de litisconsórcio necessário, anular-se-á tudo o que se tenha processado depois das citações;
- b) No caso de litisconsórcio voluntário, nada se anula. Mas se o processo ainda não estiver na altura de ser designado dia para a discussão e julgamento da causa, pode o autor requerer que o réu seja citado; neste caso não se realiza a discussão sem que o citado seja admitido a exercer, no processo, a actividade de que foi privado pela falta de citação oportuna.

Artigo 160.º
Nulidade da citação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 157.º é nula a citação quando não hajam sido, na sua realização, observadas as formalidades prescritas na lei.

2. O prazo para a arguição da nulidade é o que tiver sido indicado para a contestação; sendo, porém, a citação edital, ou não tendo sido indicado prazo para a defesa, a nulidade pode ser arguida quando da primeira intervenção do citado no processo.

Prosesadu tuir fali petisaun sei hetan nulidade, menus petisaun ne'e:

- a) Kuandu reu la hetan sitasaun;
- b) Kuandu, iha kazu ne'ebé tenke tama hanesan parte prinsipál, Ministériu Públiku la hetan kedas sitasaun kuandu prosesu hahú.

Artigu 157.º
Kuandu la iha sitasaun

La iha sitasaun:

- a) Kuandu la halo sitasaun;
- b) Kuandu iha erru kona-ba sitadu nia identidade;
- c) Kuandu uza sitasaun editál indevidamente;
- d) Kuandu haree katak iha altura ne'ebé halo sitasaun sitandu mate tiha ona ka, nia pesoa koletiva ka sosiedade karik, extinge tiha ona.

Artigu 158.º
Nulidade tan la iha sitasaun nia suprimentu

Kuandu reu ka Ministériu Públiku tama iha prosesu maibé la argui nulidade tan la iha sitasaun, sei konsidera nulidade ne'e sanada.

Artigu 159.º
Sitasaun nia falta kuandu iha reu barak

Kuandu iha reu barak, reu ruma la hetan sitasaun karik, sei mosu konsekuénsia sira tuirmai ne'e:

- a) Iha litiskonsórsiu nesesáriu, tenke anula prosesadu ne'ebé tuir fali sitasaun;
- b) Iha litiskonsórsiu voluntáriu, la anula buat ida. Maibé, kuandu prosesu seidak too faze atu marka lora ba diskusaun no julgamentu iha kauza, autór bele husu atu sita reu; iha kazu ne'e la bele halao diskusaun molok sitadu ne'e iha oportunidade atu ezerse, iha prosesu, atividade ne'ebé nia la ezerse tanba nia la simu sitasaun oportuna¹⁰⁴.

Artigu 160.º
Nulidade iha sitasaun

1. Sein prejuizu ba artigu 157.º nia dispozisaun, sitasaun hetan nulidade kuandu la halo tuir formalidade ne'ebé lei estabelese.
2. Nulidade iha sitasaun tenke argui iha prazu ba kontestasaun; maibé, kuandu sitasaun halo ho editál ka iha sitasaun la hatudu prazu ba defeza, sitadu bele argui nulidade iha nia intervensaun primeira iha prosesu.
3. Kuandu iha sitasaun hatudu prazu ba defeza naruk liu ida-

3. Se a irregularidade consistir em se ter indicado para a defesa prazo superior ao que a lei concede, deve a defesa ser admitida dentro do prazo indicado, a não ser que o autor tenha feito citar novamente o réu em termos regulares.

4. A arguição só é atendida se a falta cometida puder prejudicar a defesa do citado.

Artigo 161.º

Erro na forma de processo

1. O erro na forma de processo importa unicamente a anulação dos actos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem estritamente necessários para que o processo se aproxime, quanto possível, da forma estabelecida pela lei.

2. Não devem, porém, aproveitar-se os actos já praticados, se do facto resultar uma diminuição de garantias do réu.

Artigo 162.º

Falta de vista ou exame ao Ministério Público como parte acessória

1. A falta de vista ou exame ao Ministério Público, quando a lei exija a sua intervenção como parte acessória, considera-se sanada desde que a entidade a que devia prestar assistência tenha feito valer os seus direitos no processo por intermédio do seu representante.

2. Se a causa tiver corrido à revelia do Ministério Público, o processo é anulado a partir do momento em que devia ser dada vista ou facultado o exame.

Artigo 163.º

Regras gerais sobre a nulidade dos actos

1. Fora dos casos previstos nos artigos anteriores, a prática de um acto que a lei não admita, bem como a omissão de um acto ou de uma formalidade que a lei prescreva, só produzem nulidade quando a lei o declare ou quando a irregularidade cometida possa influir no exame ou na decisão da causa.

2. Quando um acto tenha de ser anulado, anular-se-ão também os termos subsequentes que dele dependam absolutamente. A nulidade de uma parte do acto não prejudica as outras partes que dela sejam independentes.

3. Se o vício de que o acto sofre impedir a produção de determinado efeito, não se têm como necessariamente prejudicados os efeitos para cuja produção o acto se mostre idóneo.

Artigo 164.º

Nulidades de conhecimento oficioso

ne'ebé lei foo, tenke simu defeza ne'ebé tama iha prazu ne'ebé hatudu tiha ona nia laran, salvu kuandu, tuir autór nia rekerimentu, reu hetan fali sitasaun tuir lei.

4. Tribunál simu arguisaun kuandu haree katak sala ne'e bele prejudika sitadu nia defeza.

Artigu 161.º

Erru iha prosesu nia forma

1. Erru iha prosesu nia forma foo-fatim atu anula deit aktu sira-ne'ebé la bele aproveita; tenke pratika fali deit aktu sira-ne'ebé prezisa halo duni ba prosesu atu hakbesik-án, conforme bele, ba forma ne'ebé lei estabelese.

2. La bele aproveita aktu ne'ebé halo tiha ona kuandu aproveitamentu ne'e bele hamenus reu nia garantia.

Artigu 162.º

Falta iha vista ka ezame ba Ministériu Públiku hanesan parte asesória

1. Falta iha vista ka ezame ba Ministériu Públiku, kuandu lei haruka Ministériu Públiku tama hanesan parte asesória, sei konsidera sanada kuandu ema ne'ebé Ministériu Públiku tenke foo asixténsia ezerse nia direitu iha prosesu ho nia representante.

2. Kuandu aksaun lao ho Ministériu Públiku nia revelia, tenke anula prosesu hahú iha momentu ne'ebé devia foo vista ka ezame ba Ministériu Públiku.

Artigu 163.º

Regra jerál kona-ba aktu nia nulidade

1. Iha kazu ne'ebé la tama iha artigu anteriór sira nia previzaun, kuandu pratika aktu ne'ebé lei la admite ka la pratika aktu ka la tuir formalidade ne'ebé lei estabelese, nulidade sei mosu deit kuandu lei dehan ka kuandu irregularidade kometida bele iha influénsia iha kauza nia ezame ka desizaun.

2. Kuandu tenke anula aktu ida tenke anula mos termu subsekuente ne'ebé depende absolutamente hosi aktu ne'e. Nulidade iha aktu ida nia baluk deit la prejudika baluk sira seluk ne'ebé la depende hosi baluk ida-ne'e.

3. Kuandu aktu nia vísiu taka-dalan ba deit efeitu balu atu mosu, efeitu sira-ne'ebé aktu bele prodúz sei moris nafatin.

Artigu 164.º

Nulidade ho koñesimentu ofisiozu

1.O tribunal conhece oficiosamente das nulidades previstas nos artigos 155.º e 156.º, na segunda parte do n.º 2 do artigo 160.º e nos artigos 161.º e 162.º, a não ser que devam considerar-se sanadas.

2.As demais nulidades, salvo disposição legal em contrário, só podem ser conhecidas sobre reclamação dos interessados.

Artigo 165.º

Quem pode invocar e a quem é vedada a arguição da nulidade

1.Forá dos casos previstos no artigo anterior, a nulidade só pode ser invocada pelo interessado na observância da formalidade ou na repetição ou eliminação do acto.

2.Não pode arguir a nulidade a parte que lhe deu causa ou que, expressa ou tacitamente, renunciou à arguição.

Artigo 166.º

Prazo para arguição das nulidades principais

1.As nulidades previstas nos artigos 155.º e 161.º só podem ser arguidas até à contestação ou neste articulado.

2.As nulidades previstas nos artigos 156.º e 162.º podem ser arguidas em qualquer estado do processo, enquanto não devam considerar-se sanadas.

Artigo 167.º

Regra geral sobre o prazo da arguição

1.Quanto às outras nulidades, se a parte estiver presente, por si ou por mandatário, no momento em que forem cometidas, podem ser arguidas enquanto o acto não terminar; se não estiver, o prazo para a arguição conta-se do dia em que, depois de cometida a nulidade, a parte interveio em algum acto praticado no processo ou foi notificada para qualquer termo dele, mas neste último caso só quando deva presumir-se que então tomou conhecimento da nulidade ou quando dela pudesse conhecer, agindo com a devida diligência.

2.Arguida ou notada a irregularidade durante a prática de acto a que o juiz presida, deve este tomar as providências necessárias para que a lei seja cumprida.

3.Se o processo for expedido em recurso antes de findar o prazo marcado neste artigo, pode a arguição ser feita perante o Supremo Tribunal de Justiça, contando-se o prazo desde a distribuição.

Artigo 168.º

Quando deve o tribunal conhecer das nulidades

1. Tribunál koñese ofisiozamente nulidade sira previstu iha artigu 155.º no 156.º, artigu 160.º, n.º 2, no artigu 161.º no 162.º, salvu kuandu tenke konsidera nulidade ne'e sanada.
2. Salvu dispozisaun seluk, nulidade sira seluk tribunál bele koñese deit kuandu interesadu ruma apresenta reklamasau hasoru.

Artigu 165.º
Se maka bele argui nulidade

1. Iha kazu ne'ebé la tama iha artigu anteriór nia previzaun, ema ne'ebé iha interese atu tuir formalidade ka atu repete ka elimina aktu ne'e maka bele invoka nulidade.
2. Ema ne'ebé hamosu nulidade ka renuncia tiha ona, espresa ka tasitamente, ba arguisaun ne'e la bele argui nulidade ne'e.

Artigu 166.º
Prazu atu argui nulidade prinsipál

1. Nulidade sira prevista iha artigu 155.º no 161.º bele hasoru arguisaun deit too kontestasaun ka iha kontestasaun nia laran.
2. Nulidade sira prevista iha artigu 156.º no 162.º bele hasoru arguisaun iha prosesu nia faze naran ida, enkuantu seidak bele konsidera sanada.

Artigu 167.º
Regra jerál ba prazu atu argui nulidade

1. Kona-ba nulidade sira seluk, parte ne'ebé nia rasik ka nia mandatáriu tama iha aktu prosesuál iha momentu ne'ebé nulidade mosu tenke argui nulidade ne'e molok aktu ne'e hotu; ba parte ne'ebé la tama iha aktu ne'e, prazu atu argui nulidade hahú iha loron ne'ebé, mosu tiha nulidade ne'e, nia tama iha aktu ruma pratikadu iha prosesu ka hetan notifikasaun ba prosesu nia termus ruma, maibé, iha kazu ida ikus ne'e, kuandu ita tenke presume katak iha altura ne'e nia koñese nulidade ne'e ka kuandu, nia iha kuidadu nesesáriu karik, nia bele koñese nulidade ne'e.
2. Hetan tiha arguisaun ka hatene tiha katak irregularidade ruma mosu kuandu pratika daudaun aktu prosesuál, júz ne'ebé prezide aktu ne'e tenke hola medida nesesária atu halo tuir lei.
3. Kuandu autus sae ba rekursu molok prazu markadu iha artigu ida-ne'e hotu, bele halo arguisaun iha Supremu Tribunál ba Justisa, no prazu hahú iha momentu ne'ebé halo distribuissau.

Artigu 168.º
Kuandu tribunál tenke koñese nulidade

1.O juiz conhece das nulidades previstas no artigo 156.º, na segunda parte do n.º 2 do artigo 160.º e no artigo 162.º logo que delas se aperceba, podendo suscitá-las em qualquer estado do processo, enquanto não devam considerar-se sanadas.

2.As nulidades a que se referem os artigos 157.º e 161.º são apreciadas no despacho saneador, se antes o juiz as não houver apreciado. Se não houver despacho saneador, pode conhecer delas até à sentença final.

3.As outras nulidades devem ser apreciadas logo que sejam reclamadas.

Artigo 169.º

Regras gerais sobre o julgamento

A arguição de qualquer nulidade pode ser indeferida, mas não pode ser deferida sem prévia audiência da parte contrária, salvo caso de manifesta desnecessidade.

Artigo 170.º

Não renovação do acto nulo

O acto nulo não pode ser renovado se já expirou o prazo dentro do qual devia ser praticado; exceptua-se o caso de a renovação aproveitar a quem não tenha responsabilidade na nulidade cometida.

SECÇÃO VIII

DOS ACTOS DE DISTRIBUIÇÃO

SUBSECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 171.º

Fim da distribuição

A distribuição visa repartir com igualdade e impessoalidade o serviço do tribunal.

Artigo 172.º

Falta ou irregularidade da distribuição

1.A falta ou irregularidade da distribuição não produz nulidade de nenhum acto do processo, mas pode ser reclamada por qualquer interessado ou suprida oficiosamente até à decisão final.

2.As divergências que se suscitarem entre juizes do mesmo tribunal distrital sobre a designação do juiz ao qual o processo há-de ser afecto são resolvidas pelo

3.Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, observando-se

1. Juíz koñese kedas nulidade prevista iha artigu 156.º, artigu 162.º, n.º 2, parte segunda, no artigu 162.º kuandu haree katak nulidade ne'e iha; bele suxita nulidade sira-ne'e iha prosesu nia faze naran ida, enkuantu la bele konsidera nulidade sira-ne'e sanada.
2. Juíz tenke koñese nulidade sira referida iha artigu 157.º no 161.º iha despaxu saneadór kuandu la koñese antes. Kuandu la iha despaxu saneadór, bele koñese nulidade sira-ne'e too sentensa finál.
3. Juíz tenke koñese nulidade sira seluk kuandu iha reklamasau.

Artigu 169.º
Regra jerál kona-ba julgamentu

Juíz bele indifere arguisaun hasoru nulidade, maibé la bele defere arguisaun ne'e molok rona parte kontrária, salvu kuandu haree katak la presiza duni rona parte ne'e.

Artigu 170.º
La renovasaun ba aktu nulu

La bele renova aktu nulu kuandu prazu atu pratika aktu ne'e hotu tiha ona, salvu kuandu renovasaun ne'e hamosu vantajem ba ema ne'ebé la iha responsabilidade ba nulidade ne'e.

SEKSAUN VIII
DISTRIBUISAUN

SUBSEKSAUN I
DIPOZISAUN JERÁL

Artigu 171.º
Distribuisaun nia fim

Ho distribuisaun sei fahe servisu iha tribunál ho igualdade no impesoalidade.

Artigu 172.º
Falta ka irregularidade iha distribuisaun

1. Falta ka irregularidade iha distribuisaun la hamosu nulidade ba aktu prosesuál, maibé bele hasoru reklamasau hosi interesadu naran ida ka hetan suprimentu¹⁰⁵ ofisiozu too desizaun finál.
2. Supremu Tribunál nia Prezidente mak rezolve, tuir prosesu hanesan ho ida-ne'ebé artigu 81.º no seguinte sira estabese, diverjensia¹⁰⁶ entre juíz sira iha tribunál distritál ida nia laran

processo semelhante ao estabelecido nos artigos 81.º e seguintes.

SUBSECÇÃO II DISTRIBUIÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

Artigo 173.º

Papéis sujeitos a distribuição na primeira instância

1. Estão sujeitos a distribuição na primeira instância:
 - a) Os papéis que importem começo de causa, salvo se esta for dependência de outra já distribuída;
 - b) Os papéis que venham de outro tribunal, com excepção das cartas precatórias, mandados, ofícios ou telegramas, para simples citação, notificação ou afixação de editais.
2. As causas que por lei ou por despacho devam considerar-se dependentes de outras são apensadas àquelas de que dependerem.

Artigo 174.º

Actos que não dependem de distribuição

Não dependem de distribuição as notificações avulsas, as arrecadações, os actos preparatórios, os procedimentos cautelares e quaisquer diligências urgentes feitas antes de começar a causa ou antes da citação do réu.

Artigo 175.º

Condições necessárias para a distribuição

1. Nenhum papel é admitido à distribuição sem que contenha todos os requisitos externos exigidos por lei.
2. Se o distribuidor tiver dúvidas em distribuir algum papel, deve apresentá-lo, com informação escrita, ao juiz que preside à distribuição. Este lançará logo nele despacho, admitindo-o ou recusando-o.

Artigo 176.º

Dias e horas em que se faz a distribuição

1. A distribuição é feita às segundas-feiras e quintas-feiras, pelas 14 horas, sob a presidência do juiz do tribunal distrital ou de turno, e abrange unicamente os papéis entrados até às dez horas desses dias, no tribunal distrital de Díli, ou até às doze horas, nos restantes tribunais, sendo o distribuidor auxiliado pelos funcionários da secretaria que o juiz designar.
2. Quando as segundas-feiras ou quintas-feiras sejam dias feriados, a distribuição realiza-se no primeiro dia útil seguinte.

kona-ba juíz ida-ne'ebé mak tenke kaer prosesu.

SUBSEKSAUN II DISTRIBUISAUN IHA INSTÁNSIA PRIMEIRA

Artigu 173.º

Papél ne'ebé tenke distribui iha instánsia primeira

1. Iha instánsia primeira tenke tama iha distribuisaun:
 - a) Papél ne'ebé hahú kauza ruma, salvu kuandu kauza ne'ebé depende hosi kauza seluk ne'ebé distribui tiha ona;
 - b) Papél ne'ebé mai hosi tribunál seluk, salvu karta prekatória, mandadu, ofísiu ka telegrama, ba sitasaun, notifikasaun ka editál nia afiksasaun.
2. Kauza ne'ebé, tuir lei ka despaxu, tenke depende hosi kauza seluk tenke apensa ba kauza ne'ebé nia depende ba.

Artigu 174.º

Aktu ne'ebé la depende ba distribuisaun

La tama iha distribuisaun notifikasaun avulsa, arekadasaun, aktu preparatóriu, prosedimentu kautelár no dilijénsia urjente atu halo molok kauza komesa ka molok reu hetan sitasaun.

Artigu 175.º

Kondisaun ba distribuisaun

1. Papél sira-ne'ebé tuir rekizitu esternu ne'ebé lei ezije maka bele tama iha distribuisaun.
2. Kuandu distribuidór iha dúvida atu distribui papél ruma, tenke apresenta surat ne'e ba juíz ne'ebé prezide distribuisaun, ho informasaun eskrita. Juíz sei tau despaxu iha papél ne'e atu admite ka rekuza papél ne'e.

Artigu 176.º

Loron no oras atu halo distribuisaun

1. Distribuisaun sei halo iha segunda-feira no quarta-feira, tuku rua loraik, ho juíz iha tribunál distritál ka juíz iha turnu nia prezidénsia; iha distribuisaun sei tama deit papél ne'ebé tama iha tribunál distritál iha Dili too tuku sanulu dadér, ka too tuku sanulu resin-rua iha tribunál distritál sira seluk; distribuidór sei hetan apoiu hosi funsionáriu ne'ebé juíz nomeia.
2. Kuandu segunda-feira ka quarta-feira monu iha loron feriadu distribuisaun sei halo iha loron util ida tuir fali.

Artigo 177.º
Classificação e numeração dos papéis

1.O distribuidor começará por fazer a classificação dos papéis que houver a distribuir, escrevendo em cada um deles, por extenso, a espécie a que pertence e o número de ordem que lhe corresponde, quando dentro da mesma espécie haja mais do que um papel.

2.As dúvidas sobre a classificação dos papéis são logo resolvidas verbalmente pelo juiz que preside à distribuição.

Artigo 178.º
Classificação e numeração dos papéis e sorteio

1.Classificados e numerados os papéis, procede-se a sorteio mediante a extracção de uma esfera de uma urna em que tenham entrado esferas com os números correspondentes aos papéis da espécie.

2.Apurado o número do papel, este é atribuído à secção que na espécie figure em primeiro lugar por preencher no livro escala de distribuição, atribuindo-se os restantes papéis por ordem de numeração das secções até à última e voltando-se à primeira secção até se completar a distribuição de papéis da espécie.

3.Feita a distribuição de uma espécie, o juiz trancará no livro escala as secções a que tiverem sido atribuídos os papéis, devendo, porém, rubricar o espaço reservado à secção a que tiver sido atribuído o último papel.

Artigo 179.º
Sorteio no caso de haver um único papel de alguma espécie

1.Quando apareça um único papel de alguma espécie, procede-se a sorteio mediante a extracção de uma esfera da urna, na qual tenham entrado esferas com os números das secções que estejam por preencher na respectiva espécie, devendo o juiz rubricar no livro escala o espaço reservado à secção a que tiver sido atribuído esse papel.

2.Nas distribuições subsequentes com mais de um papel observar-se-á o disposto no artigo anterior, mas não será atribuído qualquer papel à secção sorteada nos termos do número antecedente.

3.Quando apareça um único papel de alguma espécie e haja apenas uma secção por preencher, procede-se como se determina nos números anteriores, mas no sorteio previsto no n.º 1 entram todas as secções.

Artigo 180.º
Assento do resultado

Para atribuição dos papéis nos termos indicados nos n.ºs 1 e 2 do

Artigu 177.º
Papél nia numerasaun no klasifikasaun

1. Distribuidór sei klasifika papél ne'ebé atu distribui, hakerek iha ida-idak nia espésie no, kuandu iha papél barak iha espésie ne'e, nia número tuir orden.
2. Juíz ne'ebé prezide distribuisaun sei rezolve kedas, oralmente, dúvida ne'ebé mosu kona-ba papél nia klasifikasaun.

Artigu 178.º
Klasifikasaun no numerasaun iha papél no sorteiu

1. Atu halo distribuisaun ba papél, ne'ebé klasifika no numera tiha ona, sei hasai esfera ida hosi urna iha ne'ebé hatama tiha ona esfera hira conforme papél iha espésie atu distribui ne'e hira.
2. Hatene tiha papél nia número, sei atribui papél ne'e ba seksaun ne'ebé, tuir eskala iha livru, hein hela atu simu primeiru iha espésie ne'e; papél sira seluk sei atribui ba seksaun sira seluk, tuir orden ne'e, no fila-fali ba seksaun primeira too fahe papél sira iha espésie ne'e hotu.
3. Halo tiha distribuisaun iha espésie ida, juíz sei tranka iha livru eskala seksaun sira-ne'ebé simu papél iha distribuisaun ne'e no tau nia rúbrika iha espasu rezervadu ba seksaun ne'ebé simu papél ida ikus.

Artigu 179.º
Sorteiu kuandu iha papél ida deit iha espésie ida

1. Kuandu iha papél ida deit iha espésie ida, atu halo sorteiu, sei hasai esfera ida hosi urna iha ne'ebé hatama tiha ona esfera hira conforme seksaun ne'ebé atu preenxe iha espésie ida-ne'e hira; juíz sei tau nia rúbrika iha espasu rezervadu ba seksaun ne'ebé simu papél ne'e.
2. Iha distribuisaun subsekuente¹⁰⁷ ho papél barak tenke tuir artigu anteriór nia dispozisaun, maibé la bele atribui papél ba seksaun ne'ebé simu ona papél iha distribuisaun nu'udar número anteriór.
3. Kuandu iha espésie ida iha papél ida deit no iha deit seksaun ida atu preenxe, tenke halo tuir número anteriór sira, maibé iha sorteiu previstu iha n.º 1 seksaun hotu-hotu tenke tama iha sorteiu.

Artigu 180.º
Rezultadu nia asentu

Atu atribui papél nu'udar artigu 178.º nia número 1 no 2, distribuidór

artigo 178.º, o distribuidor escreverá nos papéis, sob a orientação do juiz, o número da secção a que cada um tiver cabido, datando e rubricando a respectiva cota.

Artigo 181.º **Assinatura e publicação**

1. Distribuídos os papéis de uma espécie, procede-se semelhantemente à distribuição dos papéis das espécies seguintes.
2. Terminada a distribuição em todas as espécies, procede-se à publicação do seu resultado por meio de uma pauta afixada na porta do tribunal, com especificação das secções e das partes. Na mesma pauta é publicada a recusa de qualquer papel, com indicação das partes a que respeite.

Artigo 182.º **Registo**

A distribuição é registada pelo distribuidor no livro respectivo e os chefes de secção assinam no próprio livro o recibo da entrega dos papéis que lhes tiverem tocado, sem o que subsiste a responsabilidade do distribuidor por esses papéis.

Artigo 183.º **Erro na distribuição**

O erro da distribuição é corrigido pela forma seguinte:
a) Quando afecte a designação do juiz, nos tribunais distritais em que haja mais do que um, faz-se nova distribuição e dá-se baixa da anterior;
b) Nos outros casos, o processo continua a correr na mesma secção, carregando-se na espécie competente e descarregando-se da espécie em que estava.

Artigo 184.º **Rectificação da distribuição**

O disposto no artigo anterior é igualmente aplicável ao caso de sobrevirem circunstâncias que determinem alteração da espécie do papel distribuído.

Artigo 185.º **Espécies na distribuição em primeira instância**

Na distribuição há as seguintes espécies:

- 1.º- Acções de processo comum;
- 2.º- Acções de processo especial;

sei hakerek iha papél ida-idak, tuir juíz nia orientasaun, seksaun ne'ebé papél ne'e monu ba nia número, no tau data ho nia rúbrika iha kota¹⁰⁸ respetiva.

Artigu 181.º **Asinatura no publikasaun**

1. Distribui tiha papél iha espésie ida, sei halo distribuisaun mos ba espésie sira seluk tuir regra hanesan.
2. Halo tiha distribuisaun ba espésie hotu-hotu, sei publika distribuisaun nia rezultadu iha pauta, hatudu ho seksaun no parte sira nia naran; pauta ne'e sei taka iha tribunál nia odamatan.

Artigu 182.º **Rejistu**

Distribuidór sei rejista distribuisaun iha livru respetivu, no seksaun nia xefe sei asina iha livru ne'e resibu kona-ba papél ne'ebé atribui ba seksaun ne'e; too asinatura ne'e, distribuidór maka kaer responsabilidade kona-ba papél sira-ne'e.

Artigu 183.º **Erru iha distribuisaun**

Erru iha distribuisaun sei korrije¹⁰⁹ hanesan tuirmai ne'e:

- a) Atu korrije erru kona-ba juíz ne'ebé prosesu fahe ba, iha tribunál distritál ne'ebé la iha juíz ida deit, sei halo fali distribuisaun foun no foo-baixa ba distribuisaun anteriór;
- b) Iha kazu sira seluk, prosesu lao nafatin iha seksaun ne'ebé simu prosesu ne'e, maibé tenke karrega fali iha espésie respetiva no deskarega iha espésie iha ne'ebé prosesu ne'e tama-sala.

Artigu 184.º **Retifikasaun iha distribuisaun**

Artigu anteriór nia dispozisaun aplika mos iha kazu ne'ebé sirkunstánsia ruma mai altera papél distribuidu¹¹⁰ nia espésie.

Artigu 185.º **Espésie ba distribuisaun iha instánsia primeira**

Iha instánsia primeira iha espésie ba distribuisaun sira-ne'e:

- 1.º Aksaun tuir prosesu komúm;
- 2.º Aksaun tuir prosesu espesiál;
- 3.º Aksaun tuir prosesu ba ezelesaun;

- 3.º- Acções de processo de execução;
- 4.º- Inventários;
- 5.º- Cartas precatórias, salvo as previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 173.º, e cartas rogatórias;
- 6.º- Recursos de decisões de autoridades administrativas;
- 7.º- Quaisquer outros papéis ou processos não classificados.

SUBSECÇÃO III DISTRIBUIÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Artigo 186.º

Quando e como se faz a distribuição no Supremo Tribunal de Justiça

- 1.No Supremo Tribunal de Justiça, os papéis são distribuídos na primeira sessão seguinte ao recebimento ou apresentação.
- 2.A distribuição é feita, com intervenção do Presidente ou do juiz de turno e do administrador judicial, na presença dos juizes e dos funcionários da secretaria, conforme determinação do Presidente.
- 3.O Presidente designa, por turno, em cada mês, o juiz que há-de intervir na distribuição. O administrador judicial classifica e numera os papéis que houver a distribuir e, se tiver dúvidas sobre a classificação de algum, são estas logo resolvidas verbalmente pelo juiz de turno.
- 4.Quando tiver havido erro na distribuição, o processo é distribuído novamente, aproveitando-se, porém, os vistos que já tiver. Mas se o erro derivar da classificação do processo, é este carregado ao mesmo relator na espécie devida, descarregando-se daquela em que estava indevidamente.

Artigo 187.º

Espécies na distribuição no Supremo Tribunal de Justiça

No Supremo Tribunal de Justiça há as seguintes espécies:

- 1.º- Recursos de decisão final em matéria civil;
- 2.º- Agravos;
- 3.º- Recursos em processo penal;
- 4.º- Conflitos e revisão de sentenças de tribunais estrangeiros;
- 5.º- Causas de que o Tribunal conhece em única instância;
- 6.º- Quaisquer outros papéis ou processos não classificados.

Artigo 188.º

Como se faz a distribuição

- 1.Na distribuição atende-se à ordem de precedência dos juizes, como se houvesse uma só secção.
- 2.Numerados os papéis de cada espécie, entram numa urna as

- 4.º Inventáriu;
- 5.º Karta prekatória, salvu sira previstu iha artigu 173.º, n.º 1, alínea b), no karta roгатória;
- 6.º Rekursu hasoru autoridade administrativa nia desizaun;
- 7.º Papél seluk tan ka prosesu ne'ebé la iha klasifikasaun.

SEKSAUN III DISTRIBUISAUN IHA SUPREMU TRIBUNÁL BA JUSTISA

Artigu 186.º

Kuandu no oinsá halo distribuisaun iha Supremo Tribunál ba Justisa

1. Iha Supremo Tribunál ba Justisa papél sei distribui iha sesaun primeira ne'ebé tuir fali resebimentu ka apresentasaun.
2. Distribuisaun sei halo ho Prezidente ka juíz iha turnu no administradór judisiál nia intervensaun, iha juíz no funsionáriu iha sekretaria sira nia prezensa, conforme Prezidente haruka.
3. Prezidente hatudu, tuir turnu, iha fulan ida-idak, juíz ne'ebé tenke tama iha distribuisaun. Administradór judisiál klasifika no enumera papél ne'ebé atu distribui; juíz iha turnu sei rezolve kedas, verbalmente, dúvida kona-ba papél ruma nia distribuisaun.
4. Kuandu iha erru iha prosesu ruma nia distribuisaun tenke distribui fila-fali prosesu ne'e, maibé sei aproveita nafatin vistu ne'ebé halo tiha ona. Kuandu iha erru kona-ba prosesu ida nia klasifikasaun, prosesu ne'e sei karrega nafatin ba relatór ne'ebé simu tiha ona prosesu ne'e, iha espésie devida, no deskarga tiha hosi espésie ne'ebé prosesu ne'e tama sala.

Artigu 187.º

Espésie ba distribuisaun iha Supremo Tribunál ba Justisa

Iha Supremo Tribunál ba Justisa iha espésie ba distribuisaun sira-ne'e:

- 1.º Rekursu hasoru desizaun finál iha matéria sivil;
- 2.º Agravu;
- 3.º Rekursu iha prosesu penál;
- 4.º Konflitu no revizaun ba tribunál estranjeiru nia sentensa;
- 5.º Kauza ne'ebé tribunál koñese iha instánsia únika;
- 6.º Papél ka prosesu seluk tan ne'ebé la iha klasifikasaun.

Artigu 188.º

Oinsá halo distribuisaun

1. Iha distribuisaun sei tuir juíz sira nia orden iha presedénsia, hanesan iha seksaun ida deit.
2. Numera tiha papél sira iha espésie ida-idak, tenke hatama iha urna

esferas de números correspondentes aos daqueles que haja para distribuir na espécie mais baixa. O Presidente ou o juiz de turno, tirando-as uma a uma, lê em voz alta o número que sair; o administrador judicial diz em voz alta o apelido do juiz a quem couber, segundo a sua ordem, e escreve no rosto do processo o mesmo apelido, lavrando no livro competente o respectivo assento, o mesmo se praticando sucessivamente nas espécies imediatas.

3. Havendo em qualquer espécie um só processo para distribuir, entram na urna quatro esferas com os números correspondentes aos quatro primeiros juizes a preencher nessa espécie e o número que sair designa o juiz a quem o processo fica distribuído.

4. O juiz de turno toma nota dos números que forem saindo e revê o livro da distribuição, que o administrador judicial lhe apresentará, com os processos ou papéis, finda que seja a distribuição.

Artigo 189.º **Segunda distribuição**

1. Se no acto da distribuição constar que está impedido o juiz a quem o processo foi distribuído, é logo feita segunda distribuição na mesma escala. O mesmo se observará se mais tarde o relator ficar impedido ou deixar de pertencer ao Tribunal.

2. Se o impedimento for temporário e cessar antes do julgamento, dá-se baixa da segunda distribuição, voltando a ser relator do processo o primeiro designado e ficando o segundo para ser preenchido em primeira distribuição; se o impedimento se tornar definitivo, subsiste a segunda distribuição.

CAPÍTULO V **DAS CITAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

SECÇÃO I **DISPOSIÇÕES COMUNS**

Artigo 190.º **Funções da citação e da notificação**

1. A citação é o acto pelo qual se dá conhecimento ao réu de que foi proposta contra ele determinada acção e se chama ao processo para se defender. Emprega-se ainda para chamar pela primeira vez ao processo alguma pessoa interessada na causa.

2. A notificação serve para, em quaisquer outros casos, chamar alguém a júizo ou dar conhecimento de um facto.

ida esfera ho kuantidade hanesan ho papél sira-ne'ebé atu dsitribui iha espésie ne'ebé kiik liu. Prezidente ka juíz iha turnu hasai esfera ida dala ida no lee número ne'ebé sai; administradór judisiál dehan ho lian maka'as juíz ne'ebé, tuir nia orden, papél ne'e atribui ba nia apelidu, no hakerek apelidu ne'e iha autus nia rostu no hakerek iha livru respetivu; sei halo mos hanesan ne'e atu distribui espésie sira seluk.

3. Kuandu iha espésie ida iha prosesu ida deit, tenke hatama iha urna esfera haat ho número korrespondente ba juíz haat primeiru ne'ebé atu preenxe iha espésie ne'e, no número ne'ebé sai maka hatudu juíz ne'ebé prosesu ne'e distribui ba.

4. Juíz iha turnu hakerek número sira-ne'ebé sai no, hotu tiha distribuisaun, haree fila-fali livru ba distribuisaun, ne'ebé, administradór judisiál apresenta ba nia, ho prosesu ka papél.

Artigu 189.º **Distribuisaun segunda**

1. Kuandu iha distribuisaun haree katak juíz ida iha impedimentu atu kaer prosesu ne'ebé distribui ba nia, tenke halo kedas fali distribuisaun segunda iha eskala ida-ne'e nafatin. Sei halo mos nune'e kuandu, liu tiha, relatór hetan impedimentu ka sai hosi Tribunál.

2. Kuandu impedimentu ne'e temporáriu no hotu molok halo julgamentu, sei foo baixa ba distribuisaun segunda ne'e no juíz dezinadu iha distribuisaun primeiru maka sai relatór iha prosesu ne'e; juíz ne'ebé hetan prosesu iha distribuisaun segunda sei preenxe fali iha distribuisaun ne'ebé tuir fali; kuandu impedimentu ne'e sai definitivu, distribuisaun segunda maka hamriik.

KAPÍTULU V **SITASAUN NO NOTIFIKASAUN**

SEKSAUN I **DISPOZISAUN KOMÚM**

Artigu 190.º **Sitasaun no notifikasaun nia funsaun**

1. Aktu prosesuál hodi foo-hatene ba reu katak ema ida hatama aksaun ida hasoru nia no bolu reu ne'e mai defende-án iha prosesu naran sitasaun. Sei uza mos sitasaun atu bolu, iha primeira vez, ema interesadu ruma mai tama iha prosesu. Sei uza mos sitasaun atu bolu, iha primeira vez, ema interesadu ruma mai tama iha prosesu.

2. Aktu prosesuál hodi, iha kazu sira seluk, bolu ema ruma mai tribunál ka foo-hatene faktu ruma ba ema ruma naran notifikasaun.

3.A citação e as notificações são sempre acompanhadas de todos os elementos e de cópias legíveis dos documentos e peças do processo necessários à plena compreensão do seu objecto.

Artigo 191.º
Necessidade de despacho prévio

1.A citação e a notificação avulsa não podem efectuar-se sem preceder despacho que as ordene.

2.A notificação relativa a processo pendente deve considerar-se consequência necessária do despacho que designa dia para qualquer acto em que devam comparecer determinadas pessoas ou a que as partes tenham o direito de assistir; devem também ser notificados, sem necessidade de ordem expressa, as sentenças e os despachos que a lei mande notificar e todos os que possam causar prejuízo às partes.

3.Cumpra ainda à secretaria notificar oficiosamente as partes quando, por virtude da disposição legal, possam responder a requerimentos, oferecer provas ou, de um modo geral, exercer algum direito processual que não dependa de prazo a fixar pelo juiz nem de prévia citação.

Artigo 192.º
Citação ou notificação dos agentes diplomáticos

Com os agentes diplomáticos observar-se-á o que estiver estipulado nos tratados e, na falta de estipulação, o princípio da reciprocidade.

Artigo 193.º
Citação ou notificação de incapazes e pessoas colectivas

1.Os incapazes, os incertos, as pessoas colectivas, as sociedades e os patrimónios autónomos são citados ou notificados na pessoa dos seus legais representantes, sem prejuízo do disposto no artigo 18.º.

2.Quando a representação pertença a mais de uma pessoa, ainda que cumulativamente, basta que seja citada ou notificada uma delas, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º n.ºs 2 e 3.

3.As pessoas colectivas e as sociedades consideram-se ainda pessoalmente citadas ou notificadas na pessoa de qualquer empregado que se encontre na sede ou local onde funciona normalmente a administração.

Artigo 194.º
Momento e lugar da citação ou da notificação

1.Ninguém pode ser citado ou notificado no dia do casamento, no dia

3. Ho sitasaun no notifikasaun sei entrega mos elementu no kópia lejivel kona-ba dokumentu no pesa prosesuál nesesáriu ba nia atu komprende didiak aktu ne'e nia objetu.

Artigu 191.º **Despaxu préviu**

1. Kuandu despaxu haruka maka bele halo sitasaun no notifikasaun avulsa¹¹¹.
2. Notifikasaun kona-ba prosesu pendente tenke konsidera hanesan konsekuénsia ne'ebé mai hosi despaxu ne'ebé marka lora ba aktu iha ne'ebé ema determinada tenke tama ka parte sira iha direitu atu assiste; maske la iha orden espresa, tenke halo mos notifikasaun, kona-ba sentensa no despaxu ne'ebé lei haruka notifika no ne'ebé bele prejudika parte sira.
3. Sekretaria tenke notifika ofisiozamente parte sira kuandu, tuir dispozisaun legál, sira bele foo resposta ba rekerimentu, ofere se prova ka ezerse direitu prosesuál ne'ebé la depende hosi prazu judisiál¹¹² ka hosi sitasaun prévia¹¹³.

Artigu 192.º **Sitasaun ka notifikasaun ba ajente diplomátiku**

Sitasaun no notifikasaun ba ajente diplomátiku tenke halo tuir regra ne'ebé tratadu estabelese no, la iha regra ne'e karik, tuir prinsípiu resiprosidade¹¹⁴.

Artigu 193.º **Sitasaun ka notifikasaun ba inkapáz no pesoa koletiva**

1. Sitasaun ba inkapáz, insertu, pesoa koletiva, sosiedade no patrimóniu autónomu tenke halo ba sira nia representante legál, sein prejuizu ba artigu 18.º nia dispozisaun.
2. Kuandu ema barak maka representa, maski kumulativamente, entidade sira referida iha número anteriór, sitasaun ka notifikasaun ne'ebé halo ba representante sira-ne'e ida deit too ona, sein prejuizu ba artigu 15.º, número 2 no 3.
3. Sitasaun ka notifikasaun ne'ebé halo iha ba pesoa koletiva ka sosiedade nia empregadu iha pesoa ka sosiedade ne'e nia sede ka iha fatin ne'ebé pesoa ka sosiedade ne'e nia administrasaun funciona normalmente vale hanesan sitasaun pesoál ba pesoa koletiva ka sosiedade ne'e.

Artigu 194.º **Momentu no fatin atu halo sitasaun ka notifikasaun**

1. La bele sita ka notifika ema ida iha lora ne'ebé ema-ne'e kaben,

do falecimento do seu cônjuge, pai, mãe ou filho, nem nos oito dias seguintes. Tendo falecido qualquer outro ascendente ou descendente, um irmão, ou afim nos mesmos graus em que estão os parentes designados neste artigo, a proibição abrange o dia do falecimento e os cinco seguintes.

2.A citação e as notificações podem efectuar-se em qualquer lugar onde seja encontrado o destinatário do acto, designadamente, quando se trate de pessoas singulares, na sua residência ou local de trabalho.

3.Ninguém pode ser citado ou notificado dentro de templos ou enquanto estiver ocupado em acto de serviço público que não deva ser interrompido.

SECÇÃO II CITAÇÃO

Artigo 195.º Modalidades da citação

1.A citação é pessoal ou edital.

2.A citação pessoal é feita mediante contacto pessoal da autoridade competente com o citando.

3.A citação edital apenas é admissível quando o citando se encontre ausente em parte incerta ou quando sejam incertas as pessoas a citar.

4.A citação edital é feita com observância das disposições deste capítulo sob pena de nulidade.

5.A lei pode, especialmente, regular outras formas de citação e respectivo valor processual.

Artigo 196.º Regras gerais da citação

1.Passados trinta dias sem que a citação se mostre efectuada, é o autor informado das diligências efectuadas e dos motivos da não realização do acto, fazendo-se imediatamente o processo concluso ao juiz.

2.Não cabe recurso do despacho que mande citar os réus ou requeridos, não se considerando precludidas as questões que podiam ter sido motivo de indeferimento liminar.

Artigo 197.º Quem efectua a citação

1.Ordenada a citação a secretaria solicita a sua realização, entregando todos os elementos necessários à mesma, ao administrador do distrito da área em que aquela deva realizar-se.

2.Compete ao administrador do distrito determinar a efectivação da citação pelos respectivos serviços administrativos delegando, sempre

iha loron ne'ebé nia kónjuje, aman, inan ka oan mate, ka iha loron ualu tuir fali. Kuandu axendente ka dexendente, irmaun, ka afin ho grau hanesan ho parente sira seluk referidu iha artigu ida-ne'e, sitasaun ka notifikasaun ne'e la bele halo iha loron ne'ebé ema-ne'e mate no iha loron lima tuir fali.

2. Sitasaun no notifikasaun bele halo iha fatin ne'ebé hetan ema atu notifika ne'e; dezignadamente, ba pesoa singulár, iha nia rezidénsia ka servisu fatin.

3. La bele sita ka notifika ema ida iha templu nia laran ka enkuantu nia partisipa iha aktu kona-ba servisu públiku ne'ebé la bele interrompe.

SEKSAUN II SITASAUN

Artigu 195.º Sitasaun nia modalidade

1. Iha sitasaun pesoál no editál.
2. Iha sitasaun pesoál autoridade kompetente kontakta rasik sitandu.
3. Sitasaun editál bele halo deit kuandu ita la hatene sitandu iha ne'ebé ka la hatene loos ema atu sita ne'e see loos.
4. Sitasaun editál sei halo tuir kapitulu ida-ne'e nia dispozisaun, selae, iha nulidade.
5. Lei bele regula sitasaun oin-seluk tan no nia valór prosesuál.

Artigu 196.º Regra jerál

1. Kuandu la bele halo sitasaun iha loron tolu-nulu nia laran, tenke foo-hatene ba autór dilijénsia ne'ebé halo tiha ona no tansá maka la halo sitasaun no apresenta imediatamente autus ba juíz.
2. Despaxu ne'ebé haruka sita reu ka rekeridu la bele hasoru rekursu; maibé kestaun sira-ne'ebé bele foo-fatin ba indeferimentu liminár la mate.

Artigu 197.º Se maka halo sitasaun

1. Sai tiha orden atu halo sitasaun, sekretaria husu sitasaun ne'e ba administradór iha distritu iha área ne'ebé tenke halo sitasaun ne'e, entrega ho elementu nesesáriu ba sitasaun.
2. Administradór iha distritu haruka servisu administrativu respetivu¹¹⁵ halo sitasaun ne'e; kuandu nesesáriu¹¹⁶, administradór delega ba subdistritu nia órgaun podér atu halo sitasaun ne'e.

que necessário, nos órgãos de subdistrito.

3. Decorridos quinze dias após a solicitação da citação sem que esta tenha sido efectuada ou logo que realizada por contacto pessoal, o administrador do distrito devolve o expediente ao tribunal competente informando, no caso de não citação, das razões que levaram à não realização.

4. Sempre que determinada a citação edital, esta deve ser cumprida com observância das normas processuais pertinentes e no prazo mais breve possível.

5. As comunicações entre o tribunal e os serviços da administração do distrito relativas a citações e notificações são efectuadas mediante livro de protocolo, lavrando-se acta no processo das datas de envio e de recepção respectivas e da juntada da certidão do acto.

Artigo 198.º

Elementos a transmitir obrigatoriamente ao citando

1. O acto de citação implica a remessa ou entrega ao citando do duplicado da petição inicial e da cópia dos documentos que a acompanhem, comunicando-se-lhe que fica citado para a acção a que o duplicado se refere, e indicando-se o tribunal por onde corre o processo.

2. No acto de citação, indicar-se-á ainda ao destinatário o prazo dentro do qual pode oferecer a defesa, a necessidade de patrocínio judiciário e as cominações em que incorre no caso de revelia. De tudo se lavrará certidão, assinada pelo citando.

3. Se o citando se recusar a assinar a certidão ou a receber o duplicado, o funcionário, na presença de duas testemunhas que identificará, dá-lhe conhecimento de que o mesmo fica à sua disposição na secretaria judicial, mencionando-se tais ocorrências na certidão do acto.

Artigo 199.º

Citação com hora certa

1. Sempre que se apurar que o citando reside ou trabalha efectivamente no local indicado, não podendo, todavia, proceder à citação por não o encontrar, deixará nota com indicação de hora certa para a diligência na pessoa encontrada que estiver em melhores condições de a transmitir ao citando ou, quando tal for impossível, afixará o respectivo aviso no local mais indicado.

2. No dia e hora designados, o funcionário fará a citação na pessoa do citando, se o encontrar; não o encontrando, a citação é feita na pessoa capaz que esteja em melhores condições de a transmitir ao citando, incumbindo-a de transmitir o acto ao destinatário e sendo a certidão assinada por quem recebeu a citação.

3. Não sendo possível obter a colaboração de terceiros, a citação é

3. Liu tiha loron sanulu resin lima, hahú iha momentu ne'ebé simu pedidu, kuandu seidak halo sitasaun, ka halo tiha sitasaun ho kontaktu pesoál, administradór iha distritu haruka fila-fali expediente ba tribunál kompetente, foo-hatene mos tansá maka maka la halo sitasaun, kuandu la halo ida.
4. Kuandu iha orden atu halo sitasaun editál, sitasaun ne'e tenke halo tuir norma prosesuál pertinente¹⁷ no lalais konforme bele.
5. Komunikaun entre tribunál no administrasaun distritál nia servisu kona-ba sitasaun no notifikasaun tenke halo ho livru ba protokolu; tenke hakerek iha autus data iha ne'ebé haruka-sai no data iha ne'ebé simu fali expediente ba sitasaun ka notifikasaun, no mos data iha ne'ebé hatama sertidaun kona-ba aktu ne'e iha autus.

Artigu 198.º

Elementu atu tranzmite ba sitandu

1. Ho sitasaun tenke haruka ka entrega ba sitandu petisaun nia duplikadu no dokumentu ne'ebé akompañia petisaun ne'e, foo-hatene ba sitandu katak nia hetan sitasaun atu tama iha aksaun ne'ebé hakerek iha duplikadu ne'e no hatudu mos tribunál iha ne'ebé aksaun ne'e lao.
2. Ho sitasaun tenke hatudu mos ba destinatáriu prazu ne'ebé nia iha atu apresenta defeza, tenke foo-hatene katak nia presiza patrosíniu judisiáriu ka lae no konsekuénsia ne'ebé nia bele hetan kuandu tama iha revelia. Tenke halo sertidaun kona-ba buat sira-ne'e hotu, no sitadu tenke asina sertidaun ne'e.
3. Kuandu sitadu lakohi asina sertidaun ne'e ka lakohi simu duplikadu, funsionáriu, iha testemuña rua nia oin, foo-hatene ba sitadu katak nia bele foti duplikadu ne'e iha sekretaria, no hakerek buat sira-ne'e hotu no mos testemuña rua ne'e nia identifikasaun iha sertidaun.

Artigu 199.º

Sitasaun ho oras

1. Kuandu hatene katak sitandu hela ka servisu duni iha fatin ne'ebé hatudu hela, maibé la bele halo sitasaun tanba la hetan nia la iha ne'ebá, funsionáriu entrega hela ba ema ne'ebé nia hetan iha fatin ne'ebá ho kondisaun diak liu atu foo-hatene ba sitandu nota hodi hatudu oras atu halo sitasaun; la bele karik, taka hela nota ne'e iha fatin adekuadu liu iha ne'ebá.
2. Iha loron no oras ne'ebé hatudu tiha ona, funsionáriu sei halo sitasaun ba sitandu rasik, kuandu hetan nia iha ne'ebá; la hetan sitandu karik, funsionáriu sei halo sitasaun iha ema kapás ne'ebé iha kondisaun diak liu atu tranzmite sitasaun ne'e ba sitandu; funsionáriu sei enkarrega ema ne'ebé simu sitasaun ne'e atu tranzmite aktu ne'e ba sitandu no ema ne'e tenke asina sertidaun.
3. Kuandu la bele hetan kolaborasaun hosi ema seluk, funsionáriu

feita mediante afixação, no local mais adequado e na presença de duas testemunhas, da nota de citação, com indicação dos elementos referidos no artigo 198.º, declarando-se que o duplicado e os documentos anexos ficam à disposição do citando na secretaria judicial do respectivo tribunal.

4. Constitui crime de desobediência a conduta de quem, tendo recebido a citação, não entregue logo que possível ao citando os elementos deixados pelo funcionário, do que será previamente advertido; tendo a citação sido efectuada em pessoa que não viva em economia comum com o citando, cessa a responsabilidade se entregar tais elementos a pessoa da casa, que deve transmiti-los ao citando.

5. Considera-se pessoal a citação efectuada nos termos dos n.ºs 2 ou 3 deste artigo.

Artigo 200.º **Nomeação de defensor público**

1. Sempre que a citação seja efectuada nos termos do artigo anterior, a secretaria do tribunal faz o processo concluso ao juiz para que proceda à nomeação de defensor público.

2. Nos dois dias úteis imediatos ao despacho de nomeação a secretaria notifica a Defensoria Pública e entrega os elementos necessários à defesa, indicando o prazo para o oferecimento da defesa e cominações legais aplicáveis.

Artigo 201.º **Incapacidade de facto do citando**

1. Se a citação não puder realizar-se por estar o citando impossibilitado de a receber, em consequência de notória anomalia psíquica ou de outra incapacidade de facto, o funcionário lavrará certidão em que declare a ocorrência, dela se notificando o autor.

2. De seguida, é o processo concluso ao juiz que decidirá da existência da incapacidade, depois de colhidas as informações e produzidas as provas necessárias.

3. Reconhecida a incapacidade, temporária ou duradoura, é nomeado curador provisório ao citando, no qual é feita a citação.

4. Quando o curador não conteste, observar-se-á o disposto no artigo 20.º.

Artigo 202.º **Ausência do citando em parte certa**

Não sendo possível efectuar a citação nos termos dos artigos anteriores, em consequência de o citando estar ausente em parte certa e por tempo limitado, e não haver quem esteja em condições de lhe transmitir prontamente a citação, o juiz decide conforme lhe

sei taka nota ba sitasaun iha fatin adekuaudu liu iha ne'ebé, iha testemuña rua nia oin; iha nota ne'e tenke hatudu elementu referidu iha artigu 198.º no deklarar mos katak sitandu bele foti duplikadu no dokumentu aneksu iha tribunál kompetente nia sekretaria judisiál.

4. Ema ne'ebé, simu tiha sitasaun, la entrega ba sitandu, lalais konforme bele, elementu sira-ne'ebé entrega hela ba nia, komete krime dezobediénsia; funsionáriu tenke foo-hatene konsekuénsia ida-ne'e ba ema ne'e. Kuandu ema ne'ebé simu sitasaun la moris ho sitandu iha ekonomia komum, ema ne'e la hetan responsabilidade kuandu nia entrega elementu sira-ne'e ba ema ruma ne'ebé hela hamutuk ho sitandu iha uma ida deit; ema ida-ne'e iha obrigaun atu tranzmite ba sitandu elementu sira-ne'ebé nia simu.

5. Sitasaun ne'ebé halo tuir artigu ida-ne'e nia número 2 no 3 sei konsidera hanesan sitasaun pesoál.

Artigu 200.º

Defensór públiku nia nomeasaun

1. Kuandu sitasaun halo tuir artigu anteriór, sekretaria tenke apresenta autus ho konkluzo ba juíz atu nomeia defensór públiku.

2. Iha loron rua tuir fali nomeasaun ne'e sekretaria notifika Defensoria Pública no entrega elementu ne'ebé prezisa atu halo defeza, hatudu mos ho prazu atu apresenta defeza no kominasaun¹¹⁸ legál aplikavel.

Artigu 201.º

Sitandu nia inkapasidade de faktu

1. Kuandu la bele halo sitasaun tan sitandu labele simu sitasaun tanba nia inkapasidade psíkika notória ka inkapasidade de-faktu seluk, funsionáriu hakerek buat ne'e iha sertidaun no sei notifika ba autór.

2. Tuir fali sei apresenta autus ba juíz no juíz, buka tiha informasaun no prodúz tiha prova nesesária, sei decide inkapasidade ne'e iha duni ka lae.

3. Rekoñese tiha katak iha duni inkapasidade, temporária ka duradoura, tenke nomeia kuradór provizóriu atu representa sitandu no halo sitasaun ba kuradór ne'e.

4. Kuandu kuradór la kontesta, tenke aplika artigu 20.º nia dispozisaun.

Artigu 202.º

Sitandu auzente iha fatin sertu

Kuandu la bele halo sitasaun tanba sitandu ba tiha iha fatin sertu no durante tempu badak no la iha ema ne'ebé bele tranzmite kedas

pareça mais conveniente às circunstâncias do caso, designadamente ordenando que se proceda à citação com hora certa ou que se aguarde o regresso do citando.

Artigo 203.º

Ausência do citando em parte incerta

1. Quando seja impossível a realização da citação, por o citando estar ausente em parte incerta, a secretaria diligencia para obter informação sobre o último paradeiro ou residência conhecida junto de quaisquer entidades ou serviços, designadamente, mediante prévio despacho judicial, nas bases de dados disponíveis, nomeadamente dos serviços de identificação civil e, quando o juiz o considere absolutamente indispensável para decidir da realização da citação edital, junto das autoridades policiais.

2. Estão obrigados a fornecer prontamente ao tribunal os elementos de que dispuserem sobre a residência, o local de trabalho ou a sede dos citandos quaisquer serviços que tenham averbados tais dados.

3. O disposto nos números anteriores é aplicável aos casos em que o autor tenha indicado o réu como ausente em parte incerta.

Artigo 204.º

Citação do residente no estrangeiro

1. Quando o réu resida no estrangeiro, observar-se-á o que estiver estipulado nos tratados e convenções internacionais.

2. Na falta de tratado ou convenção, a citação é feita por via postal, em carta registada com aviso de recepção, aplicando-se as determinações do regulamento local dos serviços postais.

3. Se não for possível ou se frustrar a citação por via postal, proceder-se-á à citação por intermédio do consulado timorense mais próximo, se o réu for timorense; sendo estrangeiro, ou não sendo viável o recurso ao consulado, realizar-se-á a citação por carta rogatória, ouvido o autor.

4. Estando o citando ausente em parte incerta, proceder-se-á à sua citação edital, averiguando-se previamente a última residência daquele em território timorense.

Artigo 205.º

Formalidades da citação edital por incerteza do lugar

1. A citação edital determinada pela incerteza do lugar em que o citando se encontra é feita pela afixação de editais e pela publicação de anúncios.

2. Afixar-se-ão três editais, um na porta do tribunal, outro na porta da casa da última residência que o citando teve no país e outro na porta da sede do respectivo suco.

3. Os anúncios são publicados em dois números seguidos de um dos

sitasaun ba nia, juíz sei deside, nu'udar nia konsidera diak liu iha kazu ne'e, hanesan haruka halo sitasaun ho oras sarta ka haruka hein too sitandu fila-fali.

Artigu 203.º

Sitandu auzente iha fatin insertu¹¹⁹

1. Kuandu la bele halo sitasaun tanba sitandu ba tiha iha fatin ne'ebé ita la hatene loos, sekretaria tenke halo dilijénsia hodi hetan nia paradeiru ka rezidénsia ikus liu hosi entidade ka servisu sira, hanesan, tuir despaxu judisiál, iha baze ba dadu disponivel, nomeadamente iha servisu ba identifikasaun sivil, no, kuandu juíz konsidera indispensavel atu haruka halo sitasaun editál ka lae, hosi autoridade polisiál.
2. Servisu ne'ebé iha dadu kona-ba sitandu nia rezidénsia, servisu fatin ka sede tenke foo dadu sira-ne'e prontamente ba tribunál.
3. Númeru anteriór sira nia dispozisaun tenke aplika mos iha kazu ne'ebé reu ba tiha iha fatin insertu.

Artigu 204.º

Sitasaun ba sitandu iha estranjeiru

1. Kuandu reu hela iha estranjeiru tenke tuir regra ne'ebé hakerek iha tratadu ka konvensaun internasionál.
2. La iha tratadu ka konvensaun karik, tenke halo sitasaun ho via postál, ho karta rejistada ho resesaun avizada, tuir mos regra ne'ebé hakerek iha servisu postál lokál nia regulamentu.
3. La bele halo sitasaun ho via postál karik, tenke halo sitasaun ho konsuladu timór ne'ebé besik liu iha sitandu nia hela-fatin, kuandu sitandu ne'e sidadaun timór; kuandu sitandu laós sidadaun timór ka la bele uza konsuladu atu halo sitasaun, rona tiha autór, sei halo sitasaun ho karta rogatória.
4. Kuandu sitandu ba tiha fatin insertu, halo tiha averiguasaun kona-ba nia hela-fatin ikus iha rai timór, sei halo sitasaun editál.

Artigu 205.º

Sitasaun editál kuandu la hatene sitandu nia hela-fatin

1. Atu halo sitasaun editál tanba la hatene loos sitandu nia hela-fatin sei afiksa¹²⁰ editál no publika anúnsiu.
2. Tenke afiksa editál tolu: ida iha tribunál nia odamatan, ida iha odamatan iha reu nia rezidénsia ikus iha territóriu timór, ida fali iha odamatan iha sitandu nia suku nia sede.
3. Anúnsiu tenke publika iha jornál sira-ne'ebé ema lee liu ida iha lokalidade¹²¹ iha sitandu nia hela-fatin ikus.
4. Lalika publika anúnsiu iha inventáriu iha ne'ebé eransa monu

jornais mais lidos na localidade em que esteja a casa da última residência do citando.

4. Não se publicam anúncios nos inventários em que a herança haja sido deferida a incapazes, ausentes ou pessoas colectivas, e em todos os casos de diminuta importância em que o juiz os considere dispensáveis.

5. Incumbe à parte providenciar pela publicação dos anúncios.

Artigo 206.º

Conteúdo dos editais e anúncios

1. Nos editais individualizar-se-á a acção para que o ausente é citado, indicando-se quem a propôs e qual é, em substância, o pedido do autor; além disso, designar-se-á o tribunal em que o processo corre, a dilação, o prazo para a defesa e a cominação, explicando-se que o prazo para a defesa só começa a correr depois de finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio ou, não havendo lugar a anúncios, da data da afixação dos editais, que destes constará então.

2. Os anúncios reproduzirão o teor dos editais.

Artigo 207.º

Contagem do prazo para a defesa

1. A citação considera-se feita no dia em que se publique o último anúncio ou, não havendo anúncios, no dia em que sejam afixados os editais.

2. A partir da data da citação conta-se o prazo da dilação; finda esta, começa a correr o prazo para o oferecimento da defesa.

Artigo 208.º

Formalidades da citação edital por incerteza das pessoas

A citação edital determinada pela incerteza das pessoas a citar é feita nos termos dos artigos 205.º a 207.º, com as seguintes modificações:

a) Afixar-se-á um só edital na porta do tribunal, salvo se os incertos forem citados como herdeiros ou representantes de pessoa falecida, porque neste caso também são afixados editais na porta da casa da última residência do falecido e na porta da sede do respectivo órgão local, se forem conhecidas e no país;

b) Os anúncios são publicados num dos jornais mais lidos na sede do tribunal distrital.

Artigo 209.º

Junção, ao processo, do edital e anúncios

Juntar-se-á ao processo uma cópia do edital, na qual o funcionário declarará os dias e os lugares em que fez a afixação; e colar-se-ão

ba inkapáz, auzente ka pesoa kolektiva, no, kuandu juíz foo dispensa, iha kazu sira-ne'ebé iha valór ki'ikoan
5. Parte maka tenke hola medida hodi publika anúnsiu.

Artigu 206.º
Editál no anúnsiu nia konteúdu

1. Iha editál tenke hatudu se maka hatama aksaun no, iha substánsia, autór nia pedidu, atu individualiza aksaun ne'ebé atu sita auzente ba ne'e; tenke hatudu mos tribunál iha ne'ebé aksaun lao, dilasaun¹²², prazu ba defeza no kominasaun, ho esplikasaun katak prazu ba defeza hahú halai deit kuandu dilasaun hotu no dilasaun ne'e hahú ho anúnsiu ida ikus nia publikasaun ka, la iha anúnsiu karik, iha loron ne'ebé publika editál, ne'ebé tenke hakerek iha editál.
2. Tenke hakerek iha anúnsiu buat ne'ebé hakerek iha editál.

Artigu 207.º
Prazu ba defeza nia kontajem

1. Ita tenke konsidera katak sitasaun halo iha loron ne'ebé anúnsiu ikus publika ka, la iha anúnsiu karik, iha loron ne'ebé anúnsiu sira afiksa.
2. Prazu ba dilasaun hahú iha loron ne'ebé halo sitasaun; hotu tiha prazu ba dilasaun maka hahú prazu atu apresenta defeza.

Artigu 208.º
Sitasaun editál tanba la hatene atu sita se loos

Sitasaun editál kuandu la hatene atu sita se loos, tenke halo tuir artigu 205.º too 207.º, ho alterasaun sira tuirmai ne'e:
a) Sei afiksa editál ida deit iha tribunál nia odamatan; maibé kuandu tenke halo sitasaun ba insertu sira-ne'e hanesan matebian nia erdeiru ka representante, tenke afiksa editál iha odamatan iha matebian nia rezidénsia ikus no iha órgaun lokál respetivu nia odamatan, kuandu iha Timór-Leste no ita hatene iha-ne'ebé;
b) Anúnsiu tenke publika iha jornál sira-ne'ebé iha tribunál distritál nia sede ema lee liu-liu.

Artigu 209.º
Editál no anúnsiu nia junsau nia autus

Tenke hatama iha autus editál nia kópia ida, iha ne'ebé funsionáriu tenke deklara iha loron sa no fatin ne'ebé maka halo afiksasaun ne'e; tenke kola iha surat-tahan ida hodi

numa folha, que também se junta, os anúncios respectivos, extraídos dos jornais, indicando-se na folha o título destes e as datas da publicação.

Artigo 210.º **Dilação**

1. Ao prazo de defesa do citando acresce uma dilação de cinco dias quando:

a) A citação tenha sido realizada em pessoa diversa do réu, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 199.º;

b) O réu tenha sido citado fora da área do tribunal onde pende a acção, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. Quando o réu haja sido citado para a causa no distrito de Oecussi, correndo a acção na outra parte da ilha que constitui o território de Timor-Leste, ou vice-versa, a dilação é de quinze dias; se o réu for citado para a causa na ilha de Ataúro a dilação é igualmente de quinze dias.

3. Quando o réu haja sido citado para a causa no estrangeiro ou a citação haja sido edital, a dilação é de trinta dias.

4. A dilação resultante do disposto na alínea a) do n.º 1 acresce à que eventualmente resulte do estabelecido na alínea b) do mesmo número e nos n.ºs 2 e 3.

SECÇÃO III **NOTIFICAÇÕES**

Artigo 211.º **Notificação às partes**

1. As notificações às partes em processos pendentes são feitas na pessoa dos seus mandatários judiciais, do Ministério Público ou do defensor público.

2. Quando a notificação se destine a chamar a parte para a prática de acto pessoal, além de ser notificado o mandatário, será também expedido mandado de notificação à própria parte, indicando a data, o local e o fim da comparência.

3. Fora do caso previsto no n.º 2, se a parte não tiver constituído mandatário, as notificações ser-lhe-ão feitas nos termos do artigo 213.º.

Artigo 212.º **Notificações aos mandatários judiciais**

1. Os mandatários judiciais que não possuam escritório na localidade da sede do tribunal são obrigados a indicar o domicílio escolhido na localidade da sede do tribunal para serem notificados sob pena de, não o fazendo, se considerarem notificados na data da prolação da decisão a notificar.

2. Os mandatários judiciais são notificados no local a que se refere o

hatama iha autus anúnsiu respetivu, ne'ebé hasai hosi jornál, no tenke hakerek iha surat-tahan ne'e jornál ne'e nia título no data sira iha ne'ebé halo publikasaun ne'e.

Artigu 210.º **Dilasaun**

1. Tenke tau tan dilasaun lora lima ba prazu ne'ebé sitandu iha atu apresenta defeza kuandu:
 - a) Sitasaun la halo ba reu maibé ba ema seluk, tuir artigu 199.º, n.º 2 no 3;
 - b) Reu hetan sitasaun iha área ne'ebé la tama iha tribunál iha ne'ebé aksaun lao daudaun nia área, sein prejuizu ba número seguinte nia dispozisaun.
2. Sei tau tan dilasaun lora sanulu resin-lima kuandu reu hetan sitasaun iha distritu Oekusi no aksaun lao iha Timór-Leste nia território seluk, ka vise-versa; sei tau tan dilasaun lora sanulu resin-lima mos kuandu reu hetan sitasaun iha rai-ketak Ataúru.
3. Sei tau tan dilasaun lora tolunulu kuandu reu hetan sitasaun iha estranjeiru ka sitasaun halo ho editál.
4. Dilasaun ne'ebé mai hosi n.º 1, alínea a), tenke tutan tan ba dilasaun ne'ebé mai hosi n.º 1, alínea b), no n.º 2 no 3.

SEKSAUN III **NOTIFIKASAUN**

Artigu 211.º **Notifikasaun ba parte sira**

1. Notifikasaun ba parte sira iha prosesu pendente sei halo ba sira nia mandatáriu judisiál, ba Ministériu Públiku ka ba defensor públiku.
2. Notifikasaun atu bolu parte mai pratika aktu pesoál, sei halo ba nia mandatáriu no sei halo mos ba parte rasik, hatudu ho lora, fatin no saida maka nia atu mai halo.
3. Iha situasaun ne'ebé la tama iha n.º 2 nia previzaun, kuandu parte la konstitui mandatáriu, notifikasaun ba nia sei halo tuir artigu 213.º nia dispozisaun.

Artigu 212.º **Notifikasaun ba mandatáriu judisiál**

1. Mandatáriu judisiál ne'ebé la iha eskritóriu iha lokalidade ne'ebé tribunál iha sede tenke hatudu domisíliu ne'ebé nia hili iha lokalidade ne'e atu simu notifikasaun; la hatudu karik, tenke konsidera katak notifikasaun halo ba nia iha lora ne'ebé juíz foo desizaun atu notifika ne'e.
2. Notifikasaun ba mandatáriu judisiál funsionáriu judisiál maka sei

número anterior por funcionário judicial mediante adequado livro de protocolo, podendo também ser notificados pessoalmente quando encontrados no edifício do tribunal.

Artigo 213.º
Notificações às partes e intervenientes acidentais

As notificações que tenham por fim chamar ao tribunal as partes, testemunhas, peritos e outras pessoas com intervenção acidental na causa são efectuadas mediante contacto pessoal pela administração do distrito da área da respectiva residência.

Artigo 214.º
Notificações ao Ministério Público

1. Para além das decisões finais proferidas em quaisquer causas, serão sempre oficiosamente notificadas ao Ministério Público quaisquer decisões, ainda que interlocutórias, que possam suscitar a interposição de recursos obrigatórios por força da lei.

2. O Ministério Público é notificado por funcionário judicial mediante o respectivo livro de protocolo.

Artigo 215.º
Notificações ao defensor público

As notificações ao defensor público são efectuadas mediante o respectivo livro de protocolo e nos mesmos termos em que o são aos mandatários judiciais.

Artigo 216.º
Notificação de decisões judiciais

Quando se notificarem despachos, sentenças ou acórdãos, deve enviar-se ou entregar-se ao notificado cópia ou fotocópia legível da decisão e dos fundamentos.

Artigo 217.º
Notificações feitas em acto judicial

Valem como notificação as convocatórias e comunicações feitas aos interessados presentes em acto processual, por determinação da entidade que a ele preside, desde que documentadas no respectivo auto ou acta.

Artigo 218.º
Notificações avulsas

halo, uza ho livru ba protokolu, iha fatin referidu iha númeru anteriór; funsionáriu judisiál bele notifika mos mandatáriu judisiál rasik kuandu hetan nia iha tribunál.

Artigu 213.º

Notifikasaun ba parte no interveniente asidentál

Notifikasaun atu bolu parte, testemuña, peritu no ema seluk ho intervensaun asidentál iha aksaun administrasaun iha distritu iha sira nia hela-fatin maka sei halo ba sira rasik.

Artigu 214.º

Notifikasaun ba Ministériu Públiku

1. Sei notifika ba Ministériu Públiku desizaun finál iha kauza naran ida no mos, ofisiozamente, desizaun, maske interlokutória, ne'ebé bele foo-fatin ba rekursu obrigatóriu tanba lei haruka.
2. Funsionáriu judisiál maka notifika Ministériu Públiku, uza ho livru ba protokolu.

Artigu 215.º

Notifikasaun ba defensor públiku

Notifikasaun ba defensor públiku sei halo tuir regra ne'ebé regula notifikasaun ba mandatáriu judisiál, uza ho livru ba protokolu.

Artigu 216.º

Notifikasaun kona-ba desizaun judisiál

Kuandu notifika despaxu, sentensa ka akórdaun ba ema ruma tenke haruka ka entrega ba notifikandu kópia ka fotokópia lejivel kona-ba desizaun ne'e no nia fundamentu.

Artigu 217.º

Notifikasaun iha aktu judisiál

Vale hanesan notifikasaun, konvokatória ka komunikasaun ne'ebé ema ne'ebé prezide aktu ne'e haruka halo ba interesadu ne'ebé presente iha aktu prosesuál ruma no rejista tiha iha autu ka akta respetiva.

Artigu 218.º

Notifikasaun avulsa

- 1.As notificações avulsas dependem de despacho prévio que as ordene e são feitas na própria pessoa do notificando, à vista do requerimento, entregando-se ao notificado o duplicado e cópia dos documentos que o acompanhem.
- 2.O funcionário lavra certidão do acto, que é assinada pelo notificado.
- 3.O requerimento e a certidão são entregues a quem tiver requerido a diligência.
- 4.Os requerimentos e documentos para as notificações avulsas são apresentados em duplicado; e, tendo de ser notificada mais de uma pessoa, apresentar-se-ão tantos duplicados quantas forem as que vivam em economia separada.

Artigo 219.º

Inadmissibilidade de oposição às notificações avulsas

- 1.As notificações avulsas não admitem oposição alguma. Os direitos respectivos só podem fazer-se valer nas acções competentes.
- 2.Do despacho de indeferimento da notificação cabe agravo.

CAPÍTULO VI DA INSTÂNCIA

SECÇÃO I COMEÇO E DESENVOLVIMENTO DA INSTÂNCIA

Artigo 220.º

Princípio dispositivo

- 1.A iniciativa e o impulso processual incumbem às partes.
- 2.As partes tem, porém, o dever de, conscientemente, não formular pedidos ilegais, não articular factos contrários à verdade, nem requerer diligências meramente dilatórias.
- 3.O juiz tem o poder de realizar ou ordenar oficiosamente as diligências que considere necessárias para o apuramento da verdade, quanto aos factos de que lhe é lícito conhecer.

Artigo 221.º

Dever de colaboração das partes

As partes e os seus representantes são obrigados a comparecer sempre que para isso forem notificados e a prestar os esclarecimentos que, nos termos da lei, lhes forem pedidos.

Artigo 222.º

Poderes do juiz tendo em vista a celeridade

1. Notifikasaun avulsa sei halo kuandu iha rekerimentu no despaxu ne'ebé haruka halo no tenke halo ba notifikandu rasik; tenke entrega ba notifikandu rekerimentu nia duplikadu no dokumentu ne'ebé akompaña rekerimentu ne'e nia duplikadu.
2. Funsionáriu tenke hakerek no notifikandu tenke asina sertidaun kona-ba notifikasaun ne'e.
3. Rekerimentu no sertidaun kona-ba notifikasaun ne'e tenke entrega ba ema ne'ebé husu diliénsia ne'e.
4. Rekerimentu no dokumentu ba notifikasaun avulsa tenke apresenta ho duplikadu; kuandu tenke notifika ema barak, rekerente tenke apresenta duplikadu ho número hanesan ho ema sira-ne'ebé moris ho ekonomia ketak.

Artigu 219.º
Opozisaun ba notifikasaun avulsa

1. La bele iha opozisaun ba notifikasaun avulsa. Iha aksaun kompetente maka interesadu bele defende nia direitu.
2. Bele iha rekursu hasoru despaxu ne'ebé la admite notifikasaun avulsa.

KAPÍTULU VI
INSTÁNSIA

SEKSAUN I
KOMESU NO DEZENVOLVIMENTU

Artigu 220.º
Prinsípiu dispozitivu

1. Parte sira maka tenke hahú no halao prosesu.
2. Parte la bele, konxientemente, halo pedidu ilegál, artikula faktu hasoru verdade ka rekér diliénsia meramente dilatória¹²³.
3. Juíz iha podér atu, ofisiozamente, halo ka haruka halo diliénsia ne'ebé nia konsidera nesesáriu atu hetan verdade kona-ba faktu ne'ebé nia bele koñese.

Artigu 221.º
Parte nia devér atu kolabora

Parte sira no sira nia representante iha obrigasaun atu mosu kuandu simu notifikasaun atu mosu no atu foo esklaresimentu ne'ebé, tuir lei, bele husu ba sira.

Artigu 222.º
Juíz nia podér ba seleridade

Cumpra ao juiz remover os obstáculos que se oponham ao andamento regular da causa, quer recusando o que for impertinente ou meramente dilatório, quer ordenando o que, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 220.º, se mostrar necessário para o seguimento do processo.

Artigo 223.º

Momento em que a acção se considera proposta

1. A instância inicia-se pela proposição da acção e esta considera-se proposta, intentada ou pendente logo que seja recebida na secretaria a respectiva petição inicial.

2. Porém, o acto da proposição não produz efeitos em relação ao réu senão a partir do momento da citação, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 224.º

Princípio da estabilidade da instância

Citado o réu, a instância deve manter-se a mesma quanto às pessoas, ao pedido e à causa de pedir, salvas as possibilidades de modificação previstas na lei.

Artigo 225.º

Modificação subjectiva pela intervenção de novas partes

1. Mesmo depois de transitado em julgado o despacho saneador que julgue ilegítima alguma das partes por não estar em juízo determinada pessoa, pode o autor, dentro de trinta dias a contar do trânsito do despacho chamar essa pessoa a intervir, nos termos dos artigos 276.º e seguintes.

2. Admitido o chamamento, a instância, quando extinta, considera-se renovada, recaindo sobre o autor o encargo do pagamento das custas em que tiver sido condenado.

Artigo 226.º

Outras modificações subjectivas

A instância pode modificar-se, quanto às pessoas:

- a) Em consequência da substituição de alguma das partes, quer por sucessão, quer por acto entre vivos, na relação substantiva em litígio;
- b) Em virtude dos incidentes da intervenção de terceiros.

Artigo 227.º

Transmissões de coisas ou direitos litigiosos

1. No caso de transmissão, por acto entre vivos, da coisa ou do direito litigioso, o transmitente continua a ter legitimidade para a causa,

Juíz iha obrigasaun atu hadook obstákulu ne'ebé la husik prosesu lao loos; ba ne'e tenke rekuza buat ne'ebé impertinente ka meramente dilatóriu, no haruka halo buat ne'ebé presiza halo para prosesu atu lao ba oin, sein prejuizu ba artigu 220.º, n.º1, nia dispozisaun

Artigu 223.º

Momentu iha ne'ebé ita konsidera aksaun proposta

1. Instánsia hahú ho aksaun nia propozisaun. Ita konsidera aksaun proposta, intentada ka pendente kuandu sekretaria judisiál simu petisaun inisiál.
2. Maibé, iha momentu ne'ebé halo sitasaun maka aksaun nia propozisaun prodúz efeitu ba reu, salvu dispozisaun seluk.

Artigu 224.º

Prinsípiu estabilidade iha instánsia

Sita tiha reu, instánsia la bele muda kona-ba pesoa, pedidu ka kauza-de-pedír, sein prejuizu ba modifikasaun ne'ebé lei prevé.

Artigu 225.º

Modifikasaun subjativa no parte foun nia intervensaun

1. Maske despaxu saneadór ne'ebé konsidera tiha parte ruma ilejítima, tanba pesoa determinada la tama iha prosesu, hetan tiha ona trázitu-ein-julgado, autór bele bolu pesoa ne'e mai tama iha prosesu, iha loron tolunulu nia laran hahú hosi trázitu ne'e, nu'udar artigu 276.º no sira seguinte nia dispozisaun.
2. Simu tiha xamamentu ne'e, instánsia, kuandu estinta tiha ona, sei konsidera renovada fali, no autór tenke selu kustus ne'ebé tribunál kondena tiha ona nia selu.

Artigu 226.º

Modifikasaun subjativa seluk

Instánsia bele modifika, kona-ba pesoa:

- a) Tanba parte ruma muda, tan susesaun ka tan aktu entre ema ema-moris, kona-ba relasaun ne'ebé diskute daudaun iha aksaun;
- b) Tanba insidente ba terseiru nia intervensaun.

Artigu 227.º

Tranzmisaun kona-ba koiza ka direitu litijiozu

1. Kuandu koiza ka direitu litijiozu muda ba ema seluk, tan aktu entre ema ema-moris, tranzmitente iha nafatin lejitimidade ba kauza too momentu ne'ebé, ho habilitasaun, juíz admite adkirente tama iha

enquanto o adquirente não for, por meio de habilitação, admitido a substituí-lo.

2.A substituição é admitida quando a parte contrária esteja de acordo. Na falta de acordo, só deve recusar-se a substituição quando se entenda que a transmissão foi efectuada para tornar mais difícil, no processo, a posição da parte contrária.

3.A sentença produz efeitos em relação ao adquirente, ainda que este não intervenha no processo, excepto no caso de a acção estar sujeita a registo e o adquirente registar a transmissão antes de feito o registo da acção.

Artigo 228.º

Alteração do pedido e da causa de pedir

1.Havendo acordo das partes, o pedido ou a causa de pedir podem ser alterados ou ampliados em qualquer altura, em primeira instância, salvo se a alteração ou ampliação perturbar inconvenientemente a instrução, discussão e julgamento do pleito.

2.Na falta de acordo, a causa de pedir não pode ser alterada ou ampliada.

3.Na falta de acordo o pedido não pode ser ampliado mas pode ser reduzido.

Artigo 229.º

Admissibilidade da reconvenção

1.O réu pode, em reconvenção, deduzir pedidos contra o autor.

2.A reconvenção é admissível nos seguintes casos:

a)Quando o pedido do réu emerge do facto jurídico que serve de fundamento à acção ou à defesa;

b)Quando o réu se propõe obter a compensação ou tornar efectivo o direito a benfeitorias ou despesas relativas à coisa cuja entrega lhe é pedida;

c)Quando o pedido do réu tende a conseguir, em seu benefício, o mesmo efeito jurídico que o autor se propõe obter.

3.Não é admissível a reconvenção, quando ao pedido do réu corresponda uma forma de processo diferente da que corresponde ao pedido do autor.

4.A improcedência da acção e a absolvição do réu da instância não obstam à apreciação do pedido reconvenicional regularmente deduzido, salvo quando este seja dependente do formulado pelo autor.

Artigo 230.º

Apensação de acções

1.Se forem propostas separadamente acções que, nos termos do artigo 30.º, poderiam ser reunidas num único processo, será ordenada a junção delas, a requerimento de qualquer das partes com inter-

tranzmitente nia fatin.

2. Juíz admite substituisaun kuandu parte kontrária konkorda. La iha akordu karik, kuandu juíz haree katak tranzmitente halo tranzmisaun ne'e atu halo parte kontrária nia situasaun iha prosesu sai difisil, maka bele rekuza substituisaun.

3. Sentensa vinkula mos adkirente, maske nia la intervein iha prosesu, salvu kuandu aksaun tenke rejista no adkirente rejista tranzmisaun ne'e molok iha rejistu kona-ba aksaun.

Artigu 228.º

Alterasaun iha pedidu no kauza-de-pedír

1. Bele altera ka amplia pedidu ka kauza-da-pedír, iha altura naran ida, iha primeira instánsia, kuandu parte sira konkorda, salvu kuandu alterasaun ka ampliasaun ne'e bele perturba aksaun nia instrusaun, diskusaun no julgamentu.

2. Kuandu la iha akordu, la bele altera ka amplia kauza-de-pedír.

3. Kuandu la iha akordu, la bele amplia maibé bele redúz pedidu.

Artigu 229.º

Rekonvensaun nia admisaun

1. Reu bele hatoo pedidu hasoru autór ho rekonvensaun.

2. Bele iha rekonvensaun:

a) Kuandu reu nia pedidu hatúr iha faktu jurídiku ne'ebé serve hanesan fundamentu ba aksaun ka ba defeza;

b) Kuandu reu hakarak hetan kompensasaun ka realiza nia direitu ba benfeitoria ka tan despeza kona-ba koiza ne'ebé autór iha aksaun ne'e husu atu entrega;

c) Kuandu, ho nia pedidu, reu hakarak hetan, ba nia benefísiu, efeitu jurídiku ne'ebé autór hakarak hetan.

3. La bele iha rekonvensaun kuandu reu nia pedidu tenke tuir forma prosesuál ida no autór nia pedidu tenke tuir forma prosesuál seluk.

4. Aksaun nia improsedénsia no reu nia absolvisaun iha instánsia la taka dalan atu apresia pedidu rekonvensionál deduzidu regularmente, salvu kuandu pedidu rekonvensionál ne'e depende hosi autór nia pedidu.

Artigu 230.º

Apensasaun iha aksaun

1. Kuandu aksaun sira-ne'ebé, tuir artigu 30.º, bele lao hamutuk iha prosesu ida deit, hatama ketak-ketak, tuir parte ne'ebé iha interese atendível ba junsau ne'e nia rekerimentu, juíz sei haruka halao

esse atendível na junção, ainda que pendam em tribunais diferentes, a não ser que o estado do processo ou outra razão especial torne inconveniente a apensação.

2. Os processos são apensados ao que tiver sido instaurado em primeiro lugar, salvo se os pedidos forem dependentes uns dos outros, caso em que a apensação é feita na ordem da dependência.

3. A junção deve ser requerida ao tribunal perante o qual penda o processo a que os outros tenham de ser apensados.

4. Quando se trate de processos que pendam perante o mesmo juiz, pode este determinar, mesmo oficiosamente, ouvidas as partes, a apensação.

SECÇÃO II DA SUSPENSÃO, DA INTERRUPTÃO E DA EXTIÇÃO DA INSTÂNCIA

Artigo 231.º

Causas de suspensão

1. A instância suspende-se nos casos seguintes:

a) Quando falecer ou se extinguir alguma das partes, sem prejuízo do disposto em legislação especial;

b) Nos processos em que é obrigatória a constituição de advogado, quando este falecer ou ficar absolutamente impossibilitado de exercer o mandato, e, nos restantes processos, por morte ou impossibilidade do representante legal do incapaz, salvo se houver mandatário judicial constituído;

c) Quando o tribunal ordenar a suspensão;

d) Nos outros casos em que a lei o determinar especialmente.

2. No caso de transformação ou fusão de pessoa colectiva ou sociedade, parte na causa, a instância não se suspende, apenas se efectuando, se for necessário, a substituição dos representantes.

3. A morte ou extinção de alguma das partes não dá lugar à suspensão, mas à extinção da instância, quando torne impossível ou inútil a continuação da lide.

Artigo 232.º

Suspensão por falecimento da parte

1. Junto ao processo documento que prove o falecimento ou a extinção de qualquer das partes, suspende-se imediatamente a instância, salvo se já tiver começado a audiência de discussão oral ou se o processo já estiver inscrito em tabela para julgamento. Neste caso a instância só se suspende depois de proferida a sentença ou o acórdão.

2. A parte deve tornar conhecido no processo o facto da morte ou da extinção do seu comparte ou da parte contrária, providenciando pela

aksaun sira-ne'e hamutuk iha prosesu ida deit, maske ida-idak lao daudaun iha tribunál ketak, salvu kuandu prosesu nia faze ka razaun spesiál seluk hamosu inkonveniente ba apensasaun.

2. Prosesu sira-ne'e sei apensa iha prosesu ida-ne'ebé tama primeiru iha tribunál; kuandu pedidu balu depende hosi pedidu sira seluk apensasaun tenke halo tuir dependénsia ne'e.

3. Interesadu tenke rekér junsau ne'e iha tribunál ne'ebé halao daudaun prosesu ida iha ne'ebé prosesu sira seluk sei apensa ba.

4. Kuandu juíz ida deit maka kaer prosesu hotu-hotu, rona tiha parte sira, juíz ne'e bele haruka halo apensasaun ofisiozamente.

SEKSAUN II INSTÁNSIA NIA SUSPENSAUN, INTERRUPTAUN NO EXTINSAUN

Artigu 231.º Kauza ba suspensaun

1. Instánsia suspende:

a) Kuandu parte ruma mate ka extinge, sein prejuizu ba lei spesiál nia dispozisaun;

b) Iha prosesu iha ne'ebé parte tenke konstitui advogadu, kuandu advogadu ne'e mate ka la bele ezerse tan mandatu, no, iha prosesu sira seluk, kuandu inkapáz nia representante legál mate ka la bele ezerse tan representasaun ne'e, salvu kuandu iha mandatáriu judisiál konstituidu;

c) Kuandu tribunál haruka suspende;

d) Iha kazu ne'ebé lei determina espesialmente.

2. Kuandu iha transformasaun ka fuzau iha pesoa kolektiva ka sosiedade ne'ebé tama hanesan parte iha kauza, suspensaun iha deit kuandu presiza duni atu substitui representante sira.

3. Kuandu parte ruma mate ka extinge la iha suspensaun maibé extinsaun iha instánsia kuandu lide la bele ka la iha utilidade atu kontinua tan.

Artigu 232.º Suspensaun tan parte mate

1. Hatama tiha iha autus dokumentu ne'ebé hatudu katak parte ruma mate ka extinge tiha ona, tenke suspende kedas instánsia; maibé, kuandu audiénsia ba diskusaun orál hahú tiha ona ka prosesu tama tiha ona iha tabela ba julgamentu, foo-sai tiha sentensa ka akórdaun, maka instánsia suspende.

2. Parte tenke foo-hatene iha prosesu nia komparte ka parte kontrária nia maten ka extinsaun no hatama iha autus dokumentu

junção do documento comprovativo.

3. São nulos os actos praticados no processo posteriormente à data em que ocorreu o falecimento ou extinção que, nos termos do n.º 1, devia determinar a suspensão da instância, em relação aos quais fosse admissível o exercício do contraditório pela parte que faleceu ou se extinguiu.

4. A nulidade prevista no número anterior fica, porém, suprida se os actos praticados vierem a ser ratificados pelos sucessores da parte falecida ou extinta.

Artigo 233.º

Suspensão por falecimento ou impedimento do mandatário

No caso da alínea b) do n.º 1 do artigo 231.º, uma vez feita no processo a prova do facto, suspender-se-á imediatamente a instância; mas se o processo estiver concluso para a sentença ou em condições de o ser, a suspensão só se verificará depois da sentença.

Artigo 234.º

Suspensão por determinação do juiz

1. O tribunal pode ordenar a suspensão quando a decisão da causa estiver dependente do julgamento de outra já proposta ou quando ocorrer outro motivo justificado.

O acordo das partes não justifica, por si só, a suspensão.

2. Não obstante a pendência de causa prejudicial, não deve ser ordenada a suspensão se houver fundadas razões para crer que aquela foi intentada unicamente para se obter a suspensão ou se a causa dependente estiver tão adiantada que os prejuízos da suspensão superem as vantagens.

3. Quando a suspensão não tenha por fundamento a pendência de causa prejudicial, fixar-se-á no despacho o prazo durante o qual estará suspensa a instância.

Artigo 235.º

Regime da suspensão

1. Enquanto durar a suspensão só podem praticar-se validamente os actos urgentes destinados a evitar dano irreparável. A parte que esteja impedida de assistir a estes actos é representada pelo Ministério Público ou por advogado nomeado pelo juiz.

2. Os prazos judiciais não correm enquanto durar a suspensão. Nos casos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 231.º a suspensão inutiliza a parte do prazo que tiver decorrido anteriormente.

3. A simples suspensão não obsta a que a instância se extinga por desistência, confissão ou transacção, contando que estas não contrariem a razão justificativa da suspensão.

komprovativu.

3. Aktu prosesuál ne'ebé, liu tiha falesimentu ka extinsaun ne'ebé, tuir n.º 1, foo-fatin ba suspensaun iha instánsia, maka pratika, sei hetan nulidade kuandu parte ne'ebé mate ka extinge iha direitu atu foo resposta hasoru aktu ne'e.

4. Nulidade prevista iha número anteriór lakon tiha kuandu parte ne'ebé mate ka extinge nia susesor ratifika aktu sira referidu iha ne'ebá.

Artigu 233.º

Suspensaun tan mandatáriu nia falesimentu ka impedimentu

Iha kazu previstu iha artigu 231.º, n.º 1, alínea b), halo tiha prova iha prosesu kona-ba faktu ne'e, tenke suspende keda instánsia; maibé, prosesu ba tiha ona juíz ka bele ba ona juíz hodi halo sentensa karik, foo-sai tiha sentensa maka instánsia suspende.

Artigu 234.º

Suspensaun tan juíz nia orden

1. Tribunál bele haruka suspende instánsia kuandu, atu foo desizaun iha kauza, tenke halo uluk julgamentu iha kauza seluk ne'ebé tama tiha ona iha tribunál ka kuandu motivu justifikadu ruma mosu. Parte sira nia akordu, mesak deit, la serve hanesan motivu ba suspensaun.

2. Maske kauza prejudisiál lao daudaun ona, juíz la bele haruka suspende instánsia kuandu iha razaun atu fiar katak kauza prejudisiál ne'e tama deit hodi hetan suspensaun ka prejuizu ne'ebé suspensaun bele hamosu boot liu suspensaun nia vantajem tanba kauza dependente tama ona iha faze adiantada.

3. Kuandu laós kauza prejudisiál nia pendénsia maka serve hanesan baze ba suspensaun, juíz tenke fiksa prazu ba instánsia nia suspensaun ne'e.

Artigu 235.º

Suspensaun nia rejime¹²⁴

1. Iha tempu suspensaun nia laran bele pratika deit aktu urjente sira-ne'ebé tenke pratika duni atu evita danu¹²⁵ irreparavel. Ministériu Públiku ka advogadu ne'ebé juíz nomeia maka representa parte ne'ebé la bele asiste aktu sira-ne'e.

2. Prazu judisiál la lao iha suspensaun nia laran. Iha kazu previstu iha artigu 231.º, n.º 1, alínea a) no b), suspensaun inutiliza prazu nia rohan ne'ebé liu tiha ona.

3. Suspensaun la taka dalan ba instánsia atu extinge tan dezisténsia, konfisaun ka tranzasaun, sarak dezisténsia, konfisaun ka tranzasaun ne'e la hasoru razaun ne'ebé justifika¹²⁶ suspensaun ne'e.

Artigo 236.º
Como e quando cessa a suspensão

1. A suspensão cessa:

a) No caso da alínea a) do n.º 1 do artigo 231.º, quando for notificada a decisão que considere habilitado o sucessor da pessoa falecida ou extinta;

b) No caso da alínea b), quando a parte contrária tiver conhecimento judicial de que está constituído novo advogado, ou de que a parte já tem outro representante, ou de que cessou a impossibilidade que fizera suspender a instância;

c) No caso da alínea c), quando estiver definitivamente julgada a causa prejudicial ou quando tiver decorrido o prazo fixado;

d) No caso da alínea d), quando findar o incidente ou cessar a circunstância a que a lei atribui o efeito suspensivo.

2. Se a decisão da causa prejudicial fizer desaparecer o fundamento ou a razão de ser da causa que estivera suspensa, é esta julgada improcedente.

3. Se a parte demorar a constituição de novo advogado, pode qualquer outra parte requerer que seja notificada para o constituir dentro do prazo que for fixado. A falta de constituição dentro deste prazo tem os mesmos efeitos que a falta de constituição inicial.

4. Pode também qualquer das partes requerer que seja notificado o Ministério Público para promover, dentro do prazo que for designado, a nomeação de novo representante ao incapaz, quando tenha falecido o primitivo ou a sua impossibilidade se prolongue por mais de trinta dias. Se ainda não houver representante nomeado quando o prazo findar, cessa a suspensão, sendo o incapaz representado pelo Ministério Público.

Artigo 237.º
Factos que determinam a interrupção da instância

A instância interrompe-se, quando o processo estiver parado durante mais de um ano por negligência das partes em promover os seus termos ou os de algum incidente do qual dependa o seu andamento.

Artigo 238.º
Como cessa a interrupção

Cessa a interrupção, se o autor requerer algum acto do processo ou do incidente de que dependa o andamento dele, sem prejuízo do disposto na lei civil quanto à caducidade dos direitos.

Artigo 239.º
Causas de extinção da instância

Artigu 236.º
Oinsá no bainhira maka suspensaun hotu

1. Suspensaun hotu:

a) Iha kazu previstu iha artigu 231.º, n.º 1, alínea a), kuandu, halo tiha ona notifikasaun kona-ba desizaun ne'ebé foo habilitasaun ba matebian ka pesoa estinta nia susesór;

b) Iha kazu previstu iha artigu 231.º, n.º 1, alínea b), kuandu parte kontrária hetan koñesimentu judisiál katak parte ida seluk konstitui tiha ona advogadu foun ka iha ona representante seluk ka imposibilidade ne'ebé hamosu suspensaun iha instánsia hotu ona;

c) Iha kazu previstu iha artigu 231.º, n.º 1, alínea c), kuandu kauza prejudisiál hetan ona julgamentu definitivu ka liu tiha ona prazu fiksadu;

d) Iha kazu previstu iha artigu 231.º, n.º 1, alínea d), kuandu insidente hotu ka sirkunstánsia ne'ebé, tuir lei, hamosu efeitu suspensivu la iha ona.

2. Kuandu desizaun kona-ba kauza prejudisiál halakon kauza suspensa nia baze ka razaun-de-ser, tribunál julga kausa ne'e improsedente¹²⁷.

3. Kuandu parte demora atu konstitui advogadu foun, parte ida seluk bele husu ba tribunál atu notifika nia atu konstitui advogadu iha prazu fiksadu. Kuandu parte ne'e la konstitui advogadu iha prazu ne'e nia laran nia hetan konsekuénsia ne'ebé mosu kuandu nia la konstitui kedas advogadu iha inísiu.

4. Parte naran ida bele husu ba tribunál atu notifika Ministériu Públiku atu promove, iha prazu fiksadu nia laran, medida hodi nomeia inkapáz nia representante foun, kuandu ida uluk mate tiha ona ka la bele representa inkapáz durante tempu naruk liu loron tolunulu. Kuandu, liu tiha prazu fiksadu, representante seidak nomeia, suspensaun hotu no Ministériu Públiku maka representa inkapáz ne'e.

Artigu 237.º
Faktu ne'ebé hamosu interrupsaun iha instánsia

Instánsia interrompe kuandu prosesu para tiha durante liu tinan ida nia laran tanba parte sira la iha kuidadu atu promove prosesu ne'e nia termus ka insidente ne'ebé suspende tiha instánsia nia termus.

Artigu 238.º
Oinsá interrupsaun hotu

Interrupsaun hotu kuandu autór rekér aktu kona-ba prosesu ka insidente ne'ebé presiza ba prosesu atu lao fila-fali, sein prejuizu ba lei sivíl nia dispozisaun kona-ba direitu nia kadusidade.

Artigu 239.º
Saida maka hamosu extinsaun iha instánsia

A instância extingue-se com:

- a) O julgamento;
- b) O compromisso arbitral;
- c) A deserção;
- d) A desistência, confissão ou transacção;
- e) A impossibilidade ou inutilidade superveniente da lide.

Artigo 240.º

Casos de absolvição da instância

1. O juiz deve abster-se de conhecer o pedido e absolver o réu da instância:

- a) Quando julgue procedente a excepção de incompetência absoluta do tribunal;
- b) Quando anule todo o processo;
- c) Quando entenda que alguma das partes é destituída de personalidade judiciária ou que, sendo incapaz, não está devidamente representada ou autorizada;
- d) Quando considere ilegítima alguma das partes;
- e) Quando julgue procedente alguma outra excepção dilatória.

2. Cessa o disposto no número anterior quando o processo haja de ser remetido para outro tribunal e quando a falta ou a irregularidade tenha sido sanada.

Artigo 241.º

Alcance e efeitos da absolvição da instância

1. A absolvição da instância não obsta a que se proponha outra acção sobre o mesmo objecto.

2. Sem prejuízo do disposto na lei civil relativamente à prescrição e à caducidade dos direitos, os efeitos civis derivados da proposição da primeira causa e da citação do réu mantêm-se, quando seja possível, se a nova acção for intentada ou o réu for citado para ela dentro de trinta dias, a contar do trânsito em julgado da sentença de absolvição da instância.

3. Se o réu tiver sido absolvido por qualquer dos fundamentos compreendidos na alínea e) do n.º 1 do artigo 240.º, na nova acção que corra entre as mesmas partes podem ser aproveitadas as provas produzidas no primeiro processo e têm valor as decisões aí proferidas.

Artigo 242.º

Compromisso arbitral

1. Em qualquer estado da causa podem as partes acordar em que a decisão de toda ou parte dela seja cometida a um ou mais árbitros da sua escolha.

Instánsia extinge:

- a) Ho julgamentu;
- b) Ho kompromisu arbitrál;
- c) Ho dezersaun;
- d) Ho dezisténsia, konfisaun ka tranzasaun;
- e) Ho lide nia imposibilidade ka inutilidade.

Artigu 240.º **Absolvisaun iha instánsia**

1. Juíz la bele koñese pedidu no tenke absolve reu iha instánsia:
 - a) Kuandu julga prosedente exesaun tan tribunál iha inkompeténsia absoluta;
 - b) Kuandu anula prosesu tomak;
 - c) Kuandu entende katak parte ruma la iha personalidade judisiária ka, inkapáz karik, la iha representante ka autorizasaun devida;
 - d) Kuandu konsidera parte ruma ilejítima;
 - e) Kuandu julga prosedente exesaun dilatória seluk ruma.
2. Númeru anteriór nia dispozisaun la aplika kuandu tribunál haruka prosesu ba tribunál seluk no kuandu falta ka irregularidade ne'e hadia tiha ona.

Artigu 241.º **Absolvisaun iha instánsia nia alkanse no efeitou**

1. Absolvisaun iha instánsia la taka dalan atu hatama fali aksaun seluk ho objetu hanesan.
2. Sein prejuizu ba lei sivíl nia dispozisaun kona-ba direitu nia preskrisaun no kadusidade, efeitou ne'ebé moris tanba parte hatama aksaun ida primeiru ne'e ka tanba halo ona sitasaun ba reu sei moris nafatin, kuandu bele, kuandu hatama fali aksaun foun ka reu hetan fali sitasaun ba aksaun ne'e, iha lora tolunulu nia laran, hahú iha momentu ne'ebé sentensa ne'ebé absolve iha instánsia hetan trázitu-ein-julgadu.
3. Kuandu reu hetan absolvisaun ho fundamentu previstu iha artigu 240º, nº 1, alínea e), iha aksaun foun ne'ebé lao ho parte sira uluk ne'e nafatin bele aproveita fali prova ne'ebé prodúz tiha ona iha prosesu ida primeiru ne'e no desizaun ne'ebé foo tiha ona iha aksaun ne'e mos vale nafatin.

Artigu 242.º **Kompromisu arbitrál**

1. Iha aksaun nia faze naran ida parte sira bele halo akordu katak árbitru ida ka liu-tán, ne'ebé sira hili, maka foo desizaun kona-ba kauza ne'e tomak ka kausa ne'e nia baluk ruma.
2. Hakerek tiha iha autus termu kona-ba kompromisu arbitrál ka

2.Lavrado no processo o termo de compromisso arbitral ou junto o respectivo documento, examinar-se-á se o compromisso é válido em atenção ao seu objecto e à qualidade das pessoas; no caso afirmativo, a instância finda e as partes são remetidas para o tribunal arbitral, sendo cada uma delas condenada em metade das custas, salvo acordo expresse em contrário.

3.No tribunal arbitral não podem as partes invocar actos praticados no processo findo, a não ser aqueles de que tenham feito reserva expressa.

Artigo 243.º

Deserção da instância e dos recursos

1.Considera-se deserta a instância, independentemente de qualquer decisão judicial, quando esteja interrompida durante dois anos.

2.Os recursos são julgados desertos pela falta de alegação do recorrente ou quando, por inércia deste, estejam parados durante mais de um ano.

3.Tendo surgido algum incidente com efeito suspensivo, o recurso é julgado deserto se decorrer mais de um ano sem que se promovam os termos do incidente.

4.A deserção é julgada no tribunal onde se verifique a falta, por simples despacho do juiz ou do relator.

Artigo 244.º

Renovação da instância

1.Quando haja lugar a cessação ou alteração da obrigação alimentar judicialmente fixada, é o respectivo pedido deduzido como dependência da causa principal, seguindo-se, com as adaptações necessárias os termos desta, e considerando-se renovada a instância.

2.O disposto no número anterior é aplicável aos casos análogos, em que a decisão proferida acerca de uma obrigação duradoura possa ser alterada em função de circunstâncias supervenientes ao trânsito em julgado, que careçam de ser judicialmente apreciadas.

Artigo 245.º

Liberdade de desistência, confissão e transacção

1.O autor pode, em qualquer altura, desistir de todo o pedido ou de parte dele, como o réu pode confessar todo ou parte do pedido.

2.É lícito também às partes, em qualquer estado da instância, transigir sobre o objecto da causa.

Artigo 246.º

Efeito da confissão e da transacção

hatama tiha dokumentu respetivu, tribunál tenke haree kompromisu ne'e vale ka lae, tuir nia objetu no ema sira-ne'ebé halo-parte nia kualidade; iha kazu afirmativu, instánsia hotu no tribunál haruka parte sira ba tribunál arbitrál no kondena sira ida-idak seluk kustus sorin ida, salvu akordu seluk.

3. Iha tribunál arbitrál parte sira la bele invoka fali aktu ne'ebé halo tiha ona iha prosesu findu ne'e, salvu aktu sira-ne'ebé sira halo kedas rezerva espresa atu invoka.

Artigu 243.º

Dezesaun iha instánsia no iha rekursu

1. Instánsia sei konsidera dezerta, maske la iha desizaun judisiál, kuandu interrompe tiha durante tinan rua nia laran.

2. Tribunál sei julga rekursu dezertu kuandu rekorrente la halo alegasaun ka kuandu rekursu ne'e para tiha durante liu tinan ida nia laran tanba rekorrente nia inérsia.

3. Kuandu insidente ruma ho efeitu suspensivu mosu, tribunál sei julga rekursu dezertu kuandu durante liu tinan ida nia laran rekorrente la promove insidente ne'e nia termus.

4. Tribunál iha ne'ebé falta ne'e akontese maka julga dezesaun ne'e, ho juíz ka relatór nia despaxu.

Artigu 244.º

Instánsia nia renovasaun

1. Pedidu atu para ka altera obrigasaun alimentár ne'ebé tribunál fixa tiha ona tenke halo hanesan kauza prinsipál nia dependénsia, tuir kauza ne'e nia termus, ho adaptasaun, no iha ne'e sei konsidera katak instánsia renova fali.

2. Númeru anteriór nia dispozisaun sei aplika ba kazu análogo iha ne'ebé tribunál bele altera desizaun kona-ba obrigasaun duradoura tanba sirkunstánsia ne'ebé liu tiha tránzitu-ein-julgadu maka mosu no tribunál tenke apresia.

Artigu 245.º

Liberdade ba dezisténsia, konfisaun no tranzasaun

1. Autór bele dezixte hosi pedidu tomak ka baluk deit, iha altura naran ida; reu bele konfesa pedidu tomak ka baluk deit.

2. Parte sira bele tranzije kona-ba kauza nia objetu, iha instánsia nia estadu naran ida.

Artigu 246.º

Konfisaun no tranzasaun nia efeitu

A confissão e a transacção modificam o pedido ou fazem cessar a causa nos precisos termos em que se efectuem.

Artigo 247.º
Efeito da desistência

- 1.A desistência do pedido extingue o direito que se pretendia fazer valer.
- 2.A desistência da instância apenas faz cessar o processo que se instaurara.

Artigo 248.º
Tutela dos direitos do réu

- 1.A desistência da instância depende da aceitação do réu, desde que seja requerida depois do oferecimento da contestação.
- 2.A desistência do pedido é livre, mas não prejudica a reconvenção, a não ser que o pedido reconvençional seja dependente do formulado pelo autor.

Artigo 249.º
Desistência, confissão ou transacção de pessoas colectivas, sociedades, incapazes ou ausentes

Os representantes das pessoas colectivas, sociedades, incapazes ou ausentes só podem desistir, confessar ou transigir nos precisos limites das suas atribuições ou precedendo autorização especial.

Artigo 250.º
Desistência, confissão e transacção no caso de litisconsórcio

- 1.No caso de litisconsórcio voluntário, é livre a confissão, desistência e transacção individual, limitada ao interesse de cada um na causa.
- 2.No caso de litisconsórcio necessário, a confissão, desistência ou transacção de alguns dos litisconsortes só produz efeitos quanto a custas.

Artigo 251.º
Limites objectivos da confissão, desistência e transacção

- 1.Não é permitida confissão, desistência ou transacção que importe a afirmação da vontade das partes relativamente a direitos indisponíveis.
- 2.É livre, porém, a desistência nas acções de divórcio e de separação de pessoas e bens.

Artigo 252.º
Como se realiza a confissão, desistência ou transacção

Konfisaun no tranzasaun modifika pedidu ka halo aksaun para, nu'udar nia termus rasik.

Artigu 247.º
Dezisténsia nia efeitu

1. Dezisténsia iha pedidu halo-mate direitu ne'ebé autór hakarak hetan iha aksaun.
2. Dezisténsia iha instánsia halo-mate deit prosesu ne'ebé autór hatama.

Artigu 248.º
Tutela ba reu nia direitu

1. Kuandu reu hatama tiha ona kontestasaun maka dezisténsia iha instánsia tama, dezisténsia ne'e vale deit kuandu reu simu.
2. Autór iha liberdade atu dezixte iha pedidu, maibé dsixténsia ne'e la bele prejudika rekonsensaun, salvu kuandu pedidu rekonsensionál ne'e depende hosi autór nia pedidu.

Artigu 249.º
Pesoa koletiva, sosiedade, inkapáz ka auzente nia dezisténsia, konfisaun ka tranzasaun

Pesoa koletiva, sosiedade, inkapáz ka auzente nia representante bele desixte, konfesa ka tranzije deit iha nia atribuisaun nia laran ka ho autorizasaun espesiál.

Artigu 250.º
Dezisténsia, konfisaun ka tranzasaun iha litiskonsórsiu

1. Iha litiskonsórsiu voluntáriu litiskonsorte ida-idak bele konfesa, desixte ka tranzije, sarak la liu nia interese iha kauza.
2. Iha litiskonsórsiu nesésáriu litiskonsorte ida-idak nia konfisaun, dsixténsia ka tranzasaun iha efeitu deit kona-ba kustas.

Artigu 251.º
Konfisaun, dezisténsia no tranzasaun nia limite objetivu

1. La bele iha konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun ne'ebé husik parte sira deside kona-ba direitu indisponível.
2. Maibé iha aksaun ba divórsiu no ba separasaun ba ema ka bein, bele iha dezisténsia.

Artigu 252.º
Oinsá halo konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun

1.A confissão, desistência ou transacção podem fazer-se por documento autêntico ou particular, sem prejuízo das exigências de forma da lei substantiva, ou por termo no processo.

2.O termo é tomado pela secretaria a simples pedido verbal dos interessados.

3.Lavrado o termo ou junto o documento, examinar-se-á se, pelo seu objecto e pela qualidade das pessoas que nela intervieram, a confissão, desistência ou transacção é válida, e, no caso afirmativo, assim será declarado por sentença, condenando-se ou absolvendo-se nos seus precisos termos.

4.A transacção pode também fazer-se em acta, quando resulte de conciliação obtida pelo juiz. Em tal caso, limitar-se-á este a homologá-la por sentença ditada para a acta, condenando nos respectivos termos.

Artigo 253.º

Nulidade e anulabilidade da confissão

1.A confissão, a desistência e a transacção podem ser declaradas nulas ou anuladas como os outros actos da mesma natureza.

2.O trânsito em julgado da sentença proferida sobre a confissão, desistência ou transacção não obsta a que se intente a acção destinada à declaração de nulidade ou à anulação de qualquer delas, sem prejuízo da caducidade do direito a esta última.

3.Quando a nulidade provenha unicamente da falta de poderes do mandatário judicial ou da irregularidade do mandato, a sentença homologatória é notificada pessoalmente ao mandante, com a cominação de, nada dizendo, o acto ser havido por ratificado e a nulidade suprida; se declarar que não ratifica o acto do mandatário, este não produzirá quanto a si qualquer efeito.

SECÇÃO III

DOS INCIDENTES DA INSTÂNCIA

SUBSECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 254.º

Regra geral

Em quaisquer incidentes inseridos na tramitação de uma causa observar-se-á, na falta de regulamentação especial, o que vai disposto nesta secção.

Artigo 255.º

Indicação das provas e oposição

1. Konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun bele halo ho dokumentu auténtiku ka partikulár, sein prejuizu ba forma ne'ebé lei substantiva ezije, ka ho termu iha autus.
2. Sekretaria maka hakerek termu, tuir interesadu sira nia pedidu verbál.
3. Hakerek tiha termu ka hatama tiha dokumentu, tribunál tenke haree konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun ne'e vale ka lae, tuir nia objetu, no interveniente sira nia kualidade, no, iha situasaun afirmativa, sei deklara iha sentensa no kondena no absolve nu'udar konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun ne'e nia termus.
4. Tranzasaun bele halo mos iha akta, kuandu mai hosi konsiliaun ne'ebé parte sira halo iha juíz nia oin. Iha kazu ne'e juíz omologa tranzasaun ne'e ho sentensa ne'ebé nia haruka hakerek iha akta, ho kondenasau tuir tranzasaun ne'e nia termus.

Artigu 253.º

Konfisaun nia nulidade no anulabilidade

1. Tribunál bele deklara konfisaun, dezisténsia no tranzasaun nula ka anulada, nu'udar bele halo ba aktu sira-ne'ebé iha natureza hanesan.
2. Maske sentensa kona-ba konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun hetan tiha ona tránzitu-ein-julgadu, bele hatama aksaun atu husu ba tribunál atu deklara konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun ne'e nia nulidade ka anulasaun, sein prejuizu ba direitu atu hetan anulasaun nia kadusidade.
3. Kuandu nulidade mosu deit tanba mandatáriu judisiál la iha podér ka tanba mandatu laós regulár, tenke notifika sentensa omologatória ba mandante rasik, ho kominasaun katak, la dehan buat ida karik, sei konsidera katak nia ratifika aktu ne'e no nulidade ne'e hadia ona; mandante ne'e dehan katak nia la ratifika mandatáriu nia aktu karik, aktu ne'e la iha efeitu ida ba nia.

SEKSAUN III

INSIDENTE IHA INSTÁNSIA

SUBSEKSAUN I

DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 254.º

Regra jerál

Iha insidente ne'ebé mosu iha aksaun ida nia tramitasaun tenke tuir seksaun ida-ne'e nia dispozisaun kuandu la iha regulamentasaun espesiál.

Artigu 255.º

Prova

1.No requerimento em que se suscite o incidente e na oposição que lhe for deduzida, devem as partes oferecer o rol de testemunhas e requerer os outros meios de prova.

2.A oposição é deduzida no prazo de dez dias.

3.A falta de oposição no prazo legal determina, quanto à matéria do incidente, a produção do efeito cominatório que vigore na causa em que o incidente se insere.

Artigo 256.º

Limite do número de testemunhas e registo dos depoimentos

1.A parte não pode produzir mais de três testemunhas sobre cada facto, nem o número total das testemunhas, por cada parte, será superior a oito.

2.Os depoimentos prestados antecipadamente ou por carta são gravados ou registados.

3.Quando sejam prestados no tribunal da causa, os depoimentos produzidos em incidentes que não devam ser instruídos e julgados conjuntamente com a matéria daquela são gravados ou registados se, comportando a decisão a proferir no incidente recurso ordinário, alguma das partes tiver requerido a gravação.

4.O requerimento previsto no número anterior é apresentado conjuntamente com o requerimento e oposição a que aludem os artigos anteriores.

5.Finda a produção da prova, o juiz declara quais os factos que julga provados e não provados, observando, com as devidas adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo 407.º.

SUBSECÇÃO II

VERIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA

Artigo 257.º

Atribuição de valor à causa e sua influência

1.A toda a causa deve ser atribuído um valor certo, expresso em moeda legal, o qual representa a utilidade económica imediata do pedido.

2.A este valor se atenderá para determinar a competência do tribunal e a relação da causa com a alçada do tribunal.

3.Para o efeito das custas e demais encargos legais, o valor da causa é fixado segundo as regras estabelecidas na legislação respectiva.

Artigo 258.º

Critérios gerais para a fixação do valor

1.Se pela acção se pretende obter qualquer quantia certa em dinheiro, é esse o valor da causa, não sendo atendível impugnação nem acordo

1. Iha rekerimentu ne'ebé suxita insidente no iha opozisaun hasoru rekerimentu ne'e parte sira tenke hatudu kedas testemuña no rekér meu ba prova sira seluk.
2. Opozisaun tenke hatoo iha loron sanulu nia laran.
3. Kuandu la iha opozisaun kona-ba matéria iha insidente iha prazu legál nia laran, sei mosu efeitu kominatóriu hanesan ida-ne'ebé previstu iha kauza prinsipál.

Artigu 256.º

Testemuña nia número no depoimentu nia rejistu

1. Parte ida-idak bele foo deit testemuña tolu ba faktu ida-idak, no testemuña sira-ne'e hamutuk la bele liu nain ualu.
2. Depoimentu ne'ebé foo antesipadamente ka iha karta prekatória tenke grava ka rejista tiha.
3. Depoimentu kona-ba insidente ne'ebé nia instrusaun no julgamentu la tenke lao hamutuk ho aksaun nia matéria tenke grava ka rejista kuandu foo iha tribunál iha ne'ebé aksaun lao, desizaun iha insidente ne'e bele hasoru rekursu ordináriu no parte ruma husu gravasaun.
4. Rekerimentu atu husu gravasaun tenke apresenta hamutuk ho rekerimentu no opozisaun referidu iha artigu anteriór sira.
5. Prodúz tiha prova, juíz deklara faktu sira-ne'ebé maka nia konsidera provadu no faktu sira-ne'ebé maka nia konsidera la-provadu, tuir, ho adaptasaun, artigu 407º, nº 2, nia dispozisaun.

SUBSEKSAUN II

VERIFIKASAUN BA AKSAUN NIA VALÓR

Artigu 257.º

Aksaun nia valór no valór ne'e nia influénsia

1. Tenke atribui ba kauza ida-idak valór ida, espresu iha moeda legál; valór ne'e maka representa pedidu nia utilidade ekonómika imediata.
2. Tribunál nia kompeténsia no aksaun nia relasaun ho tribunál nia alsada tenke fiksa tuir valór ne'e.
3. Kona-ba kustus no enkargu legál sira seluk, aksaun nia valór tenke fiksa tuir regra ne'ebé lejislasaun respetiva estabelese.

Artigu 258.º

Kritériu jerál atu fiksa aksaun nia valór

1. Iha aksaun atu hetan osan ho valór sertu, aksaun nia valór maka valór ida-ne'e, no la bele iha impugnasaun ka akordu atu fiksa valór seluk; iha aksaun atu hetan benefísiu seluk, aksaun nia valór maka

em contrário; se pela acção se pretende obter um benefício diverso, o valor da causa é a quantia em dinheiro equivalente a esse benefício.

2. Cumulando-se na mesma acção vários pedidos, o valor é a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; mas quando, como acessório do pedido principal, se pedirem juros, rendas e rendimentos já vencidos e os que se vencerem durante a pendência da causa, na fixação do valor atende-se somente aos interesses já vencidos.

3. No caso de pedidos alternativos, atender-se-á unicamente ao pedido de maior valor e, no caso de pedidos subsidiários, ao pedido formulado em primeiro lugar.

Artigo 259.º **Crítérios especiais**

1. Nas acções de despejo, o valor é o da renda anual, acrescido das rendas em dívida e da indemnização requerida.

2. Nas acções de alimentos definitivos e nas de contribuição para despesas domésticas o valor é o quántuplo da anuidade correspondente ao pedido.

3. Nas acções da prestação de contas, o valor é o da receita bruta ou o da despesa apresentada, se lhe for superior.

Artigo 260.º **Momento a que se atende para a determinação do valor**

1. Na determinação do valor da causa, deve atender-se ao momento em que a acção é proposta.

2. Exceptua-se o caso de o réu deduzir reconvenção ou de haver intervenção principal, em que o valor do pedido formulado pelo réu ou pelo interveniente, quando distinto do deduzido pelo autor, se soma ao valor deste; mas este aumento de valor só produz efeitos no que respeita aos actos e termos posteriores à reconvenção ou à intervenção.

3. Nos processos de liquidação ou noutros em que, analogamente, a utilidade económica do pedido só se define na sequência da acção, o valor inicialmente aceite será corrigido logo que o processo forneça os elementos necessários.

Artigo 261.º **Valor da acção no caso de prestações vencidas**

Se na acção se pedirem, nos termos do artigo 354.º, prestações vencidas e prestações vincendas, tomar-se-á em consideração o valor de umas e outras.

Artigo 262.º **Valor da acção determinado pelo valor do acto jurídico**

benefísiu ne'e nia valór monetáriu.

2. Kuandu pedidu barak tama iha aksaun ida deit, aksaun ne'e nia valór maka pedidu sira-ne'e nia valór tau-hamutuk; kuandu hamutuk ho pedidu prinsipál tama hanesan asesóriu pedidu kona-ba juru, renda no rendimentu vensidu no juru, renda no rendimentu ne'ebé sei vense iha aksaun nia laran, sei konsidera deit juru, renda no rendimentu vensidu atu fiksa aksaun nia valór.

3. Kuandu iha pedidu alternativu, tenke konsidera deit pedidu ne'ebé iha valór aas liu; kuandu iha pedidu subsidiáriu, tenke konsidera deit pedidu ne'ebé formula primeiru, atu fiksa aksaun nia valór.

Artigu 259.º **Kritériu espesiál**

1. Iha aksaun ba despeju, aksaun nia valór maka renda anuál hamutuk ho renda ne'ebé seidak selu no indemnizasaun rekerida.

2. Iha aksaun ba alimentu definitivu no iha aksaun ba kontribuisaun ba despeza doméxtika, aksaun nia valór maka valór pedidu nia valór anuál tau hamutuk dala lima.

3. Iha aksaun atu presta-konta aksaun nia valór maka reseita bruta nia valór ka despeza apresentada nia valór, kuandu ida-ne'e boot liu.

Artigu 260.º **Momentu ne'ebé tenke konsidera atu fiksa valór**

1. Tenke konsidera momentu iha ne'ebé aksaun tama iha tribunál hodi fiksa aksaun nia valór.

2. Kuandu reu hatoo rekonvensaun ka iha intervensaun prinsipál, pedidu rekonvensionál nia valór ka interveniente nia pedidu, kuandu la hanesan ho autór nia pedidu, sei sura-hamutuk ho pedidu ida-ne'e nia valór; maibé aumentu iha valór ida-ne'e iha efeitu deit ba aktu no termus ne'ebé tuir fali rekonvensaun ka intervensaun ne'e.

3. Iha prosesu ba likidasaun ka iha prosesu seluk iha ne'ebé, tuir analogia, pedidu nia utilidade ekonómika sei define deit ho aksaun ne'e, valór ne'ebé fiksa uluk tiha ona iha inísiu tenke korrije fila-fali iha momentu ne'ebé prosesu iha elementu nesesáriu atu halo korresaun ne'e.

Artigu 261.º **Aksaun nia valór iha pedidu ba prestasaun vinsenda**

Iha aksaun atu husu prestasaun vensida no prestasaun vinsenda, tuir artigu 354.º, tenke sura-hamutuk prestasaun sira-ne'e hotu nia valór.

Artigu 262.º **Aksaun nia valór tuir aktu jurídiku nia valór**

1.Quando a acção tiver por objecto a apreciação da existência, validade, cumprimento, modificação ou resolução de um acto jurídico, atender-se-á ao valor do acto determinado pelo preço ou estipulado pelas partes.

2.Se não houver preço nem valor estipulado, o valor do acto determinar-se-á em harmonia com as regras gerais.

3.Se a acção tiver por objecto a anulação do contrato fundada na simulação do preço, o valor da causa é o maior dos dois valores em discussão entre as partes.

Artigo 263.º

Valor da acção determinado pelo valor da coisa

1.Se a acção tiver por fim fazer valer o direito de propriedade sobre uma coisa, o valor desta determina o valor da causa.

2.Tratando-se de outro direito real, atender-se-á ao seu conteúdo e duração provável.

Artigo 264.º

Valor das acções sobre o estado das pessoas ou sobre interesses imateriais

As acções sobre o estado de pessoas ou sobre interesses imateriais consideram-se sempre de valor equivalente a cinco mil dólares americanos.

Artigo 265.º

Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares

1.O valor dos incidentes é o da causa a que respeitam, salvo se o incidente tiver realmente valor diverso do da causa, porque neste o valor é determinado em conformidade dos artigos anteriores.

2.O valor do processo ou incidente de caução é determinado pela importância a caucionar ou pelo valor da coisa depositada

3.O valor dos procedimentos cautelares é determinado nos termos seguintes:

a)Nos alimentos provisórios e no arbitramento de reparação provisória, pela mensalidade pedida, multiplicada por doze;

b)Na restituição provisória de posse, pelo valor da coisa esbulhada;

c)Na suspensão de deliberações sociais, pela importância do dano;

d)No embargo de obra nova e nas providências cautelares não especificadas, pelo prejuízo que se quer evitar;

e)No arresto, pelo montante do crédito que se pretende garantir;

f)No arrolamento, pelo valor dos bens arrolados.

Artigo 266.º

Poderes das partes quanto à indicação do valor

1. Iha aksaun atu apresia aktu jurídiku ida nia ezixténsia, validade, kumprimentu, modifikasaun ka rezolusaun, tenke konsidera aktu ne'e nia valór tuir nia folin ka tuir parte sira estabelese.
2. Kuandu la iha folin ka valór estabesidu, aktu ne'e nia valór sei determina tuir regra jerál.
3. Iha aksaun atu anula kontratu ho baze iha simulasau nia folin, aksaun nia valór maka valór ida-ne'ebé boot liu hosi rua ne'ebé parte sira diskute.

Artigu 263.º

Aksaun nia valór tuir koiza ida nia valór

1. Iha aksaun atu hetan direitu réal ba propriedade ba buat ida, aksaun nia valór maka buat ne'e nia valór.
2. Iha aksaun atu hetan direitu réal seluk, tenke konsidera direitu ne'e nia konteúdu no durasaun provavel atu fiksa aksaun nia valór.

Artigu 264.º

Aksaun kona-ba ema nia estadu no kona-ba interese imateriál

Aksaun kona-ba ema nia estadu ka kona-ba interese imateriál vale dolar amerikanu rihun lima.

Artigu 265.º

Insidente no prosedimentu kautelár nia valór

1. Insidente nia valór maka aksaun iha ne'ebé insidente ne'e mosu nia valór; maibé, kuandu iha duni valór rasik ne'ebé la hanesan ho aksaun nia valór, insidente ne'e nia valór sei fiksa tuir artigu anteriór sira.
2. Prosesu ka insidente ba kausaun nia valór maka valór ne'ebé atu foo hanesan kausaun ka buat ne'ebé entrega ba depózi nia valór.
3. Prosedimentu kautelár nia valór sei fiksa hanesan tuirmai ne'e:
 - a) Iha prosedimentu kautelár ba alimentu provizóriu no iha arbitramentu ba reparasaun provizória, maka mensalidade pedida tau hamutuk dala sanulu-resin rua;
 - b) Iha prosedimentu kautelár ba restituisaun provizória iha pose, maka koiza exbullada nia valór;
 - c) Iha providénsia kautelár atu suspende deliberasaun sosiál, maka prejuizu nia valór;
 - d) Iha embargo ba obra nova no iha providénsia kautelár la espesifikadu, maka prejuizu ne'ebé hakarak evita;
 - e) Iha arrestu, maka kréditu ne'ebé hakarak garante;
 - f) Iha arrolamentu, maka bein arroladu sira nia valór.

Artigu 266.º

Parte sira nia podér atu hatudu valór

1.No articulado em que deduza a sua defesa, pode o réu impugnar o valor da causa indicado na petição inicial, contando que ofereça outro em substituição. Nos articulados seguintes podem as partes acordar em qualquer valor.

2.Se o processo admitir unicamente dois articulados, tem o autor a faculdade de vir declarar que aceita o valor oferecido pelo réu.

3.Quando a petição inicial não contenha a indicação do valor e, apesar disso, haja sido recebida, deve o autor ser convidado, logo que a falta seja notada e sob cominação de a instância se extinguir, a declarar o valor; neste caso, dar-se-á conhecimento ao réu da declaração feita pelo autor; e, se já tiverem findado os articulados, pode o réu impugnar o valor declarado pelo autor.

4.A falta de impugnação por parte do réu significa que aceita o valor atribuído à causa pelo autor.

Artigo 267.º

A vontade das partes e a intervenção do juiz na fixação do valor

1.O valor da causa é aquele em que as partes tiverem acordado, expressa ou tacitamente, salvo se o juiz, findos os articulados, entender que o acordo está em flagrante oposição com a realidade, porque neste caso fixará à causa o valor que considere adequado.

2.Se o juiz não tiver usado desse poder, o valor considera-se definitivamente fixado, na quantia acordada, logo que seja proferido despacho saneador.

3.Nos casos a que se refere o n.º 3 do artigo 260.º e naqueles em que não haja lugar a despacho saneador, o valor da causa considera-se definitivamente fixado logo que seja proferida sentença.

Artigo 268.º

Valor dos incidentes

1.Se a parte que deduzir qualquer incidente não indicar o respectivo valor, entende-se que aceita o valor dado à causa; a parte contrária pode, porém, impugnar o valor com fundamento em que o incidente tem valor diverso do da causa, observando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo anterior e nos artigos 269.º e 270.º.

2.A impugnação é igualmente admitida quando se haja indicado para o incidente valor diverso do da causa e a parte contrária se não conforme com esse valor.

Artigo 269.º

Determinação do valor quando não sejam suficientes a vontade das partes e o poder do juiz

Quando as partes não tenham chegado a acordo ou o juiz o não

1. Iha artikulado atu hatoo defeza reu bele impugna aksaun nia valór ne'ebé autór hatudu iha petisaun inisiál, sarak nia hatudu valór seluk ba ida-ne'ebá nia fatin. Iha artikulado sira-ne'ebé tuir fali parte sira bele halo akordu kona-ba valór naran ida.
2. Iha prosesu ne'ebé tenke iha deit artikulado rua, autór bele deklara katak nia simu valór ne'ebé reu hatudu.
3. Kuandu autór la hatudu valór iha petisaun maibé tribunál simu petisaun ne'e, kuandu haree falta ne'e, tenke konvida autór mai hatudu valór ne'e, ho kominasaun katak, selae, instánsia extinge; sei foo-hatene ba reu valór ne'ebé autór hatudu, no, artikulado hotu tiha ona karik, reu bele impugna valór ne'ebé autór hatudu.
4. Sei konsidera katak reu simu aksaun nia valór ne'ebé autór hatudu kuandu nia la impugna valór ne'e.

Artigu 267.º

Parte sira nia vontade no juíz nia intervensaun atu fiksa valór

1. Aksaun nia valór maka ida-ne'ebé parte sira estabelese iha akordu, espresa ka tasitamente; maibé, kuandu, liu tiha artikulado, haree katak akordu ne'e hasoru realidade, juíz sei fiksa valór ne'ebé konsidera adekuaudu ba kauza ne'e.
2. Kuandu juíz la uza podér ida-ne'e, foo-sai tiha despaxu saneadór, valór ne'e la bele muda ona.
3. Iha kazu referidu iha artigu 260º, nº 3, no iha sira-ne'ebé despaxu saneadór la tama, foo-sai tiha sentensa, valór ne'e la bele muda ona.

Artigu 268.º

Insidente nia valór

1. Kuandu parte ne'ebé dedúz insidente la hatudu nia valór, ita tenke konsidera katak nia simu valór ne'ebé foo tiha ona ba aksaun; maibé, parte kontrária bele impugna valór ne'e ho fundamentu katak insidente nia valór la hanesan ho aksaun nia valór, no, iha ne'e, sei tuir, ho adaptasaun, artigu anteriór no artigu 269º no 270º sira nia dispozisaun.
2. Bele iha mos impugnasaun kuandu, hatudu tiha ba insidente valór la hanesan ho aksaun nian, parte kontrária la simu valór ida-ne'e.

Artigu 269.º

Valór kuandu parte sira nia vontade no juíz nia podér la too atu fiksa

Kuandu parte sira la hetan akordu kona-ba valór ka juíz la simu akordu

aceite, a determinação do valor da causa faz-se em face dos elementos do processo ou, sendo estes insuficientes, mediante as diligências indispensáveis, que as partes requererem ou o juiz ordenar.

Artigo 270.º

Fixação do valor por meio de arbitramento

Se for necessário proceder a arbitramento, será este feito por um único perito nomeado pelo juiz, não havendo neste caso segundo arbitramento.

SUBSECÇÃO III INTERVENÇÃO PRINCIPAL DE TERCEIROS

DIVISÃO I INTERVENÇÃO ESPONTÂNEA

Artigo 271.º

Quando tem lugar

Estando pendente uma causa entre duas ou mais pessoas, pode nela intervir como parte principal:

- a) Aquele que, em relação ao objecto da causa, tiver um interesse igual ao do autor ou do réu, nos termos do artigo 31.º;
- b) Aquele que, nos termos do artigo 34.º, pudesse coligar-se com o autor.

Artigo 272.º

Posição do interveniente

O interveniente principal faz valer um direito próprio, paralelo ao do autor ou do réu, apresentando o seu próprio articulado ou aderindo aos apresentados pela parte com quem se associa.

Artigo 273.º

Oportunidade da intervenção

1. A intervenção fundada na alínea a) do artigo 271.º é admissível a todo o tempo, enquanto não estiver definitivamente julgada a causa; a que se baseia na alínea b) só é admissível enquanto o interveniente possa deduzir a sua pretensão em articulado próprio.

2. O interveniente aceita a causa no estado em que se encontrar, sendo considerado revel quanto aos actos e termos anteriores; mas goza de todos os direitos de parte principal a partir do momento da sua intervenção.

ne'e, valór tenke fiksa tuir elementu ne'ebé tama iha prosesu; kuandu elementu ne'e la too, tenke halo diliénsia indispensavel, ne'ebé parte sira rekér ka juíz haruka, hodi fiksa valór.

Artigu 270.º
Valór ho arbitramentu

Kuandu tenke halo arbitramentu hodi fiksa valór, peritu ida deit, ne'ebé juíz nomeia, maka halo arbitramentu, no la iha segundu arbitramentu.

SUBSEKSAUN III
TERSEIRU NIA INTERVENSAUN PRINSIPÁL

DIVIZAUN I
INTERVENSAUN ESPONTÁNEA

Artigu 271.º
Bainhira maka iha

Kuandu aksaun ida lao daudaun entre ema nain rua ka liu-tán, bele tama hanesan parte prinsipál:

- a) Ema ne'ebé iha interese hanesan ho autór ka reu nian, nu'udar artigu 31º, kona-ba aksaun nia objetu;
- b) Ema ne'ebé bele halo koligasaun ho autór, tuir artigu 34º.

Artigu 272.º
Interveniente nia pozisaun

Interveniente prinsipál apresenta nia artikuladu rasik ka halo ninian artikuladu ne'ebé parte ne'ebé nia halo koligasaun ho apresenta, atu hetan rekoñesimentu ba nia direitu rasik ida, paralelu ho autór ka reu nian.

Artigu 273.º
Oportunidade ba intervensaun

1. Intervensaun ho baze iha artigu 271º, alínea a) bele akontese iha momentu naran ida, enkuantu aksaun seidak hetan julgamentu definitivu; intervensaun ho baze iha artigu 271º, alínea b), bele akontese deit enkuantu interveniente bele apresenta nia pedidu iha nia artikuladu rasik.
2. Interveniente simu aksaun iha situasaun ne'ebé nia hetan, no ita tenke konsidera nia hanesan revél kona-ba aktu no termus sira-ne'ebé anteriór; maibé, hahú iha momentu ne'ebé nia tama iha aksaun, nia iha direitu hotu-hotu ne'ebé parte prinsipál iha.

Artigo 274.º
Dedução da intervenção

1. Quando a intervenção tenha lugar antes de proferido o despacho saneador, o interveniente pode deduzi-la em articulado próprio, formulando a sua própria petição, se a intervenção for activa, ou contestando a pretensão do autor, se se tratar de intervenção passiva.
2. Quando o processo não comportar despacho saneador, a intervenção nos termos previstos no número anterior pode ter lugar até ser designado dia para discussão e julgamento em primeira instância, ou até ser proferida sentença em primeira instância, se não houver lugar nem a despacho saneador, nem a audiência final.
3. Sendo a intervenção posterior aos momentos processuais referidos nos números anteriores, o interveniente deduzi-la-á em simples requerimento, fazendo seus os articulados do autor ou do réu.
4. Se a intervenção for deduzida em articulado próprio, o interveniente apresentará duplicados para serem entregues tanto ao autor como ao réu.

Artigo 275.º
Oposição das partes

1. Requerida a intervenção, o juiz, se não houver motivo para a rejeitar liminarmente, ordena a notificação de ambas as partes primitivas para lhe responderem, podendo estas opor-se ao incidente com o fundamento de que não se verifica nenhum dos casos previstos no artigo 271.º.
2. A parte com a qual o interveniente pretende associar-se deduz a oposição em requerimento simples e no prazo de dez dias; a parte contrária deve deduzi-la nos mesmos termos, se o interveniente não tiver apresentado articulado próprio, podendo a oposição neste caso fundar-se também em que o estado do processo já não permite a essa parte fazer valer defesa especial que tenha contra o interveniente.
3. Se o interveniente tiver apresentado articulado próprio, a parte contrária cumulará a oposição ao incidente com a que deduzir contra o articulado do interveniente, seguindo-se os demais articulados admissíveis.
4. O juiz decide da admissibilidade da intervenção no despacho saneador, se o processo o comportar e ainda não tiver sido proferido ou, no caso contrário, logo após o decurso do prazo para a oposição.

DIVISÃO II
INTERVENÇÃO PROVOCADA

Artigo 276.º
Âmbito

Artigu 274.º
Intervensaun nia dedusaun

1. Kuandu intervenisaun akontese molok juíz foo despaxu saneadór, interveniente bele dedúz intervenisaun ne'e iha nia artikuladu rasik, iha ne'ebé nia hatama nia petisaun, kuandu iha intervenisaun aktiva, ka kontesta autór nia pretensaun, kuandu iha intervenisaun pasiva.
2. Kuandu iha prosesu la tama despaxu saneadór, intervenisaun tuir número anteriór bele akontese too marka loron ba diskusaun no julgamentu iha primeira instánsia, ka too juíz foo sentensa iha primeira instánsia, kuandu la iha despaxu saneadór no audiénsia final.
3. Kuandu liu tiha momentu sira-ne'ebé número anteriór sira refere maka intervenisaun akontese, interveniente dedúz intervenisaun ne'e ho rekerimentu simples no halo ninian artikuladu ne'ebé autór ka reu apresenta.
4. Kuandu dedúz intervenisaun iha nia artikuladu rasik, interveniente tenke apresenta duplikadu atu entrega ba autór no reu.

Artigu 275.º
Parte sira nia opozisaun

1. Tama tiha rekerimentu ba intervenisaun, juíz, kuandu la iha motivu atu rejenta liminarmente, haruka notifika parte primitiva sira atu foo resposta; parte sira-ne'e bele halo opozisaun ba insidente ne'e ho fundamentu katak la tama iha kazu sira-ne'ebé artigu 271º prevé.
2. Parte ne'ebé interveniente hakarak asosia-án dedúz opozisaun ho rekerimentu simples, iha loron sanulu nia laran; parte kontrária mos bele dedúz opozisaun hanesan ne'e, kuandu interveniente la apresenta nia artikuladu rasik, no bele uza hanesan fundamentu katak prosesu nia estadu la foo-fatin ba parte ne'e atu apresenta defeza espesiál hasoru interveniente.
3. Kuandu interveniente apresenta nia artikuladu rasik, parte kontrária kumula opozisaun ba insidente ne'e ho opozisaun ne'ebé nia dedúz hasoru interveniente nia artikuladu, no sei tuir fali artikuladu admisivel sira seluk.
4. Juíz sei decide nia admite intervenisaun ne'e ka lae, iha despaxu saneadór, kuandu iha prosesu tama mos despaxu saneadór no despaxu ne'e seidak profere, ka liu tiha prazu ba opozisaun, kuandu la iha despaxu saneadór.

DIVISAUN II
INTERVENISAUN PROVOKADA

Artigu 276.º
Ámbitu

Pode também qualquer das partes chamar os interessados a que se reconheça o direito de intervir, seja como seu associado, seja como associado da parte contrária.

Artigo 277.º
Oportunidade do chamamento

- 1.O chamamento para intervenção só pode ser requerido, em articulado da causa ou em requerimento autónomo, até ao momento em que podia deduzir-se a intervenção espontânea em articulado próprio, sem prejuízo do disposto no artigo 225.º.
- 2.Ouvida a parte contrária, decide-se da admissibilidade do chamamento.

Artigo 278.º
Termos em que se processa

- 1.Admitida a intervenção, o interessado é chamado por meio de citação.
- 2.No acto de citação, recebem os interessados cópias dos articulados já oferecidos, que serão apresentados pelo requerente do chamamento.
- 3.O citado pode oferecer o seu articulado ou declarar que faz seus os articulados do autor ou do réu, dentro de prazo igual ao facultado para a contestação.
- 4.Se intervier no processo passado o prazo a que se refere o número anterior, tem de aceitar os articulados da parte a que se associa e todos os actos e termos já processados.

Artigo 279.º
Valor da sentença quanto ao chamado

- 1.Se o chamado intervier no processo, a sentença apreciará o seu direito e constituirá caso julgado em relação a ele.
- 2.Se não intervier, a sentença só constitui, quanto a ele, caso julgado, quando tenha sido ou deva considerar-se citado na sua própria pessoa e se verifique o caso da alínea a) do artigo 271.º.

SUBSECÇÃO IV
INTERVENÇÃO ACESSÓRIA DE TERCEIROS

DIVISÃO I
INTERVENÇÃO PROVOCADA

Artigo 280.º
Campo de aplicação

Parte naran ida mos bele bolu interesadu ne'ebé nia rekoñese direitu atu intervein, hanesan nia asosiadu ka hanesan parte kontrária nia asosiadu.

Artigu 277.º
Oportunidade ba xamamentu

1. Parte bele rekér xamamentu ba intervensaun, iha artikuladu ka iha rekerimentu autónomu, too deit momentu ne'ebé bele dedúz intervensaun espontánea iha artikuladu rasik, sein prejuizu ba artigu 225º nia dispozisaun.
2. Rona tiha parte kontrária, juíz deside nia admite xamamentu ne'e ka lae.

Artigu 278.º
Prosesu

1. Kuandu tribunál simu intervensaun sei bolu interesadu ho sitasaun.
2. Ho sitasaun tenke entrega ba interesadu artikuladu ne'ebé apresenta tiha ona nia kópia; ema ne'ebé rekér intervensaun tenke apresenta kópia ne'e.
3. Sitadu bele apresenta nia artikuladu rasik ka deklara katak nia halo ninian autór ka reu nia artikuladu, iha prazu hanesan ho ida-ne'ebé lei foo atu halo kontestasaun.
4. Kuandu liu tiha prazu referidu iha número anteriór maka interveniente tama, nia tenke simu artikuladu ne'ebé parte ne'ebé sai nia asosiadu apresenta ho aktu no termus sira-ne'ebé prosesa tiha ona.

Artigu 279.º
Sentensa nia valór ba xamadu

1. Kuandu xamadu tama iha prosesu, sentensa tenke apresia mos nia direitu no konstitui kazu-julgadu ba nia.
2. Kuandu xamadu la tama iha prosesu, sentensa konstitui kazu julgadu ba nia kuandu nia rasik hetan sitasaun ona ka tenke konsidera katak nia rasik hetan sitasaun ona no verifika mos situasaun prevista iha artigu 271º, alínea a).

SUBSEKSAUN IV
TERSEIRU NIA INTERVENSAUN ASESÓRIA

DIVIZAUN I
INTERVENSAUN PROVOKADA

Artigu 280.º
Aplikasaun

1.O réu que tenha acção de regresso contra terceiro para ser indemnizado do prejuízo que lhe cause a perda da demanda pode chamá-lo a intervir como auxiliar na defesa, sempre que o terceiro careça de legitimidade para intervir como parte principal.

2.A intervenção do chamado circunscreve-se à discussão das questões que tenham repercussão na acção de regresso invocada como fundamento do chamamento.

Artigo 281.º **Dedução do chamamento**

O chamamento é deduzido pelo réu na contestação ou, não pretendendo contestar, no prazo em que esta deveria ser apresentada.

Artigo 282.º **Decisão do chamamento**

O juiz, ouvida a parte contrária, deferirá o chamamento quando, face às razões alegadas, se convença da viabilidade da acção de regresso e da sua conexão com a causa principal.

Artigo 283.º **Termos subsequentes**

1.O chamado é citado, correndo novamente a seu favor o prazo para contestar e passando a beneficiar do estatuto de auxiliar da parte principal.

2.Não se procede à citação edital, devendo o juiz considerar findo o incidente quando se convença da inviabilidade da citação pessoal do chamado.

3.Os chamados podem suscitar sucessivamente o chamamento de terceiros, seus devedores em via de regresso, nos termos previstos nas disposições antecedentes.

4.A sentença proferida na causa constitui caso julgado em relação ao chamado que é obrigado a aceitar, em qualquer causa posterior, os factos e o direito que a decisão tenha estabelecido relativamente às questões de que dependa o direito de regresso do autor do chamamento, por este invocável em ulterior acção de indemnização, excepto:

a)Se alegar e provar, na causa posterior, que o estado do processo no momento da sua intervenção ou a atitude do autor do chamamento o impediram de fazer uso de alegação ou meios de prova que poderiam influir na decisão final;

b)Se mostrar que desconhecia a existência de alegações ou meios de prova susceptíveis de influir na decisão final e que o assistido não se socorreu deles intencionalmente ou por negligência grave.

1. Reu ne'ebé iha direitu atu hatama aksaun-de-regresu hasoru terseiru hodi hetan indemnizasaun ba prejuizu ne'ebé nia hetan tanba nia lakon aksaun bele bolu terseiru ne'e mai tama iha prosesu hanesan nia ausiliár iha defeza, kuandu terseiru ne'e la iha lejitimidade atu tama hanesan parte prinsipál.
2. Xamadu tama hodi diskute deit kestaun ne'ebé iha influénsia iha aksaun-de-regresu invokada hanesan baze ba xamamentu ne'e.

Artigu 281.º
Xamamentu

Reu maka dedúz xamamentu, iha kontestasaun ka, la hakarak kontesta karik, iha prazu atu hatoo kontestasaun.

Artigu 282.º
Desizaun kona-ba xamamentu

Juíz, rona tiha, parte kontrária, defere xamamentu ne'e kuandu, haree tuir razaun ne'ebé parte sira alega, haree katak aksaun-de-regresu bele iha fundamentu no iha koneksaun ho kauza prinsipál

Artigu 283.º
Termus subsekvente

1. Xamadu tenke hetan sitasaun no simu estatutu hanesan parte prinsipál nia ausiliár, no prazu ba kontestasaun halai fali ba nia.
2. La bele halo sitasaun editál; juíz tenke konsidera katak insidente hotu ona kuandu nia haree katak la bele halo sitasaun pesoál ba xamadu.
3. Xamadu sira bele suxita susesivamente xamamentu ba terseiru, ne'ebé sai sira nia devedór ho regresu, nu'udar dispozisaun antesedente sira estabelese.
4. Sentensa ne'ebé tribunál foo iha kauza konstitui kazu-julgadu ba xamadu; xamadu tenke simu, iha aksaun posteriór, faktu no direitu ne'ebé desizaun ne'e estabelese tiha ona kona-ba kestaun sira-ne'ebé foo-fatin ba direitu-de-regresu ne'ebé parte ne'ebé halo xamamentu bele invoka iha aksaun ba indemnizasaun posteriór, salvu
 - a) Kuandu nia alega no prova, iha kauza posteriór ne'e, katak prosesu nia estadu iha momentu ne'ebé nia tama ka xamamentu nia autór la husik nia uza alegasaun ka meu atu halo prova ne'ebé bele influensia desizaun prinsipál;
 - b) Kuandu nia hatudu katak nia la hatene katak alegasaun ka meu atu halo prova ne'ebé bele influensia desizaun finál ne'e iha no asixtidu la uza alegasaun no meu ne'e tanba lakohi ka tan negligénsia grave.

Artigo 284.º
Tutela dos direitos do autor

Passados três meses sobre a data em que foi inicialmente deduzido o incidente sem que se mostrem realizadas todas as citações a que este haja dado lugar, pode o autor requerer o prosseguimento da causa principal, após o termo do prazo de que os réus já citados beneficiarem para contestar.

DIVISÃO II
INTERVENÇÃO ACESSÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Artigo 285.º
Como se processa

1. Sempre que, nos termos do respectivo Estatuto, o Ministério Público deva intervir acessoriamente na causa, ser-lhe-á oficiosamente notificada a pendência da acção, logo que a instância se considere iniciada.
2. Compete ao Ministério Público, como interveniente acessório, zelar pelos interesses que lhe estão confiados, exercendo os poderes que a lei processual confere à parte acessória e promovendo o que tiver por conveniente à defesa dos interesses da parte assistida.
3. O Ministério Público é notificado para todos os actos e diligências, bem como de todas as decisões proferidas no processo, nos mesmos termos em que o devam ser as partes na causa, tendo legitimidade para recorrer quando o considere necessário à defesa do interesse público ou dos interesses da parte assistida.
4. Até à decisão final e sem prejuízo das preclusões previstas na lei de processo, pode o Ministério Público, oralmente ou por escrito, alegar o que se lhe oferecer em defesa dos interesses da pessoa ou entidade assistida.

DIVISÃO III
OPOSIÇÃO MEDIANTE EMBARGOS DE TERCEIRO

Artigo 286.º
Fundamento dos embargos de terceiro

Se a penhora, ou qualquer acto judicialmente ordenado de apreensão ou entrega de bens, ofender a posse ou qualquer direito incompatível com a realização ou o âmbito da diligência, de que seja titular quem não é parte na causa, pode o lesado fazê-lo valer, deduzindo embargos de terceiro.

Artigo 287.º
Embargos de terceiro por parte dos cônjuges

Artigu 284.º
Tutela ba autór nia direitu

Kuandu, liu tiha fulan tolu hahú iha data iha ne'ebé parte dedúz insidente ne'e, seidak halo hotu sitasaun ne'ebé tenke halo, autór bele rekér atu kauza prinsipál lao ba oin, liu tiha prazu ne'ebé reu sira-ne'ebé hetan tiha ona sitasaun iha atu hatoo kontestasaun

DIVIZAUN II
MINISTÉRIU PÚBLIKU NIA INTERVENSAUN ASESÓRIA

Artigu 285.º
Prosesu

1. Kuandu, tuir nia estatutu, Ministériu Públiku tenke intervein asesoriamente iha aksaun, tenke notifika Ministériu Públiku ofisiozamente katak aksaun lao ona, iha momentu ne'ebé ita tenke konsidera katak instánsia hahú ona.
2. Atu tau-matan ba interese sira-ne'ebé entrega ba nia, Ministériu Públiku, hanesan interveniente asesóriu, tenke ezerse podér ne'ebé lei prosesuál foo ba parte asesória no promove buat ne'ebé nia konsidera konveniente ba parte asixtida nia interese.
3. Ministériu Públiku tenke hetan notifikasaun ba aktu no dilijénsia hotu-hotu no kona-ba ba desizaun hotu-hotu ne'ebé tribunál foo iha prosesu, hanesan parte prosesuál sira tenke hetan, no iha lejitimidade atu rekorre kuandu konsidera rekursu ne'e nesesáriu atu defende interese públiku ka parte asixtida nia interese.
4. Too desizaun finál Ministériu Públiku bele hatoo iha alegasaun, orál ka eskrita, buat ne'ebé nia konsidera importante hodi defende pesoa ka entidade asixtida nia interese, sein prejuizu ba prekluzau¹²⁸ ne'ebé lei prosesuál estabelese.

DIVIZAUN III
OPOZISAUN MEDIANTE¹²⁹ TERSEIRU NIA EMBARGU¹³⁰

Artigu 286.º
Fundamentu ba terseiru nia embargo

Kuandu peñora ka aktu kona-ba apreensaun ka entrega ne'ebé tribunál haruka bele ofende ema-ne'ebé laós parte iha kauza nia pose ka direitu ruma inkompativel ho dilijénsia nia realizasaun ka ámbitu, lezadu bele hatoo terseiru nia embargo hodi defende pose ka direitu ne'e.

Artigu 287.º
Terseiru nia embargo hosi kónjuje

O cônjuge que tenha a posição de terceiro pode, sem autorização do outro, defender por meio de embargos os direitos relativamente aos bens próprios e aos bens comuns que hajam sido indevidamente atingidos pela diligência prevista no artigo anterior.

Artigo 288.º
Dedução dos embargos

1. Os embargos são processados por apenso à causa em que haja sido ordenado o acto ofensivo do direito do embargante.
2. O embargante deduz a sua pretensão, mediante petição, nos trinta dias subsequentes àquele em que a diligência foi efectuada ou em que o embargante teve conhecimento da ofensa, mas nunca depois de os respectivos bens terem sido judicialmente vendidos ou adjudicados, oferecendo logo as provas.

Artigo 289.º
Fase introdutória dos embargos

Sendo apresentada em tempo e não havendo outras razões para o imediato indeferimento da petição de embargos, realizam-se as diligências probatórias necessárias, sendo os embargos recebidos ou rejeitados conforme haja ou não probabilidade séria da existência do direito invocado pelo embargante.

Artigo 290.º
Efeitos da rejeição dos embargos

A rejeição dos embargos, nos termos do disposto no artigo anterior, não obsta a que o embargante proponha acção em que peça a declaração da titularidade do direito que obsta à realização ou ao âmbito da diligência, ou reivindique a coisa apreendida.

Artigo 291.º
Efeitos do recebimento dos embargos

O despacho que receba os embargos determina a suspensão dos termos do processo em que se inserem, quanto aos bens a que dizem respeito, bem como a restituição provisória da posse, se o embargante a houver requerido, podendo, todavia, o juiz condicioná-la à prestação de caução pelo requerente.

Artigo 292.º
Processamento subsequente ao recebimento dos embargos

1. Recebidos os embargos, são notificadas para contestar as partes primitivas seguindo-se os termos do processo comum de declaração.

Kónjuje ne'ebé okupa pozisaun hanesan terseiru, maske la iha kónjuje ida seluk nia autorizasaun, bele defende ho embargo direitu kona-ba nia bein rasik no kona-ba bein komúm, ne'ebé dilijénsia previstu iha artigu anteriór prejudika.

Artigu 288.º **Embargu nia dedusaun**

1. Embargu sei prosesa iha apensu iha autus ne'ebé tribunál haruka halao aktu ne'ebé ofende¹³¹ embargante nia direitu.

2. Embargante tenke dedúz nia pretensaun, ho petisaun, iha loraun tolunulu nia loraun tuir fali loraun ne'ebé halao dilijénsia ka loraun ne'ebé nia iha koñesimentu kona-ba prejuizu ne'e, maibé molok bein respetivu fa'an ka adjudika tiha. Ho petisaun tenke apresenta kedas prova.

Artigu 289.º **Faze introdutória**

Kuandu haree katak embargo tama iha prazu nia loraun no la iha razaun atu indefere kedas liminarmente, tribunál realiza dilijénsia probatória nesesiária no simu ka la simu embargo, konforme haree katak iha ka la iha probabilidade séria katak direitu ne'ebé embargante invoka iha.

Artigu 290.º **Rejeisaun nia efeito**

Embargu nia rejeisaun, nu'udar artigu anteriór nia dispozisaun, la impede embargante atu hatama aksaun hodi husu deklarasaun kona-ba direitu nia titularidade ne'ebé la bele husik halao dilijénsia ne'e ka dilijénsia ne'e nia ámbitu, ka reivindika koiza apreendida.

Artigu 291.º **Resebimentu nia efeito**

Despaxu ne'ebé simu embargo haruka suspende prosesu nia termu kona-ba bein sira-ne'ebé iha relasaun ho embargo ne'e, no haruka halo restituisaun provizória ba pose, kuandu embargante husu; juíz bele haruka rekerente presta kausaun hanesan kondisaun ba suspensaun ka restituisaun ne'e.

Artigu 292.º **Prosesamentu tuir fali resebimentu**

1. Simu tiha embargo, sei notifika parte primitiva sira atu kontesta no tuir prosesu komúm deklarativu nia termus.

2. Kuandu embargante bazeia embargo iha deit nia pose, iha

2.Quando os embargos apenas se fundem na invocação da posse, pode qualquer das partes primitivas, na contestação, pedir o reconhecimento, quer do seu direito de propriedade sobre os bens, quer de que tal direito pertence à pessoa contra quem a diligência foi promovida.

Artigo 293.º
Caso julgado material

A sentença de mérito proferida nos embargos constitui, nos termos gerais, caso julgado quanto à existência e titularidade do direito invocado pelo embargante ou por algum dos embargados, nos termos do n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 294.º
Embargos de terceiro com função preventiva

1.Os embargos de terceiro podem ser deduzidos, a título preventivo, antes de realizada, mas depois de ordenada, a diligência a que se refere o artigo 286.º, observando-se o disposto nos artigos anteriores, com as necessárias adaptações.

2.A diligência não será efectuada antes de proferida decisão na fase introdutória dos embargos e, sendo estes recebidos, continuará suspensa até à decisão final, podendo o juiz determinar que o embargante preste caução.

SUBSECÇÃO VI
HABILITAÇÃO

Artigo 295.º
Casos de promoção da habilitação

1.A habilitação dos sucessores da parte falecida na pendência da causa, para com eles prosseguirem os termos da demanda, pode ser promovida tanto por qualquer das partes que sobreviverem como por qualquer dos sucessores e deve ser promovida contra as partes sobreviventes e contra os sucessores do falecido que não forem requerentes.

2.Se, em consequência das diligências para citação do réu, resultar certificado o falecimento deste, poder-se-á requerer a habilitação dos seus sucessores, em conformidade com o que nesta secção se dispõe, ainda que o óbito seja anterior à proposição da acção.

3.Se o autor falecer depois de ter conferido mandato para a proposição da acção e antes de esta ter sido instaurada, pode promover-se habilitação dos seus sucessores quando se verifique algum dos casos excepcionais em que o mandato é susceptível de ser exercido depois da morte do constituinte.

kontestasaun parte primitiva naran ida bele husu ba tribunál atu rekoñese katak nia maka iha direitu propriedade ba bein ne'e ka katak ema ne'ebé dilijénsia ne'e promove hasoru maka iha direitu propriedade ne'e.

Artigu 293.º
Kazu julgadu materiál

Sentensa kona-ba méritu ne'ebé tribunál foo iha embargo konstitui, iha termus jerál, kazu julgadu kona-ba direitu ne'ebé embargante invoka ka embargadu ruma invoka, tuir artigu anteriór nia nº 2, nia ezixténsia no titularidade.

Artigu 294.º
Embargu ho funsaun preventiva

1. Terseiru nia embargo bele uza hanesan prevensaun, hasoru dilijénsia referida iha artigu 286º, ne'ebé tribunál haruka tiha ona maibé seidak halao. Iha ne'e tenke tuir artigu anteriór sira nia dispozisaun, ho adaptasaun.
2. La bele halao dilijénsia embargada molok tribunál foo desizaun iha faze introdutória; kuandu tribunál simu embargo, dilijénsia ne'e sei suspende too desizaun finál, maibé juíz bele haruka embargante presta kausaun.

SUBSEKSAUN VI
ABILITASAUN

Artigu 295.º
Kuandu tenke promove abilitasaun

1. Parte sobreviviva ka parte falesida nia susesor, naran ida, bele promove abilitasaun ba parte ne'ebé mate iha aksaun nia laran nia susesor atu kontinua aksaun nia termus iha matebian nia fatin; abilitasaun ne'e tenke promove hasoru parte sobreviviva sira no matebian nia susesor sira-ne'ebé laós rekerente.
2. Kuandu, iha dilijénsia atu halo notifikasaun ba reu, mosu serteza katak reu mate tiha ona, bele rekér abilitasaun ba nia susesor sira, tuir seksaun ida-ne'e nia dispozisaun, maske reu mate tiha ona molok aksaun tama iha tribunál.
3. Kuandu autór foo tiha ona mandatu atu hatama aksaun maibé nia mate molok aksaun tama iha tribunál, bele promove abilitasaun ba nia susesor sira iha kazu exesionál ne'ebé mandatu ne'e bele ezerse maske konstituente mate tiha ona.

Artigo 296.º
Regras comuns de processamento do incidente

1. Deduzido o incidente, ordena-se a citação dos requeridos que ainda não tenham sido citados para a causa e a notificação dos restantes, para contestarem a habilitação.

2. O incidente é autuado por apenso, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 297.º.

3. A improcedência da habilitação não obsta a que o requerente deduza outra, com fundamento em factos diferentes ou em provas diversas relativas ao mesmo facto. A nova habilitação, quando fundada nos mesmos factos, pode ser deduzida no processo da primeira, pelo simples oferecimento de outras provas, mas as custas da primeira habilitação não serão atendidas na acção respectiva.

Artigo 297.º
Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo

1. Se a qualidade de herdeiro ou aquela que legitimar o habilitando para substituir a parte falecida já estiver declarado noutro processo, por decisão transitada em julgado, ou reconhecida em habilitação notarial, a habilitação terá por base certidão de sentença ou da escritura, sendo requerida e processada nos próprios autos da causa principal.

2. Os interessados por quem a decisão constitua caso julgado ou que intervieram na escritura não podem impugnar a qualidade que lhes é atribuída a título de habilitação, salvo se alegarem que o título não preenche as condições exigidas por este artigo ou enferma de vício que o invalida.

3. Na falta de contestação, verificar-se-á se o documento prova a qualidade de que depende a habilitação, decidindo-se em conformidade; se algum dos chamados contestar, seguir-se-á a produção da prova oferecida e depois se decidirá.

4. Havendo inventário, ter-se-ão por habilitados como herdeiros os que tiverem sido indicados pelo cabeça-de-casal, se todos estiverem citados para o inventário e nenhum tiver impugnado a sua legitimidade ou a dos outros dentro do prazo legal ou se, tendo havido impugnação, esta tiver sido julgada improcedente. Apresentada certidão do inventário, pela qual se provem os factos indicados, observar-se-á o que fica disposto neste artigo.

Artigo 298.º
Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida

Artigu 296.º
Regra prosesuál komum ba insidente

1. Dedúz tiha insidente ne'e, tenke haruka sita rekeridu sira-ne'ebé seidak hetan sitasaun ba kauza no notifika sira seluk, atu kontesta abilitasaun ne'e.
2. Insidente ne'e sei autua iha apensu, sein prejuizu ba artigu 297º, nº 1, nia dispozisaun.
3. Maske abilitasaun ne'e la hetan prosedénsia, rekerente bele dedúz fali abilitasaun seluk, ho fundamentu iha faktu seluk ka iha prova seluk kona-ba faktu sira-ne'ebé alega tiha ona iha abilitasaun ida uluk. Abilitasaun foun, kuandu ho fundamentu iha faktu sira-ne'ebé alega tiha ona iha abilitasaun ida uluk, bele dedúz iha prosesu ne'ebé abilitasaun anteriór tama, ho prova seluk nia oferesimentu, maibé abilitasaun ida primeiru nia kustas la tama iha aksaun respetiva.

Artigu 297.º
Abilitasaun kuandu lejitimidade rekoñese tiha ona iha dokumentu ka prosesu seluk

1. Kuandu kualidade hanesan erdeiru ka kualidade ne'ebé foo lejitimidade ba abilitandu atu substitui parte falesida deklara tiha ona iha prosesu seluk, ho desizaun tranzitada-ein-julgadu ka rekoñese tiha ona iha abilitasaun notariál, abilitasaun sei rekér no prosesa iha prosesu prinsipál nia autus no sei deklara ho baze iha sertidaun kona-ba sentensa ka eskritura ne'e.
2. Interesadu sira-ne'ebé desizaun ne'e konstitui kazu-julgadu ka sira-ne'ebé tama iha eskritura ne'e la bele impugna kualidade ne'ebé foo tiha ona ba sira iha abilitasaun ne'e, salvu kuandu sira alega katak título ne'e la iha kondisaun sira-ne'ebé artigu ida-ne'e ezije ka iha vísiu ruma ne'ebé halo nia la vale.
3. Kuandu la iha kontestasaun, tribunál sei haree dokumentu ne'e prova duni kualidade atu hetan abilitasaun ka lae, no foo desizaun tuir konkluzaun ne'ebé mai hosi ne'e. Xamadu ruma kontesta karik, tribunál tenke prodúz tiha prova ne'ebé oferese tiha ona, hafoin foo desizaun.
4. Kuandu iha inventáriu, sei konsidera abilitadu hanesan erdeiru sira-ne'ebé kabesa-de-kazál hatudu, kuandu sira hotu hetan tiha ona sitasaun ba inventáriu no sira-ida la impugna nia lejitimidade rasik ka sira seluk nian iha prazu legál nia laran, ka, iha impugnasaun karik, tribunál konsidera impugnasaun ne'e improsedente. Apresenta tiha sertidaun kona-ba inventáriu, ne'ebé prova duni faktu sira-ne'ebé hatudu tiha ona, sei tuir artigu ida-ne'e nia dispozisaun.

Artigu 298.º
Abilitasaun kuandu lejitimidade seidak rekoñese

1. Não se verificando qualquer dos casos previstos no artigo anterior, o juiz decide o incidente logo que, findo o prazo da contestação, se faça a produção de prova que no caso couber.

2. Quando a qualidade de herdeiro esteja dependente da decisão de alguma causa ou de questões que devam ser resolvidas noutra processo, a habilitação será requerida contra todos os que disputam a herança e todos são citados, mas o tribunal só julga habilitadas as pessoas que, no momento em que a habilitação seja decidida, devam considerar-se como herdeiras; os outros interessados, a quem a decisão é notificada, são admitidos a intervir na causa como litisconsortes dos habilitados, observando-se o disposto nos artigos 273.º e seguintes.

3. Se for parte na causa uma pessoa colectiva ou sociedade que se extinga, a habilitação dos sucessores faz-se em conformidade do disposto neste artigo, com as necessárias adaptações e sem prejuízo no disposto em legislação comercial.

Artigo 299.º

Habilitação no caso de incerteza de pessoas

1. Se forem incertos, são citados editalmente os sucessores da parte falecida.

2. Findo o prazo dos éditos sem que os citados compareçam, a causa segue com o Ministério Público, nos termos aplicáveis do artigo 20.º.

3. Os sucessores que comparecerem, quer durante, quer após o prazo dos éditos, deduzirão a sua habilitação nos termos dos artigos anteriores.

4. Nos casos em que à herança é atribuída personalidade judiciária, é lícito requerer a respectiva habilitação.

Artigo 300.º

Habilitação do adquirente ou cessionário.

1. A habilitação do adquirente ou cessionário da coisa ou direito em litígio para com ele seguir a causa, far-se-á nos termos seguintes:

a) Lavrado no processo o termo da cessão ou junto ao requerimento de habilitação, que será atuado por apenso, o título da aquisição ou da cessão é notificada a parte contrária para contestar: na contestação pode o notificado impugnar a validade do acto ou alegar que a transmissão foi feita para tornar mais difícil a sua posição no processo;

b) Se houver contestação, o requerente pode responder-lhe e em seguida, produzidas as provas necessárias, se decidirá; na falta de contestação, verificar-se-á se o documento prova a aquisição ou a cessão e, no caso afirmativo, declarar-se-á habilitado o adquirente ou cessionário.

2. A habilitação pode ser promovida pelo transmitente ou cedente, pelo adquirente ou cessionário, ou pela parte

1. Iha situasaun ne'ebé la tama iha artigu anteriór nia previzaun, liu tiha prazu ba kontestasaun no prodúz tia prova ne'ebé oferese tiha ona, juíz sei decide insidente ne'e.
2. Kuandu tenke decide uluk kauza ka kestaun ruma iha prosesu seluk molok foo desizaun kona-ba qualidade hanesan erdeiru, tanke rekere abilitasaun hasoru sira-hotu ne'ebé disputa eransa no tenke sita sira-hotu, maibé tribunál julga abilitadu deit sira-ne'ebé, iha momentu ne'ebé halo desizaun kona-ba abilitasaun, tenke konsidera hanesan erdeiru; sira seluk, ne'ebé tenke hetan notifikasaun kona-ba desizaun ne'e, bele tama iha kauza hanesan habilitadu sira nia litiskonsorte, tuir artigu 273^o no sira seguinte.
3. Kuandu tama hanesan parte iha kauza pesoa koletiva ka sociedade ne'ebé, hafoin, mate, habilitasaun ba nia susesór sira sei halo tuir artigu ida-ne'e nia dispozisaun, ho adaptasaun nesesária, sein prejuizu ba lejislasaun komersiál nia dispozisaun.

Artigu 299.^o
Abilitasaun ba insertu

1. Kuandu ita la hatene se maka matebian nia susesór, sei halo sitasaun editál ba susesór sira-ne'e.
2. Kuandu, liu tiha prazu ne'ebé hatudu iha éditus, sitadu sira la mosu, kauza kontinua ho Ministériu Públiku, tuir artigu 20^o nia dispozisaun.
3. Susesór sira-ne'ebé mosu iha prazu ne'ebé hatudu iha éditus ka liu tiha prazu ne'e sei dedúz nia habilitasaun tuir artigu anteriór sira nia dispozisaun.
4. Kuandu eransa iha personalidade judisiária, bele husu nia habilitasaun.

Artigu 300.^o
Abilitasaun ba adkirente ka sesionáriu

1. Abilitasaun ba koiza ka direitu ne'ebé diskute daudaun ne'e nia adkirente ka sesionáriu atu tama iha kauza sei halo hanesan tuirmai ne'e:
 - a) Lavra tiha iha prosesu termu kona-ba sesaun ka hatama tiha rekerimentu ba abilitasaun, ne'ebé sei autua iha apensu, sei notifika título ba akizisaun ka sesaun ne'e ba parte kontrária atu kontesta; iha kontestasaun notifikadu bele impugna aktu ne'e nia validade ka alega katak tranzmisaun ne'e halo hodi halo nia pozisaun iha prosesu sai difisil;
 - b) Kuandu iha kontestasaun, rekerente bele foo resposta, tuirmai, prodúz tiha prova ne'ebé oferese tiha ona, tribunál sei foo desizaun; kuandu la iha kontestasaun, tribunál tenke haree dokumentu ne'e prova akizisaun ka sesaun ka lae, no, prova karik, sei deklara adkirente ka sesionáriu abilitadu.
2. Tranzmitente ka sedente, adkirente ka sesionáriu, ka parte kontrária

contrária; neste caso, aplica-se o disposto no n.º 1, com as adaptações necessárias.

Artigo 301.º
Habilitação perante o Supremo Tribunal de Justiça

1.O disposto nesta secção é aplicável à habilitação deduzida perante o Supremo Tribunal de Justiça, incumbindo o julgamento do incidente ao relator.

2.Se houver lugar a prova testemunhal, pode o relator determinar que se falecer ou se extinguir alguma das partes enquanto a habilitação estiver pendente na primeira instância, aí será deduzida a nova habilitação.

3.Se o processo do incidente estiver parado na primeira instância, por mais de um ano, por inércia do habilitante, será devolvido ao tribunal superior para os efeitos do artigo 243.º.

4.Os recursos interpostos para o tribunal onde o incidente foi suscitado são julgados pelos juízes da causa principal.

SUBSECÇÃO VII
LIQUIDAÇÃO

Artigo 302.º
Ónus de liquidação

Antes de começar a discussão da causa, o autor deduzirá, sendo possível, o incidente de liquidação para tornar líquido o pedido genérico, quando este se refira a uma universalidade ou às consequências de um facto ilícito.

Artigo 303.º
Como de deduz

A liquidação é deduzida mediante requerimento oferecido em duplicado, no qual o autor, conforme os casos, relacionará os objectos compreendidos na universalidade, com as indicações necessárias para se identificarem, ou especificará os danos derivados do facto ilícito e concluirá pedindo quantia certa.

Artigo 304.º
Termos posteriores do incidente

1.A oposição à liquidação será formulada em duplicado.

2.Se a causa principal admitir questionário, este compreenderá a matéria da liquidação ou com ela será completado.

3.As provas são oferecidas e produzidas, sendo possível, com as da restante matéria da acção e da defesa.

bele promove abilitasaun; iha ne'e sei aplika n° 1 nia dispozisaun, ho adaptasaun.

Artigu 301.º
Abilitasaun iha Supremu Tribunál ba Justisa

1. Seksaun ida-ne'e nia dispozisaun sei aplika ba abilitasaun deduzida iha Supremu Tribunál ba Justisa; juíz relatór maka julga insidente ne'e.
2. Kuandu tenke halo prova testemuñál no parte ruma mate ka extinge enkuantu abilitasaun sei lao iha primeira instánsia, relatór bele haruka dedúz habilitasaun foun iha primeira instánsia.
3. Kuandu insidente nia prosesu para hela iha primeira instánsia durante liu tinan ida nia laran, tanba abilitante nia inérsia, sei haruka prosesu ne'e fila-fali ba tribunál superiór, atu aplika artigu 243º nia dispozisaun.
4. Juíz ne'ebé kaer kauza prinsipál maka julga rekursu ne'ebé hatoo ba tribunál iha ne'ebé ema ruma suxita insidente ne'e.

SEKSAUN VII
LIKIDASAUN

Artigu 302.º
Onus atu halo likidasaun

Molok hahú diskusaun iha kauza, autór, kuandu bele, tenke dedúz insidente ba likidasaun atu halo líkidu pedidu jenériku, kuandu pedidu ne'e refere ba universalidade ruma ka faktu ilísitu ruma nia konsekuénsia.

Artigu 303.º
Dedusaun

Atu dedúz likidasaun autór tenke apresenta rekerimentu ho duplikadu, iha ne'ebé hatudu lista kona-ba objetu sira-ne'ebé tama iha universalidade, ho indikasaun atu identifika ida-idak, ka hatudu danu ida-idak ne'ebé mai hosi faktu ilísitu no, iha konkluzaan, husu kuantia sertacxxxv.

Artigu 304.º
Termus posteriór

1. Opozisaun ba likidasaun sei apresenta ho duplikadu.
2. Kuandu kauza prinsipál admite kestionáriu, iha kestionáriu ne'e tenke tama matéria kona-ba likidasaun ka kestionáriu ne'e tenke kompleta ho matéria ne'e.
3. Prova kona-ba likidasaun tenke oferese no prodúz, kuandu bele,

4.A liquidação é discutida e julgada com a causa principal.

CAPÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES

SECÇÃO I PROCEDIMENTO CAUTELAR COMUM

Artigo 305.º

Âmbito das providências cautelares não especificadas

- 1.Sempre que alguém mostre fundado receio de que outrem cause lesão grave dificilmente reparável ao seu direito, pode requerer a providência conservatória ou antecipatória concretamente adequada a assegurar a efectividade do direito ameaçado.
- 2.O interesse do requerente pode fundar-se num direito já existente ou em direito emergente de decisão a proferir em acção constitutiva, já proposta ou a propor.
- 3.Não são aplicáveis as providências referidas no n.º 1 quando se pretenda acautelar o risco de lesão especialmente prevenido por alguma das providências tipificadas na secção seguinte.
- 4.Não é admissível, na dependência da mesma causa, a repetição de providência que haja sido julgada injustificada ou tenha caducado.

Artigo 306.º

Urgência do procedimento cautelar

- 1.Os procedimentos cautelares revestem sempre carácter urgente, precedendo os respectivos actos qualquer outro serviço judicial não urgente.
- 2.Os procedimentos instaurados perante o tribunal competente devem ser decididos, em primeira instância, no prazo máximo de dois meses ou, se o requerido não tiver sido citado, de quinze dias.

Artigo 307.º

Relação entre o procedimento cautelar e a acção principal

- 1.O procedimento cautelar é sempre dependência da causa que tenha por fundamento o direito acautelado e pode ser instaurado como preliminar ou como incidente de acção declarativa ou executiva.
- 2.Requerido antes de proposta a acção, é o procedimento apensado aos autos desta, logo que a acção seja instaurada; e se a acção vier a correr noutro tribunal, para aí é remetido o apenso, ficando o juiz da acção com exclusiva competência para os termos subsequentes à remessa.
- 3.Requerido no decurso da acção, deve o procedimento ser instaurado no tribunal onde esta corre e processado por apenso, a não ser que

ho prova kona-ba matéria sira seluk kona-ba aksaun no defeza.
4. Likidasaun tenke diskute no julga ho kauza prinsipál.

KAPÍTULU VII PROSEDIMENTU KAUTELÁR

SEKSAUN I PROSEDIMENTU KAUTELÁR KOMUM

Artigu 305.º Prosedimentu kautelár la espesifikada nia ámbitu

1. Ema ne'ebé tauk katak ema seluk bele hamosu ba nia direitu lezaun grave ne'ebé sei iha difikuldade atu hadia, bele rekér providénsia konservatória ka antesipatória adekuada ba situaun ida-idak atu asegura katak nia direitu ameadu ne'e sei iha efetividade nafatin.
2. Rekerente nia direitu bele hatúr iha direitu ne'ebé iha tiha ona ka iha direitu ne'ebé mai hosi desizaun ne'ebé tribunál sei hasai iha aksaun konstitutiva, ne'ebé hatama tiha ona ka sei hatama.
3. La bele aplika providénsia sira-ne'ebé nº 1 refere hodi akautela perigu ba lezaun ne'ebé seksaun seginte tipifika ona providénsia ketak atu prevene.
4. Iha aksaun ida nia laran la bele repete fali providénsia ne'ebé tribunál julga tiha ona injustifikada ka kaduka tiha ona.

Artigu 306.º Providénsia kautelár nia urjénsia

1. Prosedimentu kautelár iha karater urjente; aktu kona-ba providénsia kautelár iha prioridade hasoru servisu judisiál ne'ebé laós urjente.
2. Prosedimentu ne'ebé instaura iha tribunál competente tenke hetan desizaun iha primeira instánsia iha fulan rua nia laran ka, la sita rekeridu karik, iha loron sanulu resin-lima nia laran.

Artigu 307.º Prosedimentu kautelár no aksaun prinsipál

1. Providénsia kautelár depende hosi kauza ida, ne'ebé hatuur iha direitu akauteladu; providénsia ne'e bele instaura hanesan preliminar ka hanesan aksaun deklarativa ka ezekutiva nia insidente.
2. Kuandu prosedimentu kautelár tama molok aksaun tama iha tribunál, prosedimentu ne'e tenke apensa kedas iha aksaun nia autus kuandu aksaun ne'e tama iha tribunál; kuandu aksaun lao iha tribunál seluk, tenke haruka apensu ne'e ba tribunál ida-ne'e, no juíz ne'ebé kaer aksaun maka iha kompeténsia ba termus sira-ne'ebé tuir fali remesa ne'e.
3. Prosedimentu kautelár ne'ebé parte ruma rekér kuandu aksaun

a acção esteja pendente de recurso; neste caso a apensação só se faz quando o procedimento estiver findo ou quando os autos da acção principal baixem à primeira instância.

4. Nem o julgamento da matéria de facto, nem a decisão final proferida no procedimento cautelar, têm qualquer influência no julgamento da acção principal.

5. Nos casos em que, nos termos de convenções internacionais em que seja parte o Estado Timorense, o procedimento cautelar seja dependência de uma causa que já foi ou haja de ser intentada em tribunal estrangeiro, o requerente deverá fazer prova nos autos do procedimento cautelar da pendência da causa principal, através de certidão passada pelo respectivo tribunal.

Artigo 308.º **Processamento**

1. Com a petição, oferecerá o requerente prova sumária do direito ameaçado e justificará o receio da lesão.

2. É sempre admissível a fixação, nos termos da lei civil, da sanção pecuniária compulsória que se mostre adequada a assegurar a efectividade da providência decretada.

3. É subsidiariamente aplicável aos procedimentos cautelares o disposto nos artigos 254.º a 256.º.

Artigo 309.º **Contraditório do requerido**

1. O tribunal ouvirá o requerido, excepto quando a audiência puser em risco sério o fim ou a eficácia da providência.

2. Quando seja ouvido antes do decretamento da providência, o requerido é citado para deduzir oposição, sendo a citação substituída por notificação quando já tenha sido citado para a causa principal.

3. Não tem lugar a citação edital, devendo o juiz dispensar a audiência do requerido quando se certificar que a citação pessoal deste não é viável.

4. A revelia do requerido que haja sido citado tem os efeitos previstos no processo comum de declaração.

5. Quando o requerido não for ouvido e a providência vier a ser decretada, só após a sua realização é notificado da decisão que a ordenou, aplicando-se à notificação o preceituado quanto à citação.

6. Se a acção for proposta depois de o réu ter sido citado no procedimento cautelar, a proposição produz efeitos contra ele desde a apresentação da petição inicial.

Artigo 310.º **Audiência final**

lao daudaun tenke hatama iha tribunál ne'ebé aksaun ne'e lao no prosesa iha apensu; aksaun lao hela iha rekursu karik, kuandu prosedimentu kautelár hotu tiha ka aksaun prinsipál nia autus tun fali mai primeira instánsia, maka sei halo apensasaun.

4. Julgamentu ba matéria-de-faktu no desizaun finál ne'ebé tribunál foo iha prosedimentu kautelár la iha influénsia ba julgamentu iha aksaun prinsipál.

5. Iha situasaun ne'ebé, tuir konvensaun internasionál iha ne'ebé Estadu Timór tama, prosedimentu kautelár depende hosi kauza ne'ebé hatama tiha ona ka tenke hatama iha tribunál estranjeiru, rekerente tenke halo prova iha prosedimentu kautelár nia autus, ho sertidaun hosi tribunál respetivu, katak kauza prinsipál lao daudaun ona.

Artigu 308.º **Prosesu**

1. Ho petisaun rekerente tenke oferese prova sumária kona-ba direitu ameadadu ne'e no hatudu tansá maka nia tauk lezaun bele mosu.

2. Bele fiksa sansaun pekuniária kompulsória adekuada atu asecura providénsia dekretada nia efetividade.

3. Artigu 254º too 256º nia dispozisaun aplika subsidiariamente iha prosedimentu kautelár.

Artigu 309.º **Kontraditóriu**

1. Tribunál tenke rona rekeridu, salvu kuandu audiénsia ne'e bele hamosu perigu sériu ba providénsia nia fim ka efikásia.

2. Kuandu tribunál tenke rona rekeridu molok dekreta providénsia, tenke sita rekeridu ne'e atu dedúz opozisaun; kuandu rekeridu hetan tiha ona sitasaun ba aksaun prinsipál, sei halo notifikasaun iha sitasaun nia fatin.

3. Kuandu tribunál haree katak la bele halo sitasaun pesoál ba rekeridu, júiz tenke dispensa tiha audiénsia ba rekeridu no lalika halo sitasaun editál.

4. Rekeridu sitadu nia revelia hamosu efeitu sira previstu iha prosesu komúm deklarativu.

5. Kuandu tribunál la rona rekeridu no dekreta uluk providénsia, tenke realiza tiha providénsia ne'e maka molok notifika ba rekeridu desizaun ne'ebé haruka providénsia ne'e; iha notifikasaun sei aplika norma ne'ebé aplika iha sitasaun.

6. Kuandu sita tiha reu iha prosedimentu kautelár maka aksaun tama iha tribunál, efeitu ne'ebé mai hosi aksaun nia propozisaun moris iha momentu ne'ebé petisaun inisiál tama iha tribunál.

Artigu 310.º **Audiénsia finál**

1. Findo o prazo da oposição, quando o requerido haja sido ouvido, procede-se quando necessário, à produção das provas requeridas ou oficiosamente determinadas pelo juiz.
2. A audiência final só pode ser adiada, por uma única vez, no caso de falta de mandatário de alguma das partes, devendo realizar-se num dos cinco dias subsequentes.
3. A falta de alguma pessoa convocada e de cujo depoimento se não prescindir, bem como a necessidade de realizar qualquer diligência probatória no decurso da audiência, apenas determinam a suspensão desta na altura conveniente, designando-se logo data para a sua continuação.
4. São sempre gravados ou registados os depoimentos prestados quando o requerido não haja sido ouvido antes de ordenada a providência cautelar.

Artigo 311.º
Deferimento e substituição da providência

1. A providência é decretada desde que haja probabilidade séria da existência do direito e se mostre suficientemente fundado o receio da sua lesão.
2. A providência pode, não obstante, ser recusada pelo tribunal, quando o prejuízo dela resultante para o requerido exceda consideravelmente o dano que com ela o requerente pretende evitar.
3. A providência decretada pode ser substituída por caução adequada, a pedido do requerido, sempre que a caução oferecida, ouvido o requerente, se mostre suficiente para prevenir a lesão ou repará-la integralmente.
4. A substituição por caução não prejudica o direito de recorrer do despacho que haja ordenado a providência substituída, nem a faculdade de contra esta deduzir oposição, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 312.º
Contraditório subsequente ao decretamento da providência

1. Quando o requerido não tiver sido ouvido antes do decretamento da providência, é-lhe lícito, em alternativa, na sequência da notificação prevista no n.º 5 do artigo 309.º:
 - a) Recorrer, nos termos gerais, do despacho que a decretou, quando entenda que, face aos elementos apurados, ela não devia ter sido deferida;
 - b) Deduzir oposição, quando pretenda alegar factos ou produzir meios de prova não tidos em conta pelo tribunal e que possam afastar os fundamentos da providência ou determinar a sua redução, aplicando-se, com as adaptações necessárias o disposto nos artigos 310.º e 311.º
2. No caso a que se refere a alínea b) do número anterior, o juiz decidirá

1. Kuandu tribunál rona rekeridu, liu tiha prazu ba opozisaun, sei prodúz prova ne'ebé parte sira rekér ka tribunál ofisiozamente haruka, kuandu presiza.
2. Audiénsia finál bele adia dala ida deit, kuandu parte ruma nia advogadu falta, no tenke halo iha loron lima sira-ne'ebé tuir fali.
3. Kuandu ema ruma ne'ebé konvoka tiha ona no nia depoimentu la bele prexinde, ka kuandu tenke halo dilijénsia provatória ruma iha audiénsia nia laran, sei suspende audiénsia ne'e iha deit momentu conveniente no sei marka kedas loron atu kontinua fali.
4. Depoimentu ne'ebé foo iha audiénsia tenke grava ka rejista kuandu tribunál la rona rekeridu molok haruka providénsia kautelár.

Artigu 311.º

Providénsia nia deferimentu no substituisaun

1. Tribunál dekreta providénsia rekerida kuandu iha probabilidade séria katak direitu alegadu iha no iha baze atu tauk katak direitu ne'e bele hetan lezaun.
2. Maibé tribunál bele rekuza providénsia rekerida kuandu prejuizu ne'ebé providénsia ne'e hamosu ba rekeridu boot liu prejuizu ne'ebé rekerente hakarak evita.
3. Tribunál bele haruka entrega kausaun adekuada iha providénsia ne'ebé dekreta tiha ona nia fatin, kuandu rekeridu husu, no, rona tiha rekerente, haree katak kausaun ne'ebé rekeridu oferese too atu prevene lezaun ne'e ka repara lezaun ne'e hotu kedas.
4. Substituisaun ho kausaun la prejudika rekeridu nia direitu atu hatoo rekursu hasoru despaxu ne'ebé haruka providénsia ne'ebé substitui tiha ona, no nia fakuldade atu hatoo opozisaun, tuir artigu seguinte nia dispozisaun.

Artigu 312.º

Kontraditóriu liu tiha dekretamentu

1. Kuandu tribunál la rona rekeridu molok dekreta providénsia, hetan tiha notifikasaun tuir artigu 309º, nº 5, rekeridu bele:
 - a) Hatoo rekursu, tuir termus jerál, hasoru despaxu ne'ebé dekreta providénsia ne'e, kuandu haree katak, tuir elementu ne'ebé apura tiha ona, tribunál la bele dekreta; ka
 - b) Hatoo opozisaun, kuandu hakarak alega faktu ka prodúz meu atu halo prova ne'ebé tribunál seidak konsidera no bele hadook tiha baze atu dekreta providénsia ne'e ka bele foo fatin atu redúz providénsia ne'e; iha ne'e sei tuir mos artigu 310º no 311º nia dispozisaun.
2. Iha kasu referidu iha número anteriór, alínea b), juíz tenke

da manutenção, redução ou revogação da providência anteriormente decretada, cabendo recurso desta decisão, que constitui complemento e parte integrante da inicialmente proferida.

Artigo 313.º **Caducidade da providência**

1.O procedimento cautelar extingue-se e, quando decretada, a providência caduca:

a)Se o requerente não propuser a acção da qual a providência depende dentro de trinta dias, contados da data em que lhe tiver sido notificada a decisão que a tenha ordenado, sem prejuízo do disposto no n.º 2;

b)Se, proposta a acção, o processo estiver parado mais de trinta dias, por negligência do requerente;

c)Se a acção vier a ser julgada improcedente, por decisão transitada em julgado;

d)Se o réu for absolvido da instância e o requerente não propuser nova acção em tempo de aproveitar os efeitos da proposição da anterior;

e)Se o direito que o requerente pretende acautelar se tiver extinguido.

2.Se o requerido não tiver sido ouvido antes do decretamento da providência, o prazo para a propositura da acção de que aquela depende é de dez dias, contados da notificação ao requerente de que foi efectuada ao requerido a notificação prevista no n.º 5 do artigo 309.º.

3.Quando a providência cautelar tenha sido substituída por caução, fica esta sem efeito nos mesmos termos em que o ficaria a providência substituída, ordenando-se o levantamento daquela.

4.A extinção do procedimento e o levantamento da providência são determinados pelo juiz, com prévia audição do requerente, logo que se mostre demonstrada nos autos a ocorrência do facto extintivo.

Artigo 314.º **Responsabilidade do requerente**

1.Se a providência for considerada injustificada ou vier a caducar por facto imputável ao requerente, responde este pelos danos culposamente causados ao requerido, quando não tenha agido com a prudência normal.

2.Sempre que o julgue conveniente em face das circunstâncias, pode o juiz, mesmo sem audiência do requerido, tornar a concessão da providência dependente da prestação de caução adequada pelo requerente.

deside nia hametin nafatin, nia redúz ka nia revoga tiha providénsia ne'ebé dekreta tiha ona; desizaun ne'e bele hasoru rekursu no konstitui komplementu no parte integrante ho ida-ne'ebé foo tiha uluk ona ne'e.

Artigu 313.º **Providénsia nia kadusidade**

1. Prosedimentu kautelár extinge no, kuandu dekreta tiha ona, providénsia kaduka:
 - a) Kuandu rekerente la hatama aksaun hosi ne'ebé providénsia depende iha loron tolunulu nia laran, hahú iha loron ne'ebé nia hetan notifikasaun kona-ba desizaun ne'ebé haruka providénsia ne'e, sein prejuizu ba n.º 2 nia dispozisaun;
 - b) Kuandu hatama tiha aksaun, prosesu para hela durante liu loron tolunulu nia laran, tanba rekerente nia neglijénsia;
 - c) Kuandu tribunál julga aksaun improsedente, iha desizaun tranzitada-em-julgadu;
 - d) Kuandu reu hetan absolvisaun iha instánsia no rekerente la hatama aksaun foun iha prazu nia laran hodi aproveita efeitu ne'ebé mosu tanba nia hatama aksaun ida uluk ne'e;
 - e) Kuandu direitu ne'ebé rekerente hakarak akautela extinge tiha ona.
2. Kuandu tribunál la rona rekeridu molok dekreta providénsia, rekerente tenke hatama aksaun hosi ne'ebé providénsia ne'e depende iha loron sanulu nia laran, hahú iha loron ne'ebé rekerente hetan notifikasaun katak notifikasaun prevista iha artigu 309º, nº 5, halo tiha ona ba rekeridu.
3. Kuandu tribunál tau kausaun iha providénsia nia fatin, kausaun ne'e sei lakon efeitu nu'udar providénsia substituida lakon no tribunál tenke haruka foti fali kausaun ne'e.
4. Iha momentu ne'ebé prova iha autus hatudu katak faktu ne'ebé hamosu extinsaun ba providénsia iha duni, rona tiha rekerente, juíz tenke dekreta kedas prosedimentu nia extinsaun no haruka kedas hasai tiha providénsia ne'e.

Artigu 314.º **Rekerente nia responsabilidade**

1. Kuandu tribunál konsidera providénsia injustifikada ka providénsia ne'e kaduka tanba faktu imputavel ba rekerente, rekerente ne'e hetan responsabilidade tanba prejuizu ne'ebé nia hamosu ba rekeridu ho kulpa tanba la iha kuidadu normál.
2. Kuandu konsidera conveniente, tuir sirkunstánsia konkreta, juíz bele haruka rekerente entrega kausaun adekuada hanesan kondisaun ba providénsia ne'ebé nia dekreta, maske la rona rekeridu.

Artigo 315.º
Garantia penal da providência

Incorre na pena do crime de desobediência qualificada todo aquele que infrinja providência cautelar decretada, sem prejuízo das medidas adequadas à sua execução coerciva.

Artigo 316.º
Aplicação subsidiária aos procedimentos especificados

1. Com excepção do preceituado no n.º 2 do artigo 311.º, as disposições constantes desta secção são aplicáveis aos procedimentos cautelares regulados na secção subsequente, em tudo quanto nela se não encontre especialmente prevenido.
2. O disposto no n.º 2 do artigo 314.º apenas é aplicável ao arresto e ao embargo de obra nova.
3. O tribunal não está adstrito à providência concretamente requerida, podendo o juiz adoptar o procedimento adequado ao pedido.

SECÇÃO II
PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECIFICADOS

SUBSECÇÃO I
RESTITUIÇÃO PROVISÓRIA DE POSSE

Artigo 317.º
Em que casos tem lugar a restituição provisória de posse

No caso de esbulho violento, pode o possuidor pedir que seja restituído provisoriamente à sua posse, alegando os factos que constituem a posse, o esbulho e a violência.

Artigo 318.º
Termos em que a restituição é ordenada

Se o juiz reconhecer, pelo exame das provas, que o requerente tinha a posse e foi esbulhado dela violentamente, ordenará a restituição, sem citação nem audiência do esbulhador.

Artigo 319.º
Defesa da posse mediante providência não especificada

Ao possuidor que seja esbulhado ou perturbado no exercício do seu direito sem que ocorram as circunstâncias previstas no artigo 317.º, é facultado, nos termos gerais, o procedimento cautelar comum.

SUBSECÇÃO II

Artigu 315.º
Garantia penál ba providénsia

Komete krime dezobediénsia kualifikada ema-ne'ebé viola providénsia ne'ebé tribunál dekreta tiha ona, sein prejuizu ba medida adekuada ba providénsia ne'e nia ezekusaun koersiva.

Artigu 316.º
Aplikasaun subsidiária ba prosedimentu espesifikadu

1. Seksaun ida-ne'e nia dispozisaun sei aplika ba prosedimentu kautelár ne'ebé seksaun seginte regula, iha parte ne'ebé la iha previzaun, exetu artigu 311.º, n.º 2.º nia dispozisaun.
2. Artigu 314.º, n.º 2, nia dispozisaun aplika deit ba embargu ba obra nova.
3. Providénsia konkreta ne'ebé rekerente rekér la vinkula tribunál; juíz bele adota providénsia ne'ebé konsidera adekuada ba rekerente nia pedidu.

SEKSAUN II
PROSEDIMENTU KAUTELÁR ESPESIFIKADU

SUBSEKSAUN I
RESTITUISAUN PROVIZÓRIA BA POSE

Artigu 317.º
Kuandu bele iha restituisaun provizória ba pose

Kuandu akontese esbullu violentu, posuidór bele husu atu hetan fali pose provizória, alega ho faktu ne'ebé konstitui pose, esbullu no violénsia.

Artigu 318.º
Restituisaun

Kuandu, haree tiha prova, konklui katak rekerente iha duni pose no ema ruma hasai tiha pose ne'e hosi nia ho violénsia, juíz tenke haruka halo restituisaun molok sita no rona esbulladór.

Artigu 319º
Defeza ba pose ho providénsia la espesifikada

Posuidór ne'ebé hetan esbullu ka perturbasaun iha ezersíu iha nia direitu iha situasaun ne'ebé la tama iha artigu 317º nia previzaun bele uza prosedimentu kautelár komúm, tuir termus jerál

SUBSEKSAUN II

SUSPENSÃO DE DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Artigo 320.º

Pressupostos e formalidades

1. Se alguma associação ou sociedade, seja qual for a sua espécie, tomar deliberações contrárias à lei, aos estatutos ou ao contrato, qualquer sócio pode requerer, no prazo de dez dias, que a execução dessas deliberações seja suspensa, justificando a qualidade de sócio e mostrando que essa execução pode causar dano apreciável.
2. O sócio instruirá o requerimento com cópia da acta em que as deliberações foram tomadas e que a direcção deve fornecer ao requerente dentro de vinte e quatro horas; quando a lei dispense reunião de assembleia, a cópia da acta será substituída por documento comprovativo da deliberação.
3. O prazo fixado para o requerimento da suspensão conta-se da data da assembleia em que as deliberações foram tomadas ou, se o requerente não tiver sido regularmente convocado para a assembleia, da data em que ele teve conhecimento das deliberações.

Artigo 321.º

Contestação e decisão

1. Se o requerente alegar que lhe não foi fornecida cópia da acta ou o documento correspondente, dentro do prazo fixado no artigo anterior, a citação da associação ou sociedade é feita com a cominação de que a contestação não será recebida sem vir acompanhada da cópia ou do documento em falta.
2. Ainda que a deliberação seja contrária à lei, aos estatutos ou ao contrato, o juiz pode deixar de suspendê-la, desde que o prejuízo resultante da suspensão seja superior ao que pode derivar da execução.
3. A partir da citação, e enquanto não for julgado em primeira instância o pedido de suspensão, não é lícito à associação ou sociedade executar a deliberação impugnada.

SUBSECÇÃO III ALIMENTOS PROVISÓRIOS

Artigo 322.º

Fundamento

1. Como dependência da acção em que, principal ou acessoriamente, se peça a prestação de alimentos, pode o interessado requerer a fixação da quantia mensal que deva receber, a título de alimentos provisórios, enquanto não houver pagamento da primeira prestação definitiva.

SUSPENSAUN BA DELIBERASAUN SOSIÁL

Artigu 320.º

Presupostu no formalidade

1. Kuandu asosiasaun ka sosiedade, iha espésie naran ida, hasai deliberasaun hasoru lei, estatutu ka kontratu, sósiu naran ida bele husu ba tribunál atu suspende tiha deliberasaun ne'e nia ezekusaun; rekerente tenke hatama pedidu ne'e iha loron sanulu nia laran no tenke justifika nia kualidade hanesan sósiu no hatudu katak ezekusaun ne'e bele hamosu prejuizu apesiável.
2. Sósiu ne'e tenke hatama ho rekerimentu ne'e akta iha ne'ebé hakerek deliberasaun ne'e nia kópia ida; diresaun tenke entrega kópia ne'e ba rekerente iha oras ruanulu resin-haat nia laran. Kuandu lei dispensa assembleia nia reuniaun bele tau fali dokumentu ne'ebé komprova deliberasaun ne'e iha akta nia kópia nia fatin.
3. Prazu atu rekér suspensaun ne'e hahú iha loron ne'ebé halo assembleia ne'ebé hasai deliberasaun ne'e, ka, rekerente la hetan konvokasaun regulár ba assembleia ne'e karik, iha loron ne'ebé nia hetan koñesimentu kona-ba deliberasaun ne'e.

Artigu 321.º

Kontestasaun no desizaun

1. Kuandu rekerente alega katak diresaun la foo akta nia kópia ka dokumentu korrespondente ba nia iha prazu fiksadu iha artigu anteriór, sei sita asosiasaun ka sosiedade ne'e ho kominasaun katak tribunál la simu kontestasaun kuandu la mai hamutuk ho kópia ka dokumentu ne'ebé falta ne'e.
2. Maske deliberasaun hasoru lei, estatutu ka kontratu, juíz la suspende nia ezekusaun kuandu prejuizu ne'ebé mai hosi suspensaun ne'e boot liu prejuizu ne'ebé ezekusaun ne'e bele hamosu.
3. Hahú iha sitasaun too tribunál julga tiha pedidu ba suspensaun ne'e iha primeira instánsia asosiasaun ka sosiedade la bele ezekuta deliberasaun impugnada.

SUBSEKSAUN III ALIMENTU PROVIZÓRIU

Artigu 322.º

Fundamentu

1. Ho dependénsia hosi aksaun atu husu, hanesan pedidu prinsipál ka asesóriu, prestasaun ba alimentu, interesadu bele rekér ba tribunál atu fiksa kuantia mensál ba nia atu simu hanesan alimentu provizóriu, enkuantu seidak iha prestasaun definitiva nia pagamentu primeiru.

2.A prestação alimentícia provisória é fixada em função do estritamente necessário para o sustento, habitação e vestuário do requerente e também para as despesas da acção, quando o requerente não possa beneficiar do apoio judiciário; neste caso, a parte relativa ao custeio da demanda deve ser destrinchada da que se destina aos alimentos.

Artigo 323.º
Procedimento

- 1.Recebida em juízo a petição de alimentos provisórios, é logo designado dia para o julgamento, sendo as partes advertidas de que devem comparecer pessoalmente na audiência ou nela se fazer representar procurador com poderes especiais para transigir.
- 2.A contestação é apresentada na própria audiência e nesta procurará o juiz obter a fixação de alimentos por acordo, que logo homologará por sentença.
- 3.Na falta de alguma das partes ou se a tentativa de conciliação se frustrar, o juiz ordena a produção da prova e, de seguida, decide, por sentença oral, sucintamente fundamentada.

Artigo 324.º
Alcance da decisão

- 1.Os alimentos são devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente à data da dedução do respectivo pedido.
- 2.Se houver fundamento para alterar ou fazer cessar a prestação fixada, será o pedido deduzido no mesmo processo, observando-se os termos prescritos nos artigos anteriores.

Artigo 325.º
Regime especial da responsabilidade do requerente

- 1.O requerente dos alimentos provisórios só responde pelos danos causados com a improcedência ou caducidade da providência se tiver actuado de má fé, devendo a indemnização ser fixada equitativamente.
- 2.Não há lugar, em caso algum, à restituição dos alimentos provisórios recebidos.

SUBSECÇÃO IV
ARBITRAMENTO DE REPARAÇÃO PROVISÓRIA

Artigo 326.º
Fundamento

- 1.Como dependência da acção de indemnização fundada em morte

2. Prestasaun alimentísia provizória sei fiksa tuir buat ne'ebé rekerente presiza duni ba nia sustentu, abitasaun no vestuáriu no ba despeza iha aksaun, kuandu rekerente la bele hetan apoiu judisiáriu; iha kazu ne'e, tenke haketak kuantia ba alimentu hosi kuantia atu selu prosesu nia kustas.

Artigu 323.º
Prosedimentu

1. Simu tiha iha tribunál petisaun ba alimentu provizóriu, sei marka kedas loron ba julgamentu no foo-hatene ba parte sira katak sira tenke mai rasik iha audiénsia ka haruka prokuradór ho podér espesiál atu tranzije¹³² mai representa sira.
2. Kontestasaun tenke aprezena iha audiénsia; iha audiénsia juíz sei buka parte sira nia akordu kona-ba alimentu no omologa akordu ne'e ho sentensa.
3. Parte ruma la mosu ka tentativa ba konsiliaun la foo rezultadu karik, juíz haruka prodúz prova, hafoin decide ho sentensa orál, ho fundamentasaun badak.

Artigu 324.º
Desizaun nia alkanse

1. Alimentu tenke foo hahú iha loron primeiru iha fulan ne'ebé tuir fali data ne'ebé pedidu tama iha tribunál.
2. Pedidu atu altera ka halo-para prestasaun, kuandu iha fundamentu, tenke halo iha prosesu ne'ebé fiksa tiha ona prestasaun atu altera ka halo-para ne'e, tuir artigu anteriór sira nia termus.

Artigu 325.º
Rekerente nia responsabilidade

1. Alimentu provizóriu nia rekerente iha deit responsabilidade tanba prejuizu ne'ebé mosu ho improsedénsia ka providénsia nia kadusidade kuandu nia uza má-fe, no indemnizasaun tenke fiksa tuir ekuidade.
2. Alimentu provizóriu ne'ebé simu tiha ona la bele foo fila-fali.

SUBSEKSAUN IV
ARBITRAMENTU BA REPARASAUN PROVIZÓRIA

Artigu 326.º
Fundamentu

1. Ho dependénsia hosi aksaun ba indemnizasaun ho baze iha mate ka lezaun korporál, lezadu no ema ne'ebé iha direitu tuir lei sivil bele husu atu fiksa kuantia certa, atu selu fulan-fulan, hodi repara

ou lesão corporal, podem os lesados, bem como os titulares do direito de acordo com a lei civil, requerer o arbitramento de quantia certa, sob a forma de renda mensal, como reparação provisória do dano.

2.O juiz deferirá a providência requerida, desde que se verifique uma situação de necessidade em consequência dos danos sofridos e esteja indiciada a existência de obrigação de indemnizar a cargo do requerido.

3.A liquidação provisória, a imputar na liquidação definitiva do dano, será fixada equitativamente pelo tribunal.

4.O disposto nos números anteriores é também aplicável aos casos em que a pretensão indemnizatória se funde em dano susceptível de pôr seriamente em causa o sustento ou habitação do lesado.

Artigo 327.º **Processamento**

1.É aplicável ao processamento da providência referida no artigo anterior o disposto acerca dos alimentos provisórios, com as necessárias adaptações.

2.Na falta de pagamento voluntário da reparação provisoriamente arbitrada, a decisão é imediatamente exequível.

Artigo 328.º **Caducidade da providência e repetição das quantias pagas**

1.Se a providência decretada vier a caducar, deve o requerente restituir todas as prestações recebidas, nos termos previstos para o enriquecimento sem causa.

2.A decisão final, proferida na acção de indemnização, quando não arbitrar qualquer reparação ou atribuir reparação inferior à provisoriamente estabelecida, condenará sempre o lesado a restituir o que for devido.

SUBSECÇÃO V **ARRESTO**

Artigo 329.º **Fundamentos**

1.O credor que tenha justificado receio de perder a garantia patrimonial do seu crédito pode requerer o arresto de bens do devedor.

2.O arresto consiste numa apreensão judicial de bens, à qual são aplicáveis as disposições relativas à penhora, em tudo quanto não contrariar o preceituado nesta subsecção.

Artigo 330.º **Processamento**

provizoriamente prejuizu ne'e.

2. Juíz defere providénsia rekerida ne'e kuandu haree katak rekerente tama iha situasaun ne'ebé nia iha nesesidade duni tanba prejuizu ne'ebé nia hetan no iha prova indisiária katak rekeridu iha obligasaun atu selu indemnizasaun.

3. Likidasaun provizória, atu deskonta iha prejuizu nia likidasaun definitiva, sei fiksa tuir ekuidade.

4. Númeru anteriór nia dispozisaun aplika mos iha situasaun ne'ebé pretensaun indemnizatória bazeia iha prejuizu ne'ebé bele hamosu perigu ba lezadu nia sustentu no abitasaun

Artigu 327.º

Prosesu

1. Dispozisaun sira kona-ba alimentu provizóriu aplika mos ba prosesu ba providénsia referida iha artigu anteriór, ho adaptasaun.

2. Kuandu rekeridu la selu reparasaun provizória ne'ebé arbitra tiha ona, bele ezekuta kedas desizaun ne'e.

Artigu 328.º

Providénsia nia kadusidade no kuantia ne'ebé selu tiha ona

1. Kuandu providénsia dekretada kaduka, rekerente tenke foo fila-fali prestasaun ne'ebé nia simu tiha ona, tuir previzaun kona-ba enrikesimentu-sein-kauza.

2. Desizaun finál, ne'ebé tribunál foo iha aksaun ba indemnizasaun, tenke kondena lezadu foo fila-fali valór ne'ebé nia tenke foo fila-fali, kuandu la arbitra reparasaun ida ka kuandu fiksa reparasaun kiik liu reparasaun provizória ne'ebé fiksa tiha ona ne'e.

SUBSEKSAUN V

ARRESTU

Artigu 329.º

Fundamentu

1. Kredór ne'ebé iha motivu atu fiar katak nia bele lakon garantia patrimoniál ba nia kréditu bele rekér arrestu ba devedór nia bein.

2. Iha arrestu sei halo apreensaun judisiál ba bein, tuir dispozisaun ne'ebé aplika iha peñora, iha situasaun hotu-hotu ne'ebé la hasoru subseksaun ida-ne'e nia dispozisaun.

Artigu 330.º

Prosesu

1.O requerente do arresto deduz os factos que tornam provável a existência do crédito e justificam o receio invocado, relacionando os bens que devem ser apreendidos, com todas as indicações necessárias à realização da diligência.

2.Sendo o arresto requerido contra o adquirente de bens do devedor, o requerente, se não mostrar ter sido judicialmente impugnada a aquisição, deduzirá ainda os factos que tornem provável a procedência da impugnação.

Artigo 331.º **Termos subsequentes**

1.Examinadas as provas produzidas, o arresto é decretado, sem audiência da parte contrária, desde que se mostrem preenchidos os requisitos legais.

2.Se o arresto houver sido requerido em mais bens que os suficientes para segurança normal do crédito, reduzir-se-á a garantia aos justos limites.

3.O arrestado não pode ser privado dos rendimentos estritamente indispensáveis aos seus alimentos e da sua família, que lhe serão fixados nos termos previstos para os alimentos provisórios.

Artigo 332.º **Arresto de navios e sua carga**

1.Tratando-se de arresto em navio ou na sua carga, incumbe ao requerente demonstrar, para além do preenchimento dos requisitos gerais, que a penhora é admissível, atenta a natureza do crédito.

2.No caso previsto no número anterior, a apreensão não se realizará se o devedor oferecer logo caução que o credor aceite ou o juiz, dentro de dois dias, julgue idónea, ficando sustada a saída do navio até à prestação da caução.

Artigo 333.º **Caso especial de caducidade**

O arresto fica sem efeito, não só nas situações previstas no artigo 313.º, mas também no caso de, obtida na acção de cumprimento sentença com trânsito em julgado, o credor insatisfeito não promover execução dentro dos dois meses subsequentes, ou se, promovida a execução, o processo ficar sem andamento durante mais de trinta dias, por negligência do exequente.

SUBSECÇÃO VI **EMBARGO DE OBRA NOVA**

Artigo 334.º **Embargo judicial e extrajudicial**

1. Rekerente tenke dedúz faktu ne'ebé hatudu katak kréditu ne'e bele iha duni no rekerente iha razaun atu tauk lakon garantia, no halo relasaun kona-ba bein ne'ebé tenke apreende, ho indikasaun ne'ebé presiza atu realiza dilijénsia.
2. Atu halo arrestu hasoru ema ne'ebé adkire devedór nia bein, rekerente, kuandu la hatudu katak nia impugna tiha ona akizisaun ne'e iha tribunál, tenke dedúz faktu ne'ebé hatudu katak impugnasaun ne'ebé nia hatama bele hetan prosedénsia.

Artigu 331.º
Termus subsekvente

1. Ezamina tiha prova produzida, tribunál dekreta arrestu, molok rona rekeridu, sarak iha rekizitu legál hotu.
2. Kuandu rekerente husu atu apreende bein barak liu sira-ne'ebé presiza atu foo seguransa normál ba nia kréditu, tribunál sei redúz garantia ne'e too nia limite justu.
3. La bele hasai hosi arrestadu rendimentu ne'ebé nia presiza ba nia ho nia família atu han-hemu; rendimentu sira-ne'e sei fiksa tuir regra ne'ebé uza hodi fiksa alimentu provizóriu.

Artigu 332.º
Arrestu ba naviu no nia karga

1. Atu arresta naviu no nia karga, rekerente tenke hatudu, hamutuk ho rekizitu jerál, katak, tuir kréditu nia natureza, bele halo peñora ne'e.
2. Iha kazu previstu iha número anteriór, la bele halo apreensaun kuandu devedór oferese kedas kausaun ne'ebé kredór simu ka juíz, iha loron rua nia laran, julga idónea; iha kazu ne'e naviu ne'e la bele sai too rekeridu presta tiha kausaun.

Artigu 333.º
Kadusidade

Arrestu lakon efeitu iha situasaun sira previstu iha artigu 313º no mos kuandu, hetan tiha, iha aksaun ba kumprimentu, sentensa tranzitada, kredór insatisfeito ne'e la promove sentensa ne'e nia ezekusaun iha fulan rua nia laran, ka, promove tiha ezekusaun, prosesu para tiha durante liu loron tolunulu, tanba ezekuyente nia negligénsia.

SUBSEKSAUN VI
EMBARGU BA OBRA NOVA

Artigu 334.º
Embargu judisiál no estra-judisiál

1. Aquele que se julgue ofendido no seu direito de propriedade, singular ou comum, em qualquer outro direito real ou pessoal de gozo ou na sua posse, em consequência de obra, trabalho ou serviço novo que lhe cause ou ameace causar prejuízo, pode requerer, dentro de trinta dias, a contar do conhecimento do facto, que a obra, trabalho ou serviço seja mandado suspender imediatamente.

2. O interessado pode também fazer directamente o embargo por via extrajudicial, notificando verbalmente, perante duas testemunhas, o dono da obra, ou, na sua falta, o encarregado ou quem o substituir para a não continuar.

3. O embargo previsto no número anterior fica, porém, sem efeito se, dentro de cinco dias, não for requerida a ratificação judicial.

Artigo 335.º

Embargo por parte de pessoas colectivas públicas

1. Quando careçam de competência para decretar embargo administrativo podem o Estado e as demais pessoas colectivas públicas embargar, nos termos desta subsecção, as obras, construções ou edificações iniciadas em contravenção da lei ou dos regulamentos.

2. O embargo previsto no número anterior não está sujeito ao prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 336.º

Obras que não podem ser embargadas

Não podem ser embargadas, nos termos desta subsecção, as obras do Estado, das demais pessoas colectivas públicas e das entidades concessionárias de obras ou serviços públicos quando, por o litígio se reportar a uma relação jurídico-administrativa, a defesa dos direitos ou interesses lesados se deva efectivar através dos meios previstos na lei de processo administrativo contencioso.

Artigo 337.º

Como se faz ou ratifica o embargo

1. O embargo é feito ou ratificado por meio de auto, no qual se descreverá minuciosamente, o estado da obra e a sua medição, quando seja possível. Notificar-se-á o dono da obra ou, na sua falta, o encarregado ou quem o substitua, para a não continuar.

2. O auto é assinado pelo funcionário que o lavre e pelo dono da obra ou por quem a dirigir, se o dono não estiver presente. Quando o dono da obra não possa ou não queira assinar, intervirão duas testemunhas.

3. O embargante e o embargado podem, no acto do embargo, mandar tirar fotografias da obra, para serem juntas ao processo. Neste caso, é o facto consignado no auto, com a indicação do nome do fotógrafo

1. Ema-ne'ebé konsidera katak ema ruma ofende nia direitu propriedade, singulár ka komúm, ka direitu réal ka pesoál seluk atu goza ka nia pose, ho obra, traballu ka servisu foun ne'ebé provoka ka bele provoka prejuizu, bele rekér ba tribunál, iha loron tolunulu nia laran, hahú iha momentu ne'ebé nia hatene faktu ne'e, atu haruka para kedas obra, traballu ka servisu ne'e.
2. Interesadu bele halo embargo diretamente ho embargo estra-judisiál; iha ne'e interesadu tenke notifika verbalmente, iha testemuña rua nia oin, obra nia nain ka, nia la iha karik, enkarregadu ka ema ne'ebé okupa enkarregadu nia fatin, atu la bele kontinua obra ne'e.
3. Embargu previstu iha númeru anteriór lakon efeitu kuandu, iha loron lima nia laran, interesadu la rekér ba tribunál atu ratifika embargo ne'e.

Artigu 335.º

Embargu hosi pesoa koletiva públika

1. Kuandu la iha kompeténsia atu dekreta embargo administrativu, Estadu no pesoa koletiva públika sira seluk bele embarga, tuir subseksaun ida-ne'e nia dispozisaun, obra, konstrusaun ka edifikasaun ne'ebé hahú hasoru lei ka regulamentu.
2. Iha embargo previstu iha númeru anteriór la aplika prazu previstu iha artigu anteriór, nº 1.

Artigu 336.º

Obra ne'ebé la bele embarga

Obra ne'ebé Estadu, pesoa koletiva públika seluk no entidade konsesionária ba obra ka servisu públiku halo la bele hasoru embargo tuir seksaun ida-ne'e nia dispozisaun, kuandu tenke tuir mei previstu iha lei kona-ba prosesu administrativu kontensiozu hodi defende direitu ka interese lezadu, tanba litíjiu ne'e mosu iha relasaun jurídiko-administrativa nia laran.

Artigu 337.º

Oinsá halo ka ratifika embargo

1. Embargu ka nia ratifikasaun sei halo ho autu, iha ne'ebé sei deskreve ho pormenór obra nia estadu no nia medisaun, kuandu bele. Tenke notifika obra nia nain ka, nia la iha karik, enkarregadu ka ema ne'ebé okupa enkarregadu nia fatin, atu la bele kontinua obra ne'e.
2. Funsionáriu, obra nia nain ka, nia la iha karik, ema ne'ebé dirije obra ne'e tenke asina autu ne'e. Kuandu obra nia nain la bele ka lakohi asina, testemuña rua tenke asina mos autu ne'e.
3. Iha aktu hodi halo embargo ne'e embargante no embargadu bele haruka hasai fotografia ba obra hodi hatama iha autus.

e a identificação da chapa fotográfica.

Artigo 338.º
Autorização da continuação da obra

Embargada a obra, pode ser autorizada a sua continuação, a requerimento do embargado, quando se reconheça que a demolição restituirá o embargante ao estado anterior à continuação ou quando se apure que o prejuízo resultante da paralisação da obra é consideravelmente superior ao que pode advir da sua continuação e em ambos os casos mediante caução prévia às despesas de demolição total.

Artigo 339.º
Como se reage contra a inovação abusiva

1. Se o embargado continuar a obra, sem autorização, depois da notificação e enquanto o embargo subsistir, pode o embargante requerer que seja destruída a parte inovada.
2. Averiguada a existência de inovação, é o embargado condenado a destruí-la; se não o fizer dentro do prazo fixado, promover-se-á, nos próprios autos, a execução para a prestação de facto devida.

SUBSECÇÃO VII
ARROLAMENTO

Artigo 340.º
Fundamento

1. Havendo justo receio de extravio, ocultação ou dissipação de bens, móveis ou imóveis, ou de documentos, pode requerer-se o arrolamento deles.
2. O arrolamento é dependência da acção à qual interessa a especificação dos bens ou a prova da titularidade dos direitos relativos às coisas arroladas.

Artigo 341.º
Legitimidade

1. O arrolamento pode ser requerido por qualquer pessoa que tenha interesse na conservação dos bens ou dos documentos.
2. Aos credores só é permitido requerer arrolamento nos casos em que haja lugar à arrecadação da herança.

Artigo 342.º

Iha kazu ne'e, tenke hakerek faktu ne'e iha autu, hatudu ho fotógrafu nia naran no xapa fotográfika nia identifíkasaun.

Artigu 338.º
Autorizasaun atu kontinua obra

Tuir embargadu nia rekerimentu, tribunál bele autoriza obra ne'ebé embarga tiha ona atu kontinua, kuandu haree katak demolisaun bele tau fali embargante iha situasaun ne'ebé nia hela molok obra ne'e kontinua ka kuandu haree katak paralizasaun bele hamosu prejuizu boot liu prejuizu ne'ebé mosu ho kontinuasaun; iha kazu rua ne'e embargadu tenke entrega uluk kausaun atu selu despeza ho demolisaun totál.

Artigu 339.º
Inovasaun abuziva

1. Kuandu, liu tiha notifikasaun no enkuantu embargu sei moris, embargadu, sein autorizasaun, kontinua obra ne'e, embargante bele rekér atu sobu tiha parte inovada.
2. Kuandu haree katak iha duni inovasaun, tribunál kondena embargadu sobu inovasaun ne'e; kuandu embargadu la sobu iha prazu fiksadu, sei promove, iha autus rasik, ezekusaun ba prestasaun-de-faktu devida.

SUBSEKSAUN VII
ARROLAMENTU

Artigu 340º
Fundamentu

1. Kuandu tauk katak bein movel ka imovel ka dokumentu bele lakon, subar tiha, ka gaxta hotu tiha, interesadu bele rekér ba tribunál atu halo arrolamentu ba bein ka dokumentu sira-ne'e.
2. Arrolamentu sei halo ho dependénsia hosi aksaun iha ne'ebé tenke espesifika bein sira-ne'e ka tenke prova se maka iha direitu ba koiza arrolada sira-ne'e.

Artigu 341º
Lejitimidade

1. Ema ne'ebé iha interese atu konserva bein ka dokumentu sira-ne'e bele rekér arrolamentu.
2. Iha deit kazu ne'ebé iha arrekadasaun ba eransa maka kredór bele rekér arrolamentu.

Artigu 342º

Processo para o decretamento da providência

- 1.O requerente fará prova sumária do direito relativo aos bens e dos factos em que fundamenta o receio do seu extravio ou dissipação. Se o direito relativo aos bens depender de acção proposta ou a propor, tem o requerente de convencer o tribunal da provável procedência do pedido correspondente.
- 2.Produzidas as provas que forem julgadas necessárias, o juiz ordena as providências se adquirir a convicção de que, sem o arrolamento, o interesse do requerente corre risco sério.
- 3.No respectivo despacho, faz-se logo a nomeação de um depositário e ainda de um avaliador, que é dispensado do juramento.

Artigo 343.º

Como se faz o arrolamento

- 1.O arrolamento consiste na descrição, avaliação e depósito dos bens.
- 2.Será lavrado auto em que se descrevam os bens, em verbas numeradas, se declare o valor fixado pelo louvado e se certifique a entrega ao depositário ou o diverso destino que tiveram. O auto mencionará ainda todas as ocorrências com interesse e será assinado pelo funcionário que o lavre, pelo depositário e pelo possuidor dos bens, se assistir, devendo intervir duas testemunhas quando não for assinado por este último
- 3.Ao acto do arrolamento assiste o possuidor ou detentor dos bens, sempre que esteja no local ou seja possível chamá-lo e queira assistir. Pode este interessado fazer-se representar por mandatário judicial.
- 4.O arrolamento de documentos faz-se em termos semelhantes, mas sem necessidade de avaliação.
- 5.São aplicáveis ao arrolamento as disposições relativas à penhora, em tudo quanto não contrarie o estabelecido nesta subsecção ou a diversa natureza das providências.

Artigo 344.º

Casos de imposição de selos

- 1.Quando haja urgência no arrolamento e não seja possível efectuá-lo imediatamente ou quando se não possa concluí-lo no dia em que foi iniciado, impor-se-ão selos nas portas das casas ou nos móveis em que estejam os objectos sujeitos a extravio, adoptando-se as providências necessárias para a sua segurança e continuando-se a diligência no dia que for designado.
- 2.Os objectos, papéis ou valores de que não seja necessário

Prosesu

1. Rekerente tenke halo prova sumária kona-ba direitu ba bein ne'ebé atu arrola no kona-ba faktu ne'ebé hatudu katak nia tauk bein sira-ne'e atu lakon ka gastu hotu tiha. Kuandu direitu ba bein sira-ne'e depende hosi aksaun ne'ebé hatama tiha ona iha tribunál ka atu hatama iha tribunál, rekerente tenke hatudu ba tribunál katak iha probabilidade ba pedidu korrespondente atu hetan prosedénsia.
2. Prodúz tiha prova ne'ebé konsidera nesesária, juíz ordena providénsia ne'e kuandu fiar katak, la iha arrolamentu karik, rekerente nia interese bele hasoru perigu sériu.
3. Iha despaxu ne'ebé haruka halo arrolamentu juíz nomeia kedas depositáriu no mos avaliador ida, ne'ebé la presiza halo juramentu.

Artigu 343º Oinsá halo arrolamentu

1. Iha arrolamentu sei halo deskrisaun, avaliasaun no depóztu ba bein ne'ebé tenke arrola.
2. Tenke hakerek autu, iha ne'ebé sei deskreve bein arroladu sira, tuir verba numerada, sei deklara valór ne'ebé louvadu fiksa ba bein ida-idak, no sei rejista bein sira-ne'e nia entrega ba depositáriu ka destinu seluk ne'ebé bein sira-ne'e hetan. Iha autu ne'e sei hakerek mos okorrénsia ne'ebé iha interese. Funsionáriu ne'ebé hakerek autu no depositáriu tenke asina autu ne'e; bein sira-ne'e nia posuidór tenke asina autu ne'e, kuandu nia asiste arrolamentu; kuandu posuidór ne'e la asina, testemuña rua tenke asina mos autu ne'e.
3. Bein nia posuidór ka detentór sei asiste arrolamentu, kuandu nia iha fatin ne'ebé halo arrolamentu ka bele bolu nia ba iha ne'ebá no nia hakarak ba asiste. Interesadu bele haruka nia mandatáriu judisiál ba reprezenta nia.
4. Arrolamentu ba dokumentu sei halo hanesan ne'e, maibé la presiza halo avaliasaun.
5. Dispozisaun kona-ba peñora sei aplika ba arrolamentu, kuandu la hasoru subseksaun ida-ne'e nia dispozisaun ka arrolamentu nia natureza kuandu la hanesan ho peñora nian.

Artigu 344º Selu nia kolokasaun

1. Kuandu iha urjénsia atu halo arrolamentu no la bele halo ka la bele halo hotu kedas iha loraun iha ne'ebé hahú, tenke tau selu iha uma nia odamatan ka iha movel sira iha ne'ebé rai-hela objetu sira-ne'ebé bele lakon nia odamatan, no hola medida nesesária ba bein sira-ne'e nia seguransa, no dilijénsia ne'e sei kontinua fali iha loraun ne'ebé marka atu kontinua.
2. Arrola tiha hotu, objetu, surat ka valór ne'ebé la presiza uza no la

fazer uso e que não sofram deterioração por estarem fechados são, depois de arrolados, encerrados em caixas lacradas com selo, que se depositarão em instituição bancária que a lei determinar ou, na ausência de lei, o juiz.

Artigo 345.º
Quem deve ser o depositário

1. Quando haja de proceder-se a inventário, é nomeada como depositário a pessoa a quem deva caber a função de cabeça-de-casal em relação aos bens arrolados.
2. Nos outros casos, o depositário é o próprio possuidor ou detentor dos bens, salvo se houver manifesto inconveniente em que lhe sejam entregues.
3. O auto de arrolamento serve de descrição no inventário a que haja de proceder-se.

Artigo 346.º
Arrolamentos especiais

1. Como preliminar ou incidente da acção de separação judicial de pessoas e bens, divórcio, declaração de nulidade ou anulação de casamento, qualquer dos cônjuges pode requerer o arrolamento de bens comuns, ou de bens próprios que estejam sob administração do outro.
2. Se houver bens abandonados, por estar ausente o seu titular, por estar jacente a herança, ou por outro motivo, e tornando-se necessário acautelar a perda ou deterioração, são arrecadados judicialmente, mediante arrolamento.
3. Não é aplicável aos arrolamentos previstos nos números anteriores, o disposto no n.º 1 do artigo 340.º.

TÍTULO II
DO PROCESSO DE DECLARAÇÃO

CAPÍTULO I
DAS FORMAS DO PROCESSO

Artigo 347.º
Processo comum e processos especiais

1. O processo de declaração pode assumir a forma comum ou especial.
2. O processo comum é utilizado em todos os casos a que a lei não faça corresponder expressamente a forma de processo especial.

Artigo 348.º
Disposições subsidiárias

aat kuandu taka metin hela tenke hatama iha kaixa lakrada ho selu no depozita iha instituisaun bankária ne'ebé lei hatudu, ka, la iha lei karik, juíz hatudu.

Artigu 345º Depozitáriu

1. Kuandu tenke halo inventáriu, tenke nomeia depozitáriu ema ne'ebé tenke kaer funsaun hanesan kabesa-de-kazál kona-ba bein arroladu ne'e.
2. Iha kazu sira seluk, sei nomeia depozitáriu bein arroladu nia posuidór ka detentór, salvu kuandu iha inkonveniente atu entrega bein ne'e ba nia.
3. Autu arrolamentu serve hanesan deskrisaun iha inventáriu kona-ba bein arroladu.

Artigu 346º Arrolamentu espesiál

1. Hanesan preliminar ka insidente iha aksaun ba separasaun judisiál ba ema ka bein, ba divórsiu, atu deklara kazamentu nia nulidade ka atu anula kazamentu, kónjuje naran ida bele rekér arrolamentu ba bein komúm ka ba nia bein rasik ne'ebé kónjuje ida seluk maka administra.
2. Ho arrolamentu sei halo mos arrekadasaun judisiál ba bein abandonadu, tanba nia titulár la iha, tanba eransa seidak fahe, ka tanba motivu seluk tan, no presiza hola medida para bein ne'e la bele lakon ka estraga.
3. Artigu 340.º, n.º 1, nia dispozisaun la bele aplika ba arrolamentu ne'ebé númeru anteriór sira prevé.

TÍTULU II PROESU DEKLARATIVU

KAPÍTULU I PROESU NIA FORMA

Artigu 347º Prosesu komúm no prosesu espesiál

1. Prosesu deklarativu bele tuir forma komúm ka espesiál.
2. Prosesu komúm sei uza iha situaun ne'ebé lei la haruka tuir prosesu espesiál.

Artigu 348º Dispozisaun subsidiária

O processo especial regula-se pelas normas que lhe são próprias e pelas disposições gerais e comuns deste Código e, subsidiariamente, para situações omissas, antes de se aplicar o que dispõe o artigo 1.º, observar-se-á o que se acha estabelecido para o processo comum de declaração.

CAPÍTULO II DO PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO

SECÇÃO I DOS ARTICULADOS

SUBSECÇÃO I PETIÇÃO INICIAL

Artigo 349.º Requisitos da petição inicial

1. Na petição, com que propõe a acção, deve o autor:
- a) Designar o tribunal em que a acção é proposta e identificar as partes, indicando os seus nomes, domicílios ou sedes e, sempre que possível, profissões e locais de trabalho;
 - b) Indicar o domicílio profissional do mandatário judicial;
 - c) Indicar a forma do processo;
 - d) Expor os factos e as razões de direito que servem de fundamento à acção;
 - e) Formular o pedido;
 - f) Declarar o valor da causa.
2. No final da petição, o autor pode, desde logo, apresentar o rol de testemunhas e requerer outras provas.

Artigo 350.º Pedidos alternativos

1. É permitido fazer pedidos alternativos, com relação a direitos que por sua natureza ou origem sejam alternativos, ou que possam resolver-se em alternativa.
2. Quando a escolha da prestação pertença ao devedor, a circunstância de não ser alternativo o pedido não obsta a que se profira uma condenação em alternativa.

Artigo 351.º Pedidos subsidiários

1. Podem formular-se pedidos subsidiários. Diz-se subsidiário o pedido que é apresentado ao tribunal para ser tomado em consideração somente no caso de não proceder um pedido anterior.

Prosesu espesiál sei tuir nia norma rasik no norma jerál no komúm iha Kódigu ida-ne'e, no, subsidiariamente, iha kazu omisu, molok aplika artigu primeiru nia dispozisaun, sei tuir prosesu komúm deklarativu nia dispozisaun.

KAPÍTULU I PROSESU KOMÚM DEKLARATIVU

SEKSAUN I ARTIKULADU

SUBSEKSAUN I PETISAUN INISIÁL

Artigu 349º Petisaun inisiál nia rekizitu

1. Iha petisaun, ne'ebé uza hodi hatama aksaun iha tribunál, autór tenke:
 - a) Hatudu tribunál iha ne'ebé nia hatama aksaun, identifika parte sira, ho sira nia naran, domisíliu ka sede no, bele karik, profisaun no servisu-fatin;
 - b) Hatudu nia mandatáriu judisiál nia domisíliu profisionál;
 - c) Hatudu prosesu nia forma;
 - d) Espoin faktu no direitu ne'ebé fundamenta aksaun ne'e;
 - e) Formula pedidu;
 - f) Deklara aksaun nia valór.
2. Iha petisaun nia finál autór bele apresenta kedas testemuña, iha lista, no rekér prova seluk tan.

Artigu 350º Pedidu alternativu

1. Autór bele halo pedidu alternativu, kona-ba direitu sira-ne'ebé alternativu, tuir sira nia natureza ka orijen, ka bele rezolve tuir alternativa.
2. Kuandu devedór maka hili prestasaun, maske autór la halo pedidu alternativu, tribunál bele kondena ho alternativa.

Artigu 351º Pedidu subsidiáriu

1. Autór bele halo pedidu subsidiáriu. Autór halo pedidu subsidiáriu kuandu nia hatoo pedidu ida ba tribunál atu konsidera deit kuandu pedidu anteriór la prosede.
2. Bele halo pedidu alternativu, tuir númeru anteriór, maske pedidu sira-ne'e iha opozisaun ba malu; maibé sirkunstánsia

2.A oposição entre os pedidos não impede que sejam deduzidos nos termos do número anterior; mas obstam a isso as circunstâncias que impedem a coligação de autores e réus.

Artigo 352.º **Cumulação de pedidos**

1.Pode o autor deduzir cumulativamente contra o mesmo réu, num só processo vários pedidos que sejam compatíveis, se não se verificarem as circunstâncias que impedem a coligação.

2.Nos processos de divórcio ou separação litigiosos é admissível a dedução de pedido tendente à fixação do direito a alimentos.

Artigo 353.º **Pedidos genéricos**

1.É permitido formular pedidos genéricos nos casos seguintes:

a)Quando o objecto mediato da acção seja uma universalidade, de facto ou de direito;

b)Quando não seja ainda possível determinar, de modo definitivo, as consequências do facto ilícito;

c)Quando a fixação do quantitativo esteja dependente de prestação de contas ou de outro acto que deva ser praticado pelo réu.

2.Nos casos das alíneas a) e b) do número anterior o pedido pode concretizar-se em prestação determinada por meio do incidente de liquidação, quando para o efeito não caiba o processo de inventário. Não sendo liquidado na acção declarativa, observar-se-á o disposto no n.º 2 do artigo 409.º.

Artigo 354.º **Pedido de prestações vincendas**

1.Tratando-se de prestações periódicas, se o devedor deixar de pagar, podem compreender-se no pedido e na condenação tanto as prestações já vencidas como as que se vencerem enquanto subsistir a obrigação.

2.Pode ainda pedir-se a condenação em prestações futuras quando se pretenda obter o despejo de um prédio no momento em que findar o arrendamento e nos casos semelhantes em que a falta de título executivo na data do vencimento da prestação possa causar grave prejuízo ao credor.

Artigo 355.º **Indeferimento liminar da petição**

1.A petição deve ser liminarmente indeferida:

a)Quando se reconheça que é inepta;

ne'ebé impede autór ka reu sira atu tama iha koligasaun la foo-fatin ba pedidu alternativu.

Artigu 352º
Kumulasaun iha pedidu

1. Autór bele dedúz hasoru reu ida deit, iha prosesu ida deit, pedidu barak, sarak kompativel, kuandu la iha sirkunstánsia ruma ne'ebé taka dalan ba koligasaun.
2. Iha prosesu ba divórsiu ka separasaun litijiozu bele bele apresenta mos pedidu atu fiksa direitu ba alimentu.

Artigu 353º
Pedidu jenérik

1. Autór bele halo pedidu jenérik iha kazu sira tuirmai ne'e:
 - a) Kuandu universalidade ida, de-faktu ka de-direitu, maka aksaun nia objetu mediatu;
 - b) Kuandu seidak bele kalkula loos faktu ilísitu nia konsekuénsia;
 - c) Kuandu reu tenke halo prestasaun-de-kontas ka pratika aktu seluk atu bele fiksa pedidu nia valór.
2. Iha kazu previstu iha número anteriór, alínea a) no b), pedidu ne'e bele determina ho insidente ba likidasaun, kuandu, ba ida-ne'e, la bele uza prosesu ba inventáriu. Kuandu la halo likidasaun iha aksaun deklarativa, tenke tuir artigu 409º, nº 2, nia dispozisaun.

Artigu 354º
Pedidu ba prestasaun vinsenda

1. Kuandu, iha prestasaun periódika, devedór la selu, bele hatama iha pedidu no iha kondensasaun prestasaun ne'ebé vense tiha ona no prestasaun sira-ne'ebé sei vense enkuantu obrigasaun sei moris.
2. Autór bele husu mos kondensasaun iha prestasaun futura kuandu nia hakarak halo despeju iha prédiu ida iha momentu ne'ebé arrendamentu hotu no iha kazu semellante iha ne'ebé kredór bele hetan prejuizu boot kuandu nia la iha título ezekutiva iha lora ne'ebé prestasaun vense.

Artigu 355º
Indeferimentu¹³³ liminár

1. Tribunál tenke indefere liminarmente petisaun:
 - a) Kuandu konsidera petisaun inepta;
 - b) Kuandu haree kedas katak tribunál sofre inkompeténsia absoluta,

- b) Quando seja manifesta a incompetência absoluta do tribunal, a falta de personalidade ou da capacidade judiciária do autor ou do réu, ou a sua ilegitimidade;
- c) Quando a acção for proposta fora de tempo, sendo a caducidade de conhecimento oficioso, ou quando, por outro motivo, for evidente que a pretensão do autor não pode proceder.
2. Não é admissível o indeferimento liminar parcial da petição, a não ser que resulte exclusão de alguns dos réus.
3. Se a forma de processo escolhida pelo autor não corresponder à natureza da acção, mandar-se-á seguir a forma adequada; mas quando não possa ser utilizada para essa forma, a petição é indeferida.

Artigo 356.º

Impugnação do despacho de indeferimento

1. Do despacho de indeferimento liminar cabe recurso de agravo para o Supremo Tribunal de Justiça, ainda que o valor da causa esteja contido na alçada dos tribunais de primeira instância.
2. A decisão final é definitiva nos casos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 355.º, mas apenas assegura o seguimento da causa quando, sendo favorável ao autor, se relacione com a alínea c) do mesmo número.
3. O despacho que admita o agravo ordenará a citação do réu, tanto para os termos do recurso como para os da causa.
4. Sendo revogado o despacho de indeferimento, mandará o juiz de primeira instância, em cumprimento da decisão, notificar o réu, começando a correr da notificação o prazo para a contestação; se o agravo não obtiver provimento, a entrada do processo na secretaria da primeira instância é logo notificada ao autor.

Artigo 357.º

Benefício concedido ao autor

1. O autor pode apresentar outra petição, dentro de dez dias contados da notificação do despacho de indeferimento ou, se tiver agravado deste despacho, da notificação ordenada na parte final do n.º 4 do artigo anterior.
2. Em qualquer dos casos, a acção considera-se proposta na data em que a primeira petição tenha dado entrada na secretaria e, se o réu já tiver sido citado, será notificado para contestar.

Artigo 358.º

Petição irregular ou deficiente

1. Quando não ocorra nenhum dos casos previsto no n.º 1 do artigo 355.º, mas a petição não possa ser recebida por falta de requisitos legais ou por não vir acompanhada de determinados

autór ka reu la iha personalidade ka kapasidade judisiária ka la iha lejitimidade;

c) Kuandu aksaun la tama iha prazu nia laran no tribunál bele koñese ofisiozamente kadusidade ne'e, ka kuandu, tanba motivu seluk, tribunál haree kedas katak autór nia pretensaun la bele prosede.

2. La bele iha indeferimentu parsial ba petisaun, salvu kuandu indeferimentu ne'e hasai tiha reu ruma.

3. Kuandu autór uza forma prosesuál ne'ebé la korresponde ho aksaun nia natureza, tribunál haruka tuir forma adekuada; maibé, kuandu aksaun ne'e la bele tuir forma ida-ne'e, tribunál tenke indefere petisaun.

Artigu 356.º

Impugnasaun ba despaxu ne'ebé indefere petisaun

1. Bele iha rekursu agravu ba Supremu Tribunál ba Justisa hasoru despaxu ne'ebé indefere liminarmente petisaun inisial, maske aksaun nia valór la liu tribunál iha primeira instánsia nia alsada.

2. Desizaun final sai definitiva iha situasaun sira-ne'ebé tama iha artigu 355.º, n.º 1, alínea a) no b) nia previzaun; maibé, iha situasaun ne'ebé tama iha n.º 1 ne'e nia alínea c) no favorese autór, asegura deit katak aksaun lao ba oin.

3. Despaxu ne'ebé admite agravu ne'e sei haruka sita reu ba rekursu nia termus no ba mos aksaun nia termus.

4. Kuandu tribunál superior revoga despaxu ne'ebé indefere petisaun, juiz iha primeira instánsia, atu halotuir desizaun ne'e, sei haruka notifika reu, no prazu atu hatoo kontestasaun hahú ho notifikasaun ne'e; kuandu agravu la hetan provimentu, autus tuun fali mai, tribunál tenke notifika autór katak autus tama ona iha primeira instánsia nia sekretaria.

Artigu 357.º

Benefisiu ba autór

1. Autór bele apresenta fali petisaun foun, iha laron sanulu nia laran, hahú iha laron ne'ebé nia hetan notifikasaun kona-ba indeferimentu liminar ka, nia hatama tiha agravu hasoru despaxu ne'e karik, hahú iha notifikasaun ne'ebé artigu anterior, n.º 4, parte final, haruka halo.

2. Iha kazu sira-ne'e ita sei konsidera katak aksaun tama iha tribunál iha laron ne'ebé petisaun ida primeiru ne'e tama iha tribunál nia sekretaria; kuandu reu hetan tiha ona sitasaun, tribunál sei notifika nia atu kontesta.

Artigu 358.º

Petisaun irregulár ka deficiente

1. Kuandu la tama iha artigu 355.º, n.º 1, nia previzaun, maibé tribunál

documentos, ou quando apresente irregularidades ou deficiências que sejam susceptíveis de comprometer o êxito da acção, pode ser convidado o autor a completá-la ou a corrigi-la, marcando-se prazo para a apresentação de nova petição.

2. Sendo a nova petição apresentada dentro do prazo marcado, aplicar-se-á o disposto no n.º 2 do artigo anterior; igual regime é aplicável ao caso de a petição ser recusada pelo juiz que presida à distribuição, desde que o autor apresente outra que seja admitida na primeira distribuição seguinte.

Artigo 359.º **Despacho de citação**

1. Se não houver motivo para indeferimento liminar e a petição estiver em termos de ser recebida, é ordenada a citação do réu para contestar, sendo advertido no acto da citação de que a falta de contestação tem como consequência a confissão dos factos articulados pelo autor.

2. A citação precederá a distribuição quando, não devendo efectuar-se editalmente ou fora da jurisdição do tribunal, o autor o requeira e o juiz considere justificada a precedência, atentos os motivos indicados. Neste caso a petição é logo apresentada a despacho e, se a citação prévia for ordenada, depois dela se fará a distribuição.

Artigo 360.º **Irrecorribilidade do despacho de citação**

1. Do despacho que mande citar o réu não cabe recurso.

2. Ainda que se ordene a citação do réu, nem por isso se devem considerar arrumadas as questões que podiam ser motivo de indeferimento liminar.

Artigo 361.º **Efeitos da citação**

Além de outros, especialmente prescritos na lei, a citação produz os seguintes efeitos:

- a) Faz cessar a boa fé do possuidor;
- b) Torna estáveis os elementos essenciais da causa, nos termos do artigo 224.º;
- c) Inibe o réu de propor contra o autor acção destinada à apreciação da mesma questão jurídica.

Artigo 362.º **Regime no caso de anulação da citação**

Os efeitos da citação anulada só subsistem se o réu for novamente

la bele simu petisaun tanba la iha rekizitu legál ruma ka la mai ho dokumentu determinadu ruma, ka kuandu petisaun apresenta irregularidade ka defisiénsia ne'ebé bele halo autór lakon aksaun, juíz bele konvida autór atu kompleta ka korrije petisaun ne'e, hatudu ho prazu ba nia atu apresenta fali petisaun foun.

2. Kuandu petisaun foun ne'e tama iha prazu markadu, sei aplika artigu anteriór, n.º 2, nia dispozisaun; rejime hanesan ne'e sei aplika mos kuandu, juíz ne'ebé prezide distribuisaun la simu petisaun sarak autór apresenta fali petisaun ne'ebé tribunál bele simu iha primeira distribuisaun seginte.

Artigu 359.º **Despaxu ba sitasaun**

1. Kuandu la iha motivu ba indeferimentu liminár no petisaun iha rekizitu hotu ba tribunál atu simu, juíz haruka sita reu atu kontesta, ho avizu, iha sitasaun ne'e, katak, la iha kontestasaun karik, juíz sei konsidera katak reu konfesa faktu sira-ne'ebé autór artikula.

2. Tenke halo sitasaun molok halo distribuisaun kuandu reu rekér, sitasaun ne'e la tenke halo ho editál ka iha tribunál seluk nia área no juíz, haree tuir motivu ne'ebé autór invoka, konsidera katak iha justifikasaun atu halo uluk sitasaun.

Artigu 360.º **Despaxu irrekorriavel**

1. Despaxu ne'ebé haruka sita reu la bele hasoru rekursu.
2. Maske juíz haruka sita reu, kestaun sira-ne'ebé bele fofatin ba indeferimentu liminár la bele konsidera rezolvida.

Artigu 361.º **Sitasaun nia efeitu**

Hamutuk ho efeitu seluk-tán ne'ebé lei prevé, sitasaun hamosu efeitu sira tuirmai ne'e:

- a) Hamate posuidór nia boa-fé;
- b) Halo estavel aksaun nia elementu esensiál, tuir artigu 224.º;
- c) Impede reu atu hatama hasoru autór aksaun atu apresia kestaun jurídika ne'ebé diskute daudaun iha aksaun ne'e.

Artigu 362.º **Sitasaun anulada nia efeitu**

Sitasaun anulada nia efeitu vale nafatin kuandu reu hetan fali sitasaun regulár iha loron tolunulu nia laran, hahú iha momentu ne'ebé despaxu ne'ebé anula sitasaun hetan tránzitu-ein-

citado em termos regulares dentro de trinta dias, a contar do trânsito em julgado do despacho de anulação.

SUBSECÇÃO II REVELIA DO RÉU

Artigo 363.º Revelia absoluta do réu

Se o réu, além de não deduzir qualquer oposição, não constituir mandatário nem intervier de qualquer forma no processo, verificará o tribunal se a citação foi feita com as formalidades legais e mandá-la-á repetir quando encontre irregularidades.

Artigo 364.º Efeitos da revelia

1. Se o réu não contestar, tendo sido ou devendo considerar-se citado regularmente na sua própria pessoa ou tendo juntado procuração a mandatário judicial no prazo da contestação, consideram-se confessados os factos articulados pelo autor.

2. O processo é facultado para exame pelo prazo de dez dias, primeiro ao advogado do autor e depois ao advogado do réu, para alegarem por escrito, e em seguida é proferida sentença, julgando a causa conforme for de direito.

3. Se a resolução da causa revestir manifesta simplicidade, a sentença pode limitar-se à parte decisória, precedida da necessária identificação das partes e fundamentação sumária do julgado.

Artigo 365.º Excepções

Não se aplica o disposto no artigo anterior:

- a) Quando, havendo vários réus, algum deles contestar, relativamente aos factos que o contestante impugnar;
- b) Quando o réu ou algum dos réus for incapaz, situando-se a causa no âmbito da incapacidade, ou houver sido citado editalmente e permaneça na situação de revelia absoluta;
- c) Quando a vontade das partes for ineficaz para produzir o efeito jurídico que pela acção se pretende obter;
- d) Quando se trate de factos para cuja prova se exija documento escrito.

SUBSECÇÃO III CONTESTAÇÃO

Artigo 366.º Prazo para a contestação

judgadu.

SUBSEKSAUN II REU NIA REVELIA

Artigu 363.º Reu nia revelia absoluta

Kuandu reu la dedúz opozisaun, la konstitui mandatáriu no la intervein oin naran ida iha prosesu, tribunál sei haree nia sitasaun halo duni tuir formalidade legál no haruka halo fali kuandu hetan irregularidade ruma.

Artigu 364.º Revelia nia efeito

1. Kuandu reu la kontesta, maibé nia hetan sitasaun regulár iha nia-án rasik ka tenke konsidera hanesan hetan sitasaun regulár iha nia-án rasik ka, iha prazu ba kontestasaun nia laran, nia hatama iha autus prokurasaun ba mandatáriu judisiál, tenke konsidera konfesadu faktu sira-ne'ebé autór artikula.
2. Tribunál sei foo oportunidade, primeiru, ba autór nia advogadu, tuirmai, ba reu nia advogadu, atu ezamina autus iha loron sanulu nia laran; tuir fali, sei foo sentensa hodi julga aksaun ne'e tuir lei.
3. Kuandu aksaun ne'e nia solusaun simples hela, iha sentensa tribunál bele halo deit parte desizória, ho elementu atu identifika parte sira no judgadu nia fundamentasaun sumária.

Artigu 365.º Exesaun

La bele aplika artigu anteriór nia dispozisaun:

- a) Kuandu, iha aksaun hasoru reu barak, reu ruma kontesta, ba faktu sira-ne'ebé reu ne'e kontesta;
- b) Kuandu reu ka reu ruma ema inkapáz no aksaun ne'e tama iha nia inkapasidade, ka reu hetan sitasaun editál no tama iha revelia absoluta;
- c) Kuandu parte sira nia vontade la bele hamosu efeito jurídiku ne'ebé hakarak hetan ho aksaun ne'e;
- d) Kona-ba faktu sira-ne'ebé, tuir lei, tenke prova ho dokumentu.

SUBSEKSAUN III KONTESTASAUN

Artigu 366.º Prazu ba kontestasaun

- 1.O réu pode contestar no prazo de trinta dias a contar da citação. O prazo começa a correr desde o termo da dilação, nos termos do artigo 210.º e quando o réu tenha sido citado por carta por éditos.
- 2.Quando termine em dias diferentes o prazo para a defesa por parte dos vários réus, a contestação de todos ou de cada um deles pode ser oferecida até ao termo do prazo que começou a correr em último lugar.
- 3.Se o autor desistir da instância ou do pedido relativamente a algum dos réus não citados, serão os réus que ainda não contestaram notificados da desistência contando-se a partir da data da notificação o prazo para a sua contestação.
- 4.Ao Ministério Público é concedida prorrogação do prazo quando careça de informações que não possa obter dentro dele ou quando tenha de aguardar resposta a consulta feita a instância superior; o pedido deve ser fundamentado e a prorrogação não pode, em caso algum, ir além de trinta dias.
- 5.Quando o tribunal considere que ocorre motivo ponderoso que impeça ou dificulte anormalmente ao réu ou ao seu mandatário judicial a organização da defesa, poderá, a requerimento deste e sem prévia audição da parte contrária, prorrogar o prazo da contestação, até ao limite máximo de trinta dias.
- 6.A apresentação do requerimento de prorrogação não suspende o prazo em curso; o juiz decidirá, sem possibilidade de recurso, no prazo de vinte e quatro horas e a secretaria notificará mediatamente ao requerente o despacho proferido.

Artigo 367.º

Defesa por impugnação e defesa por excepção

- 1.Na contestação cabe tanto a defesa por impugnação como por excepção.
- 2.O réu defende-se por impugnação quando contradiz os factos articulados na petição ou quando afirma que esses factos não podem produzir o efeito jurídico pretendido pelo autor; defende-se por excepção quando alega factos que obstam à apreciação do mérito da acção ou que, servindo de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito invocado pelo autor, determinam a improcedência total ou parcial do pedido.

Artigo 368.º

Elementos da contestação

Na contestação deve o réu individualizar a acção e expor as razões de facto ou de direito por que se opõe à pretensão do autor.

Artigo 369.º

Oportunidade de dedução da defesa

1. Reu bele kontesta aksaun iha loraun tolunulu nia laran, hahú iha sitasaun. Kuandu iha dilasaun tuir artigu 210.º ka reu hetan sitasaun ho karta ka ho éditu, dilasaun hotu tiha maka prazu ne'e hahú.
2. Kuandu prazu ba reu barak atu defende-án hotu iha loraun ketak-ketak, sira hotu ka sira ida-idak bele hatoo kontestasaun too prazu ida-ne'ebé hahú ikus liu ne'e hotu.
3. Kuandu autór dezixte iha instánsia ka iha pedidu kona-ba reu ruma ne'ebé seidak hetan sitasaun, tenke notifika dezisténsia ne'e ba reu sira-ne'ebé seidak kontesta ne'e, no prazu ba sira atu hatoo kontestasaun hahú ho notifikasaun ne'e.
4. Bele hanaruk prazu ba Ministériu Públiku atu kontesta kuandu Ministériu Públiku presiza informasaun ne'ebé la bele hetan iha prazu ne'e nia laran ka tenke hein resposta ba konsulta ne'ebé nia halo tiha ona ba instánsia superiór; Ministériu Públiku tenke fundamenta nia pedidu no nia prazu bele hanaruk ho deit loraun too tolunulu.
5. Kuandu haree katak motivu forte la husik ka hamosu difikuldade anormal ba reu ka nia mandatáriu judisiál atu organiza nia defeza, tribunál, tuir rekerimentu no lalika rona parte kontrária, bele hanaruk nia prazu ba kontestasaun ho tan loraun too tolunulu.
6. Prazu ne'ebé lao daudaun la suspende ho reu nia rekerimentu atu husu prorrogasaun; juíz tenke foo desizaun iha oras ruanulu resin-haat nia laran no sekretaria tenke notifika kedas despaxu ne'e ba rekerente.

Artigu 367.º

Defeza ho impugnasaun no defeza ho exesaun

1. Iha kontestasaun reu bele defende-án ho impugnasaun no ho exesaun.
2. Reu defende-án ho impugnasaun kuandu kontradíz faktu sira-ne'ebé autór artikula iha petisaun ka kuandu dehan katak faktu sira-ne'e la bele hamosu efeitu jurídiku ne'ebé autór hakarak; reu defende-án ho exesaun kuandu alega faktu ne'ebé la foo-fatin ba tribunál atu apresia kauza nia méritu ka, hamosu improsedénsia total ka parsiál ba autór nia pedidu, tanba serve hanesan motivu atu impede, modifika ka extinge direitu ne'ebé autór invoka.

Artigu 368.º

Kontestasaun nia elementu

Iha kontestasaun reu tenke identifika aksaun no tenke hatudu razaun kona-ba faktu no kona-ba direitu tansá nia halo opozisaun ba autór nia pedidu.

Artigu 369.º

Oportunidade atu dedúz defeza

- 1.Toda a defesa deve ser deduzida na contestação, exceptuando os incidentes que a lei mande deduzir em separado.
- 2.Depois da contestação só podem ser deduzidas as excepções, incidentes e meios de defesa que sejam supervenientes, ou que a lei expressamente admita passado esse momento, ou de que se deva conhecer oficiosamente.

Artigo 370.º **Ónus de impugnação**

- 1.Ao contestar, deve o réu tomar posição definida perante cada um dos factos articulados na petição.
- 2.Consideram-se admitidos por acordo os factos que não forem impugnados especificadamente, salvo se estiverem em oposição com a defesa considerada no seu conjunto, se não for admissível confissão sobre eles ou se só puderem ser provados por documento escrito.
- 3.Se o réu declarar que não sabe se determinado facto é real, a declaração equivale a confissão quando se trate de facto pessoal ou de que o réu deva ter conhecimento e equivale a impugnação no caso contrário.
- 4.Não é aplicável aos incapazes, ausentes e incertos, quando representados pelo Ministério Público ou por defensor público, o ónus de impugnação, nem o preceituado no número anterior.
- 5.A impugnação pode fazer-se, total ou parcialmente, por simples menção dos números dos artigos da petição inicial em que se narram os factos contestados.

Artigo 371.º **Notificação do oferecimento da contestação**

- 1.A apresentação da contestação é notificada ao autor.
- 2.Havendo lugar a várias contestações, a notificação só se faz depois de apresentada a última ou de haver decorrido o prazo do seu oferecimento.

SUBSECÇÃO IV **EXCEPÇÕES**

Artigo 372.º **Excepções dilatórias e peremptórias**

- 1.As excepções são dilatórias ou peremptórias.
- 2.As excepções dilatórias obstam a que o tribunal conheça do mérito da causa e dão lugar à absolvição da instância ou à remessa do processo para outro tribunal.
- 3.As peremptórias importam a absolvição total ou parcial do pedido e consistem na invocação de factos que impedem, modificam ou

1. Defeza hotu-hotu tenke dedúz iha kontestasaun, exetu insidente ne'ebé lei haruka dedúz ketak.
2. Liu tiha kontestasaun, reu bele dedúz deit exesaun, insidente no meu ba defeza superveniente ka sira-ne'ebé lei espresamente husik apresenta liu tiha momentu ida-ne'e ka tribunál bele koñese ofisiozamente.

Artigu 370.º
Onus ba impugnasaun

1. Iha kontestasaun reu tenke hola pozisaun kona-ba faktu ida-idak ne'ebé artikula hela iha petisaun.
2. Tribunál sei konsidera katak reu simu hanesan loos faktu sira-ne'ebé nia la impugna ida-idak, salvu kuandu faktu sira-ne'e iha opozisaun ho defeza tomak, kuandu la bele iha konfisaun kona-ba faktu sira-ne'e ka kuandu faktu sira-ne'e tenke prova ho deit dokumentu eskritu.
3. Kuandu reu dehan katak nia la hatene faktu ruma loos ka lae, deklarasaun ne'e vale hanesan konfisaun kuandu faktu ne'e faktu pesoál ka faktu ne'ebé reu tenke koñese no vale hanesan impugnasaun iha kazu kontráriu.
4. Onus ba impugnasaun no número anteriór nia dispozisaun la aplika ba inkapáz, auzente no insertu, kuandu Ministériu Públiku ka defensor públiku maka reprezenta sira.
5. Impugnasaun bele halo, totál ka parsialmente, ho deit referénsia ba número ida-idak iha petisaun inisiál ne'ebé haktuir faktu ne'ebé kontesta daudaun ne'e nia artigu.

Artigu 371.º
Kontestasaun nia notifikasaun

1. Tenke notifika ba autór kontestasaun nia apresentasaun.
2. Kuandu iha kontestasaun barak, simu tiha kontestasaun ida ikus liu ne'e ka liu tiha prazu atu apresenta kontestasaun ne'e, maka sei halo notifikasaun ne'e.

SUBSEKSAUN IV
EXESAUN

Artigu 372.º
Exesaun dilatória no peremptória

1. Iha exesaun dilatória no peremptória.
2. Exesaun dilatória la husik tribunál koñese kauza nia méritu no foofatin ba absolvisaun iha instánsia ka obriga tribunál haruka prosesu ne'e ba tribunál seluk.
3. Exesaun peremptória hamosu absolvisaun, totál ka parsial, iha

extinguem o efeito jurídico dos factos articulados pelo autor.

Artigo 373.º **Excepções dilatórias**

1. São dilatórias, entre outras, as excepções seguintes:

- a) A incompetência, quer absoluta, quer relativa, do tribunal;
- b) A nulidade de todo o processo;
- c) A falta de personalidade ou de capacidade judiciária de alguma das partes;
- d) A falta de autorização ou deliberação que o autor devesse obter;
- e) A ilegitimidade de alguma das partes;
- f) A coligação de autores ou réus, quando entre os pedidos não exista a conexão exigida no artigo 34.º;
- g) A falta de constituição de advogado por parte do autor nos processos a que se refere o n.º 1 do artigo 36.º, e a falta, insuficiência ou irregularidade do mandato judicial por parte do mandatário que propôs a acção;
- h) A litispendência ou o caso julgado.

2. As circunstâncias a que se referem as alíneas b), c), d), e) e g) só tomam a natureza de excepções quando a respectiva falta ou irregularidade não seja devidamente sanada.

Artigo 374.º **Conhecimento das excepções dilatórias**

O tribunal deve conhecer oficiosamente de todas as excepções dilatórias, salvo da incompetência relativa, nos casos não abrangidos pelo disposto no artigo 77.º.

Artigo 375.º **Conhecimento de excepções peremptórias**

O tribunal conhece oficiosamente das excepções peremptórias cuja invocação a não torne dependente da vontade do interessado.

Artigo 376.º **Conceitos de litispendência e caso julgado**

1. As excepções da litispendência e do caso julgado pressupõem a repetição de uma causa; se a causa se repete estando a anterior ainda em curso, há lugar à litispendência; se a repetição se verifica depois de a primeira causa ter sido decidida por sentença que já não admite recurso ordinário, há lugar à excepção do caso julgado.

2. Tanto a excepção da litispendência como a do caso julgado têm por fim evitar que o tribunal seja colocado na alternativa de contradizer ou de reproduzir uma decisão anterior.

pedidu; parte ne'ebé defende-an ho exesaun peremptória invoka faktu ne'ebé impede, modifika ka extinge faktu ne'ebé autór alega nia efeito.

Artigu 373.º **Exesaun dilatória**

1. Iha exesaun dilatória, hamutuk ho situasaun seluk-tán, kuandu:
 - a) Tribunál sofre inkompéténsia, absoluta ka relativa;
 - b) Prosesu tomak hetan nulidade;
 - c) Parte ruma la iha personalidade ka kapasidade judisiária;
 - d) Autór la iha autorizasaun ka deliberasaun ne'ebé nia tenke iha;
 - e) Parte ruma sofre ilejitimidade;
 - f) Autór ka reu sira halo koligasaun kuandu entre sira nia pedidu la iha koneksaun nu'udar artigu 34.º ezije;
 - g) Autór la konstitui advogadu iha prosesu sira-ne'ebé tama iha artigu 36.º, n.º 1, nia previzaun, ka advogadu ne'ebé hatama aksaun la iha mandatu judisiál ka iha mandatu insuficiente ka irregulár;
 - h) Iha litispéndénsia ka kazu-julgadu.
2. Sirkunstánsia sira-ne'ebé alínea b), c), d), e) no g) refere konstitui exesaun kuandu sira nia falta ka irregularidade la hadia tiha.

Artigu 374.º **Exesaun dilatória nia koñesimentu**

Tribunál tenke koñese ofisiozamente exesaun dilatória hotu-hotu, salvu kona-ba inkompéténsia relativa iha kazu sira-ne'ebé la tama iha artigu 77.º nia previzaun.

Artigu 375.º **Exesaun peremptória nia koñesimentu**

Tribunál koñese ofisiozamente exesaun peremptória ne'ebé interesadu sira la presiza invoka.

Artigu 376.º **Litispéndénsia no kazu julgadu nia conseitu**

1. Exesaun ba litispéndénsia no ba kazu julgadu mosu kuandu repete fali kauza ida: iha exesaun ba litispéndénsia kuandu, iha momentu ne'ebé kauza foun tama, kauza ida uluk sei lao daudaun hela; iha exesaun ba kazu julgadu kuandu, iha momentu ne'ebé kauza foun tama, kauza ida uluk hetan tiha ona desizaun ho sentensa ne'ebé la bele hasoru rekursu ordináriu.
2. Ho exesaun ba litispéndénsia no exesaun ba kazu-julgadu sei hakarak evita tribunál atu foo desizaun hasoru-malu ka atu repete fali

3.É irrelevante a pendência da causa perante jurisdição estrangeira, salvo se outra for a solução estabelecida em tratados e convenções internacionais.

Artigo 377.º

Requisitos da litispendência e do caso julgado

- 1.Repete-se a causa quando se propõe uma acção idêntica a outra quanto aos sujeitos, ao pedido e à causa de pedir.
- 2.Há identidade de sujeitos quando as partes são as mesmas sob o ponto de vista da sua qualidade jurídica.
- 3.Há identidade de pedido quando numa e noutra causa se pretende obter o mesmo efeito jurídico.
- 4.Há identidade de causa de pedir quando a pretensão deduzida nas duas acções procede do mesmo facto jurídico. Nas acções reais a causa de pedir é o facto jurídico de que deriva o direito real; nas acções constitutivas e de anulação é o facto concreto ou a nulidade específica que se invoca para obter o efeito pretendido.

Artigo 378.º

Em que acção deve ser deduzida a litispendência

- 1.A litispendência deve ser deduzida na acção proposta em segundo lugar. Considera-se proposta em segundo lugar a acção para a qual o réu foi citado posteriormente.
- 2.Se em ambas as acções a citação tiver sido feita no mesmo dia, a ordem das acções é determinada pela ordem de entrada das respectivas petições iniciais.

SUBSECÇÃO V RECONVENÇÃO

Artigo 379.º

Dedução da reconvenção

- 1.A reconvenção deve ser expressamente identificada e deduzida separadamente na contestação, expondo-se os fundamentos e concluindo-se pelo pedido, nos termos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 349.º.
- 2.O reconvinte deve ainda declarar o valor da reconvenção; se o não fizer, a contestação não deixa de ser recebida, mas o reconvinte é convidado a indicar o valor, sob pena de a reconvenção não ser atendida.

SUBSECÇÃO VI RESPOSTA À CONTESTAÇÃO E À RECONVENÇÃO

desizaun ne'ebé foo tiha ona.

3. Salvu kuandu tratadu ka konvensaun internasionál estabelese buat seluk, kauza nia pendénsia iha tribunál estranjeiru la iha relevánsia.

Artigu 377.º

Rekizitu ba litispendénsia no kazu-julgadu

1. Kauza ida repete fali kuandu hatama iha tribunál aksaun ida ho sujeitu, pedidu no kauza-de-pedír hanesan ho ida seluk nian.
2. Aksaun rua iha sujeitu hanesan kuandu sujeitu iha aksaun sira-ne'e, tuir nia kualidade jurídika, ema ida deit.
3. Aksaun rua iha pedidu ida deit kuandu iha kauza rua ne'e hakarak hetan efeitu ida deit.
4. Aksaun rua iha kauza-de-pedír ida deit kuandu pretensaun ne'ebé dedúz iha aksaun rua ne'e bazeia iha faktu ida deit. Iha aksaun réal kauza-de-pedír maka faktu jurídiku ne'ebé foo-fatin ba direitu réal ne'e; iha aksaun konstitutiva no aksaun ba anulasaun kauza-de-pedír maka faktu ida-ne'ebé ka nulidade ida-ne'ebé parte invoka hodi hetan efeitu ne'ebé nia hakarak.

Artigu 378.º

Aksaun iha ne'ebé maka dedúz litispendénsia

1. Litispendénsia tenke dedúz iha aksaun ne'ebé tama ikus. Ita sei konsidera katak tama ikus aksaun ida iha-ne'ebé reu hetan sitasaun ikus.
2. Kuandu iha aksaun rua ne'e reu hetan sitasaun iha loron ida deit, aksaun ne'ebé tama ikus maka ida-ne'ebé nia petisaun tama ikus.

SUBSEKSAUN V REKONVENSAUN

Artigu 379.º

Dedusaun

1. Parte interesada tenke identifika rekonsensaun espresamente no dedúz rekonsensaun ne'e ketak, iha kontestasaun, hatudu ho nia fundamentu no konklui ho pedidu rekonsensiónál, tuir artigu 349.º, n.º 1, alínea d) no e).
2. Rekonvinte tenke deklara mos rekonsensaun nia valór; la halo karik, tribunál simu nafatin kontestasaun, maibé tenke konvida rekonvinte mai hatudu valór ne'e, ho kominasaun katak, selae, tribunál la konsidera rekonsensaun.

SUBSEKSAUN VI RESPOSTA BA KONTESTASAUN NO BA REKONVENSAUN

Artigo 380.º
Resposta à contestação

Se for deduzida alguma excepção, pode o autor, nos dez dias subsequentes à notificação da contestação, responder, mas somente quanto à matéria da excepção.

Artigo 381.º
Resposta à reconvenção

Se o réu tiver deduzido reconvenção ou a acção for de simples apreciação negativa, o prazo para a resposta é de vinte dias.

Artigo 382.º
Regime aplicável a todos os articulados

A falta de algum dos articulados de que trata a presente subsecção ou a falta de impugnação, em qualquer deles, dos novos factos alegados pela parte contrária no articulado anterior tem o efeito previsto no artigo 364.º.

SUBSECÇÃO VII
ARTICULADOS SUPERVENIENTES

Artigo 383.º
Termos em que são admitidos

1. Os factos constitutivos, modificativos ou extintivos do direito que forem supervenientes podem ser deduzidos em articulado posterior ou em novo articulado, pela parte a quem aproveitem, até ao encerramento da discussão.
2. Dizem-se supervenientes tanto os factos ocorridos posteriormente ao termo dos prazos marcados nos artigos precedentes como os factos anteriores de que a parte só tenha conhecimento depois de findarem esses prazos, devendo neste caso produzir-se prova da superveniência.
3. O novo articulado será oferecido nos dez dias posteriores à data em que os factos ocorreram ou em que a parte teve conhecimento deles. O juiz rejeitá-lo-á se for apresentado fora do tempo ou quando for manifesto que os factos não interessam à boa decisão da causa; se o não rejeitar, é notificada a parte contrária para responder em dez dias, observando-se, quanto à resposta, o disposto no artigo anterior.
4. As provas são oferecidas com o articulado e com a resposta.
5. Os factos articulados que interessem à decisão da causa são incluídos na especificação e questionário se ainda não estiverem elaborados; no caso contrário, ser-lhe-ão admitidos, sem possibilidade

Artigu 380.º
Resposta ba kontestasaun

Kuandu reu dedúz exesaun ruma, autór bele foo resposta, iha loron sanulu nia laran, maibé ba deit matéria kona-ba exesaun ne'e.

Artigu 381.º
Resposta ba rekonvensaun

Kuandu reu dedúz rekonvensaun ka iha aksaun ne'e sei halo deit apresiasaun negativa, resposta tenke hatama iha loron ruanulu nia laran.

Artigu 382.º
Rejime aplikavel ba artikuladu hotu-hotu

Kuandu artikuladu ruma previstu iha subseksaun ne'e falta ka faktu foun ne'ebé parte kontrária alega iha artikuladu anteriór la hetan impugnasaun iha artikuladu ne'e, efeitu previstu iha artigu 364.º sei mosu.

SUBSEKSAUN VII
ARTIKULADU SUPERVENIENTE

Artigu 383.º
Admisaun

1. Parte ne'ebé bele hetan proveitu ruma bele dedúz iha artikuladu posteriór ka iha artikuladu foun faktu sira-ne'ebé konstitui, modifika ka extinge direitu, kuandu superveniente, too audiénsia ba diskusaun taka.
2. Ita hanaran superveniente faktu sira-ne'ebé, liu tiha prazu markadu iha artigu presedente sira, maka akontese no faktu anteriór ne'ebé, liu tiha prazu sira-ne'e, maka parte koñese. Tenke prodúz prova kona-ba superveniénsia ne'e.
3. Artikuladu foun ne'e tenke oferese iha loron sanulu nia laran tuir fali loron iha ne'ebé faktu ne'e akontese ka parte interesada hatene faktu ne'e. Juíz sei rejita artikuladu foun ne'e kuandu haree katak la apresenta iha prazu nia laran ka kuandu haree kedas katak faktu ne'e la iha interese ba desizaun; kuandu juíz la rejita, tribunál tenke notifika parte kontrária atu foo resposta iha loron sanulu nia laran, no iha resposta ne'e tenke tuir artigu anteriór nia dispozisaun.
4. Ho artikuladu no resposta tenke apresenta kedas prova.
5. Faktu sira-ne'ebé iha interese atu deside kauza sei hatama iha espesifikasaun no kestionáriu ne'ebé seidak halo, ka hatama-tán iha espesifikasaun no kestionáriu ne'ebé halo tiha ona; la bele iha reklamasaun hasoru aditamentu ne'e, maibé bele iha rekursu agravu

de reclamação contra o aditamento, cabendo agravo do despacho que o ordenar, que subirá com o recurso da decisão final.

Artigo 384.º

Apresentação do novo articulado depois da marcação da audiência de discussão e julgamento

1.A apresentação do novo articulado depois de designado dia para a audiência de discussão e julgamento não suspende as diligências para ela nem determina o seu adiamento, ainda que o despacho respectivo tenha de ser proferido ou a notificação da parte contrária haja de ser feita ou a resposta desta tenha de ser formulada no decurso da audiência. Se não houver tempo para notificar as testemunhas oferecidas, ficam as partes obrigadas a apresentá-las.

2.São orais e ficam consignados na acta a dedução de factos supervenientes, o despacho de admissão ou rejeição, a resposta da parte contrária e o despacho que ordene ou recuse o aditamento de quesitos, quando qualquer dos actos tenha lugar depois de aberta a audiência de discussão e julgamento. A audiência só se interrompe se a parte contrária não prescindir do prazo de dez dias para a resposta e apresentação das provas e houver inconveniente na imediata produção das provas relativas à outra matéria em discussão.

SECÇÃO II DO SANEAMENTO E INSTRUÇÃO

SUBSECÇÃO I DO SANEAMENTO

Artigo 385.º

Tentativa de conciliação

1.Findos os articulados, quando a causa couber no âmbito dos poderes de disposição das partes, pode ter lugar uma tentativa de conciliação, desde que as partes conjuntamente o requeiram ou o juiz a considere oportuna.

2.As partes são notificadas para comparecer pessoalmente ou se fazerem representar por mandatário judicial com poderes especiais para transigir, quando residam na área do tribunal de distrito ou quando, aí não residindo, a comparência não represente sacrifício considerável, atenta a natureza e o valor da causa e a distância da deslocação.

3.A tentativa de conciliação é presidida pelo juiz e terá em vista a solução de equidade mais adequada aos termos do litígio.

4.A falta de alguma ou de ambas as partes que tenham sido convocadas não é motivo de adiamento mesmo que se não tenham feito representar por advogado com poderes para transigir.

hasoru despaxu ne'ebé haruka halo, atu sae ho rekursu ne'ebé hatama hasoru desizaun finál.

Artigu 384.º

Artikuladu foun kuandu audiénsia ba diskusaun no julgamentu marka tiha ona

Kuandu marka tiha loron atu halo audiénsia ba diskusaun no julgamentu maka artikuladu foun tama, dilijénsia ba audiénsia ne'e kontinua nafatin, no audiénsia ne'e la adia, maske juíz tenke foo despaxu kona-ba artikuladu ne'e ka notifikasaun ba parte kontrária ka parte ne'e nia resposta tenke halo kuandu audiénsia ne'e lao daudaun. Kuandu la iha tempu atu notifika testemuña ne'ebé oferese ho artikuladu ka resposta, parte maka tenke apresenta testemuña ne'e iha tribunál.

2. Kuandu loke tiha ona audiénsia ba diskusaun no julgamentu maka faktu superveniente akontese, rekerimentu atu dedúz faktu ne'e, despaxu ne'ebé admite ka rejeita artikuladu ne'e, parte kontrária nia resposta no despaxu ne'ebé haruka hatama kezitu foun ka lae tenke halo oralmente no hakerek iha akta. Audiénsia bele interrompe deit kuandu parte kontrária hakarak uza duni prazu loron sanulu atu foo resposta no apresenta prova no iha inkonveniente atu prodúz kedas prova kona-ba matéria seluk ne'ebé tama iha diskusaun.

SEKSAUN II SANEAMENTU NO INSTRUSAUN

Artigu 385.º

Tentativa ba konsiliaaun

1. Kuandu kauza ne'ebé tama iha parte sira nia dispozisaun, artikuladu hotu tiha, juíz bele halo tentativa ba konsiliaaun, sarak parte sira hamutuk rekér ka nia rasik konsidera oportunu.

2. Tribunál sei notifika parte sira atu mai rasik ka haruka sira nia mandatáriu judisiál mai ho podér esepesiál atu tranzije, kuandu sira hela iha tribunál distritál nia área ka, la hela karik, sakrifísiu ne'ebé sira halo atu mai la dun boot, tuir aksaun nia natureza no valór no distánsia ne'ebé sira tenke perkorre.

3. Juíz maka prezide tentativa ba konsiliaaun; iha tentativa ne'e sei buka solusaun diak ba litíjiu ne'e tuir ekuidade.

4. La bele adia tentativa ba konsiliaaun ne'e tanba parte sira ka parte ruma falta, maske la haruka advogadu ho podér atu tranzije mai reprezenta sira.

5. Tentativa ba konsiliaaun bele halo iha altura seluk iha prosesu nia laran kuandu tribunál konsidera oportunu; maibé, atu halo deit tentativa ne'e mesak, tribunál bele konvoka parte sira dala

5.A tentativa de conciliação pode ter lugar em qualquer outro estado do processo desde que o tribunal a julgue oportuna, mas as partes não podem ser convocadas, exclusivamente para esse fim, mais do que uma vez.

Artigo 386.º **Despacho saneador**

1.Realizada a tentativa de conciliação ou logo que findem os articulados, se a ela não houver lugar, o juiz profere, no prazo de vinte dias, despacho saneador destinado a:

a)Conhecer pela ordem designada no artigo 240.º das excepções dilatórias e nulidades processuais que hajam sido suscitadas pelas partes, ou que, face aos elementos constantes dos autos deva apreciar oficiosamente;

b)Decidir se procede alguma excepção peremptória;

c)Conhecer imediatamente do mérito da causa, sempre que o estado do processo permitir, sem necessidade de mais provas, a apreciação total ou parcial, do ou dos pedidos deduzidos.

2.As questões a que se refere a alínea a) do n.º 1 só podem deixar de ser resolvidas no despacho se o estado do processo impossibilitar o juiz de se pronunciar sobre elas, devendo neste caso justificar a sua abstenção.

3.As questões a que se refere a alínea b) do n.º 1 devem ser decididas sempre que o processo forneça os elementos indispensáveis, nos termos declarados na alínea c).

4.No caso previsto na alínea a) do n.º 1, o despacho constitui, logo que transite, caso julgado formal quanto às questões concretamente apreciadas; na hipótese prevista na alíneas b) e c), fica tendo, para todos os efeitos, o valor de sentença.

5.Não cabe recurso da decisão do juiz que, por falta de elementos, relegue para final a decisão de matéria que lhe cumpra conhecer.

6.Nas acções destinadas à defesa da posse, se o réu apenas tiver invocado a titularidade do direito de propriedade, sem impugnar a posse do autor, e não puder apreciar-se logo aquela questão, o juiz ordena a imediata manutenção ou restituição da posse, sem prejuízo do que venha a decidir-se a final quanto à questão da titularidade do direito.

Artigo 387.º **Organização da especificação e questionário**

1.Se o processo houver de prosseguir, o juiz, no próprio despacho a que se refere o artigo anterior seleccionará entre os factos articulados os que interessam à decisão da causa, segundo as várias soluções plausíveis da questão de direito, especificando os que julgue assentes por virtude de confissão,

ida deit.

Artigu 386.º
Despaxu saneadór

1. Halo tiha tentativa ba konsiliaun ka, la halo karik, kuandu artikuladu hotu, juíz sei profere despaxu saneadór, iha loron ruanulu nia laran, hodi:

- a) Koñese, tuir orden deznada iha artigu 240.º, exesaun dilatória no nulidade prosesuál ne'ebé parte sira suxita ka, tuir elementu iha prosesu nia laran, nia bele apresia ofisiozamente;
- b) Deside exesaun peremptória ruma prosede ka lae;
- c) Koñese kedas kauza nia méritu, kuandu, tuir prosesu nia estadu, la presiza tan prova atu koñese pedidu ka pedidu ruma, tomak ka parte deit;

2. Kuandu prosesu nia estadu la husik duni maka juíz la koñese kestaun sira-ne'ebé n.º 1, alínea a), refere, no juíz tenke justifika nia abstensaun ne'e.

3. Juíz tenke deside kestaun sira-ne'ebé n.º 1, alínea b), refere kuandu iha prosesu nia laran iha elementu ne'ebé presiza ba desizaun ne'e, nu'udar alínea c) estabelese.

4. Iha kazu previstu iha n.º 1, alínea a), despaxu ne'e, kuandu tranzita, konstitui kazu julgadu formál kona-ba kestaun ida-idak ne'ebé juíz apresia; iha kazu previstu iha n.º 1, alínea b) no c), despaxu ne'e vale hanesan sentensa ba efeitu hotu-hotu.

5. Juíz nia desizaun ne'ebé husik atu koñese deit iha finál kestaun kona-ba matéria ne'ebé nia tenke koñese, tanba la iha elementu, la bele hasoru rekursu.

6. Iha aksaun atu defende pose, kuandu reu invoka deit titularidade iha direitu ba propriedade no la impugna autór nia pose, no kestaun ida-ne'ebá la bele koñese kedas, juíz tenke haruka kedas mantein ka restitui pose ne'e, sein prejuizu ba desizaun ne'ebé sei foo iha finál kona-ba direitu ne'e nia titularidade.

Artigu 387.º
Espesifikasaun no kestonáriu

1. Kuandu prosesu tenke kontinua, juíz, iha kedas despaxu referidu iha artigu anteriór, sei hili, hosi faktu ne'ebé parte sira artikula, faktu sira-ne'ebé interesa ba kauza nia desizaun, tuir solusaun jurídika plauzível hotu-hotu, espesifika faktu sira-ne'ebé konsidera asente ho konfisaun, parte sira nia akordu ka prova dokumentál no kezita, tuir número, faktu kontrovertidu ka ne'ebé tenke prova.

2. Espesifikasaun no kestonáriu bele organiza¹³⁴ tuir remisaun ba artikuladu sira nia artigu; ita sei konsidera katak remisaun ne'e halo deit ba faktu ne'ebé tama iha artigu ne'e.

acordo das partes ou prova documental e quesitando, com subordinação a números, os pontos de facto controvertidos ou necessitados de prova.

2.A especificação e o questionário podem ser organizados mediante simples remissão para o artigo dos articulados, considerando-se a remissão limitada à matéria de facto nele contida.

3.O despacho a que se refere o n.º 1 é notificado às partes que, no prazo de dez dias, dele podem reclamar por deficiência, excesso, complexidade ou obscuridade.

4.O despacho judicial que for proferido sobre a reclamação só pode ser impugnado no recurso interposto da decisão final.

5.Quando a especificação e o questionário forem organizados, no todo ou em parte, através da remissão, a secretaria, no prazo de dez dias, juntará ao processo, cópia integral da especificação e questionário em que se reproduzam os artigos dos articulados para os quais sejam feitas remissões.

Artigo 388.º

Acções não contestadas ou de pequena complexidade

Nas acções não contestadas ou de pequena complexidade o juiz, por despacho, pode dispensar o processado referido no artigo anterior, notificando disso as partes.

SUBSECÇÃO II INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Artigo 389.º

Indicação das provas

A secretaria notifica as partes do despacho saneador ou do despacho a que se refere o artigo anterior e para, em quinze dias, apresentarem o rol de testemunhas, requererem outras provas ou alterarem os requerimentos probatórios que hajam feito nos articulados e requererem a gravação da audiência final; no mesmo prazo qualquer das partes pode requerer a intervenção do tribunal colectivo, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º.

Artigo 390.º

Alteração do rol de testemunhas

1.O rol de testemunhas pode ser alterado ou aditado até vinte dias antes da data em que se realize a audiência de julgamento, sendo a parte contrária notificada para usar, querendo, de igual faculdade, no prazo de 5 dias.

2.Incumbem às partes a apresentação das testemunhas indicadas em consequência do adicionamento ou alteração do rol previsto no número

3. Despaxu referidu iha n.º 1 tenke notifika ba parte sira; parte sira bele reklama tanba defisiénsia, exesu, kompleksidade, ka obskuridade.
4. Despaxu kona-ba reklamasaun bele impugna deit iha rekursu hasoru desizaun finál.
5. Kuandu espesifikasaun no kestionáriu organiza, tomak ka baluk, tuir remisaun, sekretaria, iha loron sanulu nia laran, tenke hatama iha autus kópia kona-ba espesifikasaun no kestionáriu iha ne'ebé hakerek hotu-kedas artikuladu nia artigu-sira-ne'ebé tama iha remisaun ne'e.

Artigu 388.º

Aksaun la kontestada ka ho kompleksidade kiik

Iha aksaun la kontestada ka ho kompleksidade kiik, juíz bele dispensa¹³⁵, ho despaxu, prosesadu referidu iha artigu anteriór no notifika despaxu ne'e ba parte sira.

SUBSEKSAUN II INSTRUSAUN

Artigu 389.º

Prova nia indikasan¹³⁶

Sekretaria notifika despaxu saneadór ka despaxu referidu iha artigu anteriór ba parte sira no notifika mos parte sira atu, iha loron sanulu resin-lima nia laran, apresenta testemuña sira nia rol, rekér prova seluk ka altera rekerimentu kona-ba prova sira-ne'ebé hatoo tiha ona iha artikuladu no rekér audiénsia finál nia gravasaun. Iha prazu ne'e nia laran, parte sira bele husu atu tribunál koletivu maka halo julgamentu, tuir artigu 51.º, n.º 2.

Artigu 390.º

Alterasaun iha testemuña nia rol

1. Testemuña nia rol bele altera ka aumenta too loron ruanulu molok loron atu halo audiénsia ba julgamentu; kuandu alterasaun ka aumentu ne'e akontese, tenke notifika parte kontrária atu, hakarak karik, uza mos fakuldade ne'e, iha loron lima nia laran.
2. Parte sira maka iha obligasaun atu apresenta¹³⁷ testemuña ne'ebé sira hatudu tuir artigu anteriór.

anterior.

Artigo 391.º

Factos que não carecem de alegação ou de prova

1. Não carecem de prova nem de alegação os factos notórios, devendo considerar-se como tais os factos que são do conhecimento geral.
2. Também não carecem de alegação os factos de que o tribunal tem conhecimento por virtude do exercício das suas funções; quando o tribunal se socorra destes factos, deve fazer juntar ao processo documento que os comprove.

Artigo 392.º

Produção antecipada de prova

Havendo justo receio de vir a tornar-se impossível ou muito difícil o depoimento de certas pessoas ou a verificação de certos factos por meio de arbitramento ou inspecção, pode o depoimento, o arbitramento ou a inspecção realizar-se antecipadamente e até antes de ser proposta a acção.

Artigo 393.º

Forma da antecipação da prova

1. O requerente da prova antecipada justificará sumariamente a necessidade da antecipação, mencionará com precisão os factos sobre que há de recair e identificará as pessoas que hão-de ser ouvidas, quando se trate de depoimento de parte ou de testemunhas.
2. Quando se requeira a diligência antes de a acção ser proposta, há-de indicar-se sucintamente o pedido e os fundamentos da demanda e identificar-se a pessoa contra quem se pretende fazer uso da prova, a fim de ela ser notificada pessoalmente para os efeitos do artigo 504.º; se esta não puder ser notificada, será notificado o Ministério Público, quando se trate de incertos ou de ausentes, ou um defensor público nomeado pelo juiz, quando se trate de ausentes em parte certa.

Artigo 394.º

Cartas precatórias ou rogatórias

1. No mesmo prazo referido no artigo 389.º para a indicação das provas as partes requererão o envio de cartas rogatórias ou precatórias quando for o caso.
2. No requerimento é obrigatório indicar os factos a que devem ser perguntadas as testemunhas a inquirir por carta.
3. Não se requerendo a expedição da carta ou sendo esta recusada por falta de indicação do objecto do depoimento, recai sobre a parte a obrigação de apresentar as testemunhas na audiência final.

Artigu 391.º
Faktu ne'ebé la presiza alegasaun no prova

1. Faktu notóriu la presiza alegasaun no prova. Sei konsidera notóriu faktu sira-ne'ebé tama iha koñesimentu jerál.
2. Faktu sira-ne'ebé tribunál iha obrigasaun atu koñese tanba nia funsaun la presiza alega. Kuandu tribunál uza faktu sira-ne'e, tenke hatama iha autus dokumentu ne'ebé komprova faktu sira-ne'e.

Artigu 392.º
Prova nia produsaun antesipada

Kuandu iha razaun atu tauk katak bele sai imposivel ka difisil liu atu hetan ema ruma nia depoimentu ka atu verifika faktu ruma ho arbitramentu ka inspesaun, bele halo antesipadamente¹³⁸ depoimentu, arbitramentu ka inspesaun ne'e, maske aksaun seidauk tama iha tribunál.

Artigu 393.º
Forma atu prodúz prova antesipada

1. Parte ne'ebé rekér prova antesipada tenke justifika sumariamente katak presiza duni halo prova antesipada ne'e, hatudu faktu sira-ne'ebé atu prova no, kuandu prova ne'e tenke halo ho parte ka testemuña nia depoimentu, identifika ema ne'ebé atu rona.
2. Kuandu parte rekér dilijénsia ne'e molok aksaun tama iha tribunál, tenke indika rezumidamente demanda nia pedidu no fundamentu no identifika ema ne'ebé sei uza prova ne'e hasoru, atu notifika nia pesoalmente hodi halotuir artigu 504.º nia dispozisaun; kuandu la bele notifika ema ne'e, tenke notifika Ministériu Públiku, kuandu nia ema insertu ka auzente, ka defensor públiku ne'ebé juíz nomeia, kuandu la hatene ema ne'e iha ne'ebé.

Artigu 394.º
Karta prekatória ka rogatória

1. Iha prazu referidu iha artigu 389.º atu indika¹³⁹ prova parte sira bele rekér atu haruka karta rogatória ka prekatória, kuandu bele.
2. Iha rekerimentu tenke hatudu kona-ba faktu ne'ebé maka tenke halo pergunta ba testemuña ne'ebé atu rona ho karta ne'e.
3. Kuandu la rekér atu haruka karta ka tribunál la atende rekerimentu ne'e tanba rekerente la hatudu depoimentu nia objetu, parte maka iha obrigasaun atu apresenta testemuña iha audiénsia finál.

CAPITULO III DA AUDIÊNCIA DE DISCUSSÃO E JULGAMENTO

Artigo 395.º Intervenção e competência do tribunal

- 1.A discussão e julgamento da causa são feitos com intervenção do tribunal colectivo ou singular, nos termos do artigo 51.º.
- 2.Se as questões de facto forem julgadas pelo juiz singular quando o devam ser pelo tribunal colectivo, será anulado o julgamento.
- 3.Tem-se por não escritas as respostas do tribunal sobre questões de direito, e bem assim as dadas sobre factos que só possam ser provados por documentos ou que estejam plenamente provados, quer por documentos, quer por acordo ou confissão das partes.

Artigo 396.º Data da audiência

- 1.Tendo-se procedido ao saneamento e instrução do processo nos termos regulados na última secção do capítulo anterior, recebidas as cartas precatórias e rogatórias ou esgotado prazo para o seu cumprimento e produzida a prova antecipada, o juiz designa hora e dia para realizar a audiência de julgamento.
- 2.Este despacho é notificado aos mandatários das partes e aos demais intervenientes processuais que devam comparecer em audiência.
- 3.Cumprido o que antecede, se o julgamento for da competência do tribunal colectivo o processo vai com vista, por cinco dias, a cada um dos juízes adjuntos, salvo se o juiz da causa o julgar dispensável em atenção à simplicidade da causa.

Artigo 397.º Requisição ou designação de técnico

- 1.Quando a matéria de facto suscite dificuldades de natureza técnica cuja solução dependa de conhecimentos especiais que o tribunal não possua, pode o juiz designar pessoa competente que assista à audiência final e aí preste os esclarecimentos necessários, bem como, em qualquer estado da causa, requisitar os pareceres técnicos indispensáveis ao apuramento da verdade dos factos.
- 2.Ao técnico podem ser opostos os impedimentos e recusas que é possível opor aos peritos.
- 3.A designação será feita, em regra, no despacho que marcar o dia para a audiência.
- 4.Ao técnico são pagas as despesas de deslocação.

KAPÍTULU III AUDIÉNSIA BA DISKUSAUN NO JULGAMENTU

Artigu 395.º

Tribunál nia intervensaun no kompeténsia

1. Kauza nia diskusaun no julgamentu sei halo ho tribunál koletivu ka singulár, tuir artigu 51.º.
2. Julgamentu tenke anula tiha kuandu juíz ida deit maka julga kestaun-de-faktu ne'ebé tribunál koletivu maka tenke julga.
3. Ita tenke konsidera hanesan la hakerek ida resposta ne'ebé tribunál foo kona-ba kestaun-de-direitu no kona-ba faktu ne'ebé tenke prova ho dokumentu ka faktu ne'ebé prova tiha ona ho dokumentu ka ho parte sira nia akordu ka konfisaun.

Artigu 396.º

Data ba audiénsia

1. Halo tiha saneamentu no instrusaun iha prosesu, nu'udar kapítulu anteriór, seksaun última, regula, simu tiha karta prekatória no rogatória ka prazu atu kumpre karta sira-ne'e hotu tiha, no prodúz tiha prova antesipada, juíz sei marka loron atu halo audiénsia ba julgamentu.
2. Despaxu ne'ebé marka loron ba julgamentu sei notifika ba parte sira nia mandatáriu no ba interveniente hotu-hotu ne'ebé tenke mai audiénsia ne'e.
3. Kuandu julgamentu tama iha tribunál koletivu nia kompeténsia, halo tiha buat ne'ebé hakerek hela iha número anteriór sira, tenke apresenta autus ba juíz adjuntu ida-idak atu estuda, durante loron lima, salvu kuandu juíz ba kauza julga katak la presiza vista tanba prosesu ne'e simples hela.

Artigu 397.º

Esklaresimentu no paresér tékniku

1. Kuandu presiza koñesimentu espesial ne'ebé tribunál la iha atu rezolve kestaun kona-ba matéria-de-faktu, juíz bele nomeia ema competente atu asiste audiénsia final no foo esklaresimentu ne'ebé presiza iha audiénsia ne'e, no, iha kauza nia estadu naran ida, bele rekizita paresér tékniku ne'ebé presiza atu hatene verdade kona-ba faktu.
2. Bele apresenta hasoru tékniku ne'e impedimentu no rekuza ne'ebé bele hatoo hasoru peritu.
3. Juíz tenke nomeia tékniku ne'e iha despaxu ne'ebé marka loron ba audiénsia.
4. Tenke selu ba tékniku despeza kona-ba nia dezlokasaun

Artigo 398.º
Poderes do presidente

1.O presidente do tribunal goza de todos os poderes necessários para tornar útil e breve a discussão e para assegurar a justa decisão da causa.

2.Ao presidente compete em especial:

- a)Dirigir os trabalhos;
- b)Manter a ordem e fazer respeitar as instituições vigentes, as leis e o tribunal;
- c)Tomar as providências necessárias para que a causa se discuta com elevação e serenidade;
- d)Exortar os advogados, o defensor público e o Ministério Público a que abreviem os seus requerimentos e alegações, quando sejam manifestamente excessivos, e a que se cinjam à matéria da causa, e retirar-lhes a palavra quando não sejam atendidas as suas exortações;
- e)Significar aos advogados, ao defensor público e ao Ministério Público a necessidade de esclarecerem pontos obscuros e duvidosos;
- f)Formular quesitos novos quando os considere indispensáveis para a boa decisão da causa, sem prejuízo do disposto no artigo 412.º.

3.Se forem formulados quesitos novos, nos termos da alínea f) do número anterior podem as partes indicar as respectivas provas, respeitando os limites estabelecidos para a prova testemunhal; as provas são requeridas imediatamente ou, não sendo possível a indicação imediata, no prazo de dez dias.

4.A audiência é suspensa antes dos debates quando as provas a que se refere o número anterior não puderem ser logo requeridas e produzidas.

Artigo 399.º
Causas de adiamento da audiência

1.Feita a chamada das pessoas que tenham sido convocadas, a audiência é aberta só sendo adiada:

- a)Se não for possível constituir o tribunal colectivo;
- b)Se faltar alguma pessoa que tenha sido convocada e de que se não prescindir ou se tiver sido oferecido documento que a parte contrária não possa examinar no próprio acto, mesmo com suspensão dos trabalhos por algum tempo, e o tribunal entenda que há grave inconveniente em que a audiência prossiga sem a presença dessa pessoa ou sem resposta sobre o documento oferecido;
- c)Se faltar algum dos advogados, o que será comunicado ao mandante para que, sentindo-se lesado, participe, querendo, à Ordem dos Advogados.

2.Não é admissível o acordo das partes, nem pode adiar-se a audiência por mais do que uma vez, excepto no caso previsto na alínea a) do n.º 1.

Artigu 398.º
Prezidente nia podér

1. Juíz ne'ebé prezide audiénsia iha podér nesesáriu atu halo diskusaun sai util no badak no atu asegura desizaun justa iha kauza.
2. Juíz ne'ebé prezide audiénsia iha, liuliu, podér atu:
 - a) Dirije traballu iha audiénsia;
 - b) Mantein orden no halo ema hotu-hotu respeita instituisaun, lei no tribunál;
 - c) Hola medida nesesária ba parte sira atu diskute kauza ho elevasaun¹⁴⁰ no serenidade¹⁴¹;
 - d) Ezortaxlvi advogadu, defensor públiku no Ministériu Públiku atu habadak sira nia rekerimentu ka alegasaun, kuandu naruk resin, no atu la bele sai hosi kauza nia matéria, no la husik koalia tan kuandu sira la tuir nia ezortasaun¹⁴²;
 - e) Foo-hatene ba advogadu, defensor públiku no Ministériu Públiku atu esklaresu pontu¹⁴³ obskuru¹⁴⁴ no duvidozu;
 - f) Halo kezitu foun ne'ebé nia konsidera indispensavel atu decide kauza didiak, sein prejuizu ba artigu 412.º nia dispozisaun.
3. Kuandu iha kezitu foun tuir número anteriór, alínea f), nia dispozisaun, parte sira bele apresenta prova kona-ba kezitu sira-ne'e, sein prejuizu ba limite estabesidu iha prova testemuñal. Prova ne'e tenke rekér kedas ka, la bele hatudu kedas karik, iha lora sanulu nia laran.
4. Audiénsia tenke suspende molok tama iha debate kuandu la bele rekér no prodúz kedas prova ne'ebé número anteriór refere.

Artigu 399.º
Kauza ba audiénsia nia adiamentu

1. Halo tiha xamada ba ema sira-ne'ebé konvoka tiha ona, juíz ne'ebé prezide audiénsia loke audiénsia. Audiénsia bele adia deit:
 - a) Kuandu la bele konstitui tribunál kolektivu;
 - b) Kuandu falta ema ruma ne'ebé konvoka tiha ona no la bele prexinde ka kuandu dokumentu ruma tama iha prosesu no parte kontrária la bele ezamina kedas dokumentu ne'e, maske tenke suspende audiénsia durante tempu badak, no tribunál konsidera katak iha inkonveniente maka'as kuandu ema ne'e ka resposta ba dokumentu ne'e la iha ne'ebá;
 - c) Kuandu falta advogadu ruma. Falta ne'e tenke komunika ba mandante para, haree katak iha prejuizu ruma karik, bele partisipa ba Ordem dos Advogados.
2. Audiénsia la bele adia ho baze iha parte sira nia akordu; audiénsia bele adia dala ida deit, salvu iha situasaun prevista iha n.º 1, alínea a).
3. Kuandu situasaun prevista iha n.º 1, alínea b), la iha, audiénsia komesa ho produsaun kona-ba prova ne'ebé bele prodúz kedas;

3. Não se verificando o circunstancialismo previsto na parte final da alínea b) do n.º 1, a audiência deve iniciar-se com a produção das provas que puderem de imediato produzir-se, sendo interrompida antes de iniciados os debates, designando-se logo dia para continuar quando possa ser ouvida a pessoa que faltou ou depois de decorrido o tempo necessário para exame do documento. No primeiro caso, a interrupção não pode ir além de trinta dias; no segundo, não pode exceder dez dias.

4. A falta de qualquer pessoa que deva comparecer será justificada na própria audiência ou nos cinco dias imediatos, salvo tratando-se de pessoa de cuja audição prescindir a parte que a indicou.

Artigo 400.º

Tentativa de conciliação e discussão da matéria de facto

1. Não havendo razões de adiamento, realizar-se-á a discussão da causa.

2. O presidente procurará conciliar as partes, se a causa estiver no âmbito do seu poder de disposição.

3. Em seguida realizar-se-ão os seguintes actos, se a eles houver lugar:

a) Prestação dos depoimentos de parte;

b) Exibição de reproduções cinematográficas ou de registos fonográficos podendo o presidente determinar que ela se faça apenas com assistência das partes, dos seus advogados e das pessoas cuja presença se mostre conveniente;

c) Esclarecimentos verbais dos peritos cuja comparência tenha sido determinada oficiosamente ou a requerimento das partes;

d) Inquirição das testemunhas;

e) Debates sobre a matéria de facto, nos quais cada advogado pode responder uma vez.

4. Se houver de ser prestado algum depoimento fora do tribunal, a audiência será interrompida antes dos debates, e os juizes e advogados deslocar-se-ão para o local, imediatamente ou no dia e hora que o presidente designar; prestado o depoimento, a audiência continua no tribunal.

5. Nos debates, os advogados procurarão fixar os factos que devem considerar-se provados e aqueles que o não foram; o advogado pode ser interrompido por qualquer dos juizes ou pelo advogado da parte contrária, mas neste caso só com o seu consentimento e o do presidente, devendo a interrupção ter sempre por fim o esclarecimento ou rectificação de qualquer afirmação.

6. O tribunal pode em qualquer momento, antes dos debates, durante eles ou depois de findos, ouvir o técnico designado.

7. O presidente pode, nos casos em que tal se justifique, alterar a ordem de produção de prova referida no n.º 3.

Artigo 401.º

audiénsia ne'e interrompe molok tama iha debate no kontinua fali, iha loron ne'ebé marka kedas, iha altura ne'ebé bele rona ema ne'ebé falta ne'e ka prazu atu ezamina dokumentu ne'e liu tiha ona. Iha kazu ida primeiru ne'e, interrompsaun la bele liu loron tolunulu; iha kazu segundu ne'e, la bele liu loron sanulu.

4. Ema ne'ebé falta tenke justifika nia falta iha audiénsia nia laran ka iha loron lima ne'ebé tuir fali nia laran, salvu kuandu parte ne'ebé hatudu ema ne'e prexinde nia audisaun.

Artigu 400.º

Tentativa ba konsiliaun no diskusaun kona-ba matéria-de-faktu

1. Kuandu la iha razaun ba adiamentu, kauza nia diskusaun komesa.
2. Juíz ne'ebé prezide audiénsia tenke buka konsilia parte sira, kuandu kauza nia matéria tama iha sira nia dispozisaun.
3. Tuirmai, kuandu tenke realiza audiénsia, sei halao aktu sira-ne'e:
 - a) Prestasaun kona-ba parte nia depoimentu;
 - b) Ezibisaun kona-ba reproduisaun sinematográfika ka rejistu fonográfiku; juíz ne'ebé prezide audiénsia bele deside katak parte sira, parte sira nia advogadu no ema ne'ebé nia prezensa iha vantajem maka bele assiste ezibisaun ne'e;
 - c) Esklaresimentu verbál hosi peritu ne'ebé tribunál, ofisiozamente ka tuir rekerimentu, haruka mai audiénsia;
 - d) Inkirisaun ba testemuña sira;
 - e) Debate kona-ba matéria-de-faktu, iha ne'ebé advogadu ida-idak bele foo- resposta dala ida.
4. Kuandu depoimentu ruma tenke foo iha liur, tenke interrompe audiénsia, molok tama iha debate, no juíz ho advogadu sira ba fatin liur ne'e, iha loron ne'e kedas ka iha loron ne'ebé juíz presidente marka; halo tiha depoimentu ne'e, audiénsia kontinua iha tribunál.
5. Iha debate advogadu sira sei buka hatudu faktu sira-ne'ebé tenke konsidera provadu no faktu sira-ne'ebé la bele konsidera provadu; atu esklaresese ka retifika afirmasaun ruma, juíz ida-idak no, ho juíz presidente nia autorizasaun, parte kontrária nia advogadu bele interrompe advogadu ne'ebé halo daudaun alegasaun.
6. Tribunál bele rona tékniku ne'ebé nomeia tiha ona, iha momentu naran ida, molok debate hahú, iha debate nia laran, ka kuandu debate hotu ona.
7. kuandu iha justifikasaun, juíz presidente bele altera orden atu prodúz prova referidu iha n.º 3.

Artigu 401.º

Julgamento da matéria de facto

1. Encerrada a discussão, o tribunal recolhe à sala das conferências para decidir; se não se julgar suficientemente esclarecido, pode voltar à sala da audiência, ouvir as pessoas que entender e ordenar mesmo as diligências necessárias.

2. A matéria de facto é decidida por meio de acórdão ou de despacho, consoante o julgamento incumbir a tribunal colectivo ou a juiz singular; de entre os factos quesitados a decisão proferida declarará quais os factos que o tribunal julga provados e quais os que julga não provados, analisando criticamente as provas e especificando os fundamentos que foram decisivos para a convicção do julgador.

3. Se não houver questionário, o tribunal procederá conforme o disposto no n.º 2, no que respeita aos factos que tiverem sido articulados.

4. A decisão do colectivo é tomada por maioria e o acórdão é lavrado pelo presidente, podendo ele, bem como qualquer dos outros juízes, assinar vencido quanto a qualquer ponto da decisão ou formular declaração divergente quanto à fundamentação.

5. Voltando os juízes à sala da audiência, o presidente procede à leitura do acórdão que, em seguida, facultará para exame a cada um dos advogados pelo tempo que se revelar necessário para uma apreciação ponderada tendo em conta a complexidade da causa.

6. As partes podem acordar na discussão oral do aspecto jurídico da causa: nesse caso a discussão realiza-se logo perante o juiz a quem caiba lavrar a sentença final, observando-se quanto aos seus termos o que o artigo anterior dispõe sobre a discussão da matéria de facto, procurando os advogados interpretar e aplicar a lei aos factos que tenham ficado assentes.

Artigo 402.º

Princípio da plenitude da assistência dos juízes

1. Só podem intervir na decisão da matéria de facto os juízes que tenham assistido a todos os actos de instrução e discussão praticados na audiência final.

2. Se durante a discussão e julgamento falecer ou se impossibilitar permanentemente algum dos juízes, repetir-se-ão os actos já praticados; sendo temporária a impossibilidade, interromper-se-á a audiência pelo tempo indispensável, a não ser que as circunstâncias aconselhem, de preferência, a repetição dos actos já praticados, o que será decidido sem recurso, mas em despacho fundamentado, pelo juiz que deva presidir à continuação da audiência ou à nova audiência.

3. O juiz que for transferido, promovido ou aposentado concluirá o julgamento, excepto se a aposentação tiver por fundamento a

Julgamentu kona-ba matéria-de-faktu

1. Taka tiha diskusaun, tribunál tama iha sala ba konferénsia atu hola desizaun. Kuandu presiza tan esklaresimentu, bele fila-fali ba audiénsia rona ema ne'ebé no haruka dilijénsia ne'ebé konsidera nesesáriu.
2. Matéria-de-faktu tenke deside iha akórdaun ka iha despaxu, conforme tribunál koletivu ka tribunál singulár maka iha kompeténsia atu halo julgamentu; iha desizaun ne'e tenke hatudu faktu kezitadu sira-ne'ebé maka tribunál julga provadu no sira-ne'ebé maka tribunál julga la provadu, no tenke halo análise crítica ba prova no spesifika fundamentu ne'ebé maka hametin julgadór nia konviksaun.
3. Kuandu la iha kestionáriu, tribunál sei halotuir n.º 2 nia dispozisaun kona-ba faktu sira-ne'ebé parte sira artikula.
4. Tribunál koletivu sei hola desizaun tuir maioria; juíz presidente maka hakerek akórdaun; juíz presidente no juíz sira seluk bele asina vensidu¹⁴⁵ iha desizaun nia pontu ruma ka halo deklarasaun diverjente kona-ba fundamentasaun.
5. Fila-fali ba sala-audiénsia, juíz presidente lee akórdaun ne'e no entrega ba parte sira nia advogadu ida-idak atu haree durante tempu nesesáriu atu halo apresiasaun ponderada nu'udar kauza nia kompleksidade¹⁴⁶.
6. Parte sira bele halo akordu atu uza diskusaun orál iha kauza nia aspetu jurídiku. Kuandu iha akordu ne'e, diskusaun kona-ba kauza nia aspetu jurídiku sei halo iha juíz ne'ebé halo sentensa nia oin, tuir artigu anteriór nia dispozisaun kona-ba matéria-de-faktu nia diskusaun; advogadu sira sei buka interpreta no aplika lei ba faktu ne'ebé tribunál konsidera tiha ona asente.

Artigu 402.º

Prinsípiu plenitude iha juíz nia asixténsia

1. Juíz ne'ebé asiste aktu hotu-hotu kona-ba instrusaun no diskusaun iha audiénsia finál maka bele hola desizaun kona-ba matéria-de-faktu.
2. Kuandu juíz ruma mate ka hetan impossibilidade permanente atu servisu, tenke repete fila-fali aktu sira-ne'ebé halo tiha ona; kuandu juíz ruma hetan impossibilidade temporáriu atu servisu, tenke interrompe durante tempu indispensavel, salvu kuandu sirkunstánsia hatudu katak diak liu repete fali aktu sira-ne'ebé halo tiha ona no juíz ne'ebé tenke prezide audiénsia nia kontinuasaun ka audiénsia foun ne'e, deside, ho despaxu fundamentadu¹⁴⁷ no irrekorrivel, katak tenke repete fali aktu sira-ne'ebé halo tiha ona.
3. Juíz ne'ebé hetan transferénsia, promosaun ka apozentasaun tenke halo hotu tiha julgamentu ne'ebé nia hahú tiha ona, salvu kuandu apozentasaun ne'e akontese tanba inkapasidade fízika, morál ka profesionál atu ezerse kargu hanesan juíz, ka, iha kazu sira-ne'e naran ida, diak liu repete fali aktu sira-ne'ebé halo tiha ona, tuir tiha número

incapacidade física, moral ou profissional para o exercício do cargo ou se, em qualquer dos casos, também for preferível a repetição dos actos já praticados, observado o disposto no número anterior. O juiz substituto continuará a intervir, não obstante o regresso ao serviço do juiz efectivo.

Artigo 403.º
Liberdade de julgamento

- 1.O tribunal aprecia livremente as provas, decidindo os juízes segundo a sua prudente convicção acerca de cada facto.
- 2.Mas quando a lei exija, para a existência ou prova do facto jurídico, qualquer formalidade especial, não pode esta ser dispensada.

Artigo 404.º
Publicidade e continuidade da audiência.

- 1.A audiência é pública, salvo quando o tribunal decidir o contrário, em despacho fundamentado, para salvaguarda da dignidade das pessoas e da moral pública, ou para garantir o seu normal funcionamento.
- 2.A audiência é contínua, só podendo ser interrompida por motivos de força maior, por absoluta necessidade ou nos casos previstos no n.º 4 do artigo 398.º, no n.º 2 do artigo 399.º e no n.º 2 do artigo 402.º. Se não for possível concluí-la num dia, o presidente marcará a continuação para o dia imediato, se não for domingo ou feriado, mas ainda que compreendido em férias, e assim sucessivamente.
- 3.Os julgamentos já marcados para os dias em que a audiência houver de continuar são transferidos de modo que o tribunal, salvo motivo ponderoso, não inicie outra sem terminar a audiência iniciada.
- 4.As pessoas que tenham sido ouvidas não podem ausentar-se sem autorização do presidente, que a não concederá quando haja oposição dos juízes-adjuntos ou das partes.

Artigo 405.º
Discussão do aspecto jurídico da causa

Se as partes não prescindirem da discussão por escrito do aspecto jurídico da causa, a secretaria, uma vez concluído o julgamento da matéria de facto, facultará o processo para exame ao advogado do autor e depois ao do réu, pelo prazo de dez dias a cada um deles, a fim de alegarem, interpretando e aplicando a lei aos factos que tiverem ficado assentes.

CAPÍTULO IV
DA SENTENÇA

anteriór nia dispozisaun. Juíz substitutu kontinua nafatin julgamentu ne'e, maske juíz efetivu mai servisu fali ona.

Artigu 403.º **Liberdade iha julgamentu**

1. Tribunál apresia prova livremente; juíz foo desizaun kona-ba faktu ida-idak tuir nia konviksaun prudente¹⁴⁸.
2. Maibé tribunál la bele dispensa formalidade¹⁴⁹ espesiál ne'ebé lei ezije para faktu ruma atu moris ka atu halo prova ba faktu ruma.

Artigu 404.º **Publidade no kontinuidade iha audiénsia**

1. Audiénsia tenke loke ba públiku, salvu kuandu tribunál decide buat seluk, ho despaxu fundamentadu, atu defende morál públika ka ema nia dignidade ka atu garante audiénsia nia funksionamentu¹⁵⁰ normál¹⁵¹.
2. Audiénsia tenke lao la-para too hotu; bele interrompe deit tanba forsa maiór, tanba nesesidade absoluta ka iha kazu ne'ebé tama iha artigu 398.º, n.º 4, 399.º, n.º 2, no 402.º, n.º 2, nia previzaun. Kuandu la bele hotu kedas iha loron ne'ebé komesa, presidente sei marka fali kontinuaun ba loron ne'ebé tuir fali ne'e, kuandu laós domingu ka feriadu, maske tama iha férias nia laran, no, hanesan ne'e, susesivamente¹⁵².
3. Julgamentu ne'ebé marka tiha ona ba loron ne'ebé audiénsia tenke kontinua tenke muda fali, para tribunál la bele hahú julgamentu foun molok halo hotu tiha julgamentu ne'ebé hahú tiha ona.
4. Ema ne'ebé tribunál rona tiha ona la bele sai hosi fatin ne'ebá kuandu la iha juíz presidente nia autorizasaun; juíz presidente la bele foo autorizasaun kuandu iha opozisaun hosi juíz adjuntu ka hosi parte ruma.

Artigu 405.º **Diskusaun kona-ba aspetu jurídiku**

Kuandu parte sira la prexinde diskusaun kona-ba kauza nia aspetu jurídiku ho surat, halo tiha julgamentu kona-ba matéria-de-faktu, sekretaria sei entrega prosesu, primeiru, ba autór nia advogadu, tuirmai, ba reu nia advogadu, atu estuda, durante loron sanulu nia laran ba sira ida-idak, hodi hatoo alegasaun, iha ne'ebé sira interpreta no aplika lei ba faktu sira-ne'ebé konsidera asente¹⁵³ tiha ona.

KAPÍTULU IV **SENTENSA**

SECÇÃO I ELABORAÇÃO DA SENTENÇA

Artigo 406.º Prazo da sentença

Concluída a discussão do aspecto jurídico da causa, é o processo concluso ao juiz, que proferirá sentença dentro de trinta dias.

Artigo 407.º Sentença

- 1.A sentença começa por identificar as partes e o objecto do litígio, fixando as questões que ao tribunal cumpre solucionar.
- 2.Seguem-se os fundamentos, devendo o juiz discriminar os factos que considera provados e indicar, interpretar e aplicar as normas jurídicas correspondentes, concluindo pela decisão final.
- 3.Na fundamentação da sentença, o juiz tomará em consideração, os factos admitidos por acordo, provados por documentos ou por confissão reduzida a escrito e os que o tribunal colectivo deu como provados, fazendo o exame crítico das provas de que lhe cumpre conhecer.
- 4.Se tiver sido oral a discussão do aspecto jurídico da causa, a sentença pode ser logo lavrada por escrito ou lavrada para a acta.

Artigo 408.º Ordem das questões a resolver

- 1.A sentença conhece em primeiro lugar e pela ordem estabelecida no artigo 240.º, das questões que possam conduzir à absolvição da instância.
- 2.O juiz deve resolver todas as questões que as partes tenham submetido à sua apreciação, exceptuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras. Não pode ocupar-se senão das questões suscitadas pelas partes, salvo se a lei lhe permitir ou impuser o conhecimento officioso de outras.

Artigo 409.º Limites da condenação

- 1.A sentença não pode condenar em quantidade superior ou em objecto diverso do que se pedir.
- 2.Se não houver elementos para fixar o objecto ou a quantidade, o tribunal condenará no que vier a ser liquidado sem prejuízo de condenação imediata na parte que já seja líquida.
- 3.Se tiver sido requerida a manutenção em lugar da restituição da posse, ou esta em vez daquela, o juiz conhecerá do pedido

SEKSAUN I SENTENSA NIA ELABORASAUN

Artigu 406.º Prazu ba sentensa

Halo tiha diskusaun kona-ba kauza nia aspetu jurídiku, sekretaria sei aprezena prosesu ba juíz atu halo sentensa iha loron tolunulu nia laran.

Artigu 407.º Sentensa

1. Sentensa komesa ho identifikasaun ba parte sira no litíjiu nia objetu no ba mos kestaun sira-ne'ebé tribunál tenke rezolve.
2. Tuirmai, hanesan sentensa nia fundamentu, juíz tenke diskrimina¹⁵⁴ faktu sira-ne'ebé konsidera provadu no hatudu, interpreta no aplika norma jurídika korrespondente no konklui ho desizaun finál.
3. Iha fundamentasaun juíz tenke konsidera faktu sira-ne'ebé parte sira admite ho akordu, faktu sira-ne'ebé prova tiha ona ho dokumentu ka ho konfisaun iha dokumentu eskritu no faktu sira-ne'ebé tribunál koletivu julga provadu, no tenke halo ezame kriticalu ba prova ne'ebé nia tenke koñese.
4. Kuandu iha diskusaun orál kona-ba kauza nia aspetu jurídiku, tuirmai, juíz bele hakerek ka dita kedas sentensa ba akta.

Artigu 408.º Kestaun atu rezolve

1. Iha sentensa juíz tenke koñese, primeiru, kestaun sira-ne'ebé bele hamosu absolvisaun iha instánsia, tuir orden estabesida iha artigu 240.º.
2. Juíz tenke decide kestaun hotu-hotu ne'ebé parte sira husu ba tribunál atu rezolve, exetu sira-ne'ebé la presiza rezolve tanba nia solusaun tama tiha ona iha solusaun ba kestaun seluk. Juíz bele koñese deit kestaun ne'ebé parte sira hatoo, salvu kestaun seluk ne'ebé lei autoriza ka haruka koñese ofisiozamente.

Artigu 409.º Limite ba kondensasaun

1. Sentensa la bele kondena iha kuantidade boot liu pedidu ka iha objetu seluk ne'ebé parte sira la husu.
2. Kuandu la iha elementu atu fiksa objetu ka kuantidade, tribunál kondena iha buat ne'ebé sei likida, sein prejuizu ba kondensasaun imediata iha parte ne'ebé likida tiha ona.
3. Kuandu parte husu manutensaun iha restituisaun ba pose nia fatin,

correspondente à situação realmente verificada.

Artigo 410.º

Julgamento no caso de inexigibilidade da obrigação

1.O facto de não ser exigível, no momento em que a acção foi proposta, não impede que se conheça da existência da obrigação, desde que o réu a conteste, nem que este seja condenado a satisfazer a prestação no momento próprio.

2.Se não houver litígio relativamente à existência da obrigação, observar-se-á o seguinte:

a)O réu é condenado a satisfazer a prestação ainda que a obrigação se vença no decurso da causa ou em data posterior à sentença, mas sem prejuízo do prazo neste último caso;

b)Quando a inexigibilidade derive da falta de interpelação ou do facto de não ter sido pedido o pagamento no domicílio do devedor, a dívida considera-se vencida desde a citação.

3.Nos casos das alíneas a) e b) do número anterior, o autor é condenado nas custas e a satisfazer os honorários do advogado do réu.

Artigo 411.º

Atendibilidade dos factos jurídicos supervenientes

1.Sem prejuízo das restrições estabelecidas noutras disposições legais, nomeadamente quanto às condições em que pode ser alterada a causa de pedir, deve a sentença tomar em consideração os factos constitutivos, modificativos ou extintivos do direito que se produzam posteriormente à proposição da acção, de modo que a decisão corresponda à situação existente no momento do encerramento da discussão.

2.Só são, porém, atendíveis os factos que, segundo o direito substantivo aplicável, tenham influência sobre a existência ou conteúdo da relação controvertida.

3.A circunstância de o facto jurídico relevante ter nascido ou se haver extinguido no decurso do processo é levada em conta para o efeito da condenação em custas.

Artigo 412.º

Relação entre a actividade das partes e a do juiz

O juiz não está sujeito às alegações das partes no tocante à indagação, interpretação e aplicação das regras de direito; mas só pode servir-se dos factos articulados pelas partes, salvo o que vai disposto nos artigos 391.º e 413.º.

Artigo 413.º

ka restituisaun iha manutensaun nia fatin juíz sei kondena iha pedidu ne'ebé korresponde ba situasaun ne'ebé akontese duni.

Artigu 410.º

Julgamentu kuandu obrigasaun seidak ezijivel

1. Iha momentu ne'ebé aksaun tama iha tribunál obrigasaun seidak ezijivel karik, juíz tenke koñese obrigasaun ne'e iha ka lae, kuandu reu kontesta obrigasaun ne'e, no bele kondena reu kumpre obrigasaun ne'e iha deit momentu própriu.
2. Kuandu la iha litíjiu kona-ba obrigasaun nia ezisténsia:
 - a) Tribunál sei kondena reu halo prestasaun ne'e, maske iha aksaun nia laran ka liu tiha sentensa maka obrigasaun vense, sein prejuizu ba prazu iha kazu ida ikus ne'e;
 - b) Kuandu obrigasaun seidak ezijivel tanba seidak iha interpelasaun ka tanba kredór la husu pagamentu iha devedór nia domisíliu, ita tenke konsidera katak dívida ne'e vense iha momentu ne'ebé halo sitasaun.
3. Iha kazu previstu iha número anteriór, alínea a) no b), tribunál sei kondena autór selu kustas no onoráriu ba reu nia advogadu.

Artigu 411.º

Faktu superveniente atendivel

1. Sein prejuizu ba restrisaun ne'ebé dispozisaun seluk estabese, nomeadamente kona-ba kondisaun atu altera kauza-de-pedír, iha sentensa juíz tenke konsidera faktu sira-ne'ebé konstitui, modifika ka extinge direitu, ne'ebé hatama tiha aksaun maka akontese, para desizaun ne'e bele korresponde¹⁵⁵ ba situasaun ne'ebé eziste iha momentu ne'ebé diskusaun taka.
2. Tribunál tenke konsidera deit faktu sira-ne'ebé, tuir direitu substantivu aplikavel, bele iha influénsia ba relasaun kontrovertida nia ezisténsia ka konteudu.
3. Iha kondensasaun kona-ba kustas tribunál tenke konsidera mos situasaun iha ne'ebé faktu jurídiku relevante foin moris ka foin extinge iha prosesu nia laran.

Artigu 412.º

Relasaun entre parte sira nia atividade no juíz nia atividade

Juíz la iha obrigasaun atu tuir parte sira nia alegasaun kona-ba regrade-direitu nia indagasaun¹⁵⁶, interpretaun no aplikasaun; maibé tenke uza deit faktu sira-ne'ebé parte sira artikula, salvu artigu 391.º no 413.º nia dispozisaun.

Artigu 413.º

Uso anormal do processo

Quando a conduta das partes ou quaisquer circunstâncias da causa produzam a convicção segura de que o autor e o réu se serviram do processo para praticar um acto simulado ou para conseguir um fim proibido por lei, a decisão deve obstar ao objectivo anormal prosseguido pelas partes.

SECÇÃO II VÍCIOS E REFORMA DA SENTENÇA

Artigo 414.º

Extinção do poder jurisdicional e suas limitações

1. Proferida a sentença, fica imediatamente esgotado o poder jurisdicional do juiz quanto à matéria da causa.
2. É lícito, porém, ao juiz rectificar erros materiais, suprir nulidades, esclarecer dúvidas existentes na sentença e reformá-la, nos termos dos artigos seguintes.
3. O disposto nos números anteriores, bem como nos artigos subsequentes, aplica-se, até onde seja possível, aos próprios despachos.

Artigo 415.º

Rectificação de erros materiais

1. Se a sentença omitir o nome das partes, for omissa quanto a custas, ou contiver erros de escrita ou de cálculo ou quaisquer inexactidões devidas a outra omissão ou lapso manifesto, pode ser corrigida por simples despacho, a requerimento de qualquer das partes ou por iniciativa do juiz.
2. Em caso de recurso, a rectificação só pode ter lugar antes de ele subir, podendo as partes alegar perante o Supremo Tribunal de Justiça o que entendam de seu direito no tocante à rectificação.
3. Se nenhuma das partes recorrer, a rectificação pode ter lugar a todo o tempo, cabendo agravo do despacho que a fizer.

Artigo 416.º

Causas de nulidade da sentença

1. É nula a sentença:
 - a) Quando não contenha a assinatura do juiz;
 - b) Quando não especifique os fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão;
 - c) Quando os fundamentos estejam em oposição com a decisão;
 - d) Quando o juiz deixe de pronunciar-se sobre questões que devesse apreciar ou conheça de questões de que não podia tomar

Prosesu nia uzu anormal

Kuandu parte sira nia hahalok ka sirkunstánsia ruma iha aksaun halo juíz fiar katak autór no reu uza prosesu atu pratika aktu simuladu ka atu hetan objetivu ne'ebé lei proibe, juíz iha desizaun tenke taka dalan ba objetivu anormal¹⁵⁷ ne'ebé parte sira hakarak hetan.

SEKSAUN II SENTENSA NIA VÍSIU NO REFORMA¹⁵⁸

Artigu 414.º Podér jurisdisionál nia extinsaun

1. Juíz nia podér jurisdisionál¹⁵⁹ hotu kedas iha momentu ne'ebé nia profere sentensa kona-ba kauza nia matéria.
2. Maibé juíz bele retifika¹⁶⁰ erru materiál, supre¹⁶¹ nulidade, no esklarese¹⁶² dúvida iha sentensa no reforma sentensa ne'e, tuir artigu seguinte sira nia dispozisaun.
3. Númeru anteriór sira no artigu subsekuente sira nia dispozisaun aplika mos ba despaxu.

Artigu 415.º Retifikasaun¹⁶³ ba erru materiál

1. Kuandu sentensa omite¹⁶⁴ parte sira nia naran, la dehan buat ida kona-ba kuestas, iha erru kona-ba eskrita ka kálkulu¹⁶⁵, ka inezatidaun¹⁶⁶ tanba omisaun seluk ka lapsu¹⁶⁷ manifestu¹⁶⁸, juíz bele korrije sentensa ne'e ho despaxu simples, tuir parte ruma nia rekerimentu ka nia inisiativa rasik.
2. Kuandu iha rekursu, retifikasaun bele halo deit molok autus sae ba tribunál superiór no parte sira bele alega iha Supremu Tribunál ba Justisa buat ne'ebé sira hakarak kona-ba retifikasaun ne'e.
3. Kuandu parte sira la rekorre, juíz halo retifikasaun iha altura naran ida no desizaun ne'e bele hasoru agravu.

Artigu 416.º Nulidade iha sentensa

1. Sentensa hetan nulidade kuandu:
 - a) La iha juíz nia asinatura;
 - b) Kuandu la espesifika fundamentu kona-ba faktu no kona-ba direitu atu justifika desizaun;
 - c) Kuandu fundamentu iha opozisaun ho desizaun;
 - d) Kuandu juíz la apresia kestaun ne'ebé nia tenke apresia ka koñese kestaun ne'ebé nia la bele koñese;

conhecimento;

e) Quando condene em quantidade superior ou em objecto diverso do pedido.

2. A omissão prevista na alínea a) do número anterior pode ser suprida oficiosamente ou a requerimento de qualquer das partes, enquanto for possível colher a assinatura do juiz que proferiu a sentença. Este declarará no processo a data em que após a assinatura.

3. As nulidades mencionadas nas alíneas b) a e) do n.º 1 só podem ser arguidas perante o tribunal que proferiu a sentença se esta não admitir recurso ordinário; no caso contrário, o recurso pode ter como fundamento qualquer dessas nulidades. A nulidade prevista na alínea a) do mesmo número pode ser sempre arguida no tribunal que proferiu a sentença.

4. Arguida qualquer das nulidades da sentença em recurso dela interposto, é lícito ao juiz supri-la, aplicando-se com as necessárias adaptações e qualquer que seja o tipo de recurso, o disposto no artigo 478.º.

Artigo 417.º

Esclarecimento ou reforma da sentença

1. Pode qualquer das partes requerer no tribunal que proferiu a sentença:

a) O esclarecimento de alguma obscuridade ou ambiguidade que ela contenha;

b) A sua reforma quanto a custas e multa.

2. É ainda lícito a qualquer das partes requerer a reforma da sentença quando:

a) Tenha ocorrido manifesto lapso do juiz na determinação da norma aplicável ou na qualificação jurídica dos factos;

b) Constem do processo documentos ou quaisquer elementos que, só por si, impliquem necessariamente decisão diversa da proferida e que o juiz, por lapso manifesto, não haja tomado em consideração.

3. Cabendo recurso da decisão, o requerimento previsto no número anterior é feito na própria alegação, aplicando-se, com as adaptações necessárias, o disposto no n.º 4 do artigo 416.º.

Artigo 418.º

Processamento subsequente

1. Arguida alguma das nulidades previstas nas alíneas b) a e) do n.º 1 do artigo 416.º ou pedida a aclaração da sentença ou a sua reforma, nos termos do artigo anterior, a secretaria, independentemente de despacho, notificará a parte contrária para responder e depois se decidirá.

2. Do despacho que indeferir o requerimento de rectificação, esclarecimento ou reforma não cabe recurso. A decisão que deferir considera-se complemento e parte integrante da sentença.

- e) Kuandu kondena iha kuantidade superiór ka iha objetu diferente hosi pedidu.
2. Juíz bele supre omisaun prevista iha númeru anteriór, alínea a), ofisiozamente ka tuir parte ruma nia rekerimentu, enkuantu bele hetan juíz ne'ebé profere sentensa nia asinatura. Juíz ne'e tenke deklarara iha autus data iha ne'ebé nia asina sentensa ne'e.
3. Nulidade sira prevista iha n.º 1, alínea b) too e) bele argui deit iha tribunál ne'ebé foo sentensa kuandu sentensa ne'e la admite rekursu ordináriu; kazu kontráriu, bele uza nulidade sira-ne'e hanesan fundamentu iha rekursu. Nulidade prevista iha n.º 1, alínea a), bele argui iha tribunál ne'ebé profere sentensa.
4. Argui tiha sentensa nia nulidade iha rekursu hasoru sentensa ne'e, juíz bele supre nulidade ne'e, tuir, ho adaptasaun no iha rekursu ho tipu naran ida, artigu 478.º nia dispozisaun.

Artigu 417.º

Sentensa nia esklaresimentu ka reforma

1. Parte naran ida bele rekér ba tribunál ne'ebé profere sentensa:
- a) Esklaresimentu kona-ba obskuridade ka ambiguidade ruma iha sentensa ne'e;
- b) Atu reforma sentensa ne'e kona-ba kustas no multa.
2. Parte naran ida bele rekér ba tribunál atu reforma sentensa:
- a) Kuandu juíz komete lapsu manifestu iha norma aplikavel nia determinasaun ka faktu jurídiku nia kualifikasaun;
- b) Kuandu iha autus nia laran iha dokumentu ka elementu ruma ne'ebé, mesak deit, implika desizaun seluk no juíz, tanba lapsu manifestu, la konsidera.
3. Kuandu iha rekursu hasoru desizaun, rekerimentu previstu iha númeru anteriór sei halo iha alegasaun, no sei aplika iha ne'e artigu 416.º, n.º 4, nia dispozisaun, ho adaptasaun.

Artigu 418.º

Prosesamentu subsekuente

1. Argui tiha nulidade ruma prevista iha artigu 416.º, n.º 1, alínea b) too e) ka husu tiha sentensa nia aklarasaun ka reforma, tuir artigu anteriór, sekretaria, ofisiozamente, tenke notifika parte kontrária atu foo resposta no, tuirmai, juíz deside.
2. Bele iha rekursu hasoru desizaun ne'ebé indefere rekerimentu ne'ebé husu retifikasaun, esklaresimentu ka reforma. Desizaun ne'ebé defere tenke konsidera hanesan sentensa nia komplementu no parte integrante.
3. Kuandu parte ruma rekér sentensa nia retifikasaun ka aklarasaun, prazu atu argui nulidade ka husu reforma komesa

3. Se alguma das partes tiver requerido a rectificação ou esclarecimento da sentença o prazo para arguir nulidades ou pedir a reforma só começa a correr depois de notificada a decisão proferida sobre esse requerimento.

4. No caso a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, a parte prejudicada com a alteração da decisão pode recorrer, mesmo que a causa esteja compreendida na alçada do tribunal; neste caso, o recurso não suspende a exequibilidade da sentença.

SECÇÃO III EFEITOS DA SENTENÇA

Artigo 419.º

Valor da sentença transitada em julgado

1. Transitada em julgado a sentença, a decisão sobre a relação material controvertida fica tendo força obrigatória dentro do processo e fora dele nos limites fixados pelos artigos 376.º e seguintes, sem prejuízo do que vai disposto sobre os recursos de revisão e de oposição de terceiro. Têm o mesmo valor que esta decisão os despachos que recaiam sobre o mérito da causa.

2. Mas se o réu tiver sido condenado a prestar alimentos ou a satisfazer outras prestações dependentes de circunstâncias especiais quanto à sua medida ou à sua duração, pode a sentença ser alterada desde que se modifiquem as circunstâncias que determinaram a condenação.

Artigo 420.º

Caso julgado formal

Os despachos bem como as sentenças, que recaiam unicamente sobre a relação processual têm força obrigatória dentro do processo, salvo se por sua natureza não admitirem o recurso de agravo.

Artigo 421.º

Alcance do caso julgado

A sentença constitui caso julgado nos precisos limites e termos em que julga: se a parte decaiu por não estar verificada uma condição, por não ter decorrido um prazo ou por não ter sido praticado um determinado facto, a sentença não obsta a que o pedido se renove e quando a condição se verifique, o prazo se preencha ou o facto se pratique.

Artigo 422.º

Efeitos do caso julgado nas questões de estado

Nas questões relativas ao estado das pessoas o caso julgado produz

deit kuandu hetan tiha ona notifikasaun kona-ba desizaun ne'ebé monu ba rekerimentu ne'e.

4. Iha kazu referidu iha artigu anteriór, n.º 2, parte ne'ebé desizaun nia alterasaun ne'e prejudika bele hatoo rekursu, maske kauza ne'e tama iha tribunál nia alsada; iha kazu ikus ne'e, rekursu ne'e la suspende sentensa nia ezequibilidade.

SEKSAUN III SENTENSA NIA EFEITU

Artigu 419.º Sentensa tranzitada nia valór

1. Kuandu sentensa tranzita tiha ona iha julgadu, desizaun kona-ba relasaun materiál kontrovertida iha forsa obrigatória iha prosesu nia laran no iha liur, ho limite sira-ne'ebé artigu 376.º no seguinte sira fiksa, sein prejuizu ba dispozisaun kona-ba rekursu ba revizaun no opozisaun hosi terseiru. Despaxu ne'ebé monu ba kauza nia matéria mos iha valór ne'ebé sentensa iha.

2. Kuandu reu hetan kondenasaun atu presta alimentu ka satisfáz prestasaun seluk, ne'ebé nia kuantidade no durasaun depende hosi sirkunstánsia espesiál, juíz bele altera sentensa sarak sirkunstánsia ne'ebé determina kondenasaun ne'e altera tiha ona.

Artigu 420.º Kazu julgadu formál

Despaxu no sentensa kona deit ba relasaun prosesuál iha forsa obrigatória iha prosesu nia laran, salvu kuandu, tuir nia natureza, la admite rekursu agravu.

Artigu 421.º Kazu julgadu nia alkanse

Sentensa konstitui kazu julgadu iha limite no termus ne'ebé juíz julga; kuandu parte ruma lakon aksaun tan ba kondisaun ida seidauk mosu, tanba prazu ida seidauk hotu, ka tanba faktu ruma seidauk pratika, sentensa la taka-dalan atu renova fali pedidu kuandu kondisaun ne'e mosu ona, prazu ne'e hotu ona ka faktu ne'e pratika tiha ona.

Artigu 422.º Kazu julgadu nia efeitu iha kestaun kona-ba estadu

Iha kestaun kona-ba ema nia estadu, kazu julgadu prodúz

efeitos mesmo em relação a terceiros quando, proposta a acção contra todos os interessados directos tenha havido opposição, sem prejuízo do disposto, quanto a certas acções na lei civil.

Artigo 423.º

Oponibilidade a terceiros na decisão final condenatória

A condenação definitiva proferida no processo penal constitui, em relação a terceiros, presunção ilidível no que se refere à existência dos factos que integram os pressupostos da punição e os elementos do tipo legal, bem como dos que respeitam às formas de crime, em quaisquer acções civis em que se discutam relações jurídicas dependentes da prática de infracção.

Artigo 424.º

Eficácia da decisão penal absolutória

1.A decisão penal, transitada em julgado, que haja absolvido o arguido com fundamento em não ter praticado os factos que lhe eram imputados, constitui, em quaisquer acções de natureza civil, simples presunção legal da inexistência desses factos, ilidível mediante prova em contrário.

2.A presunção referida no número anterior prevalece sobre quaisquer presunções de culpa estabelecidas na lei civil.

Artigo 425.º

Casos julgados contraditórios

1.Havendo duas decisões contraditórias sobre a mesma pretensão, cumprir-se-á a que passou em julgado em primeiro lugar.

2.É aplicável o mesmo princípio à contradição existente entre duas decisões que, dentro do processo, versem sobre a mesma questão concreta da relação processual.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS

Artigo 426.º

Espécies de recursos

1.As decisões judiciais podem ser impugnadas por meio de recursos.

2.Os recursos são ordinários ou extraordinários: são ordinários a apelação e o agravo; são extraordinários a revisão e o recurso para uniformização de jurisprudência.

efeitu mos ba terseiru kuandu, hatama tiha aksaun hasoru interesadu diretu sira, iha opozisaun, sein prejuizu ba dispozisaun kona-ba aksaun ruma iha lei sivil.

Artigu 423.º

Desizaun finál kondenaória nia oponibilidade ba terseiru

Kondenasaun definitiva iha prosesu penál konstitui, ba terseiru, prezunsaun ilidivel kona-ba faktu sira-ne'ebé konstitui presupostu ba punisaun, tipu legál nia elementu no krime nia forma, iha aksaun sivil ne'ebé parte sira diskute relasaun jurídika ne'ebé depende hos i infrasaun ne'e nia prátika.

Artigu 424.º

Desizaun absolutória nia efikásia

1. Desizaun finál, ho trázitu-ein-julgadu, ne'ebé absolve arguidu ho fundamentu katak nia la pratika faktu ne'ebé imputa ba nia konstitui, iha aksaun sivil, prezunsaun legál katak faktu ne'e la akontese, ilidivel ho prova-em-kontráriu.
2. Prezunsaun prevista iha númeru anteriór prevalese hasoru prezunsaun seluk ne'ebé lei sivil estabelese kona-ba kulpa.

Artigu 425.º

Kazu julgadu kontraditóriu

1. Kuandu iha desizaun rua kontraditóriu kona-ba pretensaun ida deit, tenke kumpre ida-ne'ebé tranzita-ein-julgadu uluk.
2. Prinsípiu ne'e aplika mos ba kontradisaun iha desizaun rua ne'ebé, iha prosesu nia laran, monu ba kestaun konkreta ida deit kona-ba relasaun prosesuál.

KAPÍTULU V REKURSU

SEKSAUN I DISPOZISAUN JERÁL NO KOMUM

Artigu 426.º

Rekursu nia espésie

1. Bele impugna desizaun judisiál ho rekursu.
2. Iha rekursu ordináriu no rekursu extraordináriu: rekursu ordináriu maka apelaun no agravu; rekursu extraordináriu maka revizaun no rekursu atu uniformiza jurisprudénsia.

Artigo 427.º
Noção de trânsito em julgado

A decisão considera-se passada ou transitada em julgado, logo que não seja susceptível de recurso ordinário, ou de reclamação nos termos dos artigos 416.º e 417.º.

Artigo 428.º
Princípios gerais relativos à admissibilidade do recurso

- 1.É permitido recorrer dos acórdãos, das sentenças e dos despachos cuja irrecorribilidade não estiver prevista na lei.
- 2.Só é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que as decisões impugnadas sejam desfavoráveis para o recorrente em valor também superior a metade da alçada desse tribunal; em caso, porém, de fundada dúvida acerca do valor da sucumbência, atender-se-á somente ao valor da causa.
- 3.Mas se tiver por fundamento a violação das regras de competência internacional, em razão da matéria ou da hierarquia ou a ofensa de caso julgado, o recurso é sempre admissível, seja qual for o valor da causa.
- 4.Também admitem sempre recurso as decisões respeitantes ao valor da causa, dos incidentes ou dos procedimentos cautelares, com o fundamento de que o seu valor excede a alçada do tribunal de que se recorre.
- 5.É sempre admissível recurso do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que esteja em contradição com outro, do mesmo tribunal, sobre a mesma questão fundamental de direito, salvo se a orientação nele perfilhada estiver de acordo, com a jurisprudência já anteriormente fixada pelo Supremo Tribunal de Justiça.
- 6.Independentemente do valor da causa e da sucumbência, é sempre admissível recurso nas acções em que se aprecie a validade ou a subsistência de contratos de arrendamento para habitação.
- 7.É sempre admissível recurso das decisões proferidas contra jurisprudência uniformizada pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 429.º
Decisões que não admitem recurso

Não é admissível recurso:

- a)De despachos de mero expediente;
- b)De decisões que ordenam actos dependentes da livre resolução do tribunal;
- c)Nos demais casos previstos na lei.

Artigu 427.º
Tránsito-ein-julgadu nia nosaun

Ita konsidera desizaun ida pasada ka tranzitada-ein-julgadu kuandu desizaun ne'e la bele hasoru tan rekursu ordináriu, ka reklamasaun tuir artigu 416.º no 417.º nia dispozisaun.

Artigu 428.º
Prinsípiu jerál kona-ba rekursu nia admisibilidade

1. Bele iha rekursu hasoru akórdaun, sentensa ka despaxu ne'ebé la konsidera irrekorrivel.
2. Bele iha rekursu ordináriu kuandu aksaun nia valór aas liu tribunál ne'ebé hasoru rekursu ne'e nia alsada no desizaun rekorrída desfavorese rekorrénte iha valór aas liu tribunál nia alsada fahe ba rua; maibé, kuandu iha dúvida fundada kona-ba desizaun ne'e desfavorese rekorrénte too valór sa, tenke konsidera deit aksaun nia valór.
3. Sempre bele iha rekursu, independentemente hosi aksaun nia valór, kuandu rekursu uza hanesan fundamentu violasaun hasoru regra kona-ba kompeténsia internasionál, kona-ba matéria ka kona-ba ierarkia, ka violasaun hasoru kazu julgadu.
4. Sempre bele iha mos rekursu, independentemente hosi aksaun nia valór, hasoru desizaun kona-ba aksaun, insidente ka prosedimentu kautelár nia valór, ho fundamentu katak nia valór boot liu tribunál rekorrídu nia alsada.
5. Sempre bele iha rekursu hasoru Supremu Tribunál ba Justisa nia akórdaun ne'ebé kontradíz tribunál ne'e nia akórdaun seluk kona-ba kestaun jurídika fundamentál ida deit, salvu kuandu orientasaun ne'ebé tribunál tuir iha akórdaun ne'e Supremu Tribunál ba Justisa fiksa tiha ona.
6. Independentemente hosi aksaun nia valór no sukumbénsia nia valór, sempre bele iha rekursu iha aksaun ne'ebé apresia kontratu arrendamentu ba abitasaun nia validade ka subsisténsia.
7. Sempre bele iha rekursu hasoru desizaun ne'ebé hasoru jurixprudénsia ne'ebé Supremu Tribunál ba Justisa uniformiza tiha ona.

Artigu 429.º
Desizaun ne'ebé la admite rekursu

La iha rekursu hasoru

- a) Despaxu ba expediente deit;
- b) Desizaun ne'ebé ordena aktu ne'ebé tama iha tribunál nia livre rezolusaun;
- c) Iha kazu seluk ne'ebé lei prevé.

Artigo 430.º
Quem pode recorrer

1. Os recursos só podem ser interpostos por quem, sendo parte principal na causa, tenha ficado vencido.
2. Mas as pessoas directa e efectivamente prejudicadas pela decisão podem recorrer dela, ainda que não sejam partes na causa ou sejam apenas partes acessórias.

Artigo 431.º
Perda do direito de recorrer e renúncia ao recurso

1. É lícito às partes renunciar aos recursos; mas a renúncia antecipada só produz efeito se provier de ambas as partes.
2. Não pode recorrer quem tiver aceitado a decisão depois de proferida.
3. A aceitação da decisão pode ser expressa ou tácita. A aceitação tácita é a que deriva da prática de qualquer facto inequivocamente incompatível com a vontade de recorrer.
4. O disposto nos números anteriores não é aplicável ao Ministério Público.
5. O recorrente pode, por simples requerimento, desistir livremente do recurso interposto.

Artigo 432.º
Recurso independente e recurso subordinado

1. Se ambas as partes ficarem vencidas cada uma delas terá de recorrer se quiser obter a reforma da decisão na parte que lhe seja desfavorável; mas o recurso por qualquer delas interposto pode, nesse caso, ser independente ou subordinado.
2. O recurso independente é interposto dentro do prazo e nos termos normais; o recurso subordinado pode ser interposto dentro de dez dias, a contar da notificação do despacho que admite o recurso da parte contrária.
3. Se o primeiro recorrente desistir do recurso ou este ficar sem efeito ou o tribunal não tomar conhecimento dele, caduca o recurso subordinado, sendo todas as custas da responsabilidade do recorrente principal.
4. Salvo declaração expressa em contrário, a renúncia ao direito de recorrer ou a aceitação, expressa ou tácita, da decisão por parte de um dos litigantes não obsta à interposição do recurso subordinado, desde que a parte contrária recorra da decisão.
5. Se o recurso independente for admissível, o recurso subordinado também o será ainda que a decisão impugnada seja desfavorável para o respectivo recorrente em valor igual ou inferior a metade da alçada do tribunal de que se recorre.

Artigu 430.º
Se maka bele rekorre

1. Ema ne'ebé tama hanesan parte prinsipál iha aksaun no lakon aksaun ne'e maka bele rekorre.
2. Maibé, ema ne'ebé desizaun prejudika direta no efetivamente bele hatoo rekursu hasoru desizaun ne'e, maske la tama hanesan parte iha kauza ka tama deit hanesan parte asesória.

Artigu 431.º
Direitu atu rekorre no renúnsia

1. Parte sira bele renúnsia sira nia direitu atu rekorre; maibé renúnsia antesipada iha efeitu deit kuandu parte rua ne'e hotu maka halo.
2. Ema ne'ebé simu desizaun ne'ebé tribunál profere tiha ona la bele rekorre.
3. Aseitasaun ba desizaun bele tuir forma espresa ka tásita. Iha aseitasaun tásita kuandu parte pratika aktu ruma ne'ebé ita haree kedas katak laós kompativel nia vontade atu rekorre.
4. Númeru anteriór sira nia dispozisaun la aplika ba Ministériu Públiku.
5. Rekorrente bele dezixte, ho rekerimentu simples ida, hosi rekursu ne'ebé nia hatama tiha ona.

Artigu 432.º
Rekursu independente no rekursu subordinadu

1. Kuandu parte rua ne'e lakon aksaun sira ida-idak tenke hatoo rekursu hodi muda desizaun iha parte ne'ebé la favorese nia; maibé sira ida-idak bele hatoo rekursu independente ka subordinadu.
2. Rekursu independente tenke hatoo iha prazu ba rekursu nia laran no tuir termus jerál; rekursu subordinadu bele hatama iha loran sanulu nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé admite parte kontrária nia rekursu.
3. Kuandu rekorrente ida primeiru dezixte tiha hosi rekursu ka rekursu ne'e la vale ka tribunál la koñese rekursu ne'e, rekursu subordinadu kaduka no rekorrente prinsipál maka lori responsabilidade kona-ba kustus hotu-hotu.
4. Salvu deklarasaun espresa seluk, parte ida nia renúnsia ba direitu atu rekorre ka nia aseitasaun, espresa ka tásita, kona-ba desizaun la taka-dalan ba rekursu subordinadu, sarak parte kontrária hatoo rekursu hasoru desizaun ne'e.
5. Kuandu bele iha rekursu independente, rekursu subordinadu mos bele iha maske desizaun impugnada desfavorese rekorrente respetivu iha valór hanesan ka kiik liu tribunál rekorridu nia alsada fahe ba rua.

Artigo 433.º

Extensão do recurso aos compartes não recorrentes

- 1.O recurso interposto por uma das partes aproveita aos seus compartes no caso de litisconsórcio necessário.
- 2.Forá do caso de litisconsórcio necessário, o recurso interposto aproveita ainda aos outros:
 - a)Se estes, na parte em que o interesse seja comum, derem a sua adesão ao recurso;
 - b)Se tiverem um interesse que dependa essencialmente do interesse e do recorrente;
 - c)Se tiverem sido condenados como devedores solidários, a não ser que o recurso pelos seus fundamentos, respeite unicamente à pessoa do recorrente.
- 3.A adesão ao recurso pode ter lugar, por meio de requerimento ou de subscrição das alegações do recorrente, até ao início dos vistos para julgamento.
- 4.Com o acto de adesão, o interessado faz sua a actividade já exercida pelo recorrente e a que este vier a exercer. Mas é lícito ao aderente passar, em qualquer momento à posição de recorrente principal, mediante o exercício de actividade própria; e se o recorrente desistir, deve ser notificado da desistência para que possa seguir com o recurso como recorrente principal.
- 5.O litisconsorte necessário, bem como o comparte que se encontre na situação das alíneas b) ou c) do n.º 2, podem assumir em qualquer momento a posição de recorrente principal.

Artigo 434.º

Delimitação subjectiva e objectiva do recurso

- 1.Sendo vários os vencedores, todos eles devem ser notificados do despacho que admite o recurso; mas é lícito ao recorrente, salvo no caso de litisconsórcio necessário, excluir do recurso, no requerimento de interposição, algum ou alguns dos vencedores.
- 2.Se a parte dispositiva da sentença contiver decisões distintas, é igualmente lícito ao recorrente restringir o recurso a qualquer delas, uma vez que especifique no requerimento a decisão de que recorre. Na falta de especificação, o recurso abrange tudo o que na parte dispositiva da sentença for desfavorável ao recorrente.
- 3.Nas conclusões da alegação, pode o recorrente restringir, expressa ou tacitamente, o objecto inicial do recurso.
- 4.Os efeitos do julgado, na parte não recorrida, não podem ser prejudicados pela decisão do recurso nem pela anulação do processo.

Artigo 435.º

Ampliação do âmbito do recurso a requerimento do recorrido

Artigu 433.º
Komparte la rekorrente

1. Iha litiskorsórsiu nesesáriu rekursu ne'ebé parte ida hatama aproveita ba nia komparte sira.
2. Kuandu la iha litiskonsórsiu nesesáriu rekursu ne'ebé parte ida hatama aproveita mos ba sira seluk:
 - a) Kuandu parte sira-ne'e foo sira nia adezaun ba rekursu ne'e iha parte ne'ebé iha interese komúm;
 - b) Kuandu sira iha interese ruma ne'ebé depende hosi rekorrente nia interese;
 - c) Kuandu sira hetan kondenasau hanesan devedór solidáriu, salvu kuandu rekursu ne'e, tuir nia fundamentu, iha deit relasaun ho rekorrente nia an-rasik.
3. Adezaun ba rekursu ne'e bele halo ho rekerimentu ka subskrisaun ba rekorrente nia alegasaun, too hahú vistu ba julgamentu.
4. Ho adezaun ne'e interesadu halo ninian aktividade ne'ebé rekorrente ezerse tiha ona no mos aktividade ne'ebé rekorrente sei ezerse. Maibé aderente bele sai rekorrente prinsipál iha momentu naran ida, kuandu ezerse atividade ninian rasik; kuandu rekorrente dezixte, tenke notifika aderente kona-ba dezisténsia ne'e para nia atu kontinua rekursu hanesan parte prinsipál.
5. Litiskonsorte nesesáriu no komparte ne'ebé tama iha pozisaun prevista iha n.º 2, alínea b) no c) bele hola pozisaun hanesan rekorrente prinsipál.

Artigu 434.º
Rekursu nia delimitasaun subjativa no objetiva

1. Kuandu iha vensedór barak, sira hotu tenke hetan notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé admite rekursu; maibé rekorrente bele inklui vensedór ruma hosi rekursu iha rekerimentu atu hatama rekursu ne'e, salvu kuandu iha litiskonsórsiu nesesáriu.
2. Kuandu sentensa nia parte dispozitiva iha desizaun oin-oin, rekorrente bele limita nia rekursu ba desizaun balu deit, sarak identifika iha nia rekerimentu desizaun ne'ebé maka nia hatoo rekursu hasoru. Kuandu la iha spesifikasaun, rekursu hasoru buat hotu-hotu ne'ebé desfavorese rekorrente iha sentensa nia parte dispozitiva.
3. Iha alegasaun nia konklusaun rekorrente bele limita, espresa ka tasitamente, rekursu nia objetu inisiál.
4. Desizaun iha rekursu no prosesu nia anulasaun la bele prejudika julgadu nia efeitu iha parte ne'ebé la hasoru rekursu.

Artigu 435.º
Ampliasaun iha rekursu nia ámbitu tanba rekorridu husu

1.No caso de pluralidade de fundamentos da acção ou da defesa, o Supremo Tribunal de Justiça conhecerá do fundamento em que a parte vencedora decaiu, desde que esta o requeira, mesmo a título subsidiário, na respectiva alegação, prevenindo a necessidade da sua apreciação.

2.Pode ainda o recorrido, na respectiva alegação e a título subsidiário, arguir a nulidade da sentença ou impugnar a decisão proferida sobre pontos determinados da matéria de facto, não impugnados pelo recorrente, prevenindo a hipótese de procedência das questões por este suscitadas.

3.Na falta dos elementos de facto indispensáveis à apreciação da questão suscitada, pode, o Supremo Tribunal de Justiça mandar baixar os autos, a fim de se proceder ao julgamento no tribunal onde a decisão foi proferida.

Artigo 436.º **Prazo de interposição**

1.O prazo para a interposição dos recursos é de dez dias contados da notificação da decisão recorrida.

2.Se a parte for revel e a sua residência ou sede não for conhecida no processo, o prazo corre desde a publicação da decisão.

3.Tratando-se de despachos ou decisões orais, reproduzidos no processo, o prazo corre do dia em que foram proferidos, se a parte estiver presente ou tiver sido notificada para assistir ao acto.

Artigo 437.º **Interposição do recurso, quando haja rectificação, aclaração ou reforma da sentença**

1.Se alguma das partes requerer a rectificação, aclaração ou reforma da sentença, nos termos do artigo 415.º e do n.º 1 do artigo 417.º, o prazo para o recurso só começa a correr depois de notificada a decisão proferida sobre o requerimento.

2.Estando já interposto recurso da primitiva sentença ou despacho ao tempo em que, a requerimento da parte contrária, é proferida nova decisão, rectificando, esclarecendo ou reformando a primeira, o recurso fica tendo por objecto a nova decisão; mas é lícito ao recorrente alargar ou restringir o âmbito do recurso em conformidade com a alteração que a sentença ou despacho tiver sofrido.

Artigo 438.º **Interposição e admissão do recurso**

1.Os recursos interpõem-se por requerimento, dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça mas apresentado no tribunal que proferiu a decisão recorrida e no qual se indique a espécie de recurso

1. Kuandu aksaun ka defeza iha fundamentu barak, Supremu Tribunál ba Justisa koñese fundamentu sira iha-ne'ebé parte vensedora lakon, sarak parte ne'e husu iha nia alegasaun, maske a título subsidiáriu, hodi prevene katak tribunál apresia duni fundamentu ne'e.
2. Iha nia alegasaun, maske a título subsidiáriu, rekorridu mos bele argui sentensa nia nulidade ka impugna desizaun rekorrída nia pontu ruma kona-ba matéria-de-faktu, ne'ebé rekorrente la impugna, hodi prevene kestaun sira-ne'e atu bele hetan prosedénsia.
3. Kuandu la iha elementu kona-ba faktu nesésáriu atu apresia kestaun suxitada sira-ne'e, Supremu Tribunál ba Justisa bele haruka fali autus ba tribunál ne'ebé foo desizaun atu halo fali julgamentu.

Artigu 436.º
Prazu atu hatama rekursu

1. Rekursu tenke hatama iha loron sanulu nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba desizaun rekorrída.
2. Ba parte ne'ebé revél ka iha prosesu la koñese nia rezidénsia ka sede prazu atu hatama rekursu hahú iha momentu ne'ebé tribunál publika desizaun.
3. Prazu atu hatama rekursu hasoru despaxu ka desizaun orál reproduzida iha autus hahú iha loron ne'ebé tribunál profere desizaun ne'e, kuandu parte mos iha ne'ebá ka hetan notifikasaun atu asiste aktu ne'e.

Artigu 437.º
Rekursu kuandu iha retifikasaun, aklarasaun ka reforma ba sentensa

1. Kuandu parte ruma rekér retifikasaun, aklarasaun ka reforma ba sentensa, nu'udar artigu 415.º no 417.º, n.º 1, prazu ba rekursu hahú kuandu notifika tiha desizaun ne'ebé monu ba rekerimentu ne'e.
2. Kuandu rekursu tama tiha ona maka, tuir parte kontrária nia rekerimentu, juíz foo fali desizaun foun ne'ebé retifika, esklarese ka reforma desizaun ida uluk, rekursu tenke monu ba desizaun foun ne'e; rekorrente bele alarga ka restrinje rekursu nia ámbitu nu'udar alterasaun ne'ebé sentensa ka despaxu ne'e sofre.

Artigu 438.º
Rekursu nia interpozisaun no admisaun

1. Rekursu sei hatama ho rekerimentu, ba Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente, maibé tenke hatama iha tribunál ne'ebé profere desizaun rekorrída; iha rekerimentu ne'e sei hatudu rekursu nia

interposto e, nos casos previstos nos n.ºs 3, 5 e 7 do artigo 428.º, o respectivo fundamento.

2. Tratando-se de despachos ou sentenças orais, reproduzidos no processo, o requerimento de interposição pode ser ditado para a acta.

3. Junto o requerimento ao processo, será indeferido quando se entenda que a decisão não admite recurso, ou que este foi interposto fora de tempo, ou que o requerente não tem as condições necessárias para recorrer. Mas não pode ser indeferido com o fundamento de ter havido erro na espécie de recurso: tendo-se interposto recurso diferente do que competia, mandar-se-ão seguir os termos do recurso que se julgue apropriado.

4. A decisão que admita o recurso, fixe a sua espécie ou determine o efeito que lhe compete não vincula o Supremo Tribunal de Justiça, e as partes só a podem impugnar nas suas alegações.

Artigo 439.º

Reclamação contra o indeferimento ou retenção do recurso

1. Do despacho que não admita a apelação ou o agravo e bem assim do despacho que retenha o recurso, pode o recorrente reclamar para o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

2. A reclamação, dirigida ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, é apresentada na secretaria do tribunal recorrido, dentro de dez dias, contados da notificação do despacho que não admita ou retenha o recurso. O recorrente exporá as razões que justificam a admissão ou a subida imediata do recurso e indicará as peças de que pretende certidão.

3. A reclamação é autuado por apenso e apresentada logo ao juiz, para ser proferida a decisão que admita ou mande seguir o recurso ou que mantenha o despacho reclamado; no último caso, na decisão proferida sobre a reclamação pode mandar juntar-se certidão de outras peças necessárias.

4. Se o recurso for admitido ou mandado subir imediatamente, o apenso é incorporado no processo principal; se for mantido o despacho reclamado, é notificada a parte contrária para responder, em dez dias, junta certidão das peças indicadas pelas partes e remetido o apenso ao Supremo Tribunal de Justiça.

5. Se, em vez de reclamar, a parte impugnar por meio de recurso qualquer dos despachos a que se refere o n.º 1, mandar-se-ão seguir os termos próprios da reclamação.

Artigo 440.º

Julgamento da reclamação

1. Recebido o processo no Supremo Tribunal de Justiça, é imediatamente submetido à decisão do Presidente, que, dentro de

espésie no, iha kazu previstu iha artigu 428.º, n.º 3, 5 no 7, nia fundamentu.

2. Rekerimentu atu hatama rekursu hasoru sentensa ka despaxu ne'ebé reproduz iha autus bele dita deit ba akta.

3. Hatama tiha rekerimentu ne'e iha autus, juíz indefere rekerimentu ne'e kuandu haree katak desizaun la admite rekursu, ka liu tiha prazu maka rekerimentu ne'e tama ka rekorrente la iha kondisaun nesesária atu rekorre; maibé la bele indefere tanba iha erru kona-ba rekursu nia espésie. Kuandu espésie ne'ebé hatudu iha rekerimentu la loos, juíz haruka tuir rekursu nia espésie ne'ebé loos.

4. Desizaun ne'ebé simu rekursu, fiksa rekursu nia espésie ka fiksa rekursu nia efeitu la vinkula Supremu Tribunál ba Justisa; iha sira nia alegasaun maka parte sira bele impugna desizaun ne'e.

Artigu 439.º

Reklamasau hasoru rekursu nia indeferimentu ka retensaun

1. Rekorrente bele reklama ba Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente hasoru despaxu ne'ebé la admite apelaun ka agravu no despaxu ne'ebé retein rekursu.

2. Reklamasau sei dirije ba Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente, maibé tenke apresenta iha tribunál rekorridu nia sekretaria, iha loron sanulu nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé la simu ka retéin rekursu. Rekorrente tenke hatudu baze ne'ebé justifika rekursu nia admisaun ka subida imediata no hatudu pesa kona-ba ne'ebé nia hakarak sertidaun.

3. Reklamasau tenke autua iha apensu no apresenta kedas ba juíz atu foo desizaun hodi admite ka haruka rekursu lao ba oin ka mantein despaxu reklamadu ne'e; iha kazu ikus ne'e, iha desizaun kona-ba reklamasau juíz bele haruka hatama sertidaun kona-ba pesa nesesária seluk tan.

4. Kuandu juíz simu rekursu ka haruka rekursu sae kedas, tenke inkorpora apensu iha autus prinsipál; kuandu juíz mantein despaxu reklamadu, sekretaria sei notifika parte kontrária atu responde iha loron sanulu nia laran, hatama sertidaun kona-ba pesa sira-ne'ebé parte sira hatudu no haruka apensu ne'e ba Supremu Tribunál ba Justisa.

5. Kuandu parte la reklama, maibé impugna desizaun referida iha n.º 1 ho rekursu, juíz tenke haruka tuir reklamasau nia termus.

Artigu 440.º

Reklamasau nia julgamentu

1. Simu tiha prosesu iha Supremu Tribunál ba Justisa, tenke apresenta autus ba Prezidente atu, iha loron sanulu nia laran, deside rekursu

dez dias, resolverá se o recurso deve ser admitido ou subir imediatamente. Se o Presidente não se julgar suficientemente elucidado, pode requisitar, por ofício, os esclarecimentos ou as certidões que entenda necessários.

2.A decisão do Presidente não pode ser impugnada, mas, se mandar admitir ou subir imediatamente o recurso, não obsta a que o tribunal ao qual o recurso é dirigido decida em sentido contrário.

3.As partes são logo notificadas da decisão proferida na reclamação, baixando o processo para ser incorporado na causa principal, e lavrando o juiz despacho em conformidade com a decisão superior.

Artigo 441.º

Ónus de alegar e formular conclusões

1.O recorrente deve apresentar a sua alegação, na qual concluirá, de forma sintética, pela indicação dos fundamentos por que pede a alteração ou anulação da decisão.

2.Versando o recurso sobre matéria de direito, as conclusões devem indicar:

a)As normas jurídicas violadas;

b)O sentido com que, no entender do recorrente, as normas que constituem fundamento jurídico da decisão deviam ter sido interpretadas e aplicadas;

c)Invocando-se erro na determinação da norma aplicável, a norma jurídica que, no entendimento do recorrente, devia ter sido aplicada.

3.Na falta de alegação, o recurso é logo julgado deserto.

4.Quando as conclusões faltarem, sejam deficientes, obscuras, complexas ou nelas se não tenha procedido às especificações a que alude o n.º 2, o relator deve convidar o recorrente a apresentá-las, completá-las, esclarecê-las ou sintetizá-las, sob pena de não se conhecer do recurso, na parte afectada; os juízes-adjuntos podem sugerir esta diligência, submetendo-se a proposta a decisão da conferência.

5.A parte contrária é notificada da apresentação do aditamento ou esclarecimento pelo recorrente, podendo responder-lhe no prazo de dez dias.

6.O disposto nos n.ºs 1 a 4 deste artigo não é aplicável aos recursos interpostos pelo Ministério Público, quando recorra por imposição da lei.

Artigo 442.º

Ónus a cargo de quem impugnar a matéria de facto

1. Quando se impugnar a decisão proferida sobre a matéria de facto deve o recorrente, sob pena de rejeição, especificar:

a)Quais os concretos pontos de facto que considera incorrectamente julgados;

tenke simu ka sae kedas ka lae. Kuandu presiza tan esklaresimentu ruma, Prezidente bele rekizita esklaresimentu ka sertidaun ne'ebé konsidera nesesáriu, ho ofisiu.

2. Prezidente nia desizaun la bele hasoru impugnasaun, maibé, kuandu admite rekursu ka haruka rekursu sae kedas, la taka dalan ba tribunál ne'ebé rekursu dirije ba ne'e atu deside oin seluk.

3. Sekretaria sei notifika desizaun kona-ba reklamasaun ne'e ba parte sira no haruka autus tun atu hatama iha autus prinsipál, no juíz iha primeira instánsia sei foo despaxu tuir desizaun superiór ne'e.

Artigu 441.º

Onus atu alega no formula konkluzau

1. Rekorrente tenke apresenta nia alegasaun; tenke hatudu iha alegasaun ne'e nia konkluzau, ho forma sintética, fundamentu ne'ebé nia uza hodi husu atu altera ka anula desizaun rekorrída.

2. Iha rekursu kona-ba matéria-de-direitu, rekorrente tenke hatudu iha konkluzau ne'e:

a) Norma ne'ebé tribunál rekorrído viola;

b) Sentidu ne'ebé, tuir nia opiniaun, tenke foo ba norma ne'ebé serve hanesan fundamentu ba desizaun rekorrída iha norma ne'e nia interpretasaun no aplikasaun;

c) Norma jurídika ne'ebé, tuir nia opiniaun, tenke aplika, kuandu nia invoka erru kona-ba norma aplikavel nia determinasaun.

3. Kuandu la iha alegasaun, tenke julga rekursu dezertu.

4. Kuandu konkluzau la iha, laós kompletu, laós klaru, laós simples ka iha konkluzau la halo spesifikasaun ne'ebé n.º 2 refere, relatór tenke konvida rekorrente atu apresenta, kompletu, esklaresese ka sintetiza, selae, tribunál la bele koñese rekursu iha nia parte afetada ne'e; juíz adjuntu sira bele sujere dilijénsia ne'e no tribunál sei deside proposta ne'e iha konferénsia.

5. Tenke notifika ba parte kontrária aditamentu ka esklaresimentu ne'ebé rekorrente apresenta no parte ne'ebé bele foo resposta iha loron sanulu nia laran.

6. Númeru 1 too 4 sira nia dispozisaun la aplika iha rekursu ne'ebé Ministériu Públiku hatama tanba impozisaun legál

Artigu 442.º

Onus ba ema ne'ebé impugna matéria-de-faktu

1. Kuandu impugna desizaun kona-ba matéria-de-faktu rekorrente tenke spesifika, selae, tenke rejeita rekursu:

a) Faktu ida-idak ne'ebé nia konsidera katak tribunál rekorrído julga sala;

b) Meiu probatóriu ida-idak, iha prosesu nia laran ka iha rejistu

b)Quais os concretos meios probatórios, constantes do processo ou de registo ou gravação nele realizada, que impunham decisão sobre os pontos da matéria de facto impugnados diversa da recorrida.

2. No caso previsto na alínea b) do número anterior, quando os meios probatórios invocados como fundamento do erro na apreciação das provas tenham sido gravados, incumbe ainda ao recorrente, sob pena de rejeição do recurso, indicar os depoimentos em que se funda, por referência ao assinalado na acta, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 509.º.

3. Na hipótese prevista no número anterior, incumbe à parte contrária proceder, na contra-alegação que apresente, à indicação dos depoimentos gravados que infirmem as conclusões do recorrente, também por referência ao assinalado na acta, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 509.º.

SECÇÃO II APELAÇÃO

Artigo 443.º

De que decisões pode apelar-se

1.O recurso de apelação compete da sentença final e do despacho saneador que decidam do mérito da causa.

2.A sentença ou o despacho saneador que julguem da procedência ou da improcedência de alguma excepção peremptória decidem do mérito da causa.

Artigo 444.º

Efeito da apelação

O recurso de apelação suspende a exequibilidade da decisão recorrida.

Artigo 445.º

Subida

1.O recurso de apelação sobe imediatamente e nos próprios autos, excepto o que vem regulado no número seguinte.

2.Quando interposta do despacho saneador que, decidindo do mérito da causa, não ponha termo ao processo, a apelação apenas subirá a final.

Artigo 446.º

Vários recorrentes

Sendo vários os recorrentes ou recorridos, ainda que com representação judiciária diferente, o prazo para as alegações é único,

ka gravasaun ne'ebé halo iha prosesu nia laran, ne'ebé obriga tribunál superiór foo desizaun la hanesan ho desizaun rekorrída kona-ba matéria-de-faktu iha pontu ne'ebé nia impugna.

2. Iha kazu previstu iha número anteriór, alínea b), kuandu meu probatóriu ne'ebé rekorrénte invoka hanesan fundamentu ba erru iha apresiasaun kona-ba prova grava tiha ona, rekorrénte tenke hatudu depoimentu ne'ebé nia uza hanesan fundamentu, ho referénsia ba elementu ne'ebé asinala tiha ona iha akta, tuir artigu 509.º, n.º 3, nia dispozisaun, selae, tribunál la simu rekursu.

3. Iha ipóteze prevista iha número anteriór, parte kontrária tenke hatudu, iha nia kontra-alegasaun, depoimentu gravadu ne'ebé anula rekorrénte nia konkluzaun, ho referénsia ba elementu ne'ebé asinala tiha ona iha akta, tuir artigu 509.º, n.º 3, nia dispozisaun.

SEKSAUN II APELASAUN

Artigu 443.º

Desizaun ne'ebé bele hasoru apelsaun

1. Sentensa final no despaxu saneadór ne'ebé deside kauza nia méritu bele hasoru rekursu apelsaun.

2. Sentensa ka despaxu saneadór ne'ebé julga prosedente ka improsedente exesaun peremptória ruma deside kona-ba kauza nia méritu.

Artigu 444.º

Apelsaun nia efeitu

Rekursu apelsaun suspende desizaun rekorrída nia ezequibilidade.

Artigu 445.º

Subida

1. Rekursu apelsaun tenke sae kedas no iha autus rasik nia laran, salvu número seguinte nia dispozisaun.

2. Apelsaun hasoru despaxu saneadór ne'ebé deside kauza nia méritu maibé la halo prosesu hotu tenke sae ho desizaun final.

Artigu 446.º

Rekorrénte barak

Kuandu iha rekorrénte ka rekorrídu barak, maske ho representasaun judisiária ketak, sira iha prazu ida deit ba alegasaun no sekretaria tenke garante katak sira hotu bele estuda prosesu iha prazu ne'e nia

devendo a secretaria garantir que todos possam examinar o processo no decurso do prazo.

Artigo 447.º

Prazo para as alegações e expedição do recurso

1.O recorrente alega por escrito no prazo de trinta dias, contados da notificação do despacho de recebimento do recurso, podendo o recorrido responder, em idêntico prazo, contado da notificação da apresentação da alegação do apelante.

2.Se tiverem apelado ambas as partes, o primeiro apelante tem ainda, depois da notificação da apresentação da alegação do segundo, direito a produzir nova alegação, no prazo de vinte dias, mas somente para impugnar os fundamentos da segunda apelação.

3.Havendo vários recorrentes ou vários recorridos, ainda que representados por advogados diferentes, o prazo das respectivas apelações é único, incumbindo à secretaria providenciar para que todos possam proceder ao exame do processo durante o prazo de que beneficiam.

4.Se a ampliação do objecto do recurso for requerida pelo recorrido nos termos do artigo 435.º, pode ainda o recorrente responder à matéria da ampliação, nos vinte dias posteriores à notificação do requerimento.

5.Se o recurso tiver por objecto a reapreciação da prova gravada, são acrescidos de dez dias os prazos referidos nos números anteriores.

6.Findo o prazo para apresentação das alegações, o recurso que não deva julgar-se deserto é expedido para o Supremo Tribunal de Justiça, com cópia dactilografada da decisão impugnada.

Artigo 448.º

Funções do relator e reclamação para a conferência

1.O juiz a quem o processo for distribuído fica sendo o relator, incumbindo-lhe deferir a todos os termos do recurso até final, designadamente:

- a) Ordenar a realização das diligências que considere necessárias;
- b) Corrigir a qualificação dada ao recurso, o efeito atribuído à interposição, o regime fixado para a subida, ou convidar as partes a aperfeiçoar as conclusões das respectivas alegações, nos termos do n.º 4 do artigo 441.º;
- c) Declarar a suspensão da instância;
- d) Autorizar ou recusar a junção de documentos e pareceres;
- e) Julgar extinta a instância por causa diversa do julgamento ou julgar findo o recurso, pelo não conhecimento do seu objecto;
- f) Julgar os incidentes suscitados;

laran.

Artigu 447.º

Prazu ba alegasaun no rekursu nia expedisaun

1. Rekorrente tenke apresenta alegasaun eskrita iha loron tolunulu nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé simu rekursu; rekorridu bele foo resposta iha mos loron tolunulu nia laran, hahú iha notifikasaun ne'ebé foo-hatene katak apelante hatoo tiha ona nia alegasaun.
2. Kuandu parte rua ne'e apela hotu, apelante ida primeiru iha tan direitu atu apresenta alegasaun foun, maibé atu impugna deit alegasaun ida segunda nia fundamentu, iha loron ruanulu nia laran, hahú iha notifikasaun ne'ebé foo-hatene katak apelante segundu nia alegasaun tama tiha ona.
3. Kuandu iha rekorrente barak ka rekorridu barak, maske ho advogadu ketak, sira iha prazu ida deit ba alegasaun no sekretaria tenke garante katak sira hotu bele estuda prosesu iha prazu ne'e nia laran.
4. Kuandu rekorridu husu atu amplia rekursu nia objetu, tuir artigu 435.º, rekorrente bele responde ba matéria kona-ba ampliasaun ne'e, iha loron ruanulu nia laran, tuir fali notifikasaun kona-ba rekerimentu ne'e.
5. Kuandu ho rekursu ne'e sei apresia fila-fali prova ne'ebé grava tiha ona, tenke tau tan loron sanulu ba prazu sira referidu iha número anteriór sira.
6. Liu tiha prazu atu apresenta alegasaun, sei haruka rekursu ne'ebé juíz la julga dezertu ba Supremu Tribunál ba Justisa, ho desizaun rekorrída nia kópia daktilografada.

Artigu 448.º

Relatór nia funsaun no reklamasaun ba konferénsia

1. Juíz ne'ebé simu prosesu iha distribuísiaun maka sai prosesu ne'e nia relatór no iha kompeténsia atu despaxa prosesu ne'e nia termus hotu-hotu too finál, nomeadamente:
 - a) Haruka halao dilijénsia ne'ebé nia konsidera nesesária;
 - b) Korrije kualifikasaun ne'ebé foo tiha ona ba rekursu, efeitu ne'ebé atribui tiha ona ba nia interpozisaun, rejime ne'ebé fiksa tiha ona ba nia subida, ka konvida parte sira mai hadia konkluziaun ne'ebé sira hatudu iha sira nia alegasaun, tuir artigu 441.º, n.º 4;
 - c) Deklara instánsia nia suspensaun;
 - d) Autoriza ka rekuza parte sira hatama dokumentu no paresér iha rekursu;
 - e) Julga instánsia estinta ho fundamentu seluk ne'ebé laós julgamentu ka julga rekursu findu, ho la koñesimentu ba nia objetu;
 - f) Julga insidente ne'ebé parte ruma suxita;

g) Julgar sumariamente o objecto do recurso, nos termos previstos no artigo 452.º.

2. Na decisão do objecto do recurso e das questões a apreciar em conferência intervêm, pela sua ordem, os juízes seguintes ao relator. A designação de cada um destes juízes fixa-se no momento em que o processo lhe for com vista e subsiste ainda que o relator seja substituído.

3. Quando a parte se considere prejudicada por qualquer despacho do relator, que não seja de mero expediente, pode requerer que sobre a matéria do despacho recaia um acórdão; o relator deve submeter o caso à conferência, depois de ouvida a parte contrária.

4. A reclamação deduzida é decidida no acórdão que julga o recurso, salvo quando a natureza das questões suscitadas impuser decisão imediata; neste caso, o relator mandará o processo a vistos por dez dias, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 454.º.

Artigo 449.º

Exame preliminar do relator

1. Distribuído o processo, o relator aprecia se o recurso é o próprio, se deve manter-se o efeito que lhe foi atribuído, se alguma circunstância obsta ao conhecimento do seu objecto, ou se as partes devem ser convidadas a aperfeiçoar as conclusões das alegações apresentadas.

2. Pode ainda o relator julgar sumariamente o objecto do recurso, nos termos previstos no artigo 452.º.

Artigo 450.º

Erro na espécie de recurso

1. Se o relator entender que o recurso próprio é o agravo, ouvirá, antes de decidir, as partes, no prazo de dez dias, processando-se os termos subsequentes do recurso conforme a espécie que venha a ser julgada adequada.

2. Se a questão tiver sido levantada por alguma das partes na sua alegação, o relator ouvirá a parte contrária que não tenha tido oportunidade de responder.

Artigo 451.º

Não conhecimento do objecto do recurso

1. Se entender que não pode conhecer-se do objecto do recurso, o relator antes de proferir decisão, ouvirá cada uma das partes, pelo prazo de dez dias.

2. Sendo a questão suscitada pelo recorrido, na sua alegação, é

g) Julga sumariamente rekursu nia objetu, tuir artigu 452.º nia dispozisaun.

2. Juíz sira-ne'ebé tuir relatór, iha nia orden, maka tama iha tribunál ne'ebé deside rekursu nia objetu no kestaun ne'ebé tenke deside iha konferénsia. Juíz sira-ne'e ida-idak nia designasaun fiksa iha momentu ne'ebé nia simu prosesu ba vistu no la muda maske relatór muda.

3. Parte ne'ebé konsidera karak relatór nia despaxu ruma, ne'ebé laós kona-ba expediente deit, prejudika nia bele rekér atu tribunál hamonu akórdaun ba despaxu ne'e nia matéria; rona tiha parte kontrária, relatór tenke submete kestaun ne'e ba konferénsia.

4. Tribunál deside reklamasaun deduzida ne'e iha akórdaun ne'ebé deside rekursu, salvu kuandu, tuir kestaun suxitada nia natureza, tenke deside kedas; kuandu tribunál tenke deside kedas, relatór haruka autus ba vista durante loron sanulu nia laran, sein prejuizu ba artigu 454o, no 2, nia dispozisaun.

Artigu 449.º **Ezame preliminar**

1. Simu tiha prosesu iha distribuisaun, relatór sei haree rekursu nia espésie loos ka lae, efeitu ne'ebé fiksa tiha ona ba rekursu ne'e tenke kontinua nafatin ka lae, sirkunstánsia ruma taka-dalan atu koñese rekursu nia objetu karik, tenke konvida parte sira mai hadia konkluzaun iha alegasaun ne'ebé sira apresenta karik.

2. Relatór bele mos julga sumariamente rekursu nia objetu, tuir artigu 452o nia previzaun

Artigu 450.º **Erru iha rekursu nia espésie**

1. Kuandu relatór haree katak agravu maka rekursu nia espésie loos, tenke rona parte sira, iha loron sanulu nia laran, molok deside, no haruka tuir rekursu ne'ebé nia konsidera adekuaudu nia termus.

2. Kuandu parte ruma maka suxita kestaun ne'e iha nia alegasaun, relatór sei rona parte kontrária ne'ebé seidak iha oportunidade atu responde.

Artigu 451.º **La koñesimentu**

1. Kuandu haree katak la bele koñese rekursu nia objetu, molok foo desizaun, relatór sei rona parte ida-idak, iha loron sanulu nia laran.

2. Kuandu rekorridu maka suxita kestaun ne'e iha nia alegasaun, tenke aplika artigu 450o, no 2, nia dispozisaun.

aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 450.º

Artigo 452.º
Decisão liminar do objecto do recurso

Quando o relator entender que a questão a decidir é simples, designadamente por ter já sido jurisdicionalmente apreciada, de modo uniforme e reiterado, ou que o recurso é manifestamente infundado, profere decisão sumária, que pode consistir em simples remissão para as precedentes decisões, de que se juntará cópia.

Artigo 453.º
Junção de documentos

1.As partes podem juntar documentos às alegações, nos casos excepcionais a que se refere o artigo 596.º ou no caso de a junção apenas se tornar necessária em virtude do julgamento proferido na primeira instância.

2.Os documentos supervenientes podem ser juntos até se iniciarem os vistos aos juízes; até esse momento podem ser também juntos os pareceres de advogados, professores ou técnicos.

Artigo 454.º
Preparação da decisão

1.Decididas as questões que devam ser apreciadas antes do julgamento do objecto de recurso, se não se verificar o caso previsto no artigo 452.º, o processo vai com vista aos dois juízes-adjuntos, pelo prazo de quinze dias a cada um, e depois ao relator, pelo prazo de trinta dias, a fim de ser elaborado o projecto de acórdão.

2.Quando a natureza das questões a decidir ou a necessidade de celeridade no julgamento do recurso o aconselhem, pode o relator, com a concordância dos adjuntos, dispensar os vistos ou determinar a sua substituição pela entrega a cada um dos juízes que devam intervir no julgamento de cópia das peças processuais relevantes para a apreciação do objecto da apelação.

3.Na sessão anterior ao julgamento do recurso, o relator faz entrega aos juízes que nele devem intervir de cópia do projecto de acórdão.

4.Quando a complexidade das questões a apreciar o justifique, pode o relator elaborar, no prazo de quinze dias, um memorando, contendo o enunciado das questões a decidir e da solução para elas proposta, com indicação sumária dos respectivos fundamentos, de que se distribuirá cópia aos restantes juízes com intervenção no julgamento da apelação.

Artigo 455.º
Sugestões dos adjuntos

Artigu 452.º
Desizaun liminár

Kuandu relatór haree katak kestaun atu deside ne'e simples, dezignadamente tanba tribunál apresia kestaun ne'e beibeik ona, ho desizaun hanesan deit, ka haree kedas katak rekursu ne'e la iha fundamentu, nia sei foo deit desizaun sumária, ne'ebé bele remete deit ba desizaun sira uluk ne'e, no tau ho desizaun sira-ne'e nia kópia.

Artigu 453.º
Dokumentu nia junsau

1. Parte sira bele hatama dokumentu hamutuk ho sira nia alegasaun, iha kazu exesionál ne'ebé artigu 596o refere ka kuandu ho julgamentu ne'ebé tribunál iha primeira instánsia foo maka parte presiza hatama dokumentu ne'e.
2. Parte sira bele hatama dokumentu superveniente ne'e too hahú vistu ba juíz sira; too altura ne'e bele hatama mos advogadu, profesór ka tékniku nia paresér.

Artigu 454.º
Desizaun nia preparasaun

1. Deside tiha kestaun ne'ebé tenke deside molok halo julgamentu ba rekursu nia objetu, kuandu la tama iha situasaun prevista iha artigu 452o, sekretaria sei apresenta prosesu ba juíz-adjuntu nia vista, ida-idak iha loron sanulu resin-lima nia laran, no, tuirmai, ba relatór, durante loron tolunulu nia laran, atu halo projetu ba akórdaun.
2. Kuandu kestaun atu deside ne'e nia natureza akonsella ka kuandu tenke julga lalais rekursu ne'e, hetan tiha juíz adjuntu sira nia akordu, relatór bele dispensa vistu ba juíz-adjuntu sira ka, iha vistu nia fatin, bele haruka entrega deit ba juíz-adjuntu sira kópia kona-ba pesa prosesuál relevante atu apresia apelsaun nia objetu.
3. Iha sesaun ne'ebé antesede rekursu nia julgamentu relatór haruka entrega ba juíz adjuntu sira kópia kona-ba akórdaun nia projetu.
4. Kuandu kestaun atu apresia nia kompleksidade justifika, iha loron sanulu resin lima nia laran, relatór bele hakerek iha memorandu ida, atu fahe ba juíz sira-ne'ebé tama iha apelsaun nia julgamentu, kestaun sira-ne'ebé tenke deside ho solusaun no fundamentu sumáriu ne'ebé nia propoin ba kestaun ida-idak.

Artigu 455.º
Adjuntu sira nia sujestaun

1. Se qualquer dos actos compreendidos nas atribuições do relator for sugerido por algum dos adjuntos, cabe ao relator ordenar a sua prática, se com ela concordar, ou submetê-la à conferência, no caso contrário.

2. Realizada a diligência podem os adjuntos ter nova vista, sempre que necessário, para examinar o seu resultado.

Artigo 456.º

Julgamento do objecto do recurso

1. Os juízes, depois de examinarem o processo, põem nele o seu visto, datando e assinando; terminados os vistos, a secretaria faz entrar o processo em tabela para julgamento.

2. No caso previsto do n.º 2 do artigo 454.º, o processo é inscrito em tabela logo que se mostre decorrido o prazo para o relator elaborar o projecto de acórdão

3. No dia do julgamento, o relator faz sucinta apresentação do projecto de acórdão e, de seguida, dão o seu voto os juízes-adjuntos, pela ordem da sua intervenção no processo

4. No caso a que alude o n.º 4 do artigo 454.º, concluída a discussão e formada a decisão do tribunal sobre as questões a que se refere o memorando, é o processo concluso ao relator ou, no caso de este ficar vencido, ao juiz que deva substituí-lo, para elaboração do acórdão, no prazo de trinta dias.

5. A decisão é tomada por maioria, sendo a discussão dirigida pelo presidente, que desempata quando não possa formar-se maioria.

Artigo 457.º

Julgamento dos agravos que sobem com a apelação

1. A apelação e os agravos que com ela tenham subido são julgados pela ordem da sua interposição; mas os agravos interpostos pelo apelado que interessem à decisão da causa só são apreciados se a sentença não for confirmada.

2. Os agravos só são providos quando a infracção cometida tenha influído no exame ou decisão da causa ou quando, independentemente da decisão do litígio, o provimento tenha interesse para o agravante.

Artigo 458.º

Falta ou impedimento dos juízes

1. O relator é substituído pelo primeiro adjunto nas faltas ou impedimentos que não justifiquem segunda distribuição e enquanto esta se não efectuar.

2. Se a falta ou impedimento respeitar a um dos juízes-adjuntos, a

1. Kuandu juíz adjuntu sujere aktu ruma ne'ebé tama iha relatór nia kompeténsia, relatór haruka pratika aktu ne'e, kuandu konkorda ho proposta ne'e, ka, la konkorda karik, apresenta ba konferénsia atu deside.
2. Halo tiha dilijénsia ne'e, adjuntu sira bele hetan fali vistu kuandu nesesáriu, atu ezamina dilijénsia ne'e nia rezultadu.

Artigu 456.º

Julgamentu ba rekursu nia objektu

1. Ezamina tiha autus, juíz sira tau sira nia vistu iha autus ne'e, ho data no asinatura; vistu hotu tiha, sekretaria hatama prosesu iha tabela ba julgamentu.
2. Iha kazu previstu iha artigu 254.o, n.º 2, prosesu tama iha tabela kuandu prazu ba relatór atu hakerek akórdaun-projetu hotu.
3. Iha julgamentu, halo apresentasaun rezimida kona-ba akórdaun projetu, tuirmai, juíz adjuntu sira vota, tuir orden ne'ebé sira tama iha prosesu.
4. Iha kazu previstu iha artigu 454.o, n. 4o, halo tiha diskusaun no forma tiha tribunál nia desizaun kona-ba kestaun apresentada iha memorandum, sekretaria apresenta autus ba relatór, ka nia vensidu karik, ba juíz ne'ebé substitui nia, atu halo sentensa iha loron tolunulu nia laran.
5. Desizaun sei halo tuir maioria; juíz presidente dirije diskusaun no dezempata kuandu la bele forma maioria.

Artigu 457.º

Julgamentu ba agravu ne'ebé sae ho apelaun

1. Tribunál sei julga apelaun no agravu ne'ebé sae ho apelaun ne'e, tuir orden ne'ebé rekursu ida-idak tama iha tribunál; maibé, kuandu tribunál la konfirma sentensa maka maka bele apresia agravu ne'ebé apeladu hatama ho interese ba desizaun.
2. Kuandu infrasaun kometida iha influénsia ba kauza nia ezame ka ba desizaun, ka, maske la iha influénsia ne'e, provimentu iha interese ba agravante maka tribunál julga agravu providu¹⁶⁹.

Artigu 458.º

Juíz nia falta ka impedimentu

1. Primeiru adjuntu maka substitui relatór iha nia falta ka impedimentu ne'ebé la foo-fatin ba distribuisaun foun ka enkuantu distribuisaun ne'e seidak halo.
2. Juíz ida-ne'ebé tuir fali juíz adjuntu ida ikus maka substitui juíz

substituição cabe ao juiz seguinte ao último deles.

Artigo 459.º
Modificabilidade da decisão de facto

1. A decisão do tribunal de I.^a instância sobre a matéria de facto pode ser alterada pelo Supremo Tribunal de Justiça:

a) Se do processo constarem todos os elementos de prova que serviram de base à decisão sobre os pontos da matéria de facto em causa ou se, tendo ocorrido gravação dos depoimentos prestados, tiver sido impugnada, nos termos do artigo 442.º, a decisão com base neles proferida;

b) Se os elementos fornecidos pelo processo impuserem decisão diversa, insusceptível de ser destruída por quaisquer outras provas;

c) Se o recorrente apresentar documento novo superveniente e que, por si só, seja suficiente para destruir a prova em que a decisão assentou.

2. No caso a que se refere a segunda parte da alínea a) do número anterior, o Supremo Tribunal de Justiça reaprecia as provas em que assentou a parte impugnada da decisão, tendo em atenção o conteúdo das alegações de recorrente e recorrido, sem prejuízo de oficiosamente atender a quaisquer outros elementos probatórios que hajam servido de fundamento à decisão sobre os pontos da matéria de facto impugnados.

3. O Supremo Tribunal de Justiça pode determinar a renovação dos meios de prova produzidos em I.^a instância que se mostrem absolutamente indispensáveis ao apuramento da verdade, quanto à matéria de facto impugnada, aplicando-se às diligências ordenadas, com as necessárias adaptações, o preceituado quanto à instrução, discussão e julgamento na I.^a instância e podendo o relator determinar a comparência pessoal dos depoentes.

4. Se não constarem do processo todos os elementos probatórios que, nos termos da alínea a) do n.º 1, permitam a reapreciação da matéria de facto, pode o Supremo Tribunal de Justiça anular, mesmo oficiosamente, a decisão proferida na I.^a instância, quando repute deficiente, obscura ou contraditória a decisão sobre pontos determinados da matéria de facto ou quando considere indispensável a ampliação desta; a repetição do julgamento não abrange a parte da decisão que não esteja viciada, podendo, no entanto, o tribunal ampliar o julgamento de modo a apreciar outros pontos da matéria de facto, com o fim exclusivo de evitar contradições na decisão.

5. Se a decisão proferida sobre algum facto essencial para o julgamento da causa não estiver devidamente fundamentada, pode o Supremo Tribunal de Justiça, a requerimento da parte, determinar que o tribunal de I.^a instância a fundamente, tendo em conta os depoimentos gravados ou registados ou repetindo a produção da prova, quando necessário; sendo impossível obter a fundamentação

adjuntu iha nia falta ka impedimentu.

Artigu 459.º
Modifikasaun iha desizaun kona-ba faktu

1. Supremu Tribunál ba Justisa bele modifika tribunál iha primeira instánsia nia desizaun kona-ba faktu :

a) Kuandu iha autus iha elementu hotu-hotu kona-ba prova ne'ebé tribunál rekorridu uza atu foo desizaun kona-ba matéria-de-faktu nia pontu ne'ebé diskute iha rekursu ne'e ka kuandu, grava tiha depoimentu ne'ebé simu tiha ona, parte ruma impugna desizaun ne'ebé tribunál rekorridu foo ho baze iha depoimentu ne'e, tuir artigu 442o nia dispozisaun;

b) Kuandu elementu iha autus foo-fatin ba desizaun seluk ne'ebé prova sira seluk la bele sobu;

c) Kuandu rekorrente apresenta prova superveniente ne'ebé, mesak deit, bele sobu tiha prova ne'ebé serve hanesan baze ba desizaun rekorrída.

2. Iha kazu previstu iha número anteriór, alínea a), Supremu Tribunál ba Justisa apresia fila-fali prova ne'ebé serve hanesan baze ba desizaun nia parte impugnada, tuir alegasaun ne'ebé rekorrente no rekorridu apresenta, sein prejuizu ba tribunál ne'e nia podér atu uza ofisiozamente elementu probatóriu ne'ebé serve tiha ona mos hanesan baze ba desizaun kona-ba matéria-de-faktu nia pontu ne'ebé hasoru daudaun impugansaun ne'e.

3. Supremu Tribunál ba Justisa bele haruka renova fali meiu-de-prova ne'ebé prodúz tiha ona iha primeira instánsia ne'ebé konsidera indispensavel atu hetan verdade kona-ba matéria-de-faktu impugnada; iha ne'e tenke aplika, ho adaptasaun, norma kona-ba instrusaun, diskusaun no julgamentu iha primeira instánsia no relatór bele haruka depoente sira mai rasik iha audiénsia.

4. Kuandu la hetan iha autus nia laran elementu probatóriu hotu-hotu ne'ebé, tuir no. 1, alínea a), foo-fatin atu apresia fali matéria-de-faktu, Supremu Tribunál ba Justisa bele anula primeira instánsia nia desizaun, maske ofisiozamente, kuandu konsidera desizaun ne'e deficiente, obskura ka kontraditória kona-ba matéria-de-faktu nia pontu determinadu ruma ka kuandu haree katak tenke halo ampliasaun iha matéria-de-faktu; lalika halo repetisaun ba desizaun nia parte ne'ebé la iha vísiu, maibé tribunál bele amplia julgamentu atu apresia matéria-de-faktu nia pontu seluk tan, hodi evita deit kontradisaun iha desizaun.

5. Kuandu desizaun ne'ebé monu ba faktu esensiál ba kauza nia julgamentu la iha fundamentu devidu, tuir parte nia rekerimentu, Supremu Tribunál ba Justisa bele haruka tribunál iha primeira instánsia fundamenta, tuir depoimentu ne'ebé grava ka rejista tiha ona ka ho repetisaun iha prova nia produsaun, kuandu nesesáriu; kuandu la bele hetan fundamentasaun ho juíz sira-ne'ebé halo tiha ona julgamentu ne'e ka repete fali prova nia

com os mesmos juizes ou repetir a producao da prova, o juiz da causa limitar-se-a a justificar a razao da impossibilidade.

Artigo 460.º **Elaboracao do acórdão**

1.O acórdão definitivo é lavrado de harmonia com a orientacao que tenha prevalecido, devendo o vencido, quanto à decisao ou quanto aos simples fundamentos, assinar em último lugar, com a sucinta mencao das razoes de discordancia.

2.O acórdão principia pelo relatório, em que se enunciam sucintamente as questoes a decidir no recurso, exporá de seguida os fundamentos e concluirá pela decisao, observando-se, na parte aplicavel, o preceituado nos artigos 407.º a 413.º.

3.Quando o relator fique vencido relativamente à decisao ou a todos os fundamentos desta, é o acórdão lavrado pelo primeiro adjunto vencedor, o qual deferirá ainda aos termos que se seguirem, para integracao, aclaracao ou reforma do acórdão.

4.Se o relator for apenas vencido quanto a algum dos fundamentos ou relativamente a qualquer questao acessoria, é o acórdão lavrado pelo juiz que o Presidente designar.

5.Quando confirmar inteiramente e sem qualquer declaracao de voto o julgado em primeira instancia, quer quanto à decisao, quer quanto aos respectivos fundamentos, pode o acórdão limitar-se a negar provimento ao recurso, remetendo para os fundamentos da decisao impugnada.

6.Quando não tenha sido impugnada, nem haja lugar a qualquer alteracao da matèria de facto, o acórdão limitar-se-a a remeter para os termos da decisao da primeira instancia que decidiu aquela matèria.

Artigo 461.º **Publicacao do resultado da votacao**

1.Se não for possivel lavrar imediatamente o acórdão, é o resultado do que se decidir publicado, depois de registado num livro de lembrancas, que os juizes assinarão.

2.O juiz a quem competir a elaboracao do acórdão fica com o processo e apresentará o acórdão na primeira sessao.

3.O acórdão tem a data da sessao em que for assinado.

Artigo 462.º **Regra da substituicao ao tribunal recorrido**

1.Embora o Supremo Tribunal de Justica declare nula a sentenca proferida na primeira instancia, não deixará de conhecer do objecto da apelaçao.

2.Se o tribunal recorrido tiver deixado de conhecer certas questoes,

produsaun, juíz ne'ebé kaer prosesu ne'e tenke hatudu deit tanba sa maka la bele.

Artigu 460.º **Akórdaun nia elaborasaun**

1. Akórdaun definitivu tenke hakerek tuir orientasaun ne'ebé manán; juíz vensidu, kona-ba desizaun ka kona-ba fundamentu deit, asina ikus liu no hakerek esplikasaun badak kona-ba tansá nia la konkorda.
2. Akórdaun hahú ho relatóriu, ne'ebé enunsia rezumidamente kestaun sira-ne'ebé tenke deside iha rekursu, tuirmai sei hatudu nia fundamentu no konklui ho desizaun; tenke tuir artigu 407o too 413o sira-nia dispozisaun, iha sira-nia parte aplikavel.
3. Kuandu relatór sai vensidu iha desizaun ka iha desizaun nia fundamentu hotu-hotu, adjuntu vensedór ida primeiru maka lavra akórdaun no despaxa termus sira-ne'ebé tuir fali atu integra, aklara ka reforma akórdaun ne'e.
4. Kuandu relatór sai vensidu deit kona-ba fundamentu ruma ka kona-ba kestaun asesória ruma, juíz ne'ebé Prezidente nomeia maka maka lavra akórdaun.
5. Kuandu konfirma tomak no sein deklarasaun de votu tribunál iha primeira instánsia nia julgadu, kona-ba desizaun no kona-ba nia fundamentu, akórdaun ne'e bele dehan deit katak la foo provimentu ba rekursu, ho remisaun ba desizaun impugnada nia fundamentu.
6. Kuandu matéria-de-faktu la hetan impugansaun no la iha alterasaun kona-ba matéria-de-faktu, akórdaun remete deit ba termus ne'ebé primeira instánsia uza hodi deside matéria ne'e.

Artigu 461.º **Publikasaun ba votasaun nia rezultadu**

1. Kuandu la bele hakerek kedas akórdaun, sei rejista desizaun nia rezultadu iha livru ba lembransa, ne'ebé juíz sira asina, no publika desizaun ne'e.
2. Juíz ne'ebé tenke lavra akórdaun hela ho autus no apresenta akórdaun iha sesaun seginte.
3. Akórdaun nia data maka leron ida iha ne'ebé tribunál realiza sesaun hodi asina akórdaun ne'e.

Artigu 462.º **Substituisaun ba tribunál rekorridu**

1. Maske deklarara primeira instánsia nia sentensa nula, Supremu Tribunál ba Justisa tenke koñese apelaun nia objetu.
2. Kuandu tribunál rekorridu la koñese kestaun ruma, nomeadamente tanba konsidera katak ho solusaun ne'ebé foo ba litíju ne'e la presiza

designadamente por as considerar prejudicadas pela solução dada ao litígio, o Supremo Tribunal de Justiça, se entender que a apelação procede e nada obsta à apreciação daquelas, delas conhecerá no mesmo acórdão em que revogar a decisão recorrida, sempre que disponha dos elementos necessários.

3.O relator, antes de ser proferida decisão, ouvirá cada uma das partes, pelo prazo de dez dias.

Artigo 463.º

Vícios e reforma do acórdão

1.É aplicável ao Supremo Tribunal de Justiça o que se acha disposto nos artigos 414.º a 418.º, mas o acórdão é ainda nulo quando for lavrado contra o vencido ou sem o necessário vencimento.

2.A rectificação, aclaração ou reforma do acórdão, bem como a arguição de nulidade, são decididas em conferência.

Quando o pedido ou a reclamação forem complexos ou de difícil decisão, pode esta ser precedida de vista por cinco dias, a cada um dos juízes-adjuntos.

Artigo 464.º

Acórdão lavrado contra o vencido

Considera-se lavrado contra o vencido o acórdão proferido em sentido diferente do que estiver registado no livro de lembranças.

Artigo 465.º

Reforma do acórdão

1.Se o Supremo Tribunal de Justiça anular o acórdão e o mandar reformar, intervirão na reforma, sempre que possível, os mesmos juízes.

2.O acórdão será reformado nos precisos termos que o Supremo Tribunal de Justiça tiver fixado.

Artigo 466.º

Baixa do processo

Decididas as questões a que alude o artigo 463.º, o processo baixa à primeira instância, sem ficar no Supremo Tribunal de Justiça traslado algum.

SECÇÃO III RECURSO DE AGRAVO

Artigo 467.º

De que decisões cabe agravo

koñese tan kestaun ne'e, Supremu Tribunál ba Justisa, kuandu haree katak apelsaun prosede no buat ida la impede atu koñese kestaun ne'e, tenke koñese kestaun ne'e iha akórdaun ne'ebé revoga desizaun rekorrída, kuandu iha elementu nesesáriu.

3. Molok foo desizaun relatór sei rona parte ida-idak, ho prazu loron sanulu.

Artigu 463.º

Akórdaun nia vísiu no reforma

1. Tenke aplika ba Supremu Tribunál ba Justisa artigu 414o too 418o nia dispozisaun, maibé akórdaun lavradu hasoru vensidu ka lavradu kuandu la iha vensimentu nesesáriu hetan mos nulidade.

2. Akórdaun nia retifikasaun, aklarasaun ka reforma, no mos nulidade nia arguisaun sei decide iha konferénsia. Kuandu pedidu ka reklamasaun ne'e kompleksu ka difisil atu decide, bele halo uluk vistu ba juíz adjuntu ida-idak, ho prazu loron lima.

Artigu 464.º

Akórdaun lavradu hasoru vensidu

Ita sei konsidera akórdaun lavradu hasoru vensidu akórdaun ne'ebé tribunál profere ho sentidu diferente hosi ida-ne'ebé rejista tiha ona iha livru ba lembransa.

Artigu 465.º

Akórdaun nia reforma

1. Kuandu Supremu Tribunál ba Justisa anula no haruka reforma akórdaun, tenke tama iha reforma ne'e, kuandu bele, juíz sira-ne'ebé halo desizaun rekorrída.

2. Tribunál iha primeira instánsia tenke reforma sentensa nu'udar loos deit Supremu Tribunál ba Justisa fiksa.

Artigu 466.º

Autus nia baixa

Decide tiha kestaun sira-ne'ebé artigu 463o refere, autus tun fali ba primeira instánsia; lalika husik trazladu ida iha Supremu Tribunál ba Justisa.

SEKSAUN III REKURSU AGRAVU

Artigu 467.º

Desizaun ne'ebé bele hasoru agravu

O agravo cabe das decisões, susceptíveis de recurso, de que não pode apelar-se

Artigo 468.º
Agravos que sobem imediatamente

1. Sobem imediatamente os agravos interpostos:
 - a) Da decisão que ponha termo ao processo;
 - b) Do despacho pelo qual o juiz de declare impedido ou indefira o impedimento oposto por alguma das partes;
 - c) Do despacho que aprecie a competência absoluta do tribunal;
 - d) Dos despachos proferidos depois da decisão final.
2. Sobem também imediatamente os agravos cuja retenção os tornaria absolutamente inúteis.

Artigo 469.º
Subida diferida

1. Os agravos não incluídos no artigo anterior sobem com o primeiro recurso que, depois de eles serem interpostos, haja de subir imediatamente.
2. Se não houver recurso da decisão que ponha termo ao processo, os agravos que deviam subir com esse recurso ficam sem efeito, salvo se tiverem interesse para o agravante independentemente daquela decisão. Neste caso, sobem depois de a decisão transitar em julgado, caso o agravante o requeira no prazo de dez dias.

Artigo 470.º
Agravos que sobem nos próprios autos

Sobem nos próprios autos os agravos interpostos das decisões que ponham termo ao processo no tribunal recorrido ou suspendam a instância e aqueles que apenas subam com os recursos dessas decisões.

Artigo 471.º
Agravos que sobem em separado

1. Sobem em separado dos autos principais os agravos não compreendidos no artigo anterior.
2. Formar-se-á um único processo com os agravos que subam conjuntamente, em separado dos autos principais.

Artigo 472.º
Subida dos agravos nos procedimentos cautelares

Desizaun rekorrivel ne'ebé la bele hasoru rekursu apelaun sei hasoru rekursu agravu.

Artigu 468.º
Agravu ne'ebé sae kedas

1. Sae kedas agravu ne'ebé hatama
 - a) Hasoru desizaun ne'ebé halo prosesu hotu;
 - b) Hasoru desizaun iha ne'ebé juíz deklaración impedidu ka indefere impedimentu ne'ebé parte ruma hatoo;
 - c) Hasoru despaxu ne'ebé apresia tribunál nia inkompeténsia absoluta;
 - d) Hasoru despaxu ne'ebé liu tiha desizaun finál maka tribunál profere.
2. Sae kedas mos agravu ne'ebé, la sae karik, lakon utilidade hotu kedas.

Artigu 469.º
Subida deferida

1. Agravu ne'ebé la tama iha artigu anteriór sei sae ho rekursu ne'ebé, liu tiha nia interpozisaun, tenke sae kedas.
2. Kuandu la iha rekursu hasoru desizaun ne'ebé halo prosesu hotu, rekursu ne'ebé tenke sae ho rekursu ne'e lakon efeitu, salvu kuandu iha interese ba rekorrente independentemente hosi desizaun ida-ne'ebá. Iha kazu ne'e, rekursu ne'e sae kuandu desizaun ne'ebá nia julgadu tranzita sarak agravante rekér iha loron sanulu nia laran.

Artigu 470.º
Rekursu ho subida iha autus rasik

Sae iha autus nia laran agravu hasoru desizaun ne'ebé halo prosesu hotu iha tribunál rekorridu ka suspende instánsia no sira-ne'ebé sae deit ho rekursu hasoru desizaun sira-ne'e.

Artigu 471.º
Agravu ne'ebé sae ketak

1. Agravu ne'ebé la tama iha artigu anteriór nia previzaun sae ketak hosi autus prinsipál.
2. Agravu sira-ne'ebé sae hamutuk, maibé ketak hosi autus prinsipál, sei forma prosesu ida deit.

Artigu 472.º
Agravu nia subida iha prosedimentu kautelár

1.Quanto aos agravos interpostos de despachos proferidos nos procedimentos cautelares observar-se-á o seguinte:

a)O recurso interposto do despacho que indefira liminarmente o respectivo requerimento ou que não ordene a providência sobre imediatamente, nos próprios autos do procedimento cautelar;

b)O agravo do despacho que ordene a providência sobre imediatamente, em separado;

c)Os recursos interpostos de despachos anteriores sobem juntamente com os agravos mencionados nas alíneas a) ou b). Os recursos de despachos posteriores só subirão quando o procedimento cautelar esteja findo.

2.O recurso interposto do despacho que ordene o levantamento da providência sobre imediatamente, em separado.

Artigo 473.º

Subida dos agravos nos incidentes

1.Em relação aos incidentes da instância, o regime é o seguinte:

a)Se o despacho não admitir o incidente, o agravo que dele se interpuser sobre imediatamente e subirá nos próprios autos do incidente ou em separado, consoante o incidente seja processado por apenso ou juntamente com a causa principal;

b)Admitido o incidente, se este for processado por apenso, os agravos interpostos dos despachos que se proferirem só subirão quando o processo do incidente estiver findo. Se o incidente for processado juntamente com a causa principal, os agravos de despachos proferidos no incidente sobem com os agravos interpostos de despachos proferidos na causa principal.

2.Quando houver agravos que devam subir nos autos do incidente processado por apenso, serão estes, para esse efeito, desapensados da causa principal.

Artigo 474.º

Agravos com efeito suspensivo

1.Têm efeito suspensivo do processo os agravos que subam imediatamente nos próprios autos.

2.Suspendem os efeitos da decisão recorrida, além dos referidos no número anterior:

a)Os agravos interpostos de despachos que tenham aplicado multas;

b)Ao agravos de despachos que hajam condenado no cumprimento de obrigação pecuniária, garantida por depósito ou caução;

c)Os agravos de decisões que tenham ordenado o cancelamento de qualquer registo;

d)Os agravos a que o juiz fixar esse efeito;

e)Todos os demais a que a lei atribuir expressamente o mesmo efeito.

3.O juiz só pode atribuir efeito suspensivo ao agravo, nos termos da

1. Agravu hasoru despaxu proferidu iha prosedimentu kautelár tenke lao hanesan ne'e:
 - a) Rekursu hasoru despaxu ne'ebé indefere liminarmente rekerimentu respetivu ka la haruka halao providénsia sae kedas, iha autus ba prosedimentu kautelár nia laran;
 - b) Rekursu hasoru despaxu ne'ebé haruka halao providénsia sae kedas, ketak;
 - c) Rekursu hasoru despaxu anteriór sae hamutuk ho agravu sira referidu iha alínea a) ka b). Rekursu hasoru despaxu posteriór sae kuandu prosedimentu kautelár hotu.
2. Rekursu hasoru despaxu ne'ebé hasai tiha providénsia sae kedas, ketak.

Artigu 473.º
Agravu nia subida iha insidente

1. Agravu hasoru despaxu proferidu iha insidente tenke lao hanesan ne'e:
 - a) Agravu hasoru despaxu ne'ebé la admite insidente sae kedas, iha autus nona-bá insidente ne'e ka ketak, conforme lao iha apensu ka lao iha autus prinsipál;
 - b) Simu tiha insidente, kuandu insidente ne'e prosesa iha apensu, agravu hasoru despaxu ne'ebé tribunál foo sae deit kuandu insidente hotu; kuandu insidente prosesa hamutuk ho kauza prinsipál, agravu hasoru desizaun ne'ebé tribunál foo iha insidente ne'e sae ho agravu hasoru desizaun ne'ebé tribunál foo iha kauza prinsipál.
2. Kuandu agravu tenke sae iha insidente nia autus ne'ebé prosesa iha apensu, tenke dezapensa autus ne'e hosi kauza prinsipál nia autus.

Artigu 474.º
Agravu ho efeitu suspensivu

1. Agravu ne'ebé sae kedas iha autus rasik nia laran suspende prosesu.
2. Suspende desizaun rekorrída nia efeitu, hamutuk ho sira-ne'ebé número anteriór refere:
 - a) Agravu hasoru despaxu ne'ebé aplika multa;
 - b) Agravu hasoru desizaun ne'ebé kondena parte ruma kumpre obligasaun pekuniária, kuandu iha depóziitu ka kausaun atu garante;
 - c) Agravu hasoru desizaun ne'ebé haruka kansela rejistu ruma;
 - d) Agravu ba ne'ebé júiz fiksa efeitu suspensivu;
 - e) Agravu seluk tan ne'ebé lei espresamente foo efeitu suspensivu ba.
3. Júiz foo efeitu suspensivu previstu iha número anteriór,

alínea d) do número anterior, quando o agravante o haja pedido no requerimento de interposição do recurso e, depois de ouvir o agravado, reconhecer que a execução imediata do despacho é susceptível de causar ao agravante prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

4.A atribuição do efeito suspensivo, nos termos do número anterior, pode ser condicionada pelo juiz à prestação de caução.

Artigo 475.º

Fixação da subida e do efeito do recurso

No despacho que admita o recurso deve declarar-se se sobe ou não mediatemente e, no primeiro caso, se sobe nos próprios autos ou em separado; deve declarar-se ainda o efeito do recurso.

Artigo 476.º

Notificação do despacho e elementos para instrução do recurso

1.O despacho que admita o recurso é notificado às partes.

2.Se o agravo houver de subir imediatamente e em separado, as partes indicarão, após as conclusões das respectivas alegações, as peças do processo de que pretendem certidão para instruir o recurso.

3.São sempre transcritos, por conta do agravante, a decisão de que se recorre e o requerimento para a interposição do agravo; e certificar-se-á narrativamente a data da apresentação do requerimento de interposição, a data da notificação ou publicação do despacho ou sentença de que se recorre, a data da notificação do despacho que admitiu o recurso e o valor da causa.

4.Se faltar algum elemento que o tribunal superior considere necessário ao julgamento do recurso, requisitá-lo-á por simples ofício.

Artigo 477.º

Oferecimento das alegações

1.Dentro de quinze dias a contar da notificação do despacho que admita o recurso apresentará o agravante a sua alegação.

2.O agravado pode responder dentro de igual prazo, contado da notificação da apresentação da alegação do agravante.

3.Com as suas alegações, podem um e outro juntar os documentos que lhes seja lícito oferecer.

4.Durante os prazos fixados, a secretaria facilitará o processo às partes, sem prejuízo do andamento regular da causa quando o recurso o não suspenda, e passará as certidões que tiverem sido pedidas.

Artigo 478.º

Sustentação do despacho ou reparação do agravo

alínea d), kuandu rekerente husu efeitú ne'e iha rekerimentu atu hatama rekursu no, rona tiha agravadu, juíz haree katak despaxu nia ezekusaun imediata bele hamosu prejuizu irrepairavel ka ho reparasaun difisil.

4. Juíz bele haruka agravante presta kausaun hanesan kondisaun atu foo efeitú suspensivu tuir númeru anteriór.

Artigu 475.º

Subida nia tipu no rekursu nia efeitú

Iha despaxu ne'ebé admite rekursu juíz tenke dehan rekursu ne'e sae kedas ka lae no, sae kedas karik, sae iha autus nia laran ka sae ketak; tenke dehan mos rekursu ne'e nia efeitú oinsá.

Artigu 476.º

Notifikasaun kona-ba despaxu no elementu atu instrui rekursu

1. Tenke notifika despaxu ne'ebé admite rekursu ba parte sira.
2. Kuandu agravu tenke sae kedas no ketak, tuir fali konkluzau iha sira nia alegasaun, parte sira tenke hatudu pesa prosesuál ne'ebé atu sai sertidaun hodi instrui rekursu ne'e.
3. Agravante tenke selu transkrisaun kona-ba desizaun rekorrída no rekerimentu atu hatama rekursu ne'e; tenke halo sertidaun narrativa kona-ba data iha ne'ebé parte apresenta rekerimentu atu hatama rekursu, data iha ne'ebé notifika ka publika despaxu ka sentensa rekorrída, data iha ne'ebé halo notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé admite rekursu no aksaun nia valór.
4. Kuandu falta elementu ruma ne'ebé tribunál superiór konsidera nesesiária ba rekursu nia julgamentu, tribunál ne'e sei haruka ofisiu ba husu.

Artigu 477.º

Alegasoens

1. Agravante tenke apresenta nia alegasaun iha laron sanulu resin-lima nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé admite rekursu ne'e.
2. Agravadu bele responde iha mos laron sanulu resin lima nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba agravante nia alegasaun.
3. Agravante no agravadu bele hatama, ho sira nia alegasaun, dokumentu ne'ebé sira bele oferese.
4. Iha prazu fiksadu nia laran, sekretaria sei fasilita prosesu ba parte sira, sein prejuizu ba kauza nia andamentu regulár kuandu rekursu la suspende, no pasa sertidaun ne'ebé parte sira husu.

Artigu 478.º

Despaxu nia sustentasaun ka agravu nia reparasaun

1. Findos os prazos concedidos às partes para alegarem, a secretaria autua as alegações do agravante e do agravado com as respectivas certidões e documentos e faz tudo concluso ao juiz para sustentar o despacho ou reparar o agravo.
2. Se sustentar o despacho, o juiz pode mandar juntar ao processo as certidões que entenda necessárias e o processo é remetido em seguida ao tribunal superior.
3. Se o juiz, porém, reparar o agravo, pode o agravado requerer, dentro de dez dias a contar da notificação do despacho de reparação, que o processo de agravo suba tal como está, para se decidir a questão sobre que recaíram os dois despachos opostos. Quando o agravado use desta faculdade, fica tendo, a partir desse momento, a posição de agravante.
4. No caso de reparação, se o primitivo agravo não suspender a execução do respectivo despacho, juntar-se-á ao processo principal certidão do novo despacho, para ser cumprido.
5. Se o juiz omitir o despacho previsto no n.º 1, o relator mandará baixar o processo para que seja proferido.

Artigo 479.º

Termos a seguir quando o agravo suba imediatamente nos próprios autos

Se o agravo subir imediatamente nos próprios autos, seguem-se os termos prescritos nos artigos anteriores, com excepção do que se refere à passagem de certidões e à autuação, em separado, das alegações e documentos, porque estas peças são incorporadas no processo.

Artigo 480.º

Termos a seguir quando o agravo não suba imediatamente

1. Se o agravo não subir imediatamente, apresentadas as alegações e proferido o despacho de sustentação, os termos posteriores do recurso ficam suspensos até ao momento em que este deva subir; sendo o agravo reparado, são suspensos igualmente os termos posteriores ou finda o recurso, conforme o agravado use ou não da faculdade concedida pelo n.º 3 do artigo 478.º.
2. Quando chegue o momento em que o agravo deva subir, se a subida não tiver lugar nos autos principais, são as partes notificadas para indicar, se o não houverem já feito, as peças do processo de que pretendem certidão.
3. Se, por qualquer motivo, ficar sem efeito o recurso com o qual o agravo devia subir, observar-se-á o disposto no n.º 2 do artigo 469.º, como se tal recurso não tivesse sido interposto.

Artigo 481.º

Indicação dos agravos retidos que mantêm interesse para o agravante

1. Liu tiha prazu ba parte sira atu alega, sekretaria autua rekorrente ho rekorridu sira nia alegasaun ho sertidaun no dokumentu sira no apresenta ba juíz atu sustenta ka repara agravu.
2. Kuandu sustenta despaxu, juíz bele haruka hatama iha autus sertidaun ne'ebé nia konsidera nesesáriu no sekretaria haruka prosesu ba tribunál superiór.
3. Kuandu juíz repara agravu, agravadu bele husu, iha loron sanulu nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé halo reparasaun, ba tribunál atu haruka autus sae hanesan ne'e deit ba tribunál superiór atu deside kestaun ne'ebé hetan despaxu rua hasoru-malu. Hahú iha momentu ne'ebé agravadu uza fakuldade ne'e, nia okupa fali pozisaun hanesan agravante.
4. Kuandu juíz repara agravu, agravu ida primeiru ne'e la suspende despaxu agravadu nia ezekusaun karik, tenke hatama sertidaun kona-ba despaxu ida foun ne'e iha autus prinsipál, atu kumpre despaxu rekorridu ne'e.
5. Kuandu juíz la foo despaxu previstu iha no 1, relatór sei haruka prosesu tun fali ba juíz atu foo despaxu ne'e.

Artigu 479.º

Kuandu agravu sae iha autus rasik nia laran

Kuandu agravu sae kedas iha autus rasik nia laran, sei tuir artigu anteriór sira nia dispozisaun, maibé la lika pasa sertidaun no la iha autuasaun ketak; alegasaun no dokumentu tenke hatama iha autus ne'e nia laran.

Artigu 480.º

Kuandu agravu la sae kedas

1. Kuandu agravu la sae kedas, apresenta tiha alegasaun no foo tiha despaxu ne'ebé sustenta desizaun rekorrída, rekursu nia termus para too momentu ne'ebé rekursu ne'e bele sae; kuandu juíz repara agravu, rekursu ne'e hotu ka para nia termus, konforme agravadu uza fakuldade ne'ebé artigu 478o, no 3, foo ka lae.
2. Iha momentu ne'ebé agravu tenke sae, agravu ne'e la sae iha autus prinsipál karik, tenke notifika parte sira atu hatudu pesa ne'ebé sira hakarak hasai sertidaun ba rekursu ne'e.
3. Kuandu, tanba motivu ruma, rekursu ne'ebé agravu ne'e tenke sae hamutuk ho lakon tiha efeitu, tenke tuir artigu 469o, no 2, nia dispozisaun, hanesan iha situasaun ne'ebé rekursu ne'e nunka iha.

Artigu 481.º

Agravu retidu ne'ebé iha nafatin interese ba agravante

1. Ao apresentar as alegações no recurso que motiva a subida dos agravos retidos, o agravante especificará obrigatoriamente, nas conclusões, quais os que mantêm interesse.

2. Se omitir a especificação a que alude o número anterior, o relator convidará a parte a apresentá-la, no prazo de cinco dias, sob cominação de, não o fazendo, se entender que desiste dos agravos retidos.

Artigo 482.º

Aplicação do regime do julgamento da apelação

Ao julgamento do agravo são aplicáveis, com as necessárias adaptações e na parte em que tal se mostre possível, as normas que regulam o julgamento da apelação, salvo o que vai prescrito nos artigos seguintes.

Artigo 483.º

Efeitos da deserção ou desistência do agravo

A deserção ou desistência do agravo não prejudica o conhecimento dos outros agravos que com ele tenham subido, mas cuja apreciação seja independente da subsistência daquele.

Artigo 484.º

Questões prévias

1. Se o recurso tiver subido em separado, quando devesse subir nos próprios autos, requisitar-se-ão estes, juntando-se-lhes em seguida o processo em que o agravo tenha subido.

2. Decidindo-se, inversamente, que o recurso que subiu nos próprios autos deveria ter subido em separado, o tribunal notifica as partes para indicarem as peças necessárias à instrução do agravo, as quais serão autuadas com as alegações; seguidamente, baixarão os autos principais à primeira instância.

3. Se for alterado o efeito do agravo, o Supremo Tribunal de Justiça comunicará à primeira instância a alteração determinada.

Artigo 485.º

Preparação e julgamento

1. O prazo dos vistos dos adjuntos e do relator, quando devam ter lugar, é de dez e vinte dias, respectivamente.

2. Os agravos que tenham subido conjuntamente são apreciados pela ordem da interposição; mas se tiverem subido com agravo interposto de decisão que tenha posto termo ao processo, o tribunal só lhes dará provimento quando a infracção cometida possa modificar essa decisão, ou quando, independentemente desta, o provimento tenha

1. Iha alegasaun iha rekursu ne'ebé foo-fatin ba rekursu retidu atu sae, agravante tenke hatudu, iha nia konkluziun, agravu ida-idak ne'ebé nia hakarak atu lao nafatin.
2. Kuandu la halo spesifikasaun tuir número anteriór nia dispozisaun, relatór konvida agravante mai halo spesifikasaun ne'e iha loron lima nia laran, ho kominasaun katak, la halo karik, tribunál konsidera katak nia dezixte ona hosi agravu retidu ne'e.

Artigu 482.º
Julgamentu iha apelasun nia rejime

Norma ne'ebé regula julgamentu iha apelasun sei aplika mos ba agravu nia julgamentu, ho adaptasaun no iha nia parte ne'ebé bele, salvu artigu seguinte sira nia dispozisaun.

Artigu 483.º
Dezersaun no dezisténsia iha agravu nia efeitu

Dezersaun ka dezisténsia iha agravu ruma la taka dalan ba tribunál atu koñese agravu seluk ne'ebé sae ho nia no bele apresia ketak hosi nia.

Artigu 484.º
Kestaun prévia

1. Kuandu agravu ne'ebé tenke sae iha autus rasik nia laran sae ketak, tenke rekizita autus prinsipál ne'e no hatama autus kona-ba agravu ne'e iha autus ne'e nia laran.
2. Kuandu haree katak rekursu ne'ebé sae iha autus rasik nia laran tenke sae ketak, tribunál tenke notifika parte sira atu mai hatudu pesa ne'ebé sira konsidera nesesária atu instrui agravu ne'e, no pesa ne'e sei autua hamutuk ho alegasaun; tuirmai, sei haruka autus prinsipál fila ba tribunál iha primeira instánsia.
3. Kuandu altere agravu nia efeitu, Supremu Tribunál ba Justisa komunika alterasaun ne'e ba primeira instánsia.

Artigu 485.º
Preparasaun no julgamentu

1. Relatór iha loron sanulu no adjuntu sira iha loron ruanulu ba vistu.
2. Tribunál sei apresia agravu sira-ne'ebé sae hamutuk tuir orden ne'ebé ida-idak tama iha tribunál; maibé kuandu sae hamutuk ho agravu hasoru desizaun ne'ebé halo prosesu hotu, tribunál sei foo provimentu deit kuandu infrasaun kometida bele modifika desizaun ne'e, ka kuandu, independentemente hosi

interesse para o respectivo agravante.

3. Ao acórdão que julgue o recurso são aplicáveis as disposições dos artigos 463.º a 466.º.

Artigo 486.º

Conhecimento do mérito da causa em substituição do tribunal de primeira instância

1. Sendo o agravo interposto da decisão final e tendo o juiz de primeira instância deixado, por qualquer motivo, de conhecer do pedido, o tribunal, se julgar que o motivo não procede e que nenhum outro obsta a que se conheça do mérito da causa, conhecerá deste no mesmo acórdão em que revogar a decisão da primeira instância.

2. No caso previsto no n.º 1, o relator, antes de ser proferida decisão, convida as partes a produzir alegações sobre a questão de mérito.

SECÇÃO IV RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

SUBSECÇÃO I REVISÃO

Artigo 487.º

Fundamentos do recurso

A decisão transitada em julgado só pode ser objecto de revisão nos seguintes casos:

- a) Quando se mostre, por sentença criminal passada em julgado, que foi proferida por suborno, prevaricação, favorecimento pessoal ou corrupção do juiz ou de algum dos juizes que na decisão intervieram;
- b) Quando se apresente sentença já transitada que tenha verificado a falsidade de documento ou acto judicial, de depoimento ou das declarações de peritos, que possam em qualquer dos casos ter determinado a decisão a rever. A falsidade de documento ou acto judicial não é, todavia, fundamento de revisão, se a matéria tiver sido discutida no processo em que foi proferida a decisão a rever;
- c) Quando se apresente documento de que a parte não tivesse conhecimento, ou de que não tivesse podido fazer uso, no processo em que foi proferida a decisão a rever e que, por si só, seja suficiente para modificar a decisão em sentido mais favorável à parte vencida;
- d) Quando tenha sido declarada nula ou anulada, por sentença já transitada, a confissão, desistência ou transacção em que a decisão se fundasse;
- e) Quando seja nula a confissão, desistência ou transacção por violação do preceituado nos artigos 40.º e 249.º, sem prejuízo do que dispõe o n.º 3 do artigo 253.º.
- f) Quando, tendo corrido a acção e a execução à revelia, por falta

desizaun ne'e, provimentu ne'e iha interese ba agravante respetivu.

3. Artigu 463.o no 464.o nia dispozisaun aplika mos ba akórdaun ne'ebé julga rekursu.

Artigu 486.º

Koñesimentu kona-ba pedidu iha tribunál iha primeira instánsia nia fatin

1. Iha agravu hasoru desizaun final, kuandu juíz iha primeira instánsia la koñese pedidu tanba motivu ruma, tribunál sei koñese pedidu ne'e iha akórdaun ne'ebé revoga primeira instánsia nia desizaun, kuandu haree katak motivu ne'e la prosede no la iha motivu seluk tan atu taka dalan atu koñese kauza nia méritu.

2. Iha kazu previstu iha no 1, tenke konvida parte sira atu apresenta alegasaun kona-ba kauza nia méritu molok foo desizaun.

SEKSAUN IV REKURSU EXTRAORDINÁRIU

SUBSEKSAUN I REVIZAUN

Artigu 487.º

Rekursu nia fundamentu

Bele halo revizaun ba desizaun tranzitada ein julgadu iha kazu sira tuirmai ne'e:

- a) Kuandu sentensa tranzitada ein julgadu hatudu katak juíz ka juíz ruma ne'ebé hola parte iha desizaun foo desizaun ne'e tan subornu, prevarikasaun, favoresimentu pesoál ka korrupsaun;
- b) Kuandu sentensa tranzitada ein julgadu deside tiha ona katak iha falsidade kona-ba dokumentu ka aktu judisiál, depoimentu ka peritu nia deklarasaun, ne'ebé halo tribunál foo desizaun ne'e; dokumentu ka aktu judisiál nia falsidade la serve hanesan fundamentu ba revizaun kuandu matéria ne'e diskute tiha ona iha prosesu ne'ebé tribunál foo desizaun atu revé ne'e;
- c) Kuandu mosu dokumentu ne'ebé parte la koñese ka la bele uza iha prosesu ne'ebé tribunál foo desizaun atu revé ne'e, no, mesak deit, bele altera desizaun atu sai favoravel ba parte vensida;
- d) Kuandu sentensa tranzitada ein julgadu deklarala nula ka anulada konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun ne'ebé tribunál uza hanesan fundamentu ba desizaun ne'e;
- e) Kuandu konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun sofre nulidade tanba viola artigu 40o no 249o, sein prejuizu ba artigu 253o nia dispozisaun;
- f) Kuandu aksaun no ezekusaun lao hasoru reu revél, ne'ebé nunka iha intervensaun iha aksaun hanesan reu, no haree katak iha aksaun

absoluta de intervenção do réu, se mostre que faltou a sua citação ou é nula a citação feita;

g) Quando seja contrária a outra que constitua caso julgado para as partes, formado anteriormente.

Artigo 488.º

Prazo para a interposição

1. O recurso é interposto no tribunal onde estiver o processo em que foi proferida a decisão a rever, mas é dirigida ao tribunal que a proferiu.

2. O recurso não pode ser interposto se tiverem decorrido mais de cinco anos sobre o trânsito em julgado da decisão e o prazo para a interposição é de sessenta dias, contados:

a) Nos casos da alínea a), b) e d) do artigo 487.º, desde o trânsito em julgado da sentença em que se funda a revisão;

b) Nos outros casos, desde que a parte obteve o documento ou teve conhecimento do facto que serve de base à revisão.

3. Se, porém, devido a demora anormal na tramitação da causa em que se funda a revisão existir risco de caducidade, pode o interessado interpor recurso mesmo antes de naquela ser proferida decisão, requerendo logo a suspensão da instância no recurso, até que essa decisão transite em julgado.

4. As decisões proferidas no processo de revisão admitem os recursos ordinários a que estariam originariamente sujeitas no decurso da acção em que foi proferida a sentença a rever.

Artigo 489.º

Instrução do requerimento

No requerimento de interposição, que é autuado por apenso ao processo, especificar-se-á o fundamento do recurso e com ele se apresentará, nos casos das alíneas a), b), c), d) e g) do artigo 487.º, certidão da sentença ou o documento em que se funda o pedido; nos restantes casos, procurará mostrar-se que se verifica o fundamento invocado.

Artigo 490.º

Indeferimento imediato

1. O processo é enviado ao tribunal a que for dirigido o recurso, se foi diverso daquele em que foi interposto.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 438.º, o tribunal a que for dirigido o requerimento indeferir-lo-á quando não vier deduzido ou instruído nos termos do artigo anterior e também quando se reconheça logo que não há motivo para revisão.

ne'e la halo sitasaun ba reu ne'e ka sitasaun ne'ebé halo ba nia ne'e
sobre nulidade;

g) Kuandu kontraria desizaun seluk ne'ebé tribunál foo uluk tiha ona
no konstitui tiha ona kazu julgadu ba parte sira.

Artigu 488.º **Prazu atu hatama**

1. Rekursu ne'e tenke hatama iha tribunál iha-ne'ebé sei hetan prosesu
iha ne'ebé profere desizaun atu halo revizaun ne'e, maibé tenke dirije
ba tribunál ne'ebé profere desizaun ne'e.

2. La bele hatama rekursu ne'e kuandu liu tiha ona tinan lima hahú
iha desizaun nia trázitu-ein-julgadu; no rekursu ne'e tenke hatama
iha loron neenulu nia laran:

a) Hahú iha momentu ne'ebé sentensa ne'ebé serve hanesan
fundamentu ba revizaun hetan trázitu-ein-julgadu, ba kazu ne'ebé
tama iha artigu 487.º, alínea a), b) no d) nia previzaun;

b) Hahú iha momentu ne'ebé parte ne'e hetan dokumentu ne'e ka
hetan duni koñesimentu kona-ba faktu ne'ebé serve hanesan baze
ba revizaun, iha kazu sira seluk.

3. Kuandu, tanba demora anormal iha kauza ne'ebé serve hanesan
baze ba revizaun, iha perigu ba kadusidade, interesadu bele hatama
rekursu ne'e maske tribunál seidak foo desizaun iha prosesu ida-
ne'e, no husu kedas suspensaun ba instánsia iha rekursu ne'e, too
desizaun ne'e hetan trázitu-ein-julgadu.

4. Desizaun ne'ebé tribunál foo iha prosesu ba revizaun bele hasoru
rekursu ordináriu ne'ebé bele hasoru iha aksaun iha ne'ebé tribunál
foo desizaun atu revé ne'e.

Artigu 489.º **Instrusaun ba rekerimentu**

Rekerimentu atu hatama rekursu ne'e tenke autua iha apensu iha
prosesu prinsipál; iha rekerimentu ne'e tenke hatudu rekursu nia
fundamentu; iha kazu ne'ebé tama iha artigu 487.º, alínea a), b), c),
d) no g), nia previzaun, ho rekerimentu ne'e sei apresenta sertidaun
kona-ba sentensa ne'e ka dokumentu ne'ebé uza atu fundamenta
pedidu ne'e; iha kazu sira seluk, tenke hatudu katak fundamentu
invokadu ne'e iha.

Artigu 490.º **Indeferimentu imediatu**

1. Tenke haruka autus ba tribunál ne'ebé rekursu dirije ba, kuandu
laós tribunál ida iha-ne'e rekursu ne'e tama.

2. Sein prejuizu ba artigu 483.º, n.º 3 nia dispozisaun, tribunál ida-
ne'ebé rekursu ne'e dirije ba tenke indefere rekursu ne'e, kuandu

3. Se o recurso for admitido, notificar-se-á pessoalmente a parte contrária para, em vinte dias, responder.
4. O recurso de revisão não tem efeito suspensivo.

Artigo 491.º
Julgamento da revisão

1. Logo em seguida às respostas do recorrido ou ao termo do prazo respectivo, o Tribunal conhecerá do fundamento da revisão, precedendo as diligências que forem consideradas indispensáveis.
2. Se o recurso tiver sido dirigido ao Supremo Tribunal de Justiça, pode este requisitar as diligências, que se mostrem necessárias, ao tribunal de primeira instância donde o processo subiu.

Artigo 492.º
Termos a seguir quando a revisão é procedente

Se o fundamento da decisão for julgado procedente, é revogada a decisão observando-se o seguinte:

- a) No caso da alínea f) do artigo 487.º, anular-se-ão os termos do processo posteriores à citação do réu ou ao momento em que devia ser feita e ordenar-se-á que o réu seja citado para a causa;
- b) Nos casos das alíneas a) e c) do mesmo artigo, proferir-se-á nova decisão, procedendo-se às diligências absolutamente indispensáveis e dando-se a cada uma das partes o prazo de vinte dias para alegar por escrito;
- c) Nos casos das alíneas b), d) e e), ordenar-se-á que se sigam os termos necessários para a causa ser novamente instruída e julgada, aproveitando-se a parte do processo que o fundamento da revisão não tenha prejudicado.

Artigo 493.º
Prestação de caução

Se estiver pendente ou for promovida a execução da sentença, não pode o exequente ou qualquer credor ser pago em dinheiro ou em quaisquer bens sem prestar caução.

SUBSECÇÃO II
UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Artigo 494.º
Fixação de jurisprudência

1. Se, no domínio da mesma legislação, forem proferidas em processos diferentes no Supremo Tribunal de Justiça duas decisões

rekorrente la dedúz ka la instrui rekerimentu ne'e tuir artigu anteriór nia dispozisaun ka kuandu haree kedas katak la iha motivu ba revizaun.

3. Kuandu simu rekursu, tribunál tenke notifika parte kontrária rasik atu, iha loron ruanulu nia laran, foo resposta.

4. Rekursu ba revizaun la iha efeitu suspensivu.

Artigu 491.º **Julgamentu ba revizaun**

1. Simu tiha rekeridu nia resposta ka liu tiha prazu ba resposta ne'e, tribunál tenke koñese revizaun ne'e nia fundamentu, kuandu halo hotu tiha dilijénsia ne'ebé konsidera indispensavel.

2. Kuandu rekursu ne'e dirije ba Supremu Tribunál ba Justisa, tribunál ida-ne'e bele rekizita dilijénsia ne'ebé konsidera nesésária hosi tribunál iha primeira instánsia ne'ebé haruka autus sae.

Artigu 492.º **Termus atu tuir kuandu revizaun prosede**

Kuandu tribunál julga prosedente rekursu nia fundamentu, tenke revoga desizaun no halo hanesan tuirmai ne'e:

a) Iha kazu previstu iha artigu 487.º, alínea f), tenke anula prosesu nia termus sira- ne'ebé tuir fali sitasaun ba reu ka tuir fali momentu iha ne'ebé tenke halo sitasaun ne'e no haruka sita fali reu ba kauza;

b) Iha kazu previstu iha artigu 487.º, alínea a) no c) tenke foo desizaun foun, halo uluk tiha dilijénsia absolutamente indispensavel no foo loron ruanulu ba parte ida-idak atu apresenta alegasaun eskrita;

c) Iha kazu previstu iha artigu 487.º, alínea b), d) no e), tenke haruka tuir fali termus nesésáriu atu instrui no julga fali kauza, no aproveita prosesu nia parte ne'ebé revizaun la prejudika.

Artigu 493.º **Kausaun**

Kuandu sentensa nia ezelesaun lao daudaun ka promove daudaun, ezequente ka kredór ida la bele hetan pagamentu ho osan ka bein seluk molok presta tiha kausaun.

SUBSEKSAUN II **UNIFORMIZASAUN BA JURISPRUDÉNSIA**

Artigu 494.º **Fiksasaun ba jurisprudénsia**

1. Kuandu, iha lejislasaun ida deit nia, Supremu Tribunál ba Justisa foo iha prosesu diferente desizaun rua, ne'ebé kona-ba kestaun-de-

que relativamente à mesma questão fundamental de direito, assentem sobre soluções opostas, pode ser interposto recurso extraordinário da decisão proferida em último lugar para fixação de jurisprudência uniforme.

2.No requerimento de recurso deve ser individualizada tanto a decisão anterior transitada em julgado que esteja em oposição como a decisão recorrida, sob pena de o mesmo não ser admitido.

Artigo 495.º **Questão preliminar**

1.Distribuído e autuado o requerimento de recurso e apensado o processo onde foi proferida a decisão transitada alegadamente em oposição, é aberta conclusão ao relator para, em cinco dias, proferir despacho de admissão ou indeferimento liminar.

2.Admitido liminarmente o recurso, vai o processo com vista ao Ministério Público para emitir parecer sobre a oposição de julgados.

3.Se o relator entender que não existe oposição de julgados, manda os autos às vistas dos juízes do Tribunal, após o que apresenta projecto de acórdão ao respectivo plenário.

4.O recurso considera-se findo se o plenário do tribunal deliberar que não existe oposição de julgados.

Artigo 496.º **Instrução do recurso**

1.Verificada a existência de oposição das decisões, o relator ordena a notificação dos interessados directamente afectados pela decisão recorrida para alegarem no prazo de quinze dias.

2.Findo o prazo referido no número anterior, se no parecer do Ministério Público ou nas alegações dos interessados tiverem sido suscitadas novas questões, é notificado o recorrente para, querendo, responder no prazo de quinze dias.

3.De seguida o processo vai com vista ao Ministério Público para emitir parecer sobre o sentido da jurisprudência a fixar.

4.Em qualquer altura do processo o relator poderá ordenar as diligências indispensáveis à decisão.

Artigo 497.º **Julgamento do recurso**

1.Finda a instrução, o processo vai com vistas aos restantes juízes do Tribunal, por cinco dias, inclusive o relator da decisão recorrida que também participa na decisão, após o que o relator o apresentará para julgamento na primeira sessão.

2.O acórdão que preliminarmente reconheceu a existência de

direitu fundamentál, tuir solusaun ne'ebé hasoru-malu, bele hatama rekursu extraordináriu hasoru desizaun ne'ebé profere ikus, atu fiksa jurisprudénsia uniforme.

2. Rekerimentu ba rekursu tenke individualiza desizaun ne'ebé hetan uluk tiha ona trázitu-ein-julgadu no mos desizaun rekorrída, selae, la bele admite.

Artigu 495.º **Kestaun preliminar**

1. Distribui no autua tiha rekerimentu ba rekursu no apensa tiha prosesu iha-ne'ebé tribunál foo desizaun tranzitada ne'ebé rekerente alega katak iha opozisaun ho ida seluk, tenke apresenta prosesu ba relatór atu, iha loran lima nia laran, profere desizaun hodi admite ka indefere liminarmente rekursu ne'e.

2. Admite tiha rekursu liminarmente, autus tenke ba vista ba Ministériu Públiku atu foo paresér kona-ba julgadu sira nia opozisaun ne'e.

3. Kuandu relatór haree katak julgadu sira-ne'e la iha opozisaun, sei haruka autus ba vista ba juíz sira iha tribunál no, liu tiha, apresenta akórdaun projetu ba plenáriu respetivu.

4. Rekursu ne'e tenke konsidera findu kuandu tribunál nia plenáriu delibera katak la iha opozisaun iha julgadu sira-ne'e.

Artigu 496.º **Instrusaun ba rekursu**

1. Kuandu haree katak desizaun sira-ne'e iha duni opozisaun, relatór haruka notifika interesadu sira-ne'ebé desizaun rekorrída afeta diretamente atu, iha loran sanulu resin-lima nia laran, hatoo alegasaun.

2. Liu tiha prazu previstu iha númeru anteriór, kuandu Ministériu Públiku iha nia paresér ka interesadu sira iha sira nia alegasaun suxita kestaun foun ruma, tenke notifika rekorrente atu, hakarak karik, foo resposta iha loran sanulu resin lima nia laran.

3. Tuirmai, autus ba vista ba Ministériu Públiku atu foo paresér kona-ba jurisprudénsia sei fiksa ho sentidu ida-ne'ebé.

4. Iha altura naran ida relatór bele haruka halo dilijénsia indispensavel ba desizaun.

Artigu 497.º **Julgamentu ba rekursu**

1. Instrusaun hotu tiha, autus ba juíz sira seluk iha Tribunál nia vista, iha loran lima nia laran, inkluzive relatór ba desizaun rekorrída ne'ebé partisipa mos iha desizaun; hotu tiha, relatór apresenta autus ba julgamentu iha primeira sesaun.

oposição das decisões não impede que se decida em sentido contrário.

3.O Presidente do Tribunal, em caso de empate, tem voto de qualidade.

Artigo 498.º
Eficácia da decisão

1.A doutrina do acórdão que fixar jurisprudência uniforme constitui jurisprudência obrigatória para todos os tribunais timorenses.

2.O acórdão é imediatamente publicado no Jornal da República, Série I.

3.O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça remete cópia do acórdão ao Ministério da Justiça.

Artigo 499.º
Casos omissos

Sempre que se mostre necessário e possível aplicam-se as normas da II Secção deste Capítulo, com as devidas adaptações, ao recurso de fixação de jurisprudência.

TÍTULO III
DA PROVA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 500.º
Função das provas

As provas têm por função a demonstração da realidade dos factos.

Artigo 501.º
Objecto da prova

Constituem objecto da prova os factos relevantes para o exame e decisão da causa que sejam considerados controvertidos ou necessitados de prova.

Artigo 502.º
Provas atendíveis

O tribunal deve tomar em consideração todas as provas produzidas, tenham ou não emanado da parte que devia produzi-las, sem prejuízo das disposições que declarem irrelevante a alegação de um facto, quando não seja feita por certo interessado.

2. Akórdaun ne'ebé rekoñese preliminarmente katak desizaun sira-ne'e hasoru-malu la taka dalan ba tribunál atu foo desizaun ho sentidu kontráriu.
3. Prezidente iha votu ho kualidade kuandu iha empate.

Artigu 498.º
Desizaun nia efikásia

1. Akórdaun ne'ebé fiksa jurisprudénsia uniforme nia doutrina constitui jurisprudénsia obrigatória ba tribunál timór hotu-hotu.
2. Tenke publika kedas akórdaun ne'e iha Jornál da Repúblika, Série I.
3. Supremu Tribunál ba Justisa tenke haruka akórdaun ne'e nia kópia ba Ministériu ba Justisa.

Artigu 499.º
Kazu omisu

Seksaun II iha kapítulu ida-ne'e nia dispozisaun aplika mos ba rekursu atu fiksa jurisprudénsia, ho adaptasaun devida kuandu presiza no bele.

TÍTULU III
PROVA

KAPÍTULU I
DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 500.º
Prova nia funsaun

Prova sei uza atu hatudu katak faktu ruma akontese duni.

Artigu 501.º
Prova nia objetu

Faktu ho relevánsia ba kauza nia ezame no desizaun ne'ebé sei konsidera kontrovertidu ka sei presiza prova maka constitui prova nia objetu.

Artigu 502.º
Prova atendível

Tribunál tenke konsidera prova hotu-hotu ne'ebé prodúz tiha ona, maske la mai hosi parte ne'ebé iha obligasaun atu prodúz, sein prejuizu ba dispozisaun ne'ebé deklara irrelevante faktu ida nia alegasaun kuandu laós interesadu determinadu maka halo.

Artigo 503.º
Livre apreciação da prova

Salvo quando a lei dispuser diferentemente, a prova é apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção do tribunal.

Artigo 504.º
Princípio da audiência contraditória

1. Salvo disposição em contrário, as provas não serão admitidas nem produzidas sem audiência contraditória da parte a quem hajam de ser opostas.

2. Quanto às provas constituídas, a parte será notificada, quando não for revel, para todos os actos de preparação e produção da prova, e será admitida a intervir nesses actos nos termos da lei; relativamente às provas pré-constituídas deve facultar-se à parte a impugnação, tanto da respectiva admissão como da sua força probatória.

Artigo 505.º
Apresentação de coisas móveis ou imóveis

1. Quando a parte pretenda utilizar, como meio de prova, uma coisa móvel que possa, sem inconveniente, ser posta à disposição do tribunal, entregá-la-á na secretaria dentro do prazo fixado para a apresentação de documentos; a parte contrária pode examinar a coisa na secretaria e colher as fotografias dela.

2. Se a parte pretender utilizar imóveis, ou móveis que não possam ser depositados na secretaria, fará notificar a parte contrária para exercer as faculdades a que se refere o número anterior, devendo a notificação ser requerida dentro do prazo em que pode ser oferecido o rol de testemunhas.

3. A prova por apresentação das coisas não afecta a possibilidade de prova pericial ou por inspecção em relação a elas.

Artigo 506.º
Dever de cooperação para a descoberta da verdade

1. Todas as pessoas, sejam ou não partes na causa, têm o dever de prestar a sua colaboração para a descoberta da verdade, respondendo ao que lhes for perguntado submetendo-se às inspecções necessárias, facultando o que for requisitado e praticando os actos que forem determinados.

2. Aqueles que recusem a colaboração devida serão condenados em multa, sem prejuízo do uso dos meios coercitivos que forem possíveis; se o recusante for parte, o tribunal apreciará livremente o valor da recusa para efeitos probatórios, sem prejuízo da inversão do ónus da prova decorrente do preceituado no n.º 2 do artigo 512.º.

Artigu 503.º
Apresiasaun livre

Salvu kuandu lei dehan buat seluk, tribunál tenke apresia prova tuir regra ne'ebé mai hosi esperiénsia no tuir nia konviksaun livre.

Artigu 504.º
Audiénsia kontraditória

1. Salvu dispozisaun seluk, tribunál la bele admite ka prodúz prova ruma molok halo audiénsia kontraditória ba parte ne'ebé prova ne'e atu apresenta hasoru.
2. Kona-ba prova konstituenda, tenke notifika parte, kuandu nia laós revél, ba aktu hotu-hotu ne'ebé halo hodi prepara no prodúz prova, no tenke husik nia intervein iha aktu sira-ne'e nu'udar lei haruka; kona-ba prova pre-konstituida tenke foo oportunidade ba parte atu impugna prova ne'e nia admisaun no mos nia forsa probatória¹⁷⁰.

Artigu 505.º
Aprezentasaun kona-ba koiza movel ka imovel

1. Kuandu parte ruma hakarak uza, hanesan meu atu halo prova, koiza movel ne'ebé la iha inkonveniente atu husik tama iha tribunál nia dispozisaun, tenke entrega koiza ne'e iha sekretaria, iha prazu atu apresenta dokumentu nia laran; parte kontrária bele ezamina koiza ne'e iha sekretaria no hasai fotografia ba koiza ne'e.
2. Kuandu parte ruma hakarak uza imovel ka movel ne'ebé la bele depozita iha sekretaria, tenke husu atu notifika parte kontrária atu ezerse fakuldade sira-ne'ebé número anteriór refere; tenke rekér notifikasaun ne'e iha prazu atu entrega testemuña sira nia rol.
3. Prova ho apresentasaun ba koiza la taka dalan ba prova perisiál ka inspesaun kona-ba koiza ne'e.

Artigu 506.º
Devér atu kolabora hodi deskobre verdade

1. Ema hotu-hotu, parte iha kauza ka lae, tenke kolabora hodi deskobre verdade; ba ne'e, tenke foo resposta ba pergunta, entrega-án ba inspesaun nesesária, fakulta¹⁷¹ buat ne'ebé tribunál rekizita hosi nia no pratika aktu ne'ebé nia simu orden atu pratika.
2. Ema ne'ebé rekuza kolaborasaun devida sei hetan kondensaun ho multa, sein prejuizu atu uza meu koersivu ne'ebé bele uza; kuandu parte ruma maka rekuza, tribunál sei apresia livremente rekuza ne'e nia valór ba efektu probatóriu, sein prejuizu ba onus atu halo prova nu'udar artigu 512.º, n.º 2, estabelese.
3. Maibé ema ida-idak iha lejitimidade atu rekuza kuandu obediénsia foo-fatin ba:

3. A recusa é, porém, legítima se a obediência importar:
- a) Violação da integridade física ou moral das pessoas;
 - b) Intromissão na vida privada ou familiar, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações;
 - c) Violação do segredo profissional ou de funcionários públicos, ou do segredo de Estado, sem prejuízo do disposto no n.º 4.
4. Deduzida escusa com fundamento na alínea c) do número anterior, é aplicável, o disposto nos artigos 548.º a 550.º.

Artigo 507.º

Valor extraprocessual das provas

1. Os depoimentos e arbitramentos produzidos num processo com audiência contraditória da parte podem ser invocados noutra processo contra a mesma parte, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 525.º; se, porém, o regime de produção da prova do primeiro processo oferecer às partes garantias inferiores às do segundo, os depoimentos e arbitramentos produzidos no primeiro só valem no segundo como princípio de prova.
2. O disposto no número anterior não tem aplicação quando o primeiro processo tiver sido anulado, na parte relativa à produção da prova que se pretende invocar.

Artigo 508.º

Registo dos depoimentos prestados antecipadamente ou por carta

1. Os depoimentos das partes, testemunhas ou quaisquer outras pessoas que devam prestá-los no processo são sempre gravados, quando prestados antecipadamente ou por carta.
2. Revelando-se impossível a gravação, o depoimento é reduzido a escrito, com a redacção ditada pelo juiz, podendo as partes ou os seus mandatários fazer as reclamações que entendam oportunas e cabendo ao depoente, depois de lido o texto do seu depoimento, confirmá-lo ou pedir as rectificações necessárias.

Artigo 509.º

Registo da prova em audiência final

1. Nos casos especialmente previstos na lei, quando o tribunal oficiosamente o determinar e sempre que alguma parte o requeira, até ao termo do prazo a que alude o artigo 389.º, as audiências finais e os depoimentos, informações e esclarecimentos nelas prestados são gravados por meios audiovisuais ou outros meios técnicos semelhantes e de que se possa dispor.
2. A gravação é efectuada, em regra, por sistema sonoro, sem prejuízo do uso de meios audiovisuais ou de outros processos técnicos

- a) Violaun ba ema nia integridade física ka morál;
 - b) Intromisaun iha ema nia vida privada ka familiár, domisíliu, korrespondénsia ka telekomunikasaun;
 - c) Violaun ba segredu profisionál ka segredu ne'ebé funsionáriu públiku tenke rai, segredu-de-Estadu, sein prejuizu ba n.º 4 nia dispozisaun.
4. Kuandu ema ruma dedúz exkuza ho fundamentu iha número anteriór, alínea c), tenke aplika artigu 548.º too 550.º

Artigu 507.º

Prova nia valór extraprosesuál

1. Depoimentu no arbitramentu ne'ebé prodúz iha prosesu ho parte ida nia audiénsia kontraditória bele invoka iha prosesu seluk hasoru parte ne'e, sein prejuizu ba artigu 525.º, n.º 3, nia dispozisaun; maibé kuandu rejime kona-ba prova nia produsaun iha prosesu ida primeiru ne'e foo ba parte sira garantia kiik liu garantia ne'ebé foo iha prosesu ida segundu ne'e, depoimentu no arbitramentu ne'e vale deit hanesan prinsípiu ba prova.
2. Número anteriór nia dispozisaun la bele aplika kuandu prosesu ida primeiru ne'e hetan anulasaun iha parte kona-ba prova nia produsaun ne'ebé hakarak invoka ne'e.

Artigu 508.º

Rejistu ba depoimentu prestadu antesipadamente ka ho karta

1. Tenke grava tiha depoimentu ne'ebé parte, testemunña ka ema seluk tan, ne'ebé iha obrigasaun, foo antesipadamente ka ho karta.
2. Kuandu la bele halo gravasaun, tenke hakerek tiha depoimentu ne'e, tuir redasaun ne'ebé júiz dita; parte sira ka sira nia mandatáriu bele halo reklamasau ne'ebé sira konsidera oportuna; depoente, lee tiha nia depoimentu hotu, sei konfirma depoimentu ne'e ka husu retifikasaun nesesária.

Artigu 509.º

Rejistu ba prova iha audiénsia finál

1. Audiénsia finál no depoimentu, informasaun no esklaresimentu ne'ebé halo iha ne'ebá tenke grava tiha ho meu audiovizuál ka meu tékniku semellante seluk ne'ebé tribunál iha, kuandu lei prevé kedas, tribunál ofisiozamente haruka ka parte ruma husu too prazu referidu iha artigu 389.º hotu.
2. Hanesan regra, gravasaun tenke halo ho sixtema sonoru, sein prejuizu atu uza meu audiovizuál ka meu tékniku semellante seluk.
3. Kuandu uza meu áudio ka vídeo, tenke asinala iha akta

semelhantes.

3.Quando haja lugar a registo áudio ou vídeo, deve ser assinalado na acta o início e o termo da gravação de cada depoimento, informação ou esclarecimento.

4.Quando inexistirem meios técnicos adequados à gravação a documentação dos depoimentos far-se-á por escrito.

CAPÍTULO II DO ÓNUS DA PROVA E DAS PRESUNÇÕES

SECÇÃO I ÓNUS DA PROVA

Artigo 510.º Regra geral do ónus da prova

1.Àquele que invocar um direito cabe fazer a prova dos factos constitutivos do direito alegado.

2.A prova dos factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito invocado compete àquele contra quem a invocação é feita.

3.A dúvida sobre a realidade de um facto e sobre a repartição do ónus da prova resolve-se contra a parte a quem o facto aproveita.

Artigo 511.º Ónus da prova em casos especiais

1.Nas acções de simples apreciação ou declaração negativa, compete ao réu a prova dos factos constitutivos do direito que se arroga.

2.Nas acções que devem ser propostas dentro de certo prazo a contar da data em que o autor teve conhecimento de determinado facto, cabe ao réu a prova de o prazo ter já decorrido, salvo se outra for a solução especialmente consignada na lei.

3.Se o direito invocado pelo autor estiver sujeito a condição suspensiva ou a termo inicial, cabe-lhe a prova de que a condição se verificou ou o termo se venceu; se o direito estiver sujeito a condição resolutiva ou a termo final, cabe ao réu provar a verificação da condição ou o vencimento do prazo.

Artigo 512.º Inversão do ónus da prova

1.As regras dos artigos anteriores invertem-se, quando haja presunção legal, dispensa ou libertação do ónus da prova, ou convenção válida nesse sentido, e, de um modo geral, sempre que a lei o determine.

2.Há também inversão do ónus da prova, quando a parte contrária tiver culposamente tornado impossível a prova ao onerado, sem

depoimentu, informasaun ka esklaresimentu ida-idak nia inísiu no termu iha gravasaun ne'e.

4. Kuandu la iha meiu tékniku adekuaudu atu halo gravasaun tenke hakerek depoimentu sira-ne'e.

KAPÍTULU II ONUS ATU PROVA NO PREZUNSAUN

SEKSAUN I ONUS ATU PROVA

Artigu 510.º Regra jerál kona-ba onus atu prova

1. Ema ne'ebé invoka direitu ruma tenke prova faktu ne'ebé konstitui direitu alegadu ne'e.
2. Ema ne'ebé ema ruma invoka direitu ruma hasoru nia maka tenke prova faktu impeditivu, modifikativu ka extintivu ba direitu invokadu ne'e.
3. Kuandu iha dúvida katak faktu ruma akontese duni ka lae no kona-ba oinsá fahe onus atu prova, tenke foo onus ne'e ba parte ne'ebé faktu ne'e foo vantajen.

Artigu 511.º Onus iha kazu spesiál

1. Iha aksaun ba deit apresiasaun ka deklarasaun negativa, reu maka tenke prova faktu ne'ebé konstitui direitu ne'ebé nia dehan ninian.
2. Iha aksaun ne'ebé tenke hatama iha prazu ruma nia laran, hahú iha data ne'ebé autór hetan koñesimentu kona-ba faktu ruma, reu maka tenke prova katak prazu ne'e liu tiha ona, salvu kuandu lei estabelese solusaun seluk.
3. Kuandu direitu ne'ebé autór invoka depende hosi kondisaun suspensiva ka hosi termu inisiál ruma, autór maka tenke prova katak kondisaun ne'e verifika tiha ona ka termu ne'e vense tiha ona; kuandu direitu ne'e depende hosi kondisaun rezolutiva ka hosi termu finál reu maka tenke prova katak kondisaun ne'e verifika tiha ona ka termu ne'e vense tiha ona.

Artigu 512.º Inversaun iha onus atu prova

1. Artigu anteriór sira nia regra sei inverta kuandu iha prezunsaun legál, dispensa ka libertasaun kona onus atu prova, ka konvensaun válida kona-ba libertasaun ne'e, no iha situasaun ne'ebé lei determina.
2. Iha mos inversaun ba onus atu prova kuandu parte onerada

prejuízo das sanções que a lei de processo mande especialmente aplicar à desobediência ou às falsas declarações.

Artigo 513.º
Convenções sobre as provas

1.É nula a convenção que inverta o ónus da prova, quando se trate de direito indisponível ou a inversão torne excessivamente difícil a uma das partes o exercício do direito.

2.É nula, nas mesmas condições, a convenção que excluir algum meio legal de prova ou admitir um meio de prova diverso dos legais; mas, se as determinações legais quanto à prova tiverem por fundamento razões de ordem pública, a convenção é nula em quaisquer circunstâncias.

Artigo 514.º
Contraprova

Salvo o disposto no artigo seguinte, à prova que for produzida pela parte sobre quem recai o ónus probatório pode a parte contrária opor contraprova a respeito dos mesmos factos, destinada a torná-los duvidosos; se o conseguir, é a questão decidida contra a parte onerada com a prova.

Artigo 515.º
Modo de contrariar a prova legal plena

A prova legal plena só pode ser contrariada por meio de prova que mostre não ser verdadeiro o facto que dela for objecto, sem prejuízo de outras restrições especialmente determinadas na lei.

Artigo 516.º
Direito consuetudinário, local ou estrangeiro

1.Àquele que invocar direito consuetudinário, local ou estrangeiro compete fazer a prova da sua existência, mas o tribunal deve procurar, oficiosamente, obter o respectivo conhecimento.

2.O conhecimento oficioso incumbe também ao tribunal, sempre que este tenha de decidir com base no direito consuetudinário, local ou estrangeiro e nenhuma das partes o tenha invocado, ou a parte contrária tenha reconhecido a sua existência e conteúdo ou não haja deduzido oposição.

3.Na impossibilidade de determinar o conteúdo do direito aplicável, o tribunal recorrerá às regras do direito comum timorense.

SECÇÃO II

la bele halo prova tanba parte kontrária nia kulpa, sein prejuizu ba sansaun ne'ebé lei prosesuál haruka aplika ba dezobediénsia ka deklarasaun falsa.

Artigu 513.º
Konvensaun kona-ba prova

1. Konvensaun kona-ba onus atu prova la vale kuandu monu ba direitu indisponivel ka inversaun ne'e hamosu difikuldade boot tebe-tebes ba parte ida atu ezerse nia direitu.
2. La vale mos, iha sirkunstánsia sira-ne'e, konvensaun ne'ebé exklui meu ruma lei estabelese atu halo prova ka hatama fali meu atu halo prova ne'ebé la hanesan ho hirak-ne'ebé lei estabelese; maibé kuandu determinasaun legál kona-ba prova bazeia iha razaun kona-ba orden pública, konvensaun ne'e nunca vale iha sirkunstánsia naran ida.

Artigu 514.º
Kontraprova

Salvu artigu seginte nia dispozisaun, hasoru prova ne'ebé parte ho onus atu prova prodúz kona-ba faktu ruma, parte kontrária bele hatoo kontraprova kona-ba faktu ne'e, atu hamosu dúvida ba faktu sira-ne'e; kuandu dúvida ne'e mosu duni, tenke deside kestaun hasoru parte ne'ebé iha onus atu prova.

Artigu 515.º
Modu atu kontraria prova legál plena

Prova legál plena bele kontraria deit ho meu ba prova ne'ebé hatudu katak faktu ne'ebé constitui prova ne'e nia objetu laós verdadeiru, sein prejuizu ba restrisaun seluk ne'ebé lei determina espesialmente.

Artigu 516.º
Direitu konsuetudináriu, lokál ka estranjeiru

1. Ema ne'ebé invoka direitu konsuetudináriu, lokál ka estranjeiru tenke halo prova katak direitu ne'e ezixte, maibé tribunál tenke buka atu hatene direitu ne'e ofisiozamente.
2. Tribunál tenke koñese mos ofisiozamente direitu konsuetudináriu, lokál ka estranjeiru kuandu deside ho baze iha direitu ne'e no parte ida la invoka direitu ne'e ka parte kontrária rekoñese nia ezixténsia no konteudu ka la apresenta opozisaun.
3. Kuandu labele hatene loloos direitu aplikavel nia konteudu, tribunál sei aplika regra kona-ba direitu komún timór.

SEKSAUN II

PRESUNÇÕES

Artigo 517.º Noção

Presunções são as ilações que a lei ou o julgador tira de um facto conhecido para firmar um facto desconhecido.

Artigo 518.º Presunções legais

1. Quem tem a seu favor a presunção legal escusa de provar o facto a que ela conduz.
2. As presunções legais podem, todavia, ser ilididas mediante prova em contrário, excepto nos casos em que a lei o proibir.

Artigo 519.º Presunções judiciais

As presunções judiciais só são admitidas nos casos e termos em que é admitida a prova testemunhal.

CAPÍTULO III DOS MEIOS DE PROVA

SECÇÃO I PROVA POR CONFISSÃO DAS PARTES

Artigo 520.º Noção

Confissão é o reconhecimento que a parte faz da realidade de um facto que lhe é desfavorável e favorece a parte contrária.

Artigo 521.º Depoimento de parte

1. O juiz pode, em qualquer estado do processo, determinar a comparência pessoal das partes para a prestação de depoimento sobre factos que interessem à decisão da causa.
2. Quando o depoimento seja requerido por alguma das partes, deve indicar-se logo, de forma discriminada, os factos sobre que há-de recair, sob pena de não ser admitido.

Artigo 522.º Capacidade e legitimação

PREZUNSAUN

Artigu 517.º Nosaun

Bolu naran prezunsaun konkluzaun ne'ebé lei ka julgadór hasai hosi faktu ne'ebé koñese tiha ona hodi afirma faktu ne'ebé sei dauk koñese.

Artigu 518.º Prezunsaun legál

1. Ema ne'ebé prezunsaun legál favorese la presiza prova faktu ne'ebé prezunsaun ne'e hatudu.
2. Maibé, bele hasés tiha prezunsaun legál ho prova kontrária, salvu kuandu lei proibe.

Artigu 519.º Prezunsaun judisiál

Prezunsaun judisiál bele admite deit iha kazu no tuir termus ne'ebé bele admite prova testemuñál.

KAPÍTULU III MEIU-DE-PROVA

SEKSAUN I PROVA HO PARTE SIRA NIA KONFISAUN

Artigu 520.º Nosaun

Ho konfisaun parte ida rekoñese katak faktu ne'ebé prejudika nia no favorese parte kontrária akontese duni.

Artigu 521.º Parte nia depoimentu

1. Iha prosesu nia estadu naran ida, juíz bele haruka parte ruma mai rasik foo depoimentu kona-ba faktu ne'ebé interesa ba kauza nia desizaun.
2. Kuandu parte ruma maka rekér depoimentu ne'e, tenke hatudu kedas faktu ida-idak kona-ba ne'ebé tenke halo depoimentu, selae, la bele admite pedidu ne'e.

Artigu 522.º Kapacidade no lejitimsaun

1. A confissão só é eficaz quando feita por pessoa com capacidade e poder para dispor do direito a que o facto confessado se refira.
2. Pode requerer-se o depoimento de inabilitados, assim como de representantes de incapazes, pessoas colectivas ou sociedades; porém, o depoimento só tem valor de confissão nos precisos termos em que aqueles possam obrigar-se e estes possam obrigar os seus representados.
3. Cada uma das partes pode requerer não só o depoimento da parte contrária, mas também dos seus compartes.
4. A confissão feita pelo litisconsorte é eficaz, se o litisconsórcio for voluntário, embora o seu efeito se restrinja ao interesse do confitente; mas não o é, se o litisconsórcio for necessário.
5. A confissão feita por um substituto processual não é eficaz contra o substituído.

Artigo 523.º

Factos sobre que pode recair

1. O depoimento só pode ter por objecto factos pessoais ou de que o depoente deva ter conhecimento.
2. Não é, porém, admissível o depoimento sobre factos criminosos ou torpes em que a parte seja arguida.

Artigo 524.º

Ineficácia da confissão

A confissão não faz prova contra o confitente:

- a) Se for declarada insuficiente por lei ou recair sobre o facto cujo reconhecimento ou investigação a lei proíba;
- b) Se recair sobre factos relativos a direitos indisponíveis;
- c) Se o facto confessado for impossível ou notoriamente inexistente.

Artigo 525.º

Modalidades

1. A confissão pode ser judicial ou extrajudicial.
2. Confissão judicial é a feita em juízo, competente ou não, mesmo quando arbitral.
3. A confissão feita num processo só vale como judicial nesse processo; a realizada em qualquer procedimento preliminar ou incidental só vale como confissão judicial na acção correspondente.
4. A confissão extrajudicial é a feita por algum modo diferente da confissão judicial.

Artigo 526.º

1. Konfisaun prodúz efeitu deit kuandu ema ne'ebé konfesa iha kapasidade no podér atu uza direitu ne'ebé faktu konfesadu refere ba ne'e.
2. Bele rekér inabilitadu nia depoimentu, no mos inkapáz, pesoa kolektiva no sosiedade nia depoimentu; maibé, depoimentu sira-ne'e vale hanesan konfisaun iha medida ne'ebé inabilitadu bele hamoris obligasaun ba sira rasik no representante sira-ne'e bele simu obligasaun iha representadu sira nia fatin.
3. Parte ida-idak bele rekér parte kontrária nia depoimentu no mos nia komparte nia depoimentu.
4. Litiskonsorte nia konfisaun prodúz efeitu iha litiskonsórsiu voluntária, maibé ba deit konfitente nia interese; la prodúz efeitu iha litiskonsórsiu nesesáriu.
5. Substitutu prosesuál nia konfisaun la prodúz efeitu hasoru substituidu.

Artigu 523.º
Faktu ba depoimentu

1. Depoimentu tenke monu deit ba faktu pesoál ka faktu ne'ebé depoente tenke hatene.
2. Maibé depoimentu la bele monu ba faktu kriminozu ka torpe ne'ebé dun ba parte.

Artigu 524.º
Konfisaun nia inefikásia

Konfisaun la vale hanesan prova hasoru konfitente:

- a) Kuandu lei konsidera insuficiente ka monu ba faktu ne'ebé nia rekoñesimentu ka investigasaun lei proibe;
- b) Monu ba faktu kona-ba direitu indisponível;
- c) Kuandu faktu konfesadu ne'e la bele akontese duni ka ita haree kedas katak la bele iha.

Artigu 525.º
Modalidade

1. Iha konfisaun judisiál ka extrajudisiál.
2. Konfisaun judisiál makaida-ne'ebé halo iha juizu, competente ka lae, maske arbitrál.
3. Konfisaun ne'ebé halo iha prosesu vale hanesan judisiál iha deit prosesu ne'e; konfisaun ne'ebé halo iha prosedimentu preliminar ka insidentál vale hanesan konfisaun judisiál iha aksaun korrespondente.
4. Konfisaun extrajudisiál makaida-ne'ebé la halo hanesan konfisaun judisiál.

Artigu 526.º

Formas de confissão judicial

- 1.A confissão judicial espontânea pode ser feita nos articulados, nos termos do artigo 41.º, ou em qualquer outro acto do processo, firmado pela parte pessoalmente ou por procurador especialmente autorizado.
- 2.A confissão judicial provocada pode ser feita em depoimento da parte ou em prestações de informações ou esclarecimentos ao tribunal.

Artigo 527.º Declaração confessória

- 1.A declaração confessória deve ser inequívoca, salvo se a lei o dispensar.
- 2.Se for ordenado o depoimento de parte ou o comparecimento desta para prestação de informações ou esclarecimentos, mas ela não comparecer ou se recusar a depor ou a prestar informações ou esclarecimentos, sem provar justo impedimento, ou responder que não se recorda ou nada sabe, o tribunal apreciará livremente o valor da conduta da parte para efeitos probatórios.

Artigo 528.º Momento e lugar do depoimento

O depoimento deve, em regra, ser prestado na audiência de discussão e julgamento, salvo se for urgente ou o depoente estiver impossibilitado de comparecer no tribunal.

Artigo 529.º Impossibilidade de comparência no tribunal

- 1.Atestando-se que a parte está impossibilitada de comparecer no tribunal por motivo de doença, o juiz pode fazer verificar por médico de sua confiança a veracidade da alegação e, em caso afirmativo, a possibilidade de a parte depor.
- 2.Havendo impossibilidade de comparência, mas não de prestação de depoimento, este realizar-se-á no dia, hora e local que o juiz designar, ouvido o médico assistente, se for necessário.

Artigo 530.º Ordem dos depoimentos

- 1.Se ambas as partes tiverem de depor perante o tribunal da causa, depõe em primeiro lugar o réu e depois o autor.
- 2.Se tiverem de depor mais de um autor ou de um réu, não poderão assistir ao depoimento de qualquer deles os compartes que ainda não tenham deposto e, quando houverem de depor no mesmo dia,

Konfisaun judisiál nia forma

1. Konfisaun judisiál espontánea bele halo iha artikuladu, tuir artigu 41.º, ka iha aktu seluk iha prosesu nia laran, ho parte rasik nia asinatura ka ho prokuradór ho autorizasaun espesiál nia asinatura.
2. Konfisaun judisiál provokada bele halo iha parte nia depoimentu ka iha iha informasaun ka esklaresimentu ne'ebé presta ba tribunál.

Artigu 527.º Deklarasaun konfesória

1. Deklarasaun konfesória tenke mosu inekívoka, salvu kuandu lei dispensa.
2. Kuandu tribunál haruka parte ida foo depoimentu ka mai foo informasaun ka esklaresimentu, maibé parte ne'e la mai ka lahoi foo depoimentu, informasaun ka esklaresimentu ne'e, no la prova justu impedimentu, ka dehan katak nia la rekorda ka la hatene buat ida, tribunál sei apresia livremente parte ne'e nia konduta ba efeitu probatóriu.

Artigu 528.º Momentu no fatin atu foo depoimentu

Hanesan regra, depoimentu tenke foo iha audiénsia ba diskusaun no julgamentu, salvu kuandu iha urjénsia ka depoente la bele mai tribunál.

Artigu 529.º Imposibilidade atu mai tribunál

1. Kuandu atestadu médiku ruma dehan katak parte la bele mai tribunál tanba moras hela, juíz bele haruka médiku ne'ebé nia konfia haree alegasaun ne'e loos duni ka lae, no, loos karik, parte ne'e bele foo depoimentu ka lae.
2. Kuandu parte ne'e la bele mai tribunál, maibé bele foo depoimentu, depoimentu ne'e sei foo iha lora, oras no fatin ne'ebé juíz marka, rona tiha médiku asistente, kuandu nesesáriu.

Artigu 530.º Orden iha depoimentu

1. Kuandu parte rua ne'e tenke halo depoimentu iha tribunál ne'ebé kaer kauza nia oin, reu foo depoimentu uluk, tuir fali maka autór foo.
2. Kuandu reu barak ka autór barak tenke foo depoimentu, ida-ne'ebé seidak foo depoimentu la bele asixte nia komparte sira nia depoimentu, no kuandu tenke foo depoimentu iha lora ida deit, sira tenke hein iha sala ida no ida-idak sei sai deit

serão recolhidos a uma sala, donde saem segundo a ordem por que devem depor.

Artigo 531.º **Prestação de juramento**

1. Antes de prestar o depoimento, o tribunal fará sentir ao depoente a importância moral do juramento que vai prestar e o dever de ser fiel à verdade, advertindo-o ainda das sanções aplicáveis às falsas declarações.

2. Em seguida, o tribunal exigirá que o depoente preste o seguinte juramento: «Juro pela minha honra que hei-se dizer toda a verdade e só a verdade»

3. A recusa a prestar o juramento equivale à recusa a depor.

Artigo 532.º **Interrogatório**

Depois do interrogatório preliminar destinado a identificar o depoente, o juiz interrogá-lo-á sobre cada um dos factos que devem ser objecto do depoimento.

Artigo 533.º **Respostas do depoente**

1. O depoente responderá, com precisão e clareza, às perguntas feitas, podendo a parte contrária requerer as instâncias necessárias para se esclarecerem ou completarem as respostas.

2. A parte não pode trazer o depoimento escrito, mas pode socorrer-se de documentos ou apontamentos de datas ou de factos para responder às perguntas.

Artigo 534.º **Intervenção dos advogados**

1. Os advogados das partes podem pedir esclarecimentos ao depoente.

2. Se algum dos advogados entender que a pergunta é inadmissível, pela forma ou pela substância, pode deduzir a sua oposição, que será logo julgada definitivamente.

Artigo 535.º **Redução a escrito do depoimento de parte**

1. O depoimento é sempre reduzido a escrito, mesmo que tenha sido gravado, na parte em que houver confissão do depoente, ou em que este narre factos ou circunstâncias que impliquem indivisibilidade da

kuandu too momentu ba nia atu ba foo depoimentu.

Artigu 531.º
Juramentu

1. Molok depoente presta depoimentu, tribunál sei halo nia sente katak juramentu ne'ebé nia sei halo ne'e buat todan ida, tuir morál, no katak nia iha obrigasaun atu koalia verdade deit, no foo hatene ba nia sansaun ne'ebé nia bele hetan kuandu nia foo deklarasaun falsu.
2. Tuirmai, tribunál haruka depoente presta juramentu ida-ne'e: "Hau jura ba hau nia onra katak hau sei dehan verdade tomak no dehan deit verdade".
3. Rekuza atu presta juramentu vale hanesan rekuza atu foo depoimentu.

Artigu 532.º
Interrogatóriu

Halo tiha interrogatóriu preliminar atu identifika depoente, juíz sei interroga nia kona-ba faktu ida-idak ne'ebé tenke tama iha nia depoimentu.

Artigu 533.º
Depoente nia resposta

1. Depoente tenke foo resposta, ho presizaun no klareza, ba pergunta ida-idak; parte kontrária bele husu ba juíz atu halo tan pergunta ruma hodi esklarese ka komplementa resposta ne'e.
2. Parte la bele lori nia depoimentu hakerek kedas; maibé bele uza dokumentu ka apontamentu kona-ba data ka faktu ruma hodi foo resposta ba pergunta.

Artigu 534.º
Advogadu nia intervensaun

1. Parte sira nia advogadu bele husu esklaresimentu ba depoente.
2. Kuandu advogadu ruma haree katak pergunta ne'e la bele admite, tuir forma ka substánsia, bele hatoo opozisaun; juíz sei julga kedas opozisaun ne'e definitivamente.

Artigu 535.º
Hakerek parte nia depoimentu

1. Depoimentu ne'e tenke hakerek, maske grava tiha ona, iha parte ne'ebé depoente konfesa, ka iha parte ne'ebé konta faktu ka sirkunstánsia ne'ebé implika indivizibilidade iha deklarasaun konfesória.

declaração confессória.

2.A redacção incumbe ao juiz, podendo as partes ou seus advogados fazer as reclamações que entendam.

3.Concluída e assentada, é lida ao depoente, que a confirmará ou fará as rectificações necessárias.

Artigo 536.º

Nulidade e anulabilidade da confissão

1.A confissão, judicial ou extrajudicial, pode ser declarada nula ou anulada, nos termos gerais, por falta ou vícios da vontade, mesmo depois do trânsito em julgado da decisão, se ainda não tiver caducado o direito de pedir a sua anulação.

2.O erro, desde que seja essencial, não tem de satisfazer aos requisitos exigidos para a anulação dos negócios jurídicos.

3.A acção de declaração de nulidade ou de anulação de confissão não impede o prosseguimento da causa em que a confissão se fez.

Artigo 537.º

Força probatória da confissão

1.A confissão judicial escrita tem força probatória plena contra o confitente.

2.A confissão extrajudicial, em documento autêntico ou particular, considera-se provada nos termos aplicáveis a estes documentos e, se for feita à parte contrária ou a quem a represente, tem força probatória plena.

3.A confissão extrajudicial não constante de documento não pode ser provada por testemunhas nos casos em que não é admitida a prova testemunhal; quando esta seja admitida, a força probatória da confissão é livremente apreciada pelo tribunal.

4.A confissão judicial que não seja escrita e a confissão extrajudicial feita a terceiro ou contida em testamento são apreciadas livremente pelo tribunal.

Artigo 538.º

Valor do reconhecimento não confessorio

O reconhecimento de factos desfavoráveis, que não possa valer como confissão, vale como elemento probatório que o tribunal apreciará livremente.

Artigo 539.º

Indivisibilidade da confissão

Se a declaração confessoria, judicial ou extrajudicial, for acompanhada da narração de outros factos ou circunstâncias tendentes a infirmar a eficácia do facto confessado ou a modificar ou

2. Juíz maka halo redasaun no parte sira ka sira nia advogadu bele apresenta reklamasan sira konsidera nesesária.
3. Halo hotu tiha, tenke lee asentada ne'e ba depoente; depoente bele konfirma ka halo retifikasaun nesesária.

Artigu 536.º

Konfisaun nia nulidade ka anulabilidade

1. Tribunál bele deklara konfisaun, judisiál ka extrajudisiál, nula ka anulada, tuir regra jerál, tanba vontade nia falta ka vísiu, maske desizaun hetan tiha ona trázitu-ein-julgadu, kuandu direitu atu husu anulasaun seidak kaduka.
2. Erru ne'e, sarak esensiál, la presiza iha rekizitu ne'ebé lei ezije atu anula negósiu jurídku.
3. Aksaun atu deklara nula ka atu anula konfisaun la impede kauza iha ne'ebé parte halo konfisaun ne'e atu lao ba oin.

Artigu 537.º

Konfisaun nia forsa probatória

1. Konfisaun judisiál eskrita iha forsa probatória plena hasoru ema ne'ebé konfesa.
2. Konfisaun extrajudisiál, iha dokumentu auténtiku ka partikulár, sei konsidera provada tuir regra ne'ebé aplika ba dokumentu sira-ne'e nia forsa probatória no, kuandu halo ba parte kontrária ka ba nia representante, iha forsa probatória plena.
3. Konfisaun extrajudisiál ne'ebé la hakerek iha dokumentu la bele prova ho testemuña iha kazu ne'ebé la admite prova testemuñál; iha kazu ne'ebé admite prova ho testemuña, tribunál apresia livremente konfisaun ne'e nia forsa probatória.

Artigu 538.º

Rekoñesimentu la konfesóriu nia valór

Rekoñesimentu ba faktu desfavoravel, ne'ebé la bele vale hanesan konfisaun, vale hanesan elementu probatóriu ne'ebé tribunál apresia livremente.

Artigu 539.º

Indivizibilidade iha konfisaun

Kuandu deklarasaun konfesória, judisiál ka extrajudisiál, lao hamutuk ho narrasaun kona-ba faktu seluk ka sirkunstánsia ne'ebé bele hasai faktu konfesadu ne'e nia forsa ka modifika ka extinge nia efeitu, parte ne'ebé hakarak aproveita deklarasaun konfesória ne'e hanesan prova plena tenke simu mos faktu ka

extinguir os seus efeitos, a parte que dela quiser aproveitar-se como prova plena tem que aceitar também como verdadeiros os outros factos ou circunstâncias, salvo se provar a sua inexactidão.

Artigo 540.º
Irretractabilidade da confissão

- 1.A confissão é irretractável.
- 2.Porém, as confissões expressas de factos, feitas nos articulados, podem ser retiradas, enquanto a parte contrária as não tiver aceite especificadamente.

SECÇÃO II
PROVA TESTEMUNHAL

SUBSECÇÃO I
REGRAS GERAIS

Artigo 541.º
Objecto e limites do depoimento

A testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento directo e que constituam objecto da prova.

Artigo 542.º
Depoimento indirecto

- 1.Se o depoimento resultar do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, o juiz pode chamar estas a depor. Se o não fizer, o depoimento produzido não pode, naquela parte, servir como meio de prova, salvo se a inquirição das pessoas indicadas não for possível por morte, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas.
- 2.O disposto no número anterior aplica-se ao caso em que o depoimento resultar da leitura de documento de autoria de pessoa diversa da testemunha.
- 3.Não pode, em caso algum, servir como meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou a fonte através das quais tomou conhecimento dos factos.

Artigo 543.º
Vozes públicas e convicções pessoais

- 1.Não é admissível como depoimento a reprodução de vozes ou rumores públicos.
- 2.A manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação só é admissível nos casos seguintes e na estrita

sirkunstánsia sira seluk hanesan loos, salvu kuandu prova katak faktu ka sirkunstánsia sira-ne'e la loos.

Artigu 540.º
Irretratabilidade iha konfisaun

1. Konfisaun ne'ebé halo tiha ona la bele revoga fali.
2. Maibé konfisaun espresa kona-ba faktu, iha artikuladu, bele dada-sai fali einkuantu parte kontrária seidak simu espesifikadamente¹⁷².

SEKSAUN II
PROVA TESTEMUÑAL

SUBEKSAUN I
REGRA JERÁL

Artigu 541.º
Depoimentu nia objetu no limite

Pergunta ne'ebé halo ba testemuña tenke monu ba faktu ne'ebé testemuña bele iha koñesimentu diretu no konstitui prova nia objetu.

Artigu 542.º
Depoimentu indiretu

1. Kuandu testemuña nia depoimentu hatúr iha buat ne'ebé nia rona deit ema ruma dehan, juíz bele bolu ema ne'e mai foo depoimentu. Kuandu la bolu, depoimentu ne'e la serve hanesan prova iha pontu ne'e, salvu kuandu la bele halo inkirisaun ba ema ne'e tanba ema ne'e mate tiha ona, sofre anomalia psíkika superveniente ka la bele hetan.
2. Númeru anteriór nia dispozisaun aplika mos ba kazu iha ne'ebé depoimentu hatúr iha leitura ne'ebé testemuña halo ba dokumentu ne'ebé ema seluk halo.
3. Nunka bele serve hanesan meiu-de-prova depoimentu ema ne'ebé lakohi ka la bele hatudu ema ka fonte hosi ne'ebé nia hetan koñesimentu kona-ba faktu ne'e.

Artigu 543.º
Voz pública ka opiniaun pesoál

1. La bele admite hanesan depoimentu reproduisaun ne'ebé testemuña halo kona-ba voz ka rumór públiku.
2. Testemuña nia opiniaun pesoál kona-ba faktu ruma ka kona-ba faktu ne'e nia interpretaun bele admite deit:
 - a) Kuandu la bele haketak duni hosi nia depoimentu kona-ba faktu

medida neles indicada:

- a) Quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos concretos;
- b) Quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte.

Artigo 544.º

Capacidade e dever de testemunhar

1. Qualquer pessoa que não se encontrar interdita por anomalia psíquica tem capacidade para ser testemunha e só pode recusar-se nos casos previstos na lei.
2. O tribunal verifica a aptidão física ou mental de qualquer pessoa para prestar testemunho, quando isso for necessário para avaliar a sua credibilidade e puder ser feito sem retardamento da marcha normal do processo.
3. As indagações, referidas nos números anteriores, ordenadas anteriormente ao depoimento não impedem que este se produza.

Artigo 545.º

Deveres gerais da testemunha

1. Salvo quando a lei dispuser de forma diferente, incumbem à testemunha os deveres de:
 - a) Se apresentar, no tempo e no lugar devidos, ao tribunal por quem tiver sido legitimamente convocada ou notificada, mantendo-se à sua disposição até ser por ele desobrigada;
 - b) Prestar juramento, quando ouvida pelo tribunal; obedecer às indicações que legitimamente lhe forem dadas quanto à forma de prestar depoimento.
2. A testemunha não é obrigada a responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilização penal.

Artigo 546.º

Impedimentos

Estão impedidos de depor como testemunhas os que na causa possam depor como partes.

Artigo 547.º

Recusa legítima a depor

1. Podem recusar-se a depor como testemunhas, salvo nas acções que tenham como objecto verificar o nascimento ou o óbito dos filhos:
 - a) Os ascendentes nas causas dos descendentes e os adoptantes nas dos adoptados, e vice-versa;
 - b) O sogro ou a sogra nas causas do genro ou da nora, e vice-versa;
 - c) Qualquer dos cônjuges, ou ex-cônjuges, nas causas em que seja

konkretu;

b) Kuandu nia foo tanba siénsia, téknika ka arte ruma ne'ebé testemuña ne'e domina.

Artigu 544.º

Kapasidade no devér atu sai testemuña

1. Ema ne'ebé laós interditu tanba anomalia psíkika iha kapasidade atu sai testemuña no iha deit situasaun ne'ebé lei prevé maka bele rekuza atu sai testemuña.

2. Tribunál sei haree ema naran ida nia aptidaun atu sai testemuña, kuandu presiza halo verifikasaun ne'e atu avalia ema ne'e nia kredibilidade no verifikasaun ne'e la atraza prosesu nia marxa normál.

3. Maske tribunál haruka halo tiha ona molok testemuña foo depoimentu, averiguasaun referida iha número anteriór sira la taka dalan ba depoimentu ne'e.

Artigu 545.º

Testemuña nia devér jerál

1. Salvu dispozisaun legál seluk, testemuña iha devér atu:

a) Apresenta-án ba autoridade ne'ebé bolu ka notifika nia, iha fatin no tempu devidu, no atu hela iha autoridade ne'e nia dispozisaun too autoridade ne'e dehan katak obligasaun ne'e hotu ona;

b) Halo juramentu, kuandu foo depoimentu iha tribunál, no tuir indikasaun ne'ebé, tuir lei, nia simu kona-ba oinsá nia tenke halo juramentu ne'e.

2. Testemuña la iha obligasaun atu foo resposta ba pergunta kuandu alega katak resposta ne'e bele hamosu responsabilidade kriminál ba nia.

Artigu 546.º

Impedimentu

Ema ne'ebé bele foo depoimentu hanesan parte iha aksaun la bele foo depoimentu hanesan testemuña.

Artigu 547.º

Rekuza lejítima atu foo depoimentu

1. Salvu iha aksaun atu verifika nia oan nia naximentu ka óbitu, bele lakohi foo depoimentu:

a) Axendente sira, iha aksaun ne'ebé sira nia dexendente tama hanesan parte, no adotante, iha aksaun ne'ebé sira nia adotadu tama hanesan parte, no vise-versa;

b) Banin, feto ka mane, iha aksaun ne'ebé sira nia mane-foun ka feto-foun tama hanesan parte, ka vise-versa;

parte o outro cônjuge ou ex-cônjuge;
d) Quem conviver, ou tiver convivido, em união de facto em condições análogas às dos cônjuges com alguma das partes na causa, bem como os pais daqueles e vice-versa.
2. Incumbe ao juiz advertir as pessoas referidas no número anterior da faculdade que lhes assiste de se recusarem a depor.

Artigo 548.º **Segredo profissional**

1. Os ministros de religião ou confissão religiosa, os advogados, os médicos, os jornalistas, os membros de instituições de crédito e demais pessoas a quem a lei permitir ou impuser que guardem segredo profissional podem escusar-se a depor sobre os factos abrangidos por aquele segredo.
2. Havendo dúvidas fundadas sobre a legitimidade da escusa, o tribunal perante o qual o incidente se tiver suscitado procede às averiguações necessárias. Se, após estas, concluir pela ilegitimidade da escusa, ordena, ou requer ao Supremo Tribunal de Justiça que ordene, a prestação do depoimento.
3. O tribunal superior àquele onde o incidente se tiver suscitado, ou, no caso de o incidente se ter suscitado perante o Supremo Tribunal de Justiça, o plenário do mesmo, pode decidir da prestação de testemunho com quebra do segredo profissional sempre que esta se mostre justificada face às normas e princípios aplicáveis da lei penal, nomeadamente face ao princípio da prevalência do interesse preponderante. A intervenção é suscitada pelo juiz, oficiosamente ou a requerimento.
4. O disposto no número anterior não se aplica ao segredo religioso.
5. Nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3, a decisão do tribunal ou do Supremo Tribunal de Justiça é tomada ouvido o organismo representativo da profissão relacionada com o segredo profissional em causa, nos termos e com os efeitos previstos na legislação que a esse organismo seja aplicável.

Artigo 549.º **Segredo de funcionários**

1. Os funcionários não podem ser inquiridos sobre factos que constituam segredo e de que tiverem tido conhecimento no exercício das suas funções.
2. É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior.

Artigo 550.º **Segredo de Estado**

- c) Kónjuje ka ex-kónjuje, iha aksaun ne'ebé kónjuje ka ex-kónjuje ida seluk tama hanesan parte;
- d) Ema ne'ebé moris, ka moris tiha ona iha uluk, hanesan fen ka lain, ho ema ne'ebé tama iha aksaun hanesan parte, no mos ema sira-ne'ebá nia aman ka inan no vise-versa.
2. Juíz tenke foo-hatene ba ema sira-ne'e katak sira bele lakohi foo depoimentu.

Artigu 548.º
Segredu profisionál

1. Ministru iha relijiaun ka konfisaun relijioza, advogadu, médiku, jornalixta, membru iha instituisaun ba kréditu no ema sira-ne'ebé lei permite ka haruka rai segredu profisionál bele lakohi foo depoimentu kona-ba faktu ne'ebé tama iha segredu ne'e.
2. Kuandu iha dúvida fundada kona-ba exkuza ne'e nia lejitimidade, tribunál iha ne'ebé insidente ne'e mosu tenke halo averiguasaun nesesária. Kuandu, ho investigasaun ne'e tribunál haree katak exkuza ne'e la iha lejitimidade, haruka ka husu ba Supremu Tribunál ba Justisa atu haruka foo depoimentu.
3. Tribunál boot liu ida iha ne'ebé insidente ne'e mosu, ka, insidente ne'e mosu iha Supremu Tribunál ba Justisa karik, tribunál ne'e nia plenáriu, bele haruka testemuña foo depoimentu ho violasaun ba segredu profisionál, kuandu haree katak iha justifikasaun ba depoimentu ne'e tuir lei penál nia norma no prinsípiu aplikavel, nomeadamente tuir prinsípiu kona-ba interese preponderante nia prevalénsia¹⁷³. Tribunál bele suxita intervensaun ne'e, ofisiozamente ka tuir rekerimentu.
4. Númeru anteriór nia dispozisaun la aplika ba segredu relijiozu.
5. Iha nº 2 no 3 nia previzaun, molok fó desizaun, tribunál ka Supremu Tribunál ba Justisa tenke rona uluk organizmu ne'ebé representa profisaun ne'ebé iha relasaun ho segredu profisionál ne'e, atu halo-tuir lei aplikavel ba organizmu ne'e.

Artigu 549.º
Segredu ba funsionáriu

- 1 – La bele halo pergunta ba funsionáriu kona-ba faktu ne'ebé konstitui segredu ne'ebé funsionáriu ne'e hatene tanba funsaun ne'ebé nia kaer.
- 2 – Artigu anteriór, n.º 2 no 3, nia dispozisaun aplika mos iha-ne'e.

Artigu 550.º
Segredu-de-Estadu

- 1.As testemunhas não podem ser inquiridas sobre factos que constituam segredo de Estado.
- 2.O segredo de Estado a que se refere o presente artigo abrange, nomeadamente, os factos cuja revelação, ainda que não constitua crime, possa causar dano à segurança, interna ou externa, do Estado Timorense ou à defesa da ordem constitucional.
- 3.Se a testemunha invocar segredo de Estado, deve este ser confirmado, no prazo de sessenta dias, por intermédio do Ministro da Justiça. Decorrido este prazo sem a confirmação ter sido obtida, o testemunho deve ser prestado.
- 4.O prazo referido no número anterior conta-se da data da comunicação oficial feita pelo tribunal ao Ministro da Justiça.

Artigo 551.º

Admissibilidade da prova testemunhal

- 1.A prova por testemunhas é admitida em todos os casos em que não seja directa ou indirectamente afastada.
- 2.Se a declaração negocial, por disposição da lei ou estipulação das partes, houver de ser reduzida a escrito ou necessitar de ser provada por escrito, não é admitida nova prova testemunhal.
- 3.Também não é admitida prova por testemunhas, quando o facto estiver plenamente provado por documento ou por outro meio com força probatória plena.
- 4.As regras dos números anteriores não são aplicáveis à simples interpretação do contexto do documento.
- 5.É igualmente inadmissível a prova por testemunhas se tiver por objecto quaisquer convenções contrárias ou adicionais ao conteúdo de documento autêntico, autenticado ou particular, quer as convenções sejam anteriores à formação do documento ou contemporâneas dele, quer sejam posteriores.
- 6.A proibição do n.º 5 aplica-se ao acordo simulatório e ao negócio dissimulado, quando invocados pelos simuladores.
- 7.O disposto nos n.ºs 5 e 6 não é aplicável a terceiros.
- 8.As disposições dos números anteriores são aplicáveis ao cumprimento, remissão, novação, compensação e, de um modo geral, aos contratos extintivos da relação obrigacional, mas não aos factos extintivos da obrigação, quando invocados por terceiro.

Artigo 552.º

Força probatória

A força probatória da prova por testemunhas é apreciada livremente pelo tribunal.

1 - La bele halo pergunta ba funsióriu kona-ba faktu ne'ebé konstitui segredu-de-Estadu¹⁷⁴.

2 – Iha segredu-de-Estadu ne'ebé artigu ida-ne'e refere tama faktu ne'ebé, revela karik, maske la foo-fatin ba krime, bele hamosu prejuizu ba Estadu Timór-Leste nia seguransa, interna ka esterna, ka ba orden konstitusionál nia defeza.

3 – Kuandu testemuña invoka segredu-de-Estadu, tribunál tenke komunika no husu ba Ministru ba Justisa atu konfirma, iha loron 60 nia laran, segredu ne'e iha duni ka lae. Kuandu konfirmasaun la mai iha prazu ne'e nia laran, testemuña tenke foo depoimentu.

4 – Prazu referidu iha número anteriór hahú iha loron ne'ebé tribunál halo komunikasaun ofisiál ba Ministru ba Justisa.

Artigu 551.º

Prova testemuñal nia admisibilidade

1. Sei admite prova testemuñal iha kazu ne'ebé lei la taka dalan direta ka indiretamente.

2. La bele admite prova testemuñal kuandu deklarasaun negosiál, tuir lei ka parte sira nia vontade, tenke hakerek tiha ka tenke prova ho dokumentu eskritu.

3. La bele admite prova testemuñal kuandu faktu ne'e prova tiha ona ho dokumentu ka meu seluk ne'ebé iha forsa probatória plena.

4. Número anteriór sira nia dispozisaun la aplika atu halo deit interpretasaun ba dokumentu nia kontestu.

5. La bele admite mos prova testemuñal kuandu konvensaun atu prova ne'e kontraria ka adisiona tan buat ruma ba dokumentu auténtiku, autentikadu ka partikulár nia konteudu; konvensaun ne'e bele anteriór ka kontemporáneu ka posteriór liu dokumentu ne'e.

6. N.º 5 nia dispozisaun aplika mos ba akordu simulatóriu no ba negósiu simuladu, kuandu simuladór sira maka invoka.

7. N.º 5 no 6 nia dispozisaun la aplika ba terseiru.

8. Número anteriór sira nia dispozisaun aplika mos ba kumprimentu, remisaun, novasaun, kompensasaun no, em jerál, ba kontratu ne'ebé extinge relasaun obrigasionál, maibé la aplika ba faktu ne'ebé extinge obrigasaun, kuandu terseiru maka invoka.

Artigu 552.º

Forsa probatória

Tribunál apresia livremente prova testemuñal nia forsa probatória.

SUBSECÇÃO II PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL

Artigo 553.º

Rol de testemunhas e desistência da inquirição

1. As testemunhas serão designadas no rol pelos seus nomes, profissões e moradas e por outras circunstâncias necessárias para as identificar.
2. A parte pode desistir a todo o tempo da inquirição de testemunhas que tenha oferecido, sem prejuízo da possibilidade de inquirição oficiosa

Artigo 554.º

Designação do juiz como testemunha

1. O juiz da causa que seja indicado como testemunha deve declarar sob juramento no processo, logo que este lhe seja concluso ou lhe vá com vista, se tem conhecimento de factos que possam influir na decisão: no caso afirmativo, declarar-se-á impedido, não podendo a parte prescindir do seu depoimento; no caso negativo, a indicação fica sem efeito.
2. Quando tiver sido indicado como testemunha algum dos juizes adjuntos, o processo ir-lhe-á sempre com vista para este efeito, por cinco dias, ainda que para outros efeitos a vista seja dispensável.

Artigo 555.º

Lugar e momento da inquirição

1. As testemunhas depõem na audiência final, presencialmente, excepto nos seguintes casos:
 - a) Inquirição antecipada;
 - b) Inquirição por carta;
 - c) Inquirição na residência ou na sede dos serviços, nos termos do artigo 557.º;
 - d) Impossibilidade de comparência no tribunal;
 - e) Depoimento prestado por escrito.
2. Quando as testemunhas residam fora da área de jurisdição do tribunal, a parte pode requerer no rol que se expeça carta para a sua inquirição, contanto que indique logo os pontos do questionário, ou não havendo ainda questionário, os factos sobre que há-de recair o depoimento.
3. Não se requerendo a expedição de carta, sendo esta recusada por falta de indicação do objecto do depoimento ou sendo indeferido o requerimento para comparência na audiência, recai sobre a parte o ónus de apresentar as testemunhas na audiência final.
4. O juiz pode recusar a expedição da carta quando, residindo embora

SUBSEKSAUN II
PROVA TESTEMUÑÁL NIA PRODUSAUN

Artigu 553.º

Testemuña nia rol no dezisténsia ba inkirisaun

1. Iha rol ba testemunña tenke tau testemuña ida-idak nia naran, profisaun no hela-fatin no sirkunstánsia seluk tan atu identifika nia.
2. Parte ida-idak bele dezixte atu rona testemuña ne'ebé nia oferese tiha ona, iha altura naran ida, sein prejuizu ba tribunál atu halo inkirisaun ofisioza.

Artigu 554.º

Juíz hanesan testemuña

1. Kuandu parte ruma hatudu hanesan testemuña juíz ne'ebé kaer kauza, juíz ne'e tenke deklarar, ho juramentu, nia hatene faktu ruma ne'ebé bele influensia desizaun ka lae, kuandu autus ba nia liman; iha kazu afirmativu, juíz ne'e tenke deklarar-án impedidu no parte ne'e la bele prexinde nia depoimentu; iha kazu negativu, indikasaun ne'e lakon efektu.
2. Kuandu parte ruma hatudu hanesan testemuña juíz adjuntu ruma, autus tenke ba juíz ne'e nia liman atu halo tuir n.º 1 nia dispozisaun, iha loron lima nia laran, maske dispensa tiha vista ba efektu seluk.

Artigu 555.º

Fatin no momentu ba inkirisaun

1. Testemuña tenke ba rasik foo depoimentu iha audiénsia, exetu:
 - a) Iha inkirisaun antesipada;
 - b) Iha inkirisaun ho karta;
 - c) Iha inkirisaun iha rezidénsia ka iha servisu nia sede, tuir artigu 557.º;
 - d) Kuandu testemuña ne'e la bele mai tribunál;
 - e) Iha depoimentu ne'ebé foo ho surat.
2. Kuandu testemuña la hela iha fatin ne'ebé tama iha tribunál nia jurizdisaun, parte bele husu iha rol atu haruka karta ba nia inkirisaun, naran katak hatudu keda pontu iha kestionáriu ka, seidak iha kestionáriu karik, faktu sira-ne'ebé testemuña tenke foo depoimentu ba.
3. Kuandu parte la husu atu haruka karta prekatória, juíz rekuza pedidu ne'e tanba rekerente la hatudu depoimentu nia objektu ka juíz indefere pedidu ba testemuña atu mai audiénsia, parte maka iha onus atu lori testemuña ne'e mai audiénsia finál.
4. Juíz bele rekuza pedidu atu haruka karta ba inkirisaun kuandu, maske testemuña hela iha fatin ne'ebé tama iha tribunál seluk nia jurizdisaun, nia haree katak diak liu ba kauza nia desizaun testemuña

a testemunha na área de jurisdição de um outro tribunal, julgue conveniente para a boa decisão da causa que ela deponha em audiência e a deslocação não represente sacrifício inoportuno; neste caso a testemunha é notificada para comparecer, ficando a cargo da parte que a indicou o pagamento das despesas de deslocação.

5. Caso existam os meios necessários para tanto, as testemunhas residentes fora área de jurisdição do tribunal, podem ser ouvidas por videoconferência na própria audiência a partir do tribunal distrital da área da sua residência.

6. Nos casos a que se refere o número anterior, o tribunal da causa designa a data da audiência depois de ouvido o tribunal onde a testemunha prestará depoimento e procede à notificação desta para comparecer.

7. No dia da inquirição, a testemunha identifica-se perante o funcionário judicial do tribunal onde o depoimento é prestado, mas a partir desse momento a inquirição é efectuada perante o tribunal da causa e os mandatários das partes, via videoconferência, sem necessidade de intervenção do juiz do tribunal onde o depoimento é prestado.

8. As testemunhas residentes no estrangeiro podem, também, ser inquiridas por videoconferência, sempre que existam os meios técnicos necessários.

Artigo 556.º **Inquirição no local da questão**

As testemunhas serão inquiridas no local da questão, quando o tribunal, por iniciativa ou a requerimento de alguma das partes, o julgue conveniente.

Artigo 557.º **Prerrogativas de inquirição**

1. Gozam da prerrogativa de ser inquiridos na sua residência ou na sede dos respectivos serviços:

a) O Presidente da República;
b) Os agentes diplomáticos estrangeiros que concedam idêntica prerrogativa aos representantes de Timor-Leste.

2. Gozam de prerrogativa de depor primeiro por escrito, se preferirem, além das entidades referidas no número anterior:

a) Os membros do Governo;
b) Os deputados;
c) Os juizes dos tribunais superiores;
d) O Procurador Geral da República e magistrados do Ministério Público equiparados a juizes dos tribunais superiores;
e) O Provedor de Justiça;

ne'e foo depoimentu iha audiénsia no dezlokasaun mai audiénsia la hamosu sakrifísiu inkomportavel; iha kazu ne'e, tenke notifika testemuña atu mai audiénsia no parte ne'ebé hatudu testemuña ne'e tenke selu despeza kona-ba testemuña ne'e nia dezlokasaun.

5. Kuandu iha meu atu halo, testemuña ne'ebé la hela iha fatin ne'ebé tama iha tribunál nia jurizdisaun bele foo depoimentu iha videokonferénsia, iha audiénsia nia laran, hosi tribunál iha área ne'ebé nia hela.

6. Iha kazu previstu iha número anteriór, molok marka loron ba audiénsia, tenke rona uluk tribunál iha ne'ebé testemuña sei foo depoimentu no tenke notifika testemuña ne'e atu ba iha ne'ebá.

7. Iha loron atu halo inkirisaun testemuña tenke foo nia identifikasaun ba funsionáriu judisiál iha tribunál ne'ebé nia foo depoimentu; tuirmai, inkirisaun sei halo via videokonferénsia ba tribunál ne'ebé kaer kauza no parte sira nia mandatáriu; la presiza juíz iha tribunál ne'ebé testemuña foo depoimentu ne'e nia intervensaun.

8. Testemuña ne'ebé hela iha estranjeiru mos bele foo depoimentu iha videokonferénsia, kuandu iha meu tékniku nesesáriu.

Artigu 556º

Inkirisaun iha kestaun nia fatin

Tenke halo inkirisaun ba testemuña iha kestaun nia fatin kuandu tribunál, ofisiozamente ka tuir parte ruma nia rekerimentu, konsidera conveniente.

Artigu 557.º

Prerrogativa iha inkirisaun

1. Iha prerrogativa atu foo depoimentu iha sira nia rezidénsia ka iha sira nia servisu nia sede:

- a) Prezidente da Repúblika;
- b) Ajente diplomátiku hosi paíz ne'ebé foo prerrogativa hanesan ba Timór-Leste nia representante sira.

2. Iha prerrogativa atu, hakarak karik, foo depoimentu iha surat entidade sira referidu iha número anteriór:

- a) Governu nia membru;
- b) Deputadu;
- c) Juíz iha tribunál superiór;
- d) Prokuradór Jerál iha Repúblika no majistradu iha Ministériu Públiku ho ekiparasaun ho juíz iha tribunál superiór;
- e) Provedór ba Justisa;
- f) Membru iha Konsellu Superiór ba Majistratura no Konsellu Superiór ba Ministériu Públiku;

- f) Os membros do Conselho Superior da Magistratura e do Conselho Superior do Ministério Público;
 - g) Os oficiais gerais das Forças Armadas;
 - h) Os altos dignitários de confissões religiosas;
 - i) O bastonário da Ordem dos Advogados.
3. Ao indicar como testemunha uma das entidades designadas nos números anteriores a parte deve especificar os factos sobre que pretende o depoimento.
 4. Quando se ofereça como testemunha o Presidente da República, o juiz fará a respectiva comunicação ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que a transmitirá à Presidência da República.
 5. Se o Presidente da República declarar que não tem conhecimento dos factos sobre que foi pedido o seu depoimento, este não terá lugar.
 6. Se o Presidente da República preferir, relatará por escrito o que souber sobre os factos, podendo o tribunal ou qualquer das partes, com o consentimento do tribunal, formular, também por escrito e por uma só vez, os pedidos de esclarecimento que entenderem.
 7. Da recusa de consentimento não cabe recurso.
 8. Se o Presidente da República declarar que está pronto a depor, o juiz solicitará dos serviços da Presidência da República a indicação do dia, hora e local em que deve ser prestado o depoimento.
 9. O interrogatório do Presidente da República é feito pelo juiz, podendo as partes assistir à inquirição com os seus advogados, mas sem que possam fazer perguntas ou instâncias, devendo dirigir-se ao juiz quando julguem necessário algum esclarecimento ou aditamento.
 10. Quando se ofereça como testemunha alguma pessoa das compreendidas na alínea b) do n.º 1, serão observadas as normas de direito internacional e, na falta destas, caso a pessoa prefira depor por escrito, aplica-se o regime dos números seguintes, sendo que em caso contrário é fixado, de acordo com essa pessoa, o dia, hora e local para a sua inquirição, prescindindo-se da notificação e observando-se quanto ao mais as disposições comuns.
 11. Quando se ofereça como testemunha alguma pessoa das compreendidas no n.º 2, ser-lhe-á dado conhecimento pelo tribunal do oferecimento, bem como dos factos sobre que deve recair o seu depoimento.
 12. Se alguma dessas pessoas preferir depor por escrito, remeterá ao tribunal da causa, no prazo de dez dias a contar da data do conhecimento referido no número anterior, declaração, sob compromisso de honra, relatando o que sabe quanto aos factos indicados.
 13. No caso a que se refere o número anterior o tribunal e qualquer das partes poderão, uma única vez, solicitar esclarecimentos, igualmente por escrito, para a prestação dos quais haverá um prazo de dez dias.
 14. A parte que tiver indicado a testemunha pode solicitar a sua

- g) Ofisiál jenerál iha Forsa Armada;
 - h) Konfisaun relijioza nia altu dignatáriu;
 - i) Bastonáriu iha Ordem dos Advogados.
3. Parte ne'ebé hatudu hanesan testemuña ema ruma dezignadu iha número anteriór tenke espesifika faktu ne'ebé nia hakarak testemuña atu foo depoimentu ba.
 4. Kuandu parte ruma hatudu Prezidente da Repúblika hanesan testemuña, juíz tenke foo-hatene indikasaun ne'e ba Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente no Prezidente ne'e maka foo-hatene ba Prezidente da Repúblika.
 5. Kuandu Prezidente da Repúblika dehan katak nia la hatene faktu ne'ebé nia depoimentu atu monu ba ne'e, la bele halo depoimentu ne'e.
 6. Kuandu hakarak, Prezidente da Repúblika bele halo relatu eskritu kona-ba faktu ne'ebé nia depoimentu atu monu ba ne'e, no tribunál ka parte sira, ho tribunál nia autorizasaun, halo pergunta eskrita hodi husu esklaresimentu ne'ebé sira hakarak.
 7. Desizaun ne'ebé la foo autorizasaun la bele hasoru rekursu.
 8. Kuandu Prezidente dehan katak nia hakarak foo depoimentu, juíz sei husu ba Prezidénsia da Repúblika nia servisu atu marka loron, oras no fatin atu foo depoimentu.
 9. Juíz maka halo inkirisaun ba Prezidente da Repúblika; parte sira bele asixte inkirisaun ne'e ho sira nia advogadu, maibé la bele halo pergunta ka instánsia; sira tenke foo-hatene deit ba juíz esklaresimentu ka aditamentu ne'ebé sira konsidera nesesáriu.
 10. Kuandu parte ruma oferese hanesan testemuña ema ne'ebé tama iha n.º 1, alínea b) nia previzaun, tenke tuir norma iha direitu internasionál; kuandu norma iha direitu internasionál la iha no ema ne'e hakarak foo depoimentu eskritu, sei aplika número sira tuirmai ne'e nia dispozisaun; kuandu ema ne'e lakohi foo depoimentu eskritu, tenke fiksa, tuir akordu ho ema ne'e, loron, oras ka fatin ba inkirisaun, no la presiza halo notifikasaun no tenke tuir dispozisaun komún kona-ba buat sira seluk.
 11. Kuandu parte ruma oferese hanesan testemuña ema ne'ebé tama iha n.º 2 nia previzaun, tribunál tenke foo-hatene indikasaun ne'e no faktu atu foo depoimentu ne'e ba ema ne'e.
 12. Kuandu ema ne'e hakarak foo depoimentu eskritu, sei haruka ba tribunál ne'ebé kaer prosesu nia deklarasaun, ho kompromisu ho nia onra, kona-ba faktu indikadu ne'e, iha loron sanulu nia laran.
 13. Iha kasu referidu iha número anteriór tribunál no parte sira bele hakerek hodi husu esklaresimentu, dala ida deit; testemuña iha loron sanulu atu foo esklaresimentu ne'e.
 14. Parte ne'ebé hatudu testemuña ne'e bele husu ba tribunál atu rona nia iha audiénsia ho justifikasaun katak presiza

audiência em tribunal, justificando devidamente a necessidade dessa audiência para completo esclarecimento do caso, não cabendo recurso da respectiva decisão do juiz.

15. Não tendo a testemunha remetido a declaração antes mencionada, não tendo respeitado os prazos ali estabelecidos, ou decidindo o juiz que é necessária a sua presença, será a mesma testemunha notificada para depor.

Artigo 558.º

Pessoas incapacitadas de comparecer por doença

Quando se mostre que a testemunha está impossibilitada de comparecer no tribunal por motivo de doença, observar-se-á o disposto no artigo 529.º e o juiz presidente fará o interrogatório, bem como as instâncias.

Artigo 559.º

Designação das testemunhas para inquirição

1.O juiz designará, para cada dia de inquirição, o número de testemunhas que provavelmente possam ser inquiridas.

2.Não são notificadas as testemunhas que as partes devam apresentar.

Artigo 560.º

Consequências do não comparecimento da testemunha

1.Findo o prazo em que é possível alterar o rol de testemunhas, assiste ainda à parte a faculdade de subsistir testemunhas nos casos previstos no n.º 3; a substituição deve ser requerida logo que a parte tenha conhecimento do facto que a determina.

2.A falta de testemunha não constitui motivo de adiamento dos outros actos de produção de prova, sendo as testemunhas presente ouvidas, mesmo que tal implique alteração da ordem em que estiverem mencionados no rol, e podendo qualquer das partes requerer a gravação da inquirição logo após o seu início.

3.No caso de a parte não prescindir de alguma testemunha faltosa, observar-se-á o seguinte:

a)Se ocorrer impossibilidade definitiva para depor, posterior à sua indicação, a parte tem a faculdade de a substituir;

b)Se a impossibilidade for meramente temporária ou a testemunha tiver mudado de residência depois de oferecida, bem como se não tiver sido notificada, devendo tê-lo sido, ou se deixar de comparecer por outro impedimento legítimo, a parte pode substituí-la ou requerer o adiamento, da inquirição pelo prazo que se afigure indispensável, nunca excedente a trinta dias;

c)Se faltar sem motivo justificado e não for encontrada para vir depor

audiénsia ne'e atu foo esklaresimentu ba kausa ne'e; juíz nia desizaun kona-ba rekerimentu ne'e la bele hasoru rekursu.

15. Kuandu testemuña ne'e la haruka ba tribunál nia deklarasaun ne'ebé refere tiha ona iha kotuk, ka la kumpre prazu estabesidu, ka juíz konsidera katak sei prezisa duni nia prezensa iha audiénsia, tenke notifika testemuña ne'e atu mai foo depoimentu iha audiénsia.

Artigu 558.º

Ema ne'ebé la bele mai tan moras

Kuandu haree katak testemuña la bele mai tribunál tanba moras hela, tenke tuir artigu 529.º nia dispozisaun no juíz presidente maka halo inkirisaun no instánsia.

Artigu 559.º

Testemuña atu foo depoimentu nia deznasau

1. Juíz sei hatudu ba loron ida-idak testemuña sira-ne'ebé nia haree katak bele rona iha loron ne'e.
2. Tribunál la notifika testemuña ne'ebé parte maka tenke lori ba audiénsia.

Artigu 560.º

Konsekuénsia ba testemuña ne'ebé la mai audiénsia

1. Liu tiha prazu atu altera testemuña sira nia rol, parte bele substitui testemuña iha kazu previstu iha n.º 3; parte tenke rekér kedas substituisaun iha momentu ne'ebé nia hatene faktu ne'ebé obriga halo substituisaun ne'e.
2. Testemuña nia falta la foo-fatin atu adia aktu sira seluk ne'ebé atu halo prova; tenke rona testemuña sira-ne'ebé marka prezensa, maske tenke altera sira nia orden iha rol; iha momentu ne'ebé hahú, parte ida-idak bele rekér ba tribunál atu grava inkirisaun ne'e.
3. Kuandu parte la prexinde testemuña faltoza nia depoimentu, tenke halo hanesan ne'e:
 - a) Kuandu, hatudu tiha ema ruma hanesan testemuña maka imposibilidade definitiva ba testemuña atu foo depoimentu mosu, parte ne'ebé oferese testemuña ne'e bele tau fali testemuña seluk iha nia fatin;
 - b) Kuandu imposibilidade ne'e temporária deit, ka, oferese liu tiha, testemuña muda nia hela-fatin, ka kuandu la bele notifika testemuña iha situasaun ne'ebé tribunál tenke notifika, ka kuandu testemuña la mai tanba impedimentu lejítimu seluk, parte bele substitui testemuña ne'e ka husu ba tribunál atu adia inkirisaun durante prazu razoavel la naruk liu loron tolunulu;
 - c) Kuandu testemuña falta no la iha motivu atu jztifica nia falta no la

nos termos do número seguinte, pode ser substituída.

4.O juiz ordenará que a testemunha que sem justificação tenha faltado compareça sob custódia, sem prejuízo da multa aplicável, que é logo fixada em acta.

5.A sanção referida no número anterior não é aplicada à testemunha faltosa quando o julgamento seja adiado por razão diversa da respectiva falta, desde que a parte se comprometa a apresentá-la no dia designado para a realização da audiência.

Artigo 561.º **Adiamento da inquirição**

Salvo acordo das partes, não pode haver segundo adiamento da inquirição de testemunha faltosa.

Artigo 562.º **Substituição de testemunhas**

1.No caso de substituição de algumas testemunhas, não é admissível a prestação do depoimento sem que hajam decorrido cinco dias sobre a data em que à parte contrária foi notificada a substituição, salvo se esta prescindir do prazo; se não for legalmente possível o adiamento da inquirição, de modo a respeitar aquele prazo, fica a substituição sem efeito, a requerimento da parte contrária.

2.Não é admissível a inquirição por carta de testemunhas oferecidas em substituição das inicialmente indicadas.

3.O disposto no n.º 1 não prejudica a possibilidade de o juiz ordenar a inquirição oficiosa por iniciativa do tribunal.

Artigo 563.º **Limite do número de testemunhas**

1.Os autores não podem oferecer mais de dez testemunhas, para prova dos fundamentos da acção; igual limitação se aplica aos réus que apresentem a mesma contestação.

2.No caso de reconvenção, cada uma das partes pode oferecer também até dez testemunhas, para prova dela e da respectiva defesa.

3.Consideram-se não escritos os nomes das testemunhas que no rol ultrapassam o número legal.

Artigo 564.º **Número de testemunhas que podem ser inquiridas sobre cada facto**

Sobre cada um dos factos que se propõe provar, não pode a parte produzir mais de três testemunhas, não se contando as que tenham declarado nada saber.

bele hetan nia atu lori ba foo depoimentu tuir númeru seginte nia dispozisaun, parte bele substitui testemuña ne'e.

4. Juíz tenke haruka lori ema ne'ebé falta sein justifikasaun mai ho kustódia, sein prejuizu ba multa aplikavel, ne'ebé fiksa iha akta.

5. Juíz la aplika sansaun referida iha númeru anteriór ba testemuña faltozu kuandu adia julgamentu tanba razaun ne'ebé laós nia falta ne'e, naran katak parte promete lori testemuña ne'e mai iha loron ne'ebé marka fali ba audiénsia.

Artigu 561.º

Adiamentu ba inkirisaun

Salvu kuandu parte sira maka akorda, la bele adia segunda vez testemuña faltoza nia inkirisaun.

Artigu 562.º

Testemuña nia substituisaun

Testemuña ne'ebé substitui testemuña seluk la bele foo depoimentu molok liu tiha loron lima hosi notifikasaun ba parte kontrária kona-ba substituisaun ne'e, salvu kuandu parte ne'e prexinde tiha prazu ne'e; kuandu, tuir lei, la bele adia inkirisaun ne'e atu respeita prazu ne'e, substituisaun ne'e lakon efeitu kuandu parte kontrária rekér.

2. La bele haruka karta atu halo inkirisaun ba testemuña ne'ebé mai substitui testemuña ne'ebé hatudu uluk ne'e.

3. N.º 1 nia dispozisaun la taka dalan ba juíz atu haruka testemuña ne'e foo depoimentu ho tribunál nia inisiativa.

Artigu 563.º

Limite ba testemuña nia númeru

1. Autór bele oferese testemuña too deit nain sanulu atu halo prova ba aksaun nia fundamentu; limitasaun ne'e aplika mos ba reu sira-ne'ebé apresenta kontestasau ida deit.

2. Kuandu iha rekonvensaun parte ida bele apresenta testemuña too nain sanulu atu prova faktu kona-ba rekonvensaun ne'e ka kona-ba nia defeza.

3. Juíz tenke konsidera katak testemuña ne'ebé hakerek iha rol la tama iha rol ne'e kuandu nia pozisaun iha rol ne'e liu tiha ona númeru legal.

Artigu 564.º

Testemuña hira ba faktu ida-idak

Atu prova faktu ida-idak parte bele prodúz testemuña too tolu, la sura testemuña sira-ne'ebé dehan la hatene buat ida.

Artigo 565.º
Ordem dos depoimentos

1. Antes de começar a inquirição, as testemunhas são recolhidas a uma sala donde saem para depor pela ordem em que estiverem mencionadas no rol, primeiro as do autor e depois as do réu, salvo se o juiz determinar que a ordem seja alterada ou as partes acordarem na alteração.

2. Se, porém, figurar como testemunha algum funcionário da secretaria, é ele o primeiro a depor, ainda que tenha sido oferecido pelo réu.

Artigo 566.º
Juramento e interrogatório preliminar

1. O juiz, depois da prestação de juramento, procurará identificar a testemunha e perguntar-lhe-á se é parente, amigo ou inimigo de qualquer das partes, se está para com elas nalguma relação de dependência e se tem interesse, directo ou indirecto, na causa.

2. Quando verifique pelas respostas que o declarante é inábil para ser testemunha ou que não é a pessoa que fora oferecida, o juiz não a admitirá a depor.

Artigo 567.º
Fundamentos da impugnação

A parte contra a qual for produzida a testemunha pode impugnar a sua admissão com os mesmos fundamentos por que o juiz deve obstar ao depoimento.

Artigo 568.º
Incidente da impugnação

1. A impugnação será deduzida quando terminar o interrogatório preliminar; se for de admitir, a testemunha é perguntada à matéria de facto e, se a não confessar, pode o impugnante comprová-la por documentos ou testemunhas que apresente nesse acto, não podendo produzir mais de três testemunhas a cada facto.

2. O tribunal decidirá imediatamente se a testemunha deve depor.

3. Quando se proceder ao registo ou gravação do depoimento, serão objecto de registo, por igual modo, os fundamentos de impugnação, as respostas da testemunha e os depoimentos das que tiverem sido inquiridas sobre o incidente.

Artigo 569.º
Regime do depoimento

Artigu 565.º
Orden iha depoimentu

1. Testemuña sira sei hein inkirisaun iha sala ida no sei sai ba foo depoimentu tuir orden ne'ebé sira nia naran hakerek hela iha rol; sei halo uluk inkirisaun ba autór nia testemuña, hotu tiha maka halo inkirisaun ba reu nia testemuña, salvu kuandu juíz altera orden ne'e ka parte sira akorda atu altera orden ne'e.
2. Maibé, funsionáriu judisiál ruma tama hanesan testemuña karik, nia tenke foo depoimentu uluk, maske reu maka oferese nia.

Artigu 566.º
Juramentu no interrogatóriu preliminar

1. Testemuña halo tiha juramentu, juíz husu ba testemuña ne'e atu foo nia identifikasaun no husu mos ba nia atu dehan nia parte ruma nia parente, amigu ka inimigu, nia depende hosi parte ruma ka nia iha interese, diretu ka indiretu, iha kauza.
2. Kuandu haree, tuir nia resposta, katak deklarante ne'e ema inabil atu sai testemuña ka laós ema ne'ebé parte oferese, juíz la admite nia foo depoimentu.

Artigu 567.º
Fundamentu ba impugnaun

Parte ne'ebé parte seluk oferese testemuña ida hasoru bele impugna testemuña ne'e nia admisaun, ho fundamentu ne'ebé foo fatin ba juíz atu rekuza nia depoimentu.

Artigu 568.º
Insidente ba impugnaun

1. Parte interesada tenke dedúz impugnaun kuandu interrogatóriu preliminar hotu; kuandu juíz simu impugnaun ne'e, sei halo pergunta ba nia kona-ba matéria-de-faktu no, nia la konfesa karik, impugnante bele komprova ho dokumentu ka testemuña ne'ebé nia apresenta iha aktu ne'e, too nain tolu ba faktu ida-idak.
2. Tribunál tenke deside kedas testemuña ne'e foo depoimentu ka lae.
3. Kuandu tenke halo rejistu ka gravasaun ba depoimentu, tenke rejista ka grava mos impugnaun nia fundamentu, testemuña nia resposta no testemuña sira nia depoimentu kona-ba insidente ne'e.

Artigu 569.º
Rejime ba depoimentu

- 1.A testemunha é interrogada sobre os factos que tenham sido articulados ou impugnados pela parte que a ofereceu, e deporá com precisão, indicando a razão da ciência e quaisquer circunstâncias que possam justificar o conhecimento dos factos; a razão da ciência invocada será, quanto possível, especificada e fundamentada.
- 2.Se depuser perante o tribunal colectivo, o interrogatório é feito pelo advogado da parte que a ofereceu, podendo o advogado da outra parte fazer-lhe, quanto aos factos sobre que tiver deposto, as instâncias indispensáveis para se completar ou esclarecer o depoimento.
- 3.O presidente do tribunal deve obstar a que os advogados tratem desprimorosamente a testemunha e lhe façam perguntas ou considerações impertinentes, sugestivas, capciosas ou vexatórias; tanto ele como os juizes adjuntos podem fazer as perguntas que julguem convenientes para o apuramento da verdade.
- 4.O interrogatório e as instâncias são feitos pelos mandatários das partes, sem prejuízo dos esclarecimentos pedidos pelos membros do tribunal.
- 5.O presidente do tribunal avocará o interrogatório quando tal se mostrar necessário para assegurar a tranquilidade da testemunha ou pôr termo a instâncias inconvenientes.
- 6.A testemunha, antes de responder às perguntas que lhe sejam feitas, pode consultar o processo, exigir que lhe sejam mostrados determinados documentos que nele existam, ou apresentar documentos destinados a corroborar o seu depoimento; só são recebidos e juntos ao processo os documentos que a parte respectiva não pudesse ter oferecido.
- 7.É aplicável ao depoimento das testemunhas o disposto no n.º 2 do artigo 533.º.

Artigo 570.º

Documento apresentado por escrito

- 1.Quando se verificar impossibilidade ou grave dificuldade de comparência no tribunal, pode o juiz autorizar, havendo acordo das partes, que o depoimento da testemunha seja prestado através de documento escrito, datado e assinado pelo seu autor, do qual conste relação discriminada dos factos a que assistiu ou que verificou pessoalmente e das razões de ciência invocadas.
- 2.Incorre nas penas cominadas para o crime de falso testemunho quem, pela forma constante do número anterior, prestar depoimento falso.

Artigo 571.º

Requisitos de forma

- 1.O escrito a que se refere o artigo anterior mencionará todos os elementos de identificação do depoente, indicará se existe alguma

1. Tenke halo pergunta ba testemuña kona-ba faktu ne'ebé parte ne'ebé oferese testemuña ne'e artikula ka impugna; testemuña tenke foo depoimentu ho presizaun, tenke hatudu oinsá maka nia hatene faktu ne'e no sirkunxtánsia ne'ebé bele justifika katak nia koñese duni faktu ne'e; testemuña tenke espesifika no fundamenta, konforme bele, razaun ba siénsia ne'ebé nia invoka.
2. Kuandu testemuña foo depoimentu iha tribunál koletivu nia oin, advogadu ne'ebé reprezenta parte ne'ebé oferese testemuña maka halo interrogatóriu; parte kontrária nia advogadu bele halo instánsia indispensavel ba testemuña atu kompleta ka esklaresese nia depoimentu, maibé kona deit ba faktu ne'ebé testemuña foo tiha ona depoimentu.
3. Tribunál nia presidente la bele husik advogadu sira trata aat testemuña ka halo pergunta ka konsiderasaun impertinente, sugestiva, kapsioza ka vexatória; presidente, hanesan mos juíz adjuntu sira, bele halo pergunta ne'ebé sira konsidera konveniente atu deskobre verdade.
4. Parte sira nia advogadu maka halo interrogatóriu no instánsia, sein prejuizu ba esklaresimentu ne'ebé tribunál nia membru sira husu.
5. Tribunál nia presidente tenke avoka interrogatóriu kuandu nesesáriu atu halo testemuña hakmatek ka evita instánsia inkonveniente.
6. Molok foo resposta ba pergunta ne'ebé halo ba nia, testemuña bele konsulta autus, ezije atu haree determinadu dokumentu iha autus nia laran, ka apresenta dokumentu hodi komprova nia depoimentu; juíz sei simu deit atu hatama iha autus dokumentu ne'ebé parte respetiva la bele oferese tiha ona.
7. Artigu 533.º, n.º 2, nia dispozisaun sei aplika mos ba testemuña nia depoimentu.

Artigu 570.º **Depoimentu eskritu**

1. Kuandu testemuña la bele ka iha difikuldade boot atu mai tribunál no parte sira konkorda, juíz bele autoriza testemuña foo nia depoimentu iha dokumentu eskritu, ho data no nia asinatura; iha dokumentu ne'e tenke hakerek relasaun kona-ba faktu ida-idak ne'ebé testemuña asixte ka haree rasik no mos oinsá maka testemuña hatene faktu sira-ne'e.
2. Ema ne'ebé foo depoimentu falsu iha situasaun prevista iha número anteriór bele hetan pena ne'ebé lei prevé ba krime testemuñu falsu.

Artigu 571.º **Rekizitu kona-ba forma**

1. Iha eskritu referidu iha número anteriór tenke hatama elementu kona-ba depoente nia identifikasaun, hakerek mos testemuña ne'e

relação de parentesco, afinidade, amizade ou dependência com as partes ou qualquer interesse na acção. Deve ainda o depoente declarar expressamente que o escrito se destina a ser apresentado em juízo e que está consciente de que a falsidade das declarações dele constantes o fará incorrer em responsabilidade criminal.

2.A assinatura deve mostrar-se reconhecida notarialmente, quando não for possível a exibição do respectivo documento de identificação.

3.Quando o entenda necessário, pode o juiz, oficiosamente ou a requerimento das partes, determinar, sendo ainda possível, a renovação do depoimento na sua presença, caso em que a testemunha será notificada pelo tribunal, ou a prestação de quaisquer esclarecimentos que se revelem necessários, por escrito a que se aplica o disposto nos números anteriores.

Artigo 572.º **Contradita**

A parte contra a qual foi produzida a testemunha pode contraditá-la, alegando qualquer circunstância capaz de abalar a credibilidade do depoimento, quer por afectar a razão da ciência invocada pela testemunha, quer por diminuir a fé que ela possa merecer.

Artigo 573.º **Como se processa**

1.A contradita é deduzida quando o depoimento termina.

2.Se a contradita dever ser recebida, é ouvida a testemunha sobre a matéria alegada; quando esta não seja confessada, a parte pode comprová-la por documentos ou testemunhas, não podendo produzir mais de três testemunhas a cada facto.

3.As testemunhas sobre a matéria da contradita têm de ser apresentadas e inquiridas imediatamente; os documentos podem ser oferecidos até ao momento em que deva ser proferida decisão sobre os factos da causa.

4.É aplicável à contradita o disposto no n.º 3 do artigo 568.º.

Artigo 574.º **Abono das despesas e indemnização**

A testemunha que haja sido notificada para comparecer, resida ou não na área de jurisdição do tribunal e tenha ou não prestado o depoimento, pode requerer, até ao encerramento da audiência, o pagamento das despesas de deslocação e a fixação de uma indemnização equitativa.

Artigo 575.º **Inquirição por iniciativa do tribunal**

parte ruma nia parente ka afim, amigu ka inimigu, ka lae, nia depende hosi parte ruma ka nia iha interese, diretu ka indiretu, iha kauza, ka lae. Depoente tenke deklarasaun espresamente iha dokumentu ne'e katak nia halo eskritu ne'e atu prezenta iha tribunál no nia hatene katak nia sei hetan responsabilidade kriminal kuandu nia halo deklarasaun falsu ruma iha dokumentu ne'e.

2. Testemuña nia asinatura tenke lori notáriu nia rekoñesimentu, kuandu la bele ezibe nia dokumentu ba identifikasaun ruma.

3. Kuandu konsidera nesesáriu, ofisiozamente ka tuir parte sira nia rekerimentu, juíz bele haruka renova depoimentu ne'e iha nia oin, iha kazu ne'ebé sei bele, ka haruka foo esklaresimentu nesesáriu ho surat; tribunál tenke notifika testemuña kuandu nia tenke mai foo depoimentu iha juíz nia oin; esklaresimentu eskritu sei tuir número anteriór sira nia dispozisaun.

Artigu 572.º **Kontradita**

Parte ne'ebé parte ida seluk oferese testemuña ruma hasoru bele alega sirkunstánsia ruma ne'ebé bele hatún kredibilidade ba nia depoimentu, tanba afeta razaun ne'ebé testemuña invoka hodi fundamenta nia koñesimentu, ka tanba hatún fiar ba testemuña ne'e.

Artigu 573.º **Prosesa oinsá**

1. Parte tenke dedúz kontradita kuandu depoimentu hotu.

2. Kuandu juíz simu kontradita, sei rona testemuña ne'e kona-ba matéria alegada; kuandu testemuña la konfesa matéria alegada, parte rekerente bele komprova matéria ne'e ho dokumentu ka testemuña; kona-ba faktu ida-idak bele prodúz too testemuña nain tolu.

3. Parte tenke lori testemuña sira-ne'e mai atu rona kedas; parte bele prezenta dokumentu too momentu atu foo desizaun kona-ba kauza nia faktu.

4. Artigu 568.º, n.º 3, nia dispozisaun aplika mos ba kontradita.

Artigu 574.º **Abonu ba despeza no indemnizasaun**

Testemuña ne'ebé hetan notifikasaun atu mai audiénsia, ho rezidénsia iha área ne'ebé tama iha tribunál nia jurizdisaun ka lae no foo depoimentu ka lae, bele husu ba tribunál, too audiénsia taka, atu haruka selu despeza kona-ba nia dezlokasaun no fiksa indemnizasaun ekuitativa ba nia.

Artigu 575.º **Inkirisau ho tribunál nia inisiativa**

- 1.Quando, no decurso da acção, haja razões para presumir que determinada pessoa, não oferecida como testemunha, tem conhecimento de factos importantes para a boa decisão da causa, deve o juiz ordenar que seja notificada para depor.
- 2.O depoimento só se realizará depois de decorridos cinco dias, se alguma das partes requerer a fixação de prazo para a inquirição.

SECÇÃO III PROVA DOCUMENTAL

SUBSECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 576.º **Noção de prova documental**

Prova documental é a que resulta de documento; diz-se documento qualquer objecto elaborado pelo homem com o fim de reproduzir ou representar uma pessoa, coisa ou facto.

Artigo 577.º **Modalidades dos documentos escritos**

- 1.Os documentos escritos podem ser autênticos ou particulares.
- 2.Autênticos são os documentos exarados, com as formalidades legais, pelas autoridades públicas nos limites da sua competências ou, dentro do círculo de actividade que lhe é atribuído, pelo notário ou outro oficial público provido de fé pública; todos os outros documentos são particulares.
- 3.Os documentos particulares são havidos por autenticados, quando confirmados pelas partes, perante notário, nos termos prescritos nas leis notariais.

Artigo 578.º **Exigência legal de documento escrito**

- 1.Quando a lei exigir, como forma da declaração negocial, documento autêntico, autenticado ou particular, não pode este ser substituído por outro meio de prova ou por outro documento que não seja de força probatória superior.
- 2.Se, porém, resultar claramente da lei que o documento é exigido apenas para prova da declaração, pode ser substituído por confissão expressa, judicial ou extrajudicial, contando que, neste último caso, a confissão conste de documento de igual ou superior valor probatório.

Artigo 579.º **Documentos passados em país estrangeiro**

1. Kuandu, iha aksaun nia laran, iha razaun atu hanoin katak ema ruma, ne'ebé parte sira la hatudu hanesan testemuña, hatene faktu importante ba desizaun diak iha kauza, juíz tenke haruka notifika ema ne'e mai foo depoimentu.
2. Testemuña la bele foo depoimentu molok liu tiha loron lima, kuandu parte ruma rekér atu fiksa prazu ba inkirisaun.

SEKSAUN III PROVA TESTEMUÑAL

SUBSEKSAUN I DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 576.º Nosau

Prova dokumentál maka ida-ne'ebé mai hosi dokumentu; ita bolu dokumentu buat ne'ebé ema ruma halo atu reproduz ka reprezenta ema, koiza ka faktu ruma.

Artigu 577.º Dokumentu eskritu nia modalidade

- 1 – Iha dokumentu eskritu auténtiku no partikulár.
- 2 – Dokumentu eskritu auténtiku maka ida-ne'ebé, tuir formalidade legál, autoridade pública, iha nia kompeténsia laran, ka notáriu ka ofisiál públiku seluk ne'ebé simu fé pública, iha nia atividade laran, hakerek; dokumentu sira seluk dokumentu partikulár
- 3 – Dokumentu partikulár ne'ebé parte sira konfirma iha notáriu nia oin, tuir lei notariál, sei konsidera dokumentu autentikadu.

Artigu 578.º Ezijénsia legál ba dokumentu eskritu

1. Kuandu lei ezije dokumentu auténtiku, autentikadu ka partikulár hanesan deklarasaun negosiál nia forma, la bele uza fali prova seluk ka dokumentu ho forsa probatória kiik liu iha dokumentu ne'e nia fatin.
2. Maibé, kuandu ita haree kedas katak lei ezije dokumentu ne'e hodi prova deit deklarasaun ne'e, bele uza konfisaun espresa, judisiál ka extrajudisiál iha dokumentu ne'e nia fatin, sarak, iha kazu ikus ne'e, konfisaun ne'e tama iha dokumentu ho valór probatóriu hanesan ka boot liu.

Artigu 579.º Dokumentu pasadu iha paíz estranjeiru

1.Os documentos autênticos ou particulares passados em país estrangeiro, na conformidade da respectiva lei, fazem prova como o fariam os documentos da mesma natureza exarados em Timor-Leste.

2.Se o documento não estiver legalizado, nos termos da lei processual, e houver fundadas dúvidas acerca da sua autenticidade ou da autenticidade do reconhecimento, pode ser exigida a sua legalização.

Artigo 580.º
Falta de requisitos legais

A força probatória do documento escrito a que falte algum dos requisitos exigidos na lei é apreciada livremente pelo tribunal.

Artigo 581.º
Força probatória

1.Os documentos autênticos fazem prova plena dos factos que referem como praticados pela autoridade ou oficial público respectivo, assim como dos factos que neles são atestados com base nas percepções da entidade documentadora; os meros juízos pessoais do documentador só valem como elementos sujeitos à livre apreciação do julgador.

2.Se o documento contiver palavras emendadas, truncadas ou escritas sobre rasuras ou entrelinhas, sem a devida ressalva, determinará o julgador livremente a medida em que os vícios externos do documento excluem ou reduzem a sua força probatória.

Artigo 582.º
Falsidade

1.A força probatória dos documentos autênticos só pode ser ilidida com base na sua falsidade.

2.O documento é falso, quando nele se atesta como tendo sido objecto da percepção da autoridade ou oficial público qualquer facto que na realidade se não verificou, ou como tendo sido praticado pela entidade responsável qualquer acto que na realidade o não foi.

3.Se a falsidade for evidente em face dos sinais exteriores do documento, pode o tribunal, officiosamente declará-lo falso.

Artigo 583.º
Assinatura nos documentos particulares

1.Os documentos particulares devem ser assinados pelo seu autor, ou por outrem a seu rogo, se o rogante não souber ou não puder assinar.

1. Dokumentu auténtiku ka partikulár pasadu iha país estranjeiru tuir país ne'e nia lei halo prova hanesan dokumentu auténtiku ka partikulár pasadu iha Timór-Leste.

2 .Kuandu dokumentu ida la hetan legalizasaun tuir lei prosesuál no iha dúvida fundada kona-ba nia autentisidade ka kona-ba rekoñesimentu ne'ebé halo ba nia autentisidade, bele ezije dokumentu ne'e nia legalizasaun.

Artigu 580.º **Rekizitu legál nia falta**

Tribunál apresia livremente dokumentu eskritu ne'ebé la iha rekizitu ruma ne'ebé lei ezije.

Artigu 581.º **Forsa probatória**

1. Dokumentu auténtiku ka autentikadu halo prova plena kana-bá faktu ne'ebé dokumentu ne'e dehan katak autoridade ka ofisiál públiku halo, no mos kona-ba faktu ne'ebé hakerek iha dokumentu ne'e ho baze iha entidade dokumentadora nia persepsaun; dokumentadór nia juizu pesoál vale deit hanesan elementu ne'ebé tenke tama iha julgadór nia apresiasaun livre.

2. Kuandu dokumentu iha lia-fuan ruma emendada, trunkada ka hakerek iha razura nia leten ka entrelina, maibé la iha ressalva, julgadór sei determina livremente too iha-ne'ebé maka dokumentu nia vísiu esternu ne'e hasai ka hamenus dokumentu ne'e nia forsa probatória.

Artigu 582.º **Falsidade**

1. Dokumentu auténtiku nia forsa probatória bele hasai deit ho baze iha nia falsidade.

2. Dokumentu falsu maka ida-ne'ebé dehan katak autoridade ka ofisiál públiku iha persepsaun kona-ba faktu ruma, kuandu faktu ne'e la akontese, ka katak entidade responsavel halo buat ruma, kuandu entidade ne'e la halo.

3. Kuandu dokumentu ida nia sinál esteríór hatudu katak dokumentu ne'e falsu, tribunál bele deklara katak dokumentu ne'e falsu, ofisiozamente ka tuir rekerimentu.

Artigu 583.º **Asinatura iha dokumentu partikulár**

1. Dokumentu partikulár nia autór tenke asina dokumentu ne'e; kuandu autór la hatene ka la bele asina, eme seluk, ho nia pedidu, tenke asina iha nia fatin.

2. Nos títulos emitidos em grande número ou nos demais casos em que o uso o admita, pode a assinatura ser substituída por simples reprodução mecânica.
3. Se o documento for subscrito por pessoa que não saiba ou não possa ler, a subscrição só obriga quando feita ou confirmada perante notário, depois de lido o documento ao subscritor.
4. O rogo deve igualmente ser dado ou confirmado perante notário, depois de lido o documento ao rogante.

Artigo 584.º

Autoria da letra e da assinatura nos documentos particulares

1. A letra e a assinatura, ou só a assinatura, de um documento particular consideram-se verdadeiras, quando reconhecidas ou não impugnadas pela parte contra quem o documento é apresentado, ou quando esta declare não saber se lhe pertencem, apesar de lhe serem atribuídas, ou quando sejam havidas legal ou judicialmente como verdadeiras.
2. Se a parte contra quem o documento é apresentado impugnar a veracidade da letra ou da assinatura, ou declarar que não sabe se são verdadeiras, não lhe sendo elas imputadas, incumbe à parte que apresentar o documento a prova da sua veracidade.

Artigo 585.º

Reconhecimento notarial

1. Se estiverem reconhecidas presencialmente, nos termos das leis notariais, a letra e a assinatura do documento, ou só a assinatura, têm-se por verdadeiras.
2. Se a parte contra quem o documento é apresentado arguir a falsidade do reconhecimento presencial da letra e da assinatura, ou só da assinatura, a ela incumbe a prova dessa falsidade.
3. Salvo disposição legal em contrário, o reconhecimento por semelhança vale como mero juízo pericial.

Artigo 586.º

Força probatória dos documentos particulares

1. O documento particular cuja autoria seja reconhecida nos termos dos artigos antecedentes faz prova plena quanto às declarações atribuídas ao seu autor, sem prejuízo da arguição e prova da falsidade do documento.
2. Os factos compreendidos na declaração consideram-se provados na medida em que forem contrários aos interesses do declarante; mas a declaração é indivisível, nos termos prescritos para a prova por confissão.
3. Se o documento contiver notas marginais, palavras entrelinhadas,

2. Iha títulu ne'ebé ema ruma emite barak loos no iha kazu ne'ebé kostuma uza, bele uza deit reproduusaun mekánika iha asinatura nia fatin.
3. Dokumentu ne'ebé ema ne'ebé la hatene ka la bele le maka asina obriga deit kuandu asinatura ne'e halo ka konfirma iha notóriu nia oin, le tiha dokumentu ne'e ba subskritór.
4. Pedidu ba ema seluk atu asina iha autór nia fatin mos tenke halo ka konfirma iha iha notáriu nia oin, le tiha dokumentu ne'e ba rogante.

Artigu 584.º

Letra ka asinatura nia autoria iha dokumentu partikulár

1. Letra no asinatura, ka asinatura deit, ne'ebé tama iha dokumentu partikulár sei konsidera verdadeira kuandu parte ne'ebé ema ruma apresenta dokumentu ne'e hasoru rekoñese ka la impugna, ka kuandu parte ne'e deklarata katak nia la hatene asinatura ka letra ne'ebé atribui ba nia ninian ka lae, ka kuandu lei ka desizaun konsidera letra no asinatura ne'e hanesan verdadeira.
2. Kuandu parte ne'ebé ema ruma apresenta dokumentu ne'e hasoru impugna letra ka asinatura nia verasidade ka deklarata katak nia la hatene asinatura ka letra ne'ebé la atribui ba nia verdadeiru ka lae, parte ne'ebé apresenta dokumentu ne'e maka tenke prova katak dokumentu ne'e verdadeiru duni.

Artigu 585.º

Rekoñesimentu notariál

1. Letra no asinatura, ka asinatura deit, ne'ebé lori rekoñesimentu notariál prezensiál tuir lei notariál, tenke konsidera verdadeiru.
2. Kuandu parte ne'ebé ema ruma apresenta dokumentu ne'e hasoru argui katak rekoñesimentu prezensiál ba letra no asinatura, ka ba asinatura deit, falsu, parte ne'e maka tenke prova falsidade ne'e.
3. Salvu dispozisaun legál seluk, rekoñesimentu tuir semellansa, vale deit hanesan juizu¹⁷⁵ perisiál.

Artigu 586.º

Dokumentu partikulár nia forsa probatória

1. Dokumentu partikulár ne'ebé nia autoria rekoñese tiha ona tuir artigu anteriór sira nia dispozisaun halo prova plena kona-ba deklarasaun ne'ebé atribui ba dokumentu ne'e nia autór, sein prejuizu ba arguisaun no prova kona-ba dokumentu ne'e nia falsidade.
2. Faktu ne'ebé tama iha deklarasaun ne'e sei konsidera provadu iha medida ne'ebé kontraria deklarante nia interese; maibé deklarasaun ne'e tenke simu tomak deit tuir dispozisaun kona-ba prova ho konfisaun.
3. Kuandu dokumentu iha nota marjinál, palavra entrelañada, razura,

rasuras, emendas ou outros vícios externos, sem a devida ressalva, cabe ao julgador fixar livremente a medida em que esses vícios excluem ou reduzem a força probatória do documento.

Artigo 587.º
Documentos autenticados

Os documentos particulares autenticados nos termos da lei notarial têm a força probatória dos documentos autênticos, mas não os substituem quando a lei exija documento desta natureza para a validade do acto.

Artigo 588.º
Assinatura em branco

Se o documento tiver sido assinado em branco, total ou parcialmente, o seu valor probatório pode ser ilidido, mostrando-se que nele se inseriram declarações divergentes do ajustado com o signatário ou que o documento lhe foi subtraído.

Artigo 589.º
Reproduções mecânicas

As reproduções fotográficas ou cinematográficas, os registos fonográficos e, de um modo geral, quaisquer outras reproduções mecânicas de factos ou de coisas fazem prova plena dos factos e das coisas que representam, se a parte contra quem os documentos são apresentados não impugnar a sua exactidão.

Artigo 590.º
Certidões

- 1.As certidões de teor extraídas de documentos arquivados nas repartições notariais ou noutras repartições públicas, quando expedidas pelo notário ou por outro depositário público autorizado, têm a força probatória dos originais.
- 2.A prova resultante da certidão de teor parcial pode ser invalidada ou modificada por meio da certidão de teor integral.
- 3.Qualquer interessado, e bem assim a autoridade pública a quem for exibida, para efeito de prova, uma certidão parcial, podem exigir do apresentante a exibição da certidão integral correspondente.

Artigo 591.º
Certidões de certidões

As certidões de certidões, expedidas na conformidade da lei, têm a força probatória das certidões de que forem extraídas.

emenda ka vísiu esternu seluk, ne'ebé la tama iha ressalva, julgadór sei fiksa livremente too iha ne'ebé maka vísiu ne'e exklui ka hamenus dokumentu ne'e nia forsa probatória.

Artigu 587.º
Dokumentu autentikadu

Dokumentu partikulár autentikadu tuir lei notariál vale hanesan dokumentu auténtiku, maibé la bele substitui dokumentu auténtiku kuandu lei ezije dokumentu auténtiku para aktu nia validade.

Artigu 588.º
Asinatura ein-branku

Dokumentu ho asinatura em-branku, totál ka parsialmente, nia valór bele hasai tiha, kuandu iha prova katak iha dokumentu ne'e hatama tiha deklarasaun ruma diverjente ho buat ne'ebé kombina tiha ona ho signatáriu ka katak ema ruma naok tiha dokumentu ne'e hosi nia.

Artigu 589.º
Reprodusaun mekánika

Reprodusaun fotográfika ka sinematográfika, rejistu fonográfiku no reproduasaun mekánika ruma kona-ba faktu ka koiza halo prova plena kona-ba faktu ka koiza ne'ebé reprezenta, kuandu parte ne'ebé ema ruma apresenta dokumentu ne'ebé hasoru la impugna dokumentu ne'e nia ezatidaun.

Artigu 590.º
Sertidaun

1. Sertidaun-de-teór ne'ebé hasai hosi dokumentu arkivadu iha repartisaun notariál ka iha repartisaun públika seluk iha forsa hanesan ho nia orijinál nian kuandu notáriu ka depozitáriu autorizadu seluk maka haruka mai tribunál.
2. Prova ho sertidaun-de-teór parsial bele invalida tiha ho sertidaun-de-teór integrál.
3. Interesadu ka autoridade públika ne'ebé ema ruma apresenta sertidaun parsial ba, atu halo prova, bele ezije ba apresentante atu ezibe sertidaun integrál korrespondente.

Artigu 591.º
Sertidaun hosi sertidaun

Sertidaun ne'ebé hasai hosi sertidaun, kuandu expedida tuir lei, iha forsa probatória hanesan ho sertidaun hosi ne'ebé hasai mai ne'e.

Artigo 592.º
Invalidação da força probatória das certidões

A força probatória das certidões pode ser invalidada ou modificada por confronto com o original ou com a certidão de que foram extraídas.

Artigo 593.º
Públicas-formas

1.As cópias de teor, total ou parcial, expedidas por oficial público autorizado e extraídas de documentos avulsos que lhe sejam apresentados para esse efeito têm a força probatória do respectivo original, se a parte contra a qual forem apresentadas não requerer a exibição desse original.

2.Requerida a exibição, a pública-forma não tem a força probatória do original, se este não for apresentado ou, sendo-o, se não mostrar conforme com ela.

Artigo 594.º
Fotocópias de documentos

1.As cópias fotográficas de documentos arquivados nas repartições notariais ou noutras repartições públicas têm a força probatória das certidões de teor, se a conformidade delas com o original for atestada pela entidade competente para expedir estas últimas; é aplicável, neste caso, o disposto no artigo 592.º.

2.As cópias fotográficas de documentos estranhos nos arquivos mencionados no número anterior têm o valor da pública-forma, se a sua conformidade com o original for atestada por notário; é aplicável neste caso, o disposto no artigo 593.º.

SUBSECÇÃO II
TRAMITAÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL

Artigo 595.º
Momento da apresentação

1.Os documentos destinados a fazer prova dos fundamentos da acção ou da defesa devem ser apresentados com o articulado em que se aleguem os factos correspondentes.

2.Se não forem apresentados com o articulado respectivo, os documentos podem ser apresentados até ao encerramento da discussão em primeira instância, mas a parte será condenada em multa, excepto se provar que os não pôde oferecer com o articulado.

Artigu 592.º
Invalidasaun ba sertidaun nia forsa probatória

Sertidaun nia forsa probatória bele invalida ka modifika ho komparasaun ho dokumentu orijinal ka ho sertidaun hosi ne'ebé hasai mai ne'e.

Artigu 593.º
Públika-forma

1. Kópia de-teór, total ka parsial, ne'ebé ofisial públiku autorizadu maka haruka mai tribunál no hasai hosi dokumentu avulsu ne'ebé ema ruma apresenta ba nia atu hasai iha forsa hanesan orijinal respetivu, kuandu parte ne'ebé apresenta hasoru ne'e la husu atu ezibe orijinal ne'e.
2. Rekér tiha ezibisaun, públika-forma la iha forsa probatória hanesan orijinal kuandu la apresenta orijinal ne'e ka, apresenta tiha, haree katak orijinal la hanesan ho públika-forma ne'e.

Artigu 594.º
Dokumentu nia fotokópia

1. Dokumentu arkivadu iha repartisaun notariál ka iha repartisaun públika seluk nia kópia fotográfika iha forsa probatória hanesan sertidaun-de-teór, kuandu entidade competente atu expede sertidaun-de-teór atesta nia konformidade ho orijinal; artigu 592.º nia dispozisaun sei aplika mos iha ne'e.
2. Kópia fotográfika ne'ebé hasai hosi dokumentu ne'ebé laós iha arkivu sira mensionadu iha número anteriór iha valór hanesan públika-forma, kuandu notáriu atesta nia konformidade ho orijinal; artigu 593.º nia dispozisaun sei aplika mos iha ne'e.

SUBSEKSAUN II
PROVA DOKUMENTÁL NIA TRAMITASAUN

Artigu 595.º
Momentu atu apresenta

1. Dokumentu atu halo prova kona-ba aksaun ka defeza nia fundamentu tenke apresenta ho artikuladu iha ne'ebé alega faktu korrespondente.
2. Kuandu la apresenta ho artikuladu respetivu, dokumentu ne'e tenke apresenta too diskusaun iha primeira instánsia taka, maibé júiz tenke kondena parte selu multa, salvu kuandu nia prova katak nia la bele apresenta ho artikuladu.

Artigo 596.º
Apresentação em momento posterior

1. Depois do encerramento da discussão só são admitidos, no caso de recurso, os documentos cuja apresentação não tenha sido possível até àquele momento.

2. Os documentos destinados a provar factos posteriores aos articulados, ou cuja apresentação se tenha tornado necessária por virtude de ocorrência posterior, podem ser oferecidos em qualquer estado do processo.

Artigo 597.º
Junção de pareceres

Os pareceres de advogados, professores ou técnicos podem ser juntos, nos tribunais de primeira instância, em qualquer estado do processo.

Artigo 598.º
Notificação à parte contrária

Quando o documento seja oferecido com o último articulado ou depois dele, a sua apresentação será notificada à parte contrária, salvo se esta estiver presente ou o documento for oferecido com alegações que admitem resposta.

Artigo 599.º
Exibição de reproduções cinematográficas e de registos fonográficos

À parte que apresente como prova qualquer reprodução cinematográfica ou registo fonográfico incumbe facultar ao tribunal os meios técnicos de o exhibir, sempre que seja necessário.

Artigo 600.º
Documentos em poder da parte contrária

1. Quando se pretenda fazer uso de documento em poder da parte contrária, o interessado requererá que ela seja notificada para apresentar o documento dentro do prazo que for designado; no requerimento a parte identificará quanto possível o documento e especificará os factos que com ele quer provar.

2. Se os factos que a parte pretende provar tiverem interesse para a decisão da causa, será ordenada a notificação.

Artigo 601.º
Não apresentação do documento

Artigu 596.º
Aprezentasaun iha momentu posteriór

1. Taka tiha diskusaun, sei admite deit, kuandu iha rekursu, dokumentu ne'ebé parte la bele apresenta too momentu ne'ebá.
2. Dokumentu atu prova faktu posteriór ba artikuladu ka faktu ne'ebé nia apresentasaun sai nesesáriu tanba okorrénsia posteriór, bele oferese iha prosesu nia estadu naran ida.

Artigu 597.º
Paresér nia junsau

Advogadu, profesór ka tékniku nia paresér bele oferese, iha tribunál iha primeira instánsia, iha prosesu nia estadu naran ida.

Artigu 598.º
Notifikasaun ba parte kontrária

Kuandu parte ida apresenta dokumentu ho artikuladu último ka liu tiha artikuladu ida-ne'e, tenke notifika junsau ne'e ba parte kontrária, salvu kuandu junsau ne'e halo iha parte ne'e nia prezensa ka parte oferese dokumentu ne'e ho alegasaun ne'ebé admite resposta.

Artigu 599.º
Reprodusaun sinematográfika no rejistu fonográfiku nia ezibisaun

Parte ne'ebé apresenta hanesan prova reprodusaun sinematográfika ka rejistu fonográfiku tenke fakulta ba tribunál meu tékniku atu ezibe reprodusaun no rejistu ne'e, kuandu nesesáriu.

Artigu 600.º
Dokumentu iha parte kontrária nia liman

1. Ema ne'ebé hakarak uza dokumentu ne'ebé iha parte kontrária nia liman tenke husu ba tribunál atu notifika parte ne'e atu apresenta dokumentu ne'e iha prazu fiksadu; iha rekerimentu ne'e interesadu tenke identifika dokumentu ne'e, konforme bele, no espesifika¹⁷⁶ faktu ne'ebé nia hakarak prova ho dokumentu ne'e.
2. Kuandu faktu ne'ebé parte rekerente hakarak prova iha interesse ba kauza nia desizaun, júiz sei haruka halo notifikasaun ne'e.

Artigu 601.º
La apresenta dokumentu

Se o notificado não apresentar o documento, é-lhe aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 506.º.

Artigo 602.º
Escusa do notificado

1. Se o notificado declarar que não possui o documento, o requerente é admitido a provar, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade.

2. Incumbe ao notificado que haja possuído o documento e que pretenda eximir-se ao efeito previsto no n.º 2 do artigo 512.º demonstrar que, sem culpa sua, ele desapareceu ou foi destruído.

Artigo 603.º
Documentos em poder de terceiro

Se o documento estiver em poder de terceiro, a parte requererá que o possuidor seja notificado para o entregar na secretaria, dentro do prazo que for fixado, sendo aplicável a este caso o disposto no artigo 600.º.

Artigo 604.º
Sanções aplicáveis ao notificado

O tribunal pode ordenar a apreensão do documento e condenar o notificado em multa quando ele não efectuar a entrega, nem fizer nenhuma declaração, ou quando declarar que não possui o documento e o requerente provar que a declaração é falsa.

Artigo 605.º
Recusa de entrega justificada

Se o possuidor, apesar de não se verificar nenhum dos casos previstos no n.º 3 do artigo 506.º, alegar justa causa para não efectuar a entrega, será obrigado, sob pena de lhe serem aplicáveis as sanções prescritas no artigo anterior, a facultar o documento para o efeito de ser fotografado, examinado judicialmente, ou se extraírem dele as cópias ou reproduções necessárias.

Artigo 606.º
Ressalva da escrituração comercial

A exibição judicial, por inteiro dos livros de escrituração comercial e dos documentos a ela relativos rege-se pelo disposto na legislação comercial.

Artigo 607.º
Requisição de documentos

Kuandu parte la apresenta dokumentu ne'e, tenke tuir artigu 506.º, n.º 2, nia dispozisaun.

Artigu 602.º
Notifikadu nia eskuza

1. Kuandu notifikadu dehan katak nia la iha dokumentu ne'e, rekerente bele prova, ho meiu naran ida, katak deklarasaun ne'e falsu.
2. Nofifikadu ne'ebé uluk iha duni dokumentu ne'e no hakarak hasai-án hosi efeitu previstu iha artigu 512.º, n.º 2, tenke prova katak dokumentu ne'e lakon ka destroe tiha ona, maibé laós tanba nia kulpa.

Artigu 603.º
Dokumentu iha terseiru nia liman

Kuandu dokumentu iha terseiru nia liman parte bele husu ba tribunál atu notifika posuidór atu entrega dokumentu ne'e iha sekretaria, iha prazu fiksadu; artigu 600.º nia dispozisaun aplika mos iha ne'e.

Artigu 604.º
Sansaun aplikavel ba notifikadu

Tribunál bele haruka halo apreensaun ba dokumentu ne'e no kondena notifikadu selu multa kuandu nia la entrega no la dehan buat ida ka nia dehan katak nia la iha dokumentu ne'e, maibé rekerente prova katak deklarasaun ne'e falsu.

Artigu 605.º
Rekuza juztifikada

Kuandu la tama iha artigu 506.º, n.º 3, nia previzaun, maibé posuidór alega justa kauza atu la entrega dokumentu ne'e, nia tenke husik hasai fotografia, halo ezame judisiál, ka hasai kópia ka reproduasaun nesesária hosi dokumentu ne'e, selae tribunál bele aplika sansaun prevista iha artigu anteriór ba nia.

Artigu 606.º
Resalva ba eskriturasaun komersiál

Livru kona-ba eskriturasaun komersiál no dokumentu relativu nia ezibisaun judisiál tomak tenke halo tuir lejislasaun komersiál nia dispozisaun.

Artigu 607.º
Rekizisaun ba dokumentu

1. Incumbe ao tribunal, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer das partes, requisitar informações, pareceres técnicos, plantas, fotografias, desenhos, objectos ou outros documentos necessários ao esclarecimento da verdade.

2. A requisição pode ser feita aos organismos oficiais, às partes ou a terceiros.

Artigo 608.º

Sanções aplicáveis às partes e a terceiros

Partes e terceiros que não cumpram a requisição incorrem em multa, salvo se justificarem o seu procedimento, sem prejuízo dos meios coercitivos destinados ao seu cumprimento.

Artigo 609.º

Despesas provocadas pela requisição

As despesas a que der lugar a requisição entram em regra de custas, sendo logo abonadas aos organismos oficiais e a terceiros pela parte que tiver sugerido a diligência ou por aquela a quem a diligência aproveitar.

Artigo 610.º

Notificação às partes

A obtenção dos documentos requisitados será notificada às partes.

Artigo 611.º

Legalização dos documentos passados em país estrangeiro.

1. Os documentos autênticos passados em país estrangeiro, na conformidade da lei desse país, consideram-se legalizados desde que a assinatura do funcionário público esteja reconhecida por agente diplomático ou consular timorense no Estado respectivo e a assinatura deste agente esteja autenticada com o selo branco consular respectivo.

2. Se os documentos particulares lavrados fora de Timor-Leste estiverem legalizados por funcionário público estrangeiro, a legalização carece de valor enquanto se não obtiverem os reconhecimentos exigidos no número anterior.

Artigo 612.º

Cópia de documentos de leitura difícil

1. Se a letra do documento for de difícil leitura, a parte é obrigada a apresentar uma cópia legível.

2. Se a parte não cumprir, incorrerá em multa e juntar-se-á cópia à

1. Ofisiozamente ka tuir parte nia rekerimentu, tribunál tenke rekizita informasaun, paresér tékniku, planta, fotografia, dezeñu, objetu ka dokumentu seluk tan nesesáriu atu esklaresa verdade.
2. Rekizisaun ne'e bele halo ba organizmu ofisiál, parte ka terseiru.

Artigu 608.º
Sansaun aplikavel ba parte no terseiru

Parte ka terseiru ne'ebé la halo tuir rekizisaun ne'e bele hetan kondensaun selu-multa, salvu kuandu justifika nia prosedimentu, sein prejuizu ba meu koersivu ba rekizisaun nia kumprimentu.

Artigu 609.º
Despeza tanba rekizisaun ne'e

Despeza tanba rekizisaun ne'e tama iha kustas; parte ne'ebé sujere dilijánsia ne'e ka hasai proveitu hosi dilijánsia ne'e tenke entrega kedas despeza ne'e ba organizmu ofisiál no terseiru ne'e.

Artigu 610.º
Notifikasaun ba parte

Tribunál tenke notifika dokumentu rekizitadu nia obtensaun ba parte sira.

Artigu 611.º
Legalizasaun ba dokumentu pasadu iha paíz estranjeiru

1. Dokumentu pasadu iha paíz estranjeiru, tuir paíz ne'e nia lei, sei konsidera legalizadu kuandu ajente diplomátiku ka konsulár timór iha Estadu respetivu, ho nia asinatura autentikada ho selu branku konsulár respetivu, rekoñese funsionáriu públiku emitente nia asinatura.
2. Kuandu funsionáriu públiku estranjeiru maka legaliza dokumentu partikulár lavradu iha estranjeiru, legalizasaun ne'e tenke hetan rekoñesimentu tuir artigu anteriór nia dispozisaun atu vale.

Artigu 612.º
Dokumentu ho leitura difisil

1. Kuandu dokumentu nia letra difisil atu le, parte tenke apresenta kópia lejjivel.
2. Kuandu la kumpre, parte ne'e bele hetan kondensaun iha multa no sei hatama kópia lejjivel ne'ebé nia maka tenke selu.

custa dela.

Artigo 613.º
Impugnação da genuinidade de documento

1.A impugnação da letra ou assinatura do documento particular ou da reprodução mecânica, a negação das instruções de preenchimento e a declaração que não se sabe se a letra ou a assinatura do documento particular é verdadeira devem ser feitas no prazo de dez dias, contados da apresentação do documento, se a parte a ele estiver presente, ou da notificação da junção, no caso contrário.

2.Se, porém, respeitarem a este documento junto com o articulado que não seja o último, devem ser feitas no articulado seguinte e, se se referirem a documento junto com a alegação do recorrente, serão feitas dentro do prazo facultado para a alegação do recorrido.

3.No mesmo prazo deverá ser feito o pedido de confronto da certidão ou da cópia com o original ou com a certidão de que foi extraída.

Artigo 614.º
Prova

1.Com a prática de qualquer dos actos referidos no n.º 1 do artigo anterior, o impugnante, pode requerer a produção de prova.

2.Notificada a impugnação, a parte que produziu o documento pode requerer a produção de prova destinada a convencer da sua genuinidade, no prazo de dez dias, limitado, porém, em primeira instância, ao termo da discussão da matéria de facto.

3.A produção de prova oferecida depois de designado dia para a audiência de discussão e julgamento não suspende as diligências para ela nem determina o seu adiamento. Se não houver tempo para notificar as testemunhas oferecidas, ficam as partes obrigadas a apresentá-las.

Artigo 615.º
Ilisão da autenticidade ou da força probatória de documento

1.No prazo estabelecido no artigo 613.º, devem também ser arguidas a falta de autenticidade de documento presumido por lei como autêntico, a falsidade do documento, a subscrição de documento particular por pessoa que não sabia ou não podia ler sem a intervenção notarial, a subtracção de documento particular assinado em branco e a inserção nele de declarações divergentes do ajustado com o signatário.

2.Se a parte só depois desse prazo tiver conhecimento do facto que fundamenta a arguição, poderá esta ter lugar dentro de dez dias a contar da data do conhecimento.

3.A parte que haja reconhecido o documento como isento de vícios

Artigu 613.º
Impugnasaun ba dokumentu nia jenuinidade¹⁷⁷

1. Impugnasaun ba letra ka asinatura iha dokumentu partikulár ka ba nia reproduasaun mekánika, negasaun hasoru instrusaun kona-ba preenximentu no deklarasaun katak la hatene letra ka asinatura iha dokumentu partikulár ne'e verdadeiru ka lae tenke halo iha loron sanulu nia laran, hahú iha dokumentu nia junsau, kuandu parte iha ne'ebá, ka iha notifikasaun kona-ba junsau ne'e, kuandu parte la iha ne'ebá.
2. Maibé, kuandu refere ba dokumentu juntu ho artikuladu ne'ebé laós ikus liu, tenke halo iha artikuladu seginte no, kuandu refere ba dokumentu juntu ho rekorrente nia alegasaun, tenke halo iha prazu ba rekorridu nia alegasaun.
3. Iha prazu ne'e nia laran tenke husu mos atu kompara sertidaun ka kópia ho orijinal ka ho sertidaun hosi ne'ebé hasai ne'e.

Artigu 614.º
Prova

1. Hamutuk ho aktu sira referidu iha artigu anteriór, n.º 1, nia prátika impugnante bele husu mos atu prodúz prova.
2. Hetan tiha notifikasaun kona-ba impugnasaun, parte ne'ebé prodúz dokumentu bele husu atu prodúz prova hodi konvense kona-ba nia jenuinidade, iha loron sanulu nia laran, maibé, iha primeira instánsia, too deit diskusaun kona-ba matéria-de-faktu hotu.
3. Prova ne'ebé, marka tiha loron ba audiénsia ba diskusaun no julgamentu, maka oferese nia produsaun la suspende dilijénsia ba audiénsia ne'e no la determina audiénsia ne'e nia adiamentu. Kuandu la iha tempu atu notifika testemuña oferesida, parte sira tenke apresenta testemuña ne'e.

Artigu 615.º
Ilizaun ba dokumentu nia autenticidade ka forsa probatória

1. Iha prazu estabesidu iha artigu 613.º tenke argui dokumentu ne'ebé lei prezume auténtiku nia falta de autenticidade, dokumentu nia falsidade, subskrisaun ne'ebé ema ne'ebé la hatene ka la bele le halo iha dokumentu partikulár kuandu la iha intervensaun notariál, dokumentu partikulár asinadu-em-branku nia subtrasaun no insersaun iha dokumentu ne'e kona-ba deklarasaun la hanesan ho akordu ne'ebé halo ho signatáriu.
2. Kuandu liu tiha prazu ne'e maka parte hatene faktu ne'ebé fundamenta arguisaun, nia bele halo arguisaun ne'e iha loron sanulu nia laran hahú iha koñesimentu ne'e.
3. Parte ne'ebé rekoñese katak dokumentu ne'e la iha vísiu ida bele

só pode arguir vícios supervenientes, nos termos do número anterior, sem prejuízo do conhecimento oficioso nos termos da lei civil.

Artigo 616.º **Arguição pelo apresentante**

1.A arguição da falsidade parcial de documento, bem como da inserção de documento particular assinado em branco, de declarações só parcialmente divergentes do ajustado com o signatário, podem ser feitas pelo próprio apresentante que se queira valer da parte não viciada do documento.

2.O apresentante do documento pode também arguir a falsidade superveniente deste, nos termos e no prazo do n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 617.º **Resposta**

1.A parte contrária é notificada para responder, salvo se a arguição houver sido feita em articulado que não seja o último; neste caso poderá responder no articulado seguinte.

2.Se a parte contrária não responder ou declarar que não quer fazer uso do documento, não poderá este ser atendido na causa para efeito algum.

3.Apresentada a resposta, será negado seguimento à arguição se esta for manifestamente improcedente ou meramente dilatória, ou se o documento não puder ter influência na decisão da causa.

Artigo 618.º **Instrução e julgamento**

1.Com a arguição e com a resposta, podem as partes requerer a produção de prova.

2.São inseridos ou aditados ao questionário os factos que interessem à apreciação da arguição.

3.A produção de prova, bem como a decisão, terão lugar juntamente com a da causa, cujos termos se suspenderão para o efeito, quando necessário.

4.A decisão proferida sobre a arguição será notificada ao Ministério Público.

Artigo 619.º **Falsidade de acto judicial**

1.A falsidade da citação deve ser arguida dentro de dez dias, a contar da intervenção do réu no processo.

2.A falsidade de qualquer outro acto judicial deve ser arguida

argui deit vísiu superveniente, tuir númeru anteriór nia dispozisaun, sein prejuizu ba koñesimentu ofisiozu nu'udar lei sivil.

Artigu 616.º
Aprezentante nia arguisaun

1. Parte ne'ebé apresenta dokumentu bele argui dokumentu ne'e nia falsidade parsial no mos deklarasaun ne'ebé hatama iha dokumentu asinadu-em-branku nia diversidade parsial ho buat ne'ebé akorda tiha ona ho signatáriu, kuandu nia hakarak uza dokumentu ne'e nia parte la visiada.
2. Parte ne'ebé apresenta dokumentu bele argui mos dokumentu ne'e nia falsidade superveniente, tuir artigu anteriór, n.º 2, nia dispozisaun no iha prazu referidu iha ne'ebá.

Artigu 617.º
Resposta

1. Tenke notifika parte kontrária atu foo resposta, salvu kuandu arguisaun ne'e halo iha artikuladu ne'ebé laós ikus liu, tanba iha kazu ne'e parte ne'e bele foo resposta iha artikuladu seginte.
2. Kuandu parte kontrária la foo resposta ka deklara katak lakohi uza dokumentu ne'e, la bele uza dokumentu ne'e ba buat ida.
3. Apresenta tiha resposta, juíz la husik arguisaun ne'e lao ba oin kuandu haree kedas katak arguisaun ne'e la iha baze ka serve deit atu demora prosesu ka dokumentu ne'e la bele iha influénsia iha kauza nia desizaun.

Artigu 618.º
Instrusaun no julgamentu

1. Ho arguisaun no ho resposta parte sira bele rekér atu prodúz prova.
2. Faktu ne'ebé interesa atu apresia arguisaun tenke hatama ka adita iha kestionáriu.
3. Prova no desizaun kona-ba arguisaun sei prodúz no foo hamutuk ho prova no desizaun kona-ba kauza; kuandu nesesáriu, bele suspende kauza nia termus.
4. Desizaun kona-ba arguisaun tenke notifika ba Minixtériu Públiku.

Artigu 619.º
Aktu judisiál nia falsidade

1. Sitasau nia nulidade tenke argui iha loran sanulu nia laran, hahú iha reu nia intervensaun iha prosesu.
2. Aktu judisiál seluk ruma nia falsidade tenke argui iha loran sanulu nia naran, hahú iha loran ne'ebé tenke konsidera katak

no prazo de dez dias, a contar daquele em que deva entender-se que a parte teve conhecimento do acto.

3. Ao incidente de falsidade de acto judicial é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 615.º a 618.º.

4. Quando a falsidade respeitar a acto de citação e puder prejudicar a defesa do citando, a causa suspende-se logo que seja admitida a arguição, até decisão definitiva desta; mas o incidente não terá seguimento se o autor, notificado da arguição, requerer a repetição do acto da citação.

SECÇÃO IV ACAREAÇÃO

Artigo 620.º Acareação

Se houver oposição directa, acerca de determinado facto, entre os depoimentos das testemunhas ou entre eles e o depoimento da parte, pode ter lugar, oficiosamente ou a requerimento de qualquer das partes, a acareação das pessoas em contradição.

Artigo 621.º Como se processa

1. Estando as pessoas presentes, a acareação far-se-á imediatamente; não estando, será designado dia para a diligência.

2. Se as pessoas a acarear tiverem deposto por carta precatória no mesmo tribunal, é ao tribunal deprecado que incumbe realizar a diligência, salvo se o juiz da causa ordenar a comparência perante ele das pessoas que importa acarear, ponderando o sacrifício que a deslocação represente.

3. Se os depoimentos deverem ser gravados ou registados, será registado, de igual modo, o resultado da acareação.

Artigo 622.º Valor probatório

O resultado da prova por acareação é livremente apreciado.

SECÇÃO V INSPECÇÃO JUDICIAL

Artigo 623.º Objecto

parte koñese aktu ne'e.

3. Artigu 615.º too 618.º nia dispozisaun sei aplika mos ba insidente ba aktu judisiál nia falsidade, ho adaptasaun.

4. Kuandu falsidade kona-ba sitasaun ne'ebé bele prejudika sitandu nia defeza, juíz tenke suspende kedas kauza kuandu simu arguisaun, too desizaun definitiva kona-ba arguisaun ne'e; maibé insidente la bele lao ba oin kuandu autór, hetan tiha notifikasaun kona-ba arguisaun, rekér atu repete fali sitasaun ne'e.

SEKSAUN AKAREASAUN

Artigu 620.º Akareasaun

Kuandu, kona-ba faktu ida, testemuña ruma nia depoimentu iha opozisaun direta ho testemuña seluk nian ka testemuña sira nia depoimentu iha opozisaun direta ho parte nia depoimentu, bele halo akareasaun ba ema sira-ne'ebé tama iha kontradisaun ne'e, ofisiozamente ka tuir rekerimentu.

Artigu 621.º Prosesamentu

1. Kuandu ema sira-ne'ebé tama iha kontradisaun iha hotu fatin ne'ebá, sei halo kedas akareasaun; kuandu ema sira-ne'e la iha ne'ebá tenke marka loron atu halo akareasaun.

2. Kuandu ema sira-ne'ebé tama iha kontradisaun fó sira nia depoimentu iha karta prekatória ba tribunál ida deit, tribunál deprekadu maka halo akareasaun ne'e, salvu kuandu juíz-da-kauza haruka ema sira-ne'e mai halo akareasaun iha nia oin, tetu tiha sakrifísiu ne'ebé dezlokasaun ne'e hamonu ba sira.

3. Kuandu depoimentu tenke grava ka rejista, tenke rejista mos akareasaun nia rezultadu.

Artigu 622.º Valór probatóriu

Tribunál apresia livremente prova ho akareasaun nia rezultadu.

SEKSAUN V INSPESAUN JUDISIÁL

Artigu 623.º Objetu

A prova por inspecção tem por fim a percepção directa de factos pelo tribunal.

Artigo 624.º
Fim da inspecção

1.O tribunal, sempre que o julgue conveniente, pode, por sua iniciativa ou a requerimento das partes, e com ressalva da intimidade da vida privada e familiar e da dignidade humana, inspeccionar coisas ou pessoas, a fim de se esclarecer sobre qualquer facto que interesse à decisão da causa, podendo deslocar-se ao local da questão ou mandar proceder à reconstituição dos factos, quando a entender necessária.

2.Incumbem à parte que requerer a diligência fornecer ao tribunal os meios adequados à sua realização, salvo se estiver isenta ou dispensada do pagamento de custas.

Artigo 625.º
Intervenção das partes

As partes são notificadas do dia e hora da inspecção e podem, por si ou por seus advogados, prestar ao tribunal os esclarecimentos de que ele carecer, assim como chamar a sua atenção para os factos que repute de interesse para a resolução da causa.

Artigo 626.º
Intervenção de técnico

1.É permitido ao tribunal fazer-se acompanhar de pessoa que tenha competência para o elucidar sobre a averiguação e interpretação dos factos que se propõe observar.

2.O técnico será nomeado no despacho que ordenar a diligência e, quando a inspecção não for feita pelo tribunal colectivo, deve comparecer na audiência de discussão e julgamento.

Artigo 627.º
Auto de inspecção

Da diligência é lavrado auto em que se registem todos os elementos úteis para o exame e decisão da causa, podendo o juiz determinar que se tirem fotografias para serem juntas ao processo.

Artigo 628.º
Força probatória

O resultado da inspecção é livremente apreciado pelo tribunal.

Ho inspesaun tribunál sei buka atu hola rasik persepsaun kona-ba faktu ruma.

Artigu 624.º
Inspesaun nia fim

1. Ofisiozamente ka tuir interesadu nia rekerimentu, tribunál bele halo inspesaun ba sasán ka ema, atu esklaresé faktu ho interese ba desizaun, atu esklaresé faktu ne'ebé interese ba kauza nia desizaun, no bele dezloka ba iha fatin kona-ba kestaun ne'e no halo rekonstituisaun ba faktu, kuandu konsidera nesesáriu; iha inspesaun ne'e tenke respeita ema nia vida privada no familiár no ema nia dignidade.
2. Parte ne'ebé rekér inspesaun tenke foo meu adekuadu ba tribunál atu realiza diligéncia ne'e, salvu kuandu parte ne'e iha izensaun ka hetan dispensa atu selu kustas.

Artigu 625.º
Parte sira nia intervensaun

Tenke notifika parte sira kona-ba lora ho oras atu halo inspesaun, no parte sira rasik ka sira nia advogadu bele foo ba tribunál esklaresimentu ne'ebé presiza no bolu tribunál nia atensaun ba faktu ne'ebé sira konsidera ho interese atu rezolve kauza ne'e.

Artigu 626.º
Tékniku nia intervensaun

1. Tribunál bele lori ema ho kompeténsia atu esplika oinsá averigua no interpreta faktu ne'ebé hakarak haree.
2. Juíz tenke nomeia tékniku ne'e iha despaxu ne'ebé haruka halo diligéncia no, kuandu laós tribunál koletivu maka halo inspesaun, tékniku ne'e tenke tama iha audiénsia-julgamentu.

Artigu 627.º
Autu-inspesaun

Elementu ne'ebé iha utilidade atu halo ezame no deside kauza tenke rejista iha autu kona-ba inspesaun ne'e; juíz bele haruka mos hasai fotografia atu hatama iha autus.

Artigu 628.º
Forsa probatória

Tribunál apresia livremente inspesaun nia rezultadu.

SECÇÃO VI PROVA PERICIAL

SUBSECÇÃO I DESIGNAÇÃO DE PERITOS

Artigo 629.º Objecto

A prova pericial tem por fim a percepção ou apreciação de factos por meio de peritos, quando sejam necessários conhecimentos especiais que os julgadores não possuem, ou quando os factos, relativos a pessoas, não devam ser objecto de inspecção judicial.

Artigo 630.º Quem realiza a perícia

1.A perícia é requisitada pelo tribunal a estabelecimento, laboratório ou serviço oficial apropriado ou, quando tal não seja possível ou conveniente, realizada por um único perito, nomeado pelo juiz de entre pessoas de reconhecida idoneidade e competência na matéria em causa, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

2.As partes são ouvidas sobre a nomeação do perito, podendo sugerir quem deve realizar a diligência; havendo acordo das partes sobre a identidade do perito a designar, deve o juiz nomeá-lo, salvo se fundamentadamente tiver razões para pôr em causa a sua idoneidade ou competência.

3.As perícias médico-legais são realizadas pelos serviços médico-legais ou pelos peritos médicos contratados, nos termos previstos no diploma que as regulamenta.

4.As restantes perícias podem ser realizadas por entidade contratada pelo estabelecimento, laboratório ou serviço oficial, desde que não tenha qualquer interesse em relação ao objecto da causa nem ligação com as partes.

Artigo 631.º Perícia colegial

1.A perícia é realizada por mais de um perito, até ao número de três, funcionando em moldes colegiais ou interdisciplinares:

a)Quando o juiz oficiosamente o determine, por entender que a perícia reveste especial complexidade ou exige conhecimento de matérias distintas;

b)Quando alguma das partes, nos requerimentos previstos no artigo 638.º e no n.º 1 do artigo 639.º, requerer a realização de perícia colegial.

2.No caso previsto na alínea b) do número anterior, se as partes acordarem logo na nomeação dos peritos, é aplicável o disposto na

**SEKSAUN VI
PROVA PERISIÁL**

**SUBSEKSAUN I
PERITU NIA NOMEASAUN**

**Artigu 629.º
Objetu**

Prova perisiál sei uza atu buka koñesimentu ka halo apresiasaun ba faktu, ho peritu, kuandu presiza koñesimentu espesiál ne'ebé julgadór sira la iha, ka kuandu faktu, kona-ba ema, la bele tama iha inspesaun.

**Artigu 630.º
Se maka halo perísia**

1. Tribunál sei rekizita perísia ba estabelesimentu, laboratóriu ka servisu ofisiál apropriadu; kuandu la bele halo ka diak liu lalika halo rekizisaun ne'e, peritu ida mesak maka halo perísia ne'e; juíz tenke nomeia peritu ida-ne'e hosi ema ho idoneidade no kompeténsia koñesida kona-ba matéria ne'ebé perísia atu monu ba. Númeru ida-ne'e nia dispozisaun la prejudika artigu seginte nia dispozisaun.
2. Juíz tenke rona parte sira molok nomeia peritu no parte sira bele foo sujestaun kona-ba se maka sei halo dilijénsia ne'e; kuandu parte sira iha akordu kona-ba se maka bele sai peritu, juíz tenke nomeia ema ne'e atu sai peritu, salvu kuandu nia iha razaun atu kestiona ema ne'e nia idoneidade ka kompeténsia.
3. Servisu médiko-legál ka peritu-médiku maka halo perísia médiko-legál, tuir norma previstu iha diploma ne'ebé regula perísia ne'e.
4. Entidade ne'ebé estabelesimentu, laboratóriu ka servisu ofisiál kontrata maka halo perísia sira seluk; entidade ne'e la bele iha interese kona-ba kauza nia objetu ka ligasaun ho parte sira.

**Artigu 631.º
Perísia kolejiál**

1. Peritu too nain tolu, tuir molde kolejiál ka interdisiplinár, maka halo perísia:
 - a) Kuandu juíz haruka, tanba haree katak perísia ne'e iha kompleksidade espesiál ka ezije koñesimentu kona-ba matéria oioin;
 - b) Kuandu parte ruma husu perísia kolejiál, iha rekerimentu previstu iha artigu 638.º no 639.º, n.º 1.
2. Iha númeru anteriór, alínea b) nia previzaun, kuandu parte sira akorda kedas kona-ba peritu nia nomeasaun, tenke aplika artigu anteriór, n.º 2, nia dispozisaun; kuandu la iha akordu, parte

segunda parte do n.º 2 do artigo anterior; não havendo acordo, cada parte escolhe um dos peritos e o juiz nomeia o terceiro.

3.As partes que pretendam usar a faculdade prevista na alínea b) do n.º 1 devem indicar logo os respectivos peritos, salvo se, alegando dificuldade justificada, pedirem a prorrogação do prazo para a indicação.

4.Se houver mais de um autor ou mais de um réu e ocorrer divergência entre eles na escolha do respectivo perito, prevalece a designação da maioria; não chegando a formar-se maioria, a nomeação devolve-se ao juiz.

Artigo 632.º

Desempenho da função de perito

1.O perito é obrigado a desempenhar com diligência a função para que tiver sido nomeado, podendo o juiz condená-lo em multa quando infrinja os deveres de colaboração com o tribunal.

2.O perito pode ser destituído pelo juiz se desempenhar de forma negligente o encargo que lhe foi cometido, designadamente quando não apresente ou impossibilite, pela sua inércia, a apresentação do relatório pericial no prazo fixado.

Artigo 633.º

Obstáculos à nomeação de peritos

1.É aplicável aos peritos o regime de impedimentos e suspeições que vigora para os juízes, com as necessárias adaptações.

2.Estão dispensados do exercício da função de perito os titulares dos órgãos de soberania, bem como aqueles que, por lei, lhes estejam equiparados, os magistrados do Ministério Público em efectividade de funções e os agentes diplomáticos de países estrangeiros.

3.Podem pedir escusa da intervenção como peritos todos aqueles a quem seja inexigível o desempenho da tarefa, atentos os motivos pessoais invocados.

Artigo 634.º

Verificação dos obstáculos à nomeação

1.As causas de impedimento, suspeição e dispensa legal do exercício da função de perito podem ser alegadas pelas partes e pelo próprio perito designado, consoante as circunstâncias, dentro do prazo de dez dias a contar do conhecimento da nomeação ou, sendo superveniente o conhecimento da causa, nos dez dias subsequentes; e podem ser oficiosamente conhecidas até à realização da diligência.

2.As escusas serão requeridas pelo próprio perito, no prazo de cinco dias a contar do conhecimento da nomeação.

3.Das decisões proferidas sobre impedimentos, suspeições ou

ida-idak hili peritu ida no juíz nomeia ida.

3. Parte sira-ne'ebé hakarak uza fakuldade prevista iha n.º 1, alínea b), tenke hatudu kedas peritu respetivu, salvu kuandu sira alega difikuldade juztifikada hodi husu atu hanaruk prazu ba indikasaun ne'e.

4. Kuandu autór laós ida deit ka reu laós ida deit no sira la iha akordu kona-ba se maka sira atu nomeia sira nia peritu, sira nia peritu ne'e maka ida-ne'ebé maioria maka hatudu; kuandu la iha maioria juíz maka sei nomeia peritu ne'e.

Artigu 632.º **Peritu nia funsaun**

1. Peritu tenke kaer nia funsaun ho dilijénsia i bele hetan kondensasaun iha multa kuandu viola nia obrigasaun atu kolabora ho tribunál.

2. Juíz bele hasai tiha peritu ne'e kuandu nia la kaer nia funsaun ho kuidadu, nomeadamente kuandu la apresenta ka, ho nia inérsia, la husik apresenta relatóriu perisiál iha prazu fiksadu.

Artigu 633.º **Obstákulu ba peritu nia nomeasaun**

1. Rejime kona-ba juíz nia impedimentu ka suspeisaun aplika mos ba peritu, ho adaptaun.

2. Ema ne'ebé kaer funsaun hanesan órgaun soberanu, ema ne'ebé lei ekipara ho sira-ne'e, Ministériu Públiku nia majistradu ne'ebé kaer daudaun funsaun no país estranjeiru nia ajente diplomátiku sira la iha obrigasaun atu kaer funsaun hanesan peritu.

3. Ema ne'ebé, tanba razaun pesoál, ema ida la bele ezije nia atu kaer funsaun hanesan peritu, bele husu atu la sai peritu.

Artigu 634.º **Obstákulu ba nomeasaun nia verifikasaun**

1. Parte sira no peritu dezignadu rasik bele alega fundamentu ba impedimentu, suspeisaun no dispensa legál atu kaer funsaun hanesan peritu, tuir sirkunstánsia ida-idak, iha loron sanulu nia laran, hahú iha momentu ne'ebé koñese nomeasaun ne'e, ka, fundamentu ne'e nia koñesimentu superveniente karik, iha loron sanulu nia laran, tuir fali koñesimentu ne'e; juíz bele koñese ofisiozamente obstákulu sira-ne'e too halo perísia ne'e.

2. Peritu maka rekér eskuza, iha loron lima nia laran, hahú iha loron ne'ebé nia koñese nomeasaun ne'e.

3. Desizaun kona-ba impedimentu, suspeisaun ka eskuza la bele hasoru rekursu.

escusas não cabe recurso.

Artigo 635.º
Nova nomeação de peritos

Quando houver lugar à nomeação de novo perito, em consequência do reconhecimento dos obstáculos previstos no artigo anterior, da remoção do perito inicialmente designado ou da impossibilidade superveniente de este realizar a diligência, imputável ao perito proposto pela parte, pertence ao juiz a respectiva nomeação.

Artigo 636.º
Peritos nomeados pelas partes

- 1.As partes têm o ónus de apresentar os peritos cuja nomeação hajam proposto.
- 2.Tratando-se de perito escolhido pelo juiz, são-lhe satisfeitas as despesas de deslocação.
- 3.Quando a diligência tiver de realizar-se por carta, a nomeação dos peritos pode ter lugar no tribunal deprecado.

SUBSECÇÃO II
PROPOSIÇÃO E OBJECTO DA PROVA PERICIAL

Artigo 637.º
Desistência da diligência

A parte que requereu a diligência não pode desistir dela sem a anuência da parte contrária.

Artigo 638.º
Indicação do objecto da perícia

- 1.Ao requerer a perícia, a parte indicará logo, sob pena de rejeição, o respectivo objecto, enunciando as questões de facto que pretende ver esclarecidas através da diligência.
- 2.A perícia pode reportar-se, quer aos factos articulados pelo requerente, quer aos alegados pela parte contrária.

Artigo 639.º
Fixação do objecto da perícia

- 1.Se entender que a diligência não é impertinente nem dilatória, o juiz ouve a parte contrária sobre o objecto proposto, facultando-lhe aderir a este ou propor a sua ampliação ou restrição.
- 2.Incumbente ao juiz, no despacho em que ordene a realização da diligência, determinar o respectivo objecto, indeferindo as questões

Artigu 635.º
Peritu foun nia nomeasaun

Kuandu tenke nomeia peritu foun, tanba obstákulu previstu iha artigu anteriór, tanba hasai tiha peritu ida uluk ka tanba peritu ida uluk la bele halo dilijénsia tan imposibilidade superveniente, no kuandu motivu sira-ne'e tenke imputa ba peritu ne'ebé parte maka nomeia, autoridade judisiária maka iha kompeténsia atu nomeia peritu foun.

Artigu 636.º
Peritu ne'ebé parte sira nomeia

1. Parte sira tenke apresenta peritu ne'ebé sira maka propoin atu nomeia.
2. Tenke selu despeza kona-ba peritu ne'ebé juíz maka hili nia dezlokasaun.

SUBSEKSAUN II
PROVA PERISIÁL NIA PROPOZISAUN NO OBJETU

Artigu 637.º
Dezisténsia

Parte ne'ebé rekér perísia bele dezixte hosi dilijénsia ne'e kuandu parte kontrária konkorda.

Artigu 638.º
Objetu ba perísia nia indikasaun

1. Kuandu rekér perísia parte rekerente tenke hatudu kedas perísia nia objetu no hatudu kedas kestaun-de-faktu ne'ebé nia hakarak esklaresa ho dilijénsia ne'e.
2. Perísia bele monu ba faktu ne'ebé rekerente artikula ka ba faktu ne'ebé parte kontrária alega.

Artigu 639.º
Fiksasaun ba perísia nia objetu

1. Kuandu haree katak dilijénsia ne'e laós impertinente ka dilatória, juíz sei rona parte kontrária kona-ba objetu propostu, hodi foo oportunidade ba nia atu adere ba objetu ne'e ka propoin objetu ne'e nia ampliasaun ka restrisaun.
2. Iha despaxu ne'ebé haruka halo perísia juíz tenke determina nia objetu no indefere kestaun ne'ebé parte sira suxita, kuandu konsidera inadmisivel ka irrelevante ka hatama iha objetu ne'e kestaun seluk tan ne'ebé konsidera nesesáriu atu apura verdade.

suscitadas pelas partes que considere inadmissíveis ou irrelevantes ou ampliando-o a outras que considere necessárias ao apuramento da verdade.

Artigo 640.º
Perícia oficiosamente determinada

Quando se trate de perícia oficiosamente ordenada, o juiz indica, no despacho em que determina a realização da diligência, o respectivo objecto, podendo as partes sugerir o alargamento a outra matéria.

SUBSECÇÃO III
REALIZAÇÃO DA PERÍCIA

Artigo 641.º
Fixação do começo da diligência

- 1.No próprio despacho em que ordene a realização da perícia e nomeie os peritos, o juiz designa a data e local para o começo da diligência, notificando-se as partes.
- 2.Quando se trate de exames a efectuar em institutos ou estabelecimentos oficiais, o juiz requisita ao director daqueles a realização da perícia, indicando o seu objecto e o prazo de apresentação do relatório pericial.
- 3.Quando por razões técnicas ou de serviço a perícia não puder ser realizada no prazo determinado pelo juiz, por si ou nos termos do n.º 4 do artigo 630.º deve tal facto ser de imediato comunicado ao tribunal, para que este possa determinar a eventual designação de novo perito, nos termos do n.º 1 do artigo 630.º.

Artigo 642.º
Prestação de compromisso pelos peritos

- 1.Os peritos nomeados prestam compromisso de cumprimento consciencioso da função que lhes é cometida, salvo se forem funcionários públicos e intervierem no exercício das suas funções.
- 2.O compromisso a que alude o número anterior é prestado no acto de início da diligência, quando o juiz a ela assista.
- 3.Se o juiz não assistir à realização da diligência, o compromisso a que se refere o n.º 1 pode ser prestado mediante declaração escrita e assinada pelo perito, podendo constar do relatório pericial.

Artigo 643.º
Actos de inspecção por parte dos peritos

- 1.Definido o objecto da perícia, procedem os peritos à inspecção e averiguações necessárias à elaboração do relatório pericial.

Artigu 640.º
Perísia ofisioza

Kuandu haruka ofisiozamente halo perísia, juíz tenke hatudu perísia nia objetu iha despaxu ne'ebé haruka halo ne'e no parte sira bele sujere atu loke tan perísia ne'e ba matéria seluk.

SUBSEKSAUN III
PERÍSIA NIA REALIZASAUN

Artigu 641.º
Perísia nia komesu

1. Despaxu ne'ebé haruka halo perísia no nomeia peritu juíz marka loron no fatin atu hahú dilijénsia, ne'ebé tenke fó hatene ba parte sira.
2. Kuandu perísia tenke halo iha institutu ka estabesimentu ofisiál, juíz tenke rekizita perísia ne'e ba institutu ka estabesimentu ne'e nia diretór, hatudu ho perísia nia objetu no mos prazu atu apresenta relatóriu perisiál.
3. Kuandu, tanba razaun téknika ka tanba razaun kona-ba servisu, la bele halo perísia iha prazu ne'ebé juíz marka, nia rasik ka tuir artigu 630.º, n 4.º, nia dispozisaun, tenke foo hatene kedas faktu ne'e ba tribunál, para tribunál atu nomeia peritu foun, tuir artigu 630.º, n.º 1, nia dispozisaun.

Artigu 642.º
Peritu nia kompromisu

1. Peritu nomeadu tenke halo kompromisu katak nia sei kaer didiak funsaun ne'ebé entrega ba nia, salvu kuandu nia funsionáriu públiku no intervém iha perísia tan funsaun ne'ebé nia kaer.
2. Kuandu juíz asiste dilijénsia ne'e, kompromisu referidu iha número anteriór sei halo kuandu dilijénsia hahú.
3. Kuandu juíz la asiste dilijénsia ne'e, peritu bele halo kompromisu ho deklarasaun eskrita, ne'ebé nia asina, no deklarasaun ne'e bele hatama deit iha relatóriu perisiál.

Artigu 643.º
Inspesaun

1. Define tiha perísia nia objetu, peritu sira halo inspesaun no averiguasaun nesesária atu elabora relatóriu perisiál.
2. Juíz asixte inspesaun ne'e kuandu nia konsidera nesesáriu.
3. Parte sira bele asixte dilijénsia ne'e no bele lori asesór

- 2.O juiz assiste à inspecção sempre que o considere necessário.
- 3.As partes podem assistir à diligência e fazer-se assistir por assessor técnico, salvo se a perícia for susceptível de ofender o pudor ou implicar quebra de qualquer sigilo que o tribunal entenda merecer protecção.
- 4.As partes podem fazer ao perito as observações que entendam e devem prestar os esclarecimentos que o perito julgue necessários; se o juiz estiver presente, podem também requerer o que entendam conveniente em relação ao objecto da diligência.

Artigo 644.º
Meios ao dispor dos peritos

- 1.Os peritos podem socorrer-se de todos os meios necessários ao bom desempenho da sua função, podendo solicitar a realização de diligências ou a prestação de esclarecimentos, ou que lhes sejam facultados quaisquer elementos constantes do processo.
- 2.Se os peritos, para procederem à diligência, necessitarem de destruir, alterar ou inutilizar qualquer objecto, devem pedir previamente autorização ao juiz.
- 3.Concedida a autorização, fica nos autos a descrição exacta do objecto e, sempre que possível, a sua fotografia, ou, tratando-se de documento, fotocópia devidamente conferida.

Artigo 645.º
Exame de reconhecimento de letra

- 1.Quando o exame para o reconhecimento de letra não puder ter por base a comparação com letra constante de escrito já existente e que se saiba pertencer à pessoa a quem é atribuída, é esta notificada para comparecer perante o perito designado, devendo escrever, na sua presença, as palavras que ele indicar.
- 2.Quando o interessado residir fora da área de jurisdição do tribunal distrital e a deslocação representar sacrifício desproporcionado, expedir-se-á carta precatória, acompanhada de um papel lacrado, contendo a indicação das palavras que o notificado há-de escrever na presença do juiz deprecado.

Artigo 646.º
Fixação de prazo para a apresentação de relatório

- 1.Quando a perícia não possa logo encerrar-se com a imediata apresentação do relatório pericial, o juiz fixa o prazo dentro do qual a diligência há-de ficar concluída, que não excederá trinta dias.
- 2.Os peritos indicam às partes o dia e hora em que prosseguirão com os actos de inspecção, sempre que lhes seja lícito assistir à continuação da diligência.
- 3.O prazo fixado pode ser prorrogado, por uma única vez, ocorrendo

tékniku, salvu kuandu perísia bele ofende ema nia pudór ka kebra sijilu ne'ebé tribunál konsidera katak merese protesaun.

4. Parte sira bele halo observaun ba peritu sira no tenke foo esklaresimentu ne'ebé peritu konsidera nesesáriu; kuandu juíz mos iha ne'ebá parte sira bele rekér buat ne'ebé sira konsidera conveniente ba dilijénsia nia objetu.

Artigu 644.º

Meiu ne'ebé tama iha peritu nia dispozisaun

1. Peritu sira bele uza meiu hotu ne'ebé presiza atu halo didiak sira nia funsaun, liuliu bele husu atu halo dilijénsia ka atu ema ruma foo esklaresimentu ka atu foo ba sira elementu ruma iha autus nia laran.

2. Kuandu, atu halo perísia ne'e, peritu sira tenke destroe, altera ka inutiliza buat ruma, sira tenke husu uluk juíz nia autorizasaun.

3. Foo tiha autorizasaun, tenke hatama iha autus objetu ne'e nia deskrisaun ezata no, kuandu bele, nia fotografia, ka, objetu ne'e dokumentu karik, nia fotokópia konferida tuir lei.

Artigu 645.º

Ezame atu rekoñese letra

1. Kuandu ezame atu rekoñese letra la bele halo ho komparasaun ho letra ne'ebé iha tiha ona eskritu ruma no ita hatene se maka hakerek, sei notifika ema ne'e mai hakerek iha peritu nia oin lia-fuan ne'ebé peritu hatudu.

2. Kuandu interesadu hela iha área ne'ebé la tama iha tribunál distritál ne'e nia jurizdisaun no dezlokasaun ne'e reprezenta sakrifísiu todan resin ba nia, tribunál bele haruka karta prekatória, hamutuk ho papél lakradu ida iha ne'ebé hakerek hela lia-fuan ne'ebé notifikadu tenke hakerek rasik iha juíz iha tribunál deprekadu nia oin.

Artigu 646.º

Prazu atu apresenta relatóriu

1. Kuandu peritu sira la bele halo dilijénsia hotu kedas ho relatóriu, juíz sei fiksa prazu, la naruk liu loron tolunulu, atu halo hotu dilijénsia ne'e.

2. Peritu sira sei hatudu ba parte sira loron no oras atu kontinua inspesaun, kuandu parte sira bele asixte dilijénsia nia kontinuasaun ne'e.

3. Juíz bele hanaruk prazu ne'e, dala ida deit, kuandu iha motivu justifikadu.

motivo justificado.

Artigo 647.º
Relatório pericial

- 1.O resultado da perícia é expresso em relatório, no qual o perito ou peritos se pronunciam fundamentadamente sobre o respectivo objecto.
- 2.Tratando-se de perícia colegial, se não houver unanimidade, o discordante apresenta as suas razões.
- 3.Se o juiz assistir à inspecção e o perito puder de imediato pronunciar-se, o relatório é ditado para a acta.

Artigo 648.º
Reclamações contra o relatório pericial

- 1.A apresentação ao relatório pericial é notificada às partes.
- 2.Se as partes entenderem que há qualquer deficiência, obscuridade ou contradição no relatório pericial, ou que as conclusões não se mostram devidamente fundamentadas, podem formular as suas declarações.
- 3.Se as reclamações forem atendidas, o juiz ordena que o perito complete, esclareça ou fundamente, por escrito, o relatório apresentado.
- 4.O juiz pode, mesmo na falta de reclamações, determinar oficiosamente a prestação dos esclarecimentos ou aditamentos previstos nos números anteriores.

Artigo 649.º
Comparência dos peritos na audiência final

- 1.Quando alguma das partes o requeira ou o juiz o ordene, os peritos comparecerão na audiência final, a fim de prestarem, sob juramento, os esclarecimentos que lhes sejam pedidos.
- 2.Sempre que possível, os peritos de estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais são ouvidos por videoconferência a partir do seu local de trabalho.

SUBSECÇÃO IV
SEGUNDA PERÍCIA

Artigo 650.º
Fundamento e objecto

- 1.Qualquer das partes pode requerer que se proceda a segunda perícia, no prazo de dez dias a contar do conhecimento do resultado da primeira, alegando fundamentadamente as razões da sua discordância relativamente ao relatório pericial apresentado.
- 2.O tribunal pode ordenar oficiosamente e a todo o tempo a realização

Artigu 647.º
Relatóriu perisiál

1. Perísia nia rezultadu tenke hatama iha relatóriu; iha relatóriu ne'e peritu tenke foo opiniaun bá perísia nia objetu, hatudu ho nia fundamentu.
2. Iha perísia kolejiál, kuandu la iha unanimidade, peritu diskordante apresenta nia razaun.
3. Kuandu juíz asixte inspesaun no peritu bele foo kedas nia paresér, relatóriu sei dita ba akta.

Artigu 648.º
Reklamasau hasoru relatóriu perisiál

1. Tribunál tenke notifika relatóriu perisiál ba parte sira.
2. Kuandu parte sira haree katak iha defisiénsia, obskuridade ka kontradisaun iha relatóriu perisiál, ka nia konkluzaun la fundamenta didiak, bele formula sira nia deklarasaun.
3. Kuandu foo razaun ba parte sira nia reklamasau, juíz haruka peritu hakerek buat ne'ebé presiza atu kompleta, esklarese ka fundamenta relatóriu apresentadu ne'e.
4. Maske la iha reklamasau, juíz bele haruka halo esklaresimentu ka aditamentu previstu iha número anteriór sira.

Artigu 649.º
Peritu nia prezensa iha audiénsia finál

1. Kuandu parte ruma rekér ka juíz haruka, peritu sira tenke mai iha audiénsia finál, atu foo esklaresimentu ne'ebé husu ba sira, ho juramentu.
2. Kuandu bele, sei rona peritu sira iha estabesimentu, laboratóriu ka servisu ofisiál ho videokonferénsia iha sira nia servisu fatin.

SUBSEKSAUN IV
PERÍSIA SEGUNDA

Artigu 650.º
Fundamentu no objetu

1. Iha lora sanulu nia laran, hahú iha koñesimentu kona-ba perísia ida primeira nia rezultadu, parte naran ida bele hatudu iha rekerimentu tansá nia la konkorda ho relatóriu perisiál apresentadu no rekér atu halo perísia segunda.
2. Kuandu konsidera nesésáriu atu apura verdade, tribunál bele haruka halo perísia segunda, ofisiozamente no iha momentu naran ida.

de segunda perícia, desde que a julgue necessária ao apuramento da verdade.

3.A segunda perícia tem por objecto a averiguação dos mesmos factos sobre que incidiu a primeira e destina-se a corrigir a eventual inexactidão dos resultados desta.

Artigo 651.º **Regime**

A segunda perícia rege-se pelas disposições aplicáveis à primeira, com as ressalvas seguintes:

- a) Não pode intervir na segunda perícia perito que tenha participado na primeira;
- b) A segunda perícia será, em regra, colegial, excedendo o número de peritos em dois o da primeira, cabendo ao juiz nomear apenas um deles.

Artigo 652.º **Valor probatório das perícias**

A segunda perícia não invalida a primeira, sendo uma e outra livremente apreciadas pelo tribunal.

TÍTULO IV **DAS CUSTAS, MULTAS E INDEMNIZAÇÃO**

SECÇÃO I **CUSTAS**

Artigo 653.º **Regra geral em matéria de custas**

1.A decisão que julgue a acção ou algum dos seus incidentes ou recursos condenará em custas a parte que a elas houver dado causa ou, não havendo vencimento da acção, quem do processo tirou proveito.

2.Entende-se que dá causa às custas do processo a parte vencida, na proporção em que o for.

3.Tendo ficado vencidos vários autores ou vários réus, respondem pelas custas em partes iguais, salvo se houver diferença sensível quanto à participação de cada um deles na acção, porque nesse caso as custas serão distribuídas segundo a medida da sua participação: no caso de condenação por obrigação solidária, a solidariedade estende-se às custas.

Artigo 654.º **Impossibilidade ou inutilidade da lide**

3. Perísia segunda sei halo atu averigua faktu ne'ebé averigua tiha ona ho perísia primeira no korrije inezatidaun ruma ne'ebé mosu iha perísia ida uluk nia rezultadu.

Artigu 651.º
Rejime

Iha perísia segunda sei tuir dispozisaun aplikavel ba perísia primeira, ho ressalva sira-ne'e:

- a) Peritu ne'ebé tama tiha ona iha perísia primeira la bele tama iha perísia segunda;
- b) Regra jerál, perísia segunda sei halo ho koleтиву ida, ho peritu rua liu tiha koleтиву ida-ne'ebé halo perísia primeira, maibé juíz sei nomeia peritu sira-ne'e ida deit.

Artigu 652.º
Perísia nia valór probatóriu

Perísia segundu la hasai perísia primeira nia validade; tribunál apresia livremente perísia rua ne'e.

TÍTULO IV
KUSTAS, MULTA NO INDEMNIZASAUN

SEKSAUN I
KUSTAS

Artigu 653.º
Regra jerál kona-ba kustas

1. Iha desizaun ne'ebé julga aksaun ka aksaun nia insidente ruma ka rekursu tribunál tenke kondena parte ne'ebé foo-fatin ba kustas selu kustas ne'e; kuandu parte ida la manán aksaun ne'e, tribunál sei kondena parte ne'ebé hetan proveitu ho prosesu ne'e selu kustas.
2. Tenke konsidera katak ema ne'ebé lakon aksaun maka foo-fatin ba kustas, tuir proporsaun ne'ebé nia lakon.
3. Kuandu autór barak ka reu barak maka lakon asaun, responsabilidade kona-ba kustas sei fahe hanesan ba sira hotu; maibé, kuandu iha diferensa sensível kona-ba ida-idak nia partisipasaun iha aksaun, responsabilidade kona-ba kustas tenke fahe tuir medida ne'ebé ida-idak partisipa iha aksaun ne'e. Kuandu iha kondenasau iha obrigasaun solidária, solidariedade ne'e dait mos ba kustas.

Artigu 654.º
Lide nia imposibilidade ka inutilidade

Quando a instância se extinguir por impossibilidade ou inutilidade da lide, as custas ficam a cargo do autor, salvo se a impossibilidade ou inutilidade resultar de facto imputável ao réu, que neste caso as pagará.

Artigo 655.º

Actos e diligências que não entram na regra geral das custas

- 1.A responsabilidade do vencido no tocante às custas não abrange os actos e incidentes supérfluos, nem as diligências e actos que houverem de repetir-se por culpa de algum funcionário judicial, nem as despesas a que der causa o adiamento de acto judicial por falta não justificada de pessoa que devia comparecer.
- 2.Devem reputar-se supérfluos os actos e incidentes desnecessários para a declaração ou defesa do direito. As custas destes actos ficam à conta de quem os requereu; as custas dos outros actos a que se refere o n.º 1 são pagas pelo funcionário ou pela pessoa respectiva.
- 3.O funcionário que der causa à anulação de actos do processo responde pelo prejuízo que resulte da anulação.

Artigo 656.º

Responsabilidade do autor pelas custas

- 1.Quando o réu não tenha dado causa à acção e a não conteste, são as custas pagas pelo autor.
- 2.Entende-se que o réu não deu causa à acção:
 - a)Quando o autor se proponha exercer um mero direito potestativo, que não tenha origem em qualquer facto ilícito praticado pelo réu;
 - b)Quando a obrigação do réu só se vencer com a citação ou depois de proposta a acção;
 - c)Quando o autor, munido de um título com manifesta força executiva, use sem necessidade do processo de declaração;
 - d)Quando o autor, podendo logo interpor o recurso de revisão, use sem necessidade do processo de declaração.
- 3.Ainda que o autor se proponha exercer um mero direito potestativo, as custas são pagas pelo réu vencido, quando seja de protecção a este a finalidade legal da acção.

Artigo 657.º

Repartição do encargo das custas

Se a oposição do réu era fundada no momento em que foi deduzida e deixou de o ser por circunstâncias supervenientes, cada uma das partes paga as custas relativas aos actos praticados durante o período em que exerceu no processo uma actividade injustificada.

Autór maka sei selu kustus kuandu instánsia hotu tanba lide nia impossibilidade ka inutilidade; reu maka sei selu kustus, kuandu impossibilidade ka inutilidade ne'e mai hosi faktu imputavel ba reu.

Artigu 655.º

Aktu no dilijénsia ne'ebé la iha regra kona-ba kustus

1. Iha vensidu nia responsabilidade kona-ba kustus la tama aktu ka insidente supérfluu no dilijénsia ne'ebé tenke repete tanba funsionáriu judisiál ruma nia culpa, no mos despeza ne'ebé mosu tanba aktu judisiál nia adiamentu tanba ema ruma ne'ebé tenke mai falta injustifikadamente.
2. Sei konsidera supérfluu aktu ka insidente ne'ebé la presiza atu deklara ka defende direitu. Ema ne'ebé rekér aktu ne'e maka sei selu kustus kona-ba aktu ne'e; funsionáriu ka pesoa respetiva maka selu kustus sira seluk ne'ebé n.º 1 refere.
3. Funsionáriu ne'ebé foo motivu ba aktu prosesuál nia anulasaun tenke responde ba prejuizu ne'ebé mai hosi anulasaun ne'e.

Artigu 656.º

Autór nia responsabilidade ba kustus

1. Autór maka sei selu kustus kuandu reu la foo motivu ba aksaun no la kontesta aksaun ne'e.
2. Sei konsidera katak reu la foo motiva ba aksaun:
 - a) Kuandu autór hakarak ezerse nia direitu potestativu, ne'ebé la iha orijen iha faktu ilísitu ruma ne'ebé reu pratika;
 - b) Kuandu reu nia obrigasaun vense deit ho sitasaun ka kuandu aksaun tama tiha ona iha tribunál;
 - c) Kuandu autór, ne'ebé iha ona título ruma ho forsa ezekutiva manifesta, uza prosesu deklarativu, ne'ebé la presiza ona;
 - d) Kuandu autór, ne'ebé bele uza rekursu revizaun, uza prosesu deklarativu ne'ebé la presiza.
3. Maske autór hakarak uza deit nia direitu potestativu, reu maka sei selu kustus kuandu lei estabelese aksaun ne'e hodi defende reu nia interese.

Artigu 657.º

Repartisaun¹⁷⁸ iha enkargu kona-ba kustus

Kuandu reu nia opozisaun iha fundamentu iha momentu ne'ebé nia dedúz no, tuirmai, la iha fundamentu tanba sirkunstánsia superveniente, parte ida-idak sei selu kustus kona-ba aktu ne'ebé pratika iha período ne'ebé nia ezerse iha prosesu aktividade injustifikada.

Artigo 658.º

Custas no caso de confissão, desistência ou transacção

- 1.Quando a causa termine por desistência ou confissão, as custas são pagas pela parte que desistiu ou confessou; e, se a desistência ou confissão for parcial, a responsabilidade pelas custas é proporcional à parte de que se desistiu ou que se confessou.
- 2.No caso de transacção, as custas são pagas a meio, salvo acordo em contrário, mas quando a transacção se faça entre uma parte isenta ou dispensada do pagamento de custas e outra não isenta nem dispensada, o juiz, ouvido o Ministério Público, determinará a proporção em que as custas devem ser pagas.

Artigo 659.º

Custas dos procedimentos cautelares, da habilitação e das notificações

- 1.As custas dos procedimentos cautelares e as do incidente da habilitação são pagas pelo requerente, quando não haja oposição, mas são atendidas na acção respectiva; havendo oposição, observar-se-á o disposto nos artigos 653.º e 654.º.
- 2.As custas da produção de prova que tenha lugar antes de proposta a acção serão pagas pelo requerente e atendidas na acção que se propuser.
- 3.As custas das notificações avulsas são pagas pelo requerente.

Artigo 660.º

Pagamento dos honorários pelas custas

- 1.Os mandatários judiciais e técnicos da parte vencedora podem requerer que o seu crédito por honorários, despesas e adiantamentos seja, total ou parcialmente, satisfeito pelas custas que o seu constituinte tem direito a receber da parte vencida, Se assim o requererem, é ouvida a parte vencedora e em seguida se decidirá.
- 2.Se a parte vencedora impugnar o quantitativo do crédito do mandatário, só é satisfeita a parte não impugnada.

Artigo 661.º

Garantia de pagamento das custas

As custas da execução saem precípuas do produto dos bens penhorados.

SECÇÃO II MULTAS E INDEMNIZAÇÃO

Artigo 662.º

Artigu 658.º

Kustas kuandu iha konfisaun, dezisténsia ka tranzasaun

1. Kuandu kauza hotu ho dezisténsia ka konfisaun, parte ne'ebé dezixte ka konfesa maka sei selu kustas; kuandu iha deit dezisténsia ka konfisaun parsiál, responsabilidade kona-ba kustas sei kalkula tuir proporsaun ne'ebé tama iha dezisténsia ka konfisaun ne'e.
2. Kuandu iha tranzasaun, kustas sei fahe hanesan ba parte rua ne'e, salvu akordu seluk; maibé, kuandu parte ne'ebé halo tranzasaun ne'e ida iha izensaun ka hetan dispensa ba kustas no ida lae, juíz, rona tiha Ministériu Públiku, sei determina proporsaun ba ida-idak nia responsabilidade iha kustas.

Artigu 659.º

Kustas iha prosedimentu kautelár

1. Rekerente maka selu kustas iha prosedimentu kautelár no insidente ba abilitasaun, kuandu la iha opozisaun, maibé kustas ne'e sei konsidera fali iha aksaun respetiva; kuandu iha opozisaun, sei tuir artigu 653.º no 654.º.
2. Rekerente maka seluk kustas iha prova nia produsaun antesipada, maibé kustas ne'e sei konsidera fali iha aksaun ne'ebé, tuirmai, sei hatama.
3. Rekerente maka selu kustas kona-ba notifikasaun avulsa.

Artigu 660.º

Onoráriu nia pagamentu ho kustas

1. Parte vensedora nia mandatáriu judisiál ka tékniku bele rekér ba tribunál atu selu sira nia kréditu kona-ba onoráriu, despeza no adiantamentu ho kustas ne'ebé parte ne'e iha direitu atu simu hosi parte vensida. Rona tiha parte vensedora, juíz sei deside rekerimentu ne'e.
2. Kuandu parte vensedora impugna kréditu ne'e nia valór, sei selu deit parte ne'ebé la hasoru impugnaun.

Artigu 661.º

Garantia atu selu kustas

Hosi bein peñoradu nia produtu tenke hasai uluk ezekusaun nia kustas.

SEKSAUN II MULTA NO INDEMNIZASAUN

Artigu 662.º

Litigância de má fé

1. Tendo litigado de má fé, a parte será condenada em multa e numa indemnização à parte contrária, se esta a pedir.
2. Diz-se litigante de má fé quem, com dolo ou negligência grave:
 - a) Tiver deduzido pretensão ou oposição cuja falta de fundamento não devia ignorar;
 - b) Tiver alterado a verdade dos factos ou omitido factos relevantes para a decisão da causa;
 - c) Tiver praticado omissão grave do dever de cooperação;
 - d) Tiver feito do processo ou dos meios processuais um uso manifestamente reprovável, com o fim de conseguir um objectivo ilegal, impedir a descoberta da verdade, entorpecer a acção da justiça ou protelar, sem fundamento sério, o trânsito em julgado da decisão.
3. Independentemente do valor da causa e da sucumbência, é sempre admitido recurso decisão que condene por litigância de má fé.

Artigo 663.º

Conteúdo da indemnização

1. A indemnização pode consistir:
 - a) No reembolso das despesas a que a má fé do litigante tenha obrigado a parte contrária, incluindo os honorários dos mandatários ou técnicos;
 - b) No reembolso dessas despesas e na satisfação dos restantes prejuízos sofridos pela parte contrária como consequência directa ou indirecta da má fé.O juiz optará pela indemnização que julgue mais adequada à conduta do litigante de má fé, fixando-a sempre em quantia certa.
2. Se não houver elementos para se fixar logo na sentença a importância da indemnização, serão ouvidas as partes e fixar-se-á depois, com prudente arbítrio, o que parecer razoável, podendo reduzir-se aos justos limites as verbas de despesas e de honorários apresentadas pela parte.
3. Os honorários são pagos directamente ao mandatário, salvo se a parte mostrar que o seu patrono já está embolsado.

Artigo 664.º

Responsabilidade do representante de incapazes, pessoas colectivas ou sociedades

Quando a parte for um incapaz, uma pessoa colectiva ou uma sociedade, a responsabilidade das custas, da multa e da indemnização recai sobre o seu representante que esteja de má fé na causa.

Litigánsia ho ma-fé

1. Parte ne'ebé litiga ho ma-fé sei hetan kondensasaun ho multa no, kuandu parte kontrária husu, ho mos indemnizasaun ba parte ne'e.
2. Litigante ho ma-fé maka ema ne'ebé, ho dolu ka negligénsia grave:
 - a) Dedúz pedidu ne'ebé nia iha obrigasaun atu hatene katak la iha fundamentu;
 - b) Altera verdade kona-ba faktu ka omite faktu relevante ba kauza nia desizaun;
 - c) Prátika omisaun grave hasoru nia devér atu koopera¹⁷⁹;
 - d) Foo uzu manifestamente reprovavel ba prosesu ka mekanizmu prosesuál, atu hetan objetivu ilegál, atu taka dalan hodi la bele deskobre verdade, atu enfrakese justisa nia aksaun, ka atu halo desizaun demora atu hetan tránzitu-ein-julgadu, kuandu la iha fundamentu sériu.
3. Desizaun ne'ebé kondena tan litigánsia ho ma-fé bele hasoru rekursu iha situasaun hotu-hotu, la haree ba kauza nia valór ka valór ne'ebé vensidu lakon.

Artigu 663.º

Indemnizasaun nia konteudu

1. Indemnizasaun atu repara ne'e maka sira-ne'e:
 - a) Selu fali despeza ne'ebé litigante nia ma-fé obriga parte kontrária halo, inkluindu mandatáriu ka tékniku nia onoráriu;
 - b) Selu fali despeza sira-ne'e no repara parte kontrária nia prejuizu seluk ne'ebé mosu hanesan ma-fé nia konsekuénsia, direta ka indireta.Juíz sei eskolle indemnizasaun ne'ebé konsidera adekuada ba litigante nia konduta ho ma-fé, no fiksa indemnizasaun ne'e iha kuantia sarta.
2. Kuandu la iha elementu atu fiksa kedas iha sentensa indemnizasaun nia valór, juíz sei rona parte sira, tuirmai, sei fiksa, tuir nia prudente arbítriu valór ne'ebé nia konsidera razoavel, no bele redúz ba limite justu verba kona-ba despeza no onoráriu ne'ebé parte apresenta.
3. Onoráriu ne'e sei selu ba loos deit parte nia mandatáriu, salvu kuandu parte ne'e hatudu katak nia patronu simu tiha onoráriu ne'e ona.

Artigu 664.º

Responsabilidade ne'ebé monu ba inkapáz, pesoa koletiva ka sociedade nia representante

Kuandu inkapáz, pesoa koletiva ka sociedade maka tama hanesan parte, responsabilidade ba kuestas, multa no indemnizasaun monu ba nia representante ne'ebé uza ma-fé iha aksaun.

Artigo 665.º
Responsabilidade do mandatário

Quando se reconheça que o mandatário da parte teve responsabilidade pessoal e directa nos actos pelos quais se revelou a má fé na causa, dar-se-á conhecimento do facto à Ordem dos Advogados para que esta possa aplicar as sanções respectivas e condenar o mandatário na quota-parte das custas, multa e indemnização que lhes parecer justa.

TÍTULO V
DO PROCESSO COMUM DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 666.º
Forma

A acção executiva tem uma forma única: o processo comum de execução.

Artigo 667.º
Normas reguladoras

Para além das disposições deste título são subsidiariamente aplicáveis ao processo comum de execução, com as necessárias adaptações, as disposições reguladoras do processo de declaração que se mostrem compatíveis com a natureza da acção executiva.

Artigo 668.º
Função do título executivo

1. Toda a execução tem por base um título, pelo qual se determinam o fim e os limites da acção executiva.
2. O fim da execução pode consistir no pagamento de quantia certa, na entrega de coisa certa ou na prestação de um facto, quer negativo, quer positivo.

Artigo 669.º
Espécies de títulos executivos

1. À execução apenas podem servir de base:
 - a) As sentenças condenatórias;
 - b) Os documentos exarados ou autenticados por notário que importem constituição ou reconhecimento de qualquer obrigação;
 - c) Os documentos a que, por disposição especial, seja atribuída força

Artigu 665.º
Mandatáriu nia responsabilidade

Kuandu haree katak parte nia mandatáriu iha responsabilidade pesoál no direta ba aktu ne'ebé konstitui ma-fé, juíz tenke foo-hatene faktu ne'e ba Ordem dos Advogados, para instituisaun ne'e atu aplika sansaun respetiva no kondena mandatáriu ne'e selu kuota-parte iha kustas, multa no indemnizasaun ne'ebé konsidera justu.

TÍTULO V
PROSESU KOMÚN BA EZEKUSAUN

KAPÍTULO I
DISPOZSAUN JERÁL

Artigu 666.º
Forma

Aksaun eze kutiva iha forma ida deit: prosesu komún ba eze kutasaun.

Artigu 667.º
Norma reguladora

Hamutuk ho título ida-ne'e nia dispozisaun sei aplika mos iha prosesu komún ba eze kutasaun subsidiariamente, ho adaptasaun nesesária, norma sira-ne'ebé regula prosesu deklarativu kuandu kompativel ho aksaun eze kutiva nia natureza¹⁸⁰.

Artigu 668.º
Título eze kutivu nia funsaun

1. Eze kutasaun ida-idak tenke bazeia iha título eze kutivu ida; título eze kutivu ne'e maka determina aksaun eze kutiva nia fim no limite.
2. Aksaun eze kutiva sei uza atu hetan duni kuantia serta nia pagamentu, koiza serta nia entrega no prestasaun ho faktu, pozitivu ka negativu.

Artigu 669.º
Título eze kutivu

1. Bele serve deit hanesan eze kutasaun nia baze:
 - a) Sentensa condenatória;
 - b) Dokumentu ne'ebé notáriu ezara ka autentika, kuandu hamosu obrigasaun ruma nia konstituisaun ka rekoñesimentu;

executiva.

2. Consideram-se abrangidos pelo título executivo os juros de mora, à taxa legal, da obrigação dele constante.

Artigo 670.º

Requisitos da exequibilidade da sentença

1. A sentença só constitui título executivo depois do trânsito em julgado, salvo se o recurso contra ela interposto tiver efeito meramente devolutivo.

2. A execução iniciada na pendência de recurso extingue-se ou modifica-se em conformidade com a decisão definitiva comprovada por certidão. As decisões intermédias podem igualmente suspender ou modificar a execução, consoante o efeito atribuído ao recurso que contra ela se interpuser.

3. Enquanto a sentença estiver pendente de recurso, não pode o exequente ou qualquer credor ser pago sem prestar caução.

Artigo 671.º

Exequibilidade dos despachos e das decisões arbitrais

1. São equiparados às sentenças, sob o ponto de vista da força executiva, os despachos e quaisquer outras decisões ou actos da autoridade judicial que condenem no cumprimento duma obrigação.

2. As decisões proferidas pelo tribunal arbitral são exequíveis nos mesmos termos em que o são as decisões dos tribunais judiciais.

Artigo 672.º

Exequibilidade das sentenças e dos títulos exarados em país estrangeiro

Sem prejuízo do que se ache estabelecido em tratados, convenções e leis especiais, as sentenças proferidas por tribunais ou por árbitros em país estrangeiro só podem servir de base à execução depois de revistas e confirmadas pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 673.º

Exequibilidade dos documentos exarados ou autenticados por notário

Os documentos exarados ou autenticados por notário em que se convencionem prestações futuras ou se preveja a constituição de obrigações futuras podem servir de base à execução, desde que se prove, por documento passado em conformidade com as cláusulas deles constantes ou, sendo aqueles omissos, revestido de força executiva própria, que alguma prestação foi realizada para conclusão do negócio ou que alguma obrigação foi constituída na sequência da

- c) Dokumentu ne'ebé dispozisaun espesiál foo forsa eze kutiva.
2. Ita tenke konsidera katak obligasaun ne'ebé hakerek hela iha título eze kutivu inklui mos juru-de-mora, ho taxa legál.

Artigu 670.º

Rekizitu ba sentensa nia eze kuibilidade

1. Sentensa tranzitada em julgadu maka bele serve hanesan título eze kutivu salvu kuandu rekursu hasoru sentensa ne'e iha efeitu devolutivu deit.
2. Ezekusaun ne'ebé hahú kuandu rekursu lao daudaun extinge ka modifika conforme desizaun definitiva komprovada ho sertidaun. Desizaun intermediária bele mos suspende ka modifika eze kusaun, conforme efeitu ne'ebé foo ba rekursu hasoru desizaun ne'e.
3. Enkuantu rekursu hasoru sentensa sei lao daudaun, eze kuate ka kredór tenke presta kausaun atu hetan pagamentu.

Artigu 671.º

Despaxu judisiál no desizaun arbitrál nia eze kuibilidade¹⁸¹

1. Autoridade judisiál nia despaxu no desizaun ka aktu seluk ne'ebé kondena ema ruma kumpre obligasaun ruma iha forsa eze kutiva hanesan sentensa.
2. Tribunál arbitrál nia desizaun iha forsa eze kutiva hanesan tribunál judisiál nia desizaun.

Artigu 672.º

Sentensa no título ezaradu iha país estranjeiru

Sein prejuizu ba tratadu, konvensaun ka lei espesiál nia dispozisaun, sentensa ne'ebé tribunál ka árbitru iha país estranjeiru foo tenke hetan Supremu Tribunál ba Justisa nia revizaun no konfirmasaun atu serve hanesan baze ba eze kusaun.

Artigu 673.º

Dokumentu ne'ebé notáriu ezara ka autentika nia eze kuibilidade

Dokumentu ne'ebé notáriu ezara ka autentika no iha parte sira nia akordu kona-ba prestasaun futura ka iha previzaun katak sei konstitui obligasaun futura bele serve hanesan baze ba eze kusaun kuandu iha prova, ho dokumentu ne'ebé pasa tuir kláuzula ne'ebé hakerek hela iha ne'ebá ka, iha dokumentu ne'ebá la hakerek buat ida karik, ho dokumentu ne'ebé iha forsa eze kutiva, katak prestasaun ruma entrega duni atu halo

previsão das partes.

Artigo 674.º
Cumulação inicial de execuções

1. É permitido ao credor, ou a vários credores litisconsortes, cumular execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, contra o mesmo devedor ou contra vários devedores litisconsortes, salvo quando:

a) Ocorrer incompetência absoluta do tribunal para algumas execuções;

b) As execuções tiverem fins diferentes;

2. Quando todas as execuções se fundem em decisões judiciais, a acção executiva corre no tribunal do lugar onde correu a acção ou o processo de valor mais elevado.

3. Quando se cumulem execuções de decisão judicial e de título extrajudicial, incorporar-se-ão todos no apenso daquela.

4. Se as execuções se basearem todas em títulos extrajudiciais, é aplicável à determinação da competência territorial o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 55.º.

Artigo 675.º
Legitimidade do exequente e do executado

1. A execução tem de ser promovida pela pessoa que no título executivo figure como credor e deve ser instaurada contra a pessoa que no título tenha a posição de devedor.

2. Tendo havido sucessão no direito ou na obrigação, deve a execução correr entre os sucessores das pessoas que no título figuram como credor ou devedor da obrigação exequenda. No próprio requerimento para a execução deduzirá o exequente os factos constitutivos da sucessão.

Artigo 676.º
Exequibilidade da sentença contra terceiros

A execução fundada em sentença condenatória pode ser promovida, não só contra o devedor, mas ainda contra as pessoas em relação às quais a sentença tenha força de caso julgado.

Artigo 677.º
Coligação de exequentes

1. Podem vários credores comuns coligar-se contra o mesmo devedor ou contra diversos devedores obrigados no mesmo título, quando não se verificarem as excepções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 674.º.

negósiu ne'e ka obrigasaun ruma konstitui duni tuir parte sira nia previzaun ne'e.

Artigu 674.º
Kumulasaun inisiál iha ezekusaun

1. Kredór ka kredór litiskonsorte barak bele kumula ezekusaun, maske bazeada iha título ketak, hasoru devedór ida deit ka hasoru devedór litiskonsorte barak, salvu kuandu:

a) Tribunál iha inkompeténsia absoluta kona-ba ezekusaun sira-ne'e ruma;

b) Ezekusaun sira-ne'e nia fim la hanesan.

2. Kuandu exekusaun hotu-hotu bazeia iha desizaun judisiál, aksaun ezekutiva lao iha tribunál iha ne'ebé aksaun ka prosesu ho valór aas liu lao.

3. Kuandu kumula ezekusaun ho baze iha desizaun judisiál ho ezekusaun ho baze iha título extrajudisiál, tenke inkorpora¹⁸² exekusaun hotu-hotu iha apensu ba ezekusaun ida-ne'ebá.

4. Kuandu ezekusaun hotu-hotu bazeia iha título extrajudisiál tribunál nia kompeténsia sei determina tuir artigu 55.o, n.o 2 no 3, nia dispozisaun.

Artigu 675.º
Ezekuente no ezekutadu nia lejitimidade

1. Ema ne'ebé título ezekutivu hatudu hanesan kredór maka bele promove ezekusaun; ezekusaun ne'e tenke promove hasoru ema ne'ebé iha título ezekutivu okupa pozisaun hanesan devedór.

2. Kuandu iha tiha ona susesaun iha direitu ka iha obrigasaun, ezekusaun tenke lao entre ema sira-ne'ebé susede ba ema ne'ebé iha título ezekutivu okupa pozisaun hanesan obrigasaun ezekuenda nia kredór ka nia devedór. Ezekuente tenke dedúz iha rekerimentu ba ezekusaun faktu sira-ne'ebé konstitui susesaun ne'e.

Artigu 676.º
Sentensa nia ezekuibilidade hasoru terseiru

Ezekusaun bazeada iha sentensa kondenatória bele promove hasoru devedór no mos hasoru ema ne'ebé sentensa ne'e iha forsa hanesan kazu julgadu ba.

Artigu 677.º
Ezekuente sira nia koligasaun

1. Kredór komúm barak bele halo koligasaun hasoru devedór ida deit ka hasoru devedór barak ho obrigasaun bazeadu iha título ida deit, kuandu la iha exesaun sira previstu iha artigu

2. Não obsta à cumulação a circunstância de ser ilíquida alguma das quantias, desde que a liquidação dependa unicamente de operações aritméticas.

3. É aplicável à coligação o disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 674.º, para a cumulação de execuções.

Artigo 678.º

Legitimidade do Ministério Público como exequente

Compete ao Ministério Público promover a execução por custas e multas impostas em qualquer processo.

Artigo 679.º

Competência para a execução fundada em sentença

1. Para a execução que se funde em decisão proferida por tribunais timorenses, é competente o tribunal do lugar em que a causa tenha sido julgada.

2. Se a decisão tiver sido proferida por árbitros em arbitragem que tenha tido lugar em território timorense, é competente para a execução o tribunal distrital do lugar da arbitragem.

3. A execução corre por apenso ao processo onde a decisão foi proferida, ou no traslado se o processo tiver entretanto subido em recurso.

Artigo 680.º

Execução de sentença do Supremo Tribunal de Justiça

Se a acção tiver sido proposta no Supremo Tribunal de Justiça, é competente para a execução o tribunal do domicílio do executado, baixando o processo declarativo ao tribunal competente para a execução.

Artigo 681.º

Execução por custas, multas e indemnização

1. Para a execução por custas, por multas ou pelas indemnizações referidas no artigo 662.º e preceitos análogos, é competente o tribunal do lugar em que haja corrido o processo em que tenha tido lugar a notificação da respectiva conta ou liquidação.

2. Quando a condenação em custas, multa ou indemnização tenha sido proferida no Supremo Tribunal de Justiça, a execução corre no tribunal distrital do lugar em que o processo tenha sido instaurado.

Artigo 682.º

Regra geral de competência em matéria de execuções

674.o, n.o 1, alínea a) no b).

2. Koligasaun bele halo maske kuantia ruma sei ilíkidu hela, sarak sei presiza deit operasaun aritmética atu halo likidasaun.

3. Artigu 674.o, n.o 2, 3 no 4, nia dispozisaun ba kumulasaun iha ezekusaun sei aplika ba koligasaun.

Artigu 678.º

Ministériu Públiku nia lejitimidade hanesan ezekuenta

Ministériu maka tanke promove exekusaun ba kustus no multa iha prosesu ida-idak.

Artigu 679.º

Kompeténsia ba ezekusaun bazeada iha sentensa

1. Tribunál iha área ne'ebé kauza hetan julgamentu maka iha kompeténsia ba ezekusaun ho baze iha tribunál timór nia desizaun.

2. Tribunál distritál iha área ne'ebé halo arbitrajen maka iha kompeténsia atu ezekuta desizaun ne'ebé árbitru sira foo iha arbitrajen ne'ebé halo iha territóriu timór.

3. Ezekusaun lao iha apensu iha prosesu ne'ebé tribunál foo desizaun, ka iha trazladu kuandu prosesu ne'e sae tiha ba rekursu.

Artigu 680.º

Ezekusaun ba Supremu Tribunál ba Justisa nia sentensa

Tribunál iha ezekutadu nia domísíliu maka iha kompeténsia atu ezekuta desizaun ne'ebé foo iha aksaun ne'ebé tenke hatama iha Supremu Tribunál ba Justisa; ba ne'e, prosesu deklarativu nia autus tenke tun ba tribunál ne'ebé iha kompeténsia ba ezekusaun ne'e.

Artigu 681.º

Ezekusaun ba kustus, multa no indemnizasaun

1. Tribunál iha ne'ebé prosesu ne'ebé foo fatin ba notifikasaun kona-ba konta ka likidasaun lao maka iha kompeténsia ba ezekusaun ba kustus, multa no indemnizasaun.

2. Kuandu Supremu Tribunál ba Justisa maka kondena iha kustus, multa ka indenizasaun, ezekusaun sei lao iha tribunál distritál iha área ne'ebé hatama prosesu ne'e.

Artigu 682.º

Regra jerál kona-ba kompeténsia iha ezekusaun

- 1.Salvos os casos especiais prevenidos noutras disposições, é competente para a execução o tribunal do lugar onde a obrigação deva ser cumprida.
- 2.Porém, se a execução for para entrega de coisa certa ou por dívida com garantia real, são, respectivamente, competentes o tribunal do lugar onde a coisa se encontre ou o da situação dos bens.
- 3.Quando a execução haja de ser instaurada no domicílio do executado e este não tenha domicílio em Timor-Leste, mas aqui tenha bens, é competente para a execução o tribunal da situação desses bens.

Artigo 683.º

Execução fundada em sentença estrangeira

A competência para a execução fundada em sentença estrangeira pertence ao tribunal distrital de Díli.

Artigo 684.º

Requisitos da obrigação exequenda

A execução principia pelas diligências, a requerer pelo exequente, destinadas a tornar a obrigação certa, exigível e líquida, se o não for em face do título executivo.

Artigo 685.º

Escolha da prestação na obrigação alternativa

- 1.Quando a obrigação seja alternativa e pertença ao devedor a escolha da prestação, é este notificado para, no prazo de dez dias, se outro não tiver sido fixado pelas partes, declarar por qual das prestações opta.
- 2.Na falta de declaração, a execução segue quanto à prestação que o credor escolher.
- 3.Cabendo a escolha a terceiro, é este notificado para a efectuar; na falta de escolha pelo terceiro, bem como no caso de haver vários devedores e não ser possível formar maioria quanto à escolha, é esta efectuada pelo tribunal, a requerimento de exequente.

Artigo 686.º

Obrigação condicional ou dependente de prestação

- 1.Quando a obrigação seja dependente de condição suspensiva ou de uma prestação por parte do credor ou de terceiro, incumbe ao credor provar documentalmente, que se verificou a condição ou que se efectuou ou ofereceu a prestação.
- 2.Quando a prova não possa ser feita por documentos, o credor, a requerer a execução, oferece as respectivas provas, que são logo

1. Tribunál iha fatin ne'ebé devedór tenke kumpre obligasaun maka iha kompeténsia ba ezekusaun, salvu kazu previstu iha dispozisaun seluk.
2. Ezekusaun atu entrega koiza sarta ka tanba dívida ho garantia réal tenke hatama iha tribunál iha área ne'ebé koiza ne'e rai hela ka hela.
3. Kuandu ezekusaun tenke hatama iha ezekutadu nia domisíliu no nia la iha domisíliu iha Timór-Leste, maibé iha bein iha ne'e, tribunál iha área ne'ebé bein ne'e hela maka iha kompeténsia.

Artigu 683.º

Ezekusaun ho baze iha sentensa estranjeira

Tribunál distritál iha Dili maka iha kompeténsia ba ezekusaun ho baze iha sentensa estranjeira.

Artigu 684.º

Obrigasaun ezekuenda nia rekizitu

Ezekusaun hahú ho dilijénsia ne'ebé ezekuate tenke rekér atu halo obligasaun sai sarta, ezijivel no líkida, kuandu título ezekutivu la hatudu katak obligasaun ne'e iha ona rekizitu sira-ne'e.

Artigu 685.º

Prestasaun nia eskolla iha obligasaun alternativa

1. Kuandu obligasaun ne'e alternativu no devedór maka tenke eskolla prestasaun, tenke notifika devedór ne'e atu deklarar prestasaun ida-ne'ebé maka nia eskolla, iha loron sanulu nia laran kuandu parte sira la fiksa prazu seluk.
2. Kuandu ezekutadu la dehan buat ida, ezekusaun lao kona-ba prestasaun ne'ebé kredór eskolle.
3. Kuandu ema terseiru maka tenke eskolle, tenke notifika terseiru ne'e atu eskolle; kuandu terseiru ne'e la eskolle, ka kuandu iha devedór barak no la bele forma maioria kona-ba eskolla ne'e, ezekuate tenke husu ba tribunál atu eskolle.

Artigu 686.º

Obrigasaun kondisionál ka dependente hosi prestasaun

1. Kuandu obligasaun depende hosi kondisaun suspensiva ka hosi prestasaun ne'ebé kredór ka terseiru sei halo, kredór ne'e tenke prova ho dokumentu katak kondisaun ne'e iha tiha ona ka prestasaun ne'e halo tiha ona ka oferese tiha ona.
2. Kuandu la bele prova ho dokumentu, iha rekerimentu ba ezekusaun kredór tenke oferese kedas prova, ne'ebé tenke

sumariamente produzidas perante o juiz, a menos que este entenda necessário ouvir o devedor; neste caso, o devedor é citado com a advertência de que, na falta de contestação, se considerará verificada a condição ou efectuada ou oferecida a prestação, nos termos do requerimento executivo, salvo o disposto no artigo 365.º.

3.A contestação do executado só pode ter lugar em oposição à execução.

4.Os n.ºs 6 e 7 do artigo 690.º aplicam-se, com as necessárias adaptações, quando se execute obrigação que só parcialmente seja exigível.

CAPÍTULO II DO PROCESSO

SECÇÃO I FASE INTRODUTÓRIA

Artigo 687.º Requerimento executivo

1.O requerimento executivo, dirigido ao tribunal de execução, é obrigatoriamente assinado pelo Ministério Público, pelo defensor público ou por mandatário judicial constituído, conforme os casos.

2.Com o requerimento executivo será apresentado o título executivo que lhe serve de fundamento, devendo o exequente indicar o fim da execução.

Artigo 688.º Despacho liminar

1.O processo é apresentado ao juiz que o indefere liminarmente sempre que:

- a)Seja manifesta a falta ou insuficiência do título;
- b)Ocorram excepções dilatórias, não supríveis, de conhecimento oficioso.

2.É admissível o indeferimento parcial, designadamente quanto à parte do pedido que exceder os limites constantes do título.

Artigo 689.º Citação do executado

1.O executado, não tendo o requerimento sido totalmente indeferido, é citado para em vinte dias se opor à execução ou nomear bens à penhora, sob pena de tal direito ser devolvido ao exequente.

2.Tendo-se deduzido inicialmente liquidação, a citação é substituída pela notificação; e é igualmente substituída por

prodúz kedas sumariamente iha juíz nia oin, salvu kuandu juíz konsidera katak tenke rona mos devedór; iha kazu ida-ne'e, tenke sita devedór ho adverténsia katak, tribunál sei konsidera katak kondisaun iha tiha ona ka prestasaun halo tiha ona ka oferese tiha ona, tuir rekerimentu ezekutiva nia termus, salvu artigu 365.º nia dispozisaun.

3. Ezekutadu nia kontestasaun tenke apresenta iha opozisaun ba ezekusaun.

4. Iha ezekusaun ba obrigasaun ne'ebé ezijivel deit parsialmente, tenke aplika artigu 690.o, n.o 6 no 7, nia dispozisaun.

KAPÍTULU II PROSESU

SEKSAUN I FAZE INTRODUTÓRIA

Artigu 687.º Rekerimentu ezekutivu

1. Rekerimentu ezekutivu tenke dirije ba tribunál ne'ebé iha kompeténsia atu halo ezekusaun; Ministériu Públiku, defensór públiku ka mandatáriu judisiál konstituidu, konforme kazu ida-idak, tenke asina rekerimentu ne'e.

2. Ezekuente tenke hatudu ezekusaun nia fim no apresenta, hamutuk ho rekerimentu ezekutivu, título ezekutivu ne'ebé fundamenta ezekusaun ne'e.

Artigu 688.º Despaxu liminár

1. Juíz sei indefere liminarmente rekerimentu ezekutivu kuandu:

a) Haree kedas katak la iha título ezekutivu ka título ne'e laós suficiente;

b) Kuandu iha exesaun dilatória la supriovel ne'ebé juíz bele koñese ofisiozamente.

2. Bele iha indeferimentu parsial, dezignadamente kona-ba pedidu nia parte ne'ebé liu tiha limite ne'ebé hakerek iha título ezekutivu.

Artigu 689.º Ezekutadu nia sitasaun

1. Kuandu rekerimentu la hetan indeferimentu totál, tenke sita ezekutadu atu halo opozisaun ba ezekusaun ka nomeia bein ba peñora, iha loron ruanulu nia laran, ho kominasaun katak, selae, direitu ne'e sei entrega ba ezekuente.

notificação quando, citado o executado para a execução de determinado título, se cumule depois no mesmo processo a execução por outro título.

3.No requerimento de oposição o executado que deduz a oposição pode também, por cautela, nomear bens à penhora.

Artigo 690.º

Liquidação

1.Sempre que for ilíquida a quantia em dívida, o exequente deve especificar os valores que considera compreendidos na prestação devida e concluir o requerimento executivo com um pedido líquido.

2.Quando a execução compreenda juros que continuem a vencer-se, a liquidação deles é feita, a final, pela secretaria, em face do título executivo e dos documentos que o exequente ofereça em conformidade com ele ou, sendo caso disso, em função das taxas legais de juros de mora aplicáveis.

3.A secretaria liquida ainda, a final, a sanção pecuniária compulsória que seja devida.

4.Quando, não sendo o título executivo uma sentença, a liquidação não dependa de simples cálculo aritmético, o executado é logo citado para a contestar, em oposição à execução, com a advertência de que, na falta de contestação, a obrigação se considera fixada nos termos do requerimento executivo, salvo disposto no artigo 365.º; havendo contestação ou sendo a revelia inoperante, aplica-se o disposto no artigo 385.º

5.Quando a iliquidez da obrigação resulte de esta ter por objecto mediato uma universalidade e o autor não possa concretizar os elementos que a compõe, a liquidação tem lugar em momento imediatamente posterior à apreensão, precedendo a entrega ao exequente.

6.Se uma parte da obrigação for ilíquida e outra líquida, pode esta executar-se imediatamente.

7.Requerendo-se a execução imediata da parte líquida, a liquidação da outra parte pode ser feita na pendência da mesma execução, nos mesmos termos em que é possível a liquidação inicial.

Artigo 691.º

Nomeação pelo exequente

Não tendo sido deduzida oposição à execução ou sendo-o sem que o executado, em simultâneo, tenha indicado bens à penhora é o exequente notificado para, em dez dias proceder à nomeação.

SECÇÃO II OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO

2. Sei halo notifikasaun iha sitasaun nia fatin kuandu ezequente husu uluk likidasaun, no mos kuandu, sita tiha ezeikutadu ba ezeikusaun ho baze iha titulu ida, tuirmai, kumula iha prosesu ne'e ezeikusaun seluk tan ho baze iha titulu seluk.
3. Iha rekerimentu ba opozisaun ezeikutadu ne'ebé dedúz opozisaun bele nomeia mos bein ba peñora, hanesan kautela¹⁸³.

Artigu 690.º **Likidasaun**

1. Kuandu kuantia atu selu ne'e sei ilikidu hela, ezequente tenke hatudu valór ida-idak ne'ebé tama iha prestasaun devida no husu pedidu líkidu ida iha nia rekerimentu ezeikuenda.
2. Kuandu iha ezeikusaun tama mos juru ne'ebé sei vense nafatin, sekretaria maka sei halo likidasaun iha finál, ho baze iha titulu ezeikutivu no dokumentu ne'ebé ezequente apresenta tuir titulu ne'e ka, tama iha kazu karik, tuir juru tan mora nia taxa legál aplikavel.
3. Iha finál, sekretaria likida mos sansaun pekuniária kompulsória¹⁸⁴ ne'ebé tenke selu.
4. Kuandu titulu ezeikutivu laós sentensa no likidasaun la bele halo ho kálkulu aritmétiku deit, tenke sita kedas ezeikutadu atu kontesta, ho adverténsia katak, la iha kontestasaun karik, sei konsidera obrigasaun ezeikuenda fiksada hanesan ezequente dehan iha rekerimentu ezeikutivu, salvu artigu 365.o nia dispozisaun; kuandu iha kontestasaun ka revelia laós operante, tenke tuir artigu 385.o nia dispozisaun.
5. Kuandu obrigasaun sei ilikidu hela, tanba universalidade ida maka nia objetu mediatu, no autór la bele hatudu elementu ida-idak ne'ebé constitui universalidade ne'e, likidasaun tenke halo tuir kedas apreensaun, molok entrega koiza apreendida sira ba ezequente.
6. Kuandu obrigasaun iha parte líkida no parte ilikida, bele ezeikuta kedas parte líkida ne'e.
7. Kuandu ezequente husu atu ezeikuta kedas parte líkida, bele halo parte ida seluk nia likidasaun kuandu ezeikusaun ne'e lao daudaun, tuir regra ne'ebé aplika atu halo likidasaun inisiál.

Artigu 691.º **Ezequente nomeia bein**

Kuandu la iha opozisaun ka iha, maibé ezeikutadu la nomeia bein ba peñora, tenke notifika ezequente atu halo nomeasaun ne'e iha loran sanulu nia laran.

SEKSAUN II **OPOZISAUN BA EZEKUSAUN**

Artigo 692.º
Embargos e seu prazo

1. O executado pode opor-se à execução por embargos.
2. Os embargos são deduzidos no prazo de vinte dias a contar da citação

Artigo 693.º
Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença

Fundando-se a execução em sentença, a oposição só pode ter alguns dos fundamentos seguintes:

- a) Inexistência ou inexequibilidade do título;
- b) Falsidade do processo ou do traslado ou infidelidade deste, quando uma ou outra influa nos termos da execução;
- c) Falta de qualquer pressuposto, processual de que dependa a regularidade da instância executiva, sem prejuízo do seu suprimento;
- d) Falta ou nulidade da citação para a acção declarativa quando o réu não tenha intervindo no processo;
- e) Incerteza, inexigibilidade ou iliquidez da obrigação exequenda, não supridas na fase introdutória da execução;
- f) Caso julgado anterior à sentença que se executa;
- g) Qualquer facto extinto ou modificativo da obrigação, desde que seja posterior ao encerramento da discussão no processo de declaração e se prove por documento. A prescrição do direito ou da obrigação pode ser provada por qualquer meio;
- h) Tratando-se de sentença homologatória de confissão ou transacção, qualquer causa de nulidade ou anulabilidade desses actos.

Artigo 694.º
Fundamentos da oposição à execução baseada noutra título

1. Não se baseando a execução em sentença, além dos fundamentos de oposição especificados no artigo 693.º, na parte em que sejam aplicáveis, podem ser alegados quaisquer outros que seria lícito deduzir como defesa no processo de declaração.
2. São fundamentos de oposição à execução baseada em sentença arbitral não só os previstos no artigo anterior mas também aqueles em que pode basear-se a anulação judicial da mesma decisão.

Artigo 695.º
Termos da oposição e execução

1. A oposição à execução corre por apenso, sendo indeferida liminarmente quando:

Artigu 692.º
Embargu no nia prazu

1. Ezekutadu bele halo opozisaun ba ezekusaun ho embargu.
2. Embargu tenke dedúz iha loron ruanulu nia laran, hahú iha sitasaun.

Artigu 693.º
Opozisaun ba ezekusaun ho baze iha sentensa

Opozisaun ba ezekusaun ho baze iha sentensa bele uza deit hanesan fundamentu katak:

- a) Títulu ezekutivu la iha ka la bele ezekuta;
- b) Prosesu ka trazladu ne'e falsu ka trazladu ne'e laós fiél, no falsidade ka infidelidade ne'e bele influencia ezekusaun nia termus;
- c) Falta presupostu prosesuál ruma ne'ebé presiza ba instánsia ezekutiva atu sai regulár, sein prejuizu ba falta ne'e nia suprimentu;
- d) La iha sitasaun ba aksaun deklarativa ka sitasaun ne'e sofre nulidade no reu la intervein iha prosesu;
- e) Obrigasaun ezekuenda laós sertu, ezijivel ka líkidu, no inserteza, inezijibilidade ka ilikidéz ne'e la hadia tiha iha ezekusaun nia faze introdutória;
- f) Iha kazu julgadu anteriór liu sentensa ne'ebé ezekuta daudaun ne'e;
- g) Dokumentu ruma hatudu katak, taka tiha diskusaun iha prosesu deklarativu, mosu faktu ne'ebé extinge ka modifika tiha obrigasaun, ka meu-de-prova naran ida hatudu katak direitu ka obrigasaun preskreve¹⁸⁵ tiha ona;
- h) Iha faktu ka sirkunstánsia ruma ne'ebé hamosu nulidade ka anulabilidade ba konfisaun ka tranzasaun ka ba sentensa ne'ebé omologa konfisaun ka tranzasaun ne'e.

Artigu 694.º
Opozisaun ba ezekusaun ho baze iha títulu seluk

1. Opozisaun ba ezekusaun ho baze iha títulu ne'ebé laós sentensa bele halo ho fundamentu sira-ne'ebé artigu 693.o prevé no mos, kuandu aplikavel, ho fundamentu seluk ne'ebé bele uza hanesan defeza iha prosesu deklarativu.
2. Opozisaun ba ezekusaun ho baze iha sentensa arbitrál bele halo ho fundamentu sira-ne'ebé artigu anteriór prevé no mos sira-ne'ebé bele uza hanesan baze ba desizaun arbitrál nia anulasaun judisiál.

Artigu 695.º
Opozisaun nia termus

1. Opozisaun ba ezekusaun lao iha apensu, no hetan indeferimentu liminár:

- a) Tiver sido deduzida fora do prazo;
 - b) O fundamento não se ajustar ao disposto nos artigos 693.º e 694.º;
 - c) For manifestamente improcedente.
2. Se for recebida a oposição, o exequente é notificado para contestar, dentro do prazo de vinte dias, seguindo-se os termos do processo comum de declaração.
3. À falta de contestação é aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 364.º e artigo 365.º, não se considerando, porém, confessados os factos que estiveram em oposição com os expressamente alegados pelo exequente no requerimento executivo.
4. A procedência da oposição à execução extingue a execução, no todo ou em parte.

Artigo 696.º
Efeito do recebimento da oposição

1. O recebimento da oposição só suspende o processo de execução quando o oponente preste caução.
2. A execução suspensa prosseguirá se a oposição estiver parada durante mais de trinta dias, por negligência do oponente em promover os seus termos.
3. Quando a execução prossiga, nem o exequente nem qualquer outro credor pode obter pagamento, na pendência da oposição, sem prestar caução.

SECÇÃO III
PENHORA

Artigo 697.º
Ordem de realização da penhora

1. A penhora efectua-se sempre mediante despacho prévio do juiz que identifica os bens ou direitos a ser penhorados e demais elementos relevantes à sua identificação.
2. A penhora deve iniciar-se pelos bens nomeados pelo executado e dentre estes aqueles cujo valor seja de mais fácil realização e se mostre adequado ao montante do crédito exequente.
3. De seguida, caso o executado não tenha procedido à nomeação de bens à penhora ou o tenha feito de forma insuficiente atender-se-á aos bens indicados pelo exequente.
4. O juiz deve ordenar a realização das diligências necessárias à identificação de bens suficientes a garantir a penhora em montante adequado ao pedido do exequente.

Artigo 698.º
Bens onerados com garantia real

- a) Kuandu liu tiha prazu maka tama iha tribunál;
 - b) Kuandu nia fundamentu la tama iha artigu 693.o no 694.o nia previzaun;
 - c) Kuandu manifestamente improsedente.
2. Kuandu tribunál simu opozisaun, tenke notifika ezequente atu kontesta, iha loron ruanulu nia laran, no tuir prosesu komún deklarativu nia termus.
 3. Kuandu la iha kontestasaun sei aplika artigu 364.o, n.o 1, no 365.o, maibé la bele konsidera konfesadu faktu ne'ebé iha opozisaun ho faktu ne'ebé ezequente alega iha rekerimentu ezekutivu.
 4. Opozisaun nia prosedénsia extinge ezekusaun, tomak ka parte deit.

Artigu 696.º
Efeito kuandu tribunál simu opozisaun

1. Maske tribunál simu opozisaun, prosesu ezekutivu suspende deit kuandu oponente presta kausaun.
2. Ezekusaun ne'ebé suspende tiha lao fila-fali kuandu opozisaun para tiha durante liu loron tolunulu nia laran tanba oponente nia negligénsia atu promove nia termus.
3. Kuandu ezekusaun kontinua, ezequente ka kredór tenke presta kausaun atu bele hetan pagamentu kuandu opozisaun sei lao daudaun.

SEKSAUN III
PEÑORA

Artigu 697.º
Orden atu tuir iha peñora

1. Atu halo peñora, juíz tenke foo despaxu atu haruka no identifika bein ka direitu ne'ebé atu peñora no elementu seluk tan ne'ebé iha relevánsia ba nia identifikasaun.
2. Peñora hahú ho bein ne'ebé ezekutadu nomeia no, iha sira-ne'e nia laran, ho bein ne'ebé nia valór bele realiza fasil liu no too atu selu ezequente nia kréditu.
3. Tuirmai, kuandu ezekutadu la nomeia bein ba peñora ka bein ne'ebé nia nomeia la too atu selu ezequente nia kréditu, sei peñora bein ne'ebé ezequente nomeia.
4. Juíz tenke haruka halo diligénsia nesesária atu identifika bein suficiente hodi garante katak peñora hetan valór adekuadu ba ezequente nia pedidu.

Artigu 698.º
Bein oneradu ho garantia réal

Executando-se dívida com garantia real que onere bens pertencentes ao devedor, a penhora inicia-se pelos bens sobre que incida a garantia e só pode recair noutros quando se reconheça a insuficiência deles para conseguir o fim da execução.

Artigo 699.º
Objecto da penhora

1. Estão sujeitos à penhora todos os bens do devedor susceptíveis de penhora que, nos termos da lei substantiva, respondem pela dívida exequenda, sem prejuízo da ordem estabelecida no artigo 698.º.
2. Nos casos especialmente previstos na lei, podem ser penhorados bens de terceiro, desde que a execução tenha sido movida contra ele.
3. A penhora limita-se aos bens necessários ao pagamento da dívida exequenda e das despesas previsíveis da execução.

Artigo 700.º
Bens absoluta ou totalmente impenhoráveis

São absolutamente impenhoráveis, além dos bens isentos de penhora, por disposição especial:

- a) As coisas ou direitos inalienáveis;
- b) Os bens do domínio público do Estado e das restantes pessoas colectivas públicas;
- c) Os objectos cuja apreensão seja ofensiva dos bons costumes ou careça de justificação económica, pelo seu diminuto valor venal;
- d) Os objectos especialmente destinados ao exercício de culto público;
- e) Os túmulos;
- f) Os bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica que se encontrem na residência permanente do executado, salvo se se tratar de excepção destinada ao pagamento do preço da respectiva aquisição ou do custo da sua reparação;
- g) Os instrumentos indispensáveis aos deficientes e os objectos destinados ao tratamento de doentes.

Artigo 701.º
Bens relativamente impenhoráveis

1. Estão isentos de penhora, salvo tratando-se de execução para pagamento de dívida com garantia real, os bens do Estado e das restantes pessoas colectivas públicas, de entidades concessionárias de obras ou serviços públicos ou de pessoas colectivas de utilidade pública, que se encontrem especialmente afectados à realização de fins de utilidade pública.
2. Estão também isentos de penhora os instrumentos de trabalhos e os objectos indispensáveis ao exercício da actividade ou formação

Kuandu ezekuta dívida ho garantia réal ne'ebé monu ba devedór nia bein, peñora tenke hahú ho bein ne'ebé lori garantia réal nia todan; kuandu bein ne'e la too atu hetan ezekusaun nia fim maka bele peñora bein seluk.

Artigu 699.º
Peñora nia objetu

1. Devedór nia bein hotu-hotu ne'ebé, tuir lei substantiva, responde ba dívida ezekuenda, bele tama iha peñora, sein prejuizu ba orden estabesida iha artigu 698.o.
2. Iha kazu ne'ebé lei prevé, bele peñora terseiru nia bein, sarak ezekusaun hatama hasoru nia.
3. Tenke halo peñora ba deit bein ne'ebé presiza duni atu selu dívida ezekuenda no ezekusaun nia despeza previzivel.

Artigu 700.º
Bein absoluta ka totalmente impeñoravel

Nunka bele halo peñora ba bein ne'ebé lei espesial la husik peñora no mos:

- a) Bein ka direitu inalienavel;
- b) Bein ne'ebé tama iha domíniu públiku ka iha pesoa koletiva públika sira seluk nia domíniu;
- c) Bein ne'ebé nia apreensaun ofende bons-kostumes ka la iha justifikasaun ekonómika tanba nia valór venál kiik liu;
- d) Bein espesialmente destinadu ba kultu públiku nia ezersísiu;
- e) Túmulu;
- f) Bein imprexindivel ba ekonomia doméxtika ne'ebé rai hela iha ezekutadu nia rezidénsia permanente, salvu kuandu ezekusaun ne'e halo atu selu bein ne'e nia folin ka folin kona-ba bein ne'e nia reparasaun;
- g) Instrumentu indispensavel ba deficiente ka objetu atu trata ema-moras.

Artigu 701.º
Bein relativamente impeñoravel

1. La bele peñora Estadu no pesoa koletiva públika sira seluk, entidade ne'ebé iha konsesaun ba obra públika ka servisu públiku, ka pesoa koletiva ho utilidade públika sira nia bein ne'ebé afeta tiha ona espesialmente ba fim ho utilidade públika nia realizaun, salvu iha ezekusaun atu selu dívida ho garantia réal.
2. La bele peñora mos instrumentu ne'ebé ezekutadu uza atu halo nia servisu ka objetu indispensavel ba ezekutadu nia atividade ka formasaun profisionál, salvu

profissional do executado, salvo se:

- a) O executado os nomear à penhora;
- b) A execução se destinar ao pagamento do preço da sua aquisição ou do custo da sua reparação;
- c) Forem penhorados como elementos corpóreos de um estabelecimento comercial.

Artigo 702.º

Bens parcialmente penhoráveis

1. São impenhoráveis:

- a) Dois terços dos vencimentos, salários ou prestações de natureza semelhante, auferidos pelo executado;
- b) Dois terços das prestações periódicas pagas a título de aposentação ou de outra qualquer regalia social, seguro, indemnização por acidente ou renda vitalícia, ou de quaisquer outras pensões de natureza semelhante.

2. A parte penhorável dos rendimentos referidos no número anterior é fixada pelo juiz entre um terço e um sexto, segundo o seu prudente arbítrio, tendo em atenção a natureza da dívida exequenda e as condições económicas do executado.

3. Ponderados o montante e a natureza do crédito exequendo, bem como as necessidades do executado e do seu agregado familiar, pode o juiz, excepcionalmente, reduzir, por período que considere razoável, a parte penhorável dos rendimentos e mesmo, por período não superior a um ano, isentá-los de penhora.

Artigo 703.º

Impenhorabilidade de quantias pecuniárias ou depósitos bancários

São impenhoráveis a quantia em dinheiro ou o depósito bancário resultante da satisfação de crédito impenhorável, nos mesmos termos em que o era o crédito originalmente existente.

Artigo 704.º

Penhora de bens comuns do casal

1. Quando, em execução movida contra um só dos cônjuges, sejam penhorados bens comuns do casal, por não se conhecerem bens suficientes próprios do executado, cita-se o cônjuge do executado para, no prazo de que dispõe para a oposição, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de acção em que a separação já tenha sido requerida.

2. Quando o exequente tenha fundamentadamente alegado que a dívida constante de título diverso de sentença, é comum, é ainda o cônjuge do executado citado para, em alternativa e no mesmo prazo,

- a) Kuandu ezekutadu rasik maka nomeia bein ne'e ba peñora;
- b) Kuandu ezekusaun ne'e halo atu selu bein ne'e nia folin ka folin kona-ba bein ne'e nia reparasaun;
- c) Kuandu bein ne'e tama iha peñora hanesan estabelesimentu komersiál ida nia elementu korpóreu.

Artigu 702.º
Bein parsialmente peñoravel

1. La bele peñora:
 - a) Vensimentu, saláriu ka prestasaun ho natureza semellante ne'ebé ezekutadu simu, fahe ba tolu nia baluk rua;
 - b) Prestasaun periódika ne'ebé selu ba ezekutadu hanesan apozentasaun, regalia sosiál seluk tan, seguru, indemnizasaun tanba asidente ka renda vitalísia, ka pensaun seluk tan ho natureza semellante, fahe ba tolu nia baluk rua.
2. Juíz maka sei fiksa rendimentu sira referidu iha número anteriór nia parte peñoravel, entre fahe ba tolu baluk ida ka fahe ba neen baluk ida, conforme nia prudente arbítriu, haree tuir dívida ezekuenda nia natureza no ezekutadu nia kondisaun ekonómika.
3. Tetu tiha kréditu ezekuendu nia valór no natureza no ezekutadu ho nia família nia nesesidade, exesionalmente, juíz bele redúz rendimentu nia parte peñoravel ne'e, durante tempu ne'ebé nia konsidera razoavel, no bele mos foo izensaun ba peñora kona-ba parte peñoravel ne'e durante período la naruk liu tinan ida.

Artigu 703.º
Osan ka depóztu bankáriu inpeñoravel

La bele peñora osan ka depóztu bankáriu ne'ebé mai hosi kréditu inpeñoravel, nu'udar kréditu orijinál la bele ne'e.

Artigu 704.º
Peñora ba kazál nia bein komún

1. Kuandu iha ezekusaun hasoru kónjuje ida sei peñora kazál nia bein komún, tanba la koñese ezekutadu nia bein rasik suficiente, tenke sita ezekutadu nia kónjuje atu, iha prazu ne'ebé nia bele uza atu halo opozisaun, husu atu halo separasaun iha sira nia bein ka hatama iha autus sertidaun ne'ebé hatudu katak aksaun atu halo separasaun ne'e lao daudaun ona.
2. Kuandu ezekuate alega ho fundamentu katak dívida ne'ebé hakerek hela iha título ne'ebé laós sentensa dívida komún, tenke sita mos ezekutadu nia kónjuje atu, hanesan alternativa no iha prazu ne'ebé nia bele uza atu halo opozisaun, mai dehan nia simu ka lae

declarar se aceita a comunicabilidade da dívida, baseada no fundamento alegado, com a cominação de, se nada disser, a dívida ser considerada comum, para os efeitos da execução e sem prejuízo da oposição que contra ela deduza.

3. Quando a dívida for considerada comum, nos termos do número anterior, a execução prossegue também contra o cônjuge não executado, cujos bens próprios podem nela ser subsidiariamente penhorados; se, antes dos bens comuns, tiverem sido penhorados os seus bens próprios e houver bens comuns suficientes, pode o executado inicial requerer a substituição dos bens penhorados.

4. Tendo o cônjuge recusado a comunicabilidade, mas não tendo requerido a separação de bens nem apresentado certidão de acção pendente, a execução prossegue sobre os bens comuns.

5. Não tendo o exequente invocado a comunicabilidade da dívida, nos termos do n.º 2, pode qualquer dos cônjuges, no prazo da oposição, requerer a separação de bens ou juntar a certidão de acção pendente, sob pena de a execução prosseguir nos bens penhorados.

6. Pode também o executado, no mesmo prazo, alegar fundamentadamente que a dívida, constante de título diverso de sentença, é comum, caso em que o cônjuge não executado, se não tiver requerido a separação de bens, é notificado nos termos e para os efeitos do n.º 2, aplicando-se os n.ºs 3 e 4, se não houver oposição do exequente.

7. Apensado o requerimento em que se pede a separação, ou junta a certidão, a execução fica suspensa até à partilha; se, por esta, os bens penhorados não couberem ao executado, podem ser penhorados outros que lhe tenham cabido, permanecendo a anterior penhora até à nova apreensão.

Artigo 705.º

Penhora em caso de comunhão ou compropriedade

1. Na execução movida apenas contra alguns dos titulares de património autónomo ou bem indiviso, não podem ser penhorados os bens compreendidos no património comum ou uma fracção de qualquer deles, nem uma parte especificada do bem indiviso.

2. Quando, em execuções diversas, sejam penhorados todos os quinhões no património autónomo ou todos os direitos sobre o bem indiviso, realiza-se uma única venda, no âmbito do processo em que se tenha efectuado a primeira penhora, com posterior divisão do produto obtido.

Artigo 706.º

Bens a penhorar na execução contra o herdeiro

katak dívida ne'e komún duni, ho baze iha fundamentu alegadu ne'e, ho kominasaun katak, la dehan buat ida karik, sei konsidera dívida ne'e komún, ba ezekusaun nia efeitu no sein prejuizu ba opozisaun ne'ebé nia bele dedúz hasoru ezekusaun ne'e.

3. Kuandu, tuir númeru anteriór nia dispozisaun, tenke konsidera dívida ezekeunda komún, ezekusaun lao mos hasoru ezekeutadu nia kónjuje no bele peñora mos nia bein rasik subsidiariamente; kuandu peñora tiha ona nia bein rasik maka peñora fali bein komún no iha bein komún suficiente, ezekeutadu inisiál bele husu atu substitui bein peñoradu sira-ne'e.

4. Kuandu ezekeutadu nia kónjuje la simu katak dívida ezekeunda ne'e komún, maibé la husu atu halo separasaun iha sira nia bein no la hatama sertidaun ne'ebé hatudu katak aksaun ba separasaun lao daudaun, ezekusaun lao hasoru bein komún.

5. Kuandu ezekeute la invoka katak dívida ezekeunda ne'e komún, tuir no 2 nia dispozisaun, kónjuje sira-ne'e naran ida bele husu separasaun iha bein ka hatama iha autus sertidaun hodi hatudu katak aksaun ba separasaun ne'e lao daudaun ona, iha prazu ba opozisaun nia laran; selae, bele kontinua ezekusaun ba bein ne'ebé peñora tiha ona ne'e.

6. Iha prazu ba opozisaun nia laran, ezekeutadu bele mos alega ho fundamentu katak dívida ne'ebé tama iha título ne'ebé laós sentensa ne'e komún; iha situasaun ne'e, tenke notifika kónjuje ida-ne'ebé laós ezekeutadu tuir no 2 dispozisaun, kuandu nia seidauk husu separasaun iha bein, no aplika mos no 3 no 4, kuandu ezekeute la apresenta opozisaun.

7. Apena tiha rekerimentu atu husu separasaun iha bein, ka hatama tiha sertidaun kona-ba separasaun ne'e, ezekusaun suspende too partilla hotu; kuandu iha partilla ne'e bein peñoradu la tama iha ezekeutadu nia liman, bele peñora fali bein seluk ne'ebé nia hetan iha partilla ne'e, no peñora anteriór kontinua too halo tiha apreensaun foun.

Artigu 705.º

Peñora iha komuñaun ka kompropiedade

1. Kuandu ezekusaun halao hasoru patrimóniu autónomu ka bein indivizu nia contitulár balu deit, la bele peñora bein sira-ne'ebé tama iha patrimóniu komún ka bein sira-ne'e ruma nia frasaun ka bein indivizu nia parte espesifikada ruma.

2. Kuandu iha ezekusaun barak halo peñora ba patrimóniu autónomu nia kiñaun sira hotu kedas ka ba direitu hotu-hotu ne'ebé tama iha bein indivizu, tenke halo venda ida deit, iha prosesu ne'ebé halo peñora uluk liu, tuirmai maka sei fahe produtu ne'ebé hetan ho venda ne'e.

Artigu 706.º

Bein atu peñora iha ezekusaun hasoru erdeiru

1. Na execução movida contra o herdeiro só podem penhorar-se os bens que ele tenha recebido do autor da herança.

2. Quando a penhora recaia sobre outros bens, o executado pode requerer que seja levantada, indicando ao mesmo tempo os bens da herança que tenha em seu poder. O requerimento é deferido se, ouvido o exequente, este não fizer oposição.

3. Opondo-se o exequente ao levantamento da penhora, o executado só pode obtê-lo, tendo a herança sido aceite pura e simplesmente, desde que alegue e prove:

a) Que os bens penhorados não provieram da herança;

b) Que não recebeu da herança mais bens do que aqueles que indicou ou, se recebeu mais, que os outros foram todos aplicados em solver encargos dela.

Artigo 707.º

Penhorabilidade subsidiária

Na execução movida contra o devedor principal e o devedor subsidiário que deva ser previamente citado, não podem ser penhorados os bens deste, enquanto não estiverem executados todos os bens do devedor principal; a citação do devedor subsidiário só precede a excussão quando o exequente o requeira, tendo, neste caso, o devedor subsidiário o ónus de invocar o benefício da excussão, no prazo da oposição à execução.

Artigo 708.º

Penhora de mercadorias carregadas em navio

1. Ainda que o navio já esteja despachado para a viagem, efectuada a penhora de mercadorias carregadas, pode ser autorizada a sua descarga se o credor satisfizer por inteiro o frete em dívida, as despesas de carga, estiva, desarrumação, sobredemora e descarga ou prestar caução ao pagamento dessas despesas.

2. Considera-se despachado para viagem o navio logo que esteja em poder do respectivo capitão o desembarço passado pela capitania do porto.

3. Oferecida a caução, sobre a sua idoneidade é ouvido o capitão, que dirá, dentro de cinco dias, o que se lhe oferecer.

4. Autorizada a descarga, faz-se o averbamento respectivo no conhecimento pertencente ao capitão e comunica-se o facto à capitania do porto.

Artigo 709.º

Apreensão de bens em poder de terceiros

1. Os bens do executado são apreendidos ainda que, por qualquer título, se encontrem em poder de terceiro, sem prejuízo, porém, dos

1. Iha ezekusaun hasoru erdeiru tenke peñora deit bein ne'ebé nia simu hosi matebian.
2. Kuandu peñora monu mos ba bein seluk, ezekutadu bele husu atu hasai tiha peñora ne'e no hatudu kedas bein ne'ebé nia simu hosi eransa ne'e. Juíz sei defere rekerimentu ne'e kuandu, rona tiha ezekuate, ida-ne'e la hatoo opozisaun.
3. Kuandu ezekuate la konkorda atu hasai tiha peñora, ezekutadu ne'ebé simu eransa pura i simples deit, atu hetan peñora nia levantamentu, tenke alega no prova:
 - a) Katak bein peñoradu ne'e la mai hosi eransa;
 - b) Katak bein ne'ebé nia simu hosi eransa maka deit sira-ne'ebé nia hatudu ne'e ka, nia simu liu karik, katak bein sira seluk uza tiha ona atu seluk despeza ho eransa.

Artigu 707.º
Bein peñoravel subsidiáriu

Iha ezekusaun hasoru devedór prinsipál no devedór subsidiáriu, ne'ebé tenke hetan uluk sitasaun, tenke peñora hotu tiha devedór prinsipál nia bein molok bele peñora devedór subsidiáriu nia bein; devedór subsidiáriu nia sitasaun tenke presede ezekusaun kuandu ezekuate husu, no iha kazu ne'e, devedór subsidiáriu tenke invoka katak nia iha benefísiu ba eskusaun, iha prazu atu hatoo opozisaun ba ezekusaun nia laran.

Artigu 708.º
Peñora ba merkadoria karregada iha naviu

1. Maske naviu despaxadu tiha ona ba viajem, halo tiha peñora ba merkadoria ne'ebé karrega tiha ona iha naviu ne'e, juíz bele foo autorizasaun atu deskarrega fali merkadoria ne'e kuandu devedór selu hotu kedas frete devidu, despeza kona-ba karga, estiva, dezarrumasaun, sobredemora no deskarga ka presta kausaun atu selu despeza sira-ne'e.
2. Ita konsidera naviu ida despaxadu ba viajem kuandu nia kapitaun simu tiha ona dezembarasu ne'ebé portu nia kapitania pasa.
3. Ofere se tiha kausaun, tenke rona kapitaun, atu dehan buat ruma kona-ba kausaun ne'e nia idoneidade, iha lora lima nia maran.
4. Kuandu tribunál autoriza deskarga ne'e, tenke halo averbamentu iha koñesimentu ne'ebé kapitaun iha no foo-hatene faktu ne'e ba portu nia kapitania.

Artigu 709.º
Apreensaun ba bein iha terseiru nia liman

1. Tenke apreende ezekutadu nia bein, maske iha terseiru nia liman tan título ruma, sein prejuizu ba direitu ne'ebé terseiru ne'e bele

direitos que a este seja lícito opor ao exequente.

2.No acto de apreensão indaga-se se o terceiro tem os bens em seu poder por via de penhor ou de direito de retenção e, em caso afirmativo, anota-se o respectivo domicílio para efeito de posterior citação.

Artigo 710.º

Fundamentos da oposição à penhora

1. Sendo penhorados bens pertencentes ao executado, pode este opor-se à penhora com algum dos seguintes fundamentos:

a)Inadmissibilidade da penhora dos bens concretamente apreendidos ou da extensão com que ela foi realizada;

b)Imediata penhora de bens que só subsidiariamente respondam pela dívida exequenda;

c)Incidência da penhora sobre bens que, não respondendo, não deviam ter sido atingidos pela diligência.

2. Quando a oposição se funde na existência de patrimónios separados, deve o executado indicar logo os bens, integrados no património autónomo que responde pela dívida exequenda, que tenha em seu poder e estejam sujeitos à penhora.

Artigo 711.º

Processamento do incidente

1.A oposição é apresentada no prazo de vinte dias a contar da citação

2.Quando não se cumule com a oposição à execução, o incidente de oposição à penhora segue os termos dos artigos 254.º a 256.º, aplicando-se ainda, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 695.º.

3.A execução só é suspensa se o executado prestar caução; a suspensão circunscreve-se aos bens a que a oposição respeita, podendo a execução prosseguir sobre outros bens que sejam penhorados.

4.A procedência da oposição à penhora determina o levantamento desta.

SECÇÃO IV

CASOS ESPECIAIS DE PENHORA

SUBSECÇÃO I

PENHORA DE BENS IMÓVEIS

Artigo 712.º

Realização de penhora de coisas imóveis

1. O despacho que ordene a penhora, bem como a realização desta,

aprezenta hasoru ezequente.

2. Kuandu halo apreensaun tenke averigua¹⁸⁶ terseiru ne'e kaer bein ne'e tan peñór ka tan direitu retensaun no, nune'e karik, tenke hakerek nia domisíliu atu, liu tiha, bele halo sitasaun.

Artigu 710.º

Opozisaun ba peñora nia fundamentu

1. Ezeikutadu bele halo opozisaun ba peñora ne'ebé halo ba nia bein, ho fundamentu katak:

a) Lei la husik bein ne'ebé apreende tiha ona ne'e tama iha peñora ka la husik bein ne'e tama ho extensaun ne'ebé akontese iha apreensaun ne'e;

b) Peñora kedas fali bein ne'e subsidiariamente maka bele responde ba dívida ezequente;

c) Peñora ne'e halo ba bein ne'ebé la bele peñora, tanba la bele responde ba dívida ezequenda.

2. Kuandu iha opozisaun uza hanesan baze katak iha patrimóniu separadu, ezeikutadu tenke hatudu kedas bein ne'ebé, tama iha patrimóniu autónomu, responde ba dívida ezequenda no iha hela nia liman no bele tama iha peñora ne'e.

Artigu 711.º

Insidente nia prosesu

1. Ezeikutadu tenke prezenta opozisaun iha loron ruanulu nia laran hahú iha sitasaun.

2. Kuandu la lao hamutuk ho opozisaun ba ezeikusaun, insidente atu halo opozisaun ba peñora tuir artigu 254.o too 256.o nia dispozisaun no mos, ho adaptaun, artigu 695.o, n.o 1 no 2, nia dispozisaun.

3. Kuandu ezeikutadu presta kausaun maka ezeikusaun suspende; bein ne'ebé opozisaun refere ba maka tama iha suspensaun; ezeikusaun bele lao daudaun hasoru bein peñoradu sira seluk.

4. Opozisaun ba peñora nia prosedénsia foo fatin atu hasai fali peñora ne'e.

SEKSAUN IV

KAZU ESPESÍÁL IHA PEÑORA

SUBSEKSAUN I

PEÑORA BA BEIN IMOVEL

Artigu 712.º

Peñora iha koiza imovel

1. Tenke notifika ba ezeikutadu despaxu ne'ebé haruka halo peñora

são notificados ao executado, sendo a notificação acompanhada de cópia do requerimento de nomeação de bens à penhora.

2. Quando, porém, a imediata notificação ao executado do despacho que ordena a penhora for susceptível de pôr em risco a eficácia da diligência, pode o juiz determinar que a notificação apenas se realize depois de efectuada a penhora.

3. A penhora de imóveis é feita mediante termo no processo, pelo qual os bens se consideram entregues ao depositário; o termo é assinado pelo depositário, devendo identificar o exequente e o executado e indicar todos os elementos necessários para a efectivação do registo.

4. Em relação a terceiros, a penhora só produz efeitos desde a data do registo, o qual terá por base uma certidão do respectivo termo. Ao processo juntar-se-á certificado do registo e certidão dos ónus que incidam sobre os bens abrangidos pela penhora.

5. A secretaria oficiosamente extrairá certidão do termo, que remeterá ao exequente, com vista à realização do registo da penhora.

6. O registo meramente provisório da penhora não obsta a que o juiz, ponderados os motivos da provisoriedade, possa determinar o prosseguimento da execução, não se fazendo, porém, a adjudicação dos bens penhorados, a consignação judicial dos seus rendimentos ou a respectiva venda, sem que o registo se haja entretanto convertido em definitivo.

Artigo 713.º **Depositário**

1. O depositário é nomeado no despacho que ordene a penhora, sob informação da secretaria.

2. Só com anuência expressa do exequente pode ser nomeado depositário o executado, o seu cônjuge ou algum seu parente ou afim, na linha recta ou no segundo grau da linha colateral, ou ocorrer alguma das seguintes circunstâncias:

a) O bem penhorado ser a casa de habitação efectiva do executado, caso em que é este o depositário;

b) O bem estar arrendado, caso em que é depositário o arrendatário;

c) O bem ser objecto de direito de retenção, em consequência de incumprimento contratual judicialmente verificado, caso em que é depositário o retentor.

3. Estando o mesmo prédio arrendado a mais de uma pessoa, de entre elas se escolherá o depositário, que cobrará as rendas dos outros arrendatários

4. As rendas em dinheiro são depositadas em instituição de crédito, à ordem do tribunal à medida que se vençam ou se cobrem.

5. Se os mesmos bens vierem a ser penhorados em execução posterior, será depositário deles o nomeado na primeira.

no peñora nia realizasaun no entrega iha notifikasaun ne'e rekerimentu ne'ebé nomeia bein ba peñora.

2. Juíz bele haruka katak liu tiha peñora maka halo notifikasaun ba ezeikutadu kona-ba despaxu ne'ebé ordena peñora ne'e, kuandu nia haree katak, halo uluk notifikasaun karik, bele hamosu perigu ba dilijénsia nia efikásia.

3. Peñora ba imovel sei halo ho termu iha autus, no, ho termu ne'e, sei konsidera katak bein peñoradu entrega ona ba depositáriu; iha termu ne'e tenke hakerek ezequente no ezeikutadu nia identifikasaun no elementu nesesáriu atu halo rejistu, no depositáriu tenke asina mos termu ne'e.

4. Peñora prodúz efektu ba terseiru hahú iha data ne'ebé halo rejistu; peñora nia rejistu sei halo ho baze iha termu ba peñora nia sertidaun. Tenke hatama iha autus sertidaun kona-ba rejistu ne'e no sertidaun kona-ba onus ne'ebé tula hela ba bein peñoradu ne'e.

5. Sekretaria tenke hasai ofisiozamente termu ba peñora nia sertidaun hodi haruka ba ezequente atu rejista peñora.

6. Kuandu peñora nia rejistu sei provizóriu hela, juíz, haree tiha tansá maka rejistu ne'e sei provizóriu, bele haruka ezeikusaun lao ba oin; maibé, kuandu rejistu ne'e sai tiha definitivu maka tribunál bele adjudika bein peñoradu, konsigna bein ne'e nia rendimentu ka fa'an bein ne'e.

Artigu 713.º Depositáriu

1. Juíz nomeia depositáriu iha despaxu ne'ebé haruka halo peñora, tuir sekretaria nia informasaun.

2. Juíz atu bele nomeia hanesan depositáriu ezeikutadu ka nia kónjuje, parente ka afím iha liña reta ka iha liña kolateral too grau segundu, ezequente tenke konkorda ka tenke iha sirkunstánsia sira tuirmai ne'e ruma:

a) Ezeikutadu maka uza bein peñoradu hanesan nia abitasaun efetiva – iha ne'e ezeikutadu maka tenke sai depositáriu duni;

b) Bein peñoradu ne'e arrenda hela – iha ne'e arrendatáriu maka tenke sai depositáriu;

c) Bein ezeikutadu lori hela direitu retensaun, tanba inkumprimentu kontratuál ne'ebé tribunál verifika tiha ona – iha ne'e retentór maka tenke sai depositáriu.

3. Kuandu imovel peñoradu arrenda hela ba ema barak, tenke hili ema sira-ne'e ida atu sai depositáriu, no arrendatáriu ne'ebé sai depositáriu ne'e tenke simu renda hosi arrendatáriu sira seluk.

4. Osan kona-ba renda ne'ebé vense ka simu daudaun tenke depozita iha instituisaun ba kréditu, ba iha tribunál nia orden.

5. Kuandu bein atu peñora ne'e peñora uluk tiha ona iha ezeikusaun ruma, depositáriu iha peñora anteriór maka sai nafatin depositáriu.

Artigo 714.º
Entrega efectiva

1. Se o depositário encontrar dificuldades em tomar conta dos bens ou tiver dúvidas sobre o objecto do depósito, pode requerer que um funcionário se desloque ao local da situação dos prédios, a fim de lhe fazer a entrega efectiva.
2. Quando as portas estejam fechadas ou seja oposta alguma resistência, bem como quando haja receio justificado de que tal se verifique, o funcionário requisitará o auxílio da força pública, arrombando-se aquelas, se necessário, e lavrando-se auto da ocorrência.
3. Quando a diligência deva efectuar-se em casa habitada ou numa sua dependência fechada, só poderá realizar-se entre as sete e as vinte e uma horas, devendo o funcionário entregar cópia do despacho que determinou a penhora a quem tiver a disponibilidade do lugar em que a diligência se realiza, o qual poderá assistir à diligência e fazer-se acompanhar ou substituir por pessoa da sua confiança que, sem delonga, se apresente no local.

Artigo 715.º
Extensão da penhora

1. A penhora abrange o prédio com todas as suas partes integrantes e os seus frutos, naturais ou civis, desde que não sejam expressamente excluídos e nenhum privilégio exista sobre eles.
2. Os frutos pendentes podem ser penhorados em separado, como coisas móveis, contanto que não falte mais de um mês para a época normal da colheita; se assim suceder, a penhora do prédio não os abrange, mas podem ser novamente penhorados em separado, sem prejuízo da penhora anterior.

Artigo 716.º
Divisão do prédio penhorado

1. Quando o imóvel penhorado for divisível e o seu valor exceder manifestamente o da dívida exequenda e dos créditos reclamados, pode o executado requerer autorização para proceder ao seu fraccionamento, sem prejuízo do prosseguimento da execução.
2. A penhora mantém-se sobre todo o prédio, mesmo após a divisão, salvo se, a requerimento do executado e ouvidos os demais interessados, o juiz autorizar o levantamento da penhora sobre algum dos imóveis resultantes da divisão, com fundamento na manifesta suficiência do valor dos restantes para a satisfação do crédito do exequente e dos credores reclamantes.

Artigo 717.º

Artigu 714.º
Entrega efetiva

1. Kuandu deponitáriu hetan difikuldade atu toma-konta bein peñoradu ka iha dúvida ruma kona-ba objetu ne'ebé atu ama iha depóritu ne'e, bele husu atu funsionáriu ida ba too prédiu ne'e nia fatin atu halo entrega efetiva.
2. Kuandu odamatan taka hele ka ema ruma halo rezisténsia hasoru, ka kuandu iha razaun atu tauk katak buat sira-ne'e bele akontese, funsionáriu rekizita forsa públika no bele halo arrombamentu ba odamatan, kuandu presiza, no hakerek buat sira-ne'e hotu iha autu.
3. Dilijénsia ne'ebé tenke halao iha kaza abitada ka nia dependénsia fexada, tenke halo deit hosi tuku hitu dadér too tuku sia kalan; funsionáriu tenke entrega kópia kona-ba despaxu ne'ebé haruka halo peñora ne'e ba ema ne'ebé iha disponibilidade kona-ba fatin iha ne'ebé dilijénsia ne'e halao daudaun ne'e; ema ne'e bele asiste dilijénsia ne'e no bele ba hamutuk ho ema ruma nia konfia ka husu ba ema ruma nia konfia atu ba iha nia fatin, naran katak ema ne'e la demora atu ba iha fatin ne'ebá.

Artigu 715.º
Peñora nia extensaun

1. Iha peñora ba bein imovel tenke tama prédiu ne'e ho nia parte integrante no frutu, naturál ka sivíl, ne'ebé lei la eksklui espresamente no la serve hanesan garantia ba priviléjiu ruma.
2. Frutu pendente bele peñora ketak, hanesan koiza movel, sarak hela deit tempu la naruk liu fulan ida ba époka normál atu halo kolleita; kuandu sei hela tempu naruk liu fulan ida ba époka normál atu halo kolleita, frutu pendente ne'e la tama iha peñora ba prédiu ne'e, maibé bele peñora ketak fila-fali, sein prejuizu ba peñora anteriór.

Artigu 716.º
Prédiu peñoradu nia divizaun

1. Kuandu prédiu peñoradu ne'e bele divide no prédiu ne'e nia valór liu dook dívida ezequenda no kréditu reklamadu sira nia valór, ezeikutadu bele husu atu halo frasionamentu ba prédiu ne'e, sein prejuizu ba ezeekusaun nia kontinuasaun.
2. Peñora sei monu nafatin ba prédiu ne'e tomak, maske halo tiha ona divizaun, salvu kuandu, tuir ezeikutadu nia rekerimentu no, rona tiha interesadu sira-seluk, juíz foo autorizasaun atu hasai tiha peñora hosi imovel ruma ne'ebé sai hosi divizaun ne'e, tanba haree kedas katak prédiu sira-seluk nia valór too hodi selu ezeekuate ho kredór reklamante sira nia kréditu.

Artigu 717.º

Administração dos bens depositados

1. Além dos deveres gerais do depositário, incumbe ao depositário judicial o dever de administrar os bens com a diligência e zelo de um bom pai de família e com a obrigação de prestar contas.
2. Na falta de acordo entre o exequente e o executado sobre o modo de explorar os bens penhorados, o juiz decidirá, ouvido o depositário e feitas as diligências necessárias.

Artigo 718.º

Remoção do depositário

1. Será removido, a requerimento de qualquer interessado, o depositário que deixe de cumprir os deveres do seu cargo.
2. O depositário é notificado para responder, observando-se o disposto nos artigos 254.º a 256.º.
3. O depositário pode pedir escusa do cargo, ocorrendo motivo atendível.

Artigo 719.º

Conversão do arresto em penhora

Se os bens estiverem arrestados, será por despacho convertido o arresto em penhora e mandar-se-á fazer no registo predial o respectivo averbamento.

Artigo 720.º

Levantamento de penhora

1. O executado pode requerer o levantamento da penhora e a condenação do exequente nas custas a que deu causa, se, por negligência deste, a execução tiver estado parada nos seis meses anteriores ao requerimento.
2. A execução não deixa de considerar-se parada pelo facto de o processo ser remetido à conta ou de serem pagas custas contadas.

SUBSECÇÃO II PENHORA DE BENS MÓVEIS

Artigo 721.º

Modo de efectuar a penhora

1. A penhora de móveis é feita com efectiva apreensão dos bens, que são entregues a um depositário idóneo, salvo se puderem ser removidos, sem prejuízo, para a secretaria judicial ou para qualquer depósito público.
2. O depositário é escolhido pelo funcionário incumbido da penhora,

Administrasaun ba bein depozitadu

1. Depositáriu judisiál tenke tuir depozitáriu nia devér jerál no mos tenke administra bein depozitadu ho zelu ne'ebé bom pai de família uza no tenke presta konta.
2. Kuandu ezekuate ho ezekutadu la hetan akordu kona-ba oinsá explora bein ne'ebé peñora tiha ona, juíz maka sei deside, rona tiha depozitáriu no halo tiha dilijénsia nesesária.

Artigu 718.º Depozitáriu nia remosaun

1. Tuir interesadu naran ida nia rekerimentu, juíz tenke hasai tiha depozitáriu ne'ebé la kumpre nia obligasaun kona-ba kargu ne'e.
2. Tenke notifika depozitáriu atu foo resposta no tuir artigu 254.º too 256.º nia dispozisaun.
3. Depozitáriu bele husu eskuza ba kargu ne'e ho fundamentu iha motivu atendível.

Artigu 719.º Arrestu nia konversaun ba peñora

Kuandu bein atu peñora arresta tiha ona, juíz sei foo despaxu atu muda arrestu ne'e ba peñora no haruka halo averbamentu respetivu iha rejistu prediál.

Artigu 720.º Levantamentu ba peñora

1. Ezekutadu bele husu ba tribunál atu hasai tiha peñora no kondena ezekuate selu kustas ne'ebé nia provoka, kuandu, tanba nia negligénsia, ezekusaun para hela durante fulan neen nia laran molok rekerimentu ne'e tama.
2. Tenke konsidera ezekusaun parada nafatin maske haruka tiha ona prosesu ba konta ka selu tiha ona kustas ne'ebé konta tiha ona.

SUBSEKSAUN II PEÑORA BA MOVEL

Artigu 721.º Oinsá efetua peñora

1. Peñora ba movel sei halo ho apreensaun efetiva ba bein ne'ebé atu peñora, hodi entrega depozitáriu idóneu, salvu kuandu bele lori bein sira-ne'e ba sekretaria judisiál ka depóztu públiku ruma no la iha inkonveniente ida.
2. Funsionáriu enkarregadu atu halo peñora maka hili depozitáriu,

sem prejuízo do disposto no n.º 4.

3. O dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos que sejam apreendidos são depositados em instituição de crédito, à ordem do tribunal.

4. Se houver sido escolhido para depositário o executado, alguém que com ele conviva em economia comum ou pessoa que o exequente repete inidónea, pode este requerer a sua substituição, indicando outro depositário e devendo colocar à disposição do tribunal os meios indispensáveis à remoção e depósito dos móveis penhorados, sempre que necessário.

Artigo 722.º

Cooperação do exequente na realização da penhora

O exequente pode cooperar com o tribunal na realização da penhora, facultando os meios necessários à apreensão de bens móveis e ao seu adequado depósito.

Artigo 723.º

Auto de penhora

1. Da penhora lavra-se auto, em que se regista a hora da diligência, se relacionam os bens por verbas numeradas e se indica, sempre que possível, o valor aproximado de cada verba.

2. O valor de cada verba é fixado por um louvado, nomeado no despacho que ordene a penhora e dispensado de juramento.

3. Se a penhora não puder ser concluída em um só dia, faz-se a imposição de selos nas portas das casas em que se encontrem os bens não relacionados e tomam-se as providências necessárias à sua guarda, em termos de a diligência prosseguir regularmente no primeiro dia útil.

4. O auto de penhora é assinado pelo louvado e pelo depositário ou, quando este não puder assinar, por duas testemunhas.

5. Quando a penhora de veículos automóveis for efectuada por autoridade administrativa ou policial, vale como auto de penhora o próprio auto de apreensão.

Artigo 724.º

Obstáculos à realização da penhora

1. Se o executado, ou quem o represente, se recusar a abrir quaisquer portas ou móveis, ou se a casa estiver deserta e as portas e móveis se encontrarem fechados, observar-se-á o disposto no artigo 714.º

2. O executado ou a pessoa que ocultar alguma coisa com o fim de a subtrair à penhora fica sujeito às sanções correspondentes à litigância de má fé, sem prejuízo da responsabilidade criminal

sein prejuizu ba n.º 4 nia dispozisaun.

3. Osan, papél-kréditu, pedra ka metál presiozu ne'ebé apreende tiha tenke depozita iha instituisaun ba kréditu, atu hein tribunál nia orden.

4. Hili tiha ezekutadu ka ema ne'ebé moris ho nia iha ekonomia komúm ka ema ne'ebé ezekuate konsidera la idónea atu sai depozitáriu, ezekuate bele husu ba juíz atu substitui nia, hatudu kedas ema seluk ba depozitáriu no entrega ba tribunál meu indispensavel atu muda no rai movel ne'ebé peñora tiha ona, kuandu presiza.

Artigu 722.º

Ezekuate nia kooperasaun atu realiza peñora

Ezekuate bele kolabora ho tribunál atu realiza peñora, hatudu meu nesáriu atu apreende bein movel no atu rai didiak bein ne'e.

Artigu 723.º

Autu-peñora¹⁸⁷

1. Tenke hakerek autu kona-ba peñora; iha autu ne'e tenke hakerek oras iha ne'ebé halo diliénsia ne'e, relasaun¹⁸⁸ kona-ba bein peñoradu, tuir verba numerada, no hatudu, kuandu bele, verba ida-idak nia valór aprosimadu.

2. Louvadu ida juíz nomeia iha despaxu ne'ebé haruka halo peñora maka fiksa verba ida-idak nia valór; louvadu ne'e la presiza halo juramentu.

3. Kuandu peñora la hotu iha loron ne'ebé hahú, tenke taka selu iha odamatan iha uma ne'ebé rai hela bein ne'ebé seidak relasiona no hola providénsia atu rai didiak bein sira-ne'e, atu bele hahú fali regularmente iha dia util seginte.

4. Louvadu no depozitáriu tenke asina autu- peñora; kuandu depozitáriu la bele asina testemuña, rua tenke asina mos.

5. Kuandu autoridade administrativa ka polisiál maka halo peñora ba veíkulu automovel, autu- apreensaun¹⁸⁹ vale hanesan autu-peñora.

Artigu 724.º

Obstákulu ba peñora nia realizasaun

1. Kuandu ezekutadu ka ema-ne'ebé representa nia la lakohi loke odamatan ka movel ruma, ka ema ida la iha uma no odamatan no movel sira taka hela, tenke tuir artigu 714.º nia dispozisaun.

2. Ezekutadu ka ema ruma ne'ebé subar buat ruma atu buat ne'e la bele tama iha peñora sei hetan sansaun korrespondente ba litigánsia ho ma-fé, sein prejuizu ba responsabilidade kriminál, kuandu iha.

3. Funsionáriu ne'ebé, kuandu peñora lao daudaun, iha

em que possa incorrer.

3. O funcionário que, no acto da penhora, suspeite da sonegação, insta pela apresentação das coisas ocultadas e adverte a pessoa da responsabilidade em que incorre com o facto da ocultação.

Artigo 725.º

Penhora de coisas móveis sujeitas a registo

1. À penhora de coisas móveis sujeitas a registo aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 712.º.

2. A penhora de veículos automóveis faz-se com a apreensão do veículo e dos seus documentos, podendo a apreensão ser efectuada por qualquer autoridade administrativa ou policial.

3. A penhora de navio despachado para viagem é seguida de notificação à capitania, para que esta apreenda os respectivos documentos e impeça a saída.

4. A penhora de aeronave é seguida de notificação à autoridade de controlo de operações do local onde ela se encontra estacionada, à qual cabe apreender os respectivos documentos.

Artigo 726.º

Modo de fazer navegar o navio penhorado

1. O depositário de navio penhorado pode fazê-lo navegar se o executado e o exequente estiverem de acordo e preceder autorização judicial.

2. Requerida a autorização, serão notificados aqueles interessados, se ainda não tiverem dado o seu assentimento, para responderem em cinco dias.

Se for concedida a autorização, avisar-se-á, por ofício, a capitania do porto.

Artigo 727.º

Modo de qualquer credor fazer navegar o navio penhorado

1. Independentemente de acordo entre o exequente e o executado, pode aquele, ou qualquer dos credores com garantia sobre o navio penhorado, requerer que este continue a navegar até ser vendido, contanto que preste caução e faça o seguro usual contra riscos.

2. A caução deve assegurar os outros créditos que tenham garantia sobre o navio penhorado e as custas do processo.

3. Sobre a idoneidade da caução e a suficiência do seguro são ouvidos o capitão do navio e os titulares dos créditos que cumpre acautelar.

4. Se o requerimento for deferido, é o navio entregue ao requerente, que fica na posição de depositário, e dá-se conhecimento do facto

suspeita kona-ba sonegasauncxcvi ruma, sei husu ba eme ne'ebé subar hela buat ruma atu apresenta buat ne'e no aviza ema ne'e kona-ba konsekuénsia ne'ebé nia bele hetan tanba okultasaun¹⁹⁰ ne'e.

Artigu 725.º

Peñora ba movel ne'ebé tenke rejista

1. Artigu 712.º nia dispozisaun sei aplika ba peñora ba movel ne'ebé tenke rejista.
2. Iha peñora ba veikulu automovel tenke halo apreensaun ba veikulu ne'e ho nia dokumentu; autoridade administrativa ka polisiál ruma bele halo apreensaun ne'e.
3. Iha peñora ba naviu despaxadu atu halo viajem tenke notifika kapitania atu apreende dokumentu respetivu no la bele husik naviu ne'e sai.
4. Iha peñora ba aeronave tenke notifika autoridade ne'ebé kontrola operasaun iha fatin ne'ebé aeronave ne'e para hela; autoridade ne'e maka tenke apreende dokumentu respetivu.

Artigu 726.º

Oinsá halo naviu peñoradu navega fali

1. Naviu peñoradu nia deponitáriu bele halo naviu ne'e navega fila-fali kuantu ezekutadu no ezekute konkorda no juíz foo autorizasaun.
2. Husu tiha autorizasaun, sei notifika interesadu sira-ne'ebé seidak foo sira nia autorizasaun, atu foo resposta iha loron lima nia laran. Kuantu juíz foo autorizasaun, tenke aviza portu nia kapitania, ho ofísiu.

Artigu 727.º

Oinsá kredór halo naviu peñoradu navega¹⁹¹ fali

1. Independente¹⁹² hosi ezekute no ezekutadu nia akordu, ezekute ka kredór ne'ebé iha garantia ho naviu peñoradu bele husu atu naviu ne'e navega nafatin too fa'an tiha, naran katak foo kausaun no halo seguru ne'ebé uza baibain hasoru rixku¹⁹³.
2. Kausaun tenke asegura kréditu sira seluk ne'ebé iha garantia ho naviu peñoradu no prosesu nia kustus.
3. Juíz tenke rona naviu nia kapitaun no kréditu ne'ebé atu akautela nia titulár atu hatene kausaun ne'e idóneu la lae no seguru ne'e suficiente ka lae.
4. Kuantu juíz foo autorizasaun, sei entrega naviu ne'e ba rekerente, ne'ebé sai hanesan nia deponitáriu, no foo hatene faktu ne'e ba portu nia kapitania.

à capitania do porto.

Artigo 728.º
Dever de apresentação dos bens

1. O depositário é obrigado a apresentar, quando lhe for ordenado, os bens que tenha recebido, salvo o disposto nos artigos anteriores.
2. Se os não apresentar dentro de cinco dias e não justificar a falta, é logo ordenado arresto em bens do depositário suficientes para garantir o valor do depósito e das custas e despesas acrescidas, sem prejuízo de procedimento criminal; ao mesmo tempo é executado, no próprio processo, para o pagamento daquele valor e acréscimos.
3. O arresto é levantado logo que o pagamento esteja feito, ou os bens apresentados, acrescidos do depósito da quantia de custas e despesas, que será imediatamente calculada.

Artigo 729.º
Venda antecipada de bens

1. Pode autorizar-se a venda antecipada de bens, quando estes não possam ou não devam conservar-se por estarem sujeitos a deterioração ou depreciação ou quando haja manifesta vantagem na antecipação da venda.
2. A autorização pode ser requerida, tanto pelo exequente ou executado, como pelo depositário; sobre o requerimento são ouvidas ambas as partes ou aquela que não for o requerente, excepto se a urgência da venda impuser uma decisão imediata.
3. Salvo disposição em contrário, a venda é efectuada pelo depositário nos termos da venda por negociação particular.

Artigo 730.º
Aplicação das disposições relativas à penhora de imóveis

É aplicável, subsidiariamente, à penhora de bens móveis o disposto, na subsecção anterior, para a penhora dos imóveis.

SUBSECÇÃO III
PENHORA DE DIREITOS

Artigo 731.º
Penhora de créditos

1. A penhora de créditos consiste na notificação ao devedor, feita com as formalidades da citação pessoal e sujeita ao regime desta, de que o crédito fica à ordem do tribunal.
2. Cumpre ao devedor declarar se o crédito existe, quais as garantias que o acompanham, em que data se vence e quaisquer outras

Artigu 728.º
Devér atu apresenta bein

1. Depozitáriu tenke apresenta bein ne'ebé entrega ba nia, kuandu simu orden atu apresenta, sein prejuizu ba artigu anteriór sira nia dispozisaun.
2. Kuandu depozitáriu la apresenta bein depozitadu iha loron lima nia laran no la foo justifikasaun ba nia falta, juíz haruka arresta depozitáriu nia bein suficiente atu garante depózu, kutas no despeza akrexida nia valór, sein prejuizu ba prosedimentu kriminál; sei ezejuta be sira-ne'e, iha prosesu ezejutivu duni, atu selu valór ida-ne'ebá no nia akréximu¹⁹⁴.
3. Halo tiha pagamentu ne'e ka entrega tiha bein depozitadu ho tan depózu kona-ba kuantia atu selu kutas no despeza, ne'ebé tenke kalkula kedas, tenke hasai kedas arrestu ne'e.

Artigu 729.º
Venda antesipada

1. Juíz bele foo autorizasaun atu fa'an uluk tiha bein ne'ebé la bele rai tanba bele estraga ka lakon valór ka diak liu fa'an uluk tiha.
2. Ezejuente, ezejutadu ka depozitáriu bele husu autorizasaun ne'e; juíz tenke rona parte sira ka parte ida-ne'ebé laós rekerente, exetu kuandu tenke deside kedas tanba iha urjénsia atu halo venda ne'e.
3. Depozitáriu maka halo venda ne'e, tuir regra kona-ba venda ho negosiasaun partikulár, salvu dispozisaun seluk.

Artigu 730.º
Dispozisaun kona-ba peñora ba imovel nia aplikasaun

Subseksaun anteriór nia dispozisaun kona-ba peñora ba imovel aplika mos subsidiariamente iha peñora ba bein movel.

SUBSEKSAUN III
PEÑORA BA DIREITU

Artigu 731.º
Peñora ba kréditu

1. Atu halo peñora ba kréditu tenke notifika devedór katak kréditu ne'e hela iha tribunál nia liman no tenke tuir tribunál nia orden; notifikasaun ne'e tenke halo ho formalidade ne'ebé uza iha sitasaun pesoál.
2. Devedór tenke deklarar kréditu ne'e iha ka lae, garantia ne'ebé maka akompaña kréditu ne'e, iha data ne'ebé maka kréditu ne'e vense

circunstâncias que possam interessar à execução. Não podendo ser feitas no acto da notificação, serão as declarações prestadas, por meio de termo ou de simples requerimento, no prazo de dez dias, prorrogável com fundamento justificado.

3. Se o devedor nada disser, entende-se que ele reconhece a existência da obrigação, nos termos da indicação do crédito à penhora.

4. Se faltar conscientemente à verdade, o devedor incorre na responsabilidade do litigante de má fé.

5. O exequente, o executado e os credores reclamantes podem requerer ao juiz a prática, ou a autorização para a prática, dos actos que se afigurem indispensáveis à conservação do direito de crédito penhorado.

6. Se o crédito estiver garantido por penhor, faz-se apreensão do objecto deste, aplicando-se as disposições relativas à penhora de coisas móveis, ou faz-se a transferência do direito para a execução; se estiver garantido por hipoteca, faz-se no registo o averbamento da penhora.

Artigo 732.º

Penhora de títulos de crédito

1. A penhora de direitos incorporados em títulos de crédito realiza-se mediante apreensão do título, ordenando-se ainda, sempre que possível, o averbamento do ónus resultante da penhora.

2. Se o direito incorporado no título tiver natureza obrigacional, cumprir-se-á ainda o disposto acerca da penhora de direitos de crédito.

3. Os títulos de crédito apreendidos são depositados em instituição de crédito, à ordem do tribunal, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4. Tratando-se de títulos ou valores mobiliários sujeitos a um regime de imobilização ou depósito em instituições financeiras, a penhora realiza-se mediante comunicação à entidade depositária de que os títulos ficam à ordem do tribunal.

Artigo 733.º

Termos a seguir quando o devedor negue a existência do crédito

1. Se o devedor contestar a existência do crédito, são notificados o exequente e o executado para se pronunciarem, no prazo de dez dias, devendo o exequente declarar se mantém a penhora ou desiste dela.

2. Se o exequente mantiver a penhora, o crédito passa a considerar-se litigioso e como tal será adjudicado ou transmitido.

Artigo 734.º

no sirkunstánsia seluk tan ne'ebé bele iha interese ba ezekusaun. Kuandu la bele halo kedas iha notifikasaun, nia tenke halo deklarasaun ne'e iha termu iha autus ka iha rekerimentu, iha loron sanulu nia laran; prazu ne'e bele hanaruk kuandu iha fundamentu justifikadu.

3. Kuandu devedór la dehan buat ida, tenke konsidera katak nia rekoñese katak kréditu ne'e iha, hanesan kuandu hatudu kréditu ba peñora.

4. Devedór tama iha responsabilidade tan litigánsia ho ma-fé kuandu nia konxientemente¹⁹⁵ la dehan verdade.

5. Ezekuente, ezekutadu no kredór reklamante bele rekér ba juíz atu pratika ka haruka pratika aktu ne'ebé sira konsidera indispensavel atu konserva direitu be kréditu oneradu¹⁹⁶ ne'e.

6. Kuandu iha peñór atu garante kréditu peñoradu, tenke halo apreensaun ba peñór ne'e nia objetu, tuir dispozisaun ne'ebé aplika iha peñora ba movel, ka halo direitu ne'e nia transferénsia ba ezekusaun; kuandu iha ipoteka atu garante kréditu peñoradu, tenke averba¹⁹⁷ peñora ne'e iha ipoteka nia rejistu.

Artigu 732.º

Peñora ba título-de-kréditu

1. Atu halo peñora ba direitu inkorporadu iha título-de-kréditu tenke apreende título ne'e no haruka halo averbamentu kona-ba onus ne'ebé moris hosi peñora ne'e, kuandu bele.

2. Kuandu direitu inkorporadu iha título-de-kréditu ne'e iha natureza obrigasionál, tenke tuir mos dispozisaun kona-ba peñora ba direitu de kréditu.

3. Título-de-kréditu apreendidu tenke depozita iha instituisaun ba kréditu, atu hein tribunál nia orden, sein prejuizu ba número seguinte nia dispozisaun.

4. Atu halo peñora ba título ka valór mobiliáriu ne'ebé tenke tuir rejime ba imobilizasaun ka depóziitu iha instituisaun finanseira tenke komunika ba entidade depozitária katak título ne'e hela iha tribunál nia liman no tenke tuir tribunál nia orden.

Artigu 733.º

Termus atu tuir kuandu devedór dehan katak kréditu la iha

1. Kuandu kredór dehan katak kréditu ne'e la iha, tenke notifika ezekuate no ezekutadu atu, iha loron sanulu nia laran, dehan buat ne'ebé sira hakarak, no ezekuate atu dehan mos nia hakarak peñora atu kontinua nafatin ka nia dezixte hosi peñora ne'e.

2. Kuandu ezekuate dehan katak nia hakarak peñora ne'e atu kontinua nafatin, kréditu ne'e sei konsidera litijiozu no adjudika ka tranzmite hanesan litijiozu.

Artigu 734.º

Termos a seguir quando o devedor alegue que a obrigação está dependente de prestação do executado

1. Se o devedor declarar que a exigibilidade da obrigação depende de prestação a efectuar pelo executado e este confirmar a declaração, é notificado o executado para que, dentro de quinze dias, satisfaça a prestação.
2. Quando o executado não cumpra, pode o exequente ou o devedor exigir o cumprimento, promovendo a respectiva execução. Pode também o exequente substituir-se ao executado na prestação, ficando neste caso sub-rogado nos direitos do devedor.
3. Se o executado impugnar a declaração do devedor e não for possível fazer cessar a divergência, observar-se-á, com as modificações necessárias, o disposto no artigo anterior.
4. Nos casos a que se refere o n.º 2, pode a prestação ser exigida, por apenso no mesmo processo, sem necessidade de citação do executado, servindo de título executivo o despacho que haja ordenado o cumprimento da prestação.

Artigo 735.º

Depósito ou entrega da prestação devida

1. Logo que a dívida se vença, o devedor que não a haja contestado é obrigado a depositar a respectiva importância em instituição de crédito, à ordem do tribunal e a apresentar no processo o documento do depósito, ou a entregar a coisa devida ao exequente, que funcionará como seu depositário.
2. Se o crédito já estiver vendido ou adjudicado e a aquisição tiver sido notificada ao devedor, será a prestação entregue ao respectivo adquirente.
3. Não sendo cumprida a obrigação, pode o exequente ou o adquirente exigir a prestação, servindo de título executivo a declaração de reconhecimento do devedor, a notificação efectuada e a falta de declaração ou o título de aquisição do crédito.

Artigo 736.º

Penhora de direitos ou expectativas de aquisição

1. À penhora de direitos ou expectativas de aquisição de bens determinados pelo executado aplica-se, com as adaptações necessárias, o preceituado nos artigos antecedentes acerca da penhora de créditos.
2. Quando o objecto a adquirir for uma coisa que esteja na posse ou detenção do executado, cumprir-se-á ainda o previsto nos artigos referentes à penhora de imóveis ou de móveis, conforme o caso.
3. Consumada a aquisição, a penhora passa a incidir sobre o próprio bem transmitido.

Termus atu tuir kuandu devedór dehan katak obligasaun depende hosi prestasaun ne'ebé ezekutadu tenke halo

1. Kuandu devedór dehan katak obligasaun sai ezijivel ho ezekutadu nia prestasaun ruma no ezekutadu konfirma deklarasaun ne'e, tenke notifika ezekutadu atu halo prestasaun ne'e iha loron sanulu resin-lima nia laran.
2. Kuandu ezekutadu la kumpre obligasaun ne'e, ezekuate ka devedór bele promote ezekusaun atu hetan kumprimentu ne'e. Ezekuate bele mos halo prestasaun ne'e iha ezekutadu nia fatin; iha kazu ne'e, nia sai sub-rogradu¹⁹⁸ iha devedór nia direitu.
3. Kuandu ezekutadu impugna devedór nia deklarasaun no juíz la bele halakon diverjénsia ne'e, tenke tuir artigu anteriór nia dispozisaun, ho adaptasaun.
4. Iha kazu previstu iha n.º 2, bele ezije prestasaun ne'e, iha apensu iha prosesu ne'e nia autus rasik; la presiza halo sitasaun ba ezekutadu; despaxu ne'ebé haruka kumpre prestasaun ne'e maka serve hanesan título ezekutivu.

Artigu 735.º

Prestasaun devida nia depóziitu ka entrega

1. Kuandu dívida vense, devedór ne'ebé la kontesta tenke depozita importánsia respetiva iha instituisaun ba kréditu, ba tribunál nia orden, no hatama dokumentu kona-ba depóziitu ne'e iha autus, ka entrega koiza devida ba ezekuate, ne'ebé sai hanesan nia depozitáriu.
2. Kuandu kréditu ne'e vense ka adjudika tiha ona no akizisaun ne'e notifika tiha ona ba devedór, tenke entrega prestasaun ba adkirente¹⁹⁹ ne'e.
3. Kuandu devedór la kumpre obligasaun, ezekuate ka adkirente bele halao ezekusaun atu ezije prestasaun ne'e, ho baze iha deklarasaun ne'ebé rekoñese dívida ne'e, iha notifikasaun ne'ebé halo tiha ona ho deklarasaun nia auzénsia, ka iha título kona-ba kréditu nia akizisaun.

Artigu 736.º

Peñora ba direitu ka espetativa atu adkire

1. Artigu anteriór sira nia dispozisaun kona-ba peñora ba kréditu sei aplika, ho adaptasaun, ba peñora ba direitu ka ba ezekutadu nia espetativa atu adkire²⁰⁰ bein determinadu.
2. Kuandu koiza atu adkire ne'e tama hela iha ezekutadu nia pose ka detensaun, tenke tuir artigu sira kona-ba peñora ba imovel ka movel nia dispozisaun, nu'udar kazu ida-idak.
3. Adkire tiha bein ne'e, peñora monu fali ba bein tranzmitidu rasik.

Artigo 737.º

Penhora de rendas, abonos, vencimentos ou salários

1. Quando a penhora recaia sobre rendas, abonos, vencimentos, salários ou outros rendimentos periódicos, é notificado o locatário, o empregador ou a entidade que os deva pagar para que faça, nas quantias devidas, o desconto correspondente ao crédito penhorado e proceda ao depósito em instituição de crédito.
2. As quantias depositadas ficam à ordem do tribunal, mantendo-se indisponíveis até ao termo do prazo para a oposição do executado, caso este se não oponha, ou, caso contrário, até ao trânsito em julgado da decisão que sobre ela recaia.
3. Findo o prazo de oposição, se esta não tiver sido deduzida, ou julgada a oposição improcedente, o exequente pode requerer que lhe sejam entregues as quantias depositadas, que não garantam crédito reclamado, até ao valor da dívida exequenda, depois de descontado o montante relativo a despesas de execução.

Artigo 738.º

Penhora de depósitos bancários

1. A penhora que incida sobre depósitos existentes em instituição legalmente autorizada a recebê-lo é feita mediante notificação do despacho judicial que ordena a penhora ao respectivo gerente ou quem o substitua.
2. Sendo vários os titulares do depósito, a penhora incide sobre a quota-parte do executado na conta comum, presumindo-se que as quotas são iguais.

Artigo 739.º

Penhora de estabelecimento comercial

1. A penhora do estabelecimento comercial faz-se por auto, no qual se relacionam os bens que essencialmente o integram, aplicando-se ainda o disposto para a penhora de créditos, se do estabelecimento fizerem parte bens dessa natureza, incluindo o direito ao arrendamento.
2. A penhora do estabelecimento comercial não obsta a que possa prosseguir o seu funcionamento normal, sob gestão do executado, nomeando-se, sempre que necessário, quem a fiscalize, ao qual se aplicam, com as necessárias adaptações, os preceitos referentes ao depositário.
3. Quando, porém, o exequente fundamentadamente se oponha a que o executado prossiga na gestão do estabelecimento, designar-se-á administrador, com poderes para proceder à respectiva gestão ordinária.
4. Se estiver paralisada ou dever ser suspensa a actividade do

Artigu 737.º

Peñora ba renda, abonu, vensimentu ka saláriu

1. Kuandu peñora monu ba renda, abonu, vensimentu, saláriu ka rendimentu periódiku seluk, sei notifika lokatáriu, empregadór ka entidade ne'ebé tenke selu renda, abonu, vensimentu, saláriu ka rendimentu ne'e atu halo deskontu kona-ba kréditu peñoradu hosi kuantia devida no depozita valór deskontadu ne'e iha instituisaun ba kréditu.
2. Kuantia depozitada hein tribunál nia orden no hela indisponível too prazu ba ezeikutadu atu halo opozisaun, ka, iha opozisaun karik, too desizaun ne'ebé monu ba opozisaun ne'e hetan trázitu-em-julgadu.
3. Liu tiha prazu ba opozisaun, kuandu la iha opozisaun, ka kuandu juíz julga tiha opozisaun ne'e improsedente, ezekuente bele rekér ba juíz atu entrega ba nia kuantia depozitada ne'ebé la garante kréditu reklamadu, too dívida ezeukuenda nia valór, deskonta uluk tiha valór kona-ba ezeekusaun nia despeza.

Artigu 738.º

Peñora ba depóztu bankáriu

1. Peñora ne'ebé monu ba depóztu iha instituisaun ho autorizasaun atu simu tenke halo ho notifikasaun ba jerente ka nia substitutu kona-ba desizaun judisiál ne'ebé haruka halo peñora.
2. Kuandu ema barak maka depóztu ne'e nia titulár, peñora monu ba ezeikutadu nia kuota-parte iha konta komúm ne'e; ita tenke konsidera katak kuota hotu-hotu hanesan.

Artigu 739.º

Peñora ba estabesimentu komersiál

1. Peñora ba estabesimentu komersiál tenke halo ho autu; iha autu ne'e sei hakerek relasaun kona-ba bein sira-ne'ebé tama iha estabesimentu ne'e, no tuir mos dispozisaun sira-ne'ebé regula peñora ba kréditu kuandu iha estabesimentu ne'e halo parte bein ho natureza hanesan ne'e, inkluidu direitu ba arrendamentu.
2. Peñora ba estabesimentu komersiál la taka- dalan ba estabesimentu ne'e atu funsiona normalmente, ho ezeikutadu nia jestaun; kuandu presiza bele nomeia ema ruma atu fiskaliza; tenke aplika ba fixkalizadór ne'e dispozisaun sira kona-ba depozitáriu.
3. Kuandu ezekuente halo opozisaun, ho fundamentu, ba ezeikutadu atu kontinua ho estabesimentu nia jestaun, tenke nomeia administradór ida ho podér atu halo jestaun ordinária ba estabesimentu ne'e.
4. Kuandu estabesimentu nia atividade para tiha ona ka tenke

estabelecimento penhorado, designar-se-á depositário para a mera administração dos bens nele compreendidos.

5. A penhora do direito ao estabelecimento comercial não afecta a penhora anteriormente realizada sobre bens que o integrem, mas impede a penhora posterior sobre bens nele compreendidos.

6. Se estiverem compreendidos no estabelecimento bens ou direitos cuja oneração a lei sujeita a registo, deve o exequente promovê-lo, nos termos gerais, quando pretenda impedir que sobre eles possa recair penhora ulterior.

Artigo 740.º

Disposições aplicáveis à penhora de direitos

É subsidiariamente aplicável à penhora de direitos o disposto nas subsecções anteriores para a penhora das coisas imóveis e das coisas móveis.

SUBSECÇÃO IV

CONCURSO DE CREDORES

Artigo 741.º

Citação dos credores e do cônjuge

1. Feita a penhora, e junta a certidão dos direitos, ónus ou encargos inscritos, quando for necessária, são citados para a execução:

- a) O cônjuge do executado, quando a penhora tenha recaído sobre bens imóveis que este não possa alienar livremente, ou quando o exequente requeira a sua citação;
- b) Os credores com garantia real, relativamente aos bens penhorados;
- c) As entidades referidas nas leis fiscais com vista à defesa dos possíveis direitos da Fazenda Nacional;
- d) Os credores desconhecidos.

2. Os credores a favor de quem exista o registo de algum direito de garantia sobre os bens penhorados são citados no domicílio que conste do registo, salvo se tiverem outro domicílio conhecido; os credores desconhecidos, bem como os sucessores dos credores preferentes, são citados por éditos de vinte dias.

3. A falta das citações prescritas tem o mesmo efeito que a falta de citação do réu, mas não importa a anulação das vendas, adjudicações, remições ou pagamentos já efectuados, das quais o exequente não haja sido exclusivo beneficiário, ficando salvo à pessoa que devia ter sido citada o direito de ser indemnizada, pelo exequente, do dano que haja sofrido.

Artigo 742.º

Dispensa da citação dos credores

suspende, tenke nomeia depozitáriu atu halo mera administrasaun ba bein ne'ebé tama iha estabesimentu ne'e.

5. Peñora ne'ebé monu ba direitu ba estabesimentu komersiál la afeta peñora ne'ebé halo tiha ona ba bein ne'ebé integra estabesimentu ne'e, maibé taka-dalan atu halo fali peñora ba bein ne'ebé halo parte iha estabesimentu ne'e.

6. Kuandu iha estabesimentu komersiál halo parte bein ka direitu ne'ebé nia onerasaun, tuir lei, tenke rejista, ezequente tenke promove rejistu ne'e, tuir regra jerál, kuandu hakarak impede peñora seluk atu monu tan ba bein ka direitu ne'e.

Artigu 740.º

Dispozisaun aplikavel ba peñora ba direitu

Seksaun anteriór sira nia dispozisaun ba peñora ba koiza imovel no koiza movel aplika mos iha peñora ba direitu.

SUBSEKSAUN IV KONKURSU BA KREDÓR SIRA

Artigu 741.º

Sitasaun ba kredór no kónjuje

1. Halo tiha peñora no hatama tiha sertidaun kona-ba direitu, onus ka enkargu sira-ne'ebé inskritu, kuandu nesesáriu, tribunál tenke sita ba ezekusaun:

- a) Ezekutadu nia kónjuje, kuandu peñora monu ba bein imovel ne'ebé ezeikutadu la bele aliéna livremente ka kuandu ezequente rekér nia sitasaun;
- b) Kredór ho garantia réal ne'ebé monu ba bein peñoradu;
- c) Entidade referida iha lei fiskál atu defende direitu ne'ebé Fazenda Nasionál bele iha;
- d) Kredór deskoñesidu sira.

2. Kredór ne'ebé rejista tiha ona nia direitu ba garantia ruma ho bein peñoradu tenke sita iha domisíliu ne'ebé hakerek hela iha rejistu, salvu kuandu tribunál koñese domisíliu seluk; kredór deskoñesidu no kredór preferente nia susesór tenke sita ho editál, ho prazu loron ruanulu.

3. Sitasaun sira-ne'e la halo karik, sei mosu efeitu ne'ebé mosu kuandu la sita reu ; maibé, kuandu la benefisia deit ezequente, venda, adjudikasaun, remisaun ka pagamentu ne'ebé halo tiha ona vale nafatin no ema ne'ebé la hetan sitasaun ne'e iha deit direitu atu hetan indemnizasaun hosi ezequente tanba prejuizu ne'ebé nia sofre.

Artigu 742.º

Dispensa ba kredór nia sitasaun

1. O juiz pode dispensar a convocação dos credores quando a penhora apenas incida sobre vencimentos, abonos ou pensões ou quando, estando penhorados bens móveis, não sujeitos a registo e de reduzido valor, não conste dos autos que sobre eles incidam direitos reais de garantia.
2. O disposto no número anterior não obsta a que o credor com garantia real reclame espontaneamente o seu crédito na execução, até à transmissão dos bens penhorados.

Artigo 743.º **Reclamação dos créditos**

1. Só o credor que goze de garantia real sobre os bens penhorados pode reclamar, pelo produto destes, o pagamento dos respectivos créditos.
2. A reclamação tem por base um título exequível e é deduzida no prazo de quinze dias, a contar da citação do reclamante; é, porém, de vinte e cinco dias, a contar da citação a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 741.º, o prazo em que ao Ministério Público é facultada a reclamação dos créditos da Fazenda Nacional.
3. Os titulares de direitos reais de garantias que não tenham sido citados podem reclamar espontaneamente o seu crédito até à transmissão dos bens penhorados.
4. O credor é admitido à execução, ainda que o crédito não esteja vencido; mas se a obrigação for incerta ou ilíquida, torná-la-á certa ou líquida pelos meios de que dispõe o exequente.
5. As reclamações são autuadas num único apenso ao processo de execução.

Artigo 744.º **Impugnação dos créditos reclamados**

1. Findo o prazo para a dedução dos créditos, proferir-se-á despacho a admitir ou a rejeitar liminarmente as reclamações que hajam sido apresentadas.
2. As reclamações podem ser impugnadas pelo exequente e pelo executado no prazo de quinze dias, a contar da notificação do despacho que as haja admitido.
3. Dentro do prazo concedido ao exequente, podem os restantes credores impugnar os créditos garantidos por bens sobre os quais tenham invocado também qualquer direito real de garantia.
4. A impugnação pode ter por fundamento qualquer das causas que extinguem ou modificam a obrigação ou que impedem a sua existência; mas se o crédito estiver reconhecido por sentença, a impugnação só pode basear-se nalgum dos fundamentos mencionados no artigo 693.º, na parte em que for aplicável.

1. Juíz bele dispensa kredór sira nia konvokasaun kuandu peñora monu deit ba vensimentu, abonu ka pensaun, ka monu deit ba bein movel ne'ebé la obriga rejistu no iha valór reduzidu, no iha autus buat ida la hatudu katak direitu réal ba garantia ruma monu ba bein peñoradu ne'e.
2. Númeru anteriór nia dispozisaun la taka dalan ba kredór ne'ebé iha garantia réal atu reklama rasik nia kréditu iha ezekusaun, too bein peñoradu nia tranzmisaun.

Artigu 743.º
Reklamasau ba kréditu

1. Kredór ne'ebé iha garantia réal ho bein peñoradu maka bele reklama pagamentu ba nia kréditu ho bein ne'e nia produtu.
2. Reklamasau tenke bazeia iha título ezequível no tenke dedúz iha loron sanulu resin lima nia laran, hahú iha reklamante nia sitasaun; maibé prazu ne'e sae ba loron ruanulu resin-lima ba Ministériu públiku atu Fazenda Nasionál nia kréditu.
3. Direitu réal ba garantia nia titulár ne'ebé la hetan sitasaun bele reklama rasik nia kréditu too bein peñoradu nia tranzmisaun.
4. Tenke admite kredór ne'e tama iha ezekusaun, maske nia kréditu seidak vense; maibé, kuandu obligasaun sei insertu ka ilíkidu hela, kredór tenke halo kréditu ne'e sai sertu no líkidu ho meu ne'ebé ezequente bele uza.
5. Reklamasau hotu-hotu tenke autua iha apensu ida deit iha prosesu ezekusaun.

Artigu 744.º
Impugnasaun ba kréditu reklamadu

1. Liu tiha prazu atu dedúz kréditu, juíz profere despaxu atu admite ka rejeita liminarmente reklamasau ne'ebé tama.
2. Ezequente no ezeikutadu bele impugna reklamasau, iha loron sanulu resin-lima nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba desizaun ne'ebé admite reklamasau ne'e.
3. Iha prazu ne'ebé foo ba ezequente, kredór sira seluk mos bele impugna kréditu garantidu ho bein kona-ba ne'ebé sira invoka tiha ona direitu réal ba garantia ruma.
4. Impugnasaun ne'e bele bazeia iha kauza ruma ne'ebé extinge ka modifika obligasaun ka impede obligasaun ne'e nia ezixténsia; maibé sentensa rekoñese tiha ona kréditu ne'e karik, impugnasaun ne'e bele bazeia deit iha fundamentu mensionadu iha artigu 693.º, iha nia parte aplikavel.

Artigo 745.º
Resposta do reclamante

O credor cujo o crédito haja sido impugnado mediante defesa por excepção pode responder nos dez dias seguintes à notificação das impugnações apresentadas.

Artigo 746.º
Termos posteriores – Verificação e graduação dos créditos

1. Se a verificação de algum dos créditos impugnados estiver dependente de prova, seguir-se-ão os termos do processo de declaração, posteriores aos articulados; o despacho saneador declarará porém reconhecidos os créditos que o puderem ser, embora a graduação de todos fique para a sentença final.
2. Se nenhum dos créditos for impugnado ou a verificação dos impugnados não depender de prova a produzir, proferir-se-á logo sentença que conheça da sua existência e os gradue com o crédito do exequente, sem prejuízo do disposto no n.º 4.
3. Quando algum dos créditos graduados não esteja vencido, a sentença de graduação determinará que, na conta final para pagamento, se efectue o desconto correspondente ao benefício da antecipação.
4. Haver-se-ão como reconhecidos os créditos e as respectivas garantias reais que não forem impugnadas, sem prejuízo das excepções ao efeito cominatório da revelia, vigentes em processo declarativo, ou do conhecimento das questões que deviam ter implicado rejeição liminar da reclamação.
5. O juiz pode suspender os termos do apenso de verificação e graduação de créditos posteriores aos articulados, até à realização da venda, quando considere provável que o produto desta não ultrapassará o valor das custas da própria execução.
6. A graduação será refeita se vier a ser verificado algum crédito que, depois dela, seja reclamado nos termos do n.º 3 do artigo 743.º.

Artigo 747.º
Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens

1. Pendendo mais de uma execução sobre os mesmos bens, sustar-se-á quanto a estes a execução em que a penhora tiver sido posterior, podendo o exequente reclamar o respectivo crédito no processo em que a penhora seja mais antiga; se a penhora estiver sujeita a registo, é por este que a sua antiguidade se determina.
2. A reclamação será apresentada dentro do prazo facultado para a dedução dos direitos de crédito, a menos que o reclamante não tenha sido citado pessoalmente, porque nesse caso pode deduzi-la nos

Artigu 745.º
Reklamante nia resposta

Kuandu impugansaun hasoru nia kréditu uza defeza ho exesaun, reklamante bele responde ba exesaun ne'e, iha loron sanulu nia laran, tuir fali notifikasaun kona-ba impugnasaun ne'e.

Artigu 746.º
Kréditu nia verifikasaun no graduasaun

1. Kuandu kréditu impugnadu ruma nia verifikasaun presiza prova, tenke tuir prosesu deklarativu nia termus iha faze ne'ebé tuir fali artikuladu; maibé, iha despaxu saneador juíz tenke deklara rekoñesidu kréditu ne'ebé nia bele deklara, maske kréditu hotu-hotu nia graduasaun tenke halo iha sentensa finál.
2. Kuandu kréditu ida la hasoru impugnasaun ida ka kréditu impugnadu nia verifikasaun la presiza atu prodúz prova, juíz profere kedas sentensa hodi koñese kréditu ne'e nia ezixténsia no gradua kréditu ne'e ho ezequente nia kréditu, sein prejuizu ba n.º 4 nia dispozisaun.
3. Kuandu kréditu graduadu ruma seidak vense, sentensa ne'ebé halo graduasaun tenke haruka halo deskontu iha konta finál kona-ba vantajem ne'ebé mosu ho antesipasaun ne'e.
4. Juíz tenke konsidera rekoñesidu kréditu no nia garantia réal ne'ebé la hasoru impugnasaun, sein prejuizu ba exesaun ba revelia nia efeitu kominatóriu, ne'ebé funsiona iha prosesu deklarativu, no ba kestaun ne'ebé, tuir loos, devia halo juíz rejita kedas reklamasaun liminarmente.
5. Juíz bele suspende apensu ba kréditu nia verifikasaun no graduasaun nia termus ne'ebé tuir fali artikuladu, too halo tiha venda, kuandu konsidera provavel katak venda ne'e nia produdu la liu kustas atu selu iha ezekusaun ne'e nia valór.
6. Graduasaun ba kréditu tenke halo foun fali kuandu, liu tiha graduasaun ida primeiru, juíz konsidera verifikadu kréditu ruma ne'ebé tama iha reklamasaun tuir artigu 743.º, n.º 3.

Artigu 747.º
Ezekusaun barak ba bein ida deit

1. Kuandu ezekusaun barak lao hasoru bein ida deit ka lobuk ida deit, tenke kontinua deit ezekusaun ida iha-ne'ebé peñora ba bein sira-ne'e halo primeiru; exekusaun sira seluk tenke suspende ba bein sira-ne'e, sein prejuizu ba ezequente atu reklama nia kréditu iha ezekusaun ne'ebé antigu liu; kuandu peñora tenke rejista, ezekusaun nia antiguidade tenke determina tuir rejistu ne'e.
2. Reklamasaun tenke apresenta iha prazu atu dedúz direitu

quinze dias posteriores à notificação do despacho de sustação; a reclamação suspende os efeitos da graduação de créditos já fixada e, se for atendida, provocará nova sentença de graduação, na qual se inclua o crédito do reclamante.

3. Na execução sustada, pode o exequente desistir da penhora relativa aos bens apreendidos no outro processo e nomear outros em sua substituição.

4. Se a suspensão for total, as custas da execução sustada são graduadas a par do crédito que lhe deu origem, desde que o reclamante junte ao processo, até à liquidação final, certidão comprovativa do seu montante e de que a execução não prosseguiu noutros bens.

SECÇÃO V DO PAGAMENTO

SUBSECÇÃO I PAGAMENTO PELA ENTREGA DE DINHEIRO E PELA ADJUDICAÇÃO

Artigo 748.º Modos de o efectuar

1. O pagamento pode ser feito pela entrega de dinheiro, pela adjudicação dos bens penhorados, ou pelo produto da respectiva venda.

2. É admitido o pagamento em prestação da dívida exequenda, nos termos previstos nos artigos 755.º a 758.º.

Artigo 749.º Termos em que pode ser efectuado

1. As diligências necessárias para a realização do pagamento efectuam-se independentemente do prosseguimento do apenso da verificação e graduação de créditos, mas só depois de findo o prazo para a sua reclamação.

2. O credor reclamante só pode ser pago na execução pelos bens sobre que tiver garantia e conforme a graduação do seu crédito.

Artigo 750.º Pagamento por entrega de dinheiro

1. Tendo a penhora recaído em moeda corrente, depósito bancário em dinheiro ou outro direito de crédito pecuniário cuja importância tenha sido depositada, o exequente ou qualquer credor que deva preteri-lo é pago do seu crédito pelo dinheiro existente.

2. Constitui entrega de dinheiro o pagamento por cheque ou

ba kréditu nia laran; maibé, kuandu reklamante la hetan sitasaun pesoál, bele dedúz reklamasaun ne'e iha loron sanulu resin-lima nia laran, tuir fali notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé haruka suspende exekusaun; reklamasaun ne'e suspende graduasaun ba kréditu ne'ebé halo tiha ona nia efeitu no, prosedente karik, obriga juíz halo fali sentensa ba graduasaun, iha ne'ebé tenke hatama reklamante nia kréditu ne'e.

3. Iha ezekusaun sustada ezekuyente bele dezixte ba peñora iha bein ne'ebé tama tiha ona iha peñora iha prosesu seluk no nomeia fali bein seluk iha ida-ne'e nia fatin.

4. Kuandu iha suspensaun totál, ezekusaun sustada nia kustus tenke gradua hamutuk ho kréditu ne'ebé foo fatin ba nia, sarak reklamante hatama iha autus, too likidasaun finál, sertidaun hodi hatudu kustus nia valór hira no katak ezekusaun la ho bein seluk.

SEKSAUN V PAGAMENTU

SUBSEKSAUN I PAGAMENTU HO OSAN NO HO ADJUDIKASAUN

Artigu 748.º Oinsá halo pagamentu

1. Atu halo pagamentu bele entrega osan, adjudika bein peñoradu ka entrega venda nia produktu.
2. Bele halo pagamentu ba dívida ezekuenda ho prestasaun, tuir artigu 755.º too 758.º nia dispozisaun.

Artigu 749.º Termus ba pagamentu

1. Apensu atu verifica no gradua kréditu ne'e lao ba oin ka lae, liu tiha prazu atu reklama kréditu, tenke halo diliénsia ba pagamentu.
2. Kredór reklamante bele hetan pagamentu iha ezekusaun ho deit bein ne'ebé foo garantia ba nia kréditu no konforme pozisaun ne'ebé nia kréditu okupa iha graduasaun ne'e.

Artigu 750.º Pagamentu ho osan

1. Kuandu peñora monu ba moeda korrente, osan ne'ebé depozita hela iha banku ka kréditu pekuniáriu ne'ebé nia valór depozita tiha ona, sei entrega osan ne'e ba ezekuyente ka kredór ne'ebé iha preferénsia liu nia hodi selu nia kréditu.
2. Pagamentu ne'ebé halo ho xeke ka transferénsia bankária vale

transferência.

Artigo 751.º
Requerimento para adjudicação

1. O exequente pode pretender que bens penhorados lhe sejam adjudicados para pagamento, total ou parcial, do crédito.
2. O mesmo pode fazer qualquer credor reclamante, em relação aos bens sobre os quais tenha invocado garantia; mas, se já houver sido proferida sentença de graduação de créditos, a pretensão do requerente só é atendida quando o seu crédito haja sido reconhecido e graduado.
3. O requerente deve indicar o preço que oferece o qual não pode ser inferior a 70% do valor base dos bens.
4. Se à data do requerimento já estiver anunciada a venda judicial, esta não se sustará e o pedido apenas é tomado em consideração quando não haja licitantes ou concorrentes que ofereçam preço superior.

Artigo 752.º
Publicidade do requerimento

1. Requerida a adjudicação, designar-se-á dia e hora para a abertura de propostas de preço superior ao oferecido pelo requerente, o qual é mencionado nos editais e anúncios.
2. O despacho é notificado ao executado e àqueles que podiam requerer a adjudicação e bem assim aos titulares de qualquer direito de preferência na alienação dos bens.

Artigo 753.º
Termos da adjudicação

1. Se não aparecer nenhuma proposta e ninguém se apresentar a exercer o direito de preferência, aceitar-se-á o preço oferecido pelo requerente.
2. Havendo proposta de maior preço, observar-se-á o disposto nos artigos 765.º e 766.º.
3. Se o requerimento de adjudicação tiver sido feito depois de anunciada a venda judicial e a esta não se apresentar qualquer proponente, logo se adjudicarão os bens ao requerente.

Artigo 754.º
Aplicação subsidiária

É aplicável à adjudicação de bens, com as necessárias adaptações, o disposto para a venda, sempre que possível e necessário.

hanesan entrega osan.

Artigu 751.º
Rekerimentu ba adjudikasaun

1. Ezequente bele husu ba juíz atu adjudika ba nia bein peñoradu ruma hanesan pagamentu totál ka parsial ba nia kréditu.
2. Kredór reklamante mos bele halo pedidu hanesan kona-ba bein ne'ebé nia invoka katak foo garantia ba nia kréditu; maibé, sentensa ne'ebé halo graduasaun ba kréditu profere tiha ona karik, kuandu sentensa ne'e rekoñese no gradua nia kréditu maka juíz sei atende nia pedidu.
3. Rekerente tenke hatudu presu ne'ebé nia oferese; presu ne'e la bele tun liu 70% iha bein ne'e nia valór.
4. Kuandu rekerimentu ne'e tama tribunál anunsia tiha ona venda judisial karik, venda ne'e la suspende no, kuandu lisitante ka konkorrente ruma la oferese presu boot liu, maka juíz bele konsidera rekerente nia pedidu.

Artigu 752.º
Rekerimentu nia publisidade

1. Husu tiha adjudikasaun, juíz sei marka loron ho oras atu loke proposta kona-ba presu boot liu ida-ne'ebé rekerente oferese, no haruka publika iha editál no anúnsiu.
2. Despaxu ne'e sei notifika ba ezeikutadu, ba sira-ne'ebé bele husu adjudikasaun no ba sira-ne'ebé iha preferénsia iha bein ne'e nia alienasaun.

Artigu 753.º
Adjudikasaun nia termus

1. Kuandu proposta ida la mosu no ema ida la mosu atu ezerse preferénsia, sei simu presu ne'ebé rekerente oferese.
2. Ema ruma oferese presu aas liu karak, tenke tuir artigu 765.º no 766.º nia dispozisaun.
3. Kuandu anunsia tiha venda judisial maka rekerimentu ba adjudikasaun tama no proponente ida la mosu iha venda ne'e, sei adjudika kedas bein ne'e ba rekerente.

Artigu 754.º
Aplikasaun subsidiária

Dispozisaun kona-ba venda sei aplika mos iha bein nia adjudikasaun, kuandu bele no presiza, ho adaptasaun.

SUBSECÇÃO II PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES

Artigo 755.º

Requerimento para pagamento em prestações

1. É admitido o pagamento em prestações da dívida exequenda, se exequente e executado, de comum acordo, requererem a suspensão da instância executiva.
2. O requerimento para pagamento em prestações é subscrito por exequente e executado, devendo conter o plano de pagamento acordado e podendo ser apresentado até à notificação do despacho que ordene a realização da venda ou das outras diligências para pagamento.

Artigo 756.º

Garantia do crédito exequendo

1. Na falta de convenção em contrário, vale como garantia do crédito exequendo a penhora já feita na execução, que se manterá até integral pagamento, sem prejuízo do disposto no artigo 758.º.
2. O disposto no número anterior não obsta a que as partes convençionem outras garantias adicionais, ou substituam a resultante da penhora.

Artigo 757.º

Consequência da falta de pagamento

A falta de pagamento de qualquer das prestações, nos termos acordados, importa o vencimento imediato das seguintes, podendo o exequente requerer o prosseguimento da execução para satisfação do remanescente do seu crédito.

Artigo 758.º

Tutela dos direitos dos restantes credores

1. Fica sem efeito a sustação da execução se algum credor reclamante, cujo crédito esteja vencido, requerer o prosseguimento da execução para satisfação do seu crédito.
2. No caso previsto no número anterior é notificado o exequente para, no prazo de dez dias, declarar se:
 - a) Desiste da garantia a que alude o n.º 1 do artigo 756.º;
 - b) Requer também o prosseguimento da execução para pagamento do remanescente do seu crédito, ficando sem efeito o pagamento em prestações acordado.
3. A notificação a que alude o número anterior é feita com a cominação de, nada dizendo o exequente, se entender que desiste da penhora

SUBSEKSAUN II PAGAMENTU HO PRESTASAUN

Artigu 755.º

Rekerimentu ba pagamentu ho prestasaun

1. Dívida ezeukuenda nia pagamentu bele halo ho prestasaun, kuandu ezeukuente ho ezeukuadu konkorda no rekér suspensaun iha instánsia ezeukuativa.
2. Ezeukuente ho ezeukuadu tenke asina rekerimentu atu husu pagamentu ho prestasaun no hatudu iha rekerimentu ne'e planu kona-ba pagamentu ne'ebé sira akorda tiha ona; rekerimentu ne'e tenke tama iha tribunál too notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé haruka halo venda ka dilijánsia seluk ba pagamentu.

Artigu 756.º

Kréditu ezeukuendu nia garantia

1. Salvu dispozisaun seluk, peñora ne'ebé halo tiha ona iha ezeukuasaun vale hanesan kréditu ezeukuendu nia garantia, no garantia ne'e moris too pagamentu integrál, sein prejuizu ba artigu 758.º nia dispozisaun.
2. Númeru anteriór nia dispozisaun la taka dalan ba parte sira atu konvensiona garantia adisionál seluk ka atu tau garantia seluk iha garantia ne'ebé moris ho peñora nia fatin.

Artigu 757.º

La pagamentu nia konsekuénsia

Kuandu prestasaun ruma la hetan pagamentu, hanesan akorda tiha ona, prestasaun seguinte sira vense hotu kedas no ezeukuente bele husu ba tribunál atu kontinua ezeukuasaun hodi selu nia kréditu ne'ebé seidak selu.

Artigu 758.º

Tutela ba kredór sira seluk nia direitu

1. Ezeukuasaun nia sustasaun lakon efeitu kuandu kredór reklamante ruma, ne'ebé nia kréditu vense tiha ona, rekér atu kontinua ezeukuasaun hodi selu nia kréditu.
2. Iha kazu previstu iha númeru anteriór tenke notifika ezeukuente atu, iha loron sanulu nia laran, dehan:
 - a) Nia dezixte hosi garantia referida iha artigu 756.º, n.º 1, ka lae;
 - b) Nia rekér mos atu kontinua ezeukuasaun hodi seluk nia kréditu ne'ebé seidak selu, no hasai tiha efeitu ba pagamentu ho prestasaun akordadu ne'e ka lae.
3. Notifikasaun referidu iha númeru anteriór tenke halo ho kominasaun katak, la dehan buat ida karik, sei konsidera katak nia dezixte hosi

já efectuada. Desistindo o exequente da penhora, o requerente assume a posição de exequente nos n.ºs 2 a 4 do artigo 788.º.

SUBSECÇÃO III VENDA

DIVISÃO I MODALIDADES

Artigo 759.º Modalidades de venda

1. A venda dos bens penhorados pode ser judicial ou extrajudicial.
2. A venda judicial pode ser feita por meio de propostas em carta fechada ou por arrematação em hasta pública.
3. A venda extrajudicial pode revestir as seguintes formas:
 - a) Venda directa a entidades que tenham direito a adquirir determinados bens;
 - b) Venda por negociação particular;
2. Cabe ao juiz determinar qual a modalidade da venda que julga mais vantajosa em cada caso.
3. O despacho que ordene a venda é notificado ao exequente, ao executado e aos credores reclamantes de créditos com garantia sobre os bens a vender.
4. Oficiosamente ou a requerimento pode o juiz autorizar a venda antecipada de bens, quando estes ou não devam conservar-se, por estarem sujeitos a deterioração ou quando haja manifesta vantagem na antecipação da venda.

DIVISÃO II VENDA EXTRAJUDICIAL

Artigo 760.º Venda directa

Se os bens houverem, por lei, de ser entregues a determinada entidade, ou tiverem sido prometidos vender, com eficácia real, a quem queira exercer o direito de execução específica, a venda ser-lhe-á feita directamente.

Artigo 761.º Casos em que se procede à venda por negociação particular

A venda é feita por negociação particular:

- a) Quando assim o requeriram o exequente, o executado ou algum dos credores preferentes e, ouvidos os restantes interessados na venda, o juiz considere, face às razões invocadas, ocorrer vantagem

peñora ne'ebé halo tiha ona. Kuandu ezekuate dezixte hosi peñora, rekerente asume pozisaun hanesan ezekuate tuir artigu 788.º, n.º 2 too 4, nia dispozisaun.

SUBSEKSAUN III VENDA

DIVIZAUN I MODALIDADE

Artigu 759.º Venda nia modalidade

1. Bein peñoradu nia venda bele halo tuir venda judisiál ka venda extrajudisiál.
2. Venda judisiál bele halo ho proposta iha karta faxada ka arrematasaun iha axta pública.
3. Venda extrajudisiál bele halo tuir forma sira-ne'e:
 - a) Venda direta ba entidade ne'ebé iha direitu atu adkire bein determinadu;
 - b) Venda ho negosiasaun partikulár.
4. Juíz maka eskolla venda nia modalidade ne'ebé konsidera vantajozu iha kazu ida-idak.
5. Tenke notifika despaxu ne'ebé ordena venda ba ezekuate, ezekutadu no kredór reklamante ne'ebé bein atu fa'an ne'e foo garantia ba nia crédito.
6. Ofisiozamente ka tuir rekerimentu, juíz bele autoriza venda antesipada ba bein ne'ebé la bele rai tan tanba, la kleur, sei estraga ka iha vantajem atu fa'an uluk tiha.

DIVIZAUN II VENDA EXTRAJUDISIÁL

Artigu 760.º Venda direta

Bein atu fa'an ne'ebé, tuir lei, tenke entrega ba entidade determinada, ka, tuir promesa, ho efikásia réal, tenke fa'an ba ema ne'ebé hakarak ezerse direitu ba ezekusaun espesífika, tenke fa'an ba loos deit entidade ka ema ne'e.

Artigu 761.º Venda ho negosiasaun partikulár

Venda ho negosiasaun partikulár sei halo:

- a) Kuandu ezekuate, ezekutadu ka kredór preferente ruma rekér no, rona tiha sira seluk ne'ebé iha interese iha venda ne'e, juíz, tuir

manifesta nessa modalidade de venda;;
b) Quando se trate de bens móveis de reduzido valor ou quando haja urgência na realização da venda.

Artigo 762.º

Realização da venda por negociação particular

1. No despacho que ordene a venda por negociação particular designar-se-á a pessoa que fica incumbida de a efectuar e o preço mínimo por que pode ser realizada.
2. A pessoa designada procede como mandatário, tendo-se por provado o mandato em face da certidão do despacho.
3. Antes de ser lavrado o instrumento da venda, o preço é depositado directamente pelo comprador numa instituição de crédito, à ordem do tribunal.
4. Estando pendentes embargos de executado, far-se-á essa declaração no acto da venda.

DIVISÃO III VENDA JUDICIAL

Artigo 763.º

Casos em que se procede à arrematação

Quando se não verificarem os casos previstos nos artigos 760.º a 762.º, os bens são arrematados em hasta pública, salvo se, nos termos do artigo 761.º, se decidir que a venda se faça por meio de propostas em carta fechada.

Artigo 764.º

Editais e anúncios para venda judicial

1. Designar-se-á o dia e hora para a praça ou a abertura das propostas, com a antecipação necessária para, mediante editais e anúncios, se dar ao facto a maior publicidade, podendo o juiz, oficiosamente ou a requerimento dos interessados, determinar que a venda judicial seja tornada pública ainda por outros meios.
2. Os editais são afixados com a antecipação de dez dias, nas portas do tribunal da execução e da sede do suco em que os bens se situem, bem como na porta dos prédios urbanos a vender.
3. Os anúncios são publicados, com igual antecipação, em dois números seguidos de um dos jornais mais lido de Timor-Leste, podendo o juiz dispensar os anúncios se os achar dispensáveis, atendo o diminuto valor dos bens.
4. Nos editais e anúncios menciona-se o nome do executado, o tribunal onde ocorre o processo, o dia, a hora e local da arrematação ou abertura das propostas, a identificação

razaun ne'ebé rekerente invoka, konsidera katak iha vantajem atu halo venda hanesan ne'e;

b) Kuandu bein atu fa'an iha valór reduzidu ka iha urjénsia atu halo venda ne'e.

Artigu 762.º

Oinsá halo venda ho negosiasaun partikulár

1. Iha despaxu ne'ebé ordena venda ho negosiasaun partikulár juíz tenke dezigna ema ne'ebé atu halo venda no hatudu presu mínimu ne'ebé nia bele simu iha venda ne'e.
2. Pessoa dezignada sai hanesan mandatáriu ida; mandatu ne'e sei prova ho sertidaun kona-ba despaxu ne'ebé dezigna nia.
3. Molok lavra instrumentu ba venda ne'e, kompradór tenke depozita tiha presu respetivu diretamente iha instituisaun ba kréditu, hodi hein tribunál nia orden.
4. Kuandu embargo hosi ezekutadu lao daudaun, tenke halo deklarasaun kona-ba embargo ne'e iha venda ne'e.

DIVIZAUN III VENDA JUDISIÁL

Artigu 763.º

Kazu iha ne'ebé halo arrematasaun

Kuandu la verifika kazu previstu iha artigu 760.º too 762.º, tenke arremata bein iha axta pública, salvu kuandu, tuir artigu 761.º nia dispozisaun, juíz haruka halo venda ho proposta iha karta faxada.

Artigu 764.º

Editál no anúnsiu ba venda judisiál

1. Loron ho oras ba prasa ka atu loke proposta tenke marka ho antesipasaun nesesária, atu foo publisidade diak ba aktu ne'e; ofisiozamente ka tuir interesadu ruma nia rekerimentu, juíz bele haruka uza meu seluk tan atu halo publisidade ne'e.
2. Editál tenke afiksa, ho antesipasaun loron sanulu, iha tribunál ne'ebé halo ezekusaun nia odamatan no iha suku iha bein nia fatin nia sede no iha mos prédiu urbanu atu fa'an ne'e nia odamatan.
3. Anúnsiu tenke publika, ho antesipasaun loron sanulu, iha jornál ne'ebé ema lee liuliu iha Timór-Leste nia número rua tuir malu; juíz bele dispensa anúnsiu nia publikasaun kuandu konsidera dispensavel, kuandu haree katak bein atu fa'an iha valór diminutu.
4. Iha editál no anúnsiu tenke hakerek ezekutadu nia naran, tribunál ne'ebé halao prosesu, loron, oras no fatin atu halo

sumária dos bens, o valor base da venda e o valor apurado nos termos do artigo anterior.

5. Se estiverem pendentes embargos de executado far-se-á também menção do facto nos editais e anúncios.

Artigo 765.º **Obrigações de mostrar os bens**

Durante o prazo dos editais e anúncios é o depositário obrigado a mostrar os bens a quem pretenda examiná-los; mas pode fixar as horas em que, durante o dia, facultará a inspecção, tornando-as conhecidas do público por qualquer meio.

Artigo 766.º **Notificação dos preferentes**

1. Os titulares do direito de preferência, legal ou convencional com eficácia real, na alienação dos bens são notificados do dia e hora da arrematação ou do dia e hora da entrega dos bens ao proponente para poderem exercer o seu direito no acto da praça ou da adjudicação.

2. A falta de notificação tem a mesma consequência que a falta de notificação ou aviso prévio na venda particular.

3. Se o preferente tiver sido notificado por éditos, pode propor a acção de preferência nos termos gerais, desde que as circunstâncias façam presumir que a notificação não chegou ao seu conhecimento a tempo de poder exercer o seu direito no acto da praça ou da adjudicação.

Artigo 767.º **Abertura das propostas**

1. As propostas são entregues na secretaria do tribunal e abertas na presença do juiz, podendo assistir à abertura o executado, o exequente, os recla-mantes de créditos com garantia sobre os bens a vender e os proponentes.

2. Se o preço mais elevado for oferecido por mais de um proponente, abre-se logo licitação entre eles, salvo se declararem que pretendem adquirir os bens em compropriedade.

3. Estando presente só um dos proponentes do maior preço pode esse cobrir a proposta dos outros; se nenhum deles estiver presente ou nenhum quiser cobrir a proposta dos outros, procede-se a sorteio para determinar a proposta que deve prevalecer.

4. As propostas, uma vez apresentadas, só podem ser retiradas se a sua abertura for adiada por mais de noventa dias depois do primeiro designado.

arrematasaun ka atu loke proposta, bein nia deskrisaun sumária, valór baze iha venda no valór apuradu tuir artigu anteriór nia dispozisaun.

5. Kuandu embargo hosi ezekutadu lao daudaun, tenke halo deklarasaun kona-ba embargo ne'e iha editál no anúnsiu.

Artigu 765.º **Obrigasaun atu hatudu bein**

Iha prazu ne'ebé hakerek hela iha editál no anúnsiu nia laran depozitáriu tenke hatudu bein atu fa'an ne'e ba ema ne'ebé hakarak haree; depozitáriu bele fiksa no foo-sai ba públiku, ho meu naran ida, oras, iha rai-loron, bainhira nia sei husik ema halo inspesaun ba bein ne'e.

Artigu 766.º **Notifikasaun ba preferente**

1. Tenke notifika ema ne'ebé iha preferénsia, legál ka konvensionál, ho efikásia reál, iha bein ne'e nia alienasaun iha loron no oras sa maka halo arrematasaun ka iha loron ho oras sa maka entrega bein ne'e ba proponente, para atu bele ezerse nia direitu iha aktu ne'ebé halo iha prasa ka iha adjudikasaun.

2. Kuandu la halo notifikasaun ne'e sei mosu konsekuénsia ne'ebé mosu tanba la iha notifikasaun ka avizu préviu iha venda partikulár.

3. Kuandu notifikasaun ba preferente halo deit ho editál, preferente ne'e bele hatama aksaun ba preferénsia tuir termus jerál, sarak sirkunstánsia hatudu katak notifikasaun ne'e la too ba nia atu hatene ho tempu hodi bele ezerse nia direitu iha aktu ne'ebé halo iha prasa ka iha adjudikasaun.

Artigu 767.º **Proposta nia abertura**

1. Proposta tenke entrega iha tribunál nia sekretaria no tenke loke iha juíz nia oin; ezekute, ezekutadu, reklamante ne'ebé nia kréditu iha garantia reál ho bein atu fa'an ne'e no proponente sira bele asixte proposta nia abertura.

2. Kuandu proponente barak maka oferese presu aas liu, tenke loke kedas lisitasaun ba sira, salvu kuandu sira hotu deklara katak sira hakarak hola bein ne'e hanesan komproprietáriu.

3. Kuandu proponente sira-ne'ebé oferese presu aas liu ida deit maka iha ne'ebá, nia bele oferese fali presu aas liu sira seluk nia proposta; kuandu sira ida la iha ka sira ida lakohi oferese presu aas liu sira seluk nia proposta, tenke halo sorteiu atu haree se nia proposta maka hamriik.

4. Proposta ne'ebé hatama tiha ona la bele dada-sai fali, salvu kuandu nia abertura adia tiha durante liu loron sianulu tuir fali loron ida-ne'ebé dezigna primeiru atu loke proposta ne'e.

Artigo 768.º
Deliberação sobre as propostas

1. Imediatamente após a abertura ou depois de efectuada a licitação ou o sorteio a que houve lugar, são as propostas apreciadas pelo executado, exequente e credores que hajam comparecido; se nenhum estiver presente, considera-se aceite a proposta de maior preço, excepto se o juiz a tiver como excessivamente baixa.
2. Se os interessados não estiverem de acordo, prevalece o voto dos credores que, entre os presentes, tenham maioria de créditos sobre os bens a que a proposta se refere. Mas o executado pode opor-se à aceitação de qual-quer proposta, requerendo prazo, não superior a oito dias, para oferecer pre-tendente que se responsabilize por preço superior; nesse caso, marca-se logo dia para se deliberar sobre a proposta do pretendente.
3. Aceite alguma proposta, é o proponente notificado para, em dia e hora certa, depositar o preço ou fracção não inferior à décima parte, observando--se no mais, com as necessárias adaptações, o disposto em relação ao arre-matante.
4. Da abertura e aceitação das propostas é lavrado auto em que, além das outras ocorrências, se mencione, para cada proposta aceite, o nome do pro-ponente, os bens a que respeita e o seu preço. Os bens identificar-se-ão pela referência à penhora respectiva.
5. Se o proponente preferido não depositar o preço ou fracção refe-ridos no n.º 3, aplicar-se-á o disposto no artigo 778.º para a falta de pagamento da parte restante.
6. O auto de transmissão e entrega de bens só será lavrado depois de paga ou depositada a totalidade do preço.

Artigo 769.º
Irregularidades ou frustração da venda por meio de proposta

1. As irregularidades relativas à abertura, licitação, sorteio, apreciação e aceitação das propostas só podem ser arguidas no próprio acto.
2. Se nenhuma proposta for aceite, relativamente a todos ou a parte dos bens os interessados presentes ou, na sua falta, o juiz resolverão logo sobre a forma como deve fazer-se a respectiva venda.

Artigo 770.º
Local da arrematação e valor por que os bens vão à praça

1. A arrematação dos imóveis faz-se sempre no tribunal da situação; a dos móveis, ou no tribunal do lugar onde se encontrem ou noutro que seja julgado mais conveniente por acordo expresso do executado e dos credores ou por determinação judicial.
2. O valor a anunciar para a venda é igual a 70% do valor base dos bens.

Artigu 768.º
Deliberasaun kona-ba proposta

1. Tuir kedas abertura ka halo tiha lisitasaun ka sorteiu ne'ebé tenke halo, ezeikutadu, ezequente no kredór ne'ebé iha ne'ebá sei apresia proposta ne'e; kuandu sira ida la iha ne'ebá, sei konsidera aseite proposta ne'ebé oferese presu aas liu, salvu kuandu juíz konsidera presu ne'e kiik resin.
2. Kuandu interesadu sira la hetan akordu, kredór prezente sira-ne'ebé iha kréditu ba bein ne'e boot liu nia votu maka prevalese. Maibé, ezeikutadu bele halo opozisaun ba proposta naran ida, sarak nia husu prazu, la naruk liu loron ualu, atu oferese pretendente ne'ebé oferese presu superiór; iha kazu ne'e, sei marka kedas loron atu delibera kona-ba pretendente ne'e nia proposta.
3. Simu tiha proposta ruma, sei notifika proponente atu, iha loron no oras sertu, depozita presu korrespondente ka, pelu menus, presu ne'e fahe ba sanulu nia baluk ida; kona-ba buat seluk tan, sei tuir dispozisaun kona-ba arrematante, ho adaptasaun.
4. Tenke hakerek autu kona-ba proposta nia abertura no aseitasaun; iha autu ne'e tenke hakerek, ho okorrénsia seluk tan, kona-ba proposta aseite ida-idak, proponente nia naran, bein respetivu, no nia presu. Bein ida-idak sei identifika ho referénsia ba peñora respetiva.
5. Kuandu proponente preferidu la depozita presu ka presu nia frasaun referida iha n.º 3, tenke aplika artigu 778.º nia dispozisaun, kona-ba la presu restante nia falta.
6. Autu kona-ba bein nia tranzmisaun no entrega sei lavra kuandu bein ne'e nia presu selu ka depozita tiha ona.

Artigu 769.º
Venda ho proposta nia irregularidade ka frustrasaun

1. Irregularidade kona-ba proposta nia abertura, lisitasaun, sorteiu, apresiasaun no aseitasaun tenke argui kedas iha aktu rasik nia laran.
2. Kuandu proposta hotu-hotu la hetan aseitasaun, kona-ba bein hotu-hotu ka bein ruma, interesadu prezente sira ka, sira ida la iha karik, juíz tenke rezolve kedas oinsá sei halo venda respetiva.

Artigu 770.º
Lokál ba arrematasaun no bein nia valór atu ba prasa

1. Arrematasaun ba imovel tenke halo iha tribunál iha imovel ne'e nia fatin; arrematasaun ba imovel sei halo iha tribunál iha fatin ne'ebé rai hela bein ne'e ka iha fatin konsideradu diak liu, tuir ezeikutadu ho kredór sira nia akordu ka juíz nia desizaun.
2. Presu ne'ebé anunsia ba venda maka bein nia valór baze nia 70%.

Artigo 771.º
Formalismo da arrematação

1. A arrematação é presidida pelo juiz, que mandará anunciar a abertura da praça.
2. Os bens móveis, incluindo os créditos, podem ser arrematados singularmente, por lotes ou em globo, conforme as partes acordarem ou o juiz considerar mais conveniente; os imóveis serão arrematados um por um, salvo se razões especiais de proximidade ou dependência tornarem presumivelmente mais rendosa a arrematação conjunta.
3. Posto em leilão cada objecto ou lote, o oficial exercerá as funções de pregoeiro, anunciando em voz alta o primeiro lanço que aparecer acima do valor e os que se sucederem, e tomando conta dos respectivos licitantes. A licitação só se considera finda quando o oficial tiver anunciado, por três vezes, o lanço mais elevado e este lanço não for coberto.
4. Terminada a licitação, serão interpelados os titulares do direito de preferência para que declarem se querem exercer o seu direito. Apresentando-se a preferir mais de uma pessoa com igual direito, abre-se licitação entre elas, fazendo-se a adjudicação à que oferecer maior preço.

Artigo 772.º
Arrematação de todo ou de parte do prédio

1. Salvo acordo das partes em contrário, os imóveis são sempre arrematados pela raiz, qualquer que seja a relação entre o seu valor e a quantia que se executa.
2. Quando o prédio oferecer, porém, cómoda divisão, pode o executado requerer que seja posta em praça, pelo valor da execução a parte que indique como suficiente para o pagamento. Se logo na primeira praça não houver quem arremate por esse valor, vai à praça todo o prédio.

Artigo 773.º
Termo ou adiamento da arrematação

1. A arrematação cessa logo que o produto dos bens arrematados seja suficiente para cobrir as despesas da execução e assegurar o pagamento ao exequente, salvo se, havendo outros bens sobre os quais tenha sido graduado algum crédito vencido, o respectivo titular requerer que a praça continue, para venda desses bens.
2. A arrematação pode ser adiada, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, quando haja fundada suspeita de conluio entre os concorrentes à hasta pública.

Artigo 774.º
Auto de arrematação

Artigu 771.º
Arrematasaun nia formalismu

1. Juíz maka prezide arrematasaun ho haruka loke prasa.
2. Bein movel, inkluidu kréditu, bele tama iha arrematasaun ida-idak ketak, iha lote, ka hamutuk deit, konforme parte sira akorda ka juíz konsidera diak liu; imovel sei aremata ida-idak dala ida, salvu kuandu arrematasaun konjunta foo folin boot liu tanba razaun espesiál kona-ba proximidade ka dependénsia.
3. Atu halo lelán ba objetu ka lote ida-idak, ofisiál maka sai pregoeiru, hodi anunsia, ho lian aas, lansu ida primeiru tuir fali valór inisiál, no lansu sira tuirmai ne'e, no hola nota ba lisitante respetivu.
4. Lisitasaun hotu tiha, sei husu ba ema ne'ebé iha direitu ba preferénsia atu deklara nia hakarak ezerse direitu ne'e ka lae. Kuandu preferente barak iha direitu hanesan, sei halo lisitasaun ba sira, atu adjudika bein ne'e ba ida-ne'ebé oferese presu boot liu.

Artigu 772.º
Arrematasaun ba prédiu tomak ka nia baluk

1. Salvu kuandu parte sira akorda buat seluk, imovel tenke arremata iha raíz, la haree ba relasaun entre nia valór ho kuantia ne'ebé ezejuta daudaun ne'e.
2. Kuandu prédiu ne'e fasil atu divide, ezejutadu bele rekér atu tau iha prasa, ho ezekusaun nia valór, prédiu ne'e nia parte ne'ebé nia hatudu, ho valór natón atu selu ezekusaun nia valór. Kuandu iha prasa ida primeiru ema ida la arremata ho valór ida-ne'e, tenke lori prédiu tomak ba prasa.

Artigu 773.º
Arrematasaun nia termu ka adiamentu

1. Arrematasaun para kedas kuandu bein arrematadu nia produ tu natón ona atu selu ezekuente nia dívida no ezekusaun nia despeza, salvu kuandu iha bein seluk kona-ba ne'ebé gradua tiha ona kréditu vensidu ruma no kréditu nia titulár rekér atu kontinua prasa, atu halo venda ba bein ne'e.
2. Ofisiozamente ka tuir interesadu ruma nia rekerimentu, juíz bele adia arrematasaun kuandu iha fundamentu atu deskonfia katak konkorrente ba axta públika sira halo konluiu.

Artigu 774.º
Autu ba arrematasaun

Lavrar-se-á um único auto de todas as arrematações que se efectuem no mesmo dia e pelo mesmo processo.

Artigo 775.º
Praça deserta

1. Se passada uma hora não houver lanço superior ao valor por que os bens foram postos em praça, é esta encerrada, e designar-se-á logo dia, sendo possível, para a segunda praça, por metade do valor.
2. Em vez de os bens irem a segunda praça, pode ordenar-se, oficiosamente ou a requerimento dos interessados a que se refere a alínea a) do artigo 761.º, que sejam vendidos particularmente ou por propostas em carta fechada.

Artigo 776.º
Segunda praça

1. Da primeira à segunda praça mediará o intervalo de seis dias, pelo menos.
2. Sem prejuízo de outras formas de publicidade reputadas convenientes, a notícia da segunda praça é dada por um único edital afixado com a antecipação mínima de cinco dias e por um único anúncio, que se publicará com igual antecipação. A afixação faz-se, tratando-se de prédio urbano, na porta deste, e quando se trate de outra espécie de bens, na do edifício onde deva realizar-se a arrematação.
3. Não se repete a notificação aos preferentes.

Artigo 777.º
Segunda praça deserta

1. Se a segunda praça ficar também deserta, procede-se à venda por propostas em carta fechada ou por negociação particular ou vão os bens a terceira praça para serem vendidos por qualquer preço, conforme o juiz julgue mais conveniente.
2. A terceira praça é anunciada nos termos do artigo anterior.

Artigo 778.º
Pagamento do preço e sanções

1. O arrematante depositará no acto da praça o preço ou a fracção que oferecer, não inferior à décima parte, e a quantia correspondente às despesas prováveis da arrematação, sem o que não lhe serão adjudicados os bens.
2. Quando a arrematação se realize no edifício do tribunal e a tesouraria judicial esteja aberta, nela se fará o depósito, sem acréscimos de qualquer percentagem; quando se efectuar fora ou a

Tenke halo autu ida deit ba arrematasaun hotu-hotu ne'ebé halo iha lora ida iha prosesu ida nia lara.

Artigu 775.º
Prasa dezerta

1. Kuandu, liu tiha oras ida, la iha lara ida ho valór aas liu valór ne'ebé bein atu fa'an tama iha prasa, tenke taka tiha prasa ne'e no, kuandu bele, marka keda lora seluk atu lori fali bein ne'e ba prasa segunda, ho bein nia valór tun ba metade.
2. Iha prasa segunda nia fatin, ofisiozamente ka tui interesadu sira referidu iha artigu 761.º, alínea a) nia rekerimentu, juíz bele haruka halo venda ho negosiasaun partikulár ka ho proposta iha karta fexada.

Artigu 776.º
Prasa segunda

1. Hosi prasa primeira too prasa segunda tenke husik liu, pelu menus, lora neen.
2. Sein prejuizu ba publisidade oin seluk ne'ebé juíz konsidera konveniente, notísia kona-ba prasa segunda sei foo-sai iha editál ida deit, afiksadu ho antesipasaun, pelu menus, lora lima, no iha anúnsiu ida deit, publikadu ho antesipasaun hanesan. Afiksasaun ne'e, iha prasa kona-ba prédiu urbanu, sei halo iha prédiu ne'e nia odamatan, no, iha prasa kona-ba bein seluk, iha edifisiu iha fatin ne'ebé sei halo arrematasaun nia odamatan.
3. La bele repete fali notifikasaun ba preferente sira.
3. La repete fali notifikasaun ba preferente sira.

Artigu 777.º
Prasa segunda dezerta

1. Kuandu prasa segunda mos sai dezerta, tenke halo venda ho proposta iha karta fexada ka ho negosiasaun partikulár ka iha prasa terseira, ho presu nara ida, konforme juíz konsidera diak liu.
2. Prasa terseira sei foo-sai tui artigu anteriór nia dispozisaun.

Artigu 778.º
Pagamentu ba presu no sansaun

1. Arrematante tenke selu iha aktu ne'ebé nia halo arrematasaun bein arrematadu nia presu ka , pelu menus, presu ne'e fahe ba sanulu nia baluk ida, no kuantia kona-ba arrematasaun nia despeza provavel; selae, la bele adjudika bein arrematadu ba nia.

tesouraria estiver encerrada, far-se-á em mão do funcionário que lavar o auto. Tanto o tesoureiro como este funcionário ficam obrigados a depositar em instituição de crédito a importância entregue, no próprio dia ou no primeiro dia útil seguinte.

3. Quando houver sido depositada apenas uma parte do preço, será o restante depositado directamente pelo arrematante em instituição de crédito, no prazo de quinze dias, sob pena de os bens irem novamente à praça para serem arrematados por qualquer quantia, ficando o primeiro arrematante responsável pela diferença do preço e pelas despesas a que der causa. A nova praça é anunciada nos termos do n.º 2 do artigo 776.º.

4. A secretaria liquidará a responsabilidade do arrematante, que será executado no mesmo processo, a requerimento do Ministério Público ou de qual-quer interessado, atuando-se a certidão de citação e seguindo-se os mais termos por apenso.

5. O arrematante remisso não é admitido a lançar na nova praça, mas, se depositar o preço até ao momento da sua abertura, fica ela sem efeito, subsistindo a arrematação.

6. Os preferentes que pretendam exercer o seu direito depositarão logo todo o preço, além das despesas prováveis da arrematação.

Artigo 779.º

Título de arrematação

1. Os bens arrematados não são entregues ao arrematante sem que esteja paga ou depositada a totalidade do preço.

2. Depositado o preço e pago o imposto devido pela transmissão, pode o arrematante exigir que lhe seja passado título de arrematação, no qual se identifiquem os bens, se certifique o pagamento do preço e dos impostos e se declare a data da trans-missão, que coincidirá com a da praça em que os bens tenham sido adjudicados.

3. O imposto devido pela transmissão é sempre pago por inteiro pelo adquirente.

DIVISÃO IV

DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 780.º

Dispensa de depósito aos credores, cancelamento dos registos e anulação da venda

1. O exequente que adquira bens pela execução é dispensado de depositar a parte do preço que não seja necessária para pagar a credores graduados antes dele e não exceda a importância que tem direito a receber; igual dispensa é concedida ao credor com garantia

2. Kuandu arrematasaun halo iha tribunál nia edifísiu no tezouraria loke hela tenke depozita iha ne'ebá importánsia ne'e, saukati deit; kuandu halo iha liur ka tezouraria taka tiha ona, tenke entrega ba funsionáriu ne'ebé hakerek akta. Tezoureiru no funsionáriu ne'e iha obrigasaun atu depozita importánsia ne'e iha instituisaun ba kréditu, iha kedas loron ne'e ka iha loron util seginte.

3. Kuandu depozita deit presu nia baluk, arrematante tenke depozita presu restante ne'e diretamente iha instituisaun ba kréditu, iha loron sanulu resin-lima nia laran; selae, bein tenke ba fali prasa, atu arremata ho kuantia naran ida, no nia tenke hetan responsabilidade ba presu nia diferensa no despeza ne'ebé nia komportamentu hamosu. Prasa foun ne'e tenke anunsia tuir artigu 776.º, n.º 2, nia dispozisaun.

4. Sekretaria sei likida arrematante nia responsabilidade, ne'ebé sei ezekuta iha prosesu ne'e nia laran, tuir Ministériu Públiku ka interesadu ruma nia rekerimentu; tenke autua sertidaun kona-ba sitasaun no tuir termus seginte iha apensu.

5. Arrematante remisua la bele halo lansu iha prasa foun ne'e; maibé, kuandu nia depozita presu restante, too momentu atu loke prasa ne'e, arrematasaun maka moris nafatin no prasa ne'e lakon efeitu.

6. Preferente ne'ebé hakarak ezerse nia direitu tenke depozita kedas presu tomak no mos despeza provavel iha arrematasaun ne'e.

Artigu 779.º **Arrematasaun nia título**

1. Kuandu arrematante selu ka depozita hotu ona presu tomak maka bele entrega bein arrematadu ba nia.

2. Depozita tiha presu ne'e no selu tiha impostu devidu tanba tranzmisaun ne'e, arrematante bele ezije tribunál atu pasa título kona-ba arrematasaun ne'e; iha título ne'e tenke identifika bein arrematadu, sertifika katak nia selu tiha ona presu no impostu devidu no deklarara data iha ne'ebé halo tranzmisaun ne'e; data kona-ba tranzmisaun maka data iha ne'ebé halo prasa iha ne'ebé bein arrematadu adjudika ba nia.

3. Adkirente maka selu impostu kona-ba tranzmisaun ne'e.

DIVIZAUN IV **DIPOZISAUM KOMÚM**

Artigu 780.º **Dispensa ba kredór atu halo depózi, rejistu nia** **kanselamentu no venda nia anulasaun**

1. Exekute ne'ebé adkire bein iha ezekusaun lalika depozita presu baluk ne'ebé la presiza atu selu kredór sira-ne'ebé iha gradusaun hela iha nia oin no la liu valór ne'ebé nia iha direitu atu simu; kredór

sobre os bens que adquirir.

2. Não estando ainda graduados os créditos, o exequente não é obrigado a depositar mais que a parte excedente à quantia exequenda e o credor só é obrigado a depositar o excedente ao montante do crédito que tiver reclamado sobre os bens adquiridos: neste caso, se os bens adquiridos forem imóveis, ficam hipotecadas à parte do preço não depositada, consignando-se a garantia no auto de transmissão, que não pode ser registada sem ele; se forem de outra natureza, não são entregues ao adquirente sem que este preste caução correspondente ao seu valor.

3. Quando, por efeito da graduação de créditos, o adquirente não tenha direito à quantia que deixou de depositar ou a parte dela, é notificado para fazer o respectivo depósito dentro de oito dias, sob pena de ser executado nos termos do artigo 778.º, começando a execução pelos próprios bens adquiridos ou pela caução.

4. Após o pagamento do preço e do imposto devido pela transmissão, o juiz ordena o cancelamento dos registos dos direitos reais que caducam nos termos da lei civil caso não sejam de cancelamento oficioso pela conservatória.

5. A venda é anulável nos termos gerais da lei civil a requerimento do executado, sendo o comprador indemnizado pelos prejuízos sofridos.

SECÇÃO VI REMIÇÃO

Artigo 781.º

Exercício do direito de remição

1. Ao cônjuge que não esteja separado judicialmente de pessoas e bens e aos descendentes ou ascendentes do executado é reconhecido o direito de remir todos os bens adjudicados ou vendidos, ou parte deles, pelo preço por que tiver sido feita a adjudicação ou a venda.

2. O preço há-de ser depositado no momento da remição.

3. O direito de remição pode ser exercido:

a) No caso de venda judicial, até ser proferido despacho de adjudicação dos bens ao proponente;

b) Na venda extrajudicial, até ao momento da entrega dos bens ou da assinatura do título que a documenta.

Artigo 782.º

Predomínio da remição sobre o direito de preferência

1. O direito de remição prevalece sobre o direito de preferência.

2. Se houver, porém, vários preferentes e se abrir licitação entre eles, a remição tem de ser feita pelo preço correspondente ao lance mais elevado.

- ho garantia iha bein ne'ebé nia adkire mos iha dispensa²⁰¹ hanesan.
2. Kuandu seidak halo graduasaun ba kréditu, ezekute tenke depozita deit baluk ne'ebé liu kuantia ezekuenda no kredór tenke depozita deit baluk ne'ebé liu kréditu ne'ebé nia reklama tiha ona hosi bein adkiridu. Iha kazu ne'e, kuandu bein adkiridu ne'e imovel ruma, imovel ne'e sei lori ipoteka kona-ba presu baluk ne'ebé adkirente la depozita, garantia ne'e tenke hakerek iha autu ba tranzmisaun no tranzmisaun ne'e la bele rejista sein autu ba tranzmisaun ne'e; kuandu bein ne'e iha natureza seluk, adkirente tenke presta kausaun kona-ba bein ne'e nia valór, atu entrega bein ne'e ba nia.
 3. Kuandu, ho graduasaun ba kréditu, adkirente la iha direitu ba kuantia ne'ebé nia seidak depozita, tribunál tenke notifika nia atu halo depózitu ne'e iha loron ualu nia laran, selae bele hasoru ezekusaun tuir artigu 778.º nia dispozisaun, hahú hosi bein adkiridu ka hosi kausaun.
 4. Selu tiha presu no impostu devidu tan tranzmisaun ne'e, juíz sei haruka kansela tiha rejistu kona-ba direitu réal ne'ebé kaduka tuir lei sivíl no konservatória la tenke kansela ofisiozamente.
 5. Tuir ezekutadu nia rekerimentu, tribunál bele anula venda, tuir lei sivíl nia dispozisaun, no fiksa indemnizasaun ba kompradór tan prejuizu ne'ebé nia hetan.

SEKSAUN V REMISAUN

Artigu 781.º Direitu ba remisaun nia ezersísiu

1. Ezekutadu nia kónjuje la separadu judisialmente iha pesoa no bein, dexendente no axendente iha direitu atu halo remisaun ba bein adjudikadu ka vendidu, hotu-hotu ka balu, ho presu ne'ebé fiksa tiha ona iha adjudikasaun ka venda.
2. Presu ne'e tenke depozita kedas iha momentu ne'ebé halo remisaun.
3. Direitu ba remisaun bele ezerse:
 - a) Iha venda judisiál, too juíz profere despaxu ne'ebé adjudika bein ne'e ba proponente;
 - b) Iha venda extrajudisiál, too momentu ne'ebé entrega bein ka asina título ne'ebé dokumenta entrega ne'e.

Artigu 782.º Remisaun nia prevalénsia hasoru direitu ba preferénsia

1. Direitu ba remisaun prevalese hasoru direitu ba preferénsia.
2. Kuandu iha preferente barak ne'ebé tenke tama iha lisitasaun, remisaun nia presu maka lansu ida-ne'ebé aas liu.

Artigo 783.º

Ordem por que se defere o direito de remição

1. O direito de remição pertence em primeiro lugar ao cônjuge, em segundo lugar aos descendentes e em terceiro lugar aos ascendentes do executado.
2. Concorrendo à remição vários descendentes ou vários ascendentes, preferem os de grau mais próximo aos de grau mais remoto; em igualdade de grau, abre-se licitação entre os concorrentes e prefere-se o que oferecer maior preço.
3. Se o requerente da remição não puder fazer logo a prova do casamento, ou do parentesco, dar-se-lhe-á prazo razoável para a junção do respectivo documento.

SECÇÃO VI

EXTINÇÃO E ANULAÇÃO DA EXECUÇÃO

Artigo 784.º

Cessação da execução pelo pagamento voluntário

1. Em qualquer estado do processo pode o executado ou qualquer outra pessoa fazer cessar a execução, pagando as custas e dívida. Quem pretenda usar desta faculdade, solicita verbalmente na secretaria guias para o depósito da parte líquida ou já liquidada do crédito do exequente que não esteja solvida pelo produto da venda ou adjudicação de bens; feito o depósito, requererá ao juiz a liquidação de toda a responsabilidade do executado.
2. Apresentado o requerimento e comprovado o depósito, a execução é suspensa, ordenando-se a liquidação requerida.
3. Quando o requerente junte documento comprovativo de quitação, perdão ou renúncia por parte do exequente ou qualquer outro título extintivo, não há lugar ao depósito preliminar, ordenando-se logo a suspensão da execução e a liquidação da responsabilidade do executado.
4. O depósito preliminar pode ser requerido e efectuado no tribunal deprecado, se para a venda dos bens houver sido expedida carta precatória; neste caso, suspensa a venda, é aquela devolvida e o depósito transferido para o tribunal deprecante, onde se seguirão os termos subsequentes.

Artigo 785.º

Liquidação da responsabilidade do executado

1. Se o requerimento for feito antes da venda ou a adjudicação de bens, liquidar-se-ão unicamente as custas e o que faltar do crédito do exequente.
2. Se já tiverem sido vendidos ou adjudicados bens, a liquidação tem

Artigu 783.º
Orden iha direitu ba remisaun

1. Iha direitu atu halo remisaun, primeiru, ezeikutadu nia kónjuje, segundu, ezeikutadu nia dexendente, terseiru, ezeikutadu nia axendente.
2. Kuandu dexendente ka axendente barak konkorre ba remisaun, sira-ne'ebé iha grau besik liu ba ezeikutadu iha preferénsia hasoru sira-ne'ebé iha grau dook liu; sira iha grau hanesan karik, tenke loke lisitasaun ba sira no foo preferénsia ida-ne'ebé oferese presu boot liu.
3. Kuandu ema ne'ebé rekér remisaun la bele apresenta kedas prova kona-ba kazamentu ka parentesku, juíz tenke foo prazu razoavel ba nia atu hatama dokumentu respetivu.

SEKSAUN VI
EZEKUSAUN NIA EXTINSAUN NO ANULASAUN

Artigu 784.º
Ezekusaun nia sesasaun ho pagamentu voluntáriu

1. Ezeikutadu ka pesoa naran ida bele selu dívida ezeikuenda no kustas hodi halo ezeikusaun hotu iha momentu kualkér ida.
2. Ema ne'ebé hakarak uza fakuldade ne'e tenke husu verbalmente gia iha sekretaria hodi depozita ezeikuate nia kréditu líkidu ka likidadu tiha ona, ne'ebé seidak selu ho bein ne'ebé fa'an ka adjudika nia produtu; halo tiha depózipu ne'e, tenke rekér ba juíz atu haruka halo likidasaun kona-ba ezeikutadu nia responsabilidade.
3. Kuandu rekerente hatama dokumentu ne'ebé komprova kitasaun, perdaun ka renúnsia hosi ezeikuate ka título extintivu seluk, la presiza halo depózipu preliminar no juíz tenke haruka para ezeikusaun no likida ezeikutadu nia responsabilidade.
4. Interesadu bele rekér no halo depózipu preliminar iha tribunál deprekadu ne'ebé simu tiha ona karta prekatória atu halo venda ba bein peñoradu; iha kazu ne'e, tribunál deprekadu tenke suspende venda ne'e no haruka fila karta prekatória no transfere depózipu ne'e ba tribunál deprekante; iha tribunál deprekante sei tuir termus subsekuente.

Artigu 785.º
Likidasaun ba ezeikutadu nia responsabilidade

1. Kuandu rekerimentu tama molok halo venda ka adjudikasaun ba bein peñoradu, sei likida deit kustas no ezeikuate nia kréditu ne'ebé seidak selu.
2. Kuandu halo tiha ona venda ka adjudikasaun maka rekerimentu

de abranger também os créditos reclamados para serem pagos pelo produto desses bens, conforme a graduação e até onde o produto obtido chegar, salvo se o requerente exhibir título extintivo de algum deles, que então não é compreendido; se ainda não estiver feita a graduação dos créditos reclamados que tenham de ser liquidados, a execução prossegue somente para verificação e graduação desses créditos e só depois se faz a liquidação.

3. A liquidação compreende sempre as custas dos levantamentos a fazer pelos titulares dos créditos liquidados e é notificada ao exequente, aos credores interessados, ao executado e ao requerente, se for pessoa diversa.

4. O requerente depositará o saldo que for liquidado, sob pena de ser condenado nas custas a que deu causa e de a execução prosseguir, não podendo tornar a suspender-se sem prévio depósito da quantia já liquidada, depois de deduzido o produto das vendas ou adjudicações feitas posteriormente e depois de deduzidos os créditos cuja extinção se prove por documento. Feito este depósito, ordenar-se-á nova liquidação do acrescido, observando-se o preceituado nas disposições anteriores.

5. Se o pagamento for efectuado por terceiro, este só fica sub-rogado nos direitos do exequente mostrando que os adquiriu nos termos da lei substantiva.

Artigo 786.º **Extinção da execução**

1. A desistência do exequente extingue a execução, mas, se já tiverem sido vendidos ou adjudicados bens sobre cujo produto hajam sido graduados outros credores, a estes será paga a parte que lhes coube nesse produto.

2. Se estiver pendente oposição à execução, a desistência da instância depende da aceitação do opoente.

3. A execução extingue-se logo que se efectue o depósito da quantia liquidada, nos termos do artigo 783.º, ou depois de pagas as custas, tanto no caso do artigo anterior como quando se mostre satisfeita pelo pagamento coercivo a obrigação exequenda ou ainda quando ocorra outra causa de extinção da instância executiva.

4. A extinção é notificada ao executado, ao exequente e aos credores reclamantes.

Artigo 787.º **Anulação da execução por falta ou nulidade de citação do executado**

1. Se a execução correr à revelia do executado e este não tiver sido citado, quando o deva ser, ou houver fundamento para declarar nula a citação, pode o executado requerer a todo o tempo, no processo

tama, iha likidasaun tenke hatama mos kréditu reklamadu sira atu selu ho bein ne'e nia produdu, tuir graduasaun no no nu'udar produdu ne'e too, salvu kuandu rekerente hatudu títulu extintivu kona-ba kréditu ruma, ne'ebé, tanba ne'e, la tama iha likidasaun; kuandu seidak halo graduasaun ba kréditu reklamadu ne'ebé tenke likida, ezekusaun tenke kontinua hodi halo verifikasaun no graduasaun ba deit kréditu sira-ne'e, no, hotu tiha, maka sei halo likidasaun.

3. Iha likidasaun tenke hatama mos kustas kona-ba kréditu likidadu sira nia levantamentu; tenke notifika likidasaun ne'e ba ezekuate, kredór interesadu, ezekutadu no rekerente, kuandu laós ema ida deit.

4. Rekerente tenke depozita saldu likidadu ne'e, selae, nia hetan kondensasaun iha kustas ne'ebé nia hamosu no ezekusaun sei kontinua no la bele suspende fali kuandu nia la depozita kedas kuantia ne'ebé likida tiha ona, menus produdu ne'ebé sai tiha ona hosi venda ka adjudikasaun posteriór no menus kréditu ne'ebé dokumentu ruma prova katak extinge tiha ona. Halo tiha depózi ne'e, juíz sei haruka halo likidasaun foun ba baluk ne'ebé tama tan, nu'udar dispozisaun anteriór sira haruka.

5. Kuandu terseiru maka halo pagamentu, nia sai sub-rogadu²⁰² iha direitu ne'ebé ezekuate iha kuandu nia hatudu katak nia adkire direitu ne'e tuir lei substantiva.

Artigu 786.º **Ezekusaun nia extinsaun**

1. Ezekuate nia dezisténsia extinge ezekusaun, maibé, halo tiha ona venda ka adjudikasaun kona-ba bein ruma no juíz gradua tiha ona kredór seluk ba bein ne'e nia produdu karik, tenke selu kredór ne'e nia direitu baluk iha produdu ne'e.

2. Kuandu opozisaun ba ezekusaun lao daudaun, dezisténsia iha instánsia tenke hetan oponente nia aseitasaun atu prodúz efeito.

3. Ezekusaun extinge kedas kuandu depozita tiha ona kuantia likidada, tuir artigu 783.º nia dispozisaun, ka selu tiha ona kustas, iha kazu previstu iha artigu anteriór no mos kuandu iha prova katak obrigasaun ezekuenda hetan tiha ona pagamentu koersivu, no mos kuandu kauza seluk tan hamosu extinsaun ba instánsia ezekutiva.

4. Tenke notifika extinsaun ba ezekutadu, ezekuate, no kredór reklamante.

Artigu 787.º **Ezekusaun nia anulasaun tan sitasaun ba ezekutadu nia falta ka nulidade**

1. Kuandu ezekusaun lao hasoru ezekutadu revél no ezekutadu ne'e la hetan sitasaun, ne'ebé nia tenke hetan, ka iha fundamentu atu deklara sitasaun ne'e nula, ezekutadu bele rekér iha momentu naran

de execução, que esta seja anulada

2. Sustados todos os termos da execução, conhece-se logo da reclamação, e se for julgada procedente, anula-se tudo o que no processo se tenha praticado.

3. A reclamação pode ser feita mesmo depois de finda a execução se, porém, a partir da venda tiver decorrido já o tempo necessário para a usucapião, o executado ficará apenas com o direito de exigir do exequente, no caso de dolo ou de má fé desde, a indemnização do prejuízo sofrido, se esse direito não tiver prescrito entretanto.

Artigo 788.º

Renovação da execução extinta

1. A extinção da execução, quando o título tenha trato sucessivo, não obsta a que a acção executiva se renove no mesmo processo para pagamento de prestações que se vençam posteriormente.

2. Também o credor reclamante, cujo crédito esteja vencido e haja sido liminarmente admitido para ser pago pelo produto de bens penhorados que não chegaram entretanto a ser vendidos nem adjudicados, pode requerer, até ao trânsito da sentença que declare extinta a execução, o seu prosseguimento para efectiva verificação, graduação e pagamento do seu crédito.

3. O requerimento faz prosseguir a execução, mas somente quando os bens sobre que incida a garantia real invocada pelo requerente, que assumirá a posição de exequente.

4. Não se repetem as citações e aproveita-se tudo o que tiver sido processado relativamente aos bens em que prossegue a execução, mas os outros credores e o executado são notificados do requerimento.

SECÇÃO VIII RECURSOS

Artigo 789.º

Apelação e agravo

1. Cabe recurso de apelação, nos termos do n.º 2 do artigo 428.º, das decisões que tenham por objecto:

a) A liquidação não dependente de simples cálculos aritméticos;

b) A verificação e graduação dos créditos;

c) Oposição fundada nas alíneas g) ou h) do artigo 693.º ou na segunda parte do n.º 2 do artigo 694.º, ou constituindo defesa de mérito à execução de título que não seja sentença.

2. Das decisões não previstas no número anterior cabe agravo.

TÍTULO VI DOS PROCESSOS ESPECIAIS

ida, iha prosesu ezekutivu nia laran, ba juíz atu anula ezekusaun ne'e.
2. Para tiha ezekusaun nia termus hotu-hotu, tenke koñese kedas reklamasauñ ne'e; kuandu juíz julga reklamasauñ ne'e prosedente, tenke anula aktu hotu-hotu ne'ebé pratika tiha ona iha prosesu.
3. Reklamasauñ bele tama maske ezekusaun hotu tiha ona; maibé kuandu, hahú hosi venda, liu tiha ona tempu nesésáriu ba uzukapiaun, ezekutadu iha deit direitu atu ezije hosi ezekuate indemnizasaun tanba prejuizu sofridu tanba nia dolu ka ma-fé, no direitu ne'e seidak preskreve.

Artigu 788.º

Ezekusaun estinta nia renovasaun

1. Kuandu título ezekutiva iha tratu susesivu, ezekusaun nia extinsaun la taka-dalan ba ezekusaun atu renova fali, iha prosesu ida uluk nafatin, hodi selu prestasaun ne'ebé, liu tiha extinsaun ne'e, maka vense.
2. Kredór reklamante ne'ebé nia kréditu vense tiha ona no tribunál admite tiha ona liminarmente atu hetan pagamentu ho bein peñoradu, ne'ebé la too tama iha venda ka adjudikasaun, nia produtu, bele rekér, too sentensa ne'ebé deklara ezekusaun estinta hetan trázitu ein julgadu, atu ezekusaun kontinua hodi halo verifikasaun, graduasaun no pagamentu ba nia kréditu.
3. Rekerimentu ne'e halo ezekusaun kontinua, maibé ba deit bein ne'ebé foo garantia réal ne'ebé rekerente invoka; rekerente sei okupa fali pozisaun hanesan ezekuate.
4. La bele repete sitasaun no tenke aproveita prosesadu hotu-hotu kona-ba bein ne'ebé tama iha kontinuasaun ne'e, maibé tenke notífika rekerimentu ne'e ba kredór sira seluk no ezekutadu.

SEKSAUN VIII

REKURSU

Artigu 789.º

Apelasaun no agravu

1. Bele iha rekursu apelasaun, tuir artigu 428.º, n.º 2, hasoru desizaun kona-ba:
a) Likidasaun ne'ebé la bele halo ho deit kálkulu aritmétiku;
b) Verifikasaun no graduasaun ba kréditu;
c) Opozisaun ho baze iha artigu 693.º, alínea g) no h), ka iha artigu 694.º, n.º 2, parte segunda, ka opozisaun ne'ebé konstitui defeza kona-ba méritu ba ezekusaun ho baze iha título ne'ebé laós sentensa.
2. Bele iha rekursu agravu hasoru desizaun ne'ebé la tama iha número anteriór nia previzaun.

TÍTULO VI PROSESU ESPESÍAL SEKSAUNI

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 790.º Tipologia

Existem os seguintes processos especiais em matéria civil:

- a) Interdições e inabilitações;
- b) Reforma de autos, documentos e livros;
- c) Prestação de caução;
- d) Divórcio e separação de pessoas e bens;
- e) Prestação de alimentos;
- f) Revisão de sentenças estrangeiras;
- g) Inventário;
- h) Acção de indemnização contra magistrados;
- i) Outros que a lei expressamente venha a consagrar.

Artigo 791.º Constituição do tribunal

Salvo quando a lei expressamente dispuser de outra forma, o julgamento em processo especial é de competência do juiz singular, independentemente do valor.

Artigo 792.º Normas subsidiárias

Ao processo especial, nos casos não regulados especificamente na respectiva secção, aplicam-se, com as devidas adaptações, as disposições relativas ao processo comum de declaração.

SECÇÃO II DAS INTERDIÇÕES E INABILITAÇÕES

Artigo 793.º Petição inicial

Na petição inicial da acção que requeira a interdição ou inabilitação, deve o autor, depois de deduzida a sua legitimidade, mencionar os factos reveladores dos fundamentos invocados e do grau de incapacidade do interditando ou inabilitando e indicar as pessoas que, segundo os critérios da lei, devam compor o conselho de família e exercer a tutela ou curatela.

Artigo 794.º Publicidade da acção

DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 790.º Tipolojia

Kona-ba matéria sivil iha prosesu espesiál:

- a) Ba interdisaun no abilitasaun;
- b) Atu reforma autus, dokumentu no livru;
- c) Atu presta kausaun;
- d) Ba divórsiu no separasaun ba pesoa no bein;
- e) Atu presta alimentu;
- f) Atu halo revizaun ba sentensa estranjeira;
- g) Ba inventáriu;
- h) Ba indemnizasaun hasoru majistradu;
- i) Seluk tan ne'ebé hakerek hela iha lei.

Artigu 791.º Tribunál nia konstituisaun

Salvu kuandu lei hakerek kedas buat seluk, juíz ida deit maka halo julgamentu iha prosesu espesiál, la haree ba valór.

Artigu 792.º Norma subsidiária

Iha kazu ne'ebé la regula kedas iha seksaun respetiva, prosesu espesiál tenke tuir prosesu komún deklarativu nia dispozisaun, ho adaptaun devida.

SEKSAUN II INTERDISAUN NO ABILITASAUN

Artigu 793.º Petisaun inisiál

Iha aksaun ba interdisaun no abilitasaun, iha petisaun inisiál autór tenke dedúz nia lejitimidade, alega faktu ne'ebé serve hanesan fundamentu no hatudu interditandu ka inabilitandu nia inkapasidade too iha ne'ebé, no hatudu ema ne'ebé, tuir kritériu legál, tenke tama iha konsellu familiár no tenke ezerse tutela ka kuratela.

Artigu 794.º Publidade ba aksaun

Petisaun tama tiha, kuandu aksaun bele lao ba oin, juíz haruka

Apresentada a petição, se a acção estiver em condições de prosseguir, o juiz determina a afixação de editais no tribunal e na sede do suco da residência do requerido, com menção do nome deste e do objecto da acção, e publicar-se-á, com as mesmas indicações, anúncio num dos jornais mais lidos da área da residência do requerido.

Artigo 795.º
Citação

O requerido é citado para contestar, no prazo de trinta dias.

Artigo 796.º
Representação do requerido

1. Se a citação não puder efectuar-se, em virtude de o requerido se encontrar impossibilitado de a receber, ou se ele, apesar de regularmente citado, não tiver constituído mandatário no prazo de contestação, o juiz designa, como curador provisório, a pessoa a quem provavelmente competirá a tutela ou a curatela, que não seja o requerente, que será citada para contestar em representação do requerido: não o fazendo, aplica-se o disposto no artigo 20.º.

2. Se for constituído mandatário judicial pelo requerido ou pelo respectivo curador provisório, o Ministério Público, quando não seja o requerente, apenas terá intervenção acessória no processo.

Artigo 797.º
Tramitação

À contestação, quando a haja, seguir-se-á a tramitação do processo comum de declaração com as especialidades dos artigos seguintes.

Artigo 798.º
Prova preliminar

Quando se trate de acção de interdição, ou de inabilitação não fundada em mera prodigalidade, haja ou não contestação, proceder-se-á, findos os articulados, ao interrogatório do requerido e à realização do exame pericial.

Artigo 799.º
Interrogatório

O interrogatório tem por fim averiguar da existência e do grau de incapacidade do requerido e é feito pelo juiz, com a assistência do autor, dos representantes do requerido e do perito ou peritos nomeados, podendo qualquer dos presentes sugerir a formulação de certas perguntas.

afiksa editál iha tribunál no iha suku iha rekeridu nia rezidénsia nia sede no publika anúnsiu iha jornál ne'ebé ema barak iha área iha rekeridu nia rezidénsia le; iha editál no anúnsiu ne'e tenke hakerek rekeridu nia naran no aksaun nia objetu.

Artigu 795.º
Sitasaun

Tenke sita rekeridu atu kontesta aksaun iha loron tolunulu nia laran.

Artigu 796.º
Reprezentasaun ba rekeridu

1. Kuandu la bele halo sitasaun, tanba rekeridu la iha kondisaun atu simu, ka, hetan tiha sitasaun regulár, rekeridu la konstitui mandatáriu iha prazu ba kontestasaun, juíz nomeia rekeridu nia kuradór provizóriu ema ne'ebé provavelmente sei kaer funsaun hanesan tutór ka kuradór maibé laós rekerente; ema nomeadu ne'e sei hetan sitasaun atu kontesta aksaun hanesan rekeridu nia representante; la iha kontestasaun karik, sei aplika artigu 20.º nia dispozisaun.

2. Kuandu rekeridu ka nia kuradór provizóriu konstitui mandatáriu judisiál, Ministériu Públiku, laós rekerente karik, tama iha prosesu hanesan deit parte asesória.

Artigu 797.º
Tramitasaun

Tuir fali kontestasaun, kuandu iha, tenke aplika dispozisaun kona-ba prosesu komún deklarativu ho especialidade ne'ebé hakerek hela iha artigu sira tuirmai ne'e.

Artigu 798.º
Prova preliminar

Iha aksaun ba interdisaun ka inabilitasaun la bazeada iha prodigalidade, iha kontestasaun ka lae, liu tiha artikuladu, tenke halo interrogatóriu no ezame perisiál ba rekeridu.

Artigu 799.º
Interrogatóriu

Juíz sei halo interrogatóriu ba rekeridu atu hatene nia iha inkapasidade ka lae no inkapasidade ne'e too iha ne'ebé; autór, rekeridu nia representante no peritu nomeadu sira bele assiste interrogatóriu ne'e no bele sujere pergunta ba juíz atu halo ba rekeridu.

Artigu 800.º

Artigo 800.º
Exame pericial

1. Logo após o interrogatório procede-se, sempre que possível, ao exame do requerido; podendo formar imediatamente juízo seguro, as conclusões da perícia são ditadas para a acta, fixando-se, no caso contrário, prazo para a entrega do relatório.

2. Dentro do prazo marcado, pode continuar-se o exame no local apropriado e proceder-se às diligências que se mostrem necessárias.

3. Quando se pronuncie pela necessidade da interdição ou da inabilitação, o relatório pericial deve precisar, sempre que possível, a espécie de afecção de que sofre o requerido, a extensão da sua incapacidade, a data provável do começo desta e os meios de tratamento propostos.

4. Não é admitido segundo exame nesta fase do processo, mas quando os peritos não chegarem a uma conclusão segura sobre a capacidade ou incapacidade do requerido, será ouvido o requerente, que pode promover exame numa clínica da especialidade, pelo respectivo director, responsabilizando-se pelas despesas; para este efeito pode ser autorizado o internamento do requerido pelo tempo indispensável, nunca excedente a um mês.

Artigo 801.º
Termos posteriores ao interrogatório e exame

1. Se o interrogatório e exame do requerido fornecerem elementos suficientes e a acção não tiver sido contestada, pode o juiz decretar imediatamente a interdição ou inabilitação.

2. Nos restantes casos, seguir-se-ão os termos do processo comum, posteriores aos articulados, sendo o julgamento da competência do tribunal colectivo. Sendo ordenado na fase de instrução novo exame médico do requerido, aplicar-se-ão as disposições relativas ao primeiro exame.

Artigo 802.º
Providências provisórias

1. Em qualquer altura do processo, pode o juiz, oficiosamente ou a requerimento do autor ou do representante do requerido, proferir decisão provisória, nos próprios autos, nos termos previstos na legislação civil.

2. Da decisão que decreta a providência provisória cabe agravo que sobe imediatamente, em separado e sem efeito suspensivo.

Artigo 803.º
Conteúdo da sentença

Ezame perisiál

1. Halo tiha interrogatóriu, tenke halo kedas ezame ba rekeridu, kuandu bele; kuandu peritu bele foo kedas nia juizu ho seguransa, bele dita kedas ba akta konkluzaun kona-ba perisia ne'e; selae, juíz tenke fiksa prazu atu entrega relatóriu.
2. Iha prazu markadu ne'e bele continua ezame ne'e iha fatin apropiadu no halo dilijénsia nesesária.
3. Kuandu konkloi katak tenke iha duni interdisaun ka inabilitasaun, relatóriu perisiál tenke hatudu loos, kuandu bele, moras saida maka rekeridu sofre, inkapasidade ne'e too iha ne'ebé, data provavel hori bainhira inkapasidade ne'e hahú no meiu ne'ebé propoin atu halo tratamentu.
4. La bele iha ezame segundu iha prosesu nia faze ne'e; maibé, kuandu peritu sira la hetan konkluzaun segura kona-ba rekeridu nia kapasidade ka inkapasidade, tenke rona rekerente no rekerente bele promove atu diretór iha klínika espesializada ida halo ezame ba rekeridu no simu responsabilidade kona-ba despeza korrespondente; ba ida-ne'e juíz, bele autoriza atu halo internamentu ba rekeridu durante tempu ne'e ne'ebé presiza, la naruk liu fulan ida.

Artigu 801.º

Tuir fali interrogatóriu no ezame

1. Kuandu interrogatóriu no ezame ba rekeridu foo elementu natón no aksaun la hetan kontestasaun, juíz bele dekreta kedas interdisaun ka inabilitasaun.
2. Kazu kontráriu, tenke tuir prosesu komún nia termus ne'ebé tuir fali artikuladu, no tribunál kolektivu maka iha kompeténsia ba julgamentu. Kuandu iha faze ba instrusaun sei haruka halo fali ezame ba rekeridu, tenke aplika dispozisaun kona-ba primeiru ezame.

Artigu 802.º

Providénsia provizória

1. Iha prosesu nia altura naran ida, juíz bele foo desizaun provizória, iha autus rasik, nu'udar lejislasaun sivil nia previzaun, ofisiozamente ka tuir rekerimentu ne'ebé autór ka rekeridu nia representante hatoo.
2. Desizaun ne'ebé dekreta providénsia provizória bele hasoru rekursu agravu, ne'ebé sae kedas, ketak no ho efeito devolutivu.

Artigu 803.º

Sentensa nia konteúdu

1. Sentensa sei dekreta, definitiva ka provizoriamente, interdisaun ka

1. A sentença que decretar, definitiva ou provisoriamente, a interdição ou a inabilitação, consoante o grau de incapacidade do requerido e independentemente de se ter pedido uma ou outra, fixará, sempre que seja possível, a data do começo da incapacidade e confirmará ou designará o tutor e o protutor ou o curador quando necessário, o subcurador, convocando o conselho de família, quando deva ser ouvido.

2. No caso de inabilitação, a sentença especificará os actos que devem ser autorizados ou praticados pelo curador.

3. Se a interdição ou inabilitação for decretada em apelação, a nomeação do tutor e protutor ou do curador e subcurador faz-se na primeira instância, quando baixe o processo.

4. Na decisão da matéria de facto, deve o juiz officiosamente tomar em consideração todos os factos provados, mesmo que não alegados pelas partes.

Artigo 804.º **Recurso de apelação**

1. Da sentença de interdição ou inabilitação definitiva pode recorrer o representante do requerido; pode também recorrer o requerente, se ficar vencido quanto à extensão e limites da incapacidade.

2. A apelação tem efeito meramente devolutivo; subsiste, porém, nos termos estabelecidos, a representação processual do interdito ou inabilitado, podendo o tutor ou curador nomeado intervir também no recurso.

Artigo 805.º **Efeitos do trânsito em julgado da decisão**

1. Passada em julgado a decisão final, observar-se-á o seguinte:

a) Se tiver sido decretada a interdição, ou a inabilitação em que a administração do património do inabilitado tenha sido entregue pelo tribunal, no todo ou em parte, a curador, serão relacionados no próprio processo os bens do interdito ou do inabilitado;

b) Se não tiver sido decretada a interdição nem a inabilitação, será dado conhecimento do facto por editais afixados nos mesmos locais e por anúncio publicado no mesmo jornal em que tenha sido dada publicidade à instauração da acção.

2. O tutor ou curador pode requerer, após o trânsito da sentença, a anulação, nos termos da lei civil, dos actos praticados pelo requerido a partir da publicação do anúncio referido no artigo 794.º; atuado por apenso o requerimento, serão citadas as pessoas directamente interessadas e seguir-se-ão os termos do processo comum.

Artigo 806.º **Seguimento da acção mesmo depois da morte do requerido**

inabilitasaun konforme rekeridu nia inkapasidade too ida-ne'ebé, no la haree ba pedidu monu ba interdisaun ka ba inabilitasaun; sentensa ne'e tenke fiksa, kuandu bele, data hori bainhira inkapasidade ne'e hahú no konfirma ka nomeia tutór no protutór ka kuradór, no, kuandu nesesáriu, subkuradór, no konvoka konsellu familiár, kuandu tenke rona konsellu ne'e.

2. Kuandu dekreta inabilitasaun, sentensa tenke espesifika aktu sira-ne'ebé kuradór tenke autoriza ka pratika.

3. Kuandu tribunál dekreta interdisaun ka inabilitasaun iha apelaun, tribunál iha primeira instánsia maka nomeia tutór no protutór ka kuradór no subkuradór, kuandu prosesu tun.

4. Iha desizaun kona-ba matéria-de-faktu juíz tenke konsidera, ofisiozamente, faktu provadu hotu-hotu, inkluzive sira-ne'ebé parte sira la alega.

Artigu 804.º **Rekursu apelaun**

1. Rekeridu nia representante bele rekorre hasoru desizaun ne'ebé dekreta interdisaun ka inabilitasaun definitiva; rekerente mos bele rekorre hasuru desizaun ne'e, kuandu hetan vensimentu kona-ba inkapasidade nia extensaun no limite.

2. Apelaun iha efeitu devolutivu; maibé, interditu ka inabilitadu nia representasaun sei kontinua nu'udar estabelese tiha ona; tutór no kuradór nomeadu bele tama mos iha rekursu ne'e.

Artigu 805.º **Desizaun tranzitada nia efeitu**

1. Kuandu desizaun finál hetan tiha ona tránzitu-ein-julgadu, tenke halo hanesan tuirmai ne'e:

a) Kuandu juíz dekreta inabilitasaun iha ne'ebé enkarrega mos kuradór atu administra inabilitadu nia bein, hotu-hotu ka balu, ka interdisaun, tenke relasiona iha autus rasik inabilitadu ka interditu nia bein;

b) Kuandu juíz la dekreta interdisaun ka inabilitasaun, tenke afiksa editál no publika anúnsiu, iha fatin ne'ebé afiksa ka publika tiha ona atu foo koñesimentu katak aksaun tama iha tribunál, hodi foo-hatene katak tribunál la dekreta interdisaun ka inabilitasaun ne'e.

2. Kuandu sentensa hetan ona tránzitu-ein-julgadu, tutór ka kuradór bele husu anulasaun, tuir lei sivíl, ba aktu ne'ebé rekeridu pratika tiha ona hahú iha anúnsiu referidu iha artigu 794.º nia publikasaun; autua tiha rekerimentu, iha apensu, tenke sita ema ne'ebé iha interese diretu no tuir prosesu komún nia termus.

Artigu 806.º **Aksaun nia kontinuasaun maske rekeridu mate ona**

1. Kuandu rekeridu mate iha prosesu nia laran, maibé liu tiha ona

1. Falecendo o requerido no decurso do processo, mas depois de feitos o interrogatório e o exame, pode o requerente pedir que a acção prossiga para o efeito de se verificar se existia e desde quando datava a incapacidade alegada.

2. Não se procede neste caso a habilitação dos herdeiros do falecido, prosseguindo a causa contra quem nela o representava.

Artigo 807.º

Levantamento da interdição ou inabilitação

1. O levantamento da interdição ou inabilitação será requerido por apenso ao processo em que ela foi decretada.

2. Autuado o respectivo requerimento, seguir-se-ão, com as necessárias adaptações, os termos previstos nos artigos anteriores, sendo notificado para deduzir oposição o Ministério Público, o autor na acção de interdição ou inabilitação e o representante que tiver sido nomeado ao interdito ou inabilitado.

3. A interdição pode ser substituída por inabilitação ou esta por aquela, quando a nova situação do incapaz o justifique.

SECÇÃO III

DA REFORMA DE AUTOS, DOCUMENTOS E LIVROS

Artigo 808.º

Petição para reforma de autos

1. Tendo sido destruído ou tendo desaparecido algum processo, pode qualquer das partes requerer a reforma, no tribunal da causa, declarando o estado em que esta se encontrava e mencionando, segundo a sua lembrança ou os elementos que possuir, todas as indicações susceptíveis de contribuir para a reconstituição do processo.

2. O requerimento é instruído com todas as cópias ou peças do processo destruído ou desencaminhado, de que o autor disponha, e com a prova do facto que determina a reforma, feita por declaração da pessoa em poder de quem se achavam os autos no momento da destruição ou extravio.

Artigo 809.º

Conferência de interessados

1. O juiz marcará dia para a conferência dos interessados, se, ouvida a secretaria julgar justificado o facto que motiva a reforma, e mandará citar as outras partes que intervinham no processo anterior para comparecer nesse dia e apresentarem todos os duplicados, contraféis, certidões, documentos e outros papéis relativos aos autos que se pretenda reformar.

interrogatóriu no ezame ba nia, rekerente bele husu ba tribunál atu kontinua aksaun hodi decide inkapasidade alegada ne'e iha duni no hahú hori bainhira.

2. Iha kazu ne'e la halo abilitasaun ba matebian nia erdeiru; aksaun kontinua deit hasoru ema ne'ebé representa daudaun nia.

Artigu 807.º

Levantamentu ba interdisaun ka inabilitasaun

1. Levantamentu ba interdisaun ka inabilitasaun tenke rekér iha apensu iha prosesu ne'ebé juíz dekreta interdisaun ka inabilitasaun ne'e.

2. Autua tiha rekerimentu ne'e, tenke tuir artigu anteriór sira nia dispozisaun no notifika Ministériu Públiku, aksaun ba interdisaun ka inabilitasaun nia autór no representante ne'ebé juíz nomeia ba interditu ka inabilitadu, atu dedúz opozisaun.

3. Kuandu inkapáz nia situasaun foun justifika, juíz bele tau inabilitasaun iha interdisaun nia fatin ka interdisaun iha inabilitasaun nia fatin.

SEKSAUN III

REOFRMA BA AUTUS, DOKUMENTU NO LIVRU

Artigu 808.º

Petisaun atu reforma autus

1. Kuandu autus ruma hetan destruisaun ka lakon, parte naran ida bele husu reforma ba autus ne'e, iha tribunál ne'ebé kauza lao; iha rekerimentu tenke deklara prosesu ne'e lao tiha ona too iha ne'ebé no refere mos indikasaun ne'ebé bele ajuda rekonstitui autus ne'e, nu'udar buat ne'ebé nia sei hanoin kona ka elementu ne'ebé nia iha.

2. Ho rekerimentu ne'e, autór tenke hatama autus dezenkamiñadu ka destruidu nia kópia ka pesa hotu-hotu ne'ebé nia iha no ema ne'ebé kaer ka rai autus ne'e kuandu destruisaun ka extraviu akontese nia deklarasaun, hodi justifika reforma ne'e.

Artigu 809.º

Konferénsia ho interesadu sira

1. Kuandu, rona tiha sekretaria, konsidera katak iha justifikasaun atu reforma autus, juíz sei marka loraun ba konferénsia ho interesadu sira no haruka sita parte sira-ne'ebé tama iha prosesu anteriór atu mosu iha loraun ne'e no apresenta duplikadu, kontrafé, sertidaun, dokumentu seluk tan kona-ba autus atu reforma ne'e.

2. Juíz maka prezide konferénsia ne'e; sekretaria tenke

2.A conferência é presidida pelo juiz e nela será também apresentado pela secretaria tudo o que houver arquivado ou registado com referência ao processo destruído ou extraviado. Do que ocorrer na conferência é lavrado auto, que especificará os termos em que as partes concordaram.

3.O auto supre o processo a reformar em tudo aquilo em que haja acordo não contrariado por documentos com força probatória plena.

Artigo 810.º

Termos do processo na falta de acordo

Se o processo não ficar inteiramente reconstituído por acordo das partes, qualquer dos citados pode, dentro de dez dias, contestar o pedido ou dizer o que se lhe oferecer sobre os termos da reforma em que haja dissidência, oferecendo logo todos os meios de prova.

Artigo 811.º

Sentença

Produzidas as provas, ouvidos os funcionários da secretaria, se for conveniente, e efectuadas a diligências necessárias, segue-se a sentença que fixará com precisão o estado em que se encontrava o processo, os termos reconstituídos em consequência do acordo ou em face das provas produzidas e os termos a reformar.

Artigo 812.º

Reforma dos articulados, das decisões e das provas

1.Se for necessário reformar os articulados, na falta de duplicados ou de outros documentos que os comprovem, as partes são admitidas a articular outra vez.

2.Tendo sido proferidas decisões que não seja possível reconstituir, o juiz decidirá de novo como entender.

3.Se a reforma abranger a produção de provas, serão estas produzidas, sendo possível, e, não o sendo, substituir-se-ão por outras.

Artigo 813.º

Aparecimento do processo original

Se aparecer o processo original, nele seguirão os termos subsequentes, apensando-lhe o processo da reforma, podendo apenas aproveitar-se deste processo a parte que se siga ao último termo lavrado no processo original

aprezenta iha konferénsia ne'e buat hotu-hotu ne'ebé arkiva ka rejista tiha ona kona-ba autus destruidu ka extraviadu ne'e. Iha akta kona-ba konferénsia ne'e tenke hakerek buat ne'ebé akontese iha konferénsia ne'e no hakerek pontu ida-idak ne'ebé parte parte sira konkorda.

3. Autu ne'e maka vale hanesan autus atu reforma ne'e, iha pontu hotu-hotu ne'ebé parte sira konkorda no dokumentu ho forsa probatória plena la kontraria.

Artigu 810.º

Prosesu nia termus kuandu la iha akordu

Kuandu autus la rekonstitui hotu kedas ho parte sira nia akordu, sitadu naran ida, iha loron sanulu nia laran, bele kontesta pedidu ne'e ka dehan buat ne'ebé nia hakarak kona-ba pontu sira-ne'ebé la iha akordu no ofere se kedas meiu atu halo prova.

Artigu 811.º

Sentensa

Prodúz tiha prova, rona tiha funsionáriu sira-ne'ebé servisu iha sekretaria no halo tiha diliénsia nesesária, juíz sei foo sentensa hodi fiksa, ho presizaun, prosesu ne'e too ona iha ne'ebé, parte ne'ebé maka rekonstitui ona ho akordu ka prova ne'ebé prodúz no parte ne'ebé maka tenke reforma.

Artigu 812.º

Reforma ba artikuladu, desizaun no prova

1. Kuandu tenke reforma artikuladu, tanba la iha duplikadu ka dokumentu seluk atu komprova artikuladu ne'e, tribunál tenke husik parte sira artikula fila-fali.

2. Kuandu la bele rekonstitui desizaun ne'ebé profere tiha ona, juíz tenke foo fali desizaun foun, nu'udar nia haree.

3. Kuandu tenke reforma mos prova ne'ebé prodúz tiha ona, tenke prodúz fila-fali prova sira-ne'e, kuandu bele, ka tau fali prova seluk iha sira nia fatin.

Artigu 813.º

Kuandu prosesu orijinál mosu

Kuandu autus orijinál mosu, prosesu nia termus subsekuente sira tenke lao iha autus ne'e; autus kona-ba reforma tenke apensa iha autus orijinál; sei aproveita deit autus ba reforma nia parte ne'ebé tuir fali termu ida-ne'ebé lavra ikus liu iha autus orijinál.

Artigu 814.º

Artigo 814.º
Responsabilidade pelas custas

Os autos são reformados à custa de quem tenha dado causa à destruição ou extravio.

Artigo 815.º
**Reforma de processo desencaminhado ou destruído no
Supremo Tribunal de Justiça**

1.Desencaminhado ou destruído algum processo no Supremo Tribunal de Justiça, a reforma é requerida ao Presidente daquele Tribunal, sendo aplicável ao caso o disposto nos artigos 808.º e 809.º Serve de relator o relator do processo desencaminhado ou destruído e, na sua falta, o que for designado em segunda distribuição.

2.Se não houver acordo das partes quanto à reconstituição total do processo, observar-se-á o seguinte:

a)Quando seja necessário reformar termos processados na primeira instância, os autos baixam ao tribunal em que tenha corrido o processo original, juntando-se o traslado, se o houver, e seguirão nesse tribunal os trâmites prescritos nos artigos 810.º a 813.º, notificando-se os citados para os efeitos do disposto no artigo 810.º; os termos processados no Supremo Tribunal de Justiça, que não possam ser reconstituídos, são reformados naquele tribunal, com intervenção, sempre que possível, dos mesmos juízes e funcionários que tenham intervindo no processo primitivo;

b)Quando a reforma for restrita a termos processados no Supremo Tribunal de Justiça, o processo segue nesse tribunal os trâmites estabelecidos nos artigos 810.º a 813.º, exercendo o relator as funções do juiz; os juízes adjuntos intervêm quando seja necessário substituir algum acórdão proferido no processo original.

Artigo 816.º
Reforma de documentos e livros

À reforma dos livros de conservatória e de títulos de obrigação ou crédito, são aplicáveis as normas anteriores devidamente adaptadas.

SECÇÃO IV
PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Artigo 817.º
Requerimento para a prestação provocada de caução

Responsabilidade ba kustus

Ema ne'ebé foo-fatin ba destruisaun ka extraviu maka tenke selu kustus kona-ba reforma ba autus ne'e.

Artigu 815.º

Reforma ba autus dezenkamiñadu ka destruidu iha Supremu Tribunál ba Justisa

1. Kuandu autus ruma lakon ka hetan destruisaun iha Supremu Tribunál ba Justisa, tenke rekér autus ne'e nia reforma ba Supremu Tribunál ba Justisa nia Prezidente no tuir artigu 808.º no 809.º nia dispozisaun. Relatór ba prosesu ba reforma ne'e maka juíz ida-ne'ebé uluk relatór iha prosesu destruidu ka extraviadu ne'e, ka, juíz ne'e la iha karik, juíz ne'ebé hetan nomeasaun iha distribuisaun segunda.

2. Kuandu parte sira la iha akordu kona-ba autus nia rekonstituisaun totál, tenke halo hanesan tuirmai ne'e:

a) Kuandu tenke reforma termus sira-ne'ebé prosesa tiha ona iha primeira instánsia, tenke haruka autus ba tribunál ne'ebé halao prosesu orijinal, hatama ho trazladu, kuandu iha, tuir artigu 810.º too 813.º sira nia dispozisaun, no notífika sira-ne'ebé simu tiha ona sitasaun ba artigu 810.º nia efeitu; termus sira-ne'ebé prosesa tiha ona iha Supremu Tribunál ba Justisa no la bele rekonstitui, tenke reforma iha tribunál ida-ne'ebá no, kuandu bele, ho juíz no funsióariu sira-ne'ebé tama iha prosesu primitivu;

b) Kuandu tenke halo reforma ba deit termus prosesadu iha Supremu Tribunál ba Justisa, prosesu tenke lao iha tribunál ida-ne'e tuir trámite ne'ebé artigu 810.º too 813.º estabese, no relatór maka halo funsaun ne'ebé juíz kaer; juíz adjuntu sira tama kuandu presiza sira nia intervensaun atu substitui akórdaun ruma ne'ebé profere tiha ona iha prosesu orijinal.

Artigu 816.º

Reforma ba dokumentu no livru

Reforma ba livru iha konservatória ka obrigasaun ka kréditu nia título tenke lao tuir norma anteriór sira nia dispozisaun, ho adaptasaun devida.

SEKSAUN IV KAUSAUN NIA PRESTASAUN

Artigu 817.º

Prestasaun provokada

Ema ne'ebé hakarak ezije ema ruma atu presta kausaun tenke hatudu

Aquele que pretenda exigir a prestação de caução indicará, além dos fundamentos da pretensão, o valor que deve ser caucionado, oferecendo logo as provas.

Artigo 818.º **Citação do requerido**

- 1.O requerido é citado para, no prazo de quinze dias, deduzir oposição ou oferecer caução idónea, devendo indicar logo as provas.
- 2.Na contestação pode o réu limitar-se a impugnar o valor da caução exigida pelo autor, se, porém, apenas impugnar este valor, deve especificar logo o modo como pretende prestar a caução, sob cominação de não ser admitida a impugnação.
- 3.Oferecendo-se caução por meio de hipoteca ou consignação de rendimentos, apresentar-se-á logo certidão do respectivo registo provisório e dos encargos inscritos sobre os bens e ainda a certidão do seu rendimento colectável, se o houver.

Artigo 819.º **Oposição do requerido**

- 1.Se o réu contestar a obrigação de prestar caução, ou se, não deduzindo oposição, a revelia for inoperante, o juiz, após realização das diligências probatórias necessárias, decide da procedência do pedido e fixa o valor da caução devida, aplicando-se o disposto no artigo 256.º.
- 2.Seguidamente, é o réu notificado para, em dez dias, oferecer caução idónea, seguindo-se com as necessárias adaptações, o disposto acerca do oferecimento da caução ou da devolução ao autor do direito de indicar o modo da sua prestação.
- 3.Se o réu tiver impugnado apenas o valor da caução, o autor impugnará na resposta a idoneidade da garantia oferecida nos termos do disposto no artigo seguinte; à decisão do juiz que fixe o valor da caução é aplicável o disposto nos números anteriores.

Artigo 820.º **Apreciação da idoneidade da caução**

- 1.Oferecida a caução ou indicado o modo de a prestar pode o autor em quinze dias, impugnar a idoneidade da garantia indicando logo as provas de que dispuser.
- 2.Na apreciação da idoneidade da garantia ter-se-á em conta a depreciação que os bens podem sofrer em consequência da venda forçada, bem como as despesas que esta pode acarretar.
- 3.Sendo impugnada a idoneidade da garantia oferecida, o juiz profere decisão após realização das diligências necessárias, aplicando-se o disposto no artigo 256.º; sendo a caução oferecida julgada idónea, é

fundamentu ba nia pretensaun ne'e no valór atu kausiona ne'e no oferese kedas prova.

Artigu 818.º **Sitasaun ba rekeridu**

1. Tenke sita rekeridu atu, iha loron sanulu resin-lima nia laran, dedúz opozisaun ka oferese kausaun idónea no hatudu kedas prova nesesária.
2. Iha kontestasaun reu bele impugna deit kausaun ezijida nia valór; maibé kuandu impugna deit kausaun nia valór, tenke hatudu kedas oinsá nia hakarak presta kausaun, selae, juíz la bele simu impugnasaun ne'e.
3. Kuandu oferese kausaun ho ipoteka ka konsignasaun ba rendimentu, rekeridu tenke apresenta kedas sertidaun kona-ba rejistu provizóriu respetivu no kona-ba enkargu inskritu ba bein ne'e no mos sertidaun kona-ba nia rendimentu koletavel, kuandu iha.

Artigu 819.º **Rekeridu nia opozisaun**

1. Kuandu reu kontesta obrigasaun atu presta kausaun, ka, la apresenta opozisaun karik, nia revelia²⁰³ ne'e inoperante²⁰⁴, juíz, halo tiha dilijénsia probatória nesesária, deside kona-ba pedidu nia prosedénsia no fiksa kausaun devida nia valór; sei aplika iha ne'e artigu 256.º nia dispozisaun.
2. Tuirmai, tenke notifika reu atu, iha loron sanulu nia laran, oferese kausaun idónea; sei aplika iha ne'e, ho adaptasaun nesesária, dispozisaun kona-ba kausaun nia oferesimentu ka dispozisaun ne'ebé entrega ba autór direitu atu hatudu oinsá tenke presta kausaun.
3. Kuandu reu impugna deit kausaun nia valór, iha resposta autór sei impugna garantia oferesida nia idoneidade, tuir artigu seguinte nia dispozisaun; número anteriór sira nia dispozisaun sei aplika mos ba juíz nia desizaun ne'ebé fiksa kausaun nia valór.

Artigu 820.º **Kausaun nia idoneidade**

1. Oferese tiha kausaun ka hatudu tiha modu atu presta kausaun ne'e, autór, iha loron sanulu resin lima nia laran, bele impugna garantia ne'e nia idoneidade no hatudu kedas prova ne'ebé nia iha.
2. Kuandu apresia garantia nia idoneidade tenke haree ba depresiasaun ne'ebé bein bele sofre tanba venda forsada no mos despeza ne'ebé tenke halo iha venda ne'e.
3. Kuandu autór impugna garantia oferesida nia idoneidade, tenke prodúz tiha prova molok juíz profere desizaun; sei aplika iha ne'e artigu 256.º nia dispozisaun; kuandu juíz julga kausaun oferesida

aplicável o disposto no artigo seguinte.

Artigo 821.º
Devolução ao requerente do direito de indicar o modo de prestação da caução

Se o réu não contestar, devendo a revelia considerar-se operante, nem oferecer caução idónea ou indicar como pretende prestá-la, devolve-se ao autor o direito de indicar o modo da sua prestação, de entre as modalidades previstas em convenção das partes ou na lei.

Artigo 822.º
Prestação da caução

Fixado o valor que deve ser caucionado e a espécie de caução, esta julgar-se-á prestada depois de efectuado o depósito ou entrega de bens, ou averbado como definitivo o registo da hipoteca ou consignação de rendimentos, ou após constituída a fiança.

Artigo 823.º
Falta de prestação da caução

1. Se o réu não prestar a caução fixada no prazo que lhe for assinado, pode o autor requerer a aplicação da sanção especialmente prevista na lei ou, na falta de disposição especial, requerer o registo de hipoteca ou outra cautela idónea.
2. Quando a garantia a constituir incida sobre coisas móveis ou direitos não susceptíveis de hipoteca, pode o credor requerer que se proceda à apreensão do respectivo objecto para entrega ao titular da garantia ou a um depositário, aplicando-se o preceituado quanto à realização da penhora e sendo a garantia considerada como penhor.
3. Se, porém, os bens que o autor pretende afectar excederem o necessário para suficiente garantia da obrigação, o juiz pode a requerimento do réu, depois de ouvido o autor e realizadas as diligências indispensáveis, reduzir a garantia aos seus justos limites.

Artigo 824.º
Prestação espontânea da caução

1. Sendo a caução oferecida por aquele que tem obrigação de a prestar, deve o autor indicar na petição inicial, além do motivo por que a oferece e do valor a caucionar, o modo por que a quer prestar.
2. A pessoa a favor de quem deve ser prestada a caução é citada para, no prazo de quinze dias, impugnar o valor ou a idoneidade da garantia.

idónea, sei aplika artigu seginte nia dispozisaun.

Artigu 821.º

Direitu atu indika oinsá presta kausaun nia devolusaun

Kuandu reu la kontesta, iha situasaun ne'ebé revelia tenke konsidera operante, no la oferese kausaun idónea ka la hatudu oinsá nia hakarak presta kausaun ne'e, sei entrega ba autór direitu atu hatudu, hosi modalidade sira-ne'ebé parte sira nia konvensaun ka lei prevé, kausaun sei presta tuir modalidade ida-ne'ebé.

Artigu 822.º

Kausaun nia prestasaun

Fiksa tiha valór atu kausiona no kausaun nia espésie, juíz julga kausaun ne'e prestada, kuandu halo tiha ona depóziitu ka entrega tiha bein, kuandu averba tiha ona hanesan definitivu ipoteka ka konsignasaun ba rendimentu nia rejistu, ka kuandu konstitui tiha ona fianza.

Artigu 823.º

Kuandu la presta kausaun

1. Kuandu reu la presta kausaun fiksada iha prazu ne'ebé foo ba nia, autór bele rekér atu aplika sansaun ne'ebé lei prevé espesialmente ka, la iha dispozisaun espesiál karik, rekér ipoteka ka kautela idónea seluk nia rejistu.
2. Kuandu garantia atu konstitui ne'e monu ba koiza movel ka ba direitu ne'ebé la bele ipoteka, kredór bele husu atu apreende garantia nia objetu no entrega ba garantia nia titulár ka ba depozitáriu ida; iha ne'e sei aplika dispozisaun kona-ba peñora no garantia ne'e sei konsidera hanesan peñór.
3. Kuandu bein ne'ebé hakarak afeta boot liu tiha buat ne'ebé nesesáriu atu garante obrigasaun, tuir reu nia rekerimentu, juíz, rona tiha autór no halo tiha dilijénsia indispensavel, bele redúz garantia ne'e ba nia limite justu.

Artigu 824.º

Kausaun nia prestasaun espontánea

1. Kuandu ema ne'ebé iha obrigasaun atu presta kausaun maka oferese kausaun ne'e, iha petisaun inisiál autór tenke hatudu tansá maka oferese kausaun ne'e, valór atu kausiona ne'e, no mos modu atu presta kausaun ne'e.
2. Tenke sita ema ne'ebé prestasaun ne'e atu favorese para, iha loron sanulu resin-lima nia laran, impugna garantia ne'e nia valór ka idoneidade.

3. Se o citado não deduzir oposição, devendo a revelia considerar-se operante, é logo julgada idónea a caução oferecida; no caso contrário, aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 819.º e 820.º.

4. Quando a caução for oferecida em substituição da hipoteca legal, o devedor, além de indicar o valor dela e o modo de a prestar, formulará e justificará na petição inicial o pedido de substituição e o credor será citado para impugnar também este pedido, observando-se, quanto à impugnação dele, o disposto no número anterior relativamente à impugnação do valor e da idoneidade da caução.

Artigo 825.º

Caução a favor de incapazes

O disposto nos artigos antecedentes é aplicável à caução que deva ser prestada pelos representantes de incapazes ou ausentes, quanto aos bens arrolados ou inventariados, com as seguintes modificações:

- a) A caução é prestada por dependência do processo em que for pedido arrolamento ou partilha;
- b) Se o representante do incapaz ou ausente não indicar a caução que oferece, observar-se-á o disposto para o caso de esse representante não querer ou não poder prestar a caução;
- c) As atribuições do juiz relativas à fixação do valor, à apreciação da idoneidade da caução e à designação das diligências necessárias são exercidas pelo conselho de família quando a este pertença conhecer da caução.

Artigo 826.º

Caução como incidente

O disposto nos artigos anteriores é também aplicável quando numa causa pendente haja fundamento para uma das partes prestar caução a favor da outra, mas a requerida é notificada, em vez de ser citada, e o incidente é processado por apenso.

SECÇÃO V

DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO DE PESSOAS

Artigo 827.º

Petição inicial

1. A petição inicial, sempre que possível, é acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Certidão de casamento;
- b) Certidão de nascimento dos filhos do casal;
- c) Acordo sobre o destino da casa de morada de família;
- d) Arrolamento dos bens móveis propriedade de ambos;

3. Kuandu sitadu la dedúz opozisaun, iha situaun ne'ebé revelia tenke konsidera operante, juíz tenke julga keda kausaun oferida ne'e idónea; iha kazu kontráriu, tenke aplika artigu 819.º no 820.º nia dispozisaun, ho adaptaun nesesária.

4. Kuandu ofere kausaun iha ipoteca legál nia fatin, iha petisaun inisiál devedór tenke hatudu kausaun ne'e nia valór no modu atu presta kausaun ne'e no formula no justifika pedidu ba substituisaun ne'e; tribunál tenke sita kredór atu impugna pedidu ne'e; kona-ba impugnasaun, tenke tuir númeru anteriór nia dispozisaun ba kausaun nia valór no idoneidade.

Artigu 825.º

Kausaun atu favorese inkapáz

Artigu anteriór sira sei aplika mos ba kausaun ne'ebé inkapáz ka auzente nia representante tenke presta, kona-ba bein arroladu ka inventariadu, ho modifikaun sira tuirmai ne'e:

- a) Kausaun tenke presta ho dependénsia hosi prosesu iha ne'ebé husu arrolamentu ka partilla ne'e;
- b) Kuandu inkapáz ka auzente nia representante la hatudu kausaun ne'ebé maka nia ofere, tenke tuir dispozisaun ne'ebé aplika kuandu representante ne'e lakohi ka la bele presta kausaun;
- c) Konsellu familiár maka kaer juíz nia atribuisaun atu fiksa kausaun nia valór, atu apresia kausaun nia idoneidade no atu dezipna dilijénsia nesesária, kuandu konsellu ne'e maka tenke koñese kausaun ne'e.

Artigu 826.º

Kausaun hanesan insidente

Artigu anteriór sira nia dispozisaun aplika mos kuandu, iha kauza ne'ebé lao daudaun, iha fundamenta para parte ida atu presta kausaun hodi favorese parte ida seluk; maibé parte rekerida tenke hetan notifikasaun iha sitasaun nia fatin, no insidente ne'e tenke prosesa iha apensu.

SEKSAUN V

DIVÓRSIU NO SEPARASAUN BA PESOA

Artigu 827.º

Petisaun inisiál

1. Petisaun inisiál, kuandu bele, tenke mai ho dokumentu sira-ne'e:
 - a) Sertidaun ba kazamentu ;
 - b) Sertidaun ba kazál nia oan nia naximentu;
 - c) Akordu kona-ba kaza de morada de família;
 - d) Arrolamentu kona-ba bein movel ne'ebé tama iha kazál nia propriedade;

- e) Identificação de todos os bens imóveis propriedade comum do casal;
 - f) Acordo relativo à partilha dos bens comuns;
 - g) Acordo relativo a alimentos para algum dos cônjuges ou para os filhos;
 - h) No caso de filhos menores acordo relativo ao exercício do poder paternal.
2. Recebida a petição, que deve conter obrigatoriamente os fundamentos do divórcio, ou o acordo quanto ao pedido, esta é apresentada ao juiz que designará dia e hora para conferência entre os cônjuges.

Artigo 828.º **Conferência**

1. Na conferência o juiz, estando presentes ambas as partes e não sendo possível a sua conciliação, tentará obter o acordo para que o divórcio ou separação judicial de pessoas e bens ocorra por mútuo consentimento, caso não exista já ou não seja ainda total.
2. O divórcio ou separação será decretado por mútuo consentimento desde que as partes acordem nas matérias relativas ao:
- a) Exercício do poder paternal e alimentos aos filhos;
 - b) Partilha dos bens comuns do casal;
3. Obtido o acordo referido no número anterior fica logo designada data para a conferência definitiva que não poderá ocorrer antes de decorridos noventa dias.
4. Não tendo sido obtida a conciliação das partes nem o acordo anteriormente referido é imediatamente citado o cônjuge réu para, querendo contestar a petição inicial nos termos e prazos do processo comum, prosseguindo-se o processo de divórcio ou separação como litigioso nos termos do que dispõe o artigo 830.º.

Artigo 829.º **Conferência definitiva**

1. Não tendo entretanto ocorrido a reconciliação e mantendo os cônjuges os acordos referidos no artigo anterior para divórcio ou para a separação judicial de pessoas e bens por mútuo consentimento, serão estes decretados.
2. A decisão é comunicada à Conservatória do Registo Civil para averbamento oficioso.

Artigo 830.º **Processo comum de declaração**

1. Em tudo o que se não encontra regulado na presente secção seguem-se as disposições relativas ao processo comum de declaração com as devidas adaptações.

- e) Identifikasaun kona-ba imovel ne'ebé tama iha kazál nia propriedade;
 - f) Akordu atu halo partilla ba bein komún;
 - g) Akordu kona-ba alimentu ba kónjuje ruma ka ba sira nia oan;
 - h) Akordu kona-ba oinsá sira ezerse podér paternál ba sira nia oan kiik, kuandu iha.
2. Simu tiha petisaun, iha ne'ebé tenke hakerek fundamentu ba divórsiu ka akordu kona-ba pedidu ba divórsiu, sekretaria tenke aprezena petisaun ne'e ba juíz no juíz tenke marka data ho oras atu halo konferénsia ho kónjuje sira.

Artigu 828.º **Konferénsia**

1. Iha konferénsia, kuandu kónjuje rua ne'e mai hotu no la bele konsilia sira, juíz buka sira nia akordu atu halo divórsiu ka separasaun ba pesoa no bein ho mutu konsentimentu, kuandu seidak iha ka seidak totál.
2. Juíz sei dekreta divórsiu ka separasaun ho mutu konsentimentu, sarak parte sira halo tiha ona akordu kona-ba
 - a) Podér paternál nia ezersísiu no alimentu ba sira nia oan;
 - b) Partilla ba kazál nia bein komún.
3. Simu tiha akordu referidu iha número anteriór, sei marka lora ba konferénsia definitiva, ne'ebé, liu tiha ona lora sianulu maka bele halo.
4. Kuandu la bele konsilia parte sira no hetan akordu referidu iha número anteriór, tenke sita keda kónjuje reu atu, hakarak karik, kontesta petisaun inisiál tuir termus no iha prazu iha prosesu komún; prosesu ba divórsiu no separasaun hanesan litijiozu tuir artigu 830.o nia dispozisaun.

Artigu 829.º **Konferénsia definitiva**

1. Kuandu la bele konsilia kónjuje sira maibé sira sei kaer nafatin akordu sira referidu iha artigu anteriór atu halo divórsiu ka separasaun ba pesoa no bein ho mutu konsentimentu, juíz sei dekreta divórsiu ka separasaun ne'e.
2. Tenke komunika desizaun ne'e ba Konservatória ba Rejistu Sivil, atu halo averbamentu ofisiozu.

Artigu 830.º **Prosesu komún deklarativu**

1. Termus hotu-hotu ne'ebé seksaun ida-ne'e la regula tenke tuir dispozisaun kona-ba prosesu komún deklarativu, ho adaptasaun devida.
2. Tribunál kolektivu maka iha kompeténsia atu halo audiénsia ba

2.Na audiência de discussão e julgamento relativa a divórcio ou separação litigiosos intervém o tribunal colectivo, excepto nos casos em que o réu não contestar.

SECÇÃO VI DA PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS

Artigo 831.º Petição inicial

1.A petição a requerer a prestação de alimentos deve ser acompanhada de certidões comprovativas do casamento, do grau de parentesco ou afinidade existente entre o peticionante e o requerido e das provas pertinentes, nomeadamente o rol de testemunhas.

2.Os fundamentos da acção para prestação de alimentos e da obrigação a prestá-los, segundo a lei civil, têm de ser devidamente enunciados de forma a demonstrar capazmente a sua existência e concretizar a sua medida.

3.As certidões referidas no n.º 1 podem ser requisitadas oficiosamente pelo tribunal à entidade competente para a sua emissão e gratuitamente emitidas.

Artigo 832.º Conferência

1.O juiz designará o dia para uma conferência, que se realizará nos vinte dias imediatos.

2.O requerido é citado para a conferência, devendo a ela assistir pessoalmente bem como o autor que, para o efeito, é notificado.

Artigo 833.º Contestação e termos posteriores

1.Se a conferência não se puder realizar ou nela não se chegar a acordo, será imediatamente ordenada a notificação do requerido para contestar e, na contestação, indicar os meios de prova.

2.Apresentada a contestação ou decorrido o prazo para a sua apresentação o tribunal oficiosamente procede às diligências necessárias e ordena inquérito social relativamente aos meios do requerido e às necessidades do requerente.

3.Não tendo havido contestação, o tribunal profere a sentença imediatamente, caso contrário designa dia para julgamento.

Artigo 834.º Recurso

Da decisão final cabe apelação e todos os agravos interpostos no

diskusaun no julgamentu kona-ba divórsiu ka separasaun litijiozu, exetu kuandu reu la kontesta aksaun.

SEKSAUN VI PROSESU ATU PRESTA ALIMENTU

Artigu 831.º Petisaun inisiál

1. Petisaun atu husu prestasaun ba alimentu tenke hatama ho sertidaun atu komprova kazamentu, grau kona-ba parentesku ka afinidade entre rekerente no rekeridu, no mos prova respetiva, nomeadamente testemuña sira nia rol.
2. Tenke alega faktu hodi fundamenta aksaun ne'e no obligasaun, tur lei sivíl, atu presta alimentu no alimentu ne'e nia medida.
3. Tribunál bele rekizita ofisiozamente hosi entidade kompetente sertidaun referida iha no. 1; sertidaun sira-ne'e tenke emite saukati deit.

Artigu 832.º Konferénsia

1. Juíz sei marka loron ba konferénsia, iha loron ruanulu nia laran.
2. Tenke sita rekeridu no notifika autór atu mai rasik konferénsia ne'e.

Artigu 833.º Kontestasaun no termu posteriór

1. Kuandu la bele halo konferénsia ka iha konferénsia ne'e parte sira la hetan akordu, tenke notifika kedas rekeridu atu kontesta no hatudu kedas prova ho kontestasaun ne'e.
2. Simu tiha kontestasaun ka liu tiha prazu atu hatama kontestasaun, tribunál ofisiozamente halo dilijénsia nesesária no haruka halo inkéritu sosiál kona-ba rekeridu nia meu no rekerente nia nesesidade.
3. Tribunál sei profere kedas sentensa, kuandu la iha kontestasaun, ka marka loron ba julgamentu, kuandu iha kontestasaun.

Artigu 834.º Rekursu

Bele hatama rekursu apelasau hasoru desizaun finál; rekursu agravu ne'ebé tama iha prosesu ne'e sei sae ho rekursu finál no iha efeitu

decurso do processo, com efeito meramente devolutivo, sobem com o recurso da decisão final.

Artigo 835.º
Alimentos provisórios

Na conferência a que se refere o artigo 832.º o juiz, não havendo acordo, fixa sempre uma pensão alimentar provisória que não vincula o tribunal na decisão final.

Artigo 836.º
Carácter de urgência

1. Quando o requerente for ou representar um menor o processo tem carácter de urgência sendo os prazos normais reduzidos a metade.
2. É correspondentemente aplicável o disposto no número anterior ao processo de execução para prestação de alimentos.

Artigo 837.º
Processo comum de declaração

Aplicam-se, subsidiariamente e com as devidas adaptações, as normas do processo comum de declaração.

SECÇÃO VII
DA REVISÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS

Artigo 838.º
Necessidade da revisão

1. Sem prejuízo do que se ache estabelecido em tratados, convenções e leis especiais, nenhuma decisão sobre direitos privados, proferida por tribunal estrangeiro ou por árbitros no estrangeiro, tem eficácia em Timor-Leste, seja qual for a nacionalidade das partes, sem estar revista e confirmada.
2. Não é necessária a revisão quando a decisão seja invocada em processo pendente nos tribunais timorenses, como simples meio de prova sujeito à apreciação de quem haja de julgar a causa.

Artigo 839.º
Tribunal competente

Para a revisão e confirmação é competente o Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 840.º
Requisitos necessários para a confirmação

devolutivu.

Artigu 835.º
Alimentu provizóriu

Iha konferénsia referida iha artigu 832.o, kuandu la iha akordu, juíz tenke fiksa pensaun alimentár provizória; maibé desizaun ne'e la vinkula tribunál iha desizaun finál.

Artigu 836.º
Urgénsia

1. Kuandu rekerente ema menór ka reprezenta ema menór, prosesu tenke lao ho urgénsia no prazu hotu-hotu iha prosesu nia laran tenke tun ba metade.
2. Númeru anteriór nia dispozisaun aplika mos iha prosesu atu ezejuta prestasaun ba alimentu.

Artigu 837.º
Prosesu komún deklarativu

Prosesu komún deklarativu aplika mos iha ne'e, subsidiariamente no ho adaptasaun.

SEKSAUN III
REVIZAUN BA SENTENSA ESTRANJEIRA

Artigu 838.º
Revizaun

1. Sein prejuizu ba dispozisaun iha tratadu, konvensaun no lei esepesial, tribunál estranjeiru ka árbitru estranjeiru nia desizaun kona-ba direitu privadu tenke hetan revizaun no konfirmasaun atu iha efikásia iha Timór-Leste, independentemente hosi parte sira nia nasionalidade.
2. La presiza revizaun kuandu parte ruma invoka desizaun ne'e iha prosesu pendente iha tribunál timór hanesan prova ne'ebé juíz ne'ebé julga kauza sei apresia.

Artigu 839.º
Tribunál kompetente

Supremu Tribunál ba Justisa maka iha kompeténsia atu halo revizaun no konfirmasaun ne'e.

Artigu 840.º
Rekizitu ba konfirmasaun

Para que a sentença seja confirmada é necessário:

- a) Que não haja dúvidas sobre a autenticidade do documento de que conste a sentença nem sobre a inteligência da decisão;
- b) Que tenha transitado em julgado segundo a lei do país em que foi proferida;
- c) Que provenha de tribunal estrangeiro cuja competência não tenha sido provocada em fraude à lei e não verse sobre matéria da exclusiva competência dos tribunais timorenses;
- d) Que não possa invocar-se a excepção de litispendência ou de caso julgado com fundamento em causa afecta a tribunal timorense, excepto se foi o tribunal estrangeiro que preveniu a jurisdição;
- e) Que o réu tenha sido regularmente citado para a acção, e que no processo hajam sido observados os princípios do contraditório e da igualdade das partes;
- f) Que não contenha decisão cujo reconhecimento conduza a um resultado manifestamente incompatível com os princípios da ordem pública internacional do Estado Timorense.

Artigo 841.º **Confirmação da decisão arbitral**

O disposto no artigo anterior é aplicável à decisão arbitral, na parte em que o puder ser.

Artigo 842.º **Contestação e resposta**

Apresentado com a petição o documento de que conste a decisão a rever, é a parte contrária citada para, dentro de quinze dias, deduzir a sua oposição, podendo ainda o requerente responder nos dez dias seguintes à notificação da apresentação da oposição.

Artigo 843.º **Discussão e julgamento**

1. Findos os articulados e realizadas as diligências que o relator tenha por indispensáveis, é o exame do processo facultado, para alegações, às partes e ao Ministério Público, por quinze dias a cada um.
2. O julgamento faz-se segundo as regras próprias do agravo.

Artigo 844.º **Fundamentos da impugnação do pedido**

1. O pedido só pode ser impugnado com fundamento na falta de

Sentensa ne'e sei hetan konfirmasaun deit:

- a) Kuandu la iha dúvida katak dokumentu iha ne'ebé sentensa ne'e hakerek hela auténtiku duni, no desizaun kompreensivel duni;
- b) Kuandu, tuir lei iha país hosi ne'ebé sentensa ne'e mai, sentensa ne'e hetan tiha ona trázitu-ein-julgadu;
- c) Kuandu sentensa ne'e mai hosi tribunál estranjeiru ne'ebé nia kompeténsia la harí ho fraude ba lei no la monu ba matéria ne'ebé tama iha tribunál timór nia kompeténsia eksklusiva;
- d) Kuandu la bele invoka exesaun tan litispéndénsia ka kazu julgadu ho fundamentu iha kauza ne'ebé tama iha tribunál timór nia kompeténsia, exetu kuandu tribunál estranjeiru maka prevene jurizdisaun ne'e;
- e) Kuandu reu hetan sitasaun regulár ba aksaun, tuir lei iha tribunál orijinál nia país, no iha prosesu aplika mos prinsípiu kona-ba kontraditóriu no prinsípiu kona-ba igualdade ba parte sira;
- f) Kuandu sentensa ne'e la iha desizaun ne'ebé nia rekoñesimentu hamosu rezultadu manifestamente inkompative ho Estadu timór nia prinsípiu kona-ba orden públika internasionál.

Artigu 841.º **Konfirmasaun ba desizaun arbitrál**

Artigu anteriór nia dispozisaun aplika mos ba desizaun arbitrál iha parte ne'ebé bele.

Artigu 842.º **Kontestasaun no resposta**

Aprezenta tiha petisaun ho dokumentu iha ne'ebé desizaun atu revé hakerek hela, tenke sita parte kontrária atu hatoo opozisaun, iha loran sanulu resin-lima nia laran; rekerente bele hatoo resposta hasoru opozisaun ne'e, iha loran sanulu nia laran, hahú iha notifikasaun kona-ba opozisaun ne'e nia apresentasaun.

Artigu 843.º **Diskusaun no julgamentu**

1. Liu tiha artikuladu no halo tiha dilijénsia ne'ebé relatór konsidera indispensavel, tenke foo-fatin ba parte sira no Ministériu Públiku atu haree prosesu hodi halo alegasaun, ida-idak durante loran sanulu resin-lima.
2. Julgamentu sei halo tuir agravu nia regra.

Artigu 844.º **Fundamentu atu impugna pedidu**

1. Pedidu bele impugna ho fundamentu deit katak rekizitu ruma previstu iha artigu 840.º la iha ka katak verifica kazu ruma ba revizaun previstu

qualquer dos requisitos mencionados no artigo 840.º ou por se verificar algum dos casos de revisão especificados nas alíneas a), c) e g) do artigo 487.º.

2. Se a sentença tiver sido proferida contra pessoa singular ou colectiva de nacionalidade timorense, a impugnação pode ainda fundar-se em que o resultado da acção lhe teria sido mais favorável se o tribunal estrangeiro tivesse aplicado o direito material timorense, quando por este devesse ser resolvida a questão segundo as normas de conflitos da lei timorense.

Artigo 845.º **Actividade oficiosa do tribunal**

O tribunal verificará oficiosamente se concorrem as condições indicadas nas alíneas a) e f) do artigo 840.º; e também negará oficiosamente a confirmação quando, pelo exame do processo ou por conhecimento derivado do exercício das suas funções, apure que falta algum dos requisitos exigidos nas alíneas b), c), d) e e) do mesmo preceito.

SECÇÃO VIII **DO INVENTÁRIO**

SUBSECÇÃO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 846.º **Função do inventário**

1.O processo de inventário destina-se a pôr termo à comunhão hereditária ou, não carecendo de realizar-se partilha judicial, a relacionar os bens que constituem objecto de sucessão e a servir de base à eventual liquidação da herança.

2.Ao inventário destinado à realização dos fins previstos na segunda parte do número anterior são aplicáveis as disposições das secções subsequentes, com as necessárias adaptações.

3.Pode ainda o inventário destinar-se à partilha consequente à extinção da comunhão de bens entre os cônjuges.

Artigo 847.º **Legitimidade para requerer ou intervir no inventário**

1.Têm legitimidade para requerer que se proceda a inventário e para nele intervirem, como partes principais, em todos os actos e termos do processo:

- a)Os interessados directos na partilha;
- b)O Ministério Público, quando a herança seja deferida a incapazes,

iha artigu 487.º, alínea a), c) no g).

2. Kuandu sentensa ne'e profere hasoru pesoa singulár ka koletiva ho nasionalidade timór, bele alega mos hanesan fundamentu katak, tribunál estranjeiru aplika lei materiál timór karik, rezultadu ba nia favoravel liu, no, tuir norma kona-ba konflitu iha lei timór, lei timór maka tenke aplika.

Artigu 845.º
Tribunál nia atividade ofisioza

Tribunál tenke haree ofisiozamente kondisaun referida iha artigu 840.º, alínea a) no f) iha ka lae; no sei rekuza ofisiozamente konfirmasaun kuandu, ho elementu ne'ebé hetan iha prosesu ka ho koñesimentu ne'ebé nia hetan iha funsaun ne'ebé nia kaer, juíz haree katak rekizitu ruma previstu iha artigu 840.º, alínea b), c), d) no e) la iha.

SEKSAUN VIII
INVENTÁRIU

SUBEKSAUN I
DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 846.º
Inventáriu nia funsaun

1. Prosesu ba inventáriu sei uza atu halo remata komuñauñ ereditária ka, la presiza halo partilla judisiál karik, atu halo relasaun ba bein ne'ebé konstitui susesaun nia objetu no atu serve hanesan baze hodi halo likidasaun ba eransa.

2. Seksaun subsekuente sira nia dispozisaun sei aplika, ho adaptasaun, ba inventáriu ne'ebé atu hetan fim previstu iha número anteriór, parte segunda.

3. Inventáriu bele uza mos atu halo partilla ba kónjuje sira nia bein komún.

Artigu 847.º
Lejitimidade atu rekér ka tama iha inventáriu

1. Iha lejitimidade atu rekér inventáriu ka tama iha inventáriu, hanesan parte prinsipál, iha prosesu nia aktu no termus hotu-hotu:

a) Interesadu diretu iha partilla;

b) Ministériu Públiku, kuandu eransa monu ba inkapáz, auzente iha parte inserta ka pesoa koletiva.

2. Kuandu iha erdeiru lejitimáriu, legatáriu no donatáriu sira bele tama iha aktu, termus no dilijénsia ne'ebé bele influi iha lejitima

ausentes em parte incerta ou pessoas colectivas.
2.Quando haja herdeiros legitimários, os legatários e donatários são admitidos a intervir em todos os actos, termos e diligências susceptíveis de influir no cálculo ou determinação da legítima e implicar eventual redução das respectivas liberalidades.
3.Os credores da herança e os legatários são admitidos a intervir nas questões relativas à verificação e satisfação dos seus direitos, cumprindo ao Ministério Público a representação e defesa dos interesses da Fazenda Pública.

Artigo 848.º **Representação de incapazes e ausentes**

1.O incapaz é representado por curador especial quando o representante legal concorra com ele à herança ou a ela concorrerem vários incapazes representados pelo mesmo representante.
2.O ausente em parte incerta, não estando instituída a curadoria, é também representado por curador especial.
3.Findo o processo, os bens adjudicados ao ausente que carecerem de administração são entregues ao curador nomeado, que fica tendo, em relação aos bens entregues, os direitos e deveres do curador provisório, cessando a administração logo que seja deferida a curadoria.

Artigo 849.º **Intervenção principal**

1.É admitida, em qualquer altura do processo, a dedução de intervenção principal espontânea ou provocada relativamente a qualquer interessado directo na partilha.
2.O cabeça-de-casal e demais interessados são notificados para responder, seguindo-se o disposto nos artigos 861.º e 862.º.
3.O interessado admitido a intervir tem os direitos processuais a que se refere o n.º 2 do artigo 860.º.
4.A dedução do incidente suspende o andamento do processo a partir do momento em que deveria ser convocada a conferência de interessados.

Artigo 850.º **Intervenção de outros interessados**

1.Havendo herdeiros legitimários, os legatários e donatários que não hajam sido inicialmente citados para o inventário podem deduzir intervenção no processo e nele exercer a actividade para que estão legitimados, nos termos do n.º 2 do artigo 847.º, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo anterior.
2.Os titulares activos de encargos da herança podem reclamar no

nia kálkulu no determinasaun no bele redúz legadu ka doasaun.
3. Eransa nia kredór no legatáriu sira bele tama iha kestaun ne'ebé iha relasaun ho verifikasaun no satisfasaun ba sira nia direitu; Ministériu Públiku maka representa no defende Fazenda Nasionál nia interese.

Artigu 848.º

Inkapáz no auzente nia representasaun

1. Kuradór espesiál maka representa inkapáz kuandu nia representante mos konkorre ho nia iha eransa ka iha eransa ne'e konkorre inkapáz barak ne'ebé representante ida deit maka representa.
2. Kuradór espesiál representa mos auzente iha parte inserta, kuandu seidak institui kuradoria.
3. Kuandu prosesu hotu tiha, bein adjudikadu ba auzente, ne'ebé prezisa administrasaun, sei entrega ba kuradór nomeadu, ne'ebé, kona-ba bein sira-ne'e, iha direitu no obligasaun ne'ebé kuradór provizóriu iha; kuradór nomeadu nia administrasaun hotu kuandu kuradoria hetan deferimentu.

Artigu 849.º

Intervensaun prinsipál

1. Iha prosesu nia altura kualkér ida interesadu diretu iha partilla bele dedúz intervenasaun prinsipál espontánea ka provokada.
2. Tenke notifika kabesa-de-kazál no interesadu sira seluk atu responde, no tuir artigu 861.º no 862.º nia dispozisaun.
3. Interesadu ne'ebé hetan admisaun atu intervein iha direitu prosesuál ne'ebé artigu 860.º, n.º 2, refere.
4. Insidente ne'e nia dedusaun suspende prosesu nia andamentu hahú iha momentu ne'ebé tenke konvoka konferénsia ho interesadu sira.

Artigu 850.º

Interesadu seluk nia intervenasaun

1. Kuandu iha erdeiru lejitimáriu, legatáriu no donatáriu ne'ebé seidak hetan sitasaun ba inventáriu bele dedúz intervenasaun iha prosesu ne'e no ezerse iha prosesu ne'e nia laran atividade ne'ebé sira iha lejitimidade atu ezerse, nu'udar artigu 847.º, n.º 2, nia dispozisaun; aplika mos iha ne'e artigu anteriór nia dispozisaun.
2. Ema ne'ebé okupa pozisaun hanesan titulár ativu ba eransa nia enkargu bele reklama nia direitu iha inventáriu ne'e, too juíz halo konferénsia ho interesadu sira atu aprova eransa nia pasivu, maske kabesa-de-kazál la hatama direitu ne'e iha relasaun; maibé, maske titulár ativu ne'e la reklama nia direitu no maske

inventário os seus direitos, mesmo que estes não hajam sido relacionados pelo cabeça-de-casal, até à realização da conferência de interessados destinada à aprovação do passivo; se não o fizerem, não ficam, porém, inibidos de exigir o pagamento pelos meios comuns, mesmo que hajam sido citados para o processo.

Artigo 851.º **Habilitação**

1. Se falecer algum interessado directo na partilha antes de concluído o inventário, o cabeça-de-casal indica os sucessores do falecido, juntando os documentos necessários, notificando-se a indicação aos outros interessados e citando-se para o inventário as pessoas indicadas.

2. A legitimidade dos sucessores indicados pode ser impugnada quer pelo citado, quer pelos outros interessados notificados, nos termos dos artigos 861.º e 862.º; na falta de impugnação, têm-se como habilitadas as pessoas indicadas, sem prejuízo de os sucessores eventualmente preteridos deduzirem a sua própria habilitação.

3. Os citados têm os direitos a que se refere o n.º 2 do artigo 860.º, a partir do momento da verificação do óbito do interessado a que sucedem.

4. Podem ainda os sucessores do interessado falecido requerer a respectiva habilitação, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos números anteriores.

5. Se falecer algum legatário, credor ou donatário que tenha sido citado para o inventário, podem os seus herdeiros fazer-se admitir no processo, seguindo-se os termos previstos no número anterior, com as necessárias adaptações.

6. A habilitação do cessionário de quota hereditária e dos subadquirentes dos bens doados, sujeitos ao ónus de redução, faz-se nos termos gerais.

Artigo 852.º **Tramitação dos incidentes do inventário**

É aplicável à tramitação dos incidentes do processo de inventário, não especialmente regulados na lei, o disposto nos artigos 254.º a 256.º.

Artigo 853.º **Questões prejudiciais e suspensão do inventário**

1. Se, na pendência do inventário, se suscitarem questões prejudiciais de que dependa a admissibilidade do processo ou a definição dos direitos dos interessados directos na partilha que, atenta a sua natureza ou a complexidade da matéria de facto que lhes está

nia hetan sitasaun ba prosesu ne'e, nia bele ezije pagamentu ba nia direitu ho meu komún.

Artigu 851.º **Abilitasaun**

1. Kuandu ema ruma interesadu diretu iha partilla mate molok inventáriu hotu, kabesa-de-kazál sei hatudu nia susesór sira no hatama dokumentu nesesáriu; tenke notifika indikasaun ne'e ba interesadu sira seluk no sita pesoa indikada ne'e.
2. Sitadu ka interesadu notifikadu sira seluk bele impugna susesór indikadu sira nia legitimidade, tuir artigu 861.º no 862.º; kuandu la iha impugnasaun, sei konsidera indikadu sira-ne'e abilitadu, sein prejuizu ba susesór preteridu²⁰⁵ atu dedúz nia abilitasaun rasik.
3. Sitadu sira iha direitu ne'ebé artigu 860.º, n.º 2, refere, hahú iha momentu ne'ebé tribunál verifika interesadu ne'ebé sira susede ba nia óbitu.
4. Interesadu falesidu nia susesór bele rekér nia abilitasaun; iha ne'e tenke tuir númeru anteriór sira nia dispozisaun, ho adaptasaun nesesária.
5. Kuandu legatáriu, kredór ka donatáriu ruma ne'ebé sita tiha ona ba inventáriu mate, sira nia erdeiru bele husu atu tama iha prosesu; iha ne'e tenke tuir númeru anteriór sira nia dispozisaun, ho adaptasaun nesesária.
6. Tenke tuir regra jerál atu halo habilitasaun ba kuota ereditária nia sesionáriu no ba bein doadu, ho onus atu redúz, nia subadkirente.

Artigu 852.º **Insidente iha inventáriu nia tramitasaun**

Artigu 254.º too 256.º nia dispozisaun sei aplika ba insidente iha inventáriu nia tramitasaun kuandu la iha regulasaun espesiál.

Artigu 853.º **Kestaun prejudisiál no inventáriu nia suspensaun**

1. Kuandu iha inventáriu nia laran ema ruma suxita kestaun prejudisiál ruma, hosi ne'ebé depende prosesu nia admisibilidade ka definisaun ba interesadu diretu sira nia direitu iha partilla, no, tanba nia natureza ka tanba matéria-de-faktu subjacente nia kompleksidade, kestaun ne'e la bele rezolve iha insidente deit, juíz tenke suspende instánsia too desizaun definitiva sai no haruka parte sira ba meu komún, kuandu bein relasiona tiha ona.

subjacente, não devam ser incidentalmente decididas, o juiz determina a suspensão da instância, até que ocorra decisão definitiva, remetendo as partes para os meios comuns, logo que os bens se mostrem relacionados.

2. Pode ainda ordenar-se a suspensão da instância, nos termos previstos nos artigos 231.º, n.º 1, alínea c), e 234.º, designadamente quando estiver pendente causa prejudicial em que se debata algumas das questões a que se refere o número anterior.

3. Havendo interessado nascituro, o inventário é suspenso desde o momento em que se deveria convocar a conferência de interessados até ao nascimento do interessado.

Artigo 854.º

Questões definitivamente resolvidas no inventário

1. Consideram-se definitivamente resolvidas as questões que, no inventário, sejam decididas no confronto do cabeça-de-casal ou dos demais interessados a que alude o artigo 847.º, desde que tenham sido regularmente admitidos a intervir no procedimento que precede a decisão, salvo se for expressamente ressalvado o direito às acções competentes.

2. Só é admissível a resolução provisória, ou a remessa dos interessados para os meios comuns, quando a complexidade da matéria de facto subjacente à questão a dirimir torne inconveniente a decisão incidental no inventário, por implicar redução das garantias das partes.

Artigo 855.º

Cumulação de inventários

1. É permitida a cumulação de inventários para a partilha de heranças diversas:

a) Quando sejam as mesmas as pessoas por quem hajam de ser repartidos os bens;

b) Quando se trate de heranças deixadas pelos dois cônjuges;

c) Quando uma das partilhas esteja dependente da outra ou das outras.

2. No caso referido na alínea c) do número anterior, se a dependência for total, por não haver, numa das partilhas, outros bens a adjudicar além dos que ao inventariado hajam de ser atribuídos na outra, não pode deixar de ser admitida a cumulação; sendo a dependência parcial, por haver outros bens, pode o juiz indeferi-la quando a cumulação se afigure inconveniente para os interesses das partes ou para a boa ordem do processo.

3. Não obsta à cumulação a incompetência relativa do tribunal para algum dos inventários.

Artigo 856.º

2. Bele suspende instánsia, tuir artigu 231.º, n.º 1, alínea c) no 234.º, designadamente kuandu kuandu lao daudaun kestaun prejudisiál ruma iha ne'ebé diskute kestaun ruma referida iha número anteriór.
3. Kuandu iha interesadu naxituru ruma, too tiha momentu ne'ebé atu konvoka konferénsia ho interesadu sira, tenke suspende instánsia too interesadu ne'e moris.

Artigu 854.º

Kestaun definitivamente rezolvida iha inventáriu

1. Sei konsidera definitivamente rezolvida kestaun ne'ebé juíz decide iha inventáriu, kuandu kabesa-de-kazál ka interesadu sira referidu iha artigu 847.º tama iha kestaun ne'e no hetan admisaun regulár atu intervein iha prosedimentu ne'ebé antesede desizaun ne'e, salvu kuandu lei resalva sira nia direitu atu uza aksaun kompetente.
2. Kuandu matéria-de-faktu subjasente ba kestaun atu rezolve ne'e nia kompleksidade hamosu inkonveniente atu foo desizaun insidentál iha inventáriu, tanba redúz parte sira nia garantia, maka sei admite desizaun provizória ka remete interesadu sira ba meu komún.

Artigu 855.º

Kumulasaun iha inventáriu

1. Bele kumula inventáriu atu halo partilla ba eransa barak:
 - a) Kuandu bein iha eransa hotu-hotu sei fahe ba ema sira-ne'e tama iha inventáriu ida-idak;
 - b) Kuandu ema rua ne'ebé uluk fen ho lain maka husik eransa atu fahe ne'e;
 - c) Kuandu partilla ida depende hosi partilla ida seluk ka sira seluk.
2. Iha kazu referidu iha número anteriór, alínea c), kuandu iha dependénsia totál, tanba bein atu fahe iha partilla ruma maka deit sira-ne'ebé sei tama ba inventariadu iha partilla ida seluk, juíz tenke simu kumulasaun ne'e; kuandu iha dependénsia partiál, tanba iha tan bein seluk, juíz bele indefere kumulasaun, kuandu nia haree katak kumulasaun ne'e bele hamosu inkonveniente ba parte sira nia interese ka ba prosesu atu lao ho orden.
3. Tribunál nia inkompeténsia ba inventáriu ruma la taka dalan ba kumulasaun ne'e.

Artigu 856.º

Kabesa-de-kazál nia nomeasaun, substituisaun, eskuza ka remosaun

Nomeação, substituição, escusa ou remoção do cabeça-de-casal

1. O cargo de cabeça de casal defere-se pela ordem seguinte:
 - a) Ao cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens, se for herdeiro ou tiver meação nos bens do casal;
 - b) Ao testamenteiro, salvo declaração do testador em contrário;
 - c) Aos parentes que sejam herdeiros legais, preferindo os mais próximos em grau;
 - d) Aos herdeiros testamentários;sendo que de entre os herdeiros legais do mesmo parentesco, ou de entre os herdeiros testamentários, preferem os que vivam com o falecido há pelo menos um ano à data da morte, preferindo por sua vez, em caso de igualdade de circunstâncias, o herdeiro mais velho.
2. Para designar o cabeça-de-casal, o juiz pode colher as informações necessárias, e se, pelas declarações da pessoa designada, verificar que o encargo compete a outrem, deferi-lo-á a quem couber.
3. O cabeça-de-casal pode ser substituído a todo o tempo, por acordo de todos os interessados directos na partilha e também do Ministério Público quando tiver intervenção principal no inventário.
4. A substituição, escusa e remoção do cabeça-de-casal designado são incidentes do processo de inventário.
5. Sendo impugnada a legitimidade do cabeça-de-casal, ou requerida escusa ou remoção deste, prossegue o inventário com o cabeça-de-casal designado, até ser decidido o incidente.

SUBSECÇÃO II DAS DECLARAÇÕES DO CABEÇA DE CASAL E DA OPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS

Artigo 857.º Requerimento do inventário

1. O requerente do inventário destinado a pôr termo à comunhão hereditária juntará documento comprovativo do óbito do autor da sucessão e indicará quem deve exercer as funções de cabeça-de-casal.
2. Ao cabeça-de-casal incumbe fornecer os elementos necessários para o prosseguimento do inventário.

Artigo 858.º Declarações do cabeça-de-casal

1. Ao ser citado, é o cabeça-de-casal advertido do âmbito das

1. Kargu hanesan kabesa-de-kazál sei defere tuir orden ida-ne'e:
 - a) Ba kónjuje sobrevivu, la separadu judisialmente iha pesoa ka bein, kuandu nia tama hanesan erdeiru ka iha measaun iha kazál nia bein;
 - b) Ba testamenteiru, salvu kuandu testadór dehan buat seluk;
 - c) Ba parente sira-ne'ebé tama hanesan erdeiru legál, ho preferénsia ba sira-ne'ebé parente besik liu ba inventariadu tuir grau;
 - d) Ba erdeiru testamentáriu sira.Hosi erdeiru legál ho parentesku nia grau hanesan ka hosi erdeiru testamentáriu sira, tenke foo preferénsia ba sira-ne'ebé hela ho matebian, pelu menus, durante tinan ida iha data ne'ebé nia mate, no, sira hotu iha sirkunstánsia hanesan karik, sei foo preferénsia ba erdeiru ida-ne'ebé katuas ka ferik liu.
2. Atu dezigna kabesa-de-kazál, juíz bele buka informasaun nesesária, no, kuandu, tuir ema ne'ebé dezigna tiha ona ne'e nia deklarasaun, haree katak ema seluk maka iha kompeténsia, tenke entrega kargu ne'e ba ema-ne'e.
3. Ho sira hotu-hotu ne'ebé iha interese diretu iha partilla no Ministériu Públiku, kuandu iha intervensaun prinsipál iha inventáriu, nia akordu, iha momentu naran ida, bele tau fali ema seluk iha ema ne'ebé nomeia tiha ona kabesa-de-kazál nia fatin.
4. Kabesa-de-kazál nia substituisaun, eskuza ka remosaun konstitui insidente iha prosesu ba inventáriu.
5. Kuandu iha impugnaun ba kabesa-de-kazál nia lejitimidade ka rekerimentu ba nia eskuza ka remosaun, inventáriu kontinua nafatin ho kabesa-de-kazál dezinadu too deside tiha insidente ne'e.

SUBSEKSAUN II KABESA-DE-KAZÁL NIA DEKLARASAUN NO INTERESADU SIRA NIA OPOZISAUN

Artigu 857.º Rekerimentu ba inventáriu

1. Ema ne'ebé rekér inventáriu atu halo lakon tiha komuñau ereditária tenke hatama dokumentu atu komprova autór-de-susesaun nia óbitu no hatudu ema ne'ebé tenke ezerse funsaun hanesan kabesa-de-kazál.
2. Kabesa-de-kazál tenke fornese elementu nesesáriu ba inventáriu atu lao ba oin.

Artigu 858.º Kabesa-de-kazál nia deklarasaun

1. Kuandu halo sitasaun ba kabesa-de-kazál tenke foo-hatene ba nia kona-ba saida maka nia sei halo deklarasaun no dokumentu ne'ebé nia tenke hatama iha prosesu.

declarações que deve prestar e dos documentos que lhe incumbe juntar.

2. Prestado o compromisso de honra do bom desempenho da sua função, o cabeça-de-casal presta declarações, que pode delegar em mandatário judicial, das quais deve constar:

a) A identificação do autor da herança, o lugar da sua última residência e a data e o lugar em que haja falecido;

b) A identificação dos interessados directos na partilha, bem como dos legatários, credores da herança e, havendo herdeiros legitimários, dos donatários, com indicação das respectivas residências actuais e locais de trabalho;

c) Tudo o mais necessário ao desenvolvimento do processo.

4. No acto de declarações, o cabeça-de-casal apresentará os testamentos, convenções antenupciais, escrituras de doação e certidões de perfilhação que se mostrem necessárias, assim como a relação de todos os bens que não de figurar no inventário, ainda que a sua administração não lhe pertença, bem como as respectivas cópias, nos termos do n.º 2 do artigo 118.º.

5. Não estando em condições de apresentar todos os elementos exigidos, o cabeça-de-casal justificará a falta e pedirá fundamentadamente a prorrogação do prazo para os fornecer.

Artigo 859.º

Citação dos interessados

1. Quando o processo deva prosseguir, são citados para os seus termos os interessados directos na partilha, o Ministério Público, quando a sucessão seja deferida a incapazes, ausentes em parte incerta ou pessoas colectivas, os legatários, os credores da herança e, havendo herdeiros legitimários, os donatários.

2. O requerente do inventário e o cabeça-de-casal são notificados do despacho que ordene as citações.

Artigo 860.º

Forma de efectivar as citações

1. O expediente a remeter aos citandos incluirá cópia das declarações prestadas pelo cabeça-de-casal, sendo os mesmos advertidos do âmbito da sua intervenção, nos termos do artigo 847.º, e da faculdade de deduzir oposição ou impugnação, nos termos dos artigos seguintes.

2. Verificada, em qualquer altura, a falta de citação de algum interessado, é este citado com a cominação de que, se nada requerer no prazo de quinze dias, o processo se considera ratificado. Dentro desse prazo, é o citado admitido a exercer os direitos que lhe competiam, anulando-se o que for indispensável.

Artigo 861.º

2. Halo tiha kompromisu ho onra katak sei kaer didiak nia funsaun, kabesa-de-kazál sei presta deklarasaun, nia rasik ka nia mandatáriu iha nia fatin. Deklarasaun ne'e tenke monu ba:

a) Autór-da-eransa nia identifíkasaun no nia hela-fatin ikus, lora no fatin iha ne'ebé nia mate;

b) Interesadu diretu iha partilla, legatáriu, kredór ba eransa no, kuandu iha, erdeiru lejitimáriu no donatáriu sira nia identifíkasaun, hela-fatin no servisu-fatin;

c) Buat seluk tan ne'ebé presiza ba prosesu atu lao.

4. Kuandu ba foo deklarasaun kabesa-de-kazál tenke apresenta testamentu, konvensaun ante-nupsiál, eskritura kona-ba doasaun no sertidaun kona-ba perfillasaun, ne'ebé nesesáriu, no mos relasaun kona-ba bein hotu-hotu ne'ebé tenke tama iha inventáriu, inkluzive sira-ne'ebé laós nia maka administra; tenke apresenta mos duplikadu nu'udar artigu 118.º, n.º 2, nia dispozisaun.

5. Kuandu la bele apresenta elementu sira-ne'e hotu, kabesa-de-kazál sei justifika nia falta no husu, ho fundamentu, atu hanaruk prazu ba nia atu apresenta elementu sira-ne'e.

Artigu 859.º

Interesadu sira nia sitasaun

1. Kuandu prosesu tenke kontinua, tenke sita ba nia termus interesadu diretu iha partilla, Ministériu Públiku, kuandu inkapáz, auzente iha parte inserta ka pesoa kolektiva tama iha susesaun, legatáriu, kredór ba eransa no, kuandu iha, erdeiru lejitimáriu no donatáriu sira.

2. Tenke notifika despaxu ne'ebé haruka halo sitasaun ba inventáriu nia rekerente no kabesa-de-kazál.

Artigu 860.º

Oinsá halo sitasaun

1. Iha expediente atu haruka ba sitandu tenke hatama mos kópia kona-ba kabesa-de-kazál nia deklarasaun; tenke foo-hatene mos ba sitandu kona-ba sira nia intervensaun iha prosesu, tuir artigu 847.º nia dispozisaun, no kona-ba fakuldade atu dedúz opozisaun ka impugnasaun, tuir artigu seginte sira nia dispozisaun.

2. Kuandu, iha altura naran ida, haree katak seidak sita interesadu ruma, tenke sita interesadu ne'e, ho kominasaun katak, nia la dehan buat ida iha lora sanulu resin lima nia lara karik, sei konsidera katak nia ratifika prosesu ne'e. Iha prazu ne'e nia lara sitandu bele ezerse direitu ne'ebé nia iha direitu atu ezerse no tribunál sei anula tiha aktu ne'ebé tenke anula duni.

Artigu 861.º

Opozisaun no impugnasaun

Oposição e impugnações

1.Os interessados directos na partilha e o Ministério Público, quando haja sido citado, podem, nos trinta dias seguintes à citação, deduzir oposição ao inventário, impugnar a legitimidade dos interessados citados ou alegar a existência de outros, impugnar a competência do cabeça-de-casal ou as indicações constantes das suas declarações, ou invocar quaisquer excepções dilatórias.

2.A faculdade prevista no número anterior pode também ser exercida pela cabeça-de-casal e pelo requerente do inventário, contando-se o prazo de que dispõem da notificação do despacho que ordena as citações.

3.Quando houver herdeiros legitimários, os legatários e donatários são admitidos a deduzir impugnação relativamente às questões que possam afectar os seus direitos.

Artigo 862.º

Tramitação subsequente

1.Deduzida oposição ou impugnação, nos termos do artigo anterior, são notificados para responder, em quinze dias, os interessados com legitimidade para intervir na questão suscitada.

2.As provas são indicadas com os requerimentos e respostas; efectuadas as diligências probatórias necessárias, requeridas pelos interessados ou determinadas officiosamente pelo juiz, é a questão decidida, sem prejuízo do disposto no artigo 853.º.

SUBSECÇÃO III

DO RELACIONAMENTO DOS BENS

Artigo 863.º

Relação de bens

1.Os bens que integram a herança são especificados na relação por meio de verbas, sujeitas a uma só numeração, pela ordem seguinte: direitos de crédito, títulos de crédito, dinheiro, moedas estrangeiras, objectos de ouro, prata e pedras preciosas e semelhantes, outras coisas móveis e bens imóveis.

2.As dívidas são relacionadas em separado, sujeitas a numeração própria.

3.A menção dos bens é acompanhada dos elementos necessários à sua identificação e ao apuramento da sua situação jurídica.

4.Não havendo inconveniente para a partilha, podem ser agrupados, na mesma verba, os móveis, ainda que de natureza diferente, desde que se destinem a um fim unitário e sejam de pequeno valor.

5.As benfeitorias pertencentes à herança são descritas em espécie, quando possam separar-se do prédio em que foram realizadas, ou

1. Iha loron tolunulu tuir fali sitasaun, interesadu diretu iha partilla no Ministériu Públiku, kuandu hetan mos sitasaun, bele dedúz opozisaun ba inventáriu, impugna interesadu sitadu sira nia lejitimidade ka alega katak iha interesadu seluk tan, impugna kabesa-de-kazál nia kompeténsia ka indikasaun ne'ebé nia halo iha nia deklarasaun, ka invoka exesaun dilatória ruma.
2. Kabesa-de-kazál no inventáriu nia rekerente bele ezerse mos fakuldade sira prevista iha número anteriór, no sira nia prazu hahú ho notifikasaun kona-ba despaxu ne'ebé haruka halo sitasaun.
3. Erdeira lejitimáriu, legatáriu no donatáriu, kuandu iha, bele dedúz impugnasaun kona-ba kestaun ne'ebé bele afeta sira nia direitu.

Artigu 862.º
Tramitasaun subsekvente

1. Dedúz tiha opozisaun ka impugnasaun, tuir artigu anteriór nia dispozisaun, tenke notifika interesadu sira-ne'ebé iha lejitimidade atu intervein iha kestaun suxitada ne'e atu foo resposta iha loron sanulu resin-lima nia laran.
2. Ho rekerimentu no resposta tenke hatama mos prova; halo tiha dilijénsia probatória nesesária ne'ebé interesadu husu ka juíz haruka ofisiozamente, juíz tenke deside kestaun ne'e, sein prejuizu ba artigu 853.º nia dispozisaun.

SUBSEKSAUN III
BEIN NIA RELASAUN

Artigu 863.º
Bein nia relasaun

1. Tenke espesifika iha relasaun bein ida-idak ne'ebé tama iha eransa, tuir verba ho numerasaun ida deit, tuir orden ida-ne'e: direitu ba kréditu, título ba kréditu, osan, moeda estrangeira, objetu ho osan mean, osan mutin no pedra presioza no semellante, koiza movel seluk, bein imovel.
2. Dívida tenke relasiona sira ketak, ho numerasaun ketak.
3. Iha bein nia referénsia tenke tau mos elementu atu identifika ida-idak no atu hatene nia situasaun jurídika.
4. Kuandu la iha inkonveniente ba partilla, bele tau hamutuk iha verba ida movel barak, maske ho natureza ketak, naran katak sira iha fim ida deit no iha valór kiikoan.
5. Benfeitoria ne'ebé tama iha eransa tenke tama iha relasaun iha nia espésie rasik kuandu bele haketak hosi prédiu iha ne'ebé realiza benfeitoria ne'e; kuandu la bele, tenke tama hanesan kréditu deit; benfeitoria ne'ebé terseiru realiza iha prédiu ne'ebé

como simples crédito, no caso contrário; as efectuadas por terceiros em prédio da herança são descritas como dívidas, quando não possam ser levantadas por quem as realizou.

Artigo 864.º
Indicação do valor

Além de os relacionar, o cabeça-de-casal indicará o valor que atribui a cada um dos bens.

Artigo 865.º
Reclamação contra a relação de bens

1. Apresentada a relação de bens, são os interessados notificados de que podem reclamar contra ela, no prazo de dez dias, acusando a falta de bens que devam ser relacionados, requerendo a exclusão de bens indevidamente relacionados, por não fazerem parte do acervo a dividir, ou arguindo qualquer inexactidão na descrição dos bens, que releve para a partilha.

2. Os interessados são notificados da apresentação da relação de bens, enviando-se-lhes cópia da mesma.

3. Quando o cabeça-de-casal apresentar a relação de bens ao prestar as suas declarações, a notificação prevista no número anterior terá lugar conjuntamente com as citações para o inventário.

4. No caso previsto no número anterior, os interessados poderão exercer as faculdades previstas no n.º 1 no prazo da oposição.

5. Findo o prazo previsto para as reclamações contra a relação de bens, dá-se vista ao Ministério Público, quando tenha intervenção principal no inventário, por dez dias, para idêntica finalidade.

6. As reclamações contra a relação de bens podem ainda ser apresentadas posteriormente, mas o reclamante será condenado em multa, excepto se demonstrar que a não pôde oferecer no momento próprio, por facto que não lhe é imputável.

Artigo 866.º
Decisão das reclamações apresentadas

1. Quando seja deduzida reclamação contra a relação de bens, é o cabeça-de-casal notificado para relacionar os bens em falta ou dizer o que lhe oferecer sobre a matéria da reclamação, no prazo de dez dias.

2. Se o cabeça-de-casal confessar a existência dos bens cuja falta foi acusada, procederá imediatamente, ou no prazo que lhe for concedido,

tama iha eransa sei deskreve hanesan dívida, kuandu ema ne'ebé realiza la bele lori.

Artigu 864.º
Indikasaun kona-ba valór

Kabesa-de-kazál tenke tau iha relasaun valór ba bein ida-idak.

Artigu 865.º
Reklamasaun hasoru bein nia relasaun

1. Aprezenta tiha bein nia relasaun, tenke notifika interesadu sira atu, iha loron sanulu nia laran, reklama hasoru relasaun hodi dehan falta karik bein ruma ne'ebé tenke relasiona, husu atu hasai tiha bein ne'ebé la bele tama iha relasaun tanba laós bein atu divide iha ne'e, argui inezatidaun ruma iha bein sira nia deskrisaun, ne'ebé iha relevánsia ba partilla.
2. Tenke notifika interesadu sira kona-ba bein nia relasaun, no entrega be sira kópia kona-ba relasaun ne'e.
3. Kuandu kabesa-de-kazál aprezenta relasaun ba bein iha momentu ne'ebé nia presta deklarasaun, notifikasaun referida iha número anteriór tenke halo kedas ho sitasaun ba inventáriu.
4. Iha kazu previstu iha número anteriór interesadu bele ezerse fakuldade prevista iha n.º 1 iha prazu ba opozisaun nia laran.
5. Liu tiha prazu ba reklamasaun hasoru bein nia relasaun, tenke foo vista ba Ministériu Públiku, kuandu nia iha intervensaun prinsipál iha inventáriu, iha loron sanulu nia laran, atu halo reklamasaun ne'e mos.
6. Liu tiha prazu ne'e mos bele aprezenta reklamasaun hasoru bein nia relasaun, maibé juíz tenke kondena reklamante iha multa, salvu kuandu nia hatudu katak nia la bele aprezenta iha altura própria tanba faktu ne'ebé la bele imputa²⁰⁶ ba nia.

Artigu 866.º
Desizaun kona-ba reklamasaun

1. Kuandu ema ruma dedúz reklamasaun hasoru bein nia relasaun, tenke notifika kabesa-de-kazál atu relasiona bein ne'ebé falta ka dehan buat ruma kona-ba reklamasaun ne'e, iha loron sanulu nia laran.
2. Kuandu kabesa-de-kazál dehan katak bein ne'ebé falta ne'e iha duni, nia tenke hatama, kedas ka iha prazu fiksadu, bein ne'e iha relasaun inisiál no tribunál tenke notifika modifikasaun ne'e ba interesadu sira seluk.
3. Kuandu situasaun prevista iha número anteriór la akontese, tenke notifika interesadu sira seluk ne'ebé iha lejitimidade atu dehan buat ruma, tuir artigu 862.º, n.º 2, nia dispozisaun, no

ao aditamento da relação de bens inicialmente apresentada, notificando-se os restantes interessados da modificação efectuada.

3. Não se verificando a situação prevista no número anterior, notificam-se os restantes interessados com legitimidade para se pronunciarem, aplicando-se o disposto no n.º 2 do artigo 862.º e decidindo o juiz, da existência de bens e da pertinência da sua relação, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

4. As alterações e aditamentos ordenados são sempre introduzidos pela secretaria na relação de bens inicialmente apresentada.

5. O disposto neste artigo é aplicável, com as necessárias adaptações, quando terceiro se arrogue a titularidade de bens relacionados e requeira a sua exclusão do inventário.

Artigo 867.º

Insuficiência das provas para decidir das reclamações

1. Quando a complexidade da matéria de facto subjacente às questões suscitadas tornar inconveniente, nos termos do artigo 854.º, a decisão incidental das reclamações previstas no artigo anterior, o juiz abstém-se de decidir e remete os interessados para os meios comuns.

2. No caso previsto no número anterior, não são incluídos no inventário os bens cuja falta se acusou e permanecem relacionados aqueles cuja exclusão se requereu.

Artigo 868.º

Negação de dívidas activas

1. Se uma dívida activa, relacionada pelo cabeça-de-casal, for negada pelo pretendo devedor, aplica-se o disposto no artigo 865.º, com as necessárias adaptações.

2. Sendo mantido o relacionamento do débito, a dívida reputa-se litigiosa; sendo eliminada, entende-se que fica salvo aos interessados o direito de exigir o pagamento pelos meios competentes.

SUBSECÇÃO IV DA CONFERÊNCIA DE INTERESSADOS

Artigo 869.º

Saneamento do processo e marcação da conferência de interessados

1. Resolvidas as questões suscitadas susceptíveis de influir na partilha e determinados os bens a partilhar, o juiz designa dia para a realização de uma conferência de interessados.

2. Os interessados podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais e confiar o mandato a qualquer outro interessado.

3. Na notificação das pessoas convocadas faz-se sempre menção do

juíz sei decide bein ne'e iha ka lae no tenke tama iha relasaun ka lae, sein prejuizu ba artigu posteriór nia dispozisaun.

4. Sekretaria tenke hatama alterasaun no aditamentu ordenadu iha bein nia relasaun inisiál.

5. Artigu ida-ne'e nia dispozisaun sei aplika, ho adaptasaun, kuandu terseiru dehan katak nia maka bein relasionadu nia titulár no rekér atu hasai tiha bein ne'e hosi inventáriu.

Artigu 867.º

Kuandu prova la too atu decide reklamasaun

1. Kuandu, tanba matéria-de-faktu ne'ebé serve hanesan baze ba kestaun suxitada nia kompleksidade, iha inkonveniente, tuir artigu 854.º nia dispozisaun, atu foo deit iha insidente desizaun kona-ba reklamasaun prevista iha artigu anteriór, juíz la foo desizaun ne'e no remete interesadu sira ba meu komún.

2. Iha kazu previstu iha número anteriór, bein ne'ebé nia falta hetan reklamasaun ne'e la tama iha inventáriu no sira-ne'ebé reklamante husu atu hasai sei hela nafatin iha relasaun.

Artigu 868.º

Dívida ativa nia negasaun

1. Kuandu pretensu²⁰⁷ devedór nega dívida ativa ne'ebé kabesa-de-kazál relasiona, tenke aplika artigu 865.º nia dispozisaun, ho adaptasaun nesesária.

2. Kuandu débitu ne'e hela nafatin iha relasaun, tenke konsidera dívida ne'e hanesan litijioza; kuandu dívida ne'e sai tiha hosi relasaun, tenke konsidera katak interesadu sira iha nafatin direitu atu husu nia pagamentu ho meu competente.

SUBSEKSAUN IV

KONFERÉNSIA HO INTERESADU SIRA

Artigu 869.º

Saneamentu iha prosesu no konferénsia ho interesadu sira

1. Rezolve tiha kestaun suxitada ne'ebé bele iha influénsia ba partilla no determina tiha bein ne'ebé atu tama iha partilla, juíz sei marka loron ba konferénsia ho interesadu sira.

2. Interesadu ida-idak bele haruka mandatáriu ho poder espeziál ka foo mandatu ba interesadu seluk atu representa nia.

3. Iha notifikasaun tenke foo-hatene konferénsia nia objetu ba konvokadu sira.

4. Tenke notifika interesadu diretu iha partilla sira ho rezidénsia iha tribunál distritál ne'e nia área atu mai rasik ka haruka sira

objecto da conferência.

4.Os interessados directos na partilha que residam na área de jurisdição do tribunal distrital são notificados com obrigação de comparência pessoal, ou de se fazerem representar nos termos do n.º 2, sob cominação de multa.

5.A conferência pode ser adiada, por determinação do juiz ou a requerimento de qualquer interessado, por uma só vez, se faltar algum dos convocados e houver razões para considerar viável o acordo sobre a composição dos quinhões.

Artigo 870.º

Assuntos a submeter à conferência de interessados

1.Na conferência podem os interessados acordar, por unanimidade, e ainda com a concordância do Ministério Público quando tiver intervenção principal no processo, que a composição dos quinhões se realize por algum dos modos seguintes:

a)Designando as verbas que não de compor, no todo ou em parte, o quinhão de cada um deles e os valores por que devem ser adjudicados;

b)Indicando as verbas ou lotes e respectivos valores, para que, no todo ou em parte, sejam objecto de sorteio pelos interessados;

c)Acordando na venda judicial, total ou parcial, dos bens da herança e na distribuição do produto da alienação pelos diversos interessados.

2.As diligências referidas nas alíneas a) e b) do número anterior podem ser precedidas de arbitramento, requerido pelos interessados ou oficiosamente determinado pelo juiz, destinado a possibilitar a repartição igualitária e equitativa dos bens pelos vários interessados.

3.À conferência compete ainda deliberar sobre a aprovação do passivo e forma de cumprimento dos legados e demais encargos da herança.

4.Na falta do acordo previsto no n.º 1, incumbe ainda à conferência deliberar sobre:

a)As reclamações deduzidas sobre o valor atribuído aos bens relacionados;

b)Quaisquer questões cuja resolução possa influir na partilha.

5.A deliberação dos interessados presentes, relativa às matérias contidas no n.º 4, vincula os que não comparecerem, salvo se não tiverem sido devidamente notificados.

6.O inventário pode findar na conferência, por acordo dos interessados e do Ministério Público, quando tenha intervenção principal, desde que o juiz considere que a simplicidade da partilha o consente; a partilha efectuada é, neste caso, judicialmente homologada em acta, da qual constarão todos os elementos relativos à composição dos quinhões e a forma da partilha.

Artigo 871.º

Reconhecimento das dívidas aprovadas por todos

nia representante mai, tuir n.º 2 nia dispozisaun, ho kominasaun katak, selae, sei hetan kondensasaun ho multa.

5. Juíz, ofisiozamente ka tuir interesadu ruma nia rekerimentu, bele adia konferénsia, dala ida deit, kuandu konvokadu ruma falta no iha razaun atu fiar katak interesadu sira sei halo akordu kona-ba kiñaun ida-idak nia kompozisaun.

Artigu 870.º

Asuntu atu trata iha konferénsia

1. Iha konferénsia, interesadu sira, ho unanimidade, no ho mos Ministériu Públiku, kuandu nia iha intervensaun prinsipál iha prosesu, bele halo akordu katak, atu halo kiñaun ida-idak sei:

- a) Hatudu verba sira-ne'ebé sei tama, tomak ka baluk deit, iha ida-idak nia kiñaun no ho valór hira;
- b) Hatudu verba ka lote no nia valór, atu halo sorteiu, tomak ka baluk, ba interesadu sira;
- c) Halo venda judisiál ba eransa nia bein, hotu ka balu, no fahe nia produktu ba interesadu sira.

2. Ofisiozamente ka tuir interesadu ruma nia rekerimentu, juíz bele haruka halo uluk arbitramentu molok halo dilijénsia sira-ne'ebé tama iha númeru anteriór, alínea a) no b), atu halo repartisaun igualitária no ekuitativa ba interesadu hotu-hotu.

3. Konferénsia tenke delibera mos kona-ba pasivu nia aprovasaun no oinsá sei kumpre legadu no eransa nia enkargu sira seluk.

4. Kuandu la iha akordu previstu iha n.º 1, konferénsia tenke delibera mos kona-ba:

- a) Reklamasaun hasoru valór ne'ebé atribui ba bein relasionadu ida-idak;
- b) Kestaun ne'ebé nia rezolusaun bele iha influénsia ba partilla ne'e.

5. Interesadu presente sira nia deliberaun kona-ba matéria prevista iha n.º 4 vinkula sira-ne'ebé la tama konferénsia ne'e, salvu sira-ne'e la hetan notifikasaun devida.

6. Inventáriu bele hotu iha konferénsia kuandu interesadu sira, no ho mos Ministériu Públiku, kuandu nia iha intervensaun prinsipál iha prosesu, halo akordu, naran karak juíz konsidera katak bele hotu tanba partilla ne'e simples ida; iha kazu ne'e, juíz sei haruka hakerek iha akta nia desizaun hodi omologa partilla ne'e; iha akta tenke hakerek mos elementu hotu-hotu kona-ba kiñaun sira nia kompozisaun no oinsá halo partilla ne'e.

Artigu 871.º

Rekoñesimentu ba dívida aprovada

- 1.As dívidas que sejam aprovadas pelos interessados maiores e por aqueles a quem compete a aprovação por parte dos menores ou equiparados consideram-se judicialmente reconhecidas, devendo a sentença que julgue a partilha condenar no seu pagamento.
- 2.Quando a lei exija certa espécie de prova documental para a demonstração da sua existência, não pode a dívida ser aprovada por parte dos menores ou equiparados sem que se junte ou exiba a prova exigida.

Artigo 872.º
Verificação de dívidas pelo juiz

Se todos os interessados forem contrários à aprovação da dívida, o juiz conhecerá da sua existência quando a questão puder ser resolvida com segurança pelo exame dos documentos apresentados.

Artigo 873.º
Divergências entre os interessados sobre a aprovação de dívidas

Havendo divergências sobre a aprovação da dívida, aplicar-se-á o disposto no artigo 871.º à quota-parte relativa aos interessados que a aprovem; quanto à parte restante, será observado o determinado no artigo 872.º.

Artigo 874.º
Pagamento das dívidas aprovadas por todos

- 1.As dívidas vencidas e aprovadas por todos os interessados têm de ser pagas imediatamente, se o credor exigir o pagamento.
- 2.Não havendo na herança dinheiro suficiente e não acordando os interessados noutra forma de pagamento imediato, procede-se à venda de bens para esse efeito, designando o juiz os que hão-de ser vendidos, quando não haja acordo a tal respeito entre os interessados.
- 3.Se o credor quiser receber em pagamento os bens indicados para a venda, ser-lhe-ão adjudicados pelo preço que se ajustar.
- 4.O que fica disposto é igualmente aplicável às dívidas cuja existência seja verificada pelo juiz, nos termos dos artigos 872.º e 873.º, se o respectivo despacho transitar em julgado antes da organização do mapa da partilha.

Artigo 875.º
Pagamento de dívidas aprovadas por alguns dos interessados

Sendo as dívidas aprovadas unicamente por alguns dos interessados, compete a quem as aprovou resolver sobre a forma de pagamento,

1. Iha sentensa ne'ebé julga partilla, juíz tenke konsidera rekoñesida iha juízu dívida ne'ebé interesadu maiór sira no ema ne'ebé bele tama iha interesadu menór ka ekiparadu sira nia fatin aprova, no kondena halo pagamentu ne'e.
2. Kuandu lei ezije dokumentu ruma atu halo prova katak dívida ida iha duni, menór ka ekiparadu nia representante sira la bele aprova dívida ne'e, molok hatama ka hatudu tiha dokumentu ne'e.

Artigu 872.º
Verifikasaun judisiál ba dívida

Kuandu interesadu hotu-hotu konsidera katak la bele aprova eransa nia dívida, juíz sei koñese dívida ne'e nia ezixténsia kuandu, haree ba dokumentu ne'ebé apresenta tiha ona, bele rezolve kestaun ne'e ho seguransa.

Artigu 873.º
Diverjénsia iha interesadu sira kona-ba dívida nia aprovasaun

Kuandu iha diverjénsia kona-ba dívida nia aprovasaun, tenke aplika artigu 871.º nia dispozisaun ba interesadu sira-ne'ebé aprova dívida ne'e no artigu 872.º nia dispozisaun ba sira seluk.

Artigu 874.º
Pagamentu ba dívida ne'ebé hotu-hotu aprova

1. Dívida vensida ne'ebé interesadu hotu-hotu aprova tenke selu kedas kuandu kredór ezije pagamentu ne'e.
2. Kuandu eransa la iha osan natón no interesadu sira la iha akordu kona-ba forma seluk atu selu kedas dívida ne'e, tenke fa'an eransa nia bein atu halo pagamentu ne'e; kuandu parte sira la iha akordu kona-ba bein maka atu fa'an, juíz sei hatudu bein ne'ebé atu fa'an.
3. Kuandu kredór hakarak simu hanesan pagamentu bein ne'ebé hatudu tiha ona atu fa'an, sei adjudika bein ne'e ba nia ho folin ne'ebé kombina.
4. Artigu ida-ne'e nia dispozisaun aplika mos ba dívida ne'ebé juíz verifika, tuir artigu 872.º no 873.º nia dispozisaun, kuandu nia despaxu tranzita-ein-julgadu molok organiza mapa ba partilla.

Artigu 875.º
Pagamentu ba dívida ne'ebé interesadu balu maka aprova

Kuandu interesadu balu deit maka aprova dívida, interesadu sira-ne'ebé aprova ne'e maka rezolve oinsá halo pagamentu ne'e, maibé sira nia deliberaun la afeta interesadu sira seluk.

mas a deliberação não afecta os demais interessados.

Artigo 876.º

Deliberação dos legatários ou donatários sobre o passivo

1. Aos legatários compete deliberar sobre o passivo e forma do seu pagamento, quando toda a herança seja dividida em legados, ou quando da aprovação das dívidas resulte redução de legados.
2. Os donatários serão chamados a pronunciar-se sobre a aprovação das dívidas, sempre que haja sérias probabilidades de resultar delas a redução das liberalidades.

Artigo 877.º

Dívida não aprovada por todos ou não reconhecida pelo tribunal

Se a dívida que dá causa à redução não for aprovada por todos os herdeiros, donatários e legatários ou não for reconhecida pelo tribunal, não poderá ser tomada em conta, no processo de inventário, para esse efeito.

Artigo 878.º

Reclamação contra o valor atribuído aos bens

1. Até ao início das licitações, podem os interessados e o Ministério Público, quando tenha intervenção principal no inventário, reclamar contra o valor atribuído a quaisquer bens relacionados, por defeito ou por excesso, indicando logo qual o valor que reputam exacto.
2. A conferência delibera, por unanimidade, sobre o valor em que se devem computar os bens a que a reclamação se refere.
3. Não se altera, porém, o valor se algum dos interessados declarar que aceita a coisa pelo valor declarado na relação de bens ou na reclamação apresentada, consoante esta se baseie no excesso ou no insuficiente valor constante da relação, equivalendo tal declaração à licitação; se mais de um interessado aceitar, abre-se logo licitação entre eles, sendo a coisa adjudicada ao que oferecer maior lanço.
4. Não havendo unanimidade na apreciação da reclamação deduzida, nem se verificando a hipótese prevista no número anterior, poderá requerer-se a avaliação dos bens cujo valor foi questionado.
5. As reclamações contra o valor atribuído aos bens podem ser feitas verbalmente na conferência.

SUBSECÇÃO V DAS LICITAÇÕES

Artigo 879.º

Abertura das licitações

Artigu 876.º

Legatáriu ka donatáriu sira nia deliberaun kona-ba pasivu

1. Kuandu eransa fahe hotu hanesan legadu ka dívida nia aprovasaun hamosu redusaun ba legadu, legatáriu sira maka iha kompeténsia atu delibera kona-ba pasivu no oinsá halo pagamentu ba pasivu ne'e.
2. Tenke bolu mos donatáriu²⁰⁸ sira mai foo sira nia opiniaun kona-ba dívida nia aprovasaun, kuandu iha probabilidade séria katak aprovasaun ne'e hamosu redusaun ba liberalidade²⁰⁹ ne'e.

Artigu 877.º

Dívida ne'ebé hotu-hotu la aprova ka tribunál la rekoñese

Kuandu dívida ne'ebé hamosu redusaun la hetan aprovasaun hosi erdeiru, legatáriu no donatáriu sira hotu ka la hetan rekoñesimentu hosi tribunál, labele konsidera ba efeitu ne'e iha prosesu ba inventáriu.

Artigu 878.º

Reklamasau hasoru valór atribuidu ba bein

1. Too lisitasaun hahú, interesadu sira no Ministériu Públiku, kuandu nia iha intervensaun prinsipál iha inventáriu, bele reklama hasoru valór ne'ebé atribui tiha ona ba bein relasionadu ruma, tanba kiik resin ka tanba boot resin, no hatudu kedas valór ne'ebé konsidera loos.
2. Konferénsia sei delibera, ho unanimidade, bein ne'e nia valór hira loos.
3. Maibé, labele altera valór ne'e, kuandu interesadu ruma deklara katak nia simu bein ne'e ho valór ne'ebé deklara tiha ona iha bein nia relasaun ka iha reklamasaun apresentada ne'e, konforme reklamasaun ne'e dehan katak valór ne'ebé hatudu iha relasaun ne'e boot resin ka kiik resin; deklarasaun ne'e vale hanesan lisitasaun; kuandu interesadu barak maka halo deklarasaun ne'e, tenke halo lisitasaun ba sira no adjudika bein ne'e ba ida-ne'ebé oferese lansu boot liu.
4. Kuandu la iha unanimidade kona-ba reklamasaun ne'e no situasaun la tama iha ipóteze prevista iha númeru anteriór, bele husu avaliasaun ba bein ne'ebé nia valór hasoru reklamasaun ne'e.
5. Reklamasaun hasoru valór ne'ebé atribui ba bein bele halo verbalmente iha konferénsia ho interesadu sira.

SUBSEKSAUN V LISITASAUN

Artigu 879.º

Abertura ba lisitasaun

1. Não tendo havido acordo, nos termos do n.º 1 do artigo 870.º, e resolvidas as questões referidas no n.º 4 deste artigo, quando tenham lugar, abre-se licitação entre os interessados.

2. Estão excluídos da licitação os bens que, por força de lei ou de negócio, não possam ser dela objecto, os que devam ser preferencialmente atribuídos a certos interessados e os que hajam sido objecto de pedido de adjudicação, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 880.º **Pedidos de adjudicação de bens**

1. Se estiverem relacionados bens indivisíveis de que algum dos interessados seja comproprietário, excedendo a sua quota metade do respectivo valor e fundando-se o seu direito em título que a exclua do inventário ou, não havendo herdeiros legitimários, em doação ou legado do autor da herança, pode requerer que a parte relacionada lhe seja adjudicada.

2. Pode igualmente qualquer interessado formular pedido de adjudicação relativamente a quaisquer bens fungíveis ou títulos de crédito, na proporção da sua quota, salvo se a divisão em espécie puder acarretar prejuízo considerável.

3. Os pedidos de adjudicação a que se referem os números anteriores são deduzidos na conferência de interessados; os restantes interessados presentes são ouvidos sobre as questões da indivisibilidade ou do eventual prejuízo causado pela divisão, podendo qualquer dos interessados requerer que se proceda à avaliação.

Artigo 881.º **Avaliação de bens doados no caso de ser arguida inoficiosidade**

1. Se houver herdeiros legitimários e algum interessado declarar que pretende licitar sobre os bens doados pelo inventariado, a oposição do donatário, seja ou não conferente, tem como consequência poder requerer-se a avaliação dos bens a que se refira a declaração.

2. Feita a avaliação e concluídas as licitações nos outros bens, a declaração fica sem efeito se vier a apurar-se que o donatário não é obrigado a repor bens alguns.

3. Quando se reconheça, porém, que a doação é inoficiosa, observar-se-á o seguinte:

a) Se a declaração recair sobre prédio susceptível de divisão, é admitida a licitação sobre a parte que o donatário tem de repor, não sendo admitido a ela o donatário;

b) Se a declaração recair sobre coisa indivisível, abrir-se-á licitação sobre ela entre os herdeiros legitimários, no caso de a redução exceder metade do seu valor, pois se a redução for igual ou inferior a essa

1. Kuandu la iha akordu, tuir artigu 870.º, n.º 1, nia dispozisaun, ka rezolve tiha kestaun sira-ne'ebé tama iha artigu ne'e nia n.º 4 nia previzaun, kuandu iha, sei loke lisitasaun ba interesadu sira.
2. La bele tama iha lisitasaun bein ne'ebé, tuir lei ka negósiu, la bele tama, bein ne'ebé interesadu ruma iha preferénsia atu adjudika ba nia no bein ne'ebé ema ruma husu atu adjudika ba nia, tuir artigu seguinte nia dispozisaun.

Artigu 880.º Pedidu ba adjudikasaun

1. Interesadu ne'ebé okupa pozisaun hanesan kompropriedade iha bein indivizivel ne'ebé tama iha relasaun bele husu atu adjudika parte relasionada ne'e ba nia, kuandu nia kuota boot liu metade iha bein ne'e nia valór no nia direitu bazeia iha título ne'ebé la exklui bein ne'e hosi inventáriu ka, la iha erdeiru lejitimáriu karik, iha doasaun ka legadu ne'ebé autór-da-eransa halo.
2. Interesadu naran ida bele husu atu adjudika ba nia bein funjivel ka título ba kréditu ruma, ho proporsaun tuir nia kuota, salvu kuandu divizaun iha espésie bele hamosu prejuizu konsideravel.
3. Adjudikasaun referidu iha número anteriór tenke husu iha konferénsia ho interesadu sira; tenke rona interesadu presente sira seluk kona-ba kestaun relasionada ho indivizibilidade ka kona-ba prejuizu ne'ebé divizaun bele hamosu, no interesadu sira-ne'e bele husu atu halo avaliasaun.

Artigu 881.º Avaliasaun ba bein doadu kuandu ema ruma argui inofisiozidade

1. Kuandu iha erdeiru lejitimáriu no interesadu ruma deklarara katak hakarak halo lisitasaun ba bein ne'ebé inventariadu doa tiha ona, no donatáriu, konferente ka lae, halo opozisaun ba lisitasaun ne'e, sira naran ida bele husu avaliasaun ba bein ne'ebé deklarasaun ne'e monu ba.
2. Avaliasaun ne'e lakon nia efeitu kuandu, halo tiha lisitasaun iha bein sira seluk, haree katak donatáriu ne'e la presiza foo fila-fali bein ida.
3. Kuandu haree katak doasaun ne'e inofisiozu, tenke halo hanesan tuirmai ne'e:
 - a) Kuandu deklarasaun ne'e monu ba prédiu ne'ebé bele divide, tenke admite lisitasaun ba parte ne'ebé donatáriu tenke foo fila-fali, no donatáriu ne'e la bele tama iha lisitasaun ne'e;
 - b) Reklamasan monu ba koiza indivizivel karik, sei loke lisitasaun ba erdeiru lejitimáriu sira kona-ba bein ne'e, kuandu redusaun iha valór boot liu koiza ne'e nia sorin-balu; donatáriu maka tenke foo fila-fali exesu ne'e, kuandu redusaun ne'e iha valór hanesan

metade, fica o donatário obrigado a repor o excesso;
c) Não se dando o caso previsto nas alíneas anteriores, o donatário pode escolher, entre os bens doados, os necessários para o preenchimento da sua quota na herança e dos encargos da doação, reporá os que excederem o seu quinhão e sobre os bens repostos abrir-se-á licitação, se for requerida ou já o estiver, não sendo o donatário admitido a licitar.

4. A oposição do donatário deve ser declarada no próprio acto da conferência, se estiver presente. Não o estando, deve o donatário ser notificado, antes das licitações, para manifestar a sua oposição.

5. A avaliação pode ser requerida até ao fim do prazo para exame do processo para a forma da partilha.

Artigo 882.º

Avaliação de bens legados no caso de ser arguida inoficiosidade

1. Se algum interessado declarar que pretende licitar sobre bens legados, pode o legatário opor-se nos termos do n.º 4 do artigo anterior.

2. Se o legatário se opuser, não tem lugar a licitação, mas é lícito aos herdeiros requerer a avaliação dos bens legados quando a sua baixa avaliação lhes possa causar prejuízo.

3. Na falta de oposição por parte do legatário, os bens entram na licitação, tendo o legatário direito ao valor respectivo.

4. Ao prazo para requerer a avaliação é aplicável o disposto no n.º 5 do artigo anterior.

Artigo 883.º

Avaliação a requerimento do donatário ou legatário, sendo as liberalidades inoficiosas

1. Quando do valor constante da relação de bens resulte que a doação ou o legado são inoficiosos, pode o donatário ou o legatário, independentemente das declarações a que se referem os artigos anteriores, requerer avaliação dos bens doados ou legados, ou de quaisquer outros que ainda o não tenham sido.

2. Pode também o donatário ou legatário requerer a avaliação de outros bens da herança quando só em face da avaliação dos bens doados ou legados e das licitações se reconheça que a doação ou legado tem de ser reduzida por inoficiosidade.

3. A avaliação a que se refere este artigo pode ser requerida até ao exame do processo para a forma da partilha.

Artigo 884.º

Consequências da inoficiosidade do legado

ka kiik liu koiza ne'e nia sorin balu.

c) Kuandu la tama iha situasaun prevista iha alinea anteriór sira, donatáriu bele hili hosi bein doadu sira-ne'e bein ne'ebé nesésáriu atu preenxe nia kuota iha eransa no doasaun nia enkargu no entrega fali ba eransa sira-ne'ebé liu tiha nia kiñaun; sei loke lisitasaun ba bein sira-ne'ebé foo fila-fali ne'e, kuandu ema ruma husu ka husu tiha ona, no donatáriu la bele tama iha lisitasaun ne'e.

4. Donatáriu tenke deklarara nia opozisaun iha konferénsia nia laran, kuandu nia iha ne'ebá. Kuandu donatáriu la iha ne'ebá, tenke notifika nia atu hatoo opozisaun ne'e, molok halo lisitasaun.

5. Avaliasaun ne'e bele husu too prazu atu ezamina autus hodi halo forma ba partilla hotu.

Artigu 882.º

Avaliasaun ba bein legadu kuandu ema ruma argui inofisiozidade

1. Kuandu interesadu ruma deklarara katak nia hakarak halo lisitasaun ba bein legadu, legatáriu bele halo opozisaun, tuir artigu anteriór, n.º 4, nia dispozisaun.

2. Kuandu legatáriu halo opozisaun, la bele iha lisitasaun, maibé erdeiru sira bele husu atu avalia bein legadu ne'e kuandu sira bele hetan prejuizu tanba nia avaliasaun kiik hela.

3. Kuandu legatáriu la halo opozisaun, bein legadu ne'e tama iha lisitasaun no legatáriu iha direitu atu simu nia valór.

4. Sei aplika artigu anteriór n.º 5, nia dispozisaun ba prazu atu rekér avaliasaun.

Artigu 883.º

Avaliasaun tuir donatáriu ka legatáriu nia pedidu kuandu iha liberalidade inofisioza

1. Kuandu, tuir valór ne'ebé hatudu iha bein nia relasaun, doasaun ka legadu tenke konsidera inofisioza, donatáriu ka legatáriu bele husu atu avalia bein doadu ka legadu ka bein seluk ne'ebé seidak avalia, independentemente hosi deklarasaun sira-ne'ebé artigu anteriór sira prevé.

2. Donatáriu ka legatáriu bele husu mos atu avalia bein sira seluk kuandu, ho bein doadu ka legadu nia avaliasaun no ho lisitasaun maka haree katak doasaun ka legadu ne'e tenke redúz tanba inofisiozidade.

3. Avaliasaun ne'e bele rekér too halo ezame ba prosesu atu halo forma ba partilla.

Artigu 884.º

Konsekuénsia hosi legadu inofisiozu

1. Se o legado for inoficioso, o legatário reporá, em substância, a parte que exceder, podendo sobre essa parte haver licitação, a que não é admitido o legatário.

2. Sendo a coisa legada indivisível, observar-se-á o seguinte:

a) Quando a reposição deva ser feita em dinheiro, qualquer dos interessados pode requerer avaliação da coisa legada;

b) Quando a reposição possa ser feita em substância, o legatário tem a faculdade de requerer licitação na coisa legada.

3. É aplicável também ao legatário o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 881.º.

Artigo 885.º **Realização da avaliação**

A avaliação dos bens que integram cada uma das verbas da relação é efectuada por um único perito, nomeado pelo tribunal, aplicando-se o preceituado na parte geral do Código, com as necessárias adaptações.

Artigo 886.º **Quando se faz a licitação**

1. A licitação tem lugar, sendo possível, no mesmo dia da conferência de interessados e logo em seguida a ela.

2. É permitido desistir da declaração de que se pretende licitar até ao momento em que a respectiva verba seja posta a lanços; mas nem por isso a verba deixa de ser posta em licitação.

Artigo 887.º **Como se faz a licitação**

1. A licitação tem a estrutura de uma arrematação a que somente são admitidos os herdeiros e o cônjuge meeiro, salvo os casos especiais em que, nos termos dos artigos anteriores, deva ser admitido o donatário ou o legatário.

2. Cada verba é licitada de per si, salvo se todos concordarem na formação de lotes para este efeito, ou se houver algumas que não possam separar-se sem inconveniente.

3. Podem diversos interessados, por acordo, licitar na mesma verba ou lote para lhes ser adjudicado em comum na partilha.

Artigo 888.º **Anulação da licitação**

1. Se o Ministério Público entender que o representante de algum incapaz ou equiparado não defendeu devidamente, na licitação, os

1. Kuandu iha legadu inofisiozu, legatáriu tenke foo fila-fali, em substánsia, parte ne'ebé liu tiha; bele iha lisitasaun ba parte resposta ne'e no legatáriu la bele tama iha lisitasaun ne'e.
2. Kuandu koiza legada ne'e indivizivel, tenke halo hanesan tuirmai ne'e:
 - a) Kuandu tenke halo repozisaun ho osan, interesadu naran ida bele husu atu avalia koiza legada;
 - b) Kuandu bele halo repozisaun em substánsia, legatáriu bele husu lisitasaun ba koiza legada.
3. Sei aplika ba legatáriu artigu 881.º, n.º 3, alínea c), nia dispozisaun.

Artigu 885.º
Avaliasaun nia realizasaun

Peritu ida deit, ne'ebé tribunál nomeia, maka halo avaliasaun ba bein ne'ebé tama iha verba ida-idak iha relasaun; aplika mos iha ne'e dispozisaun sira iha kódigu ne'e nia parte jerál, ho adaptasaun nesesária.

Artigu 886.º
Kuandu maka halo lisitasaun

1. Lisitasaun tenke halo iha loron ne'ebé juíz halo konferénsia ho interesadu sira no tuir kedas konferénsia ne'e.
2. Ema ne'ebé deklarata katak hakarak lisita bele dezixte hosi deklarasaun ne'e too momentu ne'ebé verba respetiva tama ba lansu; maibé ne'e la taka dalan atu loka lisitasaun ba verba ne'e.

Artigu 887.º
Oinsá halo lisitasaun

1. Lisitasaun sei halo hanesan arrematasaun ida iha ne'ebé bele tama deit erdeiru no kónjuje meeiru sira, salvu iha kazu espesiál ne'ebé, tuir artigu anteriór sira nia dispozisaun, tenke admite mos donatáriu ka legatáriu.
2. Verba ida-idak tenke lisita mesak, salvu kuandu ema hotu-hotu konkorda atu forma lote hodi halo lisitasaun ne'e ka kona-ba verba sira-ne'ebé iha inkonveniente atu lisita ketak-ketak;
3. Interesadu barak bele konkorda atu lisita hamutuk bein ida deit ka lote ida deit, atu bein ne'e adjudika ba sira hanesan bein komún iha partilla ne'e.

Artigu 888.º
Anulasaun ba lisitasaun

1. Kuandu Ministériu Públiku haree katak inkapáz ka ekiparadu ruma nia representante la defende didiak, iha lisitasaun, nia representadu nia direitu no interese, tenke rekér, kedas ka iha loron sanulu nia

direitos e interesses do seu representado, requererá imediatamente, ou dentro do prazo de dez dias, a contar da licitação, que o acto seja anulado na parte respectiva, especificando claramente os fundamentos da sua arguição.

2.Ouvido o requerido, conhecer-se-á da arguição e, sendo procedente, decretar-se-á a anulação, mandando-se repetir o acto e cometendo-se ao Ministério Público a representação do incapaz.

3.No final da licitação de cada dia pode o Ministério Público declarar que não requererá a anulação do que nesse dia se tenha feito.

SUBSECÇÃO VI DA PARTILHA

Artigo 889.º

Despacho sobre a forma da partilha

1.Cumprido o que fica disposto nos artigos anteriores, são ouvidos sobre a forma da partilha os advogados dos interessados e o Ministério Público, nos termos aplicáveis do artigo 865.º

2.Nos dez dias seguintes proferir-se-á despacho determinativo do modo como deve ser organizada a partilha. Neste despacho são resolvidas todas as questões que ainda o não tenham sido e que seja necessário decidir para a organização do mapa da partilha, podendo mandar-se proceder à produção da prova que se julgue necessária. Mas se houver questões de facto que exijam larga instrução, serão os interessados remetidos nessa parte para os meios comuns.

3.O despacho determinativo da forma da partilha só pode ser impugnado na apelação interposta da sentença da partilha.

Artigo 890.º

Preenchimento dos quinhões

No preenchimento dos quinhões observar-se-ão as seguintes regras:

a)Os bens licitados são adjudicados ao respectivo licitante, tal como os bens doados ou legados são adjudicados ao respectivo donatário ou legatário;

b)Aos não conferentes ou não licitantes são atribuídos, quando possível, bens da mesma espécie e natureza dos doados e licitados. Não sendo isto possível, os não conferentes ou não licitantes são inteirados em outros bens da herança, mas se estes forem de natureza diferente da dos bens doados ou licitados, podem exigir a composição em dinheiro, vendendo-se judicialmente os bens necessários para obter as devidas quantias. O mesmo se observará em benefício dos co-herdeiros não legatários, quando alguns dos herdeiros tenham sido contemplados com legados;

c)Os bens restantes, se os houver, são repartidos à sorte entre os

laran, hahú iha lisitasaun, ba juíz atu anula aktu ne'e iha nia parte respetiva, hatudu ho fundamentu ida-idak ba nia arguisaun.

2. Rona tiha rekeridu, juíz sei koñese arguisaun ne'e no, kuandu konsidera prosedente, dekreta anulasaun ne'e no haruka repete fali aktu ne'e; iha repetisaun ne'e Ministériu Públiku maka reprezenta inkapáz.

3. Kuandu lisitasaun ne'ebé halo iha loron ida-idak hotu, Ministériu Públiku bele deklarara katak nia la rekér anulasaun ba lisitasaun ne'ebé halo iha loron ida-ne'e.

SUBSEKSAUN V PARTILLA

Artigu 889.º

Despaxu kona-ba partilla nia forma

1. Halo tuir tiha artigu anteriór sira nia dispozisaun, tenke rona interesadu sira nia advogadu no Ministériu Públiku kona-ba oinsá halo partilla, tuir artigu 865.º nia dispozisaun aplikavel.

2. Iha loron sanulu ne'ebé tuir fali, juíz tenke profere despaxu kona-ba oinsá tenke organiza partilla. Iha despaxu ne'e tenke rezolve kestaun sira-ne'ebé seidak rezolve no tenke decide atu organiza mapa ba partilla; juíz bele haruka prodúz prova ne'ebé nia konsidera nesesária. Maibé, kuandu kestaun-defaktu ruma ezije instrusaun luan, juíz tenke haruka parte sira ba meu komún.

3. Despaxu ne'ebé determina oinsá halo partilla bele hasoru impugnasaun deit iha apelasaun ne'ebé sei hatama hasoru sentensa ne'ebé omologa partilla.

Artigu 890.º

Kiñaun nia preenximentu

Atu preenxe kiñaun tenke tuir regra sira-ne'e:

- a) Bein lisitadu tenke adjudika ba lisitante respetivu; bein doadu ka legadu tenke adjudika ba donatáriu ka legatáriu respetivu;
- b) Tenke atribui ba sira-ne'ebé laós konferente ka laós lisitante, kuandu bele, bein ho espésie no natureza hanesan ho bein doado no lisitadu sira. Kuandu la bele, tenke atribui ba sira bein seluk, maibé sira bele husu atu simu osan iha bein sira-ne'e nia fatin, no tenke halo venda judisiál ba bein nesesáriu atu hetan osan ne'e. Sei halo mos hanesan ne'e ba ko-erdeiru la legatáriu, kuandu erdeiru ruma iha mos legadu;
- c) Bein sira-ne'ebé sei resta, kuandu iha, tenke fahe ba interesadu sira iha sorteiu, iha lote hanesan;
- d) Kréditu litijiozu ka ne'ebé la hetan komprovasaun suficiente no bein sira-ne'ebé la iha valór tenke fahe proporsionalmente

interessados, por lotes iguais;

d)Os créditos que sejam litigiosos ou que não estejam suficientemente comprovados e os bens que não tenham valor são distribuídos proporcionalmente pelos interessados.

Artigo 891.º **Mapa da partilha**

1.Recebido o processo com o despacho sobre a forma da partilha, a secretaria, dentro de dez dias, organiza o mapa da partilha, em harmonia com o mesmo despacho e com o disposto no artigo anterior.

2.Para a formação do mapa acha-se, em primeiro lugar, a importância total do activo, somando-se os valores de cada espécie de bens conforme as avaliações e licitações efectuadas e deduzindo-se as dívidas, legados e encargos que devam ser abatidos; em seguida, determina-se o montante da quota de cada interessado e a parte que lhe cabe em cada espécie de bens; por fim, faz-se o preenchimento de cada quota com referência aos números das verbas da descrição.

3.Os lotes que devam ser sorteados são designados por letras.

4.Os valores são indicados somente por algarismos. Os números das verbas da descrição serão indicados por algarismos e por extenso e quando forem seguidos apontam-se só os limites entre os quais fica compreendida a numeração. Se aos co-herdeiros couberem fracções de verbas, tem de mencionar-se a fracção.

5.Em cada lote deve sempre indicar-se a espécie de bens que o constituem.

Artigo 892.º **Excesso de bens doados, legados ou licitados**

1.Se a secretaria verificar, no acto da organização do mapa, que os bens doados, legados ou licitados excedem a quota do respectivo interessado ou a parte disponível do inventariado, lançará no processo uma informação, sob a forma de mapa, indicando o montante do excesso.

2.Se houver legados ou doações inoficiosas, o juiz ordena a notificação dos interessados para requererem a sua redução nos termos da lei civil, podendo o legatário ou donatário escolher, entre os bens legados ou doados, os necessários a preencher o valor que tenha direito a receber.

Artigo 893.º **Opções concedidas aos interessados**

1.Os interessados a quem hajam de caber tornas são notificados para requerer a composição dos seus quinhões ou reclamar o pagamento das tornas.

2.Se algum interessado tiver licitado em mais verbas do que as necessárias

ba interesadu sira.

Artigu 891.º
Mapa ba partilla

1. Simu tiha autus ho despaxu kona-ba oinsá halo partilla, sekretaria, iha loron sanulu nia laran, tenke organiza mapa ba partilla, tuir despaxu ne'e no artigu anteriór nia dispozisaun.
2. Atu forma mapa ne'e, tenke soma hamutuk bein ida-idak iha espésie ida-idak nia valór, conforme avaliasaun no lisitasaun efetuada, no hasai tiha dívida, legadu no enkargu ne'ebé tenke hasai, atu kalkula uluk ativu nia importánsia²¹⁰ totál; tuirmai, tenke determina interesadu ida-idak nia kuota nia valór no bein hosi espésie ida-idak ne'ebé tama iha kuota ne'e; finalmente, sei preenxe kuota ida-idak ho referénsia ba verba sira iha deskrisaun nia número.
3. Lote ne'ebé tenke tama iha sorteiu sei dezigna ho letra.
4. Valór sei hatudu ho algarismu. Verba sira-ne'ebé tama iha deskrisaun nia número tenke hatudu ho algarizmu no pur-estensu no, kuandu número sira-ne'e tuir malu, tenke aponta deit numerasaun²¹¹ ne'e nia limite. Kuandu verba nia frasaun ruma monu ba co-erdeiru sira, tenke refere frasaun ne'e.
5. Iha lote ida-idak tenke hatudu bein hosi espésie sira-ne'ebé maka konstitui lote ne'e.

Artigu 892.º
Bein doadu, legadu ka lisitadu nia exesu

1. Kuandu, atu organiza mapa ba partilla, sekretaria haree katak bein doadu, legadu ka lisitadu liu tiha interesadu respetivu nia kuota ka inventariadu nia parte disponivel, tenke tau informasaun iha autus, ho forma hanesan mapa, hatudu ho valór ne'ebé liu kuota ne'e.
2. Kuandu iha legadu ka doasaun inofisioza, juíz haruka notifika interesadu sira atu rekér redusaun, tuir lei sivil; legatáriu ka donatáriu bele hili hosi bein legadu ka doadu sira-ne'ebé prezisa atu preenxe valór ne'ebé nia iha direitu atu simu.

Artigu 893.º
Interesadu sira nia opsaun

1. Tenke notifika interesadu ne'ebé tenke hela ho tornas²¹² atu rekér kompozisaun ba nia kiñaun ka reklama tornas nia pagamentu;
2. Kuandu interesadu ruma lisita verba barak liu sira-ne'ebé prezisa atu preenxe nia kuota, notifikadu referidu iha número anteriór bele husu ba juíz atu adjudika²¹³ ba nia verba sira-ne'ebé liu interesadu lisitante nia kuota ka verba sira-ne'e balu, ho valór

para preencher a sua quota, a qualquer dos notificados é permitido requerer que as verbas em excesso ou algumas lhes sejam adjudicadas pelo valor resultante da licitação, até ao limite do seu quinhão.

3.O licitante pode escolher, de entre as verbas em que licitou, as necessárias para preencher a sua quota, e será notificado para exercer esse direito, nos termos aplicáveis do n.º 2 do artigo anterior.

4.Sendo o requerimento feito por mais de um interessado e não havendo acordo entre eles sobre a adjudicação, decide o juiz, por forma a conseguir o maior equilíbrio dos lotes, podendo mandar proceder a sorteio ou autorizar a adjudicação em comum na proporção que indicar.

Artigo 894.º

Pagamento ou depósito das tornas

1.Reclamado o pagamento das tornas, é notificado o interessado que haja de as pagar, para as depositar.

2.Não sendo efectuado o depósito, podem os requerentes pedir que das verbas destinadas ao devedor lhes sejam adjudicadas, pelo valor constante da informação prevista no artigo 892.º, as que escolherem e sejam necessárias para preenchimento das suas quotas, contanto que depositem imediatamente a importância das tornas que, por virtude da adjudicação, tenham de pagar. É aplicável neste caso o disposto no n.º 4 do artigo anterior.

3.Podem também os requerentes pedir que, transitada em julgado a sentença, se proceda no mesmo processo à venda dos bens adjudicados ao devedor até onde seja necessário para o pagamento das tornas.

4.Não sendo reclamado o pagamento, as tornas vencem os juros legais desde a data da sentença de partilhas e os credores podem registar hipoteca legal sobre os bens adjudicados ao devedor ou, quando essa garantia se mostre insuficiente, requerer a prestação de caução.

Artigo 895.º

Reclamações contra o mapa

1.Organizado o mapa, o juiz, rubricando todas as folhas e confirmando a ressalva das emendas, rasuras ou entrelinhas, pô-lo-á em reclamação.

2.Os interessados podem requerer qualquer rectificação ou reclamar contra qualquer irregularidade e nomeadamente contra a desigualdade dos lotes ou contra a falta de observância do despacho que determinou a partilha. Em seguida dá-se vista ao Ministério Público para o mesmo fim, se tiver intervenção principal no inventário.

3.As reclamações são decididas nos dez dias seguintes, podendo convocar-se os interessados a uma conferência quando alguma

ne'ebé sai hosi lisitasaun, too preenxe nia kiñaun.

3. Lisitante bele hili bein lisitadu sira-ne'ebé nesesáriu atu preenxe nia kuota, no tribunál tenke notifika nia atu ezerse direitu ne'e, tuir artigu anteriór, n.º 2, nia dispozisaun.

4. Kuandu interesadu barak maka halo pedidu ne'e no sira la iha akordu kona-ba adjudikasaun, juíz sei deside, hodi buka ekilíbrü iha sira nia lote, no bele haruka halo sorteiu ka autoriza adjudikasaun ein-komún ho proporsaun ne'ebé nia hatudu.

Artigu 894.º

Tornas nia pagamentu ka depóztu

1. Kuandu iha reklamasaun kona-ba tornas nia pagamentu, tenke notifika interesadu ne'ebé tenke selu atu depozita tornas ne'e.

2. Kuandu interesadu ne'ebé tenke selu la depozita tornas, rekerente bele hatudu no husu ba juíz atu adjudika ba nia bein ne'ebé adjudika tiha ona ba devedór ne'e, ho valór ne'ebé hakerek hela iha informasaun prevista iha artigu 892.º, too kuantidade suficiente atu preenxe nia kuota, naran katak depozita kedas tornas ne'ebé, tanba adjudikasaun ne'e, nia tenke selu. Aplika mos iha ne'e artigu anteriór, n.º 4, nia dispozisaun.

3. Rekerente ne'e bele husu mos atu, kuandu sentensa tranzita tiha ona iha julgadu, halo venda ba bein adjudikadu ba devedór too kuantidade nesesária hodi selu tornas ne'e.

4. Kuandu interesadu ne'ebé iha direitu la reklama nia pagamentu, tornas ne'e vense juru legál hahú iha data ne'ebé juíz foo sentensa kona-ba partilla no kredór bele rejista ipoteca legál ba bein adjudikadu ba devedór ne'e ka, kuandu garantia ne'e laós suficiente, rekér ba juíz atu haruka nia presta kausaun.

Artigu 895.º

Reklamasaun hasoru mapa

1. Organiza tiha mapa ba partilla, juíz sei rubrika mapa ne'e nia tahan hotu-hotu, konfirma resalva ba emenda, razura ka entreliña, no husik mapa ne'e ba reklamasaun.

2. Interesadu sira bele rekér retifikasaun ka reklama hasoru irregularidade, nomeadamente hasoru lote sira nia dezigualdade ka hasoru inobservánsia ba despaxu ne'ebé determina partilla. Tuirmai, tenke halo vista ba Ministériu Públiku, kuandu nia iha intervensaun prinsipál iha inventáriu, ba reklamasaun.

3. Juíz tenke deside reklamasaun iha lora sanulu seguinte nia laran, no bele mos konvoka interesadu sira ba konferénsia ida, kuandu reklamasaun ruma bazeia iha lote sira nia dezigualdade.

reclamação tiver por fundamento a desigualdade dos lotes.

4.No mapa far-se-ão as modificações impostas pela decisão das reclamações. Se for necessário, organizar-se-á novo mapa.

Artigo 896.º

Sorteio dos lotes e segundo e terceiro mapas

1.Em seguida procede-se ao sorteio dos lotes, se a ele houver lugar, entrando numa urna tantos papéis quantos os lotes que devem ser sorteados, depois de se ter escrito em cada papel a letra correspondente ao lote que representa.

2.Na extracção dos papéis dá-se o primeiro lugar ao meeiro do inventariado e quanto aos co-herdeiros, regula a ordem alfabética dos seus nomes.

3.O juiz tira as sortes pelos interessados que não compareçam e, à medida que se for efectuando o sorteio, averba por cota no processo o nome do interessado a quem caiba cada lote.

4.Concluído o sorteio, os interessados podem trocar entre si os lotes que lhes tenham cabido.

5.Para a troca de lotes pertencentes a menores e equiparados é necessária autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

6.Para a troca de lotes pertencentes a inabilitado é necessária a anuência do curador.

7.Quando haja cônjuge meeiro, o mapa consta de dois montes e, determinado que seja o do inventariado, organiza-se segundo mapa para a divisão dele pelos seus herdeiros.

8.Se os quinhões destes forem desiguais, por haver alguns que sucedam por direito de representação, achada a quota do representado forma-se terceiro mapa para a divisão dela pelos representantes.

9.Se algum herdeiro houver de ser contemplado com maior porção de bens, formar-se-ão, sendo possível, os lotes necessários para que o sorteio se efectue entre lotes iguais.

10.Quando o segundo mapa não puder ser organizado e sorteado no acto do sorteio dos lotes do primeiro e quando o terceiro também o não possa ser no acto do sorteio dos lotes do segundo, observar-se-ão, não só quanto à organização mas também quanto ao exame e sorteio do segundo e terceiro mapas, as regras que ficam estabelecidas relativamente ao primeiro.

Artigo 897.º

Sentença homologatória da partilha

O processo é concluso ao juiz para, no prazo de cinco dias, proferir sentença homologando a partilha constante do mapa e as operações de sorteio.

4. Tenke hatama iha mapa alterasaun ne'ebé desizaun kona-ba reklamasaun ne'e haruka. Kuandu nesesáriu, sei halo fali mapa foun ida.

Artigu 896.º

Sorteiu ba lote no mapa segunda no terseira

1. Tuirmai, sei halo sorteiu ba lote, kuandu iha; ba ne'e, sei hatama iha urna ida surat tahan ho kuantidade hanesan ho lote sira atu sorteiu ne'e; iha surat tahan ida-idak tenke hakerek letra ida kona-ba lote ida-ne'ebé nia reprezenta.
2. Iha surat tahan nia extrasau, tenke husik inventariadu nia meeiru hasai uluk; co-erdeiru sira sei hasai tuir orden alfabética ba sira nia naran.
3. Juíz maka hasai sorte ba interesadu sira-ne'ebé la mosu, no, iha sorteiu nia laran, averba iha kota iha autus interesadu ida-idak ne'ebé lote ida-idak sai ba.
4. Sorteiu hotu tiha, interesadu ida-idak bele troka lote ne'ebé nia hetan ho interesadu seluk.
5. Tenke iha autorizasaun judisiál, rona tiha Ministériu Públiku, atu troka menór ka ekiparadu nia lote.
6. Tenke iha kuradór nia autorizasaun atu troka inabilitadu nia lote.
7. Kuandu kónjuje meeiru tama iha partilla, mapa ba partilla tenke iha lote rua no, determina tiha inventariadu nia lote, maka sei organiza fali mapa segundu atu divide lote ne'e ba inventariadu nia erdeiru sira.
8. Kuandu kiñaun sira la hanesan, tanba erdeiru ruma susede tanba direitu-de-representasaun, hetan tiha representadu nia kuota, sei forma fali mapa terseiru atu divide kuota ne'e ba representante sira.
9. Kuandu erdeiru ruma tenke simu bein ho proporsaun boot liu, tenke forma lote nesesáriu atu halo tama deit iha sorteiu lote sira-ne'ebé hanesan.
10. Kuandu la bele organiza mapa segunda no halo sorteiu respetivu iha aktu ne'ebé halo sorteiu ba mapa primeira no kuandu mapa terseira nia sorteiu la bele halo iha aktu ne'ebé halo sorteiu ba mapa segunda, tenke tuir regra ne'ebé tenke tuir iha primeiru mapa, kona-ba organizasaun, ezame no sorteiu iha mapa segunda no terseira.

Artigu 897.º

Sentensa omologatória ba partilla

Sekretaria tenke apresenta autus ba juíz atu, iha loron lima nia laran, profere sentensa ne'ebé omologa partilla ne'ebé hakerek hela iha mapa ba partilla no operasaun kona-ba sorteiu.

Artigu 898.º

Artigo 898.º
Responsabilidade pelas custas

- 1.As custas do inventário são pagas pelos herdeiros, pelo meeiro e pelo usufrutuário de toda a herança ou de parte dela, na proporção do que recebam, respondendo os bens legados subsidiariamente pelo pagamento; se a herança for toda distribuída em legados, as custas são pagas pelos legatários na mesma proporção.
- 2.Às custas dos incidentes e recursos é aplicável o disposto nos artigos 653.º e seguintes.

SUBSECÇÃO VII
EMENDA E ANULAÇÃO DA PARTILHA

Artigo 899.º
Emenda da partilha

- 1.A partilha, ainda depois de passar em julgado a sentença, pode ser emendada no mesmo inventário por acordo de todos os interessados ou dos seus representantes, se tiver havido erro de facto na descrição ou qualificação dos bens ou qualquer outro erro susceptível de viciar a vontade das partes.
- 2.O disposto no número anterior não obsta à aplicação do artigo 415.º.
- 3.Quando se verifique algum dos casos previstos no n.º 1 e os interessados não estejam de acordo quanto à emenda, pode esta ser pedida em acção proposta dentro de um ano, a contar do conhecimento do erro, contanto que este conhecimento seja posterior à sentença.
- 4.A acção destinada a obter a emenda segue processo declarativo comum e é dependência do processo de inventário.

Artigo 900.º
Anulação da partilha

- 1.Salvos os casos de recurso extraordinário, a anulação da partilha judicial confirmada por sentença passada em julgado só pode ser decretada quando tenha havido preterição ou falta de intervenção de algum dos co-herdeiros e se mostre que os outros interessados procederam com dolo ou má fé, seja quanto à preterição, seja quanto ao modo como a partilha foi preparada.
- 2.A anulação deve ser pedida por meio de acção à qual é aplicável o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 901.º
Composição da quota ao herdeiro preterido

Responsabilidade ba kustas

1. Erdeiru, meeiru no uzufrutuáriu ba eransa tomak ka ba eransa baluk maka selu kustas iha inventáriu, tuir proporsaun iha bein ne'ebé sira simu; bein legadu responde subsidiariamente ba kustas; kuandu eransa fahe hotu hanesan legadu, legatáriu sira maka selu kustas, tuir proporsaun iha ida-idak nia legadu.
2. Artigu 653.º no seguinte sira nia dispozisaun sei aplika ba kustas iha insidente no rekursu.

SUBSEKSAUN VII PARTILLA NIA EMENDA NO ANULASAUN

Artigu 899.º Emenda ba partilla

1. Maske sentensa hetan tiha ona tránzitu iha julgadu, bele emenda partilla, iha prosesu inventáriu nia laran, ho interesadu hotu-hotu ka sira nia representante nia akordu, kuandu iha erru-de-faktu iha bein nia deskrisaun ka kualifikasaun, ka erru seluk ne'ebé bele visia parte sira nia vontade.
2. Númeru anteriór nia dispozisaun la taka dalan atu aplika artigu 415.º.
3. Kuandu situasaun ruma ne'ebé tama iha n.º 1 nia previzaun akontese, maibé parte sira la iha akordu atu emenda partilla, bele hatama aksaun atu husu emenda ne'e iha tinan ida nia laran, hahú iha momentu ne'ebé iha koñesimentu kona-ba erru ne'e, naran katak liu tiha sentensa maka koñesimentu ne'e akontese.
4. Aksaun atu emenda partilla ne'e tuir prosesu deklarativu komún no lao hanesan prosesu inventáriu nia apensu.

Artigu 900.º Anulasaun ba partilla

1. Salvu kazu ne'ebé foo fatin ba rekursu extraordináriu, partilla judisiál ne'ebé sentensa tranzitada iha julgadu konfirma tiha ona bele anula deit kuandu husik hela ko-erdeiru ruma ka erdeiru ruma la intervein iha prosesu inventáriu no iha prova katak interesadu sira seluk halo buat ruma ho dolu ka ma-fé kona-ba preterisaun ne'e ka kona-ba oinsá prepara partilla ne'e.
2. Anulasaun ne'e tenke husu iha aksaun, ne'ebé tenke aplika artigu anteriór, n.º 2, nia dispozisaun.

Artigu 901.º Kompozisaun ba erdeiru preteridu nia kuota

1. Não se verificando os requisitos do artigo anterior ou preferindo o herdeiro preterido que a sua quota lhe seja composta em dinheiro, requererá ele no processo de inventário que seja convocada a conferência de interessados para se determinar o montante da sua quota.

2. Se os interessados não chegarem a acordo, consigna-se no auto quais os bens sobre cujo valor há divergência; esses bens são avaliados novamente e sobre eles pode ser requerida segunda avaliação. Fixar-se-á depois a importância a que o herdeiro tem direito.

3. É organizado novo mapa de partilha para fixação das alterações que sofre o primitivo mapa em consequência dos pagamentos necessários para o preenchimento do quinhão do preterido.

4. Feita a composição da quota, o herdeiro pode requerer que os devedores sejam notificados para efectuar o pagamento, sob pena de ficarem obrigados a compor-lhe em bens a parte respectiva, sem prejuízo, porém, das alienações já efectuadas.

5. Se não for exigido o pagamento, é aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 894.º.

SUBSECÇÃO VIII PARTILHA ADICIONAL E RECURSOS

Artigo 902.º Inventário do cônjuge supérstite

Quando o inventário do cônjuge supérstite haja de correr no tribunal em que se procedeu a inventário por óbito do cônjuge predefunto, os termos necessários para a segunda partilha são lavrados no processo da primeira.

Artigo 903.º Partilha adicional

1. Quando se reconheça, depois de feita a partilha judicial, que houve omissão de alguns bens, proceder-se-á no mesmo processo a partilha adicional, com observância, na parte aplicável, do que se acha disposto nesta subsecção e nas anteriores.

2. No inventário a que se proceda por óbito do cônjuge supérstite serão descritos e partilhados os bens omitidos no inventário do cônjuge predefunto, quando a omissão só venha a descobrir-se por ocasião daquele inventário.

Artigo 904.º Regime dos recursos

Nos inventários de valor superior à alçada dos tribunais distritais, o regime dos recursos é o do processo comum, subindo, porém,

1. Kuandu rekizitu sira previstu iha artigu anteriór la iha ka erdeiru preteridu hakarak simu nia kuota ho deit osan, erdeiru ne'e tenke rekér ba juíz iha prosesu ba inventáriu atu konvoka konferénsia ho interesadu sira hodi determina nia kuota nia valór.
2. Kuandu interesadu sira la hetan akordu, tenke hakerek iha autu parte sira la hetan akordu iha bein sira-ne'ebé nia valór; tenke avalia fali bein sira-ne'e no bele husu tan avaliasaun segunda. Tuirmai, sei fiksa importánsia ne'ebé erdeiru preteridu iha direitu atu simu.
3. Tenke organiza fali mapa ba partilla foun ida, atu fiksa alterasaun ne'ebé tenke hatama iha mapa primitivu atu preenxe preteridu nia kiñaun.
4. Halo tiha kompozisaun ba nia kuota, erdeiru preteridu bele rekér ba tribunál atu notifika devedór sira atu selu, ho kominasaun katak, selae, sira tenke preenxe nia kuota ho bein, sein prejuizu ba alienasaun²¹⁴ ne'ebé halo tiha ona.
5. Kuandu la ezije pagamentu, tenke aplika artigu 894.º, n.º 4, nia dispozisaun.

SUBSEKSAUN VIII PARTILLA ADISIONÁL NO REKURSU

Artigu 902.º Kónjuje supérstite nia inventáriu

Kuandu kónjuje supérstite²¹⁵ nia inventáriu tenke lao iha tribunál iha ne'ebé kónjuje predefuntu²¹⁶ nia inventáriu lao tiha ona, termus nesesáriu atu halo partilla segunda ne'e tenke lao iha inventáriu primeiru nia autus.

Artigu 903.º Partilla adisionál

1. Kuandu, halo tiha partilla judisiál, haree katak bein ruma la tama iha partilla ne'e, tenke halo partilla adisionál, iha prosesu ida uluk ne'e, no tuir subseksaun ida-ne'e no subseksaun anteriór sira nia dispozisaun.
2. Iha inventáriu tanba kónjuje supérstite nia óbitu tenke deskreve no partilla bein ne'ebé omite tiha iha kónjuje predefuntu nia inventáriu, kuandu iha inventáriu ida-ne'ebá maka haree katak bein ne'e la tama iha inventáriu ida-ne'e.

Artigu 904.º Rekursu nia rejime

Iha inventáriu ho valór boot liu tribunál distritál nia alsada, tenke tuir rejime ba rekursu iha prosesu komún; maibé rekursu agravu hotu-hotu ne'ebé tama too momentu ne'ebé juíz konvoka konferénsia ho interesadu

conjuntamente ao Supremo Tribunal de Justiça, em separado dos autos principais e no momento em que se convoque a conferência de interessados, os agravos interpostos até esse momento.

SUBSECÇÃO IX PARTILHA DE BENS EM ALGUNS CASOS ESPECIAIS

Artigo 905.º Inventário em consequência de separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação de casamento

1. Decretada a separação judicial de pessoas e bens ou o divórcio, ou declarado nulo ou anulado o casamento, qualquer dos cônjuges pode requerer inventário para partilha dos bens, salvo se o regime de bens do casamento for o de separação.
2. As funções de cabeça-de-casal incumbem ao cônjuge mais velho.
3. O inventário corre por apenso ao processo de separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação e segue os termos prescritos nas subsecções anteriores.
4. As custas do inventário são pagas pelo cônjuge culpado; se o não houver, são pagas por ambos os cônjuges.

Artigo 906.º Processo para a separação de bens em casos especiais

1. Requerendo-se a separação de bens nos termos do artigo 704.º, aplicar-se-á o disposto no artigo anterior, com as seguintes alterações:
 - a) O exequente, no caso do artigo 704.º, tem o direito de promover o andamento do inventário;
 - b) Não podem ser aprovadas dívidas que não estejam devidamente documentadas;
 - c) O cônjuge do executado tem o direito de escolher os bens com que há-de ser formada a sua meação; se usar desse direito, são notificados da escolha os credores, que podem reclamar contra ela, fundamentando a sua queixa.
2. Se julgar atendível a reclamação, o juiz ordena avaliação dos bens que lhe pareçam mal avaliados.
3. Quando a avaliação modifique o valor dos bens escolhidos pelo cônjuge do executado, este pode declarar que desiste da escolha; nesse caso, ou não tendo ele usado do direito de escolha, as meações são adjudicadas por meio de sorteio.

SECÇÃO IX DA ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO CONTRA MAGISTRADOS

Artigo 907.º Casos em que os magistrados são responsáveis

sira sae ba Supremu Tribunál ba Justisa, ketak hosi autus prinsipál, iha momentu ne'e.

SUBSEKSAUN IX PARTILLA BA BEIN IHA KAZU ESPESIÁL

Artigu 905.º

Inventáriu tanba separasaun, divórsiu, deklarasaun ba nulidade ka anulasaun iha kazamentu

1. Dekreta tiha separasaun judisiál ba pesoa no bein ka divórsiu, ka deklarasaun tiha nulu ka anula tiha kazamentu, kónjuje naran ida bele rekér inventáriu atu halo partilla ba bein, salvu kuandu sira nia kazamentu tuir rejime separasaun.
2. Kónjuje ne'e nia tinan aas liu maka kaer funsaun hanesan kabesade-kazál.
3. Inventáriu lao iha apensu iha autus ba separasaun, divórsiu, deklarasaun ba nulidade ka anulasaun iha kazamentu, no tuir subseksaun anteriór sira nia dispozisaun.
4. Kónjuje kulpadu maka selu inventáriu nia kustas; kuandu la iha kónjuje kulpadu, kónjuje rua ne'e selu hotu.

Artigu 906.º

Prosesu ba separasaun iha bein iha kazu espeiál

1. Rekér tiha separasaun iha bein tuir artigu 704.º nia dispozisaun, tenke aplika artigu anteriór nia dispozisaun, ho alterasaun sira tuirmai ne'e:
 - a) Iha kazu previstu iha artigu 704.º, ezekutadu iha direitu atu promove inventáriu nia andamentu;
 - b) Dívida devidamente dokumentada maka bele hetan aprovasaun;
 - c) Ezekutadu nia kónjuje iha direitu atu eskolle bein sira-ne'ebé konstitui nia measaun; kuandu nia uza direitu ne'e, tenke notifika eskolla ne'e ba kredór sira no kredór sira-ne'e bele reklama hasoru eskolla ne'e, hatudu ho fundamentu ba reklamasaun ne'e.
2. Kuandu julga reklamasaun ne'e atendivel, juíz haruka halo avaliasaun ba bein sira-ne'ebé nia deskonfia katak la avalia didiak.
3. Kuandu avaliasaun ne'e atribui valór seluk ba bein ne'ebé ezekutadu nia kónjuje hili, ezekutadu nia kónjuje ne'e bele deklarasaun katak nia dezixte hosi eskolla ne'e; iha kazu ida-ne'e ka iha kazu ne'ebé nia uza nia direitu atu eskolla, measaun tenke adjudika tuir sorteiu.

SEKSAUN IX

INDEMNIZASAUN HASORU MAJISTRADU

Artigu 907.º

Kazu iha ne'ebé majistradu hetan responsabilidade

1. Os magistrados, quer judiciais, quer do Ministério Público, são responsáveis pelos danos causados:
 - a) Quando tenham sido condenados por crime de suborno, prevaricação, favorecimento pessoal ou corrupção;
 - b) Nos casos de dolo;
 - c) Quando a lei lhes imponha expressamente essa responsabilidade;
 - d) Quando deneguem justiça.
2. Se a denegação de justiça reunir os elementos necessários para constituir crime, observar-se-á o disposto no artigo 916.º.

Artigo 908.º
Tribunal competente

A acção será proposta na circunscrição judicial a que pertença o tribunal em que o magistrado exercia as suas funções ao tempo em que ocorreu o facto que serve de fundamento ao pedido.

Artigo 909.º
Audiência do magistrado réu

1. Recebida a petição, se não houver motivo para ser logo indeferida, é o processo entregue pessoalmente ao magistrado réu, para, no prazo de vinte dias a contar do recebimento do processo, dizer o que se lhe ofereça sobre o pedido e seus fundamentos e juntar os documentos que entender.
2. Até ao fim do prazo, o réu devolverá os autos pela mesma via, com resposta ou sem ela, ou entregá-los-á na secretaria judicial.
3. Se deixar de fazer a remessa ou a entrega, pode o autor apresentar nova petição nos mesmos termos da anterior e o réu é logo condenado no pedido.

Artigo 910.º
Decisão sobre a admissão da causa

1. Recebido o processo, decidir-se-á se a acção deve ser admitida.
2. Sendo a causa da competência do tribunal distrital, a decisão é proferida dentro de quinze dias. Quando for da competência do Supremo Tribunal de Justiça, os autos vão com vista aos respectivos juízes, por 5 dias a cada um, concluindo pelo relator, e em seguida o Tribunal resolve.
3. O juiz ou o tribunal, quando não admitir a acção, condenará o requerente em multa e indemnização, se entender que procedeu com má fé.

Artigo 911.º
Recurso de agravo

1. Majistradu judisiál ka iha Ministériu Públiku hetan responsabilidade tanba danu ne'ebé nia hamosu:

- a) Kuandu nia hetan kondensasaun tan krime subornu²¹⁷, prevarikasaun²¹⁸, favoresimentu²¹⁹ pesoál ka korrupsaun²²⁰;
- b) Iha kazu ne'ebé iha dolu;
- c) Kuandu lei hamonu espresamente responsabilidade ne'e ba nia;
- d) Kuandu nia denega²²¹ justisa.

2. Kuandu denegasaun ba justisa iha elementu nesesáriu atu constitui krime, tenke tuir artigu 916.^o nia dispozisaun.

Artigu 908.^o Tribunál competente

Aksaun tenke hatama iha tribunál iha sirkunskrisaun judisiál iha ne'ebé majistradu ne'e ezerse funsaun kuandu faktu ne'ebé serve hanesan fundamentu ba pedidu akontese.

Artigu 909.^o Audiénsia ba majistradu reu

1. Simu tiha petisaun, kuandu la iha motivu ba indeferimentu liminár, juíz rasik tenke entrega autus ba majistradu reu rasik atu, iha loraun nia laran, hahú iha momentu ne'ebé nia simu autus ne'e, dehan buat ne'ebé nia hakarak kona-ba pedidu ne'e no nia fundamentu no hatama dokumentu ne'ebé nia hakarak.

2. Too prazu hotu, reu tenke entrega fali autus, ba juíz rasik ka iha sekretaria judisiál, ho resposta ka lae.

3. Kuandu reu la haruka fila ka la entrega autus ne'e, autór bele apresenta fali petisaun foun tuir termus hanesan ida uluk no juíz tenke kondena keda reu iha pedidu.

Artigu 910.^o Desizaun kona-ba kauza nia admisaun

1. Simu tiha autus, juíz tenke deside nia simu aksaun ne'e ka lae.

2. Kuandu aksaun tama iha tribunál distritál nia kompeténsia, juíz tenke foo desizaun ne'e iha loraun sanulu resin-lima nia laran. Kuandu aksaun ne'e tama iha Supremu Tribunál ba Justisa nia kompeténsia, autus tenke ba juíz respetivu sira nia vistu, durante loraun lima nia laran ba ida-idak, no ba relatór, no, tuirmai, tribunál rezolve.

3. Kuandu la simu aksaun, juíz ka tribunál kondena rekerente selu multa no indemnizasaun, kuandu haree katak nia hatama aksaun ne'e ho ma-fé.

Artigu 911.^o Rekursu agravu

Da decisão do juiz de direito que admita ou não admita a acção cabe recurso de agravo.

Artigo 912.º

Contestação e termos posteriores

1. Admitida a acção, é o réu citado para contestar, seguindo-se os mais termos do processo comum.
2. O relator exerce até ao julgamento todas as funções que competem, em primeira instância, ao juiz de direito, sendo, porém, aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 448.º.

Artigo 913.º

Discussão e julgamento

1. No Supremo Tribunal de Justiça o processo, quando esteja preparado para o julgamento final, vai com vista por cinco dias a cada um dos juízes que compõem o tribunal e, em seguida, faz-se a discussão e o julgamento da causa em sessão do tribunal pleno.
2. Na discussão e julgamento perante o tribunal pleno observar-se-ão as disposições dos artigos 398.º a 404.º, com excepção das que pressupõem a separação entre o julgamento da matéria de facto e da matéria de direito. Concluída a discussão, o tribunal recolhe à sala das conferências para decidir toda a questão e lavrar o respectivo acórdão; o presidente tem voto de desempate.

Artigo 914.º

Tribunal competente para a execução

Condenado o réu no pagamento de quantia certa, é competente para a execução o tribunal distrital do domicílio do executado ou o tribunal distrital mais próximo, quando ele seja o único a exercer funções de juiz naquele tribunal.

Artigo 915.º

Dispensa da decisão sobre a admissão da causa

Se uma sentença transitada em julgado tiver deixado direito salvo para a acção de indemnização a que se refere esta secção, não é necessária a decisão prévia regulada no artigo 910.º, sendo logo citado o réu para contestar.

Artigo 916.º

Indemnização em consequência de procedimento criminal

Quando a indemnização for consequência necessária de facto pelo qual tenha sido promovido procedimento criminal, observar-se-ão,

Bele iha rekursu agravu hasoru juíz iha tribunál distritál nia desizaun ne'ebé admite ka la admite aksaun ne'e.

Artigu 912.º
Kontestasaun no termus posteriór

1. Simu tiha aksaun, tenke sita reu atu kontesta, no tuir iha ne'e prosesu komún nia termus.
2. Relatór ezerse too julgamentu funsaun sira-ne'ebé iha primeira instánsia tama iha juíz iha tribunál distritál nia kompeténsia; maibé tenke aplika mos iha ne'e artigu 448.º, n.º 3 no 4, nia dispozisaun.

Artigu 913.º
Diskusaun no julgamentu

1. Iha Supremu Tribunál ba Justisa, kuandu prosesu prontu ona ba julgamentu finál, autus tenke ba vista, durante loron lima nia laran ba juíz ida-idak ne'ebé tama iha julgamentu; tuirmai sei halo diskusaun no julgamentu iha tribunál plenu nia sesaun.
2. Iha diskusaun no julgamentu iha tribunál plenu tenke tuir artigu 398.º too 404.º sira nia dispozisaun, ho exesaun ba sira-ne'ebé presupoin katak sei haketak julgamentu ba matéria-de-faktu hosi julgamentu ba matéria-de-direitu. Diskusaun hotu tiha, tribunál sai ba sala ba konferénsia atu deside kestaun hotu-hotu no lavra akórdaun respetivu. Prezidente iha votu atu dezempata.

Artigu 914.º
Tribunál competente ba ezekusaun

Kondena tiha reu selu kuantia serta, ezekusaun tenke hatama iha tribunál distritál iha ezekutadu nia rezidénsia ka, kuandu ezekutadu mesak maka ezerse funsaun hanesan juíz iha tribunál ida-ne'ebá, iha tribunál distritál ne'ebé besik liu.

Artigu 915.º
Dispensa ba desizaun atu admite kauza

Kuandu sentensa ho trázitu-ein-julgadu foo tiha ona possibilidade ba aksaun ba indemnizasaun referida iha seksaun ida-ne'e, la presiza desizaun prévia ne'ebé artigu 910.º regula, no tenke sita kedas reu atu kontesta.

Artigu 916.º
Indemnizasaun tanba prosedimentu kriminál

Kuandu indemnizasaun mosu hanesan konsekuénsia nesesária tanba faktu ne'ebé foo tiha ona fatin ba prosedimentu kriminál, tenke tuir Kódigu ba Prosesu Penál nia dispozisaun kona-ba reparasaun sivil.

quanto à reparação civil, as disposições do Código de Processo Penal.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 917.º

Alçada dos tribunais distritais em matéria civil

1. Os tribunais distritais têm alçada até mil dólares americanos.
2. As acções cíveis de valor superior ao referido no número anterior admitem recurso de apelação da decisão final nos termos do disposto no artigo 428.º.

Artigo 918.º

Comunicação dos actos processuais

1. Os termos em que as autoridades distritais e locais devem cooperar com a administração da justiça no domínio da comunicação de actos processuais, nomeadamente citações, notificações e penhoras, são regulados em diploma especial.
2. Enquanto não for aprovado o diploma a que se reporta o número anterior, os actos aí referidos são praticados por oficial de justiça.

Artigo 919.º

Supremo Tribunal de Justiça

No âmbito da aplicação da justiça pelos tribunais, competirá ao Supremo Tribunal de Justiça coordenar os elementos pertinentes ao melhoramento dos instrumentos processuais que se pretendem implementar em Timor-Leste como parte do sistema jurídico.

TÍTULO VII
DISPOSISAUN FINÁL NO TRANZITÓRIA

Artigu 917.º
Tribunál distritál nia alsada iha matéria sivil

1. Tribunál distritál iha alsada too dolar amerikanu rihun ida.
2. Aksaun sivil ho valór boot liu ida referidu iha númeru anteriór admite rekursu apelaun hasoru desizaun finál tuir artigu 428.º nia dispozisaun.

Artigu 918.º
Aktu prosesuál nia komunikasaun

1. Diploma espesial sei regula oinsá autoridade distritál no lokál tenke kolabora ho tribunál atu administra justisa, kona-ba aktu prosesuál nia komunikasaun, nomeadamente sitasaun, notifikasaun no peñora.
2. Enkuantu diploma referidu iha númeru anteriór seidak hetan aprovasaun, funionáriu judisial maka pratika aktu sira-ne'ebé númeru ne'e refere.

Artigu 919.º
Supremu Tribunál ba Justisa

Kona-ba justisa nia aplikasaun iha tribunál sira, Supremu Tribunál ba Justisa maka iha kompeténsia atu koordena elementu hotu-hotu ne'ebé sei implementa iha Timór-Leste hanesan sistema jurídiku nia komponente atu mellora instrumentu prosesuál.

DECRETO-LEI N.º 2/2006,
DE 1 DE MARÇO



DEKRETU-LEI N.º 2/2006,
1 MARSU

Decreto-Lei n.º 2 / 2006, de 1 de Março

(Que aprova a articulação entre as autoridades administrativas e os tribunais na execução de actos processuais, nomeadamente notificações, citações e ordens de competência)

... / ...

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida ao abrigo do artigo 3.º da Lei n.º 17/2005, de 16 de Setembro, e nos termos do previsto no artigo 96.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei, o seguinte :

Artigo 1.º

Execução de actos processuais relativos a pessoas residentes fora da localidade da sede do tribunal

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 211.º, n.º 1, 212.º, 214.º e 215.º, todos do Código do Processo Civil, a execução de actos processuais, nomeadamente de citações, notificações e a transmissão de ordens de comparência, respeitantes a pessoas residentes fora da localidade da sede do tribunal é feita mediante contacto pessoal pela administração do distrito da área da respectiva residência ou sede.
2. Compete ao Administrador do distrito determinar a efectivação daqueles actos processuais pelos respectivos serviços administrativos delegando, sempre que necessário, nos órgãos do subdistrito.

Artigo 2.º

Procedimentos

1. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo anterior a secretaria do tribunal solicita a execução dos actos processuais, entregando todos os elementos necessários aos mesmos, ao administrador do distrito da área em que aqueles devam realizar-se.
2. Decorridos 15 dias após a solicitação da diligência sem que esta tenha sido efectuada ou logo que realizada, o administrador do distrito devolve o expediente ao tribunal competente informando, das razões que levaram a não realização.

Artigo 3.º

Livro de protocolo

As comunicações entre a secretaria do tribunal e os serviços da administração do distrito são efectuadas mediante livro de protocolo, lavrando-se acta no processo das datas de envio e de recepção respectivos e juntada da certidão do acto.

Dekretu-Lei n.º 2/2006, 1 Marsu

(Aprova artikulasaun entre autoridade administrativa no tribunál sira atu ezekuta aktu prosesuál, nomeadamente notifikasaun, sitasaun no ordem atu komparese)

... / ...

Nune'e:

Ho autorizasaun lejislativa ne'ebé simu hosi Lei 17/2005, iha 16 Setembru, nia artigu 1º, no 2º, no tuir Konstituisaun nia artigu 96º, Governu dekreta atu vale hanesan lei:

Artigu 1º

Ezekusaun ba aktu prosesuál kona-ba ema ne'ebé la rezide iha tribunál nia sede

1. Sein prejuizu ba artigu 211º, nº 1, 212º, 214º no 215º iha Kódigu ba Prosesu Sivil sira nia dispozisaun, ezekusaun ba aktu prosesuál, nomeadamente, sitasaun, notifikasaun no orden atu komparese nia tranzmisaun ba ema ne'ebé la rezide iha tribunál nia sede sei halo ho kontaktu pesoál, liuhosi administrasaun iha distritu ne'ebé ema ne'e hela ka iha nia sede.
2. Administradór iha distritu sei haruka nia servisu administrativu halao aktu sira-ne'e no, kuandu presiza, bele delega ezekusaun ne'e ba órgaun sira iha subdistritu.

Artigu 2º

Prosedimentu

1. Atu halao número anteriór nia dispozisaun, sekretaria judisiál sei husu aktu prosesuál sira-ne'e nia ezekusaun ba administradór iha distritu ne'ebé tenke realiza aktu sira-ne'e.
2. Simu tiha pedidu hosi tribunál, liu lora sanulu resin-lima dilijénsia ne'e la realiza karik, ka realiza tiha dilijénsia ne'e, administradór distritál sei haruka expediente ne'e fila ba tribunál competente, ho informasaun kona-ba tansá la realiza dilijénsia.

Artigu 3º

Livru-protokolu

Komunikasaun entre tribunál nia sekretaria no administrasaun distritál nia servisu sei halo ho livru-protokolu; iha autus sei hakerek komunikasaun ne'e haruka iha data sa no simu fali iha data sa no sertidaun kona-ba aktu ne'e hatama iha autus iha lora sa.

Artigo 4.º
Polícia

Para efeitos do disposto nos artigos 1.º e 2.º, a secretaria do tribunal, o administrador do distrito e do subdistrito, são coadjuvados, se necessário, pela PNTL.

Artigo 5.º
Processo penal

Sem prejuízo do disposto no artigo 91.º do Código do Processo Penal, o regime previsto nos artigos anteriores é aplicável ao processo penal.

Artigo 6.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Dezembro de 2005.

O Primeiro Ministro,
(Mari Bim Amude Alkatiri)

A Ministra de Estado e Ministra da Administração Estatal,
(Ana Pessoa Pinto)

O Vice-Ministro do Interior e Ministro em Exercício.
(Alcino de Araújo Baris)

O Ministro da Justiça.
(Domingos Maria Sarmento)

Promulgado em 30 de Dezembro de 2005,

Publique-se

O Presidente da República,
(Kay Rala Xanana Gusmão)

Artigu 4º
Polísia

Atu halao artigu 1º no 2º nia dispozisaun, tribunál nia sekretaria, administradór iha distritu no subdistritu sei hetan ajuda hosi PNTL, kuandu presiza.

Artigu 5º
Prosesu Penál

Artigu anteriór sira nia dispozisaun sei aplika mos iha prosesu penál, sein prejuizu ba artigu 91º iha Kódigu ba Prosesu Penál nia dispozisaun.

Artigu 6º
Moris

Diploma ida-ne'e hahú moris iha loron ne'ebé tuir fali nia publikasaun.

Aprovadu iha Konsellu-Ministru iha 21 Dezembru 2005

Primeiru Ministru
(Mari Bim Amude Alkatiri)

Ministra ba Estadu no Ministra ba Administrasaun Estatál
(Ana Pessoa Pinto)

Vise-Ministru ba Interiór no Ministru ein-ezersísio
(Alsino de Araújo Barris)

Ministru ba Justisa,
(Domingos Maria Sarmento)

Promulgadu iha 30 Dezembru 2005

Publika ba.

Prezidente da Repúblika,
(Kay Rala Xanana Gusmão)

DECRETO-LEI N.º15/2003,
DE 1 DE OUTUBRO



Decreto-Lei 15/2003, de 1 de Outubro
CÓDIGO DAS CUSTAS JUDICIAIS

O Governo tem ouvido com apreensão as queixas dos cidadãos quanto à forma como são exigidas e têm vindo a ser cobradas importâncias em dinheiro a título de custas judiciais.

As custas judiciais no tempo da ocupação militar eram calculadas, cobradas e distribuídas de acordo com as regras contidas em diplomas legislativos dispersos que na prática conduziam a actuações de transparência duvidosa.

No tempo da Administração das Nações Unidas o Regulamento da UNTAET N.º 30/2000, de 25 de Setembro e o Regulamento da UNTAET N.º 30/2001, de 14 de Setembro que emendou o primeiro e que trata essencialmente de regras de processo criminal dispõe vagamente, acerca das custas judiciais enunciando o princípio da obrigatoriedade de pagamento de custas em processo crime.

Há que regular de forma clara e fácil sobre as custas judiciais para garantir que administração da justiça não é posta em causa, ou negada por insuficiência de meios financeiros.

Importa assegurar que o acesso aos tribunais não é cerceado pela cobrança de valores monetários indevidos e permitir que cidadãos eles próprios sejam capazes de calcular as custas, que devem ser cobradas e canalizadas de maneira transparente para cofres do Estado e da Justiça.

O Governo decreta, nos termos do artigo 115.º, n.º 3 da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
ÂMBITO DAS CUSTAS E ISENÇÕES

Artigo 1.º
(Âmbito das custas)

1. As custas compreendem a taxa de justiça e a remuneração a intervenientes acidentais.
2. Os processos estão sujeitos a custas, salvo se forem isentos nos termos da lei.

Artigo 2.º
(Isenções subjectivas)

1. Sem prejuízo do disposto em outros dispositivos legais, estão isentos de custas:

- a) O Estado e seus serviços ou organismos;
- b) O Ministério Público;
- c) Os partidos políticos legalmente constituídos;
- d) A Igreja Católica e demais confissões religiosas;
- e) As instituições de solidariedade social;
- f) Os incapazes, menores ou equiparados;
- g) As autarquias locais.

Artigo 3.º
(Isenções objectivas)

1. Sem prejuízo do disposto em outros dispositivos legais, não há lugar a custas nos:

- a) Pedidos de nomeação de defensor officioso;
- b) Processos de adopção;
- c) Processos de menores;
- d) Processos de trabalho quando as custas sejam da responsabilidade do trabalhador;
- e) Pedido de concessão do benefício da assistência judiciária.

Artigo 4.º
(Reembolso das custas de parte)

As isenções de custas não abrangem os reembolsos à parte vencedora a título de custas de parte.

SECÇÃO II
VALOR DA CAUSA PARA EFEITO DE CUSTAS

Artigo 5.º
(Regra geral)

- 1. Nos casos não expressamente previstos atende-se, para efeito de custas, ao benefício económico que o requerente pretende obter com o processo.
- 2. O valor declarado pelas partes é atendido quando não seja inferior ao que resultar do critério referido no número anterior.
- 3. Nos processos sobre o estado das pessoas e nos processos sobre interesses imateriais, o valor para efeitos de custas é de \$ 100 USD.

Artigo 6.º
(Valor ilíquido, desconhecido ou inexacto)

Se, em face do processo, o valor for ilíquido ou desconhecido o juiz pode fixar à causa o valor que repute exacto, designadamente

ordenando a avaliação do bem em disputa.

**CAPÍTULO II
TAXA DE JUSTIÇA
TAXA DE JUSTIÇA EM GERAL**

**Artigo 7.º
(Montante da taxa de justiça)**

1. A taxa de justiça nos processos cíveis é a constante da tabela anexa ao presente regulamento, sendo calculada sobre o valor das acções ou dos recursos.
2. A taxa de justiça em processo crime é fixada de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento 2000/30 da UNTAET, dentro dos seguintes montantes:
 - a) Em processo crime com intervenção de juiz singular entre 5 e 100 \$USD;
 - b) Em processo crime com intervenção de colectivo entre 10 e 500 \$USD.

**Artigo 8.º
(Taxa de justiça nos tribunais superiores)**

Nos recursos a taxa é igual a metade da tabela anexa à qual acresce.

**Artigo 9.º
(Devolução de taxa de justiça)**

São devolvidas às partes não responsáveis por custas as taxas que, por lapso, tenham pago.

**Artigo 10.º
(Preparo inicial)**

O Autor com a petição e o Réu com a contestação pagarão como preparo inicial a taxa de justiça correspondente a 1/4 da Tabela anexa.

**CAPÍTULO III
ENCARGOS
REMUNERAÇÃO E COMPENSAÇÃO DOS INTERVENIENTES
ACIDENTAIS**

**Artigo 11º
(Remuneração dos intervenientes acidentais)**

Os peritos, os tradutores, intérpretes, testemunhas e outras pessoas, que intervenham acidentalmente nos processos ou que coadjuvem

em quaisquer diligências, têm direito a uma remuneração a fixar pelo juiz, entre \$ 5 e 100 \$ USD.

CAPÍTULO IV CONTA E PAGAMENTO DE CUSTAS

Artigo 12.º (Momento da elaboração da conta)

Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, as contas dos processos são elaboradas no tribunal, após o trânsito em julgado da decisão final.

Artigo 13.º (Regras gerais sobre o acto de contagem)

1. A conta é elaborada de harmonia com o julgado em última instância, abrangendo as custas da acção e dos recursos.
2. Elaborar-se-á uma só conta quando sejam da responsabilidade da mesma parte as custas de mais do que um procedimento ou recurso ou as destes e as da acção.

Artigo 14.º (Regras a observar na conta)

1. Na elaboração da conta proceder-se-á do modo seguinte:
 - a) Indicação do número, do valor da acção e dos recursos e da taxa de justiça respectiva;
 - b) Discriminação e soma das taxas de justiça aplicáveis, incluindo a sancionatória;
 - c) Dedução das taxas pagas no decurso do processo;
 - d) Apuramento da taxa de justiça a repor ou a receber; discriminação do reembolso, de multas e de outros créditos;
 - e) Discriminação das receitas do Estado e das receitas da titularidade de outras entidades ou serviços;
 - f) Liquidação do reembolso ao vencedor; apuramento do custo do processo; dedução do excesso de taxa de justiça; divisão das custas em conformidade com o julgado; determinação do valor a pagar ou a receber;
 - g) Encerramento, com a indicação das custas em dívida, do valor a repor e das guias a emitir relativamente aos responsáveis e a menção da data e assinatura.

Artigo 15.º (Dúvidas sobre a conta)

1. Quando tenha dúvidas sobre a conta deve o funcionário expô-las

e emitir o seu parecer, fazendo logo o processo concluso ao juiz que decidirá.

2. Elaborada a conta, são os interessados e os respectivos advogados dela notificados, no prazo de cinco dias, para efeito de reclamação, recebimento ou pagamento.

Artigo 16.º
(Reclamação e reforma da conta)

1. Oficiosamente ou a requerimento dos interessados, o juiz mandará reformar a conta se esta não estiver de harmonia com as disposições legais.

2. A reclamação da conta pode ser apresentada:

a) Pelo responsável pelas custas, no prazo de pagamento voluntário (10 dias), enquanto o não realizar;

b) Pelo que tiver a receber quaisquer importâncias, até ao seu recebimento, salvo se anteriormente fora notificado da conta, caso em que a reclamação só pode ter lugar nos dez dias posteriores à notificação.

Artigo 17.º
(Tramitação da reclamação da conta)

1. Apresentada a reclamação da conta, o processo vai imediatamente ao funcionário que a efectuou, para se pronunciar no prazo de cinco dias, e em seguida ao juiz que decidirá em igual prazo.

2. Não é admitida segunda reclamação dos interessados sem o depósito das custas em dívida.

Artigo 18.º
(Recurso da decisão sobre a reclamação da conta ou dúvidas do contador)

Da decisão do incidente de reclamação e da proferida sobre as dúvidas do contador cabe recurso para o Tribunal de Apelação.

Artigo 19.º
(Prazo de pagamento voluntário das custas)

1. O prazo de pagamento voluntário das custas é de dez dias.

2. O prazo de pagamento das custas contadas na conta objecto de reclamação inicia-se com a notificação da nova conta ou da decisão definitiva que não atendeu a reclamação.

3. Interposto recurso das decisões sobre a reclamação da conta, o responsável é notificado para o pagamento quando o processo baixar ao tribunal que funcionou em primeira instância.

Artigo 20.º
(Pagamento das custas em prestações)

1. Sempre que o montante das custas seja superior a 50 \$USD, pode o juiz, no seu prudente arbítrio, a requerimento do responsável, no prazo de pagamento voluntário, autorizar o pagamento em prestações mensais até ao período máximo de seis meses.
2. A cada prestação mensal acresce a taxa de justiça equivalente aos juros de mora de 2%, ao mês.

Artigo 21.º
(Pagamento antes de instaurada a execução)

Decorrido o prazo de pagamento da dívida de custas e antes de instaurada a execução, pode o devedor efectuar ainda o pagamento, acrescido dos juros de mora de 2% ao mês.

Artigo 22.º
(Pagamento das custas e instauração de execução)

1. Decorrido o prazo de pagamento sem que este se mostre efectuado, a secção de processos remeterá o processo à secção central para a mesma entregar certidão ao Ministério Público o qual instaurará execução para cobrança coerciva.
2. A execução correrá por apenso ao processo em que são devidas as custas.

CAPÍTULO V
MULTAS PROCESSUAIS

Artigo 23.º
(Multas aplicáveis em processos cíveis e criminais)

As multas aplicáveis em processos cíveis e criminais são fixadas pelo juiz, sem qualquer adicional, entre o mínimo de 5 e 100 \$USD.

Artigo 24.º
(Liquidação e pagamento)

1. A liquidação das multas é efectuada pela respectiva secção de processos e pagamento das mesmas efectua-se após o trânsito em julgado da decisão que as aplicou.
2. O prazo do pagamento das multas em processo cível e crime é de dez dias.

Artigo 25.º
(Instauração da execução)

O Ministério Público instaurará execução se ao devedor da multa forem conhecidos bens, a qual corre por apenso ao respectivo processo.

CAPÍTULO VI MOVIMENTAÇÃO DE RECEITAS

Artigo 26.º (Depósitos)

As quantias provenientes de custas e multas, seja qual for o seu destino, são depositadas, directamente, através de guias, em conta aberta no Banco a designar pelo Governo, em numerário, cheque visado ou vale postal a favor do respectivo Tribunal.

Artigo 27.º (Contas no Banco)

1. Cada Tribunal dispõe de uma conta no Banco referido no artigo anterior, para depósitos e levantamentos.
2. A conta referida no número anterior é movimentada conjuntamente pelo Juiz Presidente ou Administrador do Tribunal e pelo escrivão da secção Central.

Artigo 28.º (Guias para depósito ou pagamento)

1. Logo que comece a correr o prazo para pagamento de quaisquer quantias, a secção emite as guias respectivas e lavra termo do facto no processo, entregando-as às partes ou aos seus advogados quando o solicitarem.
2. Havendo lugar à notificação para pagamento de quaisquer quantias, a secção juntar-lhe-á as guias, contando-se o prazo desde a data daquele acto.
3. O interessado pode directamente na secção solicitar guias para qualquer pagamento, as quais são imediatamente passadas e entregues.

Artigo 29.º (Menções constantes das guias)

1. As guias para pagamento de qualquer importância contêm os seguintes elementos:
 - a) Identificação da conta e balcão do Banco;
 - b) Data limite em que o depósito ou o pagamento podem ser efectuados;
 - c) Tribunal de que emanam, natureza e número do processo e da

- conta de custas, se for caso disso;
 - d) Nome do obrigado ao pagamento;
 - e) Discriminação e destino dos valores.
2. As guias são passadas em triplicado, ficando um exemplar no Banco, outro no processo, entregando-se o terceiro ao depositante.

Artigo 30.º
(Relação e controlo das importâncias pagas)

1. A secção central organiza diariamente uma relação das guias pagas, que é rubricada pelos escrivães das secções de processos.
2. A secção central confere, mensalmente, a relação com o extracto do Banco e averigua das diferenças encontradas.
3. O secretário ou quem o substitua verifica, diariamente, a conformidade dos registos no livro de pagamentos com as guias, contas ou respectivos duplicados, apondo o seu visto.

Artigo 31.º
(Destino das receitas)

- Revertem para o Cofre da Justiça e para os cofres do Estado na proporção respectivamente de 30% e 70%:
- a) O produto das multas de qualquer natureza cobradas em juízo;
 - b) As taxas de justiça criminal;
 - c) As taxas de justiça cível;
 - d) Os juros de mora.

CAPÍTULO VII
LIVROS OBRIGATÓRIOS

Artigo 32.º
(Livros da secção central)

- A secção central utiliza obrigatoriamente os seguintes livros de:
- a) Registo de contas;
 - b) Pagamentos;
 - c) Conta corrente com as dotações orçamentais.

Artigo 33.º
(Livro de pagamentos)

No livro de pagamentos inscrevem-se as receitas, os pagamentos, os estornos e as restituições resultantes da conta identificando o processo, a secção e o número da conta de custas, e averbando-se o lançamento nas guias, notas, contas ou respectivos duplicados, bem como os emolumentos mensais de actos avulsos e os juros das contas.

Artigo 34.º
(Livro de conta corrente com as dotações orçamentais)

O livro de conta corrente com as dotações orçamentais contém as dotações orçamentais do cofre do tribunal e nele, relativamente a cada ano económico, agrupamento, sub-agrupamento e rubrica do orçamento, inscrevem-se as dotações, os reforços ou anulações, os encargos assumidos e as despesas pagas.

CAPÍTULO VIII
PAGAMENTOS

Artigo 35.º
(Encerramento do livro de pagamentos e assinatura dos cheques)

1. No primeiro dia útil de cada mês, após o lançamento das guias pagas no último dia do mês anterior, a secção central soma cada uma das colunas do livro de pagamentos, passa os cheques a favor de todas as pessoas ou entidades do que cada uma tenha a receber e apresenta o expediente ao Juiz Presidente ou Administrador, que verifica a conformidade e assina os cheques em conformidade com o artigo seguinte.
2. O número e a data da remessa dos cheques são anotados no livro.

Artigo 36.º
(Assinaturas dos cheques e menção da data limite do pagamento)

1. Os cheques para movimentação das contas são assinados pelo Juiz Presidente ou Administrador do Tribunal e ainda pelo escrivão da Secção Central.
2. Nos cheques é indicada a data limite do seu pagamento.

Artigo 37.º
(Expedição, relação e controlo de cheques)

1. Os cheques são expedidos até ao dia dez de cada mês, acompanhados de nota discriminativa.
2. O Tribunal entregará no Banco, no dia da expedição dos cheques, relação destes com menção, em colunas próprias, da data da emissão, do número correspondente, do nome do interessado, do valor e do termo de validade.
3. A Secção Central confere, diariamente, a relação de cheques com o extracto do Banco e anota no duplicado daquela a data em que cada um foi pago.

Artigo 38.º
(Perda de validade dos cheques)

1. Perdem validade a favor do Cofre da Justiça os cheques que não forem apresentados a pagamento até ao último dia do terceiro mês seguinte àquele em que forem passados.
2. Decorrido o prazo de validade dos cheques sem que tenham sido apresentados a pagamento, o Banco informará o tribunal no prazo de dez dias.
3. Recebida a informação, é a importância do crédito inscrita nos cheques sem validade escriturado no livro de pagamentos a favor do Cofre da Justiça.

Artigo 39.º
(Informação de saldos, balanço mensal e sua verificação pelo Juiz)

1. O escrivão da Central deve elaborar mensalmente balanço destinado a apurar se a soma dos saldos dos livros conta corrente processos e conta corrente com as dotações orçamentais, com o valor dos cheques emitidos e ainda não pagos, corresponde à soma do valor dos depósitos nas contas com o Banco com a importância em numerário do fundo permanente.
2. Para efeito do disposto no número anterior, o Banco informa o secretário, no final de cada mês, do saldo das contas.
3. O balanço a que se refere o n.º 1 deve ser verificado pelo Juiz.

Artigo 40.º
(Notas a enviar ao Ministério da Justiça)

O escrivão da Secção Central deve remeter ao Ministério da Justiça, até ao dia cinco de cada mês, nota discriminativa das receitas e reposições relativas ao mês anterior.

CAPÍTULO IX
COFRE DA JUSTIÇA

Artigo 41.º
(Delegações do Cofre da Justiça)

Em cada Tribunal há uma delegação do Cofre da Justiça, por intermédio da qual são arrecadadas as receitas e efectuadas as despesas.

Artigo 42.º
(Encargos do Cofre da Justiça)

Sem prejuízo do disposto em outros dispositivos legais, o Cofre da Justiça suporta os seguintes encargos:

- a) Pagamento de anúncios e de quaisquer outros encargos que devessem ser realizados por entidades isentas ou dispensadas de pagamento de custas;
- b) Compensação às testemunhas, remuneração de peritos, intérpretes e outros intervenientes nos termos das leis de processo;
- c) Despesas com o funcionamento dos tribunais e das procuradorias;
- d) Despesas relativas à melhoria das condições de trabalho dos magistrados e funcionários judiciais e da procuradoria;
- e) Outras despesas autorizadas por despacho do Ministro da Justiça mediante proposta fundamentada do Administrador do Cofre.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 43.º (Aplicação no tempo do presente Regulamento)

O presente Decreto aplica-se aos processos pendentes, salvo no que respeita à determinação da taxa de justiça, custas e multas decorrentes de decisões transitadas em julgado.

Artigo 44.º Entrada em Vigor

O Presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 13 de Fevereiro de 2003.

O Primeiro-Ministro,
Mari Bim Amude Alkatiri

O Ministro da Justiça,
Domingos Sarmento

Promulgado em 14 de Abril de 2003
Publique-se.

O Presidente da República
Kay Rala Xanana Gusmão

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 7.º

Valor Inclusive até.....x 1 \$USD	Taxa de Justiçax 1 \$USD	Valor Inclusive até x 1 \$USD	Taxa de Justiça x 1 \$USD
30	6	1600	52
60	8	1800	54
100	10	2000	56
150	12	2300	60
200	14	2600	64
250	16	2900	68
300	18	3200	72
350	20	3500	76
400	22	3800	80
450	24	4100	84
500	26	4400	88
550	28	4700	92
600	30	5000	96
650	32	5500	100
700	34	6000	104
750	36	6500	108
800	38	7000	112
850	40	7500	116
900	42	8000	120
950	44	8500	124
1000	46	9000	128
1200	48	9500	132
1400	50	10000	136

Para além de 10 000 dólares: por cada 100 dólares ou fracção, 10 dólares de taxa de justiça.

Glosáriu

1(6) Denegasaun (s) – rekuza; aktu ka efeitu ema ne'ebé denega halo ka hamosu. Ema ne'ebé halo denegasaun lakohi foo buat ruma. Denegasaun ba justisa = lakohi foo justisa; nega justisa ba ema ne'ebé mai husu justisa.

2 (6) Rekuza (v) – lakohi; dehan katak lakohi; nega.

3 (9) Subxtansiál (adj) – kona-ba substánsia; réal; laós formál deit. Igualdade subxtansiál = igualdade tuir substánsia; igualdade réal; igualdade ne'ebé iha duni. Igualdade substansiál nia kontráriu maka igualdade formál.

4 (11) Eransa jasente –eransa ne'ebé erdeiru (ka legatáriu) seidauk simu ka lahoi ka desizaun ruma seidauk deklar katak hela ba Estadu; eransa ne'ebé seidauk fahe. Eransa = ema ida nia relasaun jurídika patrimoniál hotu-hotu iha momentu ne'ebé nia mate; ativu no pasivu patrimoniál ne'ebé ema ida husik hela kuandu nia mate.

5 (34) Relasaun subjasente – relasaun-hún ne'ebé hela iha obligasaun kartulár nia okos. Relasaun kartulár – relasaun ne'ebé liga ema ne'ebé aseita letra ida (aseitante) ba ema ne'ebé saka letra ne'e (sakadór). Obrigasaun kartulár – obligasaun ne'ebé mai hosi letra, livransa ka xeke. Letra = título ba kréditu ida; ho título ne'e ema ida (sakadór) foo ordein ba devedór ida (sakadu) atu selu kuantia sarta ida iha loran sertu ida ba ema seluk ida (benefisiáriu ka portadór) ka tuir ema ne'e nia ordein. Livransa = título tuir ordein ida; ho título ne'e ema ida promete atu selu ba ema ne'ebé nia naran tenke hakerek iha título ne'e, kuantia sarta ida iha loran sertu ida. Xeke = título ba kréditu ida iha-ne'ebé ema ida foo ordein ba banku ida, iha-ne'ebé emitente depozita hela osan, atu selu kuantia sarta ida; iha título ne'e tenke hakerek hela lia fuan "xeke", kuantia atu selu ne'e, fatin no data, no mos sakadór nia asinatura.

6 (35) Forma (s) – feitiu; figura; axpetu; buat ida nia axpetu interiór ne'ebé foo feitiu ba nia; maneira. Formalidade ne'ebé tenke tuir kuandu realiza aktu jurídiku ida. Formalidade = kondisaun legál ne'ebé aktu ruma presiza atu sai lejítima.

7 (35) Diferente (adj) – la hanesan; oin seluk; oin ketak; oioin.

8 (35) Anteriór (adj) – iha kotuk; iha kotuk daudaun ne'e.

9 (35) Retrotrai (v) – fila fali ba kotuk; fila fali ba data anteriór.

10 (37) Kominasaun (s) – ameasa ho pena ka kastigu ruma.

11 (39) Presume (v) - konsidera

12 (39) Substabelesimentu (v) – ho substabelesimentu mandatáriu tranxfere (foo) ba ema seluk podér ne'ebé nia simu hosi mandante. Ho substabelesimentu sein rezerva mandatáriu tranxfere ba ema seluk podér hotu ne'ebé nia simu hosi mandatáriu, tanba ne'e, mandatu ne'ebé nia simu hotu ona ba nia. Ho substabelesimentu kom rezerva mandatáriu tranxfere deit podér balu deit, la tranxfere podér hotu ne'ebé nia simu hosi mandante.

13 (39) Efikásia (s) – forsa; kbiit. Efikáz – Buat ne'ebé prodúz efeitu.

14 (39) Aseitasaun (s) – ho aseitasaun ema ida dehan/hatudu katak nia simu ema seluk foo ba nia.

15 (39) Manifesta (v) – hatudu-án; mosu hosi

16 (39) Inxtrumentu públiku – dokumentu públiku; dokumentu ne'ebé notáriu ka ofisiál ho fé públika maka halo iha nia kompeténsia laran.

17 (39) Komportamentu konkludente – komportamentu hosi ne'ebé ita bele hasai konkluzau ruma; komportamentu ne'ebé hatudu katak.

18 (41) Retifika (v) – korrije; muda.

19 (42) Parte kontrária – parte ne'ebé ema ruma hatama prosesu hasoru (reu), ka parte ne'ebé hatama prosesu hasoru ema ruma (autór); autór nia parte kontrária maka reu, reu nia parte kontrária maka autór.

20 (42) Patrosíniu (s) – assisténsia tékniko-jurídika ne'ebé advogadu, defensór públiku ka Ministériu Públiku foo ba ema ruma.

21 (42) Rekonvindu (s) – autór ne'ebé reu hatoo pedidu hasoru.

22 (48) Efetivasaun (s) – realizasaun. Hetan efetivasaun – realiza duni; hetan duni.

23 (48) Litíjiu (s) – haksesuk-malu iha prosesu ida iha tribunál.

24 (49) Disolusaun – aktu ne'ebé sobu ka hamate (sosiedade ka pesoa kolektiva ruma)

25 (49) Eziste (v) – iha; hele iha; rai hela iha; bele hetan iha. Eziste iha Timor – hela (rai hela) iha Timor.

26 (50) Atribui (v) – entrega, foo.

27 (52) Tribunál iha primeira inxtánsia – tribunál ne'ebé foo desizaun uluk; tribunál ne'ebé fo desizaun iha okos liu, kuandu ita kompara ho tribunál ne'ebé iha kompeténsia atu haré fila fali desizaun ne'ebé foo tiha uluk ona.

28 (52) Tuir lei – nudar lei; hanesan lei dehan; nudar hakerek hela iha lei; kuandu lei dehan.

29 (53) Seginte (adj) – ne'ebé tuir fali ida ne'ebé ita dehan daudaun ne'e. Artigu seginte - artigu ne'ebé tuir fali ida ne'ebé ita dehan daudaun ne'e.

30 (55) Pedidu kumuladu – pedidu barak ne'ebé hatoo hamutuk iha aksaun ida deit.

31 (57) Foru (s) – kompeténsia.

32 (57) Expurga (v) – hasai, hamate.

33 (57) Ipoteka (s) – direitu réal ne'ebé foo ba kredór direitu atu nia kréditu selu uluk ho bem ipotekadu, devedór nian ka terseiru nian, ho preferénsia hasoru kredór sira-ne'ebé la iha priviléjiu expesiál.

34 (60) Onoráriu – advogadu nia servisu folin; folin ne'ebé tenke selu ba advogadu tanba servisu ne'ebé nia halo ba ema ne'ebé kontrata nia.

35 (61) Susesór - erdeiru

36 (63) Avulsa (adj) – ketak, rahun

37 (66) Sarak (prep) – naran katak; dezde ke

38 (67) Determinadu (adj) – ne'ebé ita hatene loos sa.

39 (67) Kontrovertida (adj) – ne'ebé diskute daudaun. Relasaun kontrovertida = relasaun ne'ebé diskute daudaun iha aksaun.

40 (67) Ordein jurídika – lei sira-ne'ebé aplika iha Estadu ida nia laran, kuandu ita konsidera sira hamutuk iha grupu ida. Ordein jurídika timór = lei grupu ida ne'ebé aplika iha Timór-Leste.

41 (67) Prezume (v) – konsidera hanesan loos too iha prova mai dehan buat seluk; konsidera. Ita tenke prezume arguidu inosente too kondenasau ho trázitu-ein-julgadu = ita tenke konsidera arguidu hanesan ema inosente to desizaun ho trázitu-em-julgadu (ne'ebé la bele altera tan) kondena nia.

- 42 (67) Dezinadu (adj) – ne'ebé parte sira hili.
- 43 (67) Sériu (adj) – todan, forte, makás
- 44 (70) Argui (v) – hatudu, demonstra, foti kestaun kona-ba buat ruma
- 45 (70) Suxita (v) – deklar, hatudu, foo-hanoin; foti (kestaun ruma). Suxita autór nia ilejitimidade = foti kestaun kona-ba autór nia lejitimidade.
- 46 (70) Fundu-da-kauza – kestaun ne'ebé tribunál tenke deside, tuir direitu substantivu, iha aksaun nudar parte sira nia pedidu. Kestaun-isin, nudar parte sira nia pedidu, kuandu ita kompara ho kestaun kona-bá forma ka kona-ba insidente ruma ne'ebé mosu iha prosesu nia laran.
- 47 (91) Ponderoza (adj) – todan, forte, makás
- 48 (92) Improsedente (adj) – ne'ebé la iha baze kona-ba faktu ka lei ba tribunál atu hetan desizaun favoravel. Julga suxpeisaun improsedente = konsidera katak la iha baze kona-ba faktu ka kona-ba lei hodi deside katak iha suxpeisaun = julga katak la iha suxpeisaun. Julga autór nia pedidu improsedente = julga katak la iha baze atu ba autór buat ne'ebé nia husu.
- 49 (92) Adkire (v) – hola, hetan
- 50 (93) Superveniente (adj) – ne'ebé mosu kuandu prosesu lao daudaun
- 51 (104) Fidelidade (s) – ema ka buat ne'ebé fiél nia kualidade; ezatidaun; ema ka buat ne'ebé loos nia kualidade.
- 52 (107) Vijente (adj) – em vigór; ne'ebé moris (iha altura ida). Lei vijente iha 25 Maiu1999 = lei ne'ebé moris iha 25 Maiu 1999
- 53 (108) Prejuizu (s) – danu; bem ka vantajem ne'ebé ema ruma lakon
- 54 (108) Expediente (s) – servisu ne'ebé halo loro-loron iha empregu. Oras ba expediente = tempu iha ne'ebé loro-loron sei halo servisu iha empregu.
- 55 (109) Loron util – loron iha ne'ebé, tuir regra, halao aktividade profisionál; loron iha ne'e, tuir regra, servisu (públiku ka privadu) loke ba públiku; loron iha ne'ebé, tuir regra, funsionáriu sira tenke ba servisu.

56 (109) Toleránsia ba pontu – autorizasaun ba funsionáriu atu la ba servisu iha loron ne'ebé, tuir regra, nia tenke ba servisu

57 (109) Dexproporsionadu (adj) – ne'ebé la iha proporsaun ho buat ne'ebé ita bele kompara ho. Dexproporsionadu ba interesadu nia kapasidade ekonómika - boot liu interesadu nia kapasidade ekonómika.

58 (111) Impedimentu (s) – buat ne'ebé la husik halo buat ruma.

59 (111) Justificavel (adj) – ne'ebé bele iha justifikasaun; ne'ebé iha iha motivu, razaun ka baze diak.

60 (111) Eventu (s) – akontesimentu; buat ruma ne'ebé akontese.

61 (111) Rexpetiva (adj) – kona-bá ema ida-idak ka buat ida-idak

62 (112) Prorroga (v) – prolonga; hanaruk; tutan tan.

63 (114) Pratika (v) – halo.

64 (114) Efikáz (adj) – ne'ebé kumpre nia objetivu; ne'ebé iha kapasidade atu prodúz buat ruma.

65 (114) Deferénsia (s) – atensaun ne'ebé ita foo ba ema ruma ita rexpeta.

66 (117) Formula (v) – husu; hatoo; apresenta ho klareza.

67 (117) Prosedimentu kautelár – prosesu ne'ebé parte ida hatama iha tribunál molok aksaun (prinsipál) tama ka kuandu aksaun ne'e lao daudaun, hanesan aksaun ne'e nia insidente, atu prevene ka hadook perigu ne'ebé mosu tanba aksaun prinsipál demora. Ho averiguasaun (investigasaun) lalais no sumária ida, juíz asegura-án katak, tuir prova ne'ebé iha ona, rekerente nia direitu bele iha duni no foo desizaun provizória ida atu prodúz efeitu too desizaun definitiva sai.

68 (117) Alega faktu tuir artigu – tau iha espozisaun faktu ida iha artigu ida. Alegasaun – expozisaun orál ka exkrita (hatudu ho faktu no/ka lei) ne'ebé parte ida halo hodi fundamenta nia direitu ka hodi impugna razaun ne'ebé parte kontrária apresenta, no hasai hosi ne'e konkluziun jurídika rexpetiva. Impugna = halo opozisaun hasoru; dehan ka hakerek buat ruma hasoru.

69 (117) Dixpensa (v) – dehan katak la presiza

70 (117) Narrasaun artikulada – konta buat ne'ebé akontese hatama

faktu ida-idak iha artigu ida;

71 (118) Duplikadu (s) - kópia ida tan. Dokumentu duplikadu = dokumentu ho kópia rua.

72 (118) Kuartu ida – unidade ne'ebé fahe ba haat hanesan nia baluk ida (1/4)

73 (118) Suplementár (adj) – adisionál; ne'ebé kompleta falta ruma

74 (118) Triplu (s) – valór ne'e hasae dala tolu tan.

75 (120) Indispensavel (adj) – ne'ebé presiza; nesesáriu; buat ne'ebé esensíal

76 (120) Gravidade (s) – todan; importánsia

77 (120) Urjénsia (s) – lalais. Ho urjénsia = lalais

78 (120) Rekizita (v) – husu tuir lei, solisita, rekér

79 (121) Administra justisa – halo justisa; foo justisa; aplika justisa

80 (121) Konfliktu-de-interese – interese ne'ebé hasoru malu, interese ne'ebé iha konfliktu; interese ne'ebé xoke malu

81 (122) Abreviadu (adj) – badak. Naran abreviadu = naran badak, naran ne'ebé la tau kompletu.

82 (122) Garante (v) – foo garantia; asegura; halo fiar; foo fiar

83 (122) Reprodusaun (s) – buat ne'ebé hakerek hela (iha akta, autu ka surat ruma); kópia. Reprodusaun fiél = hakerek ka gravasaun ne'ebé tau ho rigór buat ne'ebé akontese.

84 (122) Fidelidade (s) - rigór ka ezatidaun kona-ba buat ne'ebé hakerek ka grava hela; verasidade. Akta nia fidelidade = akta nia kualidade kona-ba buat ne'ebé hakerek iha akta ne'e hodi ita bele dehan katak buat ne'e loos duni tanba buat ne'ebé hakerek iha neébá akontese duni iha aktu prosesuál nia laran. Reprodusaun fiél = hakerek ka gravasaun ne'ebé rejixta loloos deit buat ne'ebé akontese.

85 (122) Rejixta (v) – rai, tau, hatama.

86 (122) Expesiál (adj) – ketak; própriu; ba fim loloos ida. Livru expesiál = livru ba fim konkretu ida.

87 (124) Diskrepánsia (s) – diferenza; diverjénsia; buat ne'ebé la

hanesan

88 (124) Desizaun definitiva – desizaun ne'ebé metin kedas; desizaun ne'ebé la bele hasoru rekursu.

89 (124) Sustenta (v) – kaer metin; apoia; foo apoiu ba

90 (128) Lavra (v) - hakerek

91 (129) Exprime (v) – signifika, hatudu, dehan

92 (131) Avulsamente (adv) - ketak

93 (133) Impugna (v) – nega; dehan katak lae ka laós. Impugna paternidade = nega paternidade; deklar katak ema ida laós labarik nia aman

94 (134) Findu (adj) – ne'ebé hotu ona. Prosesu findu = prosesu ne'ebé hotu ona ; prosesu ne'ebé taka tiha ona.

95 (134) Konfia (v) - entrega

96 (141) Subordinaun funsionál – subordinaun tanba funsaun ne'ebé ema ida-idak kaer; relasaun iha ne'ebé entidade ida (subordinada) tenke tuir entidade seluk ida nia ordein ka orientasaun kuandu nia kaer servisu espesífiku ruma. Polísia hela iha Ministériu Interiór nia okos maibé, tanba funsaun ne'ebé polísia kaer, polísia bele simu ordein no orientasaun hosi tribunál atu pratika aktu sira-ne'ebé lei dehan tribunál bele haruka polísia halo. Iha subordinaun kuandu entidade ida (subordinada) tenke halootuir ordein ka orientasaun hosi entidade seluk. Entidade subordinada fungsionalmente hosi tribunál maka sira-ne'e: funsionáriu judisiál, polísia; funsionáriu públiku ka ajente administrativu ne'ebé, tuir lei, tribunál bele haruka pratika aktu prosesuál ruma.

97 (141) Via-postál – ho karta ne'e-bé haruka hosi korreiu. Notifikasaun via postál = notifikasaun ne'ebé ho karta ne'ebé haruka hosi korreiu.

98 (141) Destinatáriu (s) – ema ne'ebé ema ruma haruka buat ruma ba.

99 (142) Deprekante (s) – ne'ebé haruka karta prakatória hodi husu ba tribunál seluk atu pratika aktu ruma

100 (146) Expedisaun (s) – enviu; haruka

101 (147) Marxa (s) – lao; dalan. Prosesu nia marxa = dalan ne'ebé

prosesu tenke tuir.

102 (148) Kumpre (v) – halootuir; halao

103 (151) Formalidade (s) = kondisaun legál ne'ebé ne'ebé aktu ruma presiza atu sai lejítima; forma;

104 (159) Oportuna (adj) – ne'ebé mosu ka halo iha tempu loos. Sitasaun oportuna = sitasaun ne'ebé halo iha altura ne'ebé tenke halo; sitasau ne'ebé halo iha tempu loos.

105 (172) Suprimentu (s) – solusaun; aktu ne'ebé (juíz halo) atu hadia aktu prosesuál ne'ebé la tuir lei prosesuál. Suprimentu ofisiozu = aktu ne'e juíz hola, tuir nia inisiativa rasik, atu hadia aktu irregulár ka nulu.

106 (172) Diverjénsia (s) – dezakordu; konflitu; pozisaun ne'ebé la hanesan. Ema nain rua iha diverjénsia kona-ba buat ruma kuandu sira la iha akordu kona-ba buat ne'e.

107 (179) Subsekunte (adj) – seguinte; ne'ebé tuir kedas.

108 (180) Kota (s) – nota; apontamentu

109 (183) Korrije (v) – hadia; halo buat ruma ne'ebé la diak sai loos tiha.

110 (184) Distribuidu (adj) – ne'ebé fahe tiha ona.

111 (191) Avulsa (adj) – ketak; ketak hosi buat ne'e nia halo parte. Sitasaun avulsa = sitasaun ketak; sitasaun ne'ebé la halo parte iha aksaun ida.

112 (191) Prazu judisiál – prazu ne'ebé juíz maka fiksa.

113 (191) Prévia – ne'ebé tenke dehan ka halo uluk. Sitasaun prévia = sitasaun ne'ebé tenke halo uluk tiha.

114 (192) Prinsípiu resiprosidade – tuir prinsípiu ne'e, ema ida trata ema seluk nu'udar ema ne'e trata nia; tuir prinsípiu ne'e, Estadu ida trata suxpeitu extranjeiru ida hanesan sidadaun ne'e nia Estadu trata nia sidadaun iha situasaun hanesan.

115 (197) Rexpetivu (adj) – kona-ba ema ida ka buat ida

116 (197) Nesesáriu (adj) – presizu; buat ne'ebé ema ruma presiza

117 (197) Pertinente (adj) – kona-ba

118 (200) Kominasaun (s) – ameasa ho pena ka kastigu

119 (203) Insertu (adj) – ne'ebé ita la hatene loos. Fatin inserta = fatin ne'ebé ita la hatene loos

(205) Afiksa (v) – taka, iha kuadru ka iha didi-lolon

120 (205) Lokalidade (s) – fatin

121 (206) Dilasaun – prolongamentu; tempu (adisionál) ne'ebé tau tan ba prazu ne'ebé lei extabelese atu pratika aktu ruma

122 (220) Dilatória – ne'ebé atraza ka demora. Meramente dilatória = ne'ebé atraza ka demora deit. Dilijénsia meramente dilatória = dilijénsia ne'ebé atu atraza deit ka demora deit prosesu no la iha efeitu seluk tan ba aksaun ka ba defeza.

123 (235) Rejime (s) – regra sira-ne'ebé regula buat ruma; regulamentu

124 (235) Danu (s) – prejuizu; ofensa ba ema seluk nia bem ka interese ne'ebé lei proteje; prejuizu patrimoniál ka morál ne'ebé ema ruma hetan tanba ema seluk nia kulpa ka hahalok.

125 (235) Justificika (v) – serve hanesan baze (ba buat ruma)

126 (236) Improsedente (adj) – Ne'ebé la iha baze (tuir lei no/ka tuir faktu). Julga kauza improsedente = Deside katak, tuir lei no/ka faktu, autór la iha razeun, no, nune'e, tribunál la foo buat ne'ebé nia husu.

127 (285) Prekluziun (s) – aktu kona-ba lakon direitu prosesuál ida tanba la ezerse direitu prosesuál ne'e iha prazu devidu, ka direitu prosesuál ne'e mate tiha ona ka ezerse tiha ona too dala hirak ne'ebé lei foo fatin atu ezerse.

128 (286) Mediante (prep) – hoo. Mediante terseiru nia embargo = Hoo terseiru nia embargo.

129 (286) Embargu (s) – opozisaun ba sentensa ka dexpaxu; razeun ne'ebé apresenta hodi atu halo opozisaun ba sentensa ka dexpaxu nia exekusaun.

130 (288) Ofende (v) – prejudika; halo-aat ba

131 (323) Tranzije (v) – halo akordu ho konsesaun resíproka; halo akordu iha ne'ebé parte ida-idak foo buat ruma ba parte ida seluk.

132 (355) Indeferimentu (s) – rekuza. Aktu ne'ebé la simu buat ruma. Desizaun ne'ebé la simu pedidu ka rekerimentu ruma. Iha

indeferimentu liminár kuandu juíz rekuza kedas rekerimentu ka pedidu ruma, la hein tan buat ida.

133 (386) Organiza (v) – haloot; arruma; tau buat ida-idak iha nia fatin

134 (388) Dixpensa (v) – husik tiha; la halo. Dixpensa expesifikasaun no kestionáriu – la halo expesifikasaun no kestionáriu.

135 (398) Indikasaun (s) – aktu hodi hatudu

136 (390) Apresenta (v) – lori rasik. Apresenta-án iha iha juizu = mosu iha tribunál. Apresenta textemuña iha tribunál = lori textemuña ba tribunál

137 (392) Antesipadamente (adv) – uluk tiha. Rona textemuña antesipadamente = rona textemuña uluk tiha molok too altura ne'ebé atu rona.

138 (394) Indika (v) – hatudu; apresenta. Indika prova = hatudu prova; apresenta prova

139 (398) Elevasaun (s) – nivel aas.

140 (398) Serenidade (s) – kalma; laran malirin. Diskute ho serenidade – diskute ho laran malirin

141 (298) Ezorta (v) – foo konsellu, aviza, buka konvense (ema ruma) ho liafuan;

142 (398) Ezortasaun (s) – konsellu, avizu

143 (398) Pontu (s) – textu ka diskursu nia baluk; textu ka diskursu ne'ebé parte ruma apresenta nia baluk;

144 (398) Obskuru (adj) – ne'ebé laós klaru

145 (401) Vensidu (adj) – ne'ebé lakon kompetisaun ruma. Asina vensidu = asina, hatudu ho razaun tan sa maka nia la konkorda ho maioria nia opiniaun.

146 (401) Kompleksidade (s) – buat ne'e kompleksu nia kualidade; buat ne'ebé laós simples nia kualidade. Kompleksu (adj) = komplikadu; buat ne'ebé laós simples;

147 (402) Fundamentadu (adj) – ne'ebé iha fundamentu; ne'ebé iha baze; razaun tanba sa maka buat ruma akontese. Dexpaxu fundamentadu = desizaun ne'ebé hatudu ho nia fundamentu ka baze.

148 (403) Prudente (adj) – sensatu; kuidadozu; ne'ebé iha kuidadu

149 (403) Formalidade (s) – buat ne'ebé, tuir lei, tenke iha ka tenke halotuir para aktu ruma bele konsidera legítima; regra kona-bá hahalok; etikete; serimónia; rituál

(404) Funsionamentu (s) – (buat ne'ebé) funsiona nia aktu ka efeitu; aktividade.

150 (404) Normál (adj) – ne'ebé tuir regra; ne'ebé tuir norma. Funsionamentu normál = funsionamentu tuir regra

151 (404) Susesivamente (adv) – tutuir malu.

152 (405) Asente (adj) – ne'ebé decide tiha ona; ne'ebé rezolve tiha ona.

153 (407) Diskrimina (v) – hatudu; hatudu tuir grupu; hatudu ketak-ketak; espesifika.

154 (411) Korresponde (v) – iha korrespondénsia ho; foo-malu diak ho; ekivale

156 (412) Indagasaun (s) – investigasaun, buska, informasaun, peskiza.

157 (413) Anornál (adj) – la normál; ne'ebé la tuir norna; ne'ebé la tuir regra.

158 (414) Reforma (s) – modifikasaun. Reforma (v) = modifika; muda

159 (414) Jurizdisionál (adj) – kona-bá jurizdisaun; kona-bá podér ne'ebé lei foo atu aplika lei ka administra justisa. Podér jurizdisionál = podér atu aplika lei ka administra justisa.

160 (414) Retifika (v) – korrije; halo loos

161 (414) Supre (v) - hadia

162 (414) Esklarese (v) – explika; halo klaru; foo exklaresimentu; foo explikasaun

163 (415) Retifikasaun (s) - korresaun

164 (415) Omite (v) – la dehan ka la halo buat ruma

165 (415) Kálkulu (s) - konta

166 (415) Inezatidaun (s) buat ne'ebé la ezatu nia kualidade; buat

ne'ebé la rigorozu nia qualidade. Ezatu = rigorozu; perfeito; ne 'ebé la iha erru.

167 (415) Lapsu (s) – erru; deskuidu; eskesimentu

168 (415) Manifestu (adj) – evidente; notóriu; públiku; ne'ebé ema hotu haré; ne'ebé ita haré kedas.

169 (457) Providu (adj) – prosedente; ne'ebé hetan rezultadu diak. Tribunál julga rekursu providu kuandu foo razaun ba rekorrente; tribunál julga aksaun provida kuandu foo razaun ba autór.

170 (504) Probatória (adj) – hanesan prova; atu halo prova. Forsa probatória = forsa atu hatudu katak katak faktu ruma akontese duni ka lae.

171 (506) Fakulta – foo fakuldade, podér, fasilidade ba ema atu halo buat ruma ka hetan buat ruma; husik; foo; entrega; oferese; foo-fatin atu

172 (540) Expesifikadamente – diskriminadamente; ida-idak ketak. Simu expesifikadamente – simu ida-idak ketak; simu ida-idak hanesan elementu partikulár ida.

173 Prevalénsia (s) - superioridade; domíniu; supremasia; preferénsia; boot liu. Kuandu ita dehan katak ema nia vida iha prevalénsia hasoru bem materiál (riku-soi) ita dehan katak ema nia vida boot liu bem materiál, no tenke foo preferénsia ba ema nia vida. Prinsípiu kona-ba interese preponderante nia prevalénsia dehan katak, kuandu interese rua hasoru-malu ka exklu malu, interese ida ne'ebé ki'ik ka ladún todan tenke foo-fatin ba interese ne'ebé boot ka todan liu, maske ho prejuizu ba interese ki'ik ne'e.

174 (550) Segredu-de-Estadu – Estadu nia segredu; segredu ne'ebé, foo-sai karik, prejudika Estadu nia interese.

175 (585) Juizu (s) – opiniaun. Juizu perisiál = opiniaun perisiál; opiniaun ne'ebé peritu foo.

176 (600) Expesifika (v) – hatudu ho pormenór. Expesifika faktu = hatudu faktu ida-idak ne'ebé tama iha grupu ida.

177 (613) Jenuinidade (s) – autenticidade; buat ne'ebé jenuinu nia qualidade; buat ne'ebé auténtiku nia qualidade

178 (657) Repartisaun (s) – divizaun; aktu hodi fahe; aktu hodi divide

179 (662) Kooperera (v) – foo kooperasaun; kolabora; foo kolaborasaun

180 (667) Natureza (s) – karakterístika ka trasa sira ne'ebé halo buat ida ka ema ida tama iha grupu ida nia laran; buat ida nia ordein lójika. Aksaun ezekutiva nia natureza = aksaun ezekutiva nia ordein lójika.

181 (671) Ezequibilidade (s) – buat ne'ebé bele ezejuta nia kualidade.

182 (674) Inkorpora (v) – hatama; tau hamutuk ho

183 (689) Kautela (s) – kuidadu atu evita dezvantajen ruma.

184 (690) Kompulsória (adj) – ne'ebé obriga

185 (693) Prexkreve (v) – hotu; mate. Direitu ida prexkreve kuandu hotu ka mate tanba nia titulár la ezerse iha tempu ne'ebé lei prevé nia laran.

186 (709) Averigua (v) – husu, investiga, buka atu hatene.

187 (723) Autu-peñora – autu iha ne'ebé funsionáriu judisiál ne'ebé halo peñora hakerek hodi halo rejixtu kona-bá peñora (iha autu ne'e sei haktuir peñora ne'e no buat relevante ne'ebé akontese iha peñora nia laran).

188 (723) Relasaun (s) – lixta. Relasaun kona-bá bein peñoradu – lista kona-bá hein hotu ne'ebé peñora tiha ona.

189 (723) Autu-apreensaun – autu iha ne'ebé autoridade polisiál ka seluk hakerek hodi halo rejixtu kona-bá apreensaun ne'ebé nia halo (iha autu ne'e sei haktuir apreensaun ne'e no buat relevante ne'ebé akontese iha apreensaun nia laran).

190 (724) Sonegasaun (s) – aktu ema ruma halo hodi subar buat ruma ne'ebé ema ne'e iha obligasaun atu hatudu, hatama iha lista ka dehan-sai katak iha; aktu kona-bá subar ho intensaun (dolu)

191 (727) Navega (v) – lao iha be laran; halo viajein iha be laran

192 (727) Independentemente (adv) – la haré ba. Independentemente hosi sira nia akordu = la haré ba sira nia akordu

193 (727) Rixku (s) – perigu; akontesimentu ne'ebé ne'ebé bele akontese aban-bairua no ita la hatene bainhira. Rixku ho naviu nia navegasaun = perigu ne'ebé bele mosu tanba naviu navega

194 (728) Akréximu = buat ne'ebé mosu tan; buat ne'ebé tau tan. Bein depozitadu nia valór ho nia akréximu = bein depozitadu nia valór ho tan kuxtax no dexpeza seluk tan.

195 (731) Konxientemente (adv) – ho intensaun. Nia halo buat ne'e konxientemente = nia halo buat ne'e ho intensaun = nia hakarak duni halo buat ne'e = nia halo buat ne'e ho dolu.

196 (731) Oneradu (adj) – ne'ebé lori todan ruma; ne'ebé lori obrigasaun ka onuz ruma. Kréditu ka direitu oneradu = kréditu ka direitu ne'ebé peñora tiha ona

197 (731) Averba (v) – anota; hakerek iha marjein; hakerek iha sorin; hakerek nota ida iha rejixtu; rejixta. Averba peñora iha ipoteka nia rejixtu = hakerek nota ida iha ipoteka nia rejixtu katak bein ipotekadu ne'e peñora tiha ona

198 (734) Sub-rogradu – ema ne'ebé tama fali ema ida nia fatin hodi hela ho ema ne'e nia direitu ruma. Iha subrogasaun ema ida nia direitu muda fali ba ema seluk. Sub-roga = tama iha ema seluk nia fatin hodi hela ho ema ne'e nia direitu; subxtitui.

199 (735) Adkirente (s) – ema ne'ebé adkire; ema ne'ebé hetan; ema ne'ebé sosa; ema ne'ebé hola.

200 (736) Adkire (v) – hetan; simu; manán; sosa. Adkire bein determinadu = hetan direitu ne'ebé nia hatene sa.

201 (780) Dixpensa (s) – autorizasaun ba ema ida atu la halo buat ruma ne'ebé nia tenke halo

202 (785) Sub-rogradu (adj) – ne'ebé subxtitui ema seluk (iha direitu ka funsaun ruma); ne'ebé tama iha ema seluk nia fatin (iha direitu ka funsaun ruma). Sub-rogradu iha ezekuate nia direitu = ne'ebé okupa fali ezekuate nia fatin iha direitu ne'ebé ezekuate iha.

203 (819) Revelia (s) – situasaun iha ne'ebé reu ka rekeridu la apresenta opozisaun hasoru buat ne'ebé autór ka rekerente alega iha nia petisaun ka rekerimentu; situasaun iha ne'ebé reu ka rekeridu la konstitui mandatáriu; situasaun iha ne'ebé reu ka rekeridu la intervein iha prosesu. Artigu 363.o extabelese situasaun ne'ebé reu tama iha revelia absoluta: reu la hatoo opozisaun, la konstitui mandatáriu no la intervein iha prosesu.

204 (819) Inoperante (adj) – ne'e la prodúz efeitou. Revelia inoperante = revelia ne'ebé la prodúz efeitou. Revelia operante = revelia ne'ebé prodúz efeitou. Artigu 364.o extabelese kasu oi-oin kona-bá revelia operante; artigu 365.o extabelese kasu oi-oin kona-bá revelia inoperante.

205 (851) Preteridu – ne'ebé husik hela iha liur; ne'ebé haluha tiha. Susesór preteridu = susesór ne'ebé kabesa-de-kazál la hatama iha

relasaun ne'ebé, tuir artigu 851o, nia tenke hatama.

206 (866) Imputa – du'un. Faktu ne'ebé la bele imputa ba nia = faktu la imputavel ba nia = faktu ne'ebé la bele du'un ba nia.

207 (868) Pretensu – supoxtu; ne'ebé parese; ne'ebé mosu hanesan ema ruma ka buat ruma. Pretensu devedór = ema ne'ebé mosu hanesan devedór, maibé ita seidauk hatene loos nia devedór duni ka lae.

208 (876) Donatáriu – ema ne'ebé simu doasaun ruma. Doasaun liberalidade ida; iha doasaun ema ida foo saukati ba ema ida buat ruma (koiza ka direitu) hosi nia patrimóniu.

209 (876) Liberalidade (s) – jenerozidade. Aksaun ne'ebé ema ruma halo hodi foo saukati buat ruma ba ema ruma. Ho liberalidade ema ruma foo saukati buat ruma ba ema ruma. Doasaun liberalidade ida; iha doasaun ema ida foo saukati ba ema ida buat ruma (koiza ka direitu) hosi nia patrimóniu.

210 (891) Importánsia (s) – valór, folin

211 (891) Numerasaun (s) – aktu kona-ba tau-númeru; atu kona-ba tau tuir-malu tuir ordein numérika.

212 (893) Tornas (s) – valór iha osan ne'ebé liu tiha erdeiru ida nia kiñaun iha eransa no erdeiru ne'e tenke entrega ba erdeiru sira seluk

213 (893) Adjudika (v) – entrega, haruka entrega, atribui, foo.

214 (901) Alienasaun – iha alienasaun ema ruma tranzmite direitu propriedade iha bein ka koiza ida ba ema seluk, ka ema ruma konstitui direitu reál ruma, ho titulár seluk, iha bein ka koiza ida (alienasaun totál ka parsiál).

215 (902) Supérstite (adj) – sobrevivente; ema ne'ebé sei moris kuandu ida seluk mate tiha ona. Kónjuje supérstite = kónjuje ne'ebé sei moris kuandu ida seluk mate tiha ona

216 (902) Predefuntu (adj) – ema ne'ebé mate uluk. Kónjuje predefuntu = kónjuje ne'ebé mate uluk.

217 (907) Subornu (s) – aktu hodi suborna; aktu hodi korrompe ho promesa ka bein ne'ebé bele fa'an; korrupsaun

218 (907) Prevarikasaun (s) – sala; aktu ne'ebé ema ruma halo hasoru nia obrigasaun; aktu ne'ebé ema ruma halo kuandu nia abuza nia funsaun, tanba nia halo injuxtisa ruma ka prejudika interese ne'ebé

nia tenke proteje.

219 (907) Favoresimentu (s) – ho aktu ne'e ema ida foo vantajein ba ema seluk; ho aktu ne'ebé ema ida priviléjiu ka vantajem ba ema seluk.

220 (907) Korrupsaun (s) – aktu iha ne'ebé ema ruma uza meiu ilísitu ruma hodi hetan buat ruma hosi ema seluk.

221 (907) Denega (v) – rekuza; nega. Denega justisa = lakohi foo desizaun iha prosesu, nudar lei haruka; lakohi halo justisa.



Esta publicação foi possível com o apoio da Agência Americana Internacional para o Desenvolvimento (USAID) através da cooperação com a Asia Foundation e do Programa para o Fortalecimento da Justiça do PNUD. O conteúdo não reflecte necessariamente a visão da USAID, dos Estados Unidos, da Asia Foundation ou do PNUD.

Publikasaun ida ne'e halo ho tulun husi Povo Amerika liu husi United States Agency for International Development (USAID) nebe servisu hamutuk The Asia Foundation no hosi Nasoens Unidas nia Programa ba Dezenvolvimentu (PNUD). Livru ne'e nia konteudu refleto deit autór nia hanoin, la refleto The Asia Foundation, USAID, Estados Unidos América ka PNUD nia hanoin.